

# Do Intervencionismo ao Sidonismo

Os dois segmentos da política de guerra na 1.<sup>a</sup> República: 1916-1918

Luís Alves de Fraga



(Página deixada propositadamente em branco)

REPÚBLICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLECÇÃO REPÚBLICA

Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLECÇÃO REPÚBLICA

Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

Aldina Almeida Santos

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Cruz de Guerra (criada em 1916, no contexto da participação portuguesa na Grande Guerra)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Norprint

ISBN

978-989-26-0034-5

DEPÓSITO LEGAL

310349/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



CENTENÁRIO  
DA REPÚBLICA  
1910 · 2010

COMISSÃO NACIONAL  
PARA AS COMEMORAÇÕES  
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© ABRIL 2010, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# Do Intervencionismo ao Sidonismo

Os dois segmentos da política  
de guerra na 1.<sup>a</sup> República

1916-1918

Luís Alves de Fraga

(Página deixada propositadamente em branco)

À memória do meu Pai  
o qual sempre esperou que me superasse

(Página deixada propositadamente em branco)



## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
Obras recentes sobre o tema .....	26
A nossa abordagem .....	38
1.ª PARTE.....	47
I – MOTIVAÇÕES PARA A ENTRADA NA GUERRA.....	49
1. O quadro de dependência de Portugal da Grã-Bretanha .....	51
2. A dependência económica .....	54
3. A dependência diplomática e política .....	79
2.ª PARTE.....	93
II – AS ALTERAÇÕES ORGÂNICAS DO EXÉRCITO DE 1910 A 1916 .....	95
1. Antecedentes .....	95
2. A reorganização militar republicana: o recrutamento .....	103
2.1. Impossibilidade de remissão a dinheiro .....	104
2.2. Redução do tempo de serviço militar obrigatório .....	104
2.3. Alteração dos conceitos de reservas militares .....	105
3. A reorganização republicana do Exército.....	108
4. A Instrução Militar Preparatória .....	116
5. A mobilização para a guerra: de 1914 a 1916 .....	125
6. Armamento, transportes e equipamentos do Exército em 1914 .....	148
6.1. Armamento.....	149
6.2. Os transportes no Exército .....	150
6.3. Equipamento diverso .....	151

III – A DESAGREGAÇÃO INTERNA VISTA PELO EXÉRCITO: 1916 E 1917.....	155
1. O quadro conjuntural.....	155
2. O «perigo» monárquico.....	188
3. O «perigo» alemão em Portugal.....	208
4. Os «antiguerristas».....	216
4.1. A actividade anarquista e sindicalista.....	217
4.2. O «Rol de Desonra».....	221
5. As reacções populares.....	236
5.1. As greves.....	236
5.2. Os assaltos.....	245
6. O Exército e a guerra em 1916.....	258
6.1. Os oficiais do Exército e a beligerância.....	258
6.2. Os soldados e a beligerância.....	262
6.3. As deserções em Portugal.....	265
 3. <sup>a</sup> PARTE.....	 271
IV – O CEP NO ANO DE 1917.....	273
1. Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português.....	273
1.1. Mobilização.....	274
1.2. As manobras de Tancos.....	280
1.3. As convenções militares anglo-lusas.....	285
1.4. Mobilização e organização do CEP antes do embarque.....	292
2. Organização e Equipamento do CEP.....	295
2.1. A ordem de batalha.....	295
2.2. Os equipamentos.....	296
3. Transporte, instalação e reorganização do CEP.....	298
3.1. Transporte do CEP.....	299
3.2. A instalação do CEP.....	301
3.3. A reorganização do CEP.....	302
4. A instrução do CEP em França.....	307
5. Entrada em sector e primeiros combates.....	309
5.1. O estágio com os Britânicos.....	310
5.2. O sector português.....	312
5.3. Entrada em linhas e dispositivo de combate.....	315
5.4. Os primeiros combates.....	317
5.4.1. <i>Particularismos dos combates e comportamentos individuais</i> .....	322
5.4.2. <i>As escaramuças entre infantarias</i> .....	327
6. Movimento de rotação nas linhas.....	330

V – O CEP ATÉ À BATALHA DE LA LYS .....	335
1. O quotidiano no CEP .....	336
1.1. A vida nos Batalhões das linhas A e B.....	336
1.2. A vida nos Batalhões em apoio e reserva .....	339
2. Alimentação e higiene .....	341
2.1. A alimentação.....	341
2.2. A higiene.....	345
3. O apoio sanitário.....	348
3.1. A organização do Serviço de Saúde.....	348
3.2. A função do médico aos mais baixos níveis orgânicos .....	350
3.3. As doenças e os doentes.....	351
3.4. Os feridos.....	353
3.5. Os hospitais ingleses.....	357
3.6. Serviços sanitários.....	358
4. A correspondência e a censura.....	359
4.1. Efeito psicológico da correspondência postal .....	359
4.2. A organização do Serviço Postal de Campanha no CEP.....	360
4.3. Movimentação de correspondência.....	362
4.4. As notícias do <i>front</i> em Portugal .....	363
4.5. A censura da correspondência.....	364
5. Visitas e cerimónias .....	366
5.1. A visita do Ministro da Guerra.....	366
5.2. A visita do Presidente da República .....	368
6. Os combates da infantaria portuguesa de Janeiro a Abril de 1918 .....	371
6.1. Os combates da infantaria .....	372
6.2. Particularismos dos combates .....	374
6.3. As escaramuças entre infantarias .....	383
7. Os antecedentes da batalha de La Lys .....	385
7.1. Planos alemães.....	386
7.2. O mês de Março no sector português .....	387
7.3. As desconfianças e as informações.....	388
7.4. O moral das tropas .....	391
8. A reestruturação orgânica e efectivos .....	394
9. A 1. <sup>a</sup> grande revolta.....	397
10. A batalha de La Lys .....	401
10.1. Visão geral da frente em La Lys – as forças aliadas .....	401
10.2. As forças alemãs.....	403
10.3. A ordem de rendição da 2. <sup>a</sup> Divisão.....	405
10.4. Ordem de batalha da 2. <sup>a</sup> Divisão.....	406

10.5. A preparação de artilharia.....	408
10.6. O ataque da infantaria .....	409
10.7. A artilharia portuguesa.....	420
10.8. La Couture.....	424
10.9. Os resultados da batalha.....	430
10.10. A imprensa francesa e a batalha .....	431
<b>VI – SIDÓNIO PAIS E A POLÍTICA DE GUERRA .....</b>	<b>439</b>
1. Um golpe militar sem história .....	441
1.1. A conjuntura.....	441
1.2. Apoios e alianças conhecidos .....	445
1.3. As suspeitas: germanófilo ou anglófilo?.....	452
2. O impacto no CEP .....	487
2.1. Os acontecimentos na frente de batalha.....	499
2.2. Os efeitos sobre a organização.....	507
3. A eminência cinzenta .....	516
<b>VII – CEP: A ÚLTIMA REORGANIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS.....</b>	<b>525</b>
1. O CEP depois de 9 de Abril de 1918 .....	526
2. O general Garcia Rosado .....	533
2.1. O homem e o militar .....	534
2.2. A actividade em Inglaterra.....	542
3. O general Garcia Rosado em França .....	556
4. As revoltas militares em França .....	568
5. A última arrancada .....	574
6. Depois do Armistício.....	579
<b>VIII – O BALANÇO EM NÚMEROS.....</b>	<b>587</b>
1. Análise da disciplina .....	587
1.1. As faltas disciplinares e os crimes .....	588
1.2. As épocas mais propícias às faltas e aos crimes militares.....	589
1.3. As faltas disciplinares mais comuns.....	592
1.4. As faltas disciplinares dos oficiais .....	597
1.5. Os crimes mais comuns .....	599
2. Estatísticas portuguesas.....	600
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>617</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>639</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>651</b>

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho da natureza deste que aqui desenvolvemos é devedor de agradecimentos vários. Na impossibilidade de os mencionarmos a todos, pois muitas foram as pessoas que, ao longo dos tempos, contribuíram para a realização desta tarefa, temos de ser selectivos nas nossas palavras.

Porque a investigação se arrastou por mais de duas dezenas de anos, dada a extensão documental a consultar, recordamos o inestimável apoio que nos foi facultado pelo pessoal do Arquivo Histórico Militar (AHM), nomeadamente o antigo funcionário senhor Beijoca — profundo conhecedor do acervo ali existente — o tenente Masqueiro e, como não podia deixar de ser, o coronel Aniceto Afonso, nosso amigo pessoal e antigo Director, a quem ficamos a dever inúmeras favores de toda a ordem.

Não queremos esquecer as muitas facilidades que tanto no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea como, especialmente, na Academia da Força Aérea nos foram oferecidas, em tempos recuados, para podermos levar a cabo grande parte da investigação inicial, envolvendo nesse agradecimento todos os Chefes e Comandantes que compreenderam a nossa ânsia de saber.

Queremos destacar o incentivo que nos foi dado, logo desde a primeira hora, quando lhe anunciámos o nosso projecto, pelo Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, ao qual devemos palavras de ânimo proferidas em diversas e difíceis ocasiões.

Ao Professor Doutor Armando Carvalho Homem, antigo Director do Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, devemos a compreensão para as várias e complicadas vicissitudes que nos assaltaram durante o recuado período do início da estruturação deste trabalho como

dissertação para a obtenção do grau de doutor. Sem o seu estímulo e sem as *portas* que nos *abriu* junto da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra jamais teríamos levado a cabo esta longa e difícil tarefa.

À Isabel devemos o constante apoio que não só agora, mas ao longo dos anos, nos tem dado; às nossas filhas Inês e Sofia é este trabalho devedor de vários auxílios que o seu amor semeou em muitas folhas. À nossa irmã Maria Bernardette devemos o especial carinho com que nos apoiou para que este projecto fosse, já na fase final, uma realidade, mesmo quando ele parecia poder soçobrar.

Por fim, temos de deixar aqui um agradecimento muito particular para o Professor Doutor Fernando Catroga o qual, com a argúcia e o muito conhecimento que todos nós sabemos possuir, nos orientou, estimulou e incentivou durante os anos que demorámos para dar por concluída esta obra e, também, para que fôssemos capazes de não perder de vista a importância que o tema desta investigação tinha para a historiografia portuguesa e, em particular, para o conhecimento de áreas ainda obscuras da 1.<sup>a</sup> República.

Como é de uso dizer-se, dos erros que possam existir nesta investigação somos nós os únicos e exclusivos responsáveis, mas ambicionamos que se sobreleve a eles o nosso desejo de que este trabalho possa ser, em última análise, o preito de homenagem aos Portugueses que combateram em França, entre 1917 e 1918.

Universidade Autónoma de Lisboa,  
19 de Fevereiro de 2009

## PREFÁCIO

Ofuscado pelo impacto da II Guerra Mundial (e do Holocausto), o conflito de 1914-1918 tem sido relativamente secundarizado pela historiografia, mesmo quando o distanciamento temporal começou a exigir que a história-memória desse lugar à história investigada. E nem a dezena de milhão de mortos contribuiu para alterar as coisas.

Para esse recalçamento, também não foi de somenos o peso de preconceitos epistemológicos, nomeadamente os ligados à renovação dos questionários do historiador tidos como mais adequados à cientificação do estudo do passado. Como se sabe, após a I Guerra, este propósito elegerá como seu principal alvo a história-acontecimento e, por conseguinte, a história-batalha, como se a mobilização de milhões de homens e respectiva justificação não passassem de um epifenómeno que somente razões estruturais poderiam explicar e compreender. O panorama tem-se modificado, porém.

Dizer que isso se deveu às reacções contra os excessos decorrentes da banalização do uso (e abuso) do chamado paradigma da «escola dos *Annales*», será apenas afirmar uma parte da verdade. De facto, nos finais do século xx, sob o signo do «regresso» e do «novo» (face ao novo analista que teria envelhecido), ocorreu a revalorização do «événement» e do seu filho natural – o «político» –, retoma que, logicamente, trouxe consigo, também, novas perspectivas para a história militar, incluindo as baseadas numa das premissas nucleares da teoria da história dos fundadores daquele movimento, a saber: a guerra encarada como um fenómeno sociológico total. Ora, se sempre terá sido assim, é um facto que tal dimensão se tornou ainda mais patente com a sua massificação em 1914.

Com efeito, tratou-se de um embate entre exércitos permanentes (essa criação da modernidade política), mas formados por tropas que, pela primeira vez de um modo tão extenso e tecnologicamente tão avançado em termos de capacidade destrutiva, davam expressão «democrática» à máxima da Revolução Francesa segundo a qual cada cidadão devia ser um soldado e cada soldado um cidadão. E nunca foi tão tênue a fronteira entre *frente* e *retaguarda*. Daí que, na retórica utilizada para a mobilização (dos exércitos e da opinião pública) se ampliasse a propaganda do velho preceito horaciano *pro patria mori*. O que confere sentido à qualificação da beligerância como a última guerra das pátrias. Contudo, se foi com o calor suscitado pelos valores de pátria e de patriotismo que os apelos ao sacrifício buscaram aquiescência, não se pode esquecer que o choque entre os Estados-Nação europeus só foi mundial porque a Europa ainda era o centro do mundo. Pelo que a conquista da hegemonia no seu interior era inseparável das ideias de império e de mundo. Só depois é que o velho continente saberá que, afinal, as suas contendas eram guerras civis suicidárias.

Implicações que, no caso português, ganharam especial relevância, não só pelos acordos secretos celebrados antes de 1914 entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e respeitantes a Angola e Moçambique, como pelas possíveis consequências internas que trariam o pós-guerra e o bloco vencedor. E a maior parte dos líderes da jovem República viu na participação uma boa oportunidade para se reforçar o consenso nacional à volta do novo regime, atacado por todos os lados, numa conjuntura em que, à ambiguidade britânica, se juntava o chamado «perigo espanhol». Sonhava-se em finalmente conseguir, de acordo com o modelo francês, a definitiva fusão da República com a Pátria e a Nação. Assim, tem todo o cabimento historiar a corrente que tudo fez para que Portugal entrasse na guerra (de entre todos, Afonso Costa e Norton de Matos) e indagar se ela não pautou a sua opção por um plano estratégico, gizado não só contra a Alemanha, mas também com os olhos postos na ameaça que provinha da própria aliada – a Grã-Bretanha. Sem esquecer, logicamente, a força da ideia de que seria imperativo republicano combater a «barbárie», em nome da «civilização», para, finalmente, salvaguardado o direito à existência independente das pequenas nacionalidades, se fazer de Portugal uma sociedade moderna.



Elaborada a partir de um imenso fundo de fontes primárias, escrita de um modo em que a erudição não se impõe nem à interpretação, nem a um ordenamento narrativo que, amiúde, toca o literário, esta obra passa a constituir uma referência obrigatória nos estudos sobre a entrada de Portugal na guerra e, conseqüentemente, acerca das dificuldades e desafios que a jovem República teve de enfrentar. E o mesmo se sustenta no que concerne à análise da linha política seguida pelo Partido Democrático e das suas incidências nos comandos militares, tendo como pano de fundo as manobras das grandes potências e, em particular, as da Grã-Bretanha e da Alemanha.

Mais especificamente, estudar a concretização dessa «estratégia nacional», em função das conjunturas, é o escopo nuclear de Luís Fraga. Mas, ir para a guerra também implicou o bloqueamento de uma reforma das forças armadas de inspiração republicana e o aceleração da formação de milhares de homens que, com urgência, tinham de alinhar num combate para o qual não estavam técnica, física e psicologicamente preparados. Esse será o destino do Corpo Expedicionário Português, finalmente bem historiado desde a sua génese até ao seu quase aniquilamento.

Os juízos de valor que ficaram registados só podem surpreender os que ignoram os muitos estudos de Luís Fraga sobre a guerra no século xx. Em termos de inserção geracional, ele pertence a um grupo de militares-historiadores, cujos interesses intelectuais e gosto pela investigação têm possibilitado um enriquecedor cruzamento de perspectivas *internalistas* com as de cariz mais *externo*. E se os bons exemplos começam a abundar, o que se vai ler confirma-o plenamente, tanto mais que o autor reivindica a fidelidade a interpretações avançadas em ensaios anteriores (e nem sempre justificadas e lembradas, pelo seu pioneirismo, como merecem) e assume, sem sofismas, o diálogo, não raro discordante, com outras hermenêuticas acerca do significado do «guerrismo», bem como das tendências que, dentro do campo republicano e fora dele, matizaram o intervencionismo ou o combateram. Nível em que a inconclusa veracidade perseguida pelo saber histórico é inseparável do salutar conflito de interpretações.

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

Depois das guerras napoleónicas a Europa não se viu envolvida mais vez nenhuma, no século XIX, em qualquer conflito bélico de grandes dimensões até que, no início do século XX estalou a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, assim chamada depois de ter sido conhecida por Grande Guerra.

Portugal, há muito virado para o comércio ultramarino — fosse o de escravos ou, mais tarde, o do cacau e café —, passou o século XIX, depois de resolvida a Guerra Peninsular, numa tranquila neutralidade só rompida pelas lutas de pacificação nas colónias africanas já depois da conferência de Berlim. Portugal e Espanha viviam no reduto peninsular os seus problemas, as suas misérias e o seu subdesenvolvimento. Enquanto para além dos Pirenéus o progresso se vislumbrava de dia para dia, em função dos avanços tecnológicos, os reinos hispânicos debruçavam-se ou para dentro de si mesmos ou para os restos dos impérios que haviam construído nos séculos XV, XVI e XVII.

Em Portugal, a República, em 1910 — a segunda a verdadeiramente se implantar na Europa — sonhava ser capaz de romper com atrasos ancestrais e levar o país a alinhar o passo com os Estados mais progressivos do continente. Contudo, um tal objectivo era ainda uma forma de *olhar para dentro*, embora tomando o exterior como paradigma; *olhar para fora* passava por ter de cortar muitas dependências e reformular políticas ousadas que, pela certa, não havia condições anímicas para executar. Fazê-lo impunha um clima internacional propício o qual, por uma razão incontrolada, fizesse sobressair as fracas possibilidades portuguesas. Esse momento aconteceu, por um lado cedo demais, mas, por outro, na altura em que a degradação e desgaste da governação republicana ainda podia suportar o

desafio. Esse momento único, em nosso entender, surgiu com o estalar das hostilidades, na Grande Guerra, no início de Agosto de 1914.

A princípio, as potências envolvidas julgaram que a resolução do conflito seria tão rápida como todas as outras guerras da segunda metade do século XIX, todavia, o desenvolvimento armamentista já chegara a um ponto tal que as forças em presença se equivaliam em poder e, por outro lado, o número de Estados arrastados para o confronto era tão grande que os diferentes interesses impediam uma solução consensual. A guerra tinha de ser levada até ao fim, isto é, até à exaustão de uma das facções em luta. Isto mesmo percebeu-se nas proximidades do Natal de 1914. A negociação só se começou a tornar previsível já durante o ano de 1915, quando o holocausto havia mostrado as suas capacidades.

A intervenção de Portugal passou a impor-se por várias razões, mas também para não ser um Estado periférico e fora do contexto sujeito à vontade de todos os que haviam sofrido os horrores do conflito. A tradicional neutralidade novecentista — só alterada para um estatuto de ambiguidade aquando da guerra anglo-boer — tinha de ser abandonada quer por razões de ordem interna quer por motivos de ordem externa, tal como há quase vinte anos demonstrámos, pela primeira vez em Portugal<sup>1</sup>.

Para todos quantos souberam compreender a necessidade da beligerância — uma beligerância no teatro de guerra europeu — foram claras as subtilezas dessa política que pouco tinha a ver com o efectivo perigo alemão. No entanto, para muitos — na época e ainda agora — gerou-se-lhes uma neblina intelectual que os impossibilitou de perceber como a limitação das operações militares aos teatros de guerra africanos ou mesmo a neutralidade era nefasta e inoportuna à política de desenvolvimento e autonomia que os intervencionistas desejavam.

---

<sup>1</sup> Veja-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa: Universitária Editora, 2001 ou a versão policopiada, depositada na Biblioteca Nacional e em outras, intitulada *Portugal e a Primeira Grande Guerra: A Estratégia Nacional Portuguesa: 1914 – 1916*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1990 (dissertação de mestrado em Estratégia).

Podemos dizer, sem receio de errar, que a guerra na Europa condicionou a política nacional portuguesa durante os quatro anos que durou; condicionou-a na vertente interna por causa da vertente externa e vice-versa. À instabilidade provocada pelas incursões monárquicas e às várias conspirações que os simpatizantes do Rei desenvolveram entre 1911 e 1919 devem juntar-se as revoluções que a entrada ou não na guerra geraram, pondo republicanos contra republicanos. De facto, a queda do Governo Azevedo Coutinho, em 1914, e a chamada do general Pimenta de Castro para formar Ministério, mais não foi do que um golpe palaciano conduzido pelo Presidente da República, Manuel de Arriaga, para evitar a ultimação dos preparativos de uma mobilização posta em marcha para satisfazer os anseios dos intervencionistas. Do mesmo modo, a revolução de 14 de Maio de 1915, que derrubou o velho general alcandorado a primeiro ditador no regime republicano, teve como objectivo principal abrir as portas da governação aos intervencionistas que, graças a manobras diplomáticas bem conduzidas, viram realizado o seu desejo em Março de 1916. A constituição do Governo de *União Sagrada* e toda a oposição que se lhe seguiu teve sempre como pano de fundo a beligerância. A tentativa revolucionária de 13 de Dezembro de 1916, conduzida por Machado Santos, fez-se, uma vez mais, para evitar a marcha das tropas para França. Um ano depois, o golpe militar de Sidónio Pais foi ainda, e de novo, uma tentativa de mudar o curso da política de guerra traçada e executada pelos Governos intervencionistas. O próprio assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, embora posterior ao armistício, julgamos, pode ainda inscrever-se no rescaldo da política belicista.

Se a instabilidade política foi fruto da guerra, tendo-a ou não como pretexto, a instabilidade social foi resultado directo do conflito que assolava a Europa e se estendeu a todo o mundo. Aliás, como à frente se verá, uma das principais características deste grande confronto bélico foi a sua *totalização*<sup>2</sup>, ou seja, o levar a guerra, ainda que de uma maneira diferente, dos campos de batalha para a retaguarda, afectando de modo indelével

---

<sup>2</sup> Empregamos aqui este termo para o correlacionar com o de *guerra total* utilizado pelo general Ludendorff, seu teorizador.

as populações civis; a guerra já não era só sentida pelos combatentes e pelos habitantes das áreas onde se desenrolavam os combates, mas por todos, de modo a quebrar o moral daqueles a quem competia bater-se em campanha. Neste conflito, deliberadamente, vão aproveitar-se as facilidades tecnológicas dos contactos rápidos dos combatentes com os civis para desenvolver, talvez pela primeira vez, a propaganda como arma de desmoralização. Vai haver uma interpenetração da frente com a retaguarda de modo a todas as angústias e todas as dificuldades afectarem os que envergavam uniforme e os que o não vestiam. O número de homens empenhados na guerra vai ser de tal monta que, pela primeira vez também, as mulheres são chamadas a trabalhar em fábricas usualmente destinadas a operários do sexo masculino. A desconformidade económica com o desregulamento dos circuitos de compra e venda tornou-se o elemento fundamental para corroer as retaguardas. A guerra submarina, impedindo a livre circulação dos produtos mais essenciais às populações, foi usada pela Alemanha até à exaustão. Nada nem ninguém ficou imune aos efeitos da guerra.

Foi no meio desta situação tendencialmente caótica que os intervencionistas portugueses pressentiram a possibilidade de, ao levar para o conflito bélico o país, entrosar a política nacional com a política dos Aliados, minorando alguns dos efeitos sociais e económicos e conseguindo uma aceitação respeitável no concerto das nações. Por arrastamento viriam os benefícios económicos e, até, culturais<sup>3</sup>.

A beligerância nacional foi, assim, um factor que, conseguindo ou não alcançar no todo ou na parte alguns dos objectivos dos intervencionistas, não só condicionou a condução política durante os quatro anos de guerra — Agosto de 1914 a Novembro de 1918 — como se prolongou, nos seus efeitos, muito para além do final do conflito. Não será exagero se dissermos que o golpe militar de 28 de Maio de 1926 foi, embora já de forma remota, uma sequela da beligerância portuguesa. Com efeito, a entrada na guerra veio dar, no plano interno, uma projecção, visibilidade e importância ao

---

<sup>3</sup> Veja-se, do autor, «Portugal na Grande Guerra — Uma mudança estratégica?», *Revista de História das Ideias: República*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol.27 (2006), p. 323-357.

Exército e à Armada que não faziam parte dos planos dos políticos republicanos em 1910. Essa projecção e importância arrastaram-se muito tempo ainda pela ditadura e Estado Novo, julgando nós que se pode considerar já sem relevância significativa quando o ministro Santos Costa executou a reforma do Exército, em 1937.

A beligerância portuguesa poderia não se ter concretizado no teatro de guerra europeu e ter-se limitado à defesa dos ataques germânicos nos territórios de Angola e de Moçambique. Mas foi a percepção de que não era em África que se resolvia o conflito quem determinou a vontade de mandar para França uma força militar expedicionária. Era nas trincheiras da frente ocidental que os termos da paz seriam delineados e, assim, impunha-se que fosse ali que Portugal desse o seu contributo para o esforço conjunto.

Não se tratava de fazer valer a importância do contributo de meia centena de milhares de homens — ou mesmo mais que fossem; tratava-se, isso sim, de desenvolver uma política e uma acção diplomática que já não podia passar só pelas chancelarias. Foi, sem sombra de dúvida, assim que os intervencionistas entenderam a mobilização do Corpo Expedicionário Português (CEP) para combater em França. Assim, tal como já foi dito, mais do que participar na guerra para auxiliar os Aliados, buscavam-se equilíbrios políticos internos e externos. Dito de modo mais claro, a missão do CEP, sendo na aparência exclusivamente militar, era essencialmente política pelo que ajudava a criar as estabilidades necessárias à recém-proclamada República. A missão desta força tinha muito de semelhante à que hoje se atribui às contribuições militares nacionais nos diferentes pólos de tensão que se estendem dos Balcãs ao Afeganistão. Haverá, naturalmente, que salvaguardar os contextos contemporâneos em que tais envolvimento se fazem.

Ao CEP cabia um papel político-militar e, até, político-diplomático. Perceberam-no, muito bem os Ingleses e, em certa medida, os Franceses. Estamos convictos desse entendimento pelas atitudes que, como mais à frente teremos oportunidade de explicar, adoptaram perante a vontade nacional portuguesa: os Ingleses, procurando minorar a importância desse papel; os Franceses, embora de forma limitada e discreta, apoiando-o numa nebulosa oposição a Londres, tal como convinha. Só em Portugal não foi completa e unanimemente compreendida a missão do Exército na sua marcha para França.

Não sendo compreendida pelos círculos políticos que tinham obrigação de abandonar posições radicais face ao interesse nacional, menos ainda o foi por uma grande maioria dos militares mobilizados. Às vezes essa incompreensão atingiu os escalões mais elevados da cadeia de comando do CEP. É claro que se tratava de uma subtileza à qual só eram sensíveis todos os que tivessem da política uma visão larga e soubessem compreender que os interesses nacionais podiam ser defendidos, *fugindo para a frente*, com medidas ousadas e arriscadas.

Sabemos quão difícil era — e, em certa medida, ainda é — para profissionais militares compreenderem que a função castrense pode, em algumas circunstâncias, abranger uma componente diplomática e, até, política. O envolvimento dos militares na política, porque são eles os gestores da máxima violência possível dentro de um Estado, é sempre olhada com reprovação, a qual provém de se admitir que se possa colocar acima do dever nacional o interesse partidário. Esta explicação dir-se-ia numa frase: os militares devem ser apolíticos, porque se destinam a servir a Nação.

Como princípio a ideia é válida, todavia, é necessário perceber que não deve ser aceite cegamente. A política, em especial num regime democrático, é feita por partidos e, no cumprimento da sua missão, as Forças Armadas, através dos comandos superiores, deverão ter a sensibilidade para compreender quando aquela está em consonância com os interesses nacionais. Trata-se, afinal, de saber distinguir entre a legalidade e a legitimidade. O cumprimento exacto da missão recebida é obrigação do comandante e dos graduados de qualquer força militar, mas cabe aos mais responsáveis e mais esclarecidos perceberem para lá da simples ordem, de modo a interiorizarem as razões profundas que a tornam legítima. Essa interiorização, às vezes, obriga a que o comportamento castrense cego e politicamente isento, seja mais flexível, dando ao comandante e a toda a cadeia dele dependente uma postura passível de se confundir com comportamentos políticos.

Ao comandante do CEP — fosse ele qual fosse — competia ver mais longe do que a simples disciplina militar e o restrito cumprimento da missão. Indo integrar-se o CEP na estrutura de comando britânica tinha de se



ter continuamente presente que, para além de uma grande unidade militar, ele era a representação armada de um Estado soberano e independente. Assim, nem sempre o seguidismo cego dos regulamentos poderia e deveria ser aconselhável. Haveria, por certo, circunstâncias em que ter-se-ia de mostrar ao comando britânico a independência que resultava do estatuto nacional deste Corpo Expedicionário. Curiosamente, existia entre a oficialidade portuguesa, em França, quem tivesse a percepção desta subtil diferença e quem não fosse capaz de a descortinar. Naturalmente, entre uns e outros o choque seria inevitável, pois para os primeiros haveria um limite para a subordinação hierárquica ao comando britânico e para outros esse limite só parava onde a normal disciplina castrense obrigava.

Entre os primeiros estava o chefe do estado-maior do CEP, coronel Roberto Baptista e toda a oficialidade dele dependente e entre os segundos estava o próprio comandante do Corpo Expedicionário, general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva. Lendo o *Relatório* e outros escritos do general, entre eles o *Diário* — ainda inédito —, percebe-se quanta dificuldade teve em ir para além da subordinação automática ao comando inglês; tudo para ele se reduzia a princípios rígidos de autoridade e disciplina. Deixou-se impressionar pelo comportamento britânico, não levando em conta as tremendas diferenças culturais existentes entre o povo português e o inglês; diferenças que justificavam o modo como a autoridade era exercida pela oficialidade britânica. Enquanto Roberto Baptista compreendeu que a cooperação impunha limites à actuação do comando britânico, Abreu e Silva, general dicotómico e maniqueísta, viu, desde logo, nesta atitude do seu chefe de estado-maior uma disputa entre Portugueses e Ingleses e, mais ainda, uma tentativa do seu subordinado o tutelar. Foi incapaz de perceber que Roberto Baptista, tal como o subchefe do estado-maior, tenente-coronel Luís Augusto Ferreira Martins, reconheciam a necessidade de estabelecer um bom relacionamento com os comandos britânicos, mas salvaguardando sempre uma postura de paridade que advinha da igualdade de soberanias. Por certo, o Alto Comando britânico ter-se-á apercebido do atrito entre o general-comandante e o seu chefe de estado-maior e essa terá sido uma brecha por onde explorou a discórdia latente.

Esta clivagem que se delineou logo desde as primeiras semanas, em França, tornou-se patente à restante oficialidade que havia compreendido o amplo alcance do intervencionismo nacional. Foi mais um elemento que veio mostrar as fragilidades internas do CEP e contribuiu para reduzir o objectivo político daquela grande unidade militar mandada para a frente de combate não só para auxiliar os Aliados, mas, acima de tudo, para, junto deles, marcar a presença de uma missão *diplomática* nacional.

Durante os últimos vinte e sete anos, com pequenos intervalos, temos estudado a participação militar portuguesa na Grande Guerra. Tem sido uma tarefa aliciante, mas esgotante, porque o imenso espólio documental existente no Arquivo Histórico Militar (AHM) — cerca de 1500 caixas — dá-nos possibilidades de nos perdermos em buscas diversas. Foi preciso muito esforço e disciplina para fazer, como fizemos, o levantamento das oitocentas primeiras caixas e mais o de várias dezenas de outras que se lhe seguiram. Oferecemos àquele Arquivo a base de dados que construímos dessa pesquisa de anos. Outros, no futuro, poderão vir a usufruir informaticamente de grande parte desse nosso trabalho.

Ao longo do tempo demos utilidade parcial à muita informação que possuíamos e, foi deste modo, que logo em 1985 publicámos vários trabalhos como resultado de outras tantas aproximações à problemática da beligerância nacional. O tempo e o contacto com a documentação foram, também, sedimentando em nós certas certezas e algumas desconfianças. Com o rodar dos anos vislumbrou-se-nos impossível atingir o termo da tarefa que nos havíamos imposto: efectuar o levantamento de todo o espólio do CEP. Havia que avançar para uma síntese que fosse academicamente aceitável, tendo em vista outros fins universitários.

Em face do material por nós recolhido seleccionámo-lo para formularmos um problema que representasse uma nova forma de olhar a participação portuguesa na Grande Guerra, em França. Marcámos um objectivo a nós mesmos e é ele quem nos orienta neste trabalho: demonstrar que a participação militar portuguesa na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, em França, sofreu um conjunto de vicissitudes cuja origem se situou dentro e fora do âmbito castrense nacional, gerando dois «tempos», dois «modos» e, até, dois «tipos de comando» diferentes no Corpo Expedicionário Português durante o

período que medeia de Janeiro de 1917 a Novembro de 1918. Quer dizer, não nos interessa estudar a vida do CEP desligada do desenrolar da vida política nacional; um estudo exclusivamente limitado ao quotidiano do Corpo Expedicionário na frente de batalha dar-nos-ia uma visão distorcida da verdade. Seria um simples relato de meras ocorrências desgarradas do seu contexto mais profundo. O que se passou em França, na frente de combate, e o que ocorreu em Portugal não se deve dissociar, porque as influências se interpenetraram — naturalmente que o *todo* teve maior repercussão sobre a *parte* do que a inversa, ou seja, os acontecimentos em Portugal reflectiram-se com maior incidência no CEP do que os deste no país.

O Corpo Expedicionário foi uma continuação de Portugal em França; estudá-lo somente como um fenómeno de natureza castrense era desenraizá-lo de um contexto muito mais vasto no qual ele, de facto, viveu. Também teremos oportunidade de perceber que a política portuguesa, só pelo facto de se ter constituído aquela grande unidade militar, foi influenciada nos seus alicerces mais profundos, gerando posturas que alteraram comportamentos e atitudes. É esta *soldadura* que não tem sido estudada em profundidade, nem tem sido compreendida na sua plenitude. Sobre ela vamos fazer incidir os nossos esforços na tentativa de se perceber como, mais do que a beligerância, o CEP, ele mesmo, na medida em que foi a parte visível do intervencionismo, foi *motor* e *viatura* de um complexo processo militar e político.

Para a prossecução do nosso objectivo vamos tentar seguir três grandes vectores, a saber: *a)* estudar e analisar o empenhamento militar das tropas portuguesas na frente de combate, em França, antes e depois da ascensão de Sidónio Pais ao Poder; *b)* relacionar a situação política interna, em Portugal, com o empenhamento militar português no ano de 1917 e no de 1918, em França; *c)* estabelecer, se possível, a correlação entre a emergência do sidonismo e as vicissitudes militares ocorridas no CEP.

Depois de termos definido o objectivo que pretendemos atingir e os pressupostos que desejamos demonstrar começámos a seleccionar das muitas páginas já por nós escritas e publicadas aquelas que nos poderiam servir, pois existem relatos que, feitos uma vez de modo correcto, não vale a pena tentar reinventá-los. De seguida munimo-nos dos ficheiros documentais

onde havíamos, em tempos, anotado aspectos achados relevantes da muita documentação compulsada. Por fim juntámos as sínteses da vasta bibliografia que ao longo dos anos fizemos. É na posse de todo este material que vamos arquitectar e deixar de pé os nossos pontos de vista, sujeitando-os a uma crítica apurada de modo a poderem *dizer* a verdade que ressaltará da lógica que vai presidir ao seu relacionamento.

Ao trabalhar a bibliografia não pudemos nem quisemos deixar de lado as obras que, julgamos, atravessam o terreno no qual nos vamos movimentar. Fizemos delas, de novo, uma leitura crítica. Leitura que pretendemos deixar aqui como ponto de partida para o nosso próprio trabalho.

### Obras recentes sobre o tema

Temporalmente, o estudo mais distante que nos surgiu sobre Sidónio Pais e a guerra foi o de Vasco Pulido Valente — *Estudos sobre Sidónio Pais: comércio e distribuição em 1918*, Lisboa Barcelos: Comp. Edit. do Minho, 1968, de 23 páginas — que não aborda em concreto a temática que nos propomos, mas outras que lhe são laterais.

Vinte e um anos depois, em 1989, José António Sequeira Gonçalves, apresentou, na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, uma dissertação de mestrado subordinada ao título *Sidónio Pais e a participação na guerra 1914-1918*. É, por certo, o trabalho que mais se aproxima tematicamente do nosso. Trata-se de um texto policopiado em dois volumes; o primeiro, constitui a dissertação propriamente dita e não vai além de pouco mais de oitenta páginas; o segundo é um longo repositório de cópias de documentos o qual mostra a investigação cautelosa do autor. Peca, contudo, este trabalho por Sequeira Gonçalves não ter feito o estudo das motivações da beligerância e dos objectivos mais profundas dos interventionistas. Só deste modo se explica que o autor tenha sido capaz de afirmar que Sidónio não foi contra a guerra nem contra o CEP, porque assim o demonstram os documentos. Diz que Sidónio esbarrou com a resistência do estado-maior do CEP para fazer as alterações que seriam mais

convenientes<sup>4</sup>. Esta posição denota, para além de um entendimento da documentação ao pé da letra, uma grande dificuldade em compreender os jogos de poder que tanto Sidónio Pais como os Ingleses desenvolveram durante o consulado daquele político. Era preciso compulsar a documentação enviada de Londres para Lisboa, pelo general Garcia Rosado e, depois, a que foi trocada, em França, por aquele oficial com o Alto Comando britânico, para perceber que Sidónio Pais afirmava por escrito certas disposições de cooperação militar, mas não as mandava executar, até porque não tinha como nem condições políticas internas para tal. A posição política de Sidónio Pais tem de ser olhada com a objectividade que provém da interpretação dos documentos cotejando-a com a realidade vivida. Essa foi a metodologia que adoptámos.

Em Novembro de 2002<sup>5</sup>, Isabel Pestana Marques viu publicada a sua dissertação de mestrado intitulada *Os Portugueses nas trincheiras: um quotidiano de guerra*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1995. Trabalho bastante cauteloso, envolvendo uma boa pesquisa documental, embora não levantando a problemática que nós abordamos atravessa uma parte do nosso percurso, nomeadamente os aspectos disciplinares, os da sobrevivência e morte e, também, os da debilitação moral das tropas. Naturalmente, começa por abordar as causas da participação na Grande Guerra, mas fá-lo de modo introdutório, sem aprofundar o que sobre o assunto nós mesmos já tínhamos escrito anos antes. Assim, a pretendida descrição do quotidiano das tropas portuguesas ficou desgarrada das motivações mais profundas da política beligerante e intervencionista. As explicações circunscrevem-se mais especialmente ao CEP e ao seu mundo restrito, não levando em conta a influência da política nacional, particularmente a que se passou a fazer depois da tomada do Poder por Sidónio Pais. Por outro lado, a explicação de todas as vicissitudes da tropa e do seu comportamento, por vezes anormal, fundamenta-se na compreensão que da vida e da disciplina

---

<sup>4</sup> Ver p. 29 do 1.º volume.

<sup>5</sup> *Os Portugueses nas trincheiras: um quotidiano de guerra*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, 444 p.

militar tinha o general Abreu e Silva, já que, é notória a colagem que a autora faz aos textos daquele oficial<sup>6</sup>.

Mais tarde, em 2004, a mesma autora, veio a publicar um volume no qual inclui o original de uma obra escrita por Tamagnini de Abreu e Silva, por ele intitulada *Os meus três comandos*, antecedida de um longo estudo explicativo do texto<sup>7</sup>. Mais uma vez, Isabel Pestana Marques foi fiel à visão de Abreu e Silva, preocupando-se com a compreensão dos pontos de vista do general e deixando a perspectiva crítica à comparação que outros pudessem vir a fazer, através de uma mais ampla visão dos acontecimentos e da sua compreensão. Esta obra complementa alguns aspectos, devidamente assinalados, do nosso trabalho com as ressalvas que tivemos de ir colocando pelas razões indicadas.

Em 1997, Armando Malheiro da Silva apresentou, na Universidade do Minho, a tese de doutoramento, em História Contemporânea, intitulada *Sidónio e Sidonismo: História e Mito*, obra em dois volumes que, mais tarde, em 2006, veio a ser publicada, também em dois volumes, subordinando-se aos seguintes títulos: o primeiro, *Sidónio e Sidonismo: História de uma vida*, e, o segundo, *Sidónio e o Sidonismo: História de um Caso Político*<sup>8</sup>. No nosso trabalho compulsámos com muita frequência estes últimos.

Trata-se de um excelente estudo, levado à exaustão, da vida de Sidónio Pais. Talvez por ter a obra um pendor francamente biográfico o autor não aprofundou, na altura própria, as motivações da ida de Portugal para a guerra nem os argumentos dos intervencionistas, nem o interesse nacional na beligerância.

---

<sup>6</sup> Deve ter-se em atenção que até para nós foi difícil deixar de sermos influenciados pela visão do general Abreu e Silva. Foram necessários vários anos de estudo e de leitura de textos de outros intervenientes na guerra para percebermos que existiam outras formas possíveis de olhar a mesma realidade. Acima de tudo, para perceber a personalidade daquele que foi o primeiro comandante do CEP.

<sup>7</sup> Isabel Pestana Marques, *Memórias do General. «Os Meus Três Comandos» de Fernando Tamagnini*, Viseu: SACRE – Fundação Mariana Seixas, 2004, 238 p.

<sup>8</sup> Foram ambos editados pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

Chegado o momento de estudar a tomada do Poder e, mais do que tudo, da relação deste com a guerra, o autor arrimou-se ao estudo de Sequeira Gonçalves e concluiu como ele que Sidónio Pais não tinha sido um «anti-guerrista», achando exagerada a nossa própria afirmação, feita em 1985, de que o ditador havia deixado estiolar, em França, o CEP, à míngua de reforços<sup>9</sup>. Tal conclusão, fundamenta-a na diplomática maneira do general Ferreira Martins dizer que, afinal, Sidónio Pais afirmou por escrito uma postura e desenvolveu, na prática, a contrária. A seu tempo, demonstraremos como, realmente, por uma falta de ampla visão das motivações intervencionistas, pode, ainda hoje, involuntariamente, ser distorcida a interpretação da política de guerra levada a cabo pelo detentor do Poder no ano de 1918, em Portugal.

Em 2002, Maria Alice Samara, publicou *Verdes e Vermelhos: Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*<sup>10</sup>. É um excelente estudo que, uma vez mais, atravessa a nossa temática, mas passando-lhe marginalmente, porque reflecte os efeitos internos do conflito, isto é, mostra a *totalização* da guerra na retaguarda, focando-lhe os aspectos políticos internos, sociais e económicos. Nele se pode encontrar a justificação para a quebra do moral entre políticos, trabalhadores e, até, militares. É um estudo que fundamenta a fuga à mobilização para reforçar o desfalcado CEP durante o consulado de Sidónio Pais, mostrando os confrontos sociais que teriam de ser superados para conseguir reunir unidades militares dispostas a marcharem para França.

Filipe Ribeiro de Meneses, em 1996, doutorou-se no Trinity College de Dublin e publicou a sua tese, em Portugal, no ano de 2000, subordinada ao título *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*<sup>11</sup>. É outra obra que, a par da dissertação de Sequeira Gonçalves, *bate* o mesmo tema do presente trabalho.

---

<sup>9</sup> Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo: Vol.2: História de um caso político*, p. 52.

<sup>10</sup> Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos: Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa: Editorial Notícias, 2002, 226 p.

<sup>11</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, 333 p.

O autor identifica da seguinte forma o seu objectivo: «(...) é precisamente estudar não só a campanha de mobilização política efectuada pelos Governos desse regime [republicano] e os corpos sociais que os apoiavam, mas também a campanha de contra-mobilização travada por todos os inimigos da República — e do partido Democrático — de forma a melhor entender as causas do colapso da República em Dezembro de 1917 e a natureza híbrida do regime sidonista que se lhe seguiu e a *sugerir* que a intervenção portuguesa na Grande Guerra poderia ter marcado o ponto final do regime inaugurado em 1910» (sublinhado nosso). Como se vê, dá prioridade à perspectiva política relativa aos Governos que antecederam o de Sidónio Pais. Aliás, de 321 páginas de texto, dedica 215 ao período anterior à tomada do Poder por aquele oficial do Exército e antigo ministro em Berlim e 103 ao que se lhe segue, das quais 13 ao Corpo Expedicionário Português. Isto dá-nos, de forma grosseira, uma perspectiva do peso que o autor dispensou a cada uma das grandes partes em que organizou o seu trabalho.

É de toda a justiça dizer-se que faz um excelente levantamento das poucas acções de propaganda que foram levadas a efeito pelos partidos intervencionistas ou beligerantes, demonstrando quanto ficou o Portugal rural no desconhecimento das motivações que justificavam a intervenção no conflito. Explica essa ignorância através do receio que o Partido Democrático terá tido de se relacionar com as populações rurais que estavam subjugadas à influência da Igreja e dos caciques monárquicos locais, entrando numa luta desigual.

Claro que segundo a nossa perspectiva, a aposta na propaganda junto das populações das aldeias e vilas do Portugal interior e rural constituía uma empresa impossível de conseguir atendendo ao elevado índice de analfabetismo e à subjugação quase total à influência da Igreja; não era possível quebrar essa *espinha dorsal* da cultura portuguesa imposta havia centenas de anos através da prática de acções obscurantistas.

Seja como for, a tese de Filipe Ribeiro de Meneses e o presente trabalho são complementares, pois um debruça-se sobre todo o panorama político interno, dando claramente mais importância à vertente civil e o outro, sem descurar aspectos políticos da mesma natureza, vai privilegiar as questões



militares que traduziram uma política de beligerância. Uma fronteira bem nítida separa-os, contudo: na *União Sagrada e Sidonismo* prevalece a ideia de que a insistência na beligerância foi um erro e, neste que apresentamos, defendemos opinião diametralmente oposta. Por este motivo, torna-se conveniente dedicarmos algum tempo à análise dos pressupostos de onde partem alguns historiadores, nomeadamente Ribeiro Meneses, por ser aquele com quem mais se cruza a nossa investigação.

Diz-nos o autor antes mencionado<sup>12</sup>: que *o sacrifício económico exigido pela beligerância ao povo português iria ser uma consequência da opção entre beligerância e não beligerância*. Ora, a verdade é que, em consequência daquilo a que o general Luddendorff<sup>13</sup> veio, anos mais tarde, a chamar *guerra total* todos os países europeus — e até alguns fora da Europa — sofreram consequências económicas do conflito. Assim, a situação a que chegou a economia nacional, em 1916 e nos anos posteriores, não foi consequência da Alemanha ter declarado guerra a Portugal, mas sim de todos os circuitos económicos, resultantes de um comércio cada vez mais a tender para a dependência globalizante, estarem a ser afectados, principalmente, pela guerra submarina desencadeada pela Alemanha a qual dificultava as trocas comerciais entre parceiros, mesmo que fossem neutrais. Donde, 1917 como ano de ruptura por causa de instabilidade social motivada por carências de toda a ordem, em especial no plano alimentar, por Portugal ser beligerante, é uma conclusão longínqua da verdade; neutral ou não o país — tal como aconteceu com a neutral Espanha — atravessaria as mesmas dificuldades económicas ou, talvez piores, pois o facto de ser beligerante trouxe aos portos nacionais os navios americanos com produtos em falta.

Ribeiro Meneses, a dado passo da sua obra, afirma<sup>14</sup>: «Para que a participação na guerra fosse um sucesso para a República, a obtenção de vitórias militares seria uma necessidade: tais vitórias seriam uma demonstração da capacidade organizadora do novo regime, e mereceriam o

---

<sup>12</sup> *Op.cit.* p. 41.

<sup>13</sup> General Ludendorff, *La Guerre Totale*, Paris: Ernest Flammarion, 1936.

<sup>14</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 50.

aplauso da opinião pública das nações aliadas». Trata-se, quanto a nós, de um pressuposto que não resulta de qualquer afirmação feita por militares ou políticos governantes, por ser de execução impossível, como aliás o próprio autor acaba por reconhecer. Contudo este pressuposto está na origem de um facto, esse sim, verdadeiro e reconhecido: o direito a poder produzir um comunicado para a imprensa se a representação militar nacional fosse, no mínimo, de um Corpo de Exército. O que o Governo buscava era a visibilidade suficiente na frente de batalha que pudesse justificar, aos olhos da opinião pública nacional e, em especial, internacional o sacrifício; e o comunicado de imprensa concedia um estatuto que não devia ser desprezado. A resistência que Sequeira Gonçalves diz ter Sidónio Pais encontrado no estado-maior do CEP resultou, em grande medida, no facto de a alteração orgânica do Corpo Expedicionário, proposta pelos Ingleses e aceite por ele, retirar a possibilidade de haver comunicado de imprensa. Portugal, como força militar, desaparecia da frente de combate muito antes de os Alemães terem desbaratado a 2.<sup>a</sup> Divisão na batalha de La Lys.

O problema da *preparação do Exército para entrar na guerra* era uma questão que poderia ser levantada — e é levantada por alguns autores, nomeadamente Medeiros Ferreira<sup>15</sup> — normalmente *para colocar em destaque a sua incapacidade efectiva*. Contudo, não explicam, como nós o vamos fazer, as causas dessa situação. Causas que se não podem atribuir ao regime republicano, mas que foram agravadas pelas reformas levadas a cabo em 1911 para, a longo prazo, se conseguir um Exército capaz de intervir na defesa nacional; reformas de um grande alcance e de uma modernidade que jamais voltou a ser posta em prática.

Filipe Ribeiro de Meneses, na sua tese, parte de um outro pressuposto: *a participação portuguesa na guerra deveria afectar o maior número de Portugueses para se conseguir um efeito de adesão em torno de um ideal patriótico*<sup>16</sup>. Julgamos que podemos deixar provado que o Governo estava plenamente conhecedor de toda a oposição à beligerância nacional que

---

<sup>15</sup> *Op. cit.* p. 52-53 e José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 48.

<sup>16</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 69.

grassava no seio da sociedade portuguesa e no dos diferentes grupos do tecido social e, para provar o contrário da afirmação do autor, está o facto de não se terem feito, verdadeiramente, acções de propaganda que alimentassem a vontade popular de compreender as razões da beligerância ou da sua necessidade. Este descurar de um aspecto tão importante — que mereceu a crítica, inclusive, de políticos adeptos da participação na guerra — é a prova evidente da falta de razão daquele historiador. E isso mesmo nós vamo-lo demonstrar ao longo do nosso trabalho.

Ainda o mesmo historiador ressalta o facto de o Governo de *União Sagrada* ter começado mal o seu período de governação por causa da amnistia, pois «(...) revelou a fragilidade do conceito de unidade republicana»<sup>17</sup>. Uns desejavam-na muito ampla, outros queriam-na mais restrita. E neste caso estavam os Democráticos que viam com muito maus olhos o perdão de todos os que haviam colaborado com a ditadura de Pimenta de Castro. Como mais à frente se verá, só o desconhecimento da amplitude da conspiração monárquica associada à Alemanha e aos seus agentes que passaram a residir em Espanha poderia apoiar um projecto que, pelo Partido Democrático e, principalmente, pelo ministro da Guerra, Norton de Matos, teria de ser considerado ingénuo e, por isso perigoso. A conspiração monárquica e clerical corroía o país por dentro, dando-lhe, por fora, uma mera aparência de tranquilidade. A ida para a guerra poderia representar uma tentativa de superar algumas das dissensões existentes, mas, no fundamental, permitia «muscular» uma democracia que os republicanos idealistas e desconhecedores da realidade desejavam branda e os monárquicos, para seu próprio proveito, apelidavam de jacobina. A profundidade e as ligações da conspiração monárquica e clerical era de tal ordem que não permitia abrandamentos e a prova disso mesmo tinha sido dada nos poucos meses de existência do Gabinete Pimenta de Castro, vindo a confirmar-se no consulado de Sidónio Pais: em ambos os momentos os monárquicos foram tomando de assalto os lugares mais estratégicos do aparelho do Estado de modo a corrompê-lo por dentro. Aliás, é sabido, António de Oliveira Salazar,

---

<sup>17</sup> *Op. cit.* p. 105-106.

que desde 1928 em diante foi o eixo da política interna e externa de Portugal, teve de governar, ditatorialmente, com grandes cautelas e cedências aos adeptos da Monarquia para manter o regime republicano; essa é a prova do constante empenhamento dos monárquicos na tomada do Poder. Afonso Costa e os seus partidários, porque defendiam a ruptura com o obscurantismo que a Igreja e o Trono haviam permitido para se manterem, ao contrário de Salazar, optavam e optaram pelo dismantelamento desses esteios retardadores da evolução e da modernidade.

Em reforço do que acabamos de dizer, afirma o Ribeiro de Meneses, a dado passo<sup>18</sup>, a propósito do preço do pão e da dificuldade de o manter inalterado, tal como aconteceu em França: «Em Portugal, (...) faltou a vontade política (...) para forçar agricultores, comerciantes e distribuidores de alimentos a obedecer à legislação». Ora, este é mais um pressuposto que não tem fundamento, porque vontade política houve, tanto que para a poder executar se procuraram caminhos onde a força governamental se pudesse mostrar contra toda a oposição manifestada. Essa foi a razão pela qual a censura ultrapassou os limites das questões militares e se estendeu a outros sectores destabilizadores da vida política nacional.

Diz ainda o mesmo autor que «O esforço de guerra português, enquanto política nacional, chegou ao fim em Dezembro de 1917. Quando a batalha do Lys se deu, em Abril de 1918, o CEP era apenas uma sombra da força que tinha sido enviada para França ao longo de 1917. Com a chegada de Sidónio Pais ao poder, a vontade política de aumentar e mesmo de abastecer o CEP esgotou-se»<sup>19</sup>. Este é, aparentemente, o cerne da nossa própria proposição. Dizemos aparentemente porque, de facto, nós afirmamos que a falência militar se ficou a dever à falência da política nacional por causa da conjuntura externa — motivo principal — e interna (conjuntura que resulta da existência de uma situação de *guerra total*) e não, como o autor defende, por causa do Governo não ter sabido ou querido desenvolver um empenhamento nacional no esforço de guerra. Como se compreenderá da nossa proposição, aquele empenhamento era impossível

---

<sup>18</sup> *Op. cit.* p. 118.

<sup>19</sup> *Op. cit.* p. 127.

de levar a efeito. Ver-se-á, mais adiante, que a teia na qual Sidónio Pais se deixou envolver era complexa e tinha várias vertentes: externamente, contava com a vontade da Inglaterra minorizar todo e qualquer esforço militar português e com o constante apoio da Alemanha à luta contra a ordem estabelecida no país; internamente, concorriam várias correntes para tornar inválido o esforço e a política de guerra: os monárquicos conspiravam constantemente, a classe trabalhadora — operários e camponeses — revoltava-se contra os baixos salários e a carestia da vida, a burguesia urbana contestava a falta de géneros essenciais e a brutal inflação, os militares do Exército manifestavam-se pouco interessados em alimentar o esforço que lhes era pedido. Sidónio Pais surgiu como um *salvador* que nada podia salvar — e isso provou-se poucos meses depois do seu golpe — porque nada estava na sua mão a não ser colaborar com a vontade manifestada pelos Ingleses. E essa colaboração correspondia à inversão da política de guerra seguida pelo Gabinete Afonso Costa a qual procurava, através de um mais intenso empenhamento no conflito, obrigar Londres a associar os destinos de Portugal aos seus próprios, minimizando as consequências da *guerra total* que se espalhava no fraco tecido social e económico português. É esta perspectiva que tem falhado a todos os historiadores que sobre este assunto se debruçaram, a qual constitui uma parcela da novidade que o nosso trabalho pretende trazer.

Filipe Ribeiro de Meneses, a dada altura<sup>20</sup>, afirma peremptório: «A guerra, a preparação e o abastecimento do CEP eram, para os intervencionistas, as principais funções do executivo, e o resto do País deveria aceitar tal facto pacificamente: todas as outras questões eram de segunda ordem». Trata-se, evidentemente de um exagero que pode ser facilmente desfeito; mas não é essa a nossa preocupação. Importante para nós é evidenciar como ainda hoje a noção que se colhe da leitura dos jornais da época conduz à interpretação referida por aquele autor; e se é, então isso resulta do facto de o CEP ter assumido uma extraordinária importância para o Governo da altura, demonstrando-se, deste modo, a própria importância da beligerância como Estratégia Nacional, o mesmo é dizer, a existência de

---

<sup>20</sup> *Op. cit.* p. 141.

uma ameaça que havia de se ultrapassar, vencendo-a ou neutralizando-a. E essa ameaça não era, como já dissemos repetidas vezes, a que se podia imaginar, partindo dos Alemães, mas antes partindo de quem, até então, poderia dispor a seu bel-prazer de Portugal e do seu património sem o consentimento dos Portugueses se estes não acautelassem a sua representação nas conversações do fim da guerra. Como se vê, por oposição, demonstra-se a certeza e o acerto da política beligerante praticada pelo Partido Democrático e por todos quantos a apoiaram.

Para finalizar a breve análise das afirmações dos historiadores que ao tema em apreço se dedicaram — e Filipe Ribeiro de Meneses foi um dos que procurou levar mais fundo tal estudo — resta-nos pegar em mais uma afirmação deste autor, que, aliás, é comum a muitos outros, para a rebater ou explicar à luz da investigação que fizemos durante anos. Em dado passo da obra que vimos citando, afirma: «(...) grande parte dos oficiais do exército era hostil à República»<sup>21</sup>.

Não queremos classificar a afirmação como um pressuposto em sentido absoluto, temos, no entanto, de fazer uma correcção a este tipo de asserção para que se possa compreender, sem distorções, o que mais à frente vamos afirmar. Com efeito, se é verdade que no seio do Exército existiam muitos adeptos e ou simpatizantes da Monarquia — adeptos silenciosos e não actuantes — não é menos certo que entre a oficialidade existiam verdadeiros republicanos ainda que distribuídos pelas facções partidárias vigentes na altura. Por outro lado, uma grande parte dos que se não manifestavam simpatizantes da República tinha o sentido ético de servi-la, porque serviam a Pátria — poderíamos citar vários casos dos mais conhecidos oficiais que assim procediam e o rol seria longo<sup>22</sup> — tendo sido muitos desses os que suportaram até ao fim, ou quase, toda a existência do CEP. Acresce que,

---

<sup>21</sup> *Op. cit.* p. 191.

<sup>22</sup> Dois exemplos são dados no comando do CEP: o do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, um mal disfarçado monárquico que se não assumia como tal — veja-se o nosso trabalho *Portugal na Grande Guerra. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, s. d. — e aquele outro que lhe sucedeu, o general Tomás Garcia Rosado, monárquico afirmado e assumido — veja-se da nossa autoria *General Tomás Garcia Rosado, o outro comandante do CEP. França 1918-1919*, Lisboa: Prefácio, 2006 — que honrou com a sua atitude Portugal e, também, a República.

nos anos de 1914 a 1918 a ideia de ser mobilizado para a guerra era incómoda para muitos oficiais que viam na sua actividade uma profissão e um modo de vida tranquilo que, de repente, a recente República vinha alterar; isso terá colocado um número significativo em oposição ao regime não por motivos ideológicos, mas tão-somente por mero comodismo.

Uma outra crítica que Ribeiro de Meneses faz aos governantes republicanos é a de que tinham um fraco conhecimento do país, pois denegriam «(...) as acções feitas pela Igreja para ajudar os soldados e seus dependentes [distribuição de pagelas e santinhos], (...)» não sendo capazes de substituí-las «(...) por gestos semelhantes que demonstrassem uma compreensão das incertezas e dos medos da população em relação à guerra travada tão longe de Portugal»<sup>23</sup>. Trata-se, quanto a nós, de uma opinião que não poderia ser seguida pelos governantes de então. Realmente, sabendo as intenções anti-beligerantes do clero — pelo menos, do baixo clero — o apoio aos soldados e suas famílias teria de passar por um discurso não religioso, mas patriótico que, de facto, não foi feito, como se verá no capítulo III. Os políticos dos Governos de *União Sagrada* eram reféns das suas próprias concepções. Por conhecerem bem o país, as populações e as suas crenças é que, os mais radicais, tiveram sempre o cuidado de limitar a acção do clero católico. Portugal não se podia medir por Lisboa ou o Porto; tinha de ser olhado com uma visão que partisse das aldeias serranas das Beiras, do Minho e de Trás-os-Montes. Aldeias onde vivia gente cujos horizontes mais largos não passavam das vilas próximas, às vezes, e só às vezes, da capital do distrito. A influência de um clero com uma formação académica limitada limitava e condicionava essas populações. Logo a partir de Outubro de 1910 procurou o poder central fazer substituir a autoridade e influência do pároco pela do regedor da freguesia, quase sempre um republicano com formação ideológica e influência local. As populações rurais não eram tradicionalistas, nem politicamente conhecedoras, nem religiosamente esclarecidas: eram, fundamentalmente ignaras e alienadas por uma secular credence católica que as infantilizava.

---

<sup>23</sup> Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra, 1916-18*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 213.

Constituir uma grande unidade militar, com muitos milhares de homens, para a levar a combater numa terra distante e por razões que emotivamente não lhes eram óbvios tratava-se de uma tarefa hercúlea. Era quase impossível, num país configurado culturalmente do modo que estava Portugal no começo do século xx, transformar um mancebo bronco num soldado esclarecido. Só se poderia contar com a sua inocência e vontade de bem servir, porque era isso o que mais lhe abundava na aldeia distante e perdida no interior de um país quase parado no tempo. Em Lisboa, no Terreiro do Paço, em cada ministério, sabia-se isso muito bem. Monárquicos e opositores da intervenção de Portugal na Grande Guerra souberam, também, jogar com esse factor.

### A nossa abordagem

Conhecido o nosso objectivo, identificadas as obras e os autores que mais de próximo trataram a temática que nos propomos abordar, sabedores de alguns dos argumentos que, na nossa opinião, representavam distorções ou formas diversas de olhar o mesmo fenómeno, resta-nos, agora, esclarecer o modo como nos propomos desenvolver a nossa exposição.

No primeiro capítulo deste trabalho vamos revisitar o nosso estudo de há mais de dezassete anos o qual serviu de base à obtenção do grau de mestre em Estratégia<sup>24</sup>. Contudo, não se trata de uma síntese repetitiva dos argumentos usados na altura; agora vai preocupar-nos a justificação da beligerância nacional segundo a perspectiva económica que, na época, deixámos em suspenso. Procuraremos mostrar que no cerne de toda a problemática do intervencionismo português estava a situação de dependência económica em relação à Inglaterra. Identificaremos essa dependência e, especialmente, como ela se manifestava para, de seguida vermos que a beligerância podia ser uma forma de fugir à exclusiva dependência da Grã-Bretanha, pois, pior do que esta era a exclusividade por ela imposta. Tentaremos demonstrar que o conflito bélico na Europa constituiu, por um

---

<sup>24</sup> Referimo-nos a *O Fim da Ambiguidade (...)*, Lisboa: Universitária Editora, 2001.



lado, o momento oportuno para fazer impor a fraca capacidade produtiva nacional nos mercados de além fronteiras e, por outro, a altura certa para garantir a afluência de navios estrangeiros a Portugal os quais traziam cereais — de que tanto carecia o mercado — e levavam os produtos aqui produzidos para venda lá fora.

De passagem, forneceremos dados que possibilitem o conhecimento e a compreensão da sociedade portuguesa e da tendência que se gerava rumo à instabilidade como resultado das modificações sofridas pelos circuitos internos e externos do comércio. Estes elementos são importantes para dar o enquadramento social rural que existia no país logo no começo do ano de 1916 e que vão justificar futuras alterações da ordem pública urbana, em 1917 e 1918.

Neste capítulo, depois de fazermos a demonstração da conveniência de Portugal ser beligerante por razões económicas, passaremos, em breve e rápida revisitação do nosso anterior trabalho, a focar o problema da dependência diplomática e política, que foi, também, motor para animar o intervencionismo.

Encontradas as razões que explicam, em nossa opinião, a beligerância portuguesa e a necessidade de mandar para o teatro de guerra europeu um forte contingente militar, passaremos, no segundo capítulo, a descrever as alterações orgânicas sofridas pelo Exército português desde a reforma de 1911 até que foi declarada guerra pela Alemanha a Portugal.

Trata-se de um estudo que visa mostrar as dificuldades militares existentes em Portugal, em 1916, como consequência de três vectores: por um lado, um Exército permanente mal preparado, mal equipado e armado herdado da Monarquia; depois, um Exército em reorganização fruto da legislação saída ainda durante a vigência do Governo Provisório da República; e, finalmente, um Exército a desenvolver já um esforço de mobilização para suprir a defesa das colónias, entretanto ameaçadas pelas tropas alemãs.

Não nos dispensamos de fazer uma brevíssima incursão sobre a organização militar portuguesa ao longo dos séculos para se conseguir compreender o valor da reforma republicana e do alcance das suas medidas.

Depois, dedicaremos algum espaço a essa mesma reforma. Porque o Exército republicano pretendia corresponder ao conceito de *Nação em armas*, instituiu a chamada Instrução Militar Preparatória; também sobre essa perspectiva verdadeiramente inovadora nos empenharemos para a explicar e lhe estudar os fracos frutos que os poucos anos de 1911 a 1916 possibilitaram. De posse dos resultados do estudo anterior é mais fácil compreender o esforço que se inicia logo após a eclosão da guerra na Europa. Assim, em seguida, saltaremos para a mobilização que se levou a cabo para proteger as colónias de Angola e Moçambique entre os anos de 1914 e 1916.

Finalmente, deixaremos informação sobre o armamento e o equipamento do Exército, em 1914.

Ficamos, pois, com um alargado conhecimento das capacidades orgânicas, motivacionais e materiais do Exército português e do que se impunha realizar para o tornar num instrumento realmente operacional como máquina de guerra capaz de se empenhar no conflito militar que deflagrava na Europa.

No terceiro capítulo propomo-nos fazer um estudo da sociedade portuguesa, ou, pelo menos, de vários sectores dela, para percebermos a possibilidade de conjugar a Estratégia Nacional concebida por Afonso Costa com o esforço pedido ao Exército de mandar para França um Corpo Expedicionário. Esta análise será feita a partir de várias fontes, mas vamos dar maior visibilidade às actas das sessões secretas do Parlamento e ao Serviço de Informações do Exército a quem cabia manter documentado o Governo sobre a segurança interna. Partimos, assim, de uma base objectiva e, aparentemente, sólida.

Este levantamento da situação terá como balizas temporais a declaração de guerra da Alemanha e a eclosão do golpe de Sidónio Pais. Começaremos por estudar conjunturalmente a política nacional, depois, mais em pormenor, e segundo a perspectiva do Exército, analisaremos o seguinte grupo de ameaças: a monárquica, a alemã e a de todos os que declaradamente se opunham à beligerância. Por fim, ocupar-nos-emos da *vontade* efectiva do Exército em se empenhar na guerra na Europa.

No quarto capítulo vamos fazer a transição do meio civil, que antes analisámos, para o meio militar que passaremos a estudar no seu desenrolar ao longo do ano de 1916 e 1917, confinando-nos a tudo o que concerne à participação na guerra na Europa e à preparação da força expedicionária que se pretendia enviar para França.

Começaremos por tratar da evolução da *Divisão Auxiliar*, pensada em ainda em 1914, aquando do pedido feito pelos Franceses, até chegarmos à criação do Corpo Expedicionário Português (CEP), já no ano de 1916. Vamos ver o que se fez quanto a mobilização de forças militares para formar a *Divisão Auxiliar* e como se passou, depois, para a *Divisão de Instrução*. Identificadas as mudanças que foram tornando possível avançar para a formação de uma grande unidade militar, passaremos a dedicar-nos ao estudo da instrução das tropas, nomeadamente, à criação do campo de manobras em Tancos. Adquiridos os conhecimentos anteriores, daremos lugar ao estudo dos instrumentos onde se plasmou a cooperação entre Portugueses e Ingleses, bem como as negociações militares efectuadas para se chegar a um acordo com o Estado-Maior britânico.

Concluída esta fase, voltaremos a tratar da mobilização, agora do CEP e, ao mesmo tempo, da sua organização, bem como das alterações que sofreu para se adaptar à colaboração articulada com as unidades britânicas das quais ficaria dependente a força militar portuguesa. Dedicaremos, também, a nossa atenção aos equipamentos de que estava dotado o CEP.

Passaremos, em seguida, ao estudo do transporte do CEP e respectiva instrução das tropas já instaladas em França, mas antes de entrarem em combate. Depois, vamos dedicar algum tempo ao estudo das primeiras acções das forças portuguesas frente ao inimigo, no sector que lhe foi atribuído pelo Alto Comando britânico, para podermos perceber o verdadeiro empenhamento nacional na frente de combate.

Tomaremos atenção à rotação das diversas unidades nas trincheiras para se apreciar a tentativa de conseguir nelas um desgaste mais ou menos uniforme.

Fecharemos o capítulo com uma breve análise conclusiva sobre o ano de 1917 e os feitos militares nacionais em França.

No quinto capítulo iremos dar continuidade à análise feita no anterior, focando-nos em certos aspectos do quotidiano do CEP, desde a forma como se vivia nas primeiras linhas, em apoio e em reserva, até às visitas e cerimónias que ocorreram, passando pela alimentação e higiene, pelo apoio sanitário e respectiva organização, pela doença, doentes e feridos, pelos hospitais e pela correspondência e censura postal. Depois, faremos uma incursão sobre os combates de infantaria que se verificaram nos primeiros meses de 1918. Em seguida, entraremos nos antecedentes da batalha de La Lys, procurando dar uma panorâmica geral da situação e do moral das tropas. De imediato, passaremos ao estudo da última reorganização antes da batalha e análise dos efectivos disponíveis para o combate, não nos esquecendo de abordar a primeira situação de grande revolta militar no CEP.

Depois de termos feito uma ronda por todas as envolventes do CEP que podem explicar a sua existência nos primeiros dias de Abril de 1918, iremos dedicar-nos ao estudo da batalha de La Lys e a como se desenrolou aquele fatídico dia 9. Para concluir o capítulo, iremos debruçar-nos sobre alguns resultados da batalha e comentários que sobre ela foram feitos, de imediato, na imprensa, especialmente, francesa. Tiraremos, como de habitual, conclusões que nos ajudem a perceber os contextos definidos na altura e as alterações verificadas face aos objectivos inicialmente traçados ao enviar para França uma grande unidade militar. Tentaremos perceber se a falência militar que se vai verificar em 1918 resultou, ou não, exclusivamente da falta de empenhamento das tropas na Flandres francesa ou se terá sido uma consequência de factores gerais, de factores políticos nacionais e, naturalmente, de factores militares. Julgamos que só poderemos chegar ao resultado pretendido depois de termos prosseguido a nossa exposição.

No sexto capítulo iremos, genericamente, tentar demonstrar a relação possível entre o desastre de La Lys e a tomada do Poder por Sidónio Pais, sem, contudo, nos debruçarmos sobre a preparação do golpe militar propriamente dito; procuraremos estabelecer a relação possível com a mudança da Estratégia Nacional determinada por aquele acontecimento.

Para desenvolver o nosso objectivo neste capítulo começaremos por explicar a conjuntura interna e externa imediata de modo a compreenderem-se as mudanças ocorridas tão bruscamente entre 5 e 8 de Dezembro de 1918. Em simultâneo, temos de enquadrar o início do consulado de Sidónio Pais na Europa daquele tempo, para se conseguir a percepção globalizante do movimento que esteve na origem da sua governação. Depois, haverá que levantar a questão que ainda hoje divide os historiadores: seria Sidónio Pais um germanófilo ou, pelo contrário, um juguete nas mãos dos Ingleses?

Dada resposta à pergunta anterior, iremos, depois, analisar o verdadeiro impacto que teve a subida de Sidónio Pais à condução dos destinos nacionais. Será um trabalho que entretecerá as linhas que se fiavam em Lisboa, Londres e em França junto do Alto Comando britânico, o qual passará do plano político para o plano militar e vice-versa, reflectindo-se sobre a organização do CEP.

Em seguida e para finalizar, dedicaremos um espaço especial para nos debruçarmos sobre uma figura militar pouco explorada pela nossa historiografia e que, em nossa opinião, terá tido um papel importante nas grandes decisões de Sidónio Pais quanto à guerra: o major-general Nathaniel Barnardiston, chefe da missão militar britânica em Lisboa.

No sétimo capítulo vamos ter a preocupação de analisar o espaço temporal que começou, para o CEP, com o dia 9 de Abril de 1918, princípio da batalha de La Lys, até depois do armistício. Aquela data pode e deve ser usada como uma subdivisão da história do desempenho militar dos Portugueses, em França, dentro da época sidonista. O período que se inicia, então, ainda se pode compartimentar em dois outros: o que vai de 9 de Abril até à nomeação do general Tomás Garcia Rosado para comandante do que restava do CEP e o do comando deste oficial até ao repatriamento das tropas, depois do armistício. Procuraremos perceber o reflexo do abandono da Estratégia Nacional traçada pelos intervencionistas, em 1916 e 1917, sobre o CEP e, sempre que possível, sobre a política geral portuguesa.

Começaremos por uma visão dos efeitos devastadores do confronto de 9 de Abril; passaremos, de seguida, ao estudo pormenorizado da personalidade do novo comandante do CEP nomeado por Sidónio Pais, para conseguirmos enquadrar o renovado tipo de comando e as remoçadas

esperanças que se poderiam ainda ter sobre a utilização das forças portuguesas em França. Depois, estudaremos a actividade deste oficial general em Londres, quando, antes de assumir o comando das tropas, mas na qualidade de indigitado comandante e antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português, foi negociar o emprego do CEP na frente de batalha. Trata-se de um tempo de excepcional importância capaz de ombrear com a política diplomática de Afonso Costa, em 1916, e com a de Norton de Matos, em 1917. Posteriormente, iremos estudar, com cautela, o comando do general Garcia Rosado já em França e de como ele, com vários apoios, conseguiu, de uns fiapos de tropa desorganizados, desmotivados e desmoralizados, arrancar com umas poucas unidades para que Portugal, como nação aliada, ainda pudesse estar presente na perseguição final dos Alemães. Contudo, este estudo terá de passar pelo último crivo de análise dos Batalhões do CEP e do estertor que se viveu quando se pretendia conduzir os homens ao cumprimento do derradeiro esforço de patriotismo. Em seguida, relataremos os feitos levados a cabo pelas unidades empenhadas na campanha. Finalmente — e porque muito ainda houve que fazer — gastaremos algumas páginas na descrição dos trabalhos de repatriamento do CEP posteriores ao armistício.

No capítulo 8.º, último de toda a análise e estudo que vamos efectuar, deixaremos os números e as estatísticas sobre a actuação do Corpo Expedicionário. É uma tentativa de mostrar de forma mais evidente o que foi a participação de Portugal na Grande Guerra. Alguns desses números falam por si mesmos e permitem tirar conclusões. Tentaremos estabelecer, quando possível, a relação entre as estatísticas e a situação geral do país.

Começaremos por tratar a informação que achámos mais conveniente trazer até este trabalho segundo dois grandes grupos: a análise numérica da disciplina dos militares — ou, se se preferir, do comportamento disciplinar — e a estatística geral do CEP. Debruçar-nos-emos sobre as chamadas faltas disciplinares e, em seguida, sobre os crimes militares, tentando perceber a relação entre o decurso da permanência das tropas em França e os actos. Depois, passaremos às estatísticas; aí vai ser nossa preocupação ter em conta todas as que foram apuradas pelo respectivo serviço que delas se ocupou no final da década de 20 e começo da seguinte do século XX.

O nosso estudo chegará ao seu término no capítulo dedicado à conclusão no qual faremos uma síntese de tudo o que estudámos anteriormente, apresentando as conclusões mais sólidas, inéditas e mais ponderadas que nos foram saltando ao longo de toda a investigação.

(Página deixada propositadamente em branco)



## 1.ª PARTE

(Página deixada propositadamente em branco)

## I

### MOTIVAÇÕES PARA A ENTRADA NA GUERRA

Tal como já referimos antes, há mais de uma dezena de anos<sup>1</sup>, depois de um aturado trabalho de investigação, no qual despendemos, a tempo inteiro, cerca de tinta e seis meses, demonstrámos, de forma ampla e abrangente, que as motivações determinantes para a beligerância portuguesa na Grande Guerra se tinham apoiado em esteios de ordem interna e de ordem externa em simultâneo<sup>2</sup>.

A ideia já havia sido lançada pelo historiador A. H de Oliveira Marques<sup>3</sup>, todavia, não a demonstrara, presumivelmente por julgá-la evidente em resultado do estudo da actuação política de Afonso Costa<sup>4</sup>. Porque sentimos a necessidade de deixar claras as afirmações daquele historiador — tão claras que não pudessem subsistir margens para dúvidas — empreendemos a comprovação assaz exaustiva quanto nos pareceu comportável num tra-

---

<sup>1</sup> Iniciámos a pesquisa em Agosto de 1988 e concluímo-la em Setembro de 1990, mês durante o qual começámos a redigir a dissertação, tendo-a defendido, no dia 30 de Janeiro de 1991, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

<sup>2</sup> Vd., da nossa autoria, *Portugal e a Primeira Grande Guerra [Texto policopiado]: os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional: 1914-1916*. Lisboa: [s.n.], 1990. Tese de mestrado em Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa, 1990. 397 p. Posteriormente foi publicada, sem alterações, sob o título *O Fim da Ambiguidade: Os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional de 1914-1916*, Lisboa: Universitária Editora, 2001. ISBN 972-700-309-5.

<sup>3</sup> Vd. *História de Portugal*, 2.º vol., 4.ª ed., Lisboa: Palas Editores, 1977, p. 269.

<sup>4</sup> Quem, com recta intenção, estudar o comportamento político de Afonso Costa perceberá que se lhe deve a beligerância nacional por ter sido, de entre todos, aquele que mais visão — diríamos hoje — estratégica teve perante o conflito que dilacerou a Europa e deixou profundas marcas no Mundo.

balho do âmbito do que estávamos a efectuar. Contudo, na altura, tratámos com menos relevo a vertente económica.

Com o rodar dos anos, e apoiados em novas investigações e grande reflexão sobre os dados recolhidos, julgamos hoje possível chamar à colação esse aspecto que tem sido desprezado.

Abordar fenómenos económicos, relacionando-os com o entendimento entre Portugal e a Grã-Bretanha durante os séculos XIX e XX, torna-se difícil por dois motivos: porque se vai tratar de uma situação de dependência, em que o primeiro Estado se sujeita também politicamente ao segundo, e porque a compreensão destas análises, para ser segura e ter credibilidade científica, se deve fazer tomando como base longos períodos de tempo — o que não é o caso, pois, entre antecedentes da beligerância e consequentes não se podem contar mais do que, no máximo, dez anos.

Assim, é rodeado por cautelas e condicionalismos que nas páginas seguintes procuraremos demonstrar que a beligerância nacional na Grande Guerra foi, também, um imperativo de ordem económica — porque também de natureza política — condicionado por várias vertentes.

Não vamos repetir alguns dos elementos e argumentos que na nossa dissertação de mestrado já tenhamos usado, contudo não nos eximiremos a, quando necessário, utilizar quanto na altura achámos conveniente para provar os pontos de vista em defesa.

Ainda que a procura da beligerância, na Grande Guerra, tenha tido como ponto fulcral o interesse português, plasmado em razões de ordem interna e externa, julgamos que no cerne de toda a problemática política nacional — pelo menos para uma ampla faixa de apoiantes do ideário republicano — estava a manifesta dependência de Portugal da Grã-Bretanha. Era um sentimento que vinha de longe<sup>5</sup> e que havia sido avivado pelo ultrajante ultimato de 1890<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Poderíamos encontrar na História contemporânea portuguesa a primeira manifestação desse sentimento na conspiração liderada por Gomes Freire de Andrade, em 1817, embora viessem de 1815 as queixas, na sequência do Congresso de Viena. Veja-se Damião Peres, *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 24-38.

<sup>6</sup> Na magnífica síntese de Joel Serrão, «De cor-de-rosa era o mapa» in *Da "Regeneração" à República*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, ISBN 972-24-0765-1, p. 159-169, pode apreender-se o sentido do ultraje por força de ver derribado um sonho redentor — criar um grande "Brasil"

É verdade que uma parte dos países europeus, no final do século XIX, se sentia obrigada a alinhar a sua postura internacional pela de Londres, tal era a importância de grande potência que se colhia, então, da posição da Grã-Bretanha no Mundo. Portugal, endividado e de difícil governo, porque aliado da Inglaterra, tudo dela esperava e muito lhe pedia, colocando-se na posição de um quase protectorado.

Porque a beligerância portuguesa passa pelo terreno da dependência e da fuga que se julgava possível, valerá a pena debruçarmo-nos sobre aquela, ainda que sem a aprofundarmos para além do necessário à compreensão dos factos, tanto mais que, para nós, essa demonstração está feita, como já referimos, desde 1991. Contudo, o necessário, nesta fase, é contextualizar a posição política de Portugal face à Grã-Bretanha para se poder compreender o esforço de guerra desenvolvido pelo Governo Afonso Costa tal como se uma *outra* acção diplomática se estivesse a levar a cabo. Esse vai ser o nosso propósito nas páginas que se seguem.

## 1. O quadro de dependência de Portugal da Grã-Bretanha

Antes de debuxarmos os contornos da dependência, tão necessários, no nosso parecer, à compreensão do desencadear de toda uma política virada para a participação não hesitante de Portugal na guerra, convirá deixar explícitos os aspectos que, na perspectiva do pensamento da época — comum a todo o cidadão esclarecido e preocupado com o futuro da continuidade nacional —, serviram de forma primitiva ao imperativo de uma beligerância que também defendia a vontade de desenvolver, tanto quanto possível, uma aparente<sup>7</sup> autarcia económica a par da manutenção do domínio de um império colonial.

---

africano. Melhor se percebe a essência da posição portuguesa ao ler, de Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: Esboço de história política*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Portugália Editora, 1968. É através desta obra que se compreende a condenação da Monarquia e a esperança na redenção trazida pela República que condena a «pérfida» Inglaterra.

<sup>7</sup> Outra coisa não poderia ser numa Europa capitalista e cada vez mais dependente do comércio externo.

Recuemos ao final do primeiro quartel do século XIX.

A independência política do Brasil consistiu, essencialmente, nos efeitos práticos sobre Portugal, mais num simples afastamento da subordinação da vontade expressa nos gabinetes do Terreiro do Paço, em Lisboa, e na perda do controlo mercantil feito pelas grandes casas dedicadas à actividade de transporte marítimo do que num corte dos fluxos comerciais até então desenvolvidos<sup>8</sup>. Incluída nesses fluxos estava a corrente migratória de Portugal para o Brasil na busca de por lá fazer fortuna como outrora se fizera — uma verdade presente no imaginário popular e não tanto na verdade absoluta dos números — no Oriente distante. A antiga colónia da América do Sul continuou a ser, por muitos anos, o vazadouro de gentes e dos excessos produtivos da velha metrópole<sup>9</sup>. Foi-o até que o processo industrial e de unidade política atingiu outras regiões da Europa, levando-as a canalizar para o imenso Brasil as sobras de um proletariado em busca de melhores condições de vida e, paralelamente, a lá colocar os produtos caridos por um país em franco crescimento<sup>10</sup>. Se o processo migratório português para lá se manteve orientado até quase à primeira metade do século XX<sup>11</sup>, já o mesmo se não pode dizer das trocas comerciais. A perda

---

<sup>8</sup> Embora faltem os números sobre o comércio com o Brasil antes do começo do século XIX e mesmo durante o primeiro quartel deste último, tem-se como certo que a independência daquela colónia não foi motivo para um corte abrupto nas transacções com a velha metrópole, em especial daqueles produtos que ela, melhor do que outra região europeia, podia fornecer: vinhos, azeites e mão-de-obra. Anos antes da independência já Portugal havia perdido, com a fuga da família real para o Brasil, o monopólio de todo o comércio marítimo, pesando mais na balança de trocas o que se importava da colónia americana do que tudo o que para lá se transportava. Deve acrescentar-se que os produtos originários do Brasil se encaminhavam, desde há muito, mais para África e para a Europa do que directamente para Portugal. Contudo, os fornecimentos que daqui para lá seguiam continuaram durante os séculos XVIII e XIX a alimentar um comércio florescente para Portugal.

<sup>9</sup> A Independência brasileira, segundo Joel Serrão, pouco afectou o fluxo migratório, aumentando-o até, como resultado do entrave ao comércio de escravos imposto pela Grã-Bretanha àquele novo Estado. Os emigrantes portugueses, ainda segundo aquele historiador, orientaram-se para duas vias de trabalho: o comércio urbano de retalho — onde se conseguiam angariar pequenas e grandes fortunas — e a actividade agrícola — condutora directa para situações de miséria que raramente possibilitaram amealhar economias (cf. Joel Serrão, «Emigração» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, p. 366-373).

<sup>10</sup> Temos em mente a Itália e toda a emigração que dali se espalhou pelo subcontinente americano, a par dos produtos da terra que concorriam, em quantidade e qualidade, com todos os que de Portugal buscavam o consumo no Brasil.

<sup>11</sup> A compensação da falta de afluência de divisas — ouro ou que lhe equivalesse — por incapacidade de exportação de materiais industrializados, foi feita pela remessa das poupanças

ou redução de mercados, em concomitância com a corrida da Europa industrializada ao desconhecido continente africano, levou a que, em Lisboa, se passasse a equacionar como solução alternativa ao Brasil a implantação num grande espaço subsariano por onde já mourejavam alguns portugueses em condições diversas das que antes se haviam encontrado na colónia americana<sup>12</sup>. Assim nasceu o projecto de ligação da costa angolana à costa moçambicana. Como é bastamente conhecido, foi a política traçada na Conferência de Berlim, quem recordou a Portugal uma concorrência inesperada: as grandes potências económicas europeias da época, a par de uma expansão sobre o Oriente, queriam ocupar e delimitar para si o até então desprezado continente africano. O que ficou, depois dos acordos fronteiriços subsequentes ao Ultimato, tornou-se na tábua de salvação da independência nacional. Foi-o até 1974, quando o processo de democratização nacional veio redimensionar o território português a pouco mais do que era em 1415, antes da conquista de Ceuta. Tratou-se de um *regresso* à Península depois de quinhentos anos de diáspora nem sempre fruto da imposição política, mas sempre resultado de uma pobreza inventada ou de falta de engenho para rentabilizar uma terra pouco pródiga em pão e oportunidades<sup>13</sup>.

A República não enjeitou, pelo contrário enalteceu, a ideia da sobrevivência nacional como fruto quase exclusivo da exploração das grandes

---

dos emigrantes ou pela transferência para as províncias, em especial do Norte, das fortunas amealhadas no Brasil e, depois, aplicadas na aquisição de grandes quintas, na região do minifúndio, pelos *brasileiros* de torna-viagem (cf. Joel Serrão, *Ibidem*).

<sup>12</sup> Convirá não esquecer que a colonização do Brasil se fez muito à semelhança da dos arquipélagos desertos do Atlântico, pois as populações nómadas, pela forma como exploravam a terra, permitiam a implantação de grandes explorações agrícolas. O mesmo não se passou em África, onde abundavam povos sedentários com uma clara noção da posse do solo e, mais do que isso, da sua exploração de acordo com processos tradicionais. Só o desconhecimento ou a consideração de menor e atrasada forma de vida dos Africanos terá levado os Europeus e, naturalmente, os Portugueses a julgarem possível uma ocupação pacífica de território muito para além da faixa costeira, mais habituada ao contacto com povos estranhos (a título explicativo das diferenças existentes logo desde os primeiros momentos pode consultar-se o nosso trabalho *Os Primeiros Contactos Portugueses com os Povos da África Austral, Oriental e do Brasil: Comparação de Culturas*, Lisboa: Separata das Actas do V Colóquio «Do Infante e Tordesilhas», Comissão Portuguesa de História Militar, 1994).

<sup>13</sup> Sobre as considerações aqui expendidas há diversa bibliografia, contudo, pelo sintetismo e clareza, não podemos deixar de exaltar a obra de Joel Serrão já antes citada.

colônias de África. Essa foi a camuflagem sob a qual se acoitaram outras motivações para o avanço rumo à beligerância, logo após a eclosão da Grande Guerra, em Agosto de 1914. Havendo concorrência entre todos os grupos políticos na causa aparente verificou-se, contudo, divergência nas determinações mais profundas e subtis. Não era só a defesa na manutenção das colônias herdadas da Monarquia que tinha de levar Portugal aos campos de batalha na Europa: as “dependências” e assimetrias políticas e diplomáticas na aceitação de Portugal no concerto da nações constituíam razões poderosas que os republicanos mais ousados e de visão mais rasgada não descuravam.

## 2. A dependência económica<sup>14</sup>

A objectivação da dependência económica de Portugal em relação à Grã-Bretanha parece-nos fácil de identificar, porque é susceptível de ser traduzida em números. Dela se têm ocupado muitos historiadores<sup>15</sup>. Por conseguinte, neste passo do nosso trabalho — quando procuramos unicamente estabelecer o cenário condicionante da vida nacional no contexto internacional — vamos só recordar a existência de uma situação com a qual se tem de jogar quando Alemanha e Grã-Bretanha se defrontaram militarmente.

Bento Carqueja, em 1900, analisou a distribuição da actividade exportadora nacional nos últimos cinquenta anos e chegou à conclusão de que as exportações portuguesas se orientavam maioritariamente, tanto em 1850 como em 1898, para o Brasil, mas muito especialmente para Inglaterra<sup>16</sup>. Era uma situação de dependência que durava, pelo menos há mais de cinquenta anos.

---

<sup>14</sup> Este parágrafo baseia-se, também, no que deixámos dito na dissertação de mestrado, já referida e que passaremos a designar por *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 – 1916*.

<sup>15</sup> De entre todos, aquele que seguiremos, por ser, sem dúvida, o que melhor escalpelizou a questão foi Sacuntala de Miranda, *Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa: Teorema, s. d. (1991), ISBN 972-695-137-2, que citaremos com abundância.

<sup>16</sup> Bento Carqueja — *O Futuro de Portugal. Questões Económico-Sociais*. Lisboa: José Bastos Editor, s. d. [1900], p 177.



Este quadro, entre 1890 e 1939, foi cautelosamente estudado por Sacuntala de Miranda. Trata-se de um longo período que permite a análise económica com resultados significativos<sup>17</sup>.

Também na perspectiva das aquisições feitas por Portugal ao estrangeiro conclui-se que, em 1910, o grande fornecedor de Portugal era, ainda, a Inglaterra — 19 939,3 contos — seguindo-se-lhe a Alemanha — 10 585 contos. Em 1913, a Inglaterra fornecia mercadorias no valor de 23 489,6 contos e a Alemanha no valor de 15 840<sup>18</sup>. Nas mesmas datas, Portugal abastecia a Grã-Bretanha com mercadorias no valor de 7990,4 e 7601,3 contos respectivamente, enquanto para a Alemanha seguiam 3296,9 e 3408,6 contos de produtos nacionais<sup>19</sup>.

É curioso notar que de 1898 a 1910 a Alemanha se tornou o segundo fornecedor e o terceiro comprador nacional, depois do Brasil, isto é, nas vésperas da guerra, Portugal balançava, aparentemente, a sua dependência económica entre os dois grandes potentados europeus. Este facto é, afinal, uma consequência da adopção da pauta aduaneira de 1892 que, no médio prazo, se veio reflectir nas importações oriundas da Grã-Bretanha, criando mais possibilidades à concorrência dos produtos germânicos, em especial a partir de 1908, ano em que se assinou um tratado de comércio com a Alemanha, favorecendo a actividade mercantil com este país até Agosto de 1914, quando estalou o conflito na Europa<sup>20</sup>.

Se nos debruçarmos sobre outras vertentes integrantes da economia será mais fácil perceber que a dependência em relação à Grã-Bretanha não tinha só como factor preponderante o desnível do comércio externo.

---

<sup>17</sup> Não é isso que vai acontecer no nosso estudo. Este limitar-se-á a meros indícios que poderão mostrar tendências. Ficaremos por estes limites mais modestos, pois estamos tentando olhar a realidade portuguesa segundo a perspectiva possível na época dos acontecimentos que relatamos e não pela do estudioso que posteriormente analisa e interpreta. Todavia, no nosso trabalho, teremos a cautela de cotejar a nossa posição com a de Sacuntala de Miranda, de forma a buscar conclusões que encaixem nas daquela historiadora, sem, contudo, alterar a verdade dos números nem o seu possível entendimento pelos políticos coetâneos do início da Grande Guerra.

<sup>18</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d., p. 293.

<sup>19</sup> *Idem, op. cit.*, p. 294.

<sup>20</sup> Sacuntala de Miranda, *op. cit.* p. 33, 110-116.

Na verdade, Portugal, em 1914, detinha o sétimo lugar entre os países com maior movimento portuário — 40 182 000 toneladas — sendo antecedido pela Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Itália, Alemanha e Japão. Era uma posição invejável. Contudo, do número total, só cerca de metade é que correspondia à tonelagem transportada em navios portugueses.

Tendo em vista não a tonelagem, mas o número de embarcações entradas em portos nacionais, em primeiro lugar vinha a marinha mercante britânica — cerca de cinco mil e setecentos navios — seguindo-se-lhe a marinha alemã — cerca de quatro mil — muito abaixo vinham as frotas comerciais suecas e norueguesas, francesas e holandesas — cerca de mil e quinhentas embarcações para as primeiras, mil para a terceira e seiscentas para a última<sup>21</sup>. Ora, toda esta navegação estrangeira era um sorvedouro de *invisíveis*, traduzidos em ouro. A compensação para esta saída tinha de ser encontrada nas remessas dos emigrantes do Brasil. Por outras palavras, pagava-se o que se importava e exportava com parte dos dinheiros recebidos da mão-de-obra portuguesa que trabalhava por esse Mundo, em especial nas Américas — do Norte e do Sul.

Com um comércio deficitário em relação à Grã-Bretanha e à Alemanha e, mais ainda, dependente da marinha mercante da primeira, Portugal era presa fácil dos Ingleses. Acresce que os banqueiros, aos quais recorria sistematicamente o Governo de Lisboa, eram britânicos<sup>22</sup>, assim como britânicos eram muitos dos capitais investidos em Portugal — transportes públicos de Lisboa, telégrafos e telefones, gás de cidade, para citar os mais conhecidos<sup>23</sup>.

Embora dando o desconto à condição de adepto e propagandista da República, que foi Teófilo Braga, parece-nos não ser descabida a transcrição que ele faz de Bouchot: «O que a Inglaterra precisa em Portugal é um Governo sempre inábil, revoluções contínuas, finanças arrasadas, um Ministério

---

<sup>21</sup> Carlos Gomes, *Portugal Comercial - 1ª Parte - Antes da Guerra*, Coimbra: França Amado, 1919, p. 33-34.

<sup>22</sup> Armando de Castro, «Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910)» in *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 6, Lisboa: Publicações Alfa, 1983, p. 293.

<sup>23</sup> Tenha-se, no entanto, em atenção o que nos diz Sacuntala de Miranda relativamente ao aumento de firmas comerciais alemãs em Portugal a partir de 1908, *op. cit.* p. 116-117.

vassalo, para que a indústria nacional nunca se desenvolva, que o contrabando fique impune, que as outras nações não façam concorrência à indústria inglesa, que os banqueiros de Londres se enriqueçam com os lucros dos empréstimos multiplicados, até ao dia em que Portugal lhe pertencerá completamente a título de penhor.»<sup>24</sup> É um entendimento da relação entre Portugal e a Grã-Bretanha bastante extremado. Todavia, através do exagero patente na afirmação, transparece a dependência que pretendemos realçar.

Julgamos que não será excessivo repetir quanto era, entre 1914 e 1916, perceptível o peso da conjuntura externa sobre a economia de Portugal, já que este país, como alguns outros, se havia tornado palco de gládio das duas potências económicas mundiais. Fugir à dependência de uma não era linear que correspondesse a fugir à dependência da outra. Importante poderá ter parecido aos partidários da intervenção na guerra a diversificação de dependências. O momento era único e especial, porque a Grã-Bretanha iria sofrer — e pensamos isto situando-nos na época, em relação aos primeiros meses do conflito — fortes ataques sobre a sua marinha mercante, pois acreditava-se no valor combativo da recente e moderna Armada germânica. Assim, passar a contar com embarcações de transporte de outras bandeiras que não a inglesa seria uma forma de diversificar a dependência. E este aspecto não deverá ter sido questão despicienda para certos sectores da política republicana, pois teriam clara noção das cedências de carácter económico a que haviam sido obrigados os governos de Portugal, especialmente no ano de 1911, para assegurarem o reconhecimento internacional do novo regime<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Bouchot, *História de Portugal*, p. 416, cit. por Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. I, Porto: Livraria Chardron, 1912, p. 215-216.

<sup>25</sup> É interessante que Sacuntala de Miranda, sem estabelecer a relação que referimos, dá significativo relevo à retoma da dependência que se verificou no ano de 1911, parecendo, até, que a República optara por inverter o caminho, rumo a uma maior diversificação económica que a pauta de 1892 havia proporcionado (cf. *op. cit.* p. 149-152). Neste particular aspecto parece contraditória a afirmação por nós produzida em *O Fim da Ambiguidade* (p. 311-312) e os factos relatados pela historiadora. Com efeito, como poderia Portugal desejar a beligerância para igualar a sua soberania à da Grã-Bretanha e, ao mesmo tempo, estar economicamente mais dependente da aliada? Parece uma contradição, mas a diversificação comercial, em especial a que se passou a estabelecer com os EUA depois de Portugal ter adquirido o estatuto de beligerante, modifica, no mínimo, qualitativamente os termos da relação com a Grã-Bretanha e isso, só por si, era já uma mudança significativa.

Julgamos, neste momento da nossa exposição, poder dar já como adquirida — por ser pacífica e comumente reconhecida — a certeza de que a economia portuguesa carecia da britânica para sobreviver e que essa carência havia sido herdada pela República desde, pelo menos, a instalação da família real no Brasil, aquando das invasões francesas, no início do século XIX<sup>26</sup>.

Em face da situação dependente e do novo quadro económico que a eclosão da guerra veio determinar, mas, em especial, quando se percebeu que o conflito ia ser muito mais prolongado do que no início se imaginou, parece-nos que novas perspectivas se terão também definido na mente dos mais esclarecidos políticos nacionais. Essas apontariam para a necessidade, por razões económicas, de participar na guerra, contudo, no teatro europeu e não só confinados às duas frentes de Angola e Moçambique. Vamos, pois, centrar-nos neste novo ângulo de observação para perceber como a beligerância era uma forma de fugir a uma dependência exclusiva da Grã-Bretanha, partindo para uma diversificação onde se diluía a importância de Londres sobre Lisboa<sup>27</sup>. Com isto intentamos provar que a necessidade de ser beligerante activo no teatro de guerra europeu poderá ter sido um processo de fuga ao peso de uma aliança que esmagava a soberania nacional.

Como já dissemos anteriormente, a dependência económica de Portugal resultou de um quadro de desajuste entre as potencialidades de muitos dos países europeus e as nacionais. A pobreza do subsolo português em matérias-primas características da Revolução Industrial condenou a economia a

---

<sup>26</sup> Se dúvidas houvesse quanto a este respeito, bastaria a simples consulta da obra de Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa: Regra do Jogo, 1979, especialmente entre páginas 323-368. Claro que este autor deixa bem evidenciada a sua posição ao afirmar: «(...) assim como rejeitámos a ideia demasiado simplista de que Portugal seria então “um país subdesenvolvido”, também nos parece necessário matizar profundamente a ideia, igualmente espalhada, de que Portugal não seria então mais do que uma “colónia inglesa” (...). Em contrapartida, é notório que a estrutura industrial portuguesa da época, como aliás ainda hoje, se apresentava como mais um reflexo da dependência estreita do país em relação aos grandes centros do capitalismo mundial (...)» (p. 362). Ora, nós não propugnamos para Portugal uma posição de “colónia”, mas reconhecemos, como o autor citado, que existia uma forte dependência da economia nacional dos centros capitalistas estrangeiros, nomeada e especialmente da Grã-Bretanha. Isso é inquestionável.

<sup>27</sup> Neste novo rumo seguiremos muito de próximo o nosso ensaio *Portugal na Grande Guerra: Razões económicas de beligerância*, Lisboa: Revista Militar, 1985, 53 p.

se situar na área periférica do desenvolvimento. Por outro lado, a conjugação da falta de investimento em sectores concorrenciais com a dispersão de mão-de-obra que corria para fora do país invalidou a busca de soluções alternativas para suprir carências impostas pela Natureza<sup>28</sup>. Esse é, em nossa opinião, um dos motivos que levou à busca de políticas de atracção do investimento estrangeiro em simultâneo com o já apontado desgoverno orçamental. Claro que o ciclo da dependência era extremamente difícil de romper — mas isso não seria imediatamente visível para os políticos da época, julgamos — porque, se se pretendesse, como se pretendeu, proteger a indústria nacional através da pauta aduaneira, acabar-se-ia por ter de importar, por um lado, a matéria-prima e, por outro, a maquinaria, o que, em conjunto, só modificava o teor da dependência<sup>29</sup>. Então, parece, só face a uma conjuntura muito específica se poderia tentar a alteração do quadro traçado; a guerra parecia o momento oportuno — desde que os navios mercantes dos países aliados frequentassem os portos nacionais — pois, com a Alemanha fora do mercado e a Grã-Bretanha economicamente enfraquecida, os produtos de fabrico português teriam maiores possibilidades de colocação no estrangeiro na condição de ficar assegurado o fornecimento das matérias-primas imprescindíveis à laboração industrial portuguesa. Era aí que ganhavam importância os EUA e as colónias de África. Mudava, assim, a vocação desses territórios do continente africano que, até então, tinham fundamentalmente servido para o desenvolvimento industrial europeu, constituindo uma espécie de amortecedor do desregramento e da falta de engenho metropolitanos<sup>30</sup>.

O panorama nacional anterior à guerra colocava a débil economia nacional na senda de todas as crises que se abatessem sobre as economias da Europa, com a agravante de se repercutirem mais forte e duradoiramente

---

<sup>28</sup> Veja-se o típico exemplo da Suíça, que, sendo pobre em matérias-primas essenciais e próprias do desenvolvimento ocorrido durante o século XIX, soube enveredar por especializações de onde retirou grande rendimento: o chocolate (aproveitando a produção de leite), os relógios, os aparelhos de precisão, a própria neutralidade que garantia a segurança da Banca nacional.

<sup>29</sup> Vd. Sacuntala de Miranda, *op. cit.*, p. 164.

<sup>30</sup> A exportação de matérias-primas para os países industriais da Europa gerava receitas aduaneiras que supriam o atraso de Portugal ou pagavam os empréstimos contraídos na Banca estrangeira.

aqui do que lá. A solução deste abraço, quase mortal, terá sido um desafio que Afonso Costa — talvez o mais sensível dos políticos portugueses do começo do século XX às questões económicas — percebeu desde cedo.

Ainda antes da eclosão da guerra na Europa já se notavam, em Portugal, os primeiros sinais da tremenda crise que se avizinhava. Isso foi visível através do constante aumento do custo de vida depois de 1911, o qual desembocou nas primeiras greves com que o regime republicano teve de se confrontar, em 1912<sup>31</sup>.

Solucionadas as alterações da ordem produtiva por recurso à força — primeiro sério golpe na confiança que as massas trabalhadoras depositavam na República — a conjuntura política (que nos escusamos de descrever neste contexto) permitiu que Afonso Costa formasse governo e assumisse a pasta das Finanças. Foi quanto bastou para, no ano fiscal de 1913-1914, se alcançar o tão almejado *superavit* orçamental. Uma tal vitória conseguiu-a o chefe do Governo e ministro das Finanças através da diminuição das despesas do Estado<sup>32</sup>. Curiosamente, a impressão de se ter obtido um saldo positivo na gestão orçamental e de se conter a «anarquia» que, no exterior, era vista aumentadamente, levou Sir Lancelot Carnegie, ministro plenipotenciário em Lisboa, a informar o governo britânico de que «(...) ninguém estava em posição de governar melhor ou mesmo tão bem como ele [Afonso Costa]; por esta razão certamente merecia ser apoiado»<sup>33</sup>.

Antes de prosseguirmos, e porque nos parece de importância capital referi-lo, queremos deixar evidenciada a opinião, acima transcrita, do representante do Governo britânico em Lisboa que, como é natural, procurou informar Londres de acordo com o seu juízo e a apreciação feita *in loco*.

---

<sup>31</sup> Para uma melhor compreensão desta temática pode consultar-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade (...)*, p. 86 e, Ana Paula de Brito Pereira, «As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa» in *Análise Social*, Lisboa, vol. XIX (77-78-79), 1983, p. 477-511 e também Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, 5.ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 1976, p. 89-98. Veja-se, ainda, para uma percepção do que foi o movimento sindical na 1.ª República, Victor de Sá, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical: 1836-1986*, Lisboa: Editorial Caminho, 1991, ISBN 972-21-054-8, p. 103-145.

<sup>32</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, 4.ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1977, p. 202-203.

<sup>33</sup> John Vincent-Smith, *As Relações Políticas Luso-Britânicas*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 76.

Ao chamarmos a atenção para este pormenor, que parece de somenos importância, desejamos ressaltar a época em que o diplomata escreve tão significativo comentário aos seus superiores hierárquicos: nos meses anteriores à eclosão do conflito na Europa. De facto, Afonso Costa, o arquitecto da beligerância nacional, era, em 1913 e 1914, o único político português com perfil suficiente não só para restaurar as finanças como também para impor a ordem pública. Isso, por arrastamento, acredita-o como o político com mais capacidade estratégica na época, raciocínio que sai reforçado se tivermos em atenção o seu célebre discurso de 3 de Novembro de 1912, feito em Santarém, no qual afirmou, sem sombra para dúvida, a convicção de se estar à beira de um grave conflito na Europa, quando disse: «As grandes potências preparam-se para a luta e, seja qual for o fim dessa guerra monstruosa, que parece eminente, não podemos prever, não queremos nem devemos simplesmente pensar no que poderá suceder-nos quando se tratar da paz final.»<sup>34</sup>

Afonso Costa previa, ainda a guerra não havia acontecido, a necessidade de uma estratégia para colocar Portugal ao abrigo das tramóias políticas que iriam orientar a conferência de paz subsequente.

Tudo isto autoriza-nos, julgamos, a concluir que todos os arranjos e todas as movimentações que aquele político levou a efeito na política interna e externa — quer na perspectiva limitada da diplomacia quer na mais ampla da economia — entre 1912 e 1916, tiveram como pano de fundo e suporte as desconfianças manifestadas em Santarém.

Fechado o parênteses, feito para dar realce à afirmação do ministro britânico em Lisboa, voltamos a ocupar-nos da economia nacional.

A guerra alterou profundamente as condições de estabilidade criadas em Portugal, já que, limitando os transportes marítimos, condicionou o comércio externo, do qual o país dependia. A consequência imediata foi fazer-se sentir, em concomitância, o aumento do custo de vida e a falta de certos géneros alimentícios essenciais. Por arrastamento, verificaram-se

---

<sup>34</sup> Afonso Costa, *Discurso proferido pelo notável estadista por ocasião da sua jornada em Santarém, no dia 3 de Novembro de 1912*, Aveiro: Typ. Silva, 1912, p. 9.

a instabilidade social, por um lado, e, por outro, o enriquecimento da pequena burguesia comercial urbana<sup>35</sup>.

Para podermos ter uma visão mais clara dos tempos que imediatamente antecederam a entrada de Portugal na guerra convirá determo-nos um pouco sobre as questões do aumento do custo de vida e da falta de géneros alimentícios. Não é despicienda esta cautela, pois, tendo-se tornado numa constante desde os últimos meses de 1914, arrastou-se até depois do final da guerra, já em 1919; foi, por conseguinte, um elemento gerador de motivações contraditórias na sociedade portuguesa e, por ter atingido os estratos mais desfavorecidos da população, condicionou o entendimento da política e da necessidade estratégica de Portugal ser beligerante.

Como anteriormente deixámos dito, as queixas quanto à carestia de vida, por parte de significativos sectores do proletariado — em especial agrícola — faziam-se sentir já em 1911<sup>36</sup>. E tinham razão de ser, embora estivessem muito longe das que, com mais propriedade, se fizeram ouvir de forma virulenta de 1915 a 1917<sup>37</sup>.

Olhando a variação do custo de vida no começo do século xx, verifica-se que, depois de uma baixa considerável entre os anos de 1901 a 1903, os preços começaram a subir suavemente até 1913; em 1914 dá-se uma ligeiríssima descida, mas no ano seguinte dispararam velozmente<sup>38</sup>. O custo de vida, de 1914 em diante, foi-se, sucessivamente, agravando de maneira que, em 1918, os números-índice para o Continente eram já quase triplos dos do ano-base<sup>39</sup>; só para a cidade do Porto esses indicadores eram, no ano do armistício, mais de três vezes e meia superiores aos do início da guerra.

---

<sup>35</sup> Naturalmente, esta última consequência não foi imediata, mas criaram-se, logo desde o início, todas as condições para que viesse a ocorrer uma reviravolta nos estatutos económicos e sociais dos tecidos urbanos.

<sup>36</sup> Ana Paula Brito Pereira, *op. cit.*, p. 489.

<sup>37</sup> Durante o ano do consulado de Sidónio Pais, já próximo da data da sua morte, os sindicatos preparavam uma greve em consequência do aumento do custo de vida e da terrível inflação sentida; os intentos dos sindicalistas saíram frustrados graças às medidas repressivas determinadas pelo Presidente.

<sup>38</sup> Vd. *Boletim da Previdência Social*, n.º 3, Abril-Agosto, 1917, p. 197.

<sup>39</sup> Veja-se a fórmula de cálculo dos números-índice no *Boletim da Previdência Social*, n.º 3, Abril-Agosto, 1917, p. 195-196.



Entre Julho de 1914 e igual mês de 1918, no Continente os preços a retalho quase triplicaram, sendo que em Lisboa se sentiu menos a carestia de vida do que no Porto<sup>40</sup>.

A progressão do aumento dos preços continuará a fazer-se sentir, por forma que, em Junho de 1926, o número-índice, em relação a 1914, era de 2010,31 para o Continente, depois de ter sido 2770 em Outubro de 1924<sup>41</sup>. No entanto, e porque não pretendemos afastar-nos da questão central, ainda que julgássemos necessária a indicação anterior para que não se admitisse como isolado e dependente de um circunstancialismo pontual o aumento do custo de vida nos anos que nos interessam, em 1916, a situação portuguesa (na cidade de Lisboa) era praticamente igual à da Itália, pouco melhor do que a francesa (na cidade de Paris) e consideravelmente melhor do que a inglesa (na cidade de Londres)<sup>42</sup>.

Sobre a situação na vizinha Espanha, não temos informações comparáveis, no entanto, através das notícias da Imprensa diária nacional, especialmente a partir do final do ano de 1915 e primeiros meses do seguinte, sabemos que se tornaram frequentes os distúrbios urbanos devido à falta de géneros alimentícios ou à sua carestia<sup>43</sup>.

Nesta altura, importavam-se do estrangeiro, no todo ou em parte, os seguintes géneros<sup>44</sup>: pão, arroz, bacalhau, café, açúcar, carvão de coque e carvão vegetal<sup>45</sup>. A importação destes produtos começa a justificar, numa época de crise de transportes marítimos, como a que se iniciou com a guerra, o aumento de preços por diminuição da oferta e encarecimento do

---

<sup>40</sup> Vd. *Boletim da Previdência Social*, n.º 12-13, Outubro de 1921, Junho de 1921 e Junho de 1922.

<sup>41</sup> *Boletim da Previdência Social*, n.º 16, Janeiro-Dezembro, 1925, p. 3.

<sup>42</sup> Vd. *Boletim da Previdência Social*, n.º 3, Abril-Agosto, 1917, p. 197.

<sup>43</sup> Vd. *Diário de Notícias* e *O Século* dos meses de Dezembro de 1915 a Março de 1916.

<sup>44</sup> Vd. *Boletim da Previdência Social*, n. 3, Abril-Agosto, 1917, p. 196.

<sup>45</sup> António de Oliveira Salazar, em 1918, afirmava que, dos 18 000 contos de importações alimentícias anuais, 6000 eram para pagar cereais, 2000 para arroz, 3000 para açúcar, 1000 para chá e café e 4000 para bacalhau («Alguns Aspectos da Crise das Subsistências» in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.ºs 34, 35 e 36, Coimbra, 1918, p. 280-281).

frete. Outro facto que contribuiu para o agravamento dos custos foi a falta de carne de vaca, que se negociava ilicitamente com a Espanha<sup>46</sup>.

Por detrás de uma dieta alimentar simplificada, como era a que se praticava há quase cem anos em Portugal, e sobre a qual se determinaram os índices de variação do custo de vida, existia uma vasta gama de produtos importados, essenciais ao regular funcionamento económico. A partir de 1914, as importações desses produtos, e de outros, sofreram drásticas reduções. Vejamos alguns casos.

Entre 1911 e 1914, em cada ano, importaram-se mais de cem mil toneladas de adubos químicos, mas, a partir deste último ano, a importação reduziu drasticamente passando a exportar-se adubos químicos produzidos em Portugal<sup>47</sup>, porque o seu preço para consumo interno se tornou proibitivo e, também, porque, por outro lado, a produção caiu à vertical no estrangeiro, nomeadamente na Alemanha e na Grã-Bretanha<sup>48</sup>.

Quanto à importação de milho, no ano de 1913, atinge o valor mais alto com cerca de cento e quatro mil toneladas, mas em 1916 já não foi além de onze mil<sup>49</sup>. É importante notar que o milho era, na época, um dos cereais panificáveis mais reclamados e, com frequência, as populações, de Norte a Sul do país, manifestavam-se pouco cordatamente quando os agricultores pretendiam vender a sua colheita fora das zonas de produção<sup>50</sup>.

Relativamente ao trigo é fácil verificar a irregularidade da produção nacional, mas a constância do consumo (entre as trezentas e sessenta e as trezentas e oitenta mil toneladas de trigo por ano — excepção ocorrida no ano de 1912, que, declaradamente, foi um tempo de «fome»), facto que

---

<sup>46</sup> Vd. A. H. de Oliveira Marques, *O Segundo Governo de Afonso Costa*, acta n.º 9, p. 60-61 e sobre o cuidado que o Governo dispensava aos assuntos dos custos de transporte, especialmente, de milho e gado, acta n.º 14, p. 95-96.

<sup>47</sup> Vd. Vasco Pulido Valente, *Tentar Perceber*, p. 167-168.

<sup>48</sup> Vasco Pulido Valente, citando Azevedo Gomes, *Ibidem*, p. 168.

<sup>49</sup> Vd. Vasco Pulido Valente, *Tentar Perceber*, p. 169.

<sup>50</sup> Pode ver-se, com grande vantagem, em especial, os seguintes jornais diários, entre 1 de Janeiro de 1916 e 7 de Fevereiro do mesmo ano: *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Luta*, *República*; de pequenas notícias, originárias de correspondentes locais, consegue reconstruir-se o sentir das populações do país com a vantagem de essas notícias «fotografarem» a realidade tal como era vivida. Consulte-se, também, a revista *Germinal*.

determina uma importação crescente<sup>51</sup>. Assim sendo, a redução da produção deste cereal em termos nacionais funcionava como um motor de pressão no comércio externo e há que ter em atenção que o pão era, nesta época, talvez, o alimento mais fundamental e constante — a par do vinho — da dieta dos Portugueses. Ter trigo, pão e vinho a baixo custo era um processo determinante para evitar a fome. Por outras palavras, a «rua» impunha a importação de trigo mesmo quando a produção nacional era abundante. Relacionando as dificuldades de navegação marítima existentes percebe-se que, não tendo Portugal uma frota naval mercante à altura das suas necessidades comerciais, qualquer redução do fluxo de entrada de navios em portos nacionais tinha uma importância estratégica na manutenção da ordem interna. Quer dizer, a tranquilidade social passava pelo fluxo de entrada de navios mercantes, transportando, em primeiro lugar, cereais panificáveis e, destes, em primeiro plano, o trigo.

Como veremos um pouco mais à frente, dedicaremos algum espaço à análise do problema das subsistências em Portugal, nos primeiros dias de 1916, problema que está relacionado com a carência de trigo e de outros géneros alimentícios dependentes do fluxo naval mercante nos portos nacionais.

Prosseguindo na linha de análise do que até aqui dissemos, percebe-se que toda a redução de tonelagem na marinha mercante britânica se reflectia, de imediato, no comércio português e na alimentação das populações. A guerra e, acima de tudo, a utilização dos submarinos e da actividade de corso por parte da Alemanha, recaía de forma dolorosa sobre os Portugueses. Isso determinava a necessidade de, em simultâneo, diversificar a origem das entradas de navios mercantes nos portos portugueses e, por outro lado, quase contraditoriamente, assegurar que as embarcações mercantis inglesas não deixavam de dar o máximo do seu contributo à actividade de importação e exportação nacionais. Ora, neste quadro de dependência, parece-nos, estava claro, para quem fosse capaz de compreender uma visão larga da situação portuguesa, só a beligerância garantia a amarração da Grã-Bretanha

---

<sup>51</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa — As Estruturas de Base*, p. 140.

às carências nacionais suprindo-lhe as necessidades e, mais ainda, trazendo aos nossos portos os navios de todos os aliados. Para se compreender melhor e com maior soma de dados o nosso ponto de vista, convirá continuar a demonstrar a situação económica da época, no país.

Passemos, então, à análise das importações dos combustíveis mais em uso no entre nós.

Portugal era quase completamente dependente dos combustíveis sólidos importados do estrangeiro, nomeadamente de carvão vegetal, antracite, hulha, lenhite e carvão de coque.

As maiores importações, em toneladas, verificavam-se ao nível da antracite, da hulha e da lenhite e as menores eram as de carvão vegetal. A partir de 1914 a quebra de fornecimentos desce vertiginosamente em todos os tipos de combustíveis sólidos, mantendo-se, contudo, ainda em valores elevados a antracite, hulha e lenhite indispensáveis à laboração eléctrica e à de todas as máquinas a vapor<sup>52</sup>. Estas descidas de importação deviam-se à quebra de entradas de navios estrangeiros em portos nacionais.

Também aconteceu de modo semelhante com a importação de máquinas agrícolas que de 421, em 1911, passaram para 69, em 1916<sup>53</sup>. Este elemento permite-nos concluir que o incipiente movimento de industrialização nacional, que a pauta de 1892 havia consentido, é bruscamente interrompido pelo *fenómeno* guerra, que vai travar, também, o fabrico de maquinaria nos países produtores, fazendo cair a concorrência para um ponto muito próximo da nulidade. Este facto, raro e inesperado, abre, de repente, novas possibilidades à fraca indústria nacional de se impor no estrangeiro com base naquilo que era capaz de produzir. Importante era garantir o fornecimento das matérias-primas fundamentais e, uma vez mais, a entrada de navios mercantes nos portos portugueses. A beligerância era o limite que permitia atingir os dois desideratos em simultâneo.

Agora é-nos licito concluir que um observador em melhor posição e mais bem informado, no final do ano de 1915, percebia quanto dependente Portugal

---

<sup>52</sup> Vd. Vasco Pulido Valente, *Tentar Perceber*, p. 172.

<sup>53</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa — As Estruturas de Base*, p. 117.

era da Grã-Bretanha e de como o conflito bélico estava a afectar a economia nacional, mesmo vivendo um estatuto de neutralidade — na prática, era aquele que pior assentava à postura política internacional do Estado português. Julgamos — função do seu comportamento e do talento perceptivo de que deu mostras — ser essa a percepção de Afonso Costa, incontestavelmente o obreiro da beligerância nacional. Os números e o entendimento da sua evolução não lhe toldavam a capacidade decisória, pelo contrário, ter-lhe-ão aguçado a busca de soluções dentro do quadro possível na época. Mas, para que se possa compreender o nosso ponto de vista, falta correlacionar a situação económica com o aspecto mais visível dos seus reflexos: a variação do custo de vida com a variação dos salários. Isso dar-nos-á a indicação precisa da pressão que «a rua»<sup>54</sup> exercia sobre os sectores políticos decisórios. Devemos, todavia, deixar dois avisos julgados importantes: primeiro, os valores de que se dispõe são *médios* e, como tal, garantem uma aproximação *média*, deixando de fora faixas importantes da população trabalhadora que, pesando no cômputo geral, beneficiam ou sofrem mais duramente dos efeitos do seu posicionamento marginal; segundo, tanto quanto nos pudemos aperceber, os cálculos para determinação do salário médio não levaram em conta as faixas populacionais desempregadas<sup>55</sup>.

Fazendo a junção dos valores dos números-índice calculados para os anos de 1914 a 1918 com os índices de salários para o mesmo período<sup>56</sup> verificámos que estes últimos estiveram acima do custo de vida, embora em 1918, na cidade do Porto, se apure o contrário. Na generalidade, poder-se-ia concluir que, afinal, a pressão social foi sempre de tal natureza que conseguiu superar as dificuldades impostas pela crise económica que a guerra veio implantar mais agravadamente. Quanto a nós, trata-se de uma falsa leitura, pois haverá, de facto, um claro desajuste entre o custo de vida

---

<sup>54</sup> Dever-se-á aceitar que, para nós, no contexto desta exposição, «rua» equivale a tecido social anónimo, expressando uma opinião não concreta, mas identificável, porque sentida.

<sup>55</sup> Veja-se Vasco Pulido Valente, *Tentar Perceber*, p. 171-172.

<sup>56</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa — As Estruturas de Base*, p. 367.

e o índice salarial<sup>57</sup>. Nesta ordem de ideias, os valores que nos serviram como referencial ou ponto de partida para apoiarmos os nossos raciocínios devem ser usados com grandes cautelas, pois, andando próximos de realidades da época, não a traduzem com total correcção, tendo-se de entrar com outros factores correctivos para se conseguir uma perspectiva mais ajustada. Foi esse o motivo que nos levou a fazer um estudo dos conflitos sociais de natureza laboral para inferirmos com melhor fundamento das motivações políticas dos líderes políticos que apostaram na beligerância portuguesa no final de 1915. Tais conflitos acabaram por ganhar maior força em 1916 e em 1917 transformaram-se numa onda de protesto generalizada de difícil contenção, a qual, no ano de 1918, deu origem a uma estranha aliança política que culminou numa greve geral nacional fracassada.

O estudo que levámos a efeito partiu de informações recolhidas na imprensa<sup>58</sup> entre 31 de Outubro de 1915 e 1 de Janeiro de 1916<sup>59</sup>.

Começámos por analisar a instabilidade urbana na perspectiva laboral, através das greves ocorridas no período e as respectivas motivações e concluímos que, no Norte de Portugal, chegaram a verificar-se mais de 47 dias de greve no sector da construção civil, sendo motivada pela reivindicação de redução do horário de trabalho para as oito horas de labor. No sector têxtil, por exemplo, houve 31 dias de greve para se obter melhor salário, tal como na metalurgia (24 dias) e na ourivesaria (mais de 30 dias) sempre por causa dos baixos salários praticados. Até na costura — indústria caseira que ocupava muitas jovens — se verificaram greves. A reivindicação era total e transversal ao mundo do trabalho manual.

---

<sup>57</sup> Fundamentamos este nosso parecer nas mesmas reticências que Vasco Pulido Valente coloca em relação às estatísticas da época quando a tal se refere na obra *Tentar Perceber* na p. 171. Não duvidamos da cautela posta na recolha e tratamento dos valores estatísticos, contudo, a selecção de critérios não deveria estar completamente bem aferida.

<sup>58</sup> Pode parecer muito limitada a amostra temporal obtida, mas devemos recordar que, só nesta recolha, dispendemos mais de cinco meses de trabalho, consequência da dispersão dos elementos e da necessidade de inventariar a partir de dados com pequena relevância jornalística na época.

<sup>59</sup> Pode consultar-se este estudo no texto original da nossa dissertação depositados nos acervos da Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa e na Biblioteca Nacional.

Neste mesmo estudo tivemos oportunidade de comprovar que o surto de instabilidade laboral se encaminhou para greves gerais regionais que, embora de curta duração, foram significativas pelo número de medidas repressivas a que obrigaram<sup>60</sup>. Com efeito, foram três as localidades onde houve greves gerais: Guimarães, Porto e Matosinhos, sendo os motivos, respectivamente, por solidariedade com os trabalhadores têxteis da região e aumento do custo de vida. Esta última razão persistiu ao longo do tempo de guerra.

Mas a instabilidade nos sectores laborais urbanos não era única, sendo, porém, talvez, a mais visível. Realmente, nos primeiros dias de Janeiro de 1916 começava a alastrar o descontentamento a toda a população do país. Do período que investigámos detectámos três tipos distintos de actuação das populações: motins, comícios e greves. Em todas essas movimentações de massas estava subjacente uma das duas seguintes questões, ou ambas em simultâneo: falta de géneros alimentícios e insuficiência financeira para satisfazer as necessidades aquisitivas mais elementares<sup>61</sup>. Verificámos, também, preponderância de motins populares no Litoral sobre o Interior do país, bem como no Norte sobre o Centro e Sul. E, a tal propósito, será conveniente recordar algumas características destas regiões. Realmente, quer o Norte quer o Litoral eram, do ponto de vista económico, mais desenvolvidos do que o Sul; embora prevalecendo o minifúndio no Norte e no Litoral — ou, quiçá, por causa disso — havia uma tradição menor de fome do que no Sul, onde o latifúndio imperava, tendo gerado um verdadeiro proletariado agrícola, sedento de terra e de pão, contudo, mais paciente e menos exigente do que as populações nortenhas e ribeirinhas do Atlântico. Por outro lado, as regiões mais propensas à manifestação da revolta estavam inseridas no tecido geográfico onde existiam mais indústrias. Se outras conclusões quiséssemos tirar, poderíamos associar à ocorrência de motins a influência monárquica e clerical francamente maior nas regiões menos submissas e a preponderância do Partido Socialista e da União Operária

---

<sup>60</sup> Vejam-se os quadros comparativos no texto original da nossa dissertação p. 57-58.

<sup>61</sup> Vd. quadro sintético dos motins populares em Portugal, entre 1 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1916 no texto original da nossa dissertação, p. 58-59.

Nacional (UON) nas grandes cidades, respectivamente do Porto e de Lisboa. Mas não são estas as pistas que, de momento, nos interessam.

Também, a partir da imprensa local e dentro do mesmo período de tempo, analisámos a frequência com que se verificaram comícios populares no país e concluímos que a população do Sul, no período em análise, estava mais para «falar» do que a do Norte e que as razões debatidas nestas assembleias populares estavam centradas na carestia da vida e na falta de géneros alimentícios. No entanto, se compararmos estes resultados com os anteriores, verificamos que a população do país, no período em causa, estava muitíssimo mais vocacionada para a acção do que para a discussão e exposição dos seus problemas.

Associemos, agora, ao problema que a todos afectava — a alimentação — a outra face condicionante da questão: o acréscimo de rendimentos para custear o sustento e, do estudo que levámos a cabo<sup>62</sup>, conclui-se, facilmente, que a insatisfação era generalizada no país nas vésperas da declaração de guerra. As tónicas da instabilidade eram: de âmbito nacional; tinham como razão fundamental o aumento do custo de vida; a falta de géneros alimentícios, nomeadamente os mais essenciais — cereais, batata e carne, o seu açambarcamento e comercialização fora das regiões produtoras. É possível concluir adicionalmente que as regiões mais contestatárias eram as do Norte e do Litoral do país e que usavam métodos extremos de luta — motins populares — contra processos mais moderados — comícios e greves.

Havia localidades em situação desesperada de *fome*, como Niza, onde a Câmara Municipal teve de comprar géneros para alimentar a população<sup>63</sup>, Vila Velha de Ródão<sup>64</sup> e Alcáçovas<sup>65</sup>. Também nesta época começaram a aparecer na imprensa de Lisboa as primeiras notícias de falta de trabalho na província — indicador da crise que se vai agudizar mais tarde; foi o caso do apelo que de Castro Verde chegava no sentido de se abrirem as minas<sup>66</sup>,

---

<sup>62</sup> Vd. o quadro sintético que incluímos no texto original da nossa dissertação, p. 60.

<sup>63</sup> *Diário de Notícias*, 23/1/1916, p. 2.

<sup>64</sup> *Diário de Notícias*, 23/1/1916, p. 2.

<sup>65</sup> *O Século*, 10/1/1916, p. 1.

<sup>66</sup> *O Século*, 27/1/1916, p. 4.



da tentativa de dar emprego a todos os trabalhadores rurais desocupados em Viana do Alentejo<sup>67</sup> e o da carência de trabalho na Figueira da Foz<sup>68</sup>.

Outros sintomas da crise que se desenhava eram os despedimentos colectivos, como o de 1500 operários da construção civil feitos pela Sociedade Estoril<sup>69</sup> e o receio de que o mesmo pudesse acontecer nas fábricas de peixe na cidade de Faro<sup>70</sup>. Todavia, parece começar a esboçar-se assimetria de disponibilidades laborais. Assim, em Muge — distrito de Santarém — ao mesmo tempo que sobem o custo de vida e os salários, faltam trabalhadores<sup>71</sup>.

Com a panorâmica que deixámos delineada nas páginas anteriores percebe-se — admitimos — o quadro sobre o qual os políticos portugueses tinham de tomar decisões perante a guerra que assolava a Europa desde Agosto de 1914. Preocupa-nos, neste passo do trabalho, compreender as condicionantes mais visíveis para os responsáveis governamentais e, em particular, para Afonso Costa, pois sempre admitimos que foi sob a sua influência que os destinos de Portugal se moldaram entre o início de 1915 e o final de 1917.

Sinteticamente, julgamos, poder-se-ia dizer que a oportunidade para uma mudança no tecido económico nacional estava criada, sendo necessário aproveitá-la para benefício das indústrias e do comércio do país, ao mesmo tempo que se remediava a situação social agravada pela quebra dos normais fluxos mercantis.

Vamos ver o que a este respeito nos diz, de forma mais ou menos velada<sup>72</sup>, Afonso Costa.

---

<sup>67</sup> *Diário de Notícias*, p. 8/1/1916, p. 3.

<sup>68</sup> *Diário de Notícias*, 10/1/1916, p. 10/1/1916, p. 1.

<sup>69</sup> *Diário de Notícias*, 3/2/1916, p. 2.

<sup>70</sup> *O Século*, 10/1/1916, p. 1.

<sup>71</sup> *Diário de Notícias*, 3/2/1916, p. 4.

<sup>72</sup> Devemos, em abono da verdade, deixar explícito que nunca vimos, por Afonso Costa ou outro qualquer ministro, claramente identificada a estratégia que, supomos, terá estado na mente do Chefe do Governo português. Julgamos mesmo que não carecia de ser exposta com detalhe — o que só seria contraproducente — bastando-nos os indícios que adiante deixaremos para apreciação.

É sabido que a situação deficitária do orçamento do Estado foi uma constante, tanto nas últimas décadas de Monarquia como nos primeiros anos de República. A exceção ocorreu no Governo Afonso Costa, em 1913. Realmente, o primeiro orçamento com saldo positivo estabeleceu as condições para a extinção do recurso às fontes tradicionais de financiamento do *deficit* — empréstimo interno e empréstimos junto da Banca britânica. Contudo, face à eclosão do conflito bélico na Europa e as imediatas consequências sobre as receitas e despesas do Estado, houve que lançar mão de um novo empréstimo interno<sup>73</sup>. Este retrocesso resultou do somatório dos efeitos provocados por insuficiente produção alimentar interna, diminuição da produtividade industrial, deficiente circulação interna dos bens essenciais, reduzida frota marítima comercial e, finalmente, decréscimo da circulação marítima assegurada por frotas mercantes estrangeiras.

Com a guerra, em 1914, Portugal iniciou um processo acelerado de crise, que desembocaria no colapso a curto prazo se, a tempo, não fosse encontrada uma solução retardadora<sup>74</sup>.

Curiosamente, já depois de acontecimentos que alteraram o rumo político em Portugal definido por Afonso Costa, mas ainda durante a guerra, António de Oliveira Salazar teorizava como solução a «fórmula de economia mais independente, (...) e que parece nem sequer se ter adoptado como uma necessidade, a *diminuição do consumo*, como contrapartida da produção, é elemento económico pelo qual se devia ter procurado atenuar a crise pavorosa do actual momento». E, para tal, dever-se-ia diminuir «as compras no exterior» e conseguir «uma diminuição do consumo total»<sup>75</sup>. Quer dizer, segundo o professor coimbrão, Portugal deveria suportar isoladamente a crise, virando-se para a formulação de uma política autárquica,

---

<sup>73</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa — As estruturas de base*, p. 489.

<sup>74</sup> Não devemos perder de vista que a crise gerada com a guerra não se declarou somente em Portugal. Na generalidade, quase todos os países a sentiram, mas, por ser mais próximo e mais evidente, o caso da Espanha parecia em tudo semelhante ao nacional. Uma diferença significativa havia, contudo: não existia uma aliança entre Madrid e Londres e a Espanha não possuía colónias negociáveis entre os contendores.

<sup>75</sup> *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.ºs 34, 35 e 36, Coimbra, 1918, p. 337.

desaproveitando o momento propício para impor os seus produtos no exterior e alimentar uma corrente comercial que, de alguma forma, atenuasse a crise de minguagem que se atravessava. Era, no fundo, a definição de uma passividade económica cheia de prudência, mas incapaz de descortinar caminhos para a superação de um mal que passava pela existência de um fraco tecido industrial português. Numa frase, encolher em vez de expandir.

A tese oposta sintetizava-se nas seguintes palavras de Afonso Costa: «Há despesas a fazer com a guerra no nosso país, sem dúvida, e também se tem de tratar do alargamento de indústrias para depois da guerra para fazer com que Portugal aproveite esta ocasião tão delicada da sua vida para se fortalecer»; e continuava: «(...) fomentar o desenvolvimento da economia pública porque, enquanto uns vão bater-se contra o inimigo (...), os outros, que não podem realizar essa obra de guerra, que façam a obra de paz e progresso, que é obra de tanta importância como aquela»<sup>76</sup>.

Julgamos que este terá sido o programa que norteou, do ponto de vista económico, a atitude do «arquitecto» da beligerância portuguesa, muito embora só o tivesse expressado depois de ter assegurada a participação nacional na guerra, na Europa<sup>77</sup>, ainda que conhecesse as vantagens que daí adviriam, como o afirmou em 3 de Janeiro de 1916, em reunião de conselho de ministros.

Poder-nos-emos questionar sobre qual o motivo que determinou esta reserva quanto aos objectivos económicos da beligerância nacional. A resposta volta a ser-nos dada por Afonso Costa quando impõe a necessidade de continuar a negociar com o Governo da Grã-Bretanha a ajuda económica e financeira que evitasse «(...) que as carreiras de navegação, especialmente as que respeitam ao transporte de carvão e de trigo pudessem ser suprimidas de um momento para o outro (...)» e o país ficasse «(...) então em circunstâncias de não poder viver (...)»<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa... 1914-1918*, p. 204-205.

<sup>77</sup> Só o disse em 7 de Agosto de 1916.

<sup>78</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa... 1914-1926*, discurso proferido em 25 de Fevereiro de 1916, p. 165.

Do que acabamos de transcrever percebem-se os contornos claros e evidentes de uma estratégia que, sendo geral, é também económica. A beligerância era imprescindível para:

- a) Permitir a manutenção e expansão possível da economia nacional;
- b) Manter o fluxo de navios estrangeiros — aliados, neste caso — nos portos portugueses para, ao trazerem matérias-primas essenciais, levarem, para a Europa, produtos acabados nacionais;
- c) Garantir que se reforçava a solidariedade financeira por parte do Governo britânico.

Repare-se que todos os indícios sobre os quais apoiamos a nossa afirmação são confirmáveis através de intervenções de Afonso Costa em diferentes momentos. Assim aconteceu na reunião de conselho de ministros que decorreu no dia 3 de Janeiro de 1916, durante a qual se tratou de um pedido de empréstimo de três milhões de libras à Grã-Bretanha «para acudir agora à situação cambial (...) com o que procederá à compra de material de guerra, trigo, etc., fugindo assim à especulação cambial. Isto deve aliviar um pouco, pois que a falta de procura de ouro pelo Estado na praça se traduzirá em benefício do câmbio, favorável ao comércio. Com esta atmosfera preparada e beneficiada, trabalhará então no lançamento de um empréstimo interno de 100 000 contos a 5% em séries (...)»<sup>79</sup>. Este era o caminho que se propunha seguir no caso de Portugal não se tornar beligerante, porque, se o fosse «seria então a segunda fase do problema, em que é impossível marcar o limite dos nossos sacrifícios económicos (...). *Mas então teríamos que considerar-nos dentro das bases da recíproca colaboração material e económica fixadas entre os aliados* (sublinhado da nossa autoria). O caso a prever e acautelar agora é só o da nossa não participação na guerra, porque nestas condições temos de ater-nos só aos nossos próprios recursos, agora, e depois da guerra. A nossa não participação na guerra, não tanto económica como politicamente, não nos pode trazer vantagens, visto que já sofremos pelo auxílio prestado as consequências

---

<sup>79</sup> A. H. de Oliveira Marques, *O Segundo Governo de Afonso Costa*, p. 67.

económicas mais temíveis<sup>80</sup>. *Militar e economicamente precisamos valorizar-nos* (sublinhado da nossa autoria) (...),<sup>81</sup>.

Note-se como Afonso Costa está a esboçar já toda uma linha de actuação que conta com vantagens económicas e financeiras advenientes da beligerância para criar o sustentáculo possível da economia portuguesa. Ir para a guerra era aproveitar uma conjuntura específica e irrepetível no curto prazo, tirando dela todas as vantagens possíveis para a economia nacional e, ao mesmo tempo, beneficiar dos apoios que os Aliados mantinham entre si. Pertencer ao *Clube dos Beligerantes* era garantir uma vertente que não estava assegurada em pleno pela neutralidade. Os soldados portugueses na frente ocidental europeia iam desempenhar uma missão que transcendia a própria guerra, porque, para além de combatentes, iam ser elementos de uma política de sobrevivência e desenvolvimento. Foi esta compreensão da beligerância que não foi alcançada pela grande maioria dos Portugueses na época, nem nos tempos imediatos e que continua a ser esquecida pelos historiadores recentes, pois fazem uma interpretação da entrada de Portugal no conflito a partir de uma visão actual e não através de uma perspectiva situada nos anos de 1914 e 1915.

Quando, finalmente, em 9 de Março de 1916, por pedido de Londres, por decisão governamental, a Armada portuguesa procedeu à requisição forçada e unilateral dos navios alemães surtos em todos os portos nacionais e Berlim declarou guerra a Portugal, estavam conseguidos os fundamentos para a prossecução da estratégia económica pensada por Afonso Costa. Resta-nos perceber se, realmente, valeu a pena a beligerância com todos os sobressaltos políticos que lhe advieram, mudando, por vezes, o rumo político que o líder do Partido Democrático havia imaginado para a actuação nacional. Começamos pelo comércio externo especial. De imediato verificamos que são notáveis os acréscimos de exportação no ano de 1916

---

<sup>80</sup> Afonso Costa refere-se ao facto de a posição ambígua definida pelo Governo Bernardino Machado, logo após o início do conflito — não beligerante e não neutral — ter quebrado a corrente comercial com a Alemanha — para quem Portugal era neutral, mas, em simultâneo, um adversário que prestava auxílio à Grã-Bretanha, sendo que para esta não tinha estatuto de beligerante e, quando convinha, era tido como um Estado neutral.

<sup>81</sup> Idem, *Ibidem*, p. 67-68.

(no qual, nos nove meses finais, Portugal era já beligerante), no de 1918 (no qual, só no último mês já não havia guerra) e no de 1919 (ano do rescaldo do conflito e da retoma de actividades produtivas normais por toda a Europa)<sup>82</sup>. O acréscimo percentual em libras, do comércio externo nacional, entre 1913 e 1919, representa mais de 90%, e note-se que o grande desenvolvimento ocorre exactamente no ano em que se declara a beligerância portuguesa, já que em 1914 tinha havido uma redução de vendas ao exterior e, em 1915, uma ligeira subida em relação ao ano anterior, a qual ficou aquém dos valores de 1913.

Como se pode explicar esta expansão de vendas ao estrangeiro (colónias, como tal, incluídas)? «A impossibilidade de realizar muitas das tradicionais importações viera abrir à produção interna perspectivas que até aí não tinha, permitindo o desenvolvimento de toda uma série de indústrias que noutras circunstâncias não seriam lucrativas.»<sup>83</sup>

Se atentarmos, agora, na composição percentual do comércio externo português ao longo dos anos que vão de 1912 a 1920<sup>84</sup> vê-se claramente que os anos de conflito (1914-1918) animaram a produção industrial, muito embora a tivessem modificado qualitativamente, já que houve atrofia em alguns sectores e desenvolvimento noutros (vejam-se como paradigmáticos os anos de 1918 e 1919, que na exportação industrial, em relação ao total, apresentam percentagens baixas, mas que correspondem a pontos altos da exportação têxtil). A animação produtiva de âmbito industrial teve reflexos importantes na exportação consequente; nota-se que quase metade das exportações industriais se situava na área dos têxteis que, com uma ligeira regressão no ano de 1916, subiu espectacularmente no ano de 1918<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> Vd. o quadro que inserimos no texto original da nossa dissertação, p. 66.

<sup>83</sup> Veja-se António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º vol., Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 26-28.

<sup>84</sup> Vd. o quadro que inserimos no texto original da nossa dissertação, p. 66-67.

<sup>85</sup> Note-se que o PIB a preços de mercado, reduzidos a preços de 1914, cresceu substancialmente de 1914 para 1915, entrando a decrescer nos anos seguintes até que, em 1918, era já inferior ao valor de 1913. No entanto, a preços correntes, o PIB (pm), em 1918, era já mais de o dobro do de 1914. Veja-se, de Nuno Valério, «O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947 — Uma primeira aproximação» in *Revista de História Económica e Social*, n. 11, Jan.-Jun., 1983, p. 89-102.

A outra indústria portuguesa, que beneficiou das condições de guerra, foi a das conservas de peixe<sup>86</sup>. Os anos de 1917 e 1919 correspondem àqueles em que parece ter havido maior procura internacional, provavelmente, por ampliação de mercados. Poder-se-á pôr a questão: como é que, havendo dificuldades de navegação marítima, e estando Portugal comprimido entre o mar e um país neutral, se escoavam os produtos? A resposta surge-nos natural: maior aproveitamento da tonelagem marítima que demandava os portos nacionais por Portugal ser um país beligerante<sup>87</sup>.

O caminho-de-ferro apresenta o ponto culminante como via de comunicação e escoamento de produtos no ano de 1916 — ano da beligerância nacional —, passando, daí para a frente, a decrescer a olhos vistos.

O conflito mundial faz diminuir a tonelagem total dos navios que demandaram portos nacionais, levando a Alemanha, segunda frota em portos portugueses, como era de supor, à paralisação total; 1918 foi o ponto baixo para as frotas britânicas e francesas, mas assiste-se a um crescimento espantoso da passagem de navios dos EUA que, entretanto, eram já beligerantes, facto que, de certo modo, vem compensar os decréscimos, ao mesmo tempo que evidencia o início da mudança na liderança marítima mercante no Mundo.

Pode, assim, concluir-se, olhando para os valores de 1918, que o escoamento da exportação portuguesa foi grandemente feito em navios norte-americanos. E para onde se dirigiam essas embarcações? Principalmente para França e Grã-Bretanha<sup>88</sup>.

O ano em que houve menor tonelagem de navios britânicos e franceses em portos nacionais (1918) e maior de americanos foi aquele em que mais se expandiram as exportações portuguesas, nomeadamente, para Inglaterra e França. Note-se que a expansão foi *real* e não de *transferência* da exportação para a Alemanha porque, além de maior volume facturado, correspondeu a um aumento de exportação para as colónias nacionais. É de realçar também o «salto» que as exportações tiveram no

---

<sup>86</sup> Vd. o quadro que inserimos no texto original da nossa dissertação, p. 67.

<sup>87</sup> Vd. o quadro que inserimos no texto original da nossa dissertação, p. 68.

<sup>88</sup> Vd. o quadro que inserimos no texto original da nossa dissertação, p. 68.

ano em que Portugal passa a ser beligerante (1916), o qual só encontra equivalente, ainda que relativamente menor, no de 1918.

Foram, quanto a nós, a antevisão do *boom* orientado para o comércio externo, por um lado, e a solução de graves carências internas, por outro, o que economicamente determinou Afonso Costa a lutar pela participação activa e comprometida de Portugal na guerra. Mas tinha de ser no teatro de operações europeu, e não só no africano, para garantir visibilidade internacional e uma clara separação da ideia de que a beligerância era uma forma exclusiva de defender o património português em África. Assim, estava garantido o aproveitamento das facilidades que os Aliados davam à colocação dos produtos portugueses nos seus países, por estes terem empenhadas as suas energias económicas directamente no esforço de guerra, ao mesmo tempo que lhes colocava um problema de contrapartidas compensatórias. Foi este, afinal, o objectivo que Afonso Costaperseguiu com vista a um arranque industrializante, à medida das capacidades internas, que projectasse Portugal e os capitais portugueses na modernidade<sup>89</sup>. Não era previsível, em 1914-1916, em Lisboa, capital de um país economicamente dependente, que, no pós-guerra, os vencedores da sangrenta contenda fossem também vencidos. A crise económica que se seguiu ao conflito, e que não poupou nenhum país, teve, em 1921, em Portugal, os seus reflexos nefastos.

Depois desta breve análise da dependência económica de Portugal em relação à Grã-Bretanha e de como, admitimos, os partidários da beligerância nacional na Grande Guerra viam na entrada no conflito uma solução imediata e de curto prazo para resolver problemas, também eles imediatos, de abastecimento das populações e, mais duradouramente, uma possibilidade para revitalizar o tecido produtivo da parca indústria portuguesa, convirá recordar que a problemática da dependência não se esgotava no

---

<sup>89</sup> Sobre a matéria económica e a participação na guerra pode ver-se que as conclusões de António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 80-86, não andam muito longe das nossas, embora este historiador faça uma análise genérica do período de 1914 a 1918, incluindo, também, o sidonismo, facto que não repudiamos, porque neste tipo de matéria quanto mais longo for o âmbito da análise, mais próximo se poderá estar da verdade.



âmbito estudado. Ia mais longe, porque implicava também uma dependência de carácter diplomático e político de Lisboa em relação a Londres. Dependência que era preciso, também, controlar e contornar. Dela nos ocuparemos de seguida, esboçando-a a traços bastante largos<sup>90</sup> para se perceber como contribuiu para reforçar a decisão de levar Portugal à beligerância, a qual se via como um processo regenerador ou, no mínimo, rectificador de desvios herdados da Monarquia e há muito praticados.

### 3. A dependência diplomática e política

Seria ocioso recordar como, na sequência da proclamação da República Portuguesa, o Governo britânico demorou a reconhecer o novo regime, tentando, por essa via, controlar e conter a sucessão de reformas radicais que se esboçavam em Lisboa. Igualmente, redundaria em perda de tempo relembrar o grande receio que o Governo Provisório teve da reacção espanhola à proclamação da República<sup>91</sup> e de como se apoiou no *Foreign Office* para evitar que, de Madrid, pudesse partir a iniciativa para a alteração da divisão política da Península Ibérica<sup>92</sup>. Estes são factos suficientemente conhecidos e estudados, por isso, preocupa-nos mais trazer à colação outras intrigas que evidenciam melhor, embora de forma menos notória, a dependência da boa vontade diplomática e política da Grã-Bretanha em relação a Portugal, em especial, do Portugal republicano.

Começaremos por abordar a desagradável situação de o deposto rei de Portugal, D. Manuel II, ter escolhido Londres para sua residência no exílio e a importância que tal facto, necessariamente, teve no desenrolar da relação

---

<sup>90</sup> Recordamos que o texto que se segue constitui uma revisitação de uma parte significativa da temática da nossa dissertação de mestrado — *O Fim da Ambiguidade* — e, por isso, nos dispensamos de ir mais longe em demonstrações e provas.

<sup>91</sup> Veja-se José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990, p. 217-220. Este texto, independentemente da sua pequena dimensão, tem a particularidade de colocar em destaque e em paralelo a postura diplomática dos EUA e a da Grã-Bretanha perante a jovem República, chamando a atenção para a importância que Londres tinha no Mundo de então.

<sup>92</sup> Sobre este tema pode consultar-se, com grande vantagem, Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração contra Portugal: 1910-1912*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

do Governo britânico com o da República. Depois, iremos mostrar como, na prática, logo no início do conflito na Europa, ficou bem evidente o destino subalterno que Londres traçara para Portugal. Julgamos que este esboço será suficiente para complementar o que já noutros trabalhos<sup>93</sup> dissemos sobre a necessidade de se levar o país para o seio das potências beligerantes, permitindo, assim, a compreensão da função das tropas portuguesas na frente de batalha.

A família real portuguesa, depois de ter abandonado o território nacional, dividiu-se: a rainha D. Maria Pia foi para Itália, a rainha D. Amélia e o ex-monarca fixaram residência em Inglaterra, acompanhados de alguns dos seus mais fiéis servidores. Entre estes estava o marquês de Lavradio, D. José Luís de Almeida. Em Londres continuou a residir o marquês de Soveral, antigo ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha, muito querido e aceite na corte.

A escolha da capital inglesa para se exilar não foi, por certo, fruto de um acaso<sup>94</sup>. Pela capital inglesa passavam e cruzavam-se todas as informações importantes e a eventual — e por certo desejada — restauração da Monarquia dependeria, em muito, da posição adoptada pelo Governo britânico. Sabia-se que por lá se contava com o apoio político de uma ala dos liberais, à frente dos quais estava Winston Churchill<sup>95</sup>. Por outro lado, o marquês de Soveral poderia continuar a desenvolver uma diplomacia paralela que seria conveniente à deposta Monarquia. Contudo, acima de qualquer outra razão, havia que manter a independência de Portugal para se poder manter o direito ao trono. Ora, a alteração do mapa político da Península Ibérica, a fazer-se, passaria sempre por Londres e a simples presença de

---

<sup>93</sup> Parece-nos importante a consulta dos primeiros parágrafos do pequeno texto que escrevemos, em 1985, para a *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por João Medina (tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, Editores), p. 34-53.

<sup>94</sup> Basta recordar que D. Manuel II, havia pouco tempo, mostrara, ainda como rei, um aberto interesse pelas causas sociais, em especial as operárias — tão do agrado do partido socialista — e que isso havia acontecido na sequência da visita que fizera a Londres por altura dos funerais de Eduardo VII, talvez por ter visto o empenhamento de outros monarcas europeus em questões que lhes assegurariam os tronos e as simpatias populares (vd. Jorge Morais, *Com permissão de Sua Majestade. Família Real inglesa e Maçonaria na instauração da República em Portugal*, Lisboa: Occidentalis, 2005, p. 47-61).

<sup>95</sup> Como evidenciou John Vicent-Smith, *op. cit.*, p. 43.

D. Manuel naquela capital era um forte motivo para impedir quaisquer negociações<sup>96</sup>. Acresce que, estando o deposto monarca na capital britânica, também dividiria as opiniões quanto ao apoio ou simpatias por uma restauração que desse o trono ao ramo miguelista, banido desde a vitória de 1834. Numa frase, D. Manuel, ainda que exilado, residindo em Londres, estava no centro de decisão da política europeia.

Para contrapor a este quadro, pouco ou nada favorável para a diplomacia republicana, escolheu o Governo de Lisboa um homem com um perfil moderadamente conservador e uma capacidade negocial suficientemente conhecida: Manuel Teixeira-Gomes<sup>97</sup>.

Era ingrata a missão do ministro plenipotenciário português, pois movimentava-se em terreno antecipadamente marcado pelo marquês de Soveral. Teixeira-Gomes tinha de conseguir que o Governo britânico fosse capaz de separar os interesses de regime para aceitar somente os interesses da relação com o Estado português<sup>98</sup>. Contudo, ao mesmo tempo que havia este caminho a percorrer, impunha-se fazer sentir em Londres uma nova postura política difícil de ser aceite no *Foreign Office*, dado o hábito de subalternidade que a dependência económica impunha. A República queria

---

<sup>96</sup> E o certo é que as havia como nos dá notícia, por várias vezes, D. José Luís de Almeida Lavradio na obra *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio* e na correspondência que com ele trava, transcrita por António Cabral, *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1938, por exemplo a págs. 198-201.

<sup>97</sup> A escolha deste republicano para ministro plenipotenciário na capital da Inglaterra não resulta de um acaso. Manuel Teixeira-Gomes conhecia o meio onde se iria movimentar por força da sua actividade de agricultor algarvio e das relações comerciais que de há muito mantinha na cidade do Tamisa. Esse conhecimento ia ao ponto de saber apreciar, como observador privilegiado, o comportamento social dos Ingleses. Disso nos dá conta em *Londres Maravilhosa e outras páginas dispersas*, Lisboa: Portugália Editora, 1942.

<sup>98</sup> Pode ver-se com vantagem, de Manuel Teixeira-Gomes, *Correspondência. Cartas para políticos e diplomatas*, 2 vols. Lisboa: Portugália Editora, 1960. Pela leitura da correspondência — em especial a que trocou com João Chagas — percebe-se que o ministro português tinha o perfil adequado à missão que dele esperava a República, o qual, mais tarde, no início de 1916, já não correspondia ao salto estratégico que tinha de ser dado, o que levou a que a política externa e a relação com Londres fosse dirigida directamente por Lisboa e, muito em particular, por Afonso Costa (veja-se *O Fim da Ambiguidade*, p. 247-257, 259-266). Entretanto, convém acrescentar, em nossa opinião, o Governo de Londres já desde a Primavera de 1910 — época em que recebeu formalmente a *embaixada* do Partido Republicano Português constituída por Sebastião de Magalhães Lima, Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, e José Relvas — tinha dado o sinal claro e preciso de que para ele a aliança era com Portugal e não com a Casa Real Portuguesa (veja-se, de José Relvas, *Memórias Políticas*, 1.º vol., Lisboa: Terra Livre, 1977).

ser respeitada, embora dependesse dos apoios da monarquia britânica e dos seus governos. E tais apoios foram necessários, por diversas vezes, pelo menos até à eclosão da guerra, como resultado da acção conjugada de duas vontades — uma evidente e activa e outra silenciosa e plena de ardis: a dos monárquicos portugueses e a do monarca espanhol.

As incursões conduzidas por Paiva Couceiro nos anos de 1911 e 1912 sobre o Norte de Portugal, a partir da Galiza, foram, para os monárquicos portugueses, momentos de esperança e de desespero. Contudo, não se poderá esquecer quanto o apoio espanhol tinha de intencional. Realmente, um país convulsionado por sucessivas guerrilhas internas facilitava a intervenção militar e política do seu vizinho e, tanto mais, se ele fosse uma recente República numa Europa essencialmente monárquica.

Esta visão dicotómica do problema monárquico poderá ter manietado D. Manuel no seu exílio; por um lado, todas as possibilidades de restauração eram de considerar, mas, por outro, o ex-rei sabia muitíssimo bem dos desejos de Afonso XIII e não os desprezava como parecia acontecer com uma grande parte dos seus seguidores<sup>99</sup>. Pouco antes da segunda incursão monárquica, independentemente das diligências do ministro plenipotenciário português em Madrid, visando que fossem dadas ordens às autoridades galegas para determinar o afastamento dos exilados monárquicos da fronteira nacional, também Lisboa solicitou junto de Londres, através de Teixeira-Gomes, os bons ofícios do *Foreign Office* para que o Governo espanhol tomasse as medidas convenientes e apropriadas à situação. De tudo isto, D. Manuel, mais tarde ou mais cedo, tinha conhecimento, obrigando-o a uma cautelosa actuação quer junto dos seus apaniguados, em Portugal, quer junto das autoridades e dos políticos, em Londres<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Não deixará de ser curiosa a transcrição da passagem das *Memórias* do marquês do Lavradio que, reportando-se ao ano de 1913, diz que D. Manuel andava preocupado com «(...) a pressão que fazia Afonso XIII junto do Governo inglês, para ser *autorizado* a intervir. Todos nós sabíamos o que seria uma intervenção espanhola em Portugal» (*op. cit.* p. 241).

<sup>100</sup> E, realmente, D. Manuel continuava a ter acesso aos meios políticos londrinos, como disso nos dá conta Rui Ramos (*História de Portugal. Sexto volume: A Segunda Fundação (1890-1926)* p. 503). D. Manuel terá sido recebido por Edward Grey, em 1914, depois do início da guerra, para lhe explicar que se dissociava da posição germanófila, ou como tal tida, adoptada pelos monárquicos portugueses.

Olhando, agora, o quadro sintético que acabámos de delinear, segundo a óptica utilitarista de Londres, percebemos quão agradável era ao Governo da Grã-Bretanha — mesmo indo contra o que publicamente afirmava — a situação confusa em Portugal. A instabilidade da nova República colocava-a, tal como a velha Monarquia, na dependência das decisões britânicas. Portugal não podia, de forma alguma, alienar a velha aliança, ainda que correndo o risco de ver tratado o seu património colonial como elemento de troca para garantir o equilíbrio e a paz na Europa<sup>101</sup>. E, na verdade, embora com perfeito desconhecimento dos Governos republicanos de Lisboa, Londres repetiu, entre os anos de 1912 e 1914, negociações semelhantes às de 1898 com Berlim, tendo em vista a divisão das grandes colónias nacionais entre a Grã-Bretanha e a Alemanha contra um empréstimo financeiro a fazer a Portugal. Foi um facto do qual só se veio a tomar amplo conhecimento já em 1917 — curiosamente, por intermédio de uma publicação oficial britânica — ainda que dele tivesse havido suspeitas em Lisboa<sup>102</sup>. Era a dependência em toda a sua amplitude, a qual gerava, pelo menos na ala mais radical republicana, um forte sentimento de desconfiança em relação à Inglaterra<sup>103</sup>.

A intenção de manter Portugal e o novo regime na situação de dependência ressalta da posição internacional que o *Foreign Office* solicita que seja adoptada por Lisboa, logo no início do conflito, quando pretende que

---

<sup>101</sup> Veja-se, a propósito das convenções secretas anglo-germânicas de 1898 e de 1913, José de Almada, *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército, 1946.

<sup>102</sup> Em Londres e em Berlim os respectivos ministros plenipotenciários souberam da existência de um entendimento sobre as colónias nacionais e disso informaram Lisboa. Contudo, desconheciam os termos exactos e a extensão do acordo. A propósito da arrogância com que Londres, o Governo britânico e os seus representantes tratavam Portugal, veja-se, sobre uma desejada ida de Afonso Costa à capital inglesa, Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais. Diplomata e Conspirador (1912 – 1917)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 67-68.

<sup>103</sup> É certo que foi a determinação britânica, impondo a publicidade dos tratados e de todas as suas cláusulas, que limitou e atrasou a assinatura definitiva dos mesmos, até que a eclosão do conflito na Europa veio liquidar o que já havia sido conversado e assente. Veja-se, do príncipe de Lichowsky, *A minha missão em Londres: 1912-1914*, Londres: Casselland C.º, 1918. Sobre o sentimento de desconfiança quanto à política seguida pela Grã-Bretanha, para se ter uma ideia suficientemente precisa, basta consultar *O Segundo Governo Afonso Costa (1915-1916). Actas dos Conselhos de Ministros*, elementos coligidos e dados à estampa por A. H. de Oliveira Marques, em Lisboa, no ano de 1974, com a chancela da Europa-América.

diplomaticamente o país se assumia como não neutral<sup>104</sup>. Para que não restem dúvidas, utilizámos a tradução feita no chamado *Livro Branco* publicado em 1920<sup>105</sup> e que transcrevemos: «(...) em caso de ataque pela Alemanha contra qualquer possessão portuguesa, o Governo de Sua Majestade considerar-se-á ligado pelas estipulações da aliança anglo-portuguesa. Por agora o Governo de Sua Majestade ficaria satisfeito se o Governo Português se *abstivesse de proclamar a neutralidade*. No caso do Governo de Sua Majestade entender de futuro necessário fazer algum pedido ao Governo Português, *que não seja compatível com a neutralidade deste último*, apelará para a aliança com justificação de tal pedido»<sup>106</sup>.

Realmente, a leitura que ainda hoje se pode fazer deste documento é a de uma sujeição absoluta de Portugal à Inglaterra. Com efeito, repare-se que se pede para o Governo de Lisboa não declarar a neutralidade, mas, ao mesmo tempo afirma-se que se deseja a neutralidade portuguesa, ou seja, Portugal seria simultaneamente não neutral e não beligerante — posição que já havia sido adoptada pelo Governo da Monarquia aquando da guerra anglo-boer, em 1899<sup>107</sup>. Por outro lado, afirma-se que é o Governo britânico quem determina a qualidade dos actos que deverão ser tidos como não compatíveis com a neutralidade portuguesa!

Como é natural, nem todos os partidos políticos, em Agosto de 1914, terão tomado conhecimento dos termos exactos da nota britânica, mas alguns terão intuído o seu conteúdo a partir da declaração que o Governo fez no Parlamento ao Congresso da República; declaração cheia de afirmações ambíguas capazes de levar o Governo francês e britânico a admitir a beligerância de Portugal. Foi a 7 desse mês que Bernardino Machado leu o seguinte: «Logo após a proclamação da República, todas as nações se

---

<sup>104</sup> Documento n.º 10 da colectânea intitulada *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, tomo I, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 18.

<sup>105</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 Pelo ministro dos Negócios Estrangeiros — Portugal no conflito europeu — 1.ª parte — Negociações até à declaração de guerra*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

<sup>106</sup> Vd. *Documentos*, p. 7 (os sublinhados são da nossa autoria para dar destaque aos aspectos que julgamos mais significativos).

<sup>107</sup> Consulte-se o que sobre o assunto diz José Calvet de Magalhães, *op. cit.* p. 215-216.

apressavam a declarar-nos a sua amizade, e uma delas, a Inglaterra, a sua aliança. Por nossa parte temos feito, incessantemente, tudo para corresponder à sua amizade que deveras prezamos, *sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres da aliança* que livremente contraímos e *a que em circunstância alguma faltaríamos*. Tal é a *política internacional de concórdia* e de dignidade que este Governo timbra em continuar, certo de que assim solidariza indiscutivelmente os votos do venerando Chefe de Estado com o consentimento colectivo do Congresso e do Povo Português,<sup>108</sup>.

Como se percebe, a mais forte ideia que ressalta da declaração é que a República Portuguesa — mais até do que Portugal — estava indissolivelmente ligada à aliança com a Inglaterra e que a política internacional do Governo, sendo de concórdia, passava sempre pela dita aliança. Numa leitura muito mais rebuscada e enviesada, diz-se que Portugal estava disposto a, seguindo uma política internacional de concórdia, arcar com todas as consequências que o facto de ser aliado da Inglaterra lhe impusesse.

Toda e qualquer interpretação que se faça da declaração passa sempre por perceber que o comportamento internacional português se pautaria pela aliança, o mesmo é dizer, pela subordinação à vontade da Inglaterra. E foi isto mesmo que Afonso Costa — e com ele o Partido Democrático — não aceitou, na defesa do superior interesse de Portugal. Ele entendia a aliança não como uma grilheta à qual Portugal se deixava prender, mas como uma forma de, em total liberdade política, poder oferecer apoio à Grã-Bretanha, recebendo dela o auxílio necessário.

Habitados os Governos ingleses a tudo exigirem e em troca haver uma subordinada obediência de Portugal, mal as operações militares tiveram início, logo pediram autorização para que tropas britânicas atravessassem o território de Moçambique. Tratava-se de um acto que, claramente, feria o estatuto de neutralidade. Lisboa, na senda de uma prática já habitual, cedeu de imediato.

Pouco tempo depois — e na provável sequência de uma manobra diplomática de João Chagas ainda não explicada<sup>109</sup> — foi a vez de a França

<sup>108</sup> Transcrito e sublinhado por nós em *O Fim da Ambiguidade*, p. 113.

<sup>109</sup> Sobre este ponto, veja-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade*, p. 131-134.

solicitar a cedência de armamento a Portugal. Desta feita, por reacção do ministro da Guerra, general Pereira d'Eça, impôs-se que o material só seguiria para a frente de batalha acompanhado dos militares portugueses. Contudo, era necessário que o pedido fosse feito pela Grã-Bretanha ao abrigo da aliança. Londres viu-se confrontada com esta dificuldade já que, a todo o custo, queria evitar a entrada de Portugal no conflito<sup>110</sup>. Em segredo, invocou a aliança e fez todos os possíveis para que o material embarcasse antes dos homens. A desorganização nas fileiras do Exército nacional facilitou o objectivo britânico. Ajudou a política inglesa a grande oposição à entrada na guerra que reinava entre a oficialidade do Exército de Portugal, tal como ajudou também o golpe palaciano de Manuel de Arriaga quando levou à demissão do Governo Azevedo Coutinho e à formação do Governo Pimenta de Castro<sup>111</sup>.

O velho general, chamado a formar governo, viu-se constringido a constituir um Gabinete no qual pontificavam os militares desejosos de evitar a beligerância, prontificando-se, de imediato, a desfazer os poucos preparativos que o anterior Governo havia feito. Nada poderia ter sido mais agradável ao *Foreign Office*. A beligerância portuguesa na sequência do

---

<sup>110</sup> António José Telo dá uma curiosa explicação da estratégia geral britânica. Afirmo que Londres não podia ceder às pressões de beligerância portuguesas porque tinha empenhada no Atlântico Norte a sua frota naval para conter a da Alemanha e que, não podendo assegurar a liberdade marítima dos aliados no Mediterrâneo, dependia de a Itália tomar ou não posição ao lado dos impérios centrais e de a Espanha se conter como neutra — Madrid não toleraria, no dizer deste historiador, que Portugal fosse beligerante, virando-se de imediato para o apoio à Alemanha. Assim explica Telo todos os esforços feitos por Londres, até 1915 — ano da entrada da Itália na guerra ao lado dos aliados — para que Lisboa mantivesse a situação ambígua no plano internacional («A Grã-Bretanha e a beligerância portuguesa» in *Portugal e a Grande Guerra*, coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Guerra, Lisboa: Diário de Notícias, 2003, ISBN 972-9335-07-9, p. 205-207). Não nos repugna aceitar esta explicação enquanto lógica, contudo, ela parece perder fundamento quando, já beligerante, Portugal, no final do ano de 1917 e durante uma parte de 1918, tem de se confrontar com a constante relutância inglesa em ceder os meios necessários à concretização e efectivação da actividade bélica nacional. Para nós, como à frente se verá, as dificuldades lançadas à acção portuguesa são de um plano bem menor do que aquele delineado por António José Telo; estão, de facto, ao nível daquilo que, na época, se sabia: Portugal e as suas colónias poderem servir para todo o tipo de arranjos que o Governo de Londres entendesse fazer, daí a necessidade de afastar os diplomatas portugueses da esperada conferência da paz onde se decidiriam as fronteiras e os destinos das nações europeias e respectivas possessões coloniais.

<sup>111</sup> Sobre esta temática pode consultar-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade*, p. 144-146, 167-173.



pedido britânico caiu no esquecimento de todos. Portugal poderia continuar a prestar serviços à Grã-Bretanha, tal como continuou, satisfeito numa neutralidade que não tinha e numa beligerância nunca verdadeiramente assumida.

Determinante para alteração do quadro criado por Manuel de Arriaga, em Janeiro de 1915, foi a revolução de 14 de Maio desse mesmo ano. Abriu a possibilidade de assumirem a governação as forças políticas republicanas mais radicais, capitaneadas por Afonso Costa. E o radicalismo, neste caso, era sinónimo de uma altivez controlada perante a vontade de Inglaterra! Era, como demonstrámos — pela primeira vez entre nós — em *O Fim da Ambiguidade*, a definição de uma estratégia realmente nacional porque ia ao encontro de uma postura que pretendia ver reconhecida, por Londres, a soberania absoluta de Portugal, a par da independência relativa que se estabelece entre Estados no plano internacional. Foi, percorrendo essa nova senda, que o Governo Afonso Costa procurou encaminhar os destinos da política externa, a partir do final de 1915.

Seria ocioso repetir aqui, em pormenor, o que já deixámos, com copiosa margem de minudências, na obra antes referida, contudo, achamos que, para se compreender o subtil fio condutor que diferencia este ensaio de um mero relato de acontecimentos militares passados em França nos anos de 1917 e 1918, há que mostrar como a participação activa na guerra tinha, julgamos, um alcance político e diplomático que ultrapassava em muito o mero desejo de auxiliar as forças empenhadas na luta de trincheiras na frente ocidental. Aceitando como meta esse propósito, escreveremos as derradeiras páginas deste capítulo.

Para se perceber todo o alcance da beligerância portuguesa, sabendo que o seu principal arquitecto foi Afonso Costa, nada melhor do que explorar-lhe o pensamento através das palavras que deixou ditas nos discursos que proferiu.

Assim, a propósito das vantagens económicas trazidas para Portugal pela mudança de estatuto, afirmou, no Parlamento, no dia 7 de Agosto de 1916<sup>112</sup>:

---

<sup>112</sup> A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Afonso Costa. Discursos parlamentares 1914-1926*, Amadora: Livraria Bertrand, 1977, p. 196-198.

A França dirigiu-nos um convite para assistirmos à Conferência Económica dos aliados, como igual convite já tínhamos tido para a Conferência Política e Militar (...).

(...).

Entre várias questões que principalmente estão ligadas pela situação de aliança económica que a conferência em Paris procurou estabelecer entre os povos aliados, citarei a colocação dos nossos produtos continentais e coloniais, visto o comércio estar proibido por Lei ou, pelo menos, impossibilitado de se exercer por motivos de carácter moral e patriótico, (...).

(...).

Assistimos a todos os seus trabalhos, tomámos parte em várias reuniões preparatórias (...). Consoante a nossa opinião, defendemos muitas proposições que foram aprovadas e que fazem parte das resoluções publicadas no nosso *Diário do Governo* de 29 de Junho e outras, de carácter secreto ou abrangendo aspectos de luta contra os impérios centrais, que não podem ser consideradas de carácter económico, as quais foram ou estão sendo comunicadas aos Governos interessados.

Entre essas medidas, tivemos ocasião de defender uma que respeita às exigências mínimas de carácter económico, financeiro e político que devem fazer-se ao terminar a guerra, para que ela se não possa renovar em breve período e já verificámos que essa doutrina tem sido bem aceite pelos representantes de todos os países e vai ser recomendada aos Governos das nações aliadas, a fim de não ser esquecida quando se aproximar a hora da paz.

Em seguida recorda, em síntese, as medidas adoptadas e, a propósito das que classificou «(...) *permanentes de apoio mútuo e de colaboração entre os aliados*: procurando garantir a independência dos aliados quanto a matérias-primas, organização financeira, comercial e marítima, desenvolvimento de indústrias e comércio nos países aliados, colocação recíproca dos seus produtos, melhoramentos de transportes e comunicações, unificação das medidas sobre propriedade industrial, etc.».

Muito mais à frente diz, com toda a clareza:

A propósito, defendeu-se o princípio da criação de mercados de colocação compensadores, pois países há que, como Portugal, poderão obter a boa colocação dos seus produtos continentais e coloniais. Era, pois, indispensável aquela medida, para que os produtos dos países aliados obtenham fácil colocação entre os mesmos países e até mesmo nos países neutros.

Com estas palavras quase não seria necessário acrescentar mais nada para se perceber o alcance estratégico da beligerância portuguesa quer na perspectiva económica quer na da dependência da Grã-Bretanha, pois Afonso Costa fez questão de frisar bem a autonomia da delegação nacional que, nas diferentes conferências, apresentou propostas para serem discutidas por todos os representantes dos países aliados e acrescentou a boa aceitação que tiveram. Portugal ganhava voz e autonomia no seio dos Estados europeus em luta contra os impérios centrais. Que diferença em relação à Espanha, a qual tinha de se sujeitar a um diálogo essencialmente dirigido a Londres! As forças militares na frente de batalha iriam dar maior peso negocial à posição portuguesa, como não podia deixar de ser. Isso mesmo reconhece-o e afirma-o Afonso Costa quando termina o discurso que, em parte, acima transcrevemos com a seguinte frase: «A guerra vai constituir uma hora de dor e de dificuldades para o País, mas, ao mesmo tempo, é uma hora de força moral, uma hora de glória que talvez Portugal não tenha atingido em nenhuma época da sua história com tanta grandeza».

Se não fossem suficientes os argumentos acima referidos, poderíamos apresentar os que fazem parte do discurso de 26 de Abril de 1917<sup>113</sup>, quando Afonso Costa defendeu o programa do seu Governo, no Parlamento, na sequência da queda do Governo de *União Sagrada*. Neste, ele é bastante mais explícito, até pelo desempenho do cargo de presidente do Ministério.

Repare-se na forma subtil — a qual, para melhor realce, deixamos em itálico — embora enredada, como, a dado passo, justifica a necessidade de Portugal ser beligerante no plano internacional e no da dependência da Grã-Bretanha.

---

<sup>113</sup> Idem, *op. cit.*, p. 236-239.

Se é certo que Portugal tem mantido sempre, durante a República, e continua a manter, felizmente, as melhores relações internacionais, certo é também que o facto da nossa intervenção na guerra contribuiu poderosamente *para provocar um conhecimento mais íntimo e uma aproximação mais perfeita entre nós e os países aliados*, especialmente pelo que diz respeito à grande nação inglesa, *cuja secular aliança sairá mais robustecida da comunhão na luta em que pelejamos pela Liberdade e pelo Direito das nacionalidades*, e pelo que se refere à grande pátria francesa, à qual nos prendem, pelas afinidades de raça<sup>114</sup>, de civilização e cultura os mais fortes e afectuosos laços de leal amizade e íntima estima.

*Destas assinaladas consequências saberá o Governo aproveitar zelosamente todas as naturais e insofismáveis vantagens*, ao mesmo tempo que cuidará de manter as amigáveis relações que nos ligam a todas as nações não beligerantes.

Mais à frente, depois de referir o sacrifício que representa o esforço militar que se estava a desenvolver, acrescenta, com particular clareza, a importância estratégica de Portugal ser beligerante e estar empenhado na guerra nas frentes europeia e africana (sublinhados da nossa autoria):

*Côncio, porém, das utilidades e vantagens de toda a ordem dum tal facto, o Governo continuará a efectivar essa intervenção com o embarque, para França e para África, de consideráveis forças do Exército da metrópole.*

E, como se não fossem já suficientes as razões aduzidas para justificar e explicar a beligerância, Afonso Costa acrescenta:

A nossa intervenção na guerra é o facto hoje dominante em toda a vida nacional. A compensação dos dolorosos sacrifícios actuais colhê-lá-emos largamente num futuro consolador e nobilitante, *que nos assegurará decisivamente, além do respeito de todos os povos pela nossa bem caracte-*

---

<sup>114</sup> Estas referências são resultado da época e dos conceitos então em voga e aceites.

*rizada nacionalidade e pela sua intangível independência, a tranquila manutenção do nosso valioso património colonial.*

Por isso, e desde já, o Governo, firmemente convencido de que a conservação e civilização do ultramar português, sendo-nos impostas por uma gloriosa tradição nacional, o são, também, por imperiosas necessidades e notáveis vantagens de ordem económica e de política externa, dedicará à questão colonial a mais desvelada atenção.

A 10 de Maio de 1917, na sequência de esclarecimentos sobre uma proposta legislativa do Governo, Afonso Costa, em pouquíssimas palavras, resumiu o objectivo estratégico da presença militar portuguesa na frente de batalha europeia. Disse: «Parece-me por isso mais necessário que o espírito público tenha respeito, atenção e solidariedade com *as forças que representam não o regime, mas a Pátria, e que estão na frente de batalha. Ali está a continuação de Portugal*, e é preciso que esta obra não nos traga discussões políticas, que podem amesquinhá-las»<sup>115</sup> (sublinhado da nossa autoria).

A pouco e pouco, nas sucessivas intervenções parlamentares, Afonso Costa foi acrescentando mais explicações não só para a beligerância como para o empenhamento militar na Flandres. No discurso de 1 de Agosto de 1917, respondendo a perguntas que lhe tinham sido colocadas, confirma, agora, com grande à-vontade, como foi estrategicamente conduzida a manobra diplomática portuguesa para entrar na guerra: «Seguidamente, a Inglaterra, graças a uma oportuna acção diplomática do Governo Português, fez, em nome da aliança, o pedido a Portugal, *nas condições mais honrosas para nós.*»<sup>116</sup> E, logo adiante, acrescenta para que não restem dúvidas: «Aludindo à chamada união ibérica, o Governo activando a sua participação na guerra e fazendo aproximações com o Governo da Espanha, quis sobretudo, imobilizar um perigoso adversário. Porque fosse qual fosse o nosso patriotismo e a nossa coragem, a situação seria desvantajosa para nós. Impunha-se pois uma política patriótica que continuasse o nosso objectivo

<sup>115</sup> Idem, *op. cit.* p. 256.

<sup>116</sup> Idem, *op. cit.* p. 356.

*desde séculos. Temos a necessidade e o direito de ser respeitados como nação livre»* (sublinhado da nossa autoria).

Em nossa opinião, e contra o que recentemente se pretendeu provar, é indiscutível que Afonso Costa definiu uma estratégia nacional<sup>117</sup> — isto é, uma estratégia em que os superiores interesses de Portugal estavam bem equacionados em função da realidade portuguesa e da conjuntura da época — ao mesmo tempo que levou os seus correligionários a, compreendendo-a, aceitá-la e defendê-la<sup>118</sup>.

Ao longo deste capítulo quisemos demonstrar que a beligerância foi também, para além das razões por nós apresentadas em *O Fim da Ambiguidade*, determinada por motivos de natureza económica. Mostrámos, a traços largos, a dependência diplomática e política que Portugal vivia na relação com a Grã-Bretanha; quisemos demonstrar que as tropas nacionais no campo de batalha, em França, constituindo um objectivo da estratégia definida, representavam a Pátria — como disse Afonso Costa — e não a República e defendiam «a continuação de Portugal», não por causa de o território estar ameaçado pela Alemanha, mas para assegurar a continuidade de interesses superiores do Estado.

No capítulo seguinte iremos analisar as transformações que o Exército sofreu na transição do regime monárquico para o republicano, de modo a percebermos como, ao cabo de menos de quatro anos, as estruturas militares não possuíam solidez suficiente para enfrentar o desafio que a beligerância representava logo em Agosto de 1914.

---

<sup>117</sup> O conceito de estratégia nacional importámo-lo nós para História, depois de estudar Estratégia, enquanto ciência, por o julgarmos de utilidade fundamental para se compreenderem atitudes de carácter internacional adoptadas pelos Estados em situações de conflito declarado ou latente.

<sup>118</sup> A estratégia nacional não é uma espécie de *referendo* efectuado por um qualquer Governo; é um rumo traçado de acordo com objectivos nacionais permanentes e não permanentes que decorrem de uma lógica de sobrevivência da nação.

## 2.ª PARTE

(Página deixada propositadamente em branco)



## II

### AS ALTERAÇÕES ORGÂNICAS DO EXÉRCITO DE 1910 A 1916

#### 1. Antecedentes

Para podermos analisar as transformações que o Exército sofreu na transição do regime monárquico para o republicano com o fim de percebermos como, ao cabo de menos de quatro anos, as estruturas militares não possuíam solidez suficiente para enfrentar o desafio que a beligerância representava logo em Agosto de 1914 teremos de nos debruçar, com algum pormenor, sobre a sua organização, quer quanto aos meios humanos quer quanto à sua articulação. Contudo, convirá recuar no tempo para ser compreensível a ruptura que se operou ao nível castrense aquando da proclamação da República em Portugal.

A mais antiga organização das forças militares terrestres de Portugal, depois do conceito medieval, ocorreu por Alvará de 1508 que nomeou D. Nuno Manuel capitão-general de «toda a gente de ordenança que está presentemente feita tanto na nossa corte como no reino e em todas os nossos senhorios»<sup>1</sup>. Assim terá tido lugar a criação — um pouco antes posta em prática — das chamadas Ordenanças, as quais são regulamentadas no reinado de D. Sebastião, em 10 de Dezembro de 1570<sup>2</sup>. Estas forças não

---

<sup>1</sup> Cf. Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *As Ordenanças e as Milícias em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, Volume I, s. l. Guarda-Mor, s. d., p. 57.

<sup>2</sup> Idem, *op. cit.*, p. 58.

constituíam tropas de 3.<sup>a</sup> linha, mas antes de quadrícula que garantiam a defesa das localidades e, assim, de todo o território.

Na sequência da Guerra da Restauração, em 1642, das Ordenanças são organizados os chamados Terços Auxiliares que guarneciam as fortalezas terrestres e costeiras, vindo a formar, estas sim, as tropas de 2.<sup>a</sup> linha. Em 1649, constituíam-se em trinta unidades de Infantaria. É nestes Terços Auxiliares que, em 1796, têm origem os Regimentos de Milícias — quarenta e três Batalhões —, tendo-se mantido, contudo, as Ordenanças a par de quarenta e seis Batalhões de Infantaria que formavam a tropa, a pé, de 1.<sup>a</sup> linha. Entretanto, com esta reforma, são concedidos privilégios à aristocracia e fidalguia por servirem como militares, «(...) obrigando todos os que quisessem suceder a títulos, morgadios, comendas e outros benefícios, a alistarem-se no exército como voluntários, para serem reconhecidos posteriormente como cadetes, ou a entrarem no Colégio dos Nobres, ou na Universidade de Coimbra».<sup>3</sup>

As Ordenanças foram reformadas, de novo, dando-lhes uma aplicação mais moderna — é a partir de certo tipo de emprego, a então chamada guerra de montanha, que nascem os primeiros Batalhões de Caçadores — em 1801, na sequência da guerra com Espanha. Durante as Invasões Francesas manteve-se a estrutura — Exército de 1.<sup>a</sup> linha, Milícias e Ordenanças — que deu excelentes resultados na luta contra as tropas de Napoleão.

Foi em 1820, com a Revolução Liberal, que, de acordo com um velho desejo das populações, se extinguiu a antiga orgânica militar. Todavia, os sobressaltos da política interna, durante a fase final do reinado de D. João VI e o breve reinado de D. Miguel, vieram fazer retroceder as decisões até 1834, ano em que, definitivamente, a Monarquia se tornou constitucional. E não é de estranhar que assim tenha sido, porque a concentração militar feita nos Açores incluía não só mercenários estrangeiros, mas também oficiais que haviam visto como se organizavam os exércitos em Inglaterra e

---

<sup>3</sup> *Op. cit.* p. 66-67. Na nossa exposição temos vindo a seguir a obra de Pereira Borrego, anteriormente citada, a qual constitui o que de mais recente se escreveu em Portugal sobre este assunto.

em França. Deste modo, por Decreto de Abril e Julho de 1832, a Regência extinguiu as Ordenanças e as Milícias<sup>4</sup>.

Criaram-se, como tropa de 2.<sup>a</sup> linha, os Batalhões de Voluntários e as Guardas Nacionais. Entretanto, para a Infantaria de 1.<sup>a</sup> linha foi determinada a organização de Regimentos a três Batalhões e oito Companhias.

Em 1834, depois da vitória liberal, a imediata reorganização fez-se seguindo duas linhas de força: por um lado, a economia e, por outro, o desejo de acalmia interna. Assim, mantiveram-se a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> linha — esta formada pelos Batalhões Nacionais — alimentadas pelo sistema de conscrição e pelo voluntariado. Criou-se o Corpo de Estado-Maior e a Infantaria, com efectivos bastante reduzidos, ficou constituída por Regimentos a dois Batalhões, sendo que totalizavam doze de linha e quatro de Caçadores; a Cavalaria passou a seis Regimentos de quatro Esquadrões, sendo que dois eram de Lanceiros e quatro eram de Caçadores a Cavallo; na Artilharia ficou-se por dois Regimentos com duas Baterias a Cavallo, seis montadas e oito de posição.

Em 1836, na sequência do setembrismo, nova reorganização foi levada a cabo. Foram vários os Decretos que contemplaram a orgânica do Exército, começando o primeiro, datado de 26 de Novembro, por estabelecer a organização territorial do país em dez Divisões militares, sendo que a 9.<sup>a</sup> correspondia ao arquipélago da Madeira e a 10.<sup>a</sup> ao dos Açores. Entre Janeiro e Maio de 1837, foram sendo publicados sucessivos Decretos que restabeleceram o tecido de cobertura do território com unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Deste modo, a Infantaria foi constituída em Batalhões independentes — trinta, ao todo, embora dez fossem de caçadores — a oito Companhias por Batalhão. Quanto à Cavalaria, passou a ter oito Regimentos — quatro de Lanceiros e outros tantos de Caçadores — a três Esquadrões de duas Companhias cada um. Na Artilharia tornou-se aos quatro Regimentos, dos quais estavam destacadas nos arquipélagos dos Açores e Madeira três Baterias. Mas não se quedaram por aqui as alterações.

---

<sup>4</sup> Para desenvolver esta fase da organização do Exército seguimos, muito de perto, a explicação de Carlos Selvagem, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia da Dinastia de Bragança*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, ISBN 972-27-0442-7, p. 577-581.

Os antigos estabelecimentos de ensino militar existentes — Academias de Marinha e de Fortificações, Artilharia e Desenho<sup>5</sup> — foram extintos para dar lugar à Escola do Exército, destinada a formar todos os oficiais das forças militares terrestres.

Bernardo de Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira, ministro da Guerra, resolveu uma pendência que se arrastava entre Lisboa e Coimbra e que dera origem à queda do Governo Rodrigues Sampaio, em 1835<sup>6</sup>. Com efeito, entendia-se, em Lisboa, que era necessário instalar nesta cidade e no Porto uma escola preparatória para a formação de engenheiros tão precisos ao país, por causa do surto de desenvolvimento que se começava a sentir; opunha-se a Universidade de Coimbra, ciosa do monopólio do ensino, exigindo que, a serem instaladas as escolas, o fossem no âmbito da velha academia e não como resultado de uma nova universidade na capital. O ministro da Guerra ultrapassou o impasse, criando no âmbito do seu ministério a Escola Politécnica — militarizada — onde se ministravam os cursos preparatórios para a frequência do curso de engenharia na Escola do Exército. Há quem conteste esta última explicação baseando-se no facto de, dois dias após a criação da Escola Politécnica de Lisboa, ter sido criada a Academia Politécnica do Porto, sem ficar sob a tutela castrense<sup>7</sup>. Seja como for, é indubitável que se tentou ultrapassar um obstáculo criado pelos lentes de Coimbra. Ficou aberta a porta às reformas futuras.

Também o Real Colégio Militar foi alvo de profundas remodelações nos programas, de modo a possibilitar o ingresso dos seus antigos alunos no Exército, com preparação adequada.

Dentro de um espírito de reforma e reformulação da instrução geral, foram criadas, nas unidades militares, escolas de primeiras letras para ensinar os soldados a ler, escrever e contar, ainda que a um nível muito elementar.

---

<sup>5</sup> Sobre a evolução do ensino militar em Portugal pode consultar-se, da nossa autoria, «Para uma perspectiva sociológica da evolução do sistema de educação militar em Portugal entre 1790 e 1958» in *Boletim* n.º 4, Sintra, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, Setembro, 1990, p. 115-138.

<sup>6</sup> Veja-se a sintética, embora excelente, explicação de Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 554-556.

<sup>7</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 567-571.

Foi estabelecida a igualdade de fardamento para os militares das Armas, acabando com a variedade de fardas que seguiam critérios díspares. Estipularam-se regras de promoção para os oficiais, acabando com os actos discricionários até então praticados; assim, a progressão na carreira fazia-se por antiguidade na Infantaria e Cavalaria e por provas de exame nas chamadas Armas Científicas — Artilharia e Engenharia. Reformou-se o Serviço de Saúde.

Pareciam bem estruturadas as reformas e reorganizações de 1836 e 1837, contudo, em 1840, já se faziam novos acertos nos efectivos da Cavalaria e, em 1842, a Infantaria passou a adoptar a organização em Regimentos.

No ano de 1849 uma nova reorganização do Exército foi imposta. Procurava-se uma orgânica mais racional. A busca de uma estrutura excelente levou a que esta reforma nunca fosse completada. Na essência, assentava nos seguintes pilares: reorganização territorial — três Divisões (Lisboa, Évora e Porto) com oito subdivisões cada uma — reorganização do Exército de Linha — 18 Regimentos de Infantaria, nove Batalhões de Caçadores, dois Regimentos de Lanceiros, seis de Caçadores a Cavallo e um de depósito, três Regimentos de Artilharia, um Batalhão de engenheiros, Corpo de Estado-Maior, Corpo Telegráfico e Serviço de Saúde — reorganização do Exército de 2.<sup>a</sup> Linha — mantinham-se os Batalhões Nacionais. Desta reorganização sobressaiu um aspecto muito significativo e importante para se poder avaliar como se procurava já racionalizar os meios militares: foi o estabelecimento de efectivos para o tempo de paz e para o de guerra, criando-se o conceito de reserva na base das praças licenciadas do serviço activo. Começava a saber-se articular no tempo, de acordo com as necessidades, os efectivos empenháveis em campanha. Teoricamente, as tropas, em pé de paz, atingiriam um total de 29 000 homens, 3312 solípedes e 24 peças de artilharia; estes números, em pé de guerra, passariam a ser, respectivamente, de 53 000, 5700 e 72<sup>8</sup>. Tal reforma não chegou a ser totalmente implementada por se lhe terem achado deficiências.

Em 1863, o marquês de Sá da Bandeira, ensaiou uma nova reorganização que foi no sentido de implantar algumas das decisões anteriores e, acima

---

<sup>8</sup> Continuamos a seguir a obra de Carlos Selvagem.

de tudo, modernizar o armamento. Realmente, por esta altura, já tinham sido introduzidas nos maiores Exércitos da Europa as novas tecnologias militares: peças com a alma estriada e retrocarga, pólvoras brancas, culatra móvel e percussão central nas espingardas e carabinas, o que facilitava o tiro rápido. Estava no momento certo do Exército português se modernizar, não só adoptando material mais sofisticado, como também aprendendo as novas formas de combate. A guerra austro-prussiana, em 1866, mostrou que a superioridade do armamento era fundamental — embora, mais tarde, se chegasse à conclusão de que a organização para o combate não podia ser desprezada. No nosso país renovou-se o armamento individual — carabinas e espingardas inglesas Enfield de 14 mm — e o arsenal do Exército conseguiu recuperar peças de 8 cm, estriando-as, e obuses de 12 cm.

Entre 1869 e 1870 procedeu-se a uma nova reorganização do Exército, elevando os efectivos de tempo de paz para 30 000 homens e reduzindo os de guerra para 50 000. Foi estabelecido o princípio do Exército semi-permanente, usando o seguinte modelo: serviço militar gratuito e obrigatório por cinco anos nas fileiras, depois, as praças licenciadas passavam à 1.ª reserva, que constituía as tropas de 2.ª linha, e, de seguida, à reserva territorial até à idade de 50 anos. Teoricamente o sistema era quase perfeito e estava ao nível dos padrões estrangeiros. Todavia, a Lei permitia duas formas de não cumprimento do serviço militar obrigatório: o sorteio<sup>9</sup> — dos seleccionados na inspecção sanitária sorteavam-se aqueles que assentariam praça para completar o contingente anual, sendo colocados em reserva territorial os restantes — e a remissão a dinheiro — contra o pagamento de uma taxa, que revertia para o fundo de rearmamento, ficavam isentos todos aqueles que a liquidassem; desta forma, só os indigentes, quase sempre analfabetos, eram admitidos nas fileiras. Na prática, o contingente militar ficava reduzido na qualidade, como resultado do seu baixo nível social e cultural. Isso afectava grandemente o valor táctico das tropas. Este foi o regime que, como à frente veremos, vigorou até 1911.

---

<sup>9</sup> Daí o facto de até há poucas décadas atrás se dizer que os mancebos iam às *sortes* aquando da inspecção sanitária. Sobre este processo de exclusão dos apurados na inspecção sanitária veja-se a descrição assaz curiosa que dele faz Maria Carrilho, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no séc. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 102.

Em 1884 fez-se a última grande reorganização do Exército monárquico. Não se mexeu no sistema de recrutamento, mas aumentaram-se os efectivos das Armas e introduziu-se uma novidade entre nós: a constituição de quadros fixos para oficiais e graduados. Modernizou-se o armamento individual — passou-se para as espingardas inglesas Snider, cuja culatra permitia a adaptação à Enfield. Depois, em 1885, foram compradas as espingardas Kropatscheck. A Artilharia também beneficiou de melhoramentos por causa da aquisição à firma Krupp de Baterias de campanha.

Após esta visão rápida do que foram as sucessivas reformas e reorganizações do Exército em Portugal, pode tirar-se uma conclusão, necessariamente genérica, que nos vai ajudar no desenrolar do nosso trabalho. Há quatro aspectos que devem ser ressaltados: a quase inutilidade das forças terrestres para a defesa do território, por serem pouco frequentes, ao longo da História, os conflitos em que estiveram envolvidas; as reestruturações em função das sucessivas mudanças de conjuntura política interna; a instauração de sistemas que possibilitavam a fuga ao cumprimento das obrigações militares; e, por fim, a rápida degradação da utilidade prática das forças terrestres depois da aceleração da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XIX. A conclusão que daqui se extrai é que, no dealbar do século XX, o Exército, em Portugal, era uma força de pequena valia, servindo pouco para a defesa externa, num Estado sem reais e efectivas tradições castrenses<sup>10</sup>.

A República<sup>11</sup>, antes da sua proclamação, nos últimos anos de Monarquia, foi, para a pequena burguesia urbana e para raros sectores da média

---

<sup>10</sup> Deve ressalvar-se da nossa conclusão a experiência de guerra nas colónias, onde a não muito qualificada condução dos militares apoiada no fraco material utilizado era sempre superior à qualidade do inimigo que se combatia.

<sup>11</sup> Deve ter-se em conta a lenta e desconexa evolução do republicanismo em Portugal, pelo menos desde 1870 até 1879, quando se discutia o tratado de Lourenço Marques. É a partir do ano seguinte, com a comemoração do centenário da morte de Camões, que se gera um movimento popular, apontando para uma unidade de pensamento e acção. Sobre a evolução do pensamento republicano nestes anos em Portugal, veja-se Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Braga: Palimage Editores, 2001, p. 27-56. Consulte-se, também, para se ter uma visão da fundação do Partido Republicano Português como congregação das diferentes facções existentes e da abrangência social da propaganda republicana, Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 1.º vol., Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1991, p. 47-60 e 95-112.

burguesia citadina e agricultores de largas posses, um sonho, um despertar messiânico, uma esperança no renascimento taumatúrgico de um novo Portugal.

Este fenómeno de pendor sebastianista<sup>12</sup> tem origem, a nosso ver, num processo biunívoco gerado entre os dirigentes e activistas republicanos, por um lado, e, por outro, por uma significativa percentagem da população portuguesa antes, durante e após a proclamação da República. Sem condições de matematização do processo, estribados nos estudos já efectuados, quer parecer-nos que o desenvolvimento numérico da *crença milagreira* na República foi progredindo no sentido inverso ao da cronologia da implantação do regime. A propaganda republicana, na vigência da Monarquia, despertou a *imaginação* popular para a «cura» dos males nacionais com a *simples* deposição da dinastia de Bragança<sup>13</sup>.

A exploração republicana deste lado da ignorância e, até, do obscurantismo popular, cuja raiz mergulha na prática de uma religiosidade feita de *crendices* e meros ritualismos sem conteúdo, estava em si mesma prenhe de boa intenção<sup>14</sup>, visto assim ser possível, julgava-se, encaminhar este *não saber* para a *modernidade europeia*, tão referida na época em discursos e acções de propaganda<sup>15</sup>. A meta estava além Pirenéus, porque, de lá, se olhava para a Península como uma antecâmara de Marrocos. A República alteraria esta *disfunção visual* através de legislação apropriada e acções concretas sobre o tecido social herdado da Monarquia.

---

<sup>12</sup> Fernando Catroga prefere chamar-lhe *iluminista*, na recordação do movimento do século XVIII. Vd. a análise conclusiva na obra já anteriormente citada, 2.º volume, p. 441-464.

<sup>13</sup> É nesse sentido que as explicações de Joel Serrão (*Da "Regeneração" à República*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 159-215, e, especialmente, 119-215) e de Fernando Catroga vão nas obras citadas.

<sup>14</sup> Sobre alguns aspectos desta postura pode ler-se, com vantagem, a posição de Sebastião de Magalhães Lima, grão-mestre da Maçonaria portuguesa (Grande Oriente Lusitano Unido), realçados por Maria Rita Lino Garnel no seu trabalho *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

<sup>15</sup> Ainda bem recentemente, na apresentação de um ensaio sobre o marquês de Pombal, Miguel Real dá conta desse objectivo que, parece, terá sido também o do ministro de D. José I (cf. *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*, Matosinhos: QuidNovi, 2006, p. 10).



A veracidade — se dúvidas pudessem ainda hoje subsistir — desta *estratégia* comprova-se através do conjunto legislativo publicado de rajada durante o Governo Provisório, no final de 1910 e durante o ano de 1911<sup>16</sup>. Desse conjunto destaca-se o recrutamento e a reorganização do Exército, dos quais nos ocuparemos de seguida.

## 2. A reorganização militar republicana: o recrutamento

A 2 de Março de 1911, ou seja, cinco meses após a mudança de regime em Portugal, o Governo Provisório da República fazia publicar um Decreto com força de Lei<sup>17</sup>, determinando profundas alterações ao sistema de recrutamento militar.

Em síntese, a mudança assentava em cinco grandes pilares conceptuais que constituíam uma verdadeira inovação entre nós: *a)* impossibilidade de remissão a dinheiro do serviço militar obrigatório; *b)* substancial redução do tempo de serviço militar obrigatório<sup>18</sup>; *c)* alteração dos conceitos de reserva; *d)* estabelecimento de períodos de preparação militar anteriores e posteriores ao tempo de serviço militar obrigatório; *e)* desaparecimento da noção de exército profissional para dar lugar à de exército miliciano.

Analisemos um pouco melhor cada uma das alíneas anteriores.

---

<sup>16</sup> E foi neste pormenor da legislação *revolucionária* que se distinguiu Afonso Costa, tendo de se levar em conta a sua experiência e o seu contacto anterior com o estrangeiro e com o que se passava na Suíça, em França e em Inglaterra. A. H. de Oliveira Marques deu-se ao trabalho de estabelecer a quantidade de tempo que, em 19 anos — de 1904 a 1923 — Afonso Costa viveu fora de Portugal: 21 meses, o que, para a época e até mesmo para os dias de hoje — se excluirmos os bolseiros e pensarmos em gente que se desloca à custa dos seus próprios rendimentos, sem ser em trabalho — é ainda muito (*Afonso Costa*, Lisboa: Arcádia, 1972, p. 30).

<sup>17</sup> Veja-se *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 6 de Março de 1911, p. 143-174.

<sup>18</sup> O Decreto de 6 de Agosto de 1896 — veja-se *Ordem do Exército* n.º 19, 1.ª série, p. 503-661 — que estabelece o Regulamento do Serviço de Recrutamento, determina a prestação de serviço militar obrigatório durante três anos para todas as praças a quem, por sorteio, coubesse fazer parte dos efectivos permanentes do Exército. O Regulamento do Serviço de Recrutamento aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1901 (*Ordem do Exército* n.º 21, 1.ª série, de 26 de Dezembro de 1901) abria a possibilidade de o tempo de permanência nas fileiras ser de dois anos.

## 2.1. Impossibilidade de remissão a dinheiro

Pelo menos já desde a lei do recrutamento de 1896<sup>19</sup>, afirmava-se que o serviço militar constituía uma obrigação, tendo, a de 1901, passado a referir textualmente que «o serviço militar *continua* a ser pessoal e obrigatório»<sup>20</sup> (sublinhado nosso). Todavia, até 1911, era possível conseguir a remissão a dinheiro da obrigação militar; este método de fuga ao serviço podia ocorrer em dois momentos distintos: antes ou depois do alistamento e, neste último caso, ao fim dos primeiros seis meses ou decorridos dezoito. A remissão desvirtuava completamente o conceito de *serviço* e de *obrigação* que a lei atribuía à permanência nas fileiras. O Governo Provisório da República procurou sanear essa situação equívoca, fazendo desaparecer este tipo de figura jurídico-militar.

## 2.2. Redução do tempo de serviço militar obrigatório

O tempo de permanência nas fileiras ficou dividido em dois grandes blocos: o do serviço normal e o do serviço prolongado. Ao primeiro, correspondiam as chamadas escolas de recrutas, cuja duração variava de acordo com as diferentes Armas e Serviços; ao segundo, estava associado o pessoal permanente.

As escolas de recrutas eram de 30 semanas para a Cavalaria, 25 para a Engenharia e Serviço de Saúde, 20 semanas para Artilharia e condutores hípicas de qualquer Arma ou Serviço, finalmente, 15 semanas para Infantaria, Serviço de Administração Militar e outros Serviços<sup>21</sup>.

Entendia-se como pessoal permanente os oficiais, os sargentos, os cabos readmitidos e as praças que: *a*) um mês antes do fim da escola de recrutas

---

<sup>19</sup> Lei de 13 de Março de 1896, *Ordem do Exército* n.º 10 — 1.ª série — de 30 de Março do referido ano, p. 87-95.

<sup>20</sup> Decreto de 10 de Outubro de 1901, *Ordem do Exército* n.º 15 — 1.ª série — de 26 de Outubro desse ano, p. 267-277.

<sup>21</sup> Art.º 390º do Decreto de 25 de Maio de 1911, *Ordem do Exército* n.º 11 — 1.ª série — de 26 de Maio do mesmo ano, p. 571-799.

declarassem que pretendiam ficar ao serviço — mínimo um ano —; *b*) por sorteio lhes calhasse ficar ao serviço sempre que o número de militares necessários não fosse preenchido pelo processo anterior; *c*) tivessem sido refractários, ficando obrigados à prestação de dois anos de serviço militar; *d*) fossem considerados compelidos; *e*) estivessem presos ou doentes. Havia certas especialidades que obrigavam à prestação de um ano de serviço prolongado, como era o caso das praças de Cavalaria, dos telemetristas, apontadores de artilharia ou de metralhadoras pesadas, telegrafistas, ferradores, enfermeiros e alguns outros artífices<sup>22</sup>.

Como se vê, o novo sistema socorria-se de quadros permanentes mínimos para criar um processo de manutenção da *Nação em armas*. Quer dizer, para que fosse possível garantir eficiente a instrução contínua das diversas recrutas e para, em situação de crise ou de guerra, fazer uma grande mobilização, era necessário possuir um núcleo mais ou menos numeroso de tropas — as chamadas *permanentes* — que guarneciam trinta e cinco Regimentos de Infantaria, cinco de Artilharia, onze de Cavalaria e oito Grupos de metralhadoras e, ainda, outro tipo de unidades de menor envergadura<sup>23</sup>.

### 2.3. Alteração dos conceitos de reservas militares

Durante a vigência da Monarquia, por força do conceito então aceite de exército permanente e profissional, o serviço militar tinha a duração de três anos, sendo os contingentes anuais médios da ordem dos 15 000 recrutas, o que, a traços largos, dava como efectivos totais nas fileiras à volta das 45 000 praças<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Art.º 43.º do Decreto de 2 de Março de 1911, que redefine o sistema de recrutamento, publicado na *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 6 de Março de 1911, p. 143-174.

<sup>23</sup> Cf. o Decreto de 8 de Junho de 1911, que estabelece a organização do Exército metropolitano (*Ordem do Exército* n.º 13 — 1.ª série — de 9 de Junho de 1911, p. 945-956).

<sup>24</sup> Fernando Freiria, em 1911, antes do Decreto de 25 de Maio ter tido tempo de entrar em vigor, calculava os efectivos do Exército em cerca de 41 600 homens. cf. do citado autor o artigo «Os Principais Exércitos em 1911» in *Revista Militar*, n.º 6, Junho, 1911, p. 534-535.

A República, como já dissemos, não pretendia um sistema desta natureza e, por isso, determinou que os efectivos totais permanentes para manutenção das unidades das chamadas tropas activas fossem 1670 oficiais de todas as Armas e Serviços e 9540 praças, sendo que, à época, os sargentos e os cabos estavam incluídos nestes números. Convém notar que o total de oficiais incluídos nos quadros permanentes era de 2533, verificando-se, por conseguinte, que para fazer funcionar as unidades de reserva, o Estado-Maior e todos os demais serviços só se previam 863 oficiais<sup>25</sup>. Era uma reforma significativa. Quer dizer, com menos de nove mil soldados guarnecendo todas as suas unidades, o Exército garantia a manutenção do processo de instrução, de recrutamento e de mobilização geral ou parcial. Quer dizer, passava-se a dar muito maior importância às reservas do que ao aparelho militar permanente.

Com efeito, enquanto no Regulamento do Serviço de Recrutamento de 1896<sup>26</sup> se previa a existência de «forças activas do Exército», constituídas, «além dos elementos indicados na respectiva organização, pelas praças dos contingentes activos dos três últimos anos» e por duas reservas — a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup><sup>27</sup> — na lei do recrutamento militar de 1911 estabelece-se que o Exército metropolitano compreende: tropas activas, tropas de reserva e tropas territoriais; as primeiras eram constituídas — como já antes dissemos — por um certo número de pessoal permanente (oficiais, graduados inferiores e um determinado número de praças, «variável com as diferentes Armas e Serviços») e a «grande massa de recrutados pertencentes aos contingentes activos dos últimos dez anos»<sup>28</sup>. As tropas do Exército de reserva eram constituídas pelas que, após dez anos de permanência nas tropas activas, transitavam automaticamente para a nova situação, na qual permaneciam outros dez anos; as tropas territoriais eram formadas, em grande parte,

---

<sup>25</sup> Vd. o quadro que resume toda esta informação no texto original da nossa dissertação, p. 92-93.

<sup>26</sup> Deve notar-se que a lei de recrutamento de 1901, neste aspecto particular das reservas, não trouxe qualquer tipo de alteração ao que já estava previsto do antecedente.

<sup>27</sup> Veja-se o já citado decreto de 6 de Agosto de 1896, *Ordem do Exército* n.º 19 — 1.<sup>a</sup> série — de 14 de Agosto de 1896.

<sup>28</sup> Veja-se o art.º 5.º do Decreto com força de Lei de 2 de Março de 1911, já antes citado.

pelos elementos passados, findos dez anos, do Exército de reserva, permanecendo na nova situação até à idade de quarenta e cinco anos.

Como se vê, este conceito de reserva é muito vasto no tempo, porque, embora limitando a presença do mancebo nas fileiras activas a um mínimo que, na pior hipótese, não ia além de um ano e meio, obrigava-o militarmente até à idade de quarenta e cinco anos, ou seja, mantinha-o com deveres militares durante cerca de vinte e cinco anos.

Para mera comparação, basta dizer que o sistema vigente na Monarquia se resumia à existência de dois escalões de reserva; faziam parte do primeiro escalão, designado 1.<sup>a</sup> reserva, «as praças que serviram nas tropas activas o tempo legal do serviço»; do segundo escalão, chamado 2.<sup>a</sup> reserva, faziam parte todas as praças do Exército «que completaram o tempo legal da 1.<sup>a</sup> reserva» mais os apurados para o serviço militar que não chegaram a fazer parte dos contingentes de tropas activas e ainda os que, «por doença, deformidade ou falta de altura, forem julgados impróprios para o serviço das tropas activas, mas possam ser aproveitados, em tempo de guerra, para os serviços auxiliares do Exército» e mais ainda pelos remidos, pelos substituídos e pelos «dispensados do serviço activo e da primeira reserva»<sup>29</sup>. Acresce que o número de anos de serviço em cada um destes diferentes tipos de situação variava substancialmente, indo, no máximo, de 8 a 3 anos no serviço activo, 5 anos na 1.<sup>a</sup> reserva e 15 anos na 2.<sup>a</sup> reserva<sup>30</sup>.

Tratava-se de um processo complicado que parecia poder funcionar quando fosse necessário, mas que, na verdade, só garantia a mobilização de grande número de efectivos realmente treinados nos últimos nove anos, ou seja, só estavam em relativas condições de servir os homens que, havendo cumprido o serviço militar, tivessem idade compreendida entre os 23 e os 32 anos, porque a 2.<sup>a</sup> Reserva era, do ponto de vista militar, uma ficção.

---

<sup>29</sup> Vejam-se os artigos 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> do Regulamento do Serviço de Recrutamento de 1896, *Ordem do Exército* n.<sup>o</sup> 19 — 1.<sup>a</sup> série — de 14 de Agosto de 1896.

<sup>30</sup> Vd. mais pormenores no quadro existente no texto original da nossa dissertação, p. 94.

### 3. A reorganização republicana do Exército

De facto, hoje, não é só a guerra, mas também a preparação para a guerra, que pertence à nação.

É pois mister que uma nação que seja ciosa do seu progresso e, consequentemente, da sua independência procure organizar a sua força armada de forma a, no momento do perigo, poder tirar dela o maior rendimento.

É assim que está escrito no preâmbulo do Decreto de 25 de Maio de 1911<sup>31</sup>, que estabelece a reorganização do Exército<sup>32</sup>. E continuava, mais à frente:

Ninguém desconhece que o nosso exército, tal como o falido regime monárquico o mantinha, estava muito longe de poder satisfazer à sacratíssima missão de defesa da pátria. O país sustentava um pseudo exército permanente (...) <sup>33</sup>.

Não se abalançava [o regime monárquico], pois, a enveredar afoitamente para o caminho da nação armada, por ver nela um perigo para a sua [do regime] integridade, aliás carcomida.

Ora os exércitos permanentes fizeram o seu tempo; são instituições liquidadas. Dora avante, um exército não pode continuar a ser propriedade exclusiva dos militares profissionais.

Nos parágrafos anteriores, estava contida toda a linha orientadora da reorganização que se iniciava: abandonava-se de vez o conceito de Exército permanente e avançava-se para o de conscrição nacional, como já antes

---

<sup>31</sup> Pode consultar-se uma síntese muito breve desta reorganização do Exército em General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p. 502-505, que evidencia, também, os regulamentos que foram sendo postos em execução durante os anos de 1912 e 1913, por iniciativa do ministro da Guerra de então, major João Pereira Bastos. Como mera curiosidade, refira-se que Ferreira Martins parece inclinado a atribuir a Abel Botelho, escritor, mas também oficial do Exército, um certo papel de precursor da reforma publicada em Maio de 1911.

<sup>32</sup> *Ordem do Exército* n.º 11 — 1.ª série — de 26 Maio de 1911, p. 571-799.

<sup>33</sup> Veja-se, sobre a utilidade deste exército monárquico, Maria Carrilho, *op. cit.* p. 105.

tivemos oportunidade de ver, mudando, contudo, a noção de reserva. E tudo isto se fazia em nome de um possível progresso, pois contava-se que a implantação do regime republicano fosse o ponto de viragem para uma modernidade não só desejada como necessária na Europa de então. Daí que se dissesse:

Mas, quanto mais a vida de um povo se engrandece e nobilita pela civilização, ciência, arte e riqueza, tanto mais este povo tem que perder pela guerra e tanto mais deve, por consequência, preparar-se para ela.

O pacifismo é uma aspiração que as nações ainda não puderam converter em realidade: a guerra é a história do género humano.

Depois do enunciado destes princípios basilares, o diploma entra na explicação das alterações. Não as vamos apreciar em pormenor, mas, para não perder em nada o que de mais fundamental é dito, preferimos a transcrição sequencial dos aspectos mais relevantes, evitando uma síntese que poderia deformar o conteúdo. Passemos, sem comentários, às palavras da época:

«A Arma de Engenharia desdobrou-se em Serviço de Pioneiros, Telegrafistas, Caminhos-de-Ferro, Torpedos e Fortificações.»

«As unidades de Engenharia agruparam-se de modo a facilitar a sua instrução, mantendo-as em condições de poderem ser rapidamente mobilizadas.»

«A Artilharia é separada em duas grandes especialidades: Artilharia de Campanha e Artilharia a Pé, compreendendo esta última a artilharia de guarnição, artilharia de costa e a artilharia técnica.»

«A cada Divisão é atribuído um Regimento de Cavalaria divisionária a 3 Esquadrões (...).»

«Organizou-se uma Brigada de 3 Regimentos a 4 Esquadrões e dotada com metralhadoras, constituindo-se assim um núcleo mais forte de Cavalaria para operar com maior independência.»

«A Arma de Infantaria fica repartida em Regimentos de 3 Batalhões, excepto dois nas ilhas adjacentes que ficam a 2 Batalhões.»

Não havendo nada, além da tradição, que justifique actualmente os Batalhões de Caçadores, são estes suprimidos.

As metralhadoras, reunidas em Grupos de Baterias, ficam para efeitos de administração adstritas a Regimentos de Infantaria. A cada Divisão é destinado um Grupo de metralhadoras.»

Esta era a doutrina de suporte das tropas passíveis de serem empenhadas em combate.

Antes de prosseguirmos é de toda a conveniência recordar que, no início do século XX, Portugal, na continuidade de uma tradição secular, se assumia como um Estado em permanente situação defensiva e nunca ofensiva<sup>34</sup>. Assim, todo o dispositivo das forças terrestres assentava na ideia de ter de suportar um ataque exterior e não na de ter de projectar a violência para fora das fronteiras.

Os primeiros artigos do Decreto de 25 de Maio de 1911 dispõem a nova organização do Exército, as unidades que o integravam, bem como os serviços que lhe davam apoio. Estipulava, também, os efectivos que deveriam formar o Exército em tempo de paz e a sua implantação geográfica no território nacional<sup>35</sup> que passou a estar dividido em oito circunscrições de Divisão, tendo cada uma quatro distritos de recrutamento; o território das ilhas adjacentes foi dividido em dois comandos militares: o dos Açores e o da Madeira.

O diploma de 25 de Maio de 1911 também definia a organização da Secretaria da Guerra (Art.º 197.º) «destinada a auxiliar o ministro da Guerra no exercício das suas funções». Assim, compreendia a Repartição do Gabinete do ministro e duas Direcções-Gerais dirigidas, cada uma, por um oficial general. Devemos acrescentar que também neste Decreto se estipulava a criação do quadro de oficiais generais do Exército (Art.º 11.º) que deveria

---

<sup>34</sup> Sobre a tendência nacional para a neutralidade durante o século XIX, veja-se o nosso ensaio «Portugal e os conflitos bélicos do século XIX: Problemática de uma neutralidade» in, *III Colóquio e Dia da História Militar. Actas. Portugal e a Europa — Séc. XVIII a XX*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar: 1992, p. 219-231.

<sup>35</sup> Vd. os quadros que incluímos no texto original da nossa dissertação, p. 96-98.



ser de vinte generais, assim designados por se ter acabado com os postos de general de divisão e de general de brigada<sup>36</sup>.

Também o legislador coronel António Xavier Correia Barreto<sup>37</sup> desceu ao pormenor de caracterizar a missão do Estado-Maior do Exército (Art.º 241.º), competindo-lhe: «o estudo da preparação geral da guerra» e «a direcção superior da instrução das tropas e dos serviços que façam parte do exército de campanha». Organicamente o Estado-Maior compreendia o chamado *major-general do Exército*, o *chefe do Estado-Maior* e o *quartel-mestre general*, todos generais e o *subchefe do Estado-Maior do Exército*, que era um coronel; integrava duas Direcções.

As Divisões do Exército eram comandadas por generais que recebiam as ordens directamente do ministro da Guerra (Art.º 293.º); a Brigada de Cavalaria era comandada por um general oriundo daquela Arma e estava subordinado ao comandante da Divisão onde se situasse a maior parte das unidades que compunham a dita Brigada (Art.ºs 309.º e 310.º).

Também o comando territorial dos Açores era da competência de um general ou, eventualmente, de um coronel, ficando em condições semelhantes às dos comandantes das Divisões do Continente no que respeita à sua dependência do ministro da Guerra (Art.º 312.º).

O comandante militar da Madeira era o coronel comandante do Regimento de Infantaria cuja sede ali tivesse quartel (Art.º 313.º).

Convirá perceber como era concebido o sistema de instrução e prontidão das tropas, pois é especialmente aqui que se apoia um dos principais pilares de toda a reforma e reorganização do Exército e, compreendendo o falhanço deste esteio, compreendem-se as dificuldades orgânicas vividas

---

<sup>36</sup> É oportuno referir que esta decisão, passados alguns anos, veio a mostrar-se pouco adequada, quando, em 1916, as tropas portuguesas, na sequência da entrada na guerra, ficaram integradas no Exército Britânico e aí existiam generais de brigada, maiores-generais, tenentes-generais e marechais; as brigadas portuguesas tiveram de ser comandadas por coronéis e as divisões por generais que nada os distinguia do general comandante de todas as forças nacionais.

<sup>37</sup> Sobre a vida essencialmente política deste oficial pode e deve ler-se, de Paulo Mendes Pinto, *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa: Assembleia da República, 2002, ISBN 972-36-0603-8. O autor faz uma síntese da acção reformadora do Exército, em 1911, quando integrou o Governo Provisório da República como ministro da Guerra.

pelo Corpo Expedicionário Português (CEP) em França — e esse é o objectivo fundamental de todo o nosso trabalho. Vejamos, então.

112

Um conceito novo era o das chamadas *escolas de repetição* (Art.º 401.º). E repare-se no quanto de revolucionário está contido na seguinte frase: «Constituem ensaios de mobilização, e têm por fim recordar às tropas a instrução militar recebida nas escolas de recrutas, e manter e aperfeiçoar a preparação dos quadros.» Para ficar mais claro, devemos esclarecer que estas escolas se realizavam todos os anos, no mês de Setembro, e tinham a duração de duas semanas, efectuando-se treinos de fogo real de infantaria e artilharia.

Era a ruptura com tudo o que do antecedente se fazia em Portugal em matéria de instrução militar.

Percamos um pouco de tempo a ver como se articulava o sistema.

Depois da inspecção sanitária, o mancebo era incorporado; recebia a instrução de recruta — que tinha duração variável, como já vimos, consoante a Arma ou Serviço e a especialidade; de seguida, procedia-se à selecção daqueles que ficariam nas fileiras para guarnecer os aquartelamentos — segundo o princípio de voluntariado ou de imposição; os restantes passavam de imediato à situação de licenciados; em Setembro, todos os efectivos eram mobilizados durante duas semanas para repetirem os exercícios de adestramento militar. De acordo com o artigo 402.º, as classes do Exército activo eram obrigadas a fazer sete escolas de repetição, isto é, durante sete anos um grande contingente militar estava apto a entrar em operações com base no refrescamento de toda a instrução. Mas, mais importante do que uma tropa treinada e apta do ponto de vista táctico, tinha-se um sistema de mobilização perfeitamente pronto a convocar os efectivos e, mais ainda, passavam a existir oficiais e sargentos constantemente treinados em operações e manobras anuais. O Exército passaria a constituir uma força efectiva desde as mais elevadas graduações até ao mais insignificante recruta. Mas, por força do estipulado no artigo seguinte, esta acção não se estendia só às classes do Exército activo; englobava, também, as classes do Exército de reserva, pois eram obrigadas «a duas escolas de repetição, de duas semanas cada uma, durante todo o tempo em que os militares pertencerem a este escalão do exército metropolitano». Temos,

portanto, e de acordo com o que antes deixámos dito a propósito do Decreto de 2 de Março, que as tropas, que ao fim de dez anos de situação de Exército activo, passavam por mais dez às tropas de reserva, ficavam ainda obrigadas a cumprir mais duas escolas de repetição, pelo menos. Assim, as obrigações militares estendiam-se, no mínimo, por nove anos.

Segundo esta perspectiva, em qualquer coisa como uma dezena de anos, o Exército português seria uma excelente máquina de guerra e a Nação estaria sempre pronta a pegar em armas. Adquiria-se, com requintes de modernidade e centralização de comando, as vantagens teóricas das antigas ordenanças e milícias, isto é, ia-se recuperar um sistema que já tinha vigorado, mas agora sem os vícios e defeitos de séculos anteriores. Se tudo se tivesse processado com normalidade durante dez anos seguidos, Portugal teria um excelente Exército capaz de entrar em campanha sem sobressaltos de maior e com um excelente sistema de recrutamento e mobilização. O conflito militar na Europa chegou cedo demais!

O diploma de 25 de Maio não se quedava, em termos de novidades revolucionárias, pelo que deixámos dito; reorganizava e instituía novos modelos de instrução militar (Art.º 410.º).

Passavam a ser as seguintes as *escolas de quadros*, ou seja, os estabelecimentos de formação de especialistas e graduados militares:

- Escolas preparatórias de oficiais milicianos
- Escola central de oficiais
- Escolas de sargentos
- Escolas de enfermeiros
- Escolas de ferradores
- Escolas de artífices
- Escolas de sapadores de Cavalaria
- Escolas de sapadores de Infantaria
- Escola de especialistas de Engenharia
- Escolas de telegrafistas de Cavalaria e Infantaria
- Escolas de velocipedistas
- Escolas de músicos, corneteiros e clarins
- Cursos técnicos
- Cursos de tiro.

As escolas de oficiais milicianos — grande novidade na época e que estava no cerne da reviravolta republicana — eram destinadas a ser frequentadas por sargentos, com vista a fornecer-lhes «a instrução teórica e prática indispensável para a promoção a alferes milicianos das diversas Armas e Serviços» (Art.º 411.º). A duração da instrução era de oito semanas, entre 10 de Novembro e 10 de Janeiro.

A escola central de oficiais — outro conceito novo que vinha possibilitar uma melhor preparação teórica e prática aos oficiais — destinava-se a preparar os tenentes, capitães e majores, quer dos quadros permanentes quer milicianos, para a promoção ao posto imediato (Art.º 412.º). Esboçava-se, deste modo, o princípio da instrução permanente e continuada ao longo do tempo.

Descrita a estrutura de instrução através das escolas existentes — das quais só nos ocupámos com brevíssima explicação — passamos ao que o Decreto refere sobre oficiais, pois, também aqui há algumas originalidades.

Diz-se, no Art.º 427.º, que passa a haver duas classes de oficiais — e, mais uma vez, fazemos notar o quanto de novidade, entre nós, isto trazia — a saber: dos quadros permanentes e milicianos. As condições para se ser promovido a alferes miliciano eram liminarmente simples (o que, a ser convenientemente aplicado, iria, no curto prazo, trazer profundas alterações na concepção de carreira de um oficial militar): ser 2.º ou 1.º sargento; ter o 5.º ano do curso dos liceus ou equivalente (em 1915, a *Ordem do Exército* (OE) n.º 16, 1.ª série, estabelece que esta habilitação pode ser substituída por um exame feito perante um júri de três oficiais, sendo aquele eminentemente prático; estabelece também, que em tempo de paz, a promoção ao posto de alferes miliciano obriga à apresentação do diploma do exame de instrução primária — 2.º grau); estar habilitado com o curso da respectiva escola preparatória de oficiais; ter tomado parte numa escola de repetição com funções de subalterno, depois da habilitação com o curso da escola preparatória; ter boas informações; ser proposto para a promoção pelo júri de exames e pelo comandante da subunidade onde presta serviço (Batalhão ou equivalente).

Como se vê, o rápido acesso ao oficialato, como miliciano, era possível a um sargento que mostrasse verdadeira vontade de ascender e capacidade de aprendizagem.

É de realçar que esta nova modalidade de enquadramento das tropas fugia a toda a tradição nacional, pois da Monarquia ainda vinha o hábito de ingressarem na Escola do Exército os filhos da fidalguia — urbana ou rural — ou da burguesia endinheirada<sup>38</sup>. Deve, contudo, deixar-se clara a ideia de que a carreira militar — em qualquer das graduações possíveis — não era financeiramente rendosa; entre os oficiais era mesmo aflitiva se se tiver em conta a condição imposta pelo estatuto social a que estavam obrigados.

Temos de recordar que a possibilidade de um sargento ascender ao oficialato já vinha do antecedente, embora em moldes diferentes: no final da Monarquia estavam-lhe vedados os ingressos nas Armas tidas como fundamentais — Cavalaria, Infantaria, Engenharia e Artilharia.

Ainda a propósito dos oficiais milicianos, o artigo 439.º estipulava que «os militares promovidos a oficiais milicianos ficam obrigados a fazer parte das tropas activas durante doze anos» e, querendo, podiam continuar a fazer parte das tropas activas até lhes competir o posto de major.

À guisa de conclusão, na senda de Maria Carrilho, dizemos que foram «importantes» os «esforços dos governos republicanos, a nível legislativo, no sentido de reduzir o distanciamento povo-Exército», mas, tal como ela também conclui, «não podiam modificar-se em poucos anos, e no serviço militar, como noutros sectores, também as transformações não sucediam por Decreto»<sup>39</sup>. Todavia, para efeitos do nosso trabalho, mais do que o acerto da análise de Maria Carrilho, conta um factor muito importante: o tempo decorrido entre as reformas e a eclosão da guerra; é aí que deve

---

<sup>38</sup> Muito embora Maria Carrilho — *op. cit.* p. 122-124 — nos dê um quadro diferente e nos faça crer numa realidade diversa daquela que afirmámos, o certo é que, a dado passo, ressalva as suas conclusões com este final de frase: «(...) ainda que outros nomes denotassem parentesco nobre.» É a esta vertente que nos atemos, pois, ainda que não fossem muitos os oficiais detentores de títulos nobiliárquicos, eram em elevado número os que provinham de raízes aristocráticas — muitas das vezes com fraquíssimas posses financeiras, é certo!

<sup>39</sup> *Op. cit.* p. 208.

residir a falência de um sistema, a par, naturalmente, das resistências pessoais. A essas, oportunamente, dedicaremos a nossa atenção.

Para completar os aspectos verdadeiramente revolucionários da nova organização do Exército, decretada pelo Governo Provisório da República, falta-nos referir a introdução da Instrução Militar Preparatória. É o que faremos de seguida.

#### 4. A Instrução Militar Preparatória

Depois de nos termos debruçado sobre o novo sistema de recrutamento e sobre a reorganização do Exército — legislação estruturante das novas concepções castrenses que a República trazia a Portugal — é oportuno estudar, ainda que sumariamente, um outro elemento novo que vinha dar suporte à mudança da mentalidade desejada: a Instrução Militar Preparatória.

Foi pelo Decreto com força de Lei de 26 de Maio de 1911<sup>40</sup> — um dia após a publicação da reorganização do Exército — que se definiu o novo instrumento de consolidação do conceito de *nação em armas* que o diploma da véspera pretendia consagrar.

Dizia-se no preâmbulo: «As condições do orçamento do Estado e da economia pública não permitem nem aconselham que os recrutas permaneçam nas fileiras todo o tempo necessário para bem se desenvolver o sentimento da unificação, o espírito militar e o hábito da disciplina, condições que, em tempo algum, se poderão dispensar nos exércitos solidamente preparados para fazer a guerra, ou prontos a desempenhar a missão que honrosamente a Pátria lhes confia. Por isso se torna imprescindível lançar mão de meios especiais, que permitam suprir os inconvenientes que naturalmente derivam da redução do tempo das escolas de recrutas e do serviço activo.» E, mais à frente, afirma-se: «Chega-se assim à concepção da *Instrução militar preparatória*, cujo patriótico objectivo é preparar, desde a infância, as gerações militares, dotando-as com a alma e o saber preciso para bem desempenharem a missão que lhes incumbe. (...)»

---

<sup>40</sup> Publicado na *Ordem do Exército* n.º 12 – 1.ª série – de 27 de Maio de 1911, p. 839-852.

Afirmava-se depois: «O ensino da educação física e da ginástica começa na idade em que os mancebos são admitidos nas escolas de instrução primária, e prolonga-se até aos dezasseis anos, por meio de programas convenientemente graduados e adaptados à idade e ao desenvolvimento físico e intelectual dos alunos. Em todas aquelas escolas, de harmonia com as leis que regem o ensino civil, a instrução militar preparatória impõe-se a título obrigatório; e, por analogia, também se deve consignar a obrigatoriedade para os mancebos que não frequentam escolas. Apela-se igualmente para o sentido patriótico de todos os cidadãos, a fim de que se não furtem a auxiliar e estimular a comparência dos mancebos às sessões do ensino, bem como tudo o que com este ensino se relacione e tenda a desenvolvê-lo.»

Em poucas palavras estava explicado um longo programa de preparação do cidadão para se identificar com a Pátria<sup>41</sup>, dando-lhe uma matriz republicana ao executar o que a Monarquia nunca ousara fazer: identificar o cidadão com o soldado e vice-versa<sup>42</sup>. A República — sendo antimilitarista — sabia que a melhor escola de virtudes cívicas e nacionais passa pelos valores que dão forma ao soldado, porque não fazia a separação entre uns e outros e exigir ao soldado era o mesmo do que exigir ao cidadão. Ideologicamente, a Instrução Militar Preparatória (IMP) não pretendia ser uma organização juvenil nem partidária, nem política, embora aceitasse ser ideológica, virada para o mais puro sentido colectivista, porque nacional e não nacionalista como, décadas mais tarde, veio a acontecer. No fundo, a IMP vinha dilatar e consolidar os conceitos de Ordenanças sobre os quais iniciámos a nossa exposição, contudo, não era o serviço do Rei que prevalecia, mas o da Nação e, mais do que isso, o da Pátria.

---

<sup>41</sup> Sobre a educação e o estudo de como na República se pretendeu lançar raízes interligadas que complementavam o crescimento do cidadão dentro de um padrão socializante, apontando ao ideal colectivo, mas não colectivista, veja-se Joaquim Pintassilgo, *República e formação de cidadãos: A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN, 972-772-038-2.

<sup>42</sup> Note-se que as Monarquias, até ao final do século XIX, estavam mais preocupadas com tentar conseguir ideologicamente a identificação do monarca com a Nação, veja-se, por exemplo, Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra: Ed. do Autor, 1917, p. 16-17, que, nesta obra, claramente ataca a Monarquia Liberal em favor do regresso ao tradicionalismo.

Passemos à análise de parte do articulado deste diploma.

No Art.º 2.º diz-se que a IMP se divide em dois graus, sendo o 1.º aplicável aos mancebos desde os sete anos até que completem os 17, a 1 de Janeiro; e o 2.º grau desde os 17 anos até à idade do recrutamento e incorporação no Exército. Mais à frente (Art.º 3.º), prevê-se que o 1.º grau deva recair sobre a educação cívica, ginástica e canto coral e o 2.º sobre exercícios de tática, tiro ao alvo, equitação, ginástica e educação cívica e noções militares. Quer dizer, o enquadramento cívico, mas militarizante e, por consequência, patriótico, começava na mais tenra idade e ia até ao momento em que o cidadão deixava de, por lei, estar obrigado à defesa territorial. Esta acção seria nacional (Art.º 4.º) e extensiva a todos os concelhos e paróquias do país.

No Art.º 7.º determina-se que os cursos devem começar em Outubro e acabar no fim de Julho. «Para os cursos constituídos por mancebos que não frequentem as escolas haverá, em regra, uma lição por semana, que se realizará ao domingo ou no dia do descanso semanal, sendo exceptuados os dias de festas nacionais e locais.» A militarização do sistema estava consignada no articulado seguinte que determinava que nas diferentes divisões militares territoriais o inspector da IMP fosse o inspector de Infantaria. Os instrutores do 2.º grau (Art.º 9.º) deveriam ser oficiais ou sargentos do quadro permanente ou milicianos.

O Art.º 10.º previa o recenseamento anual pelas juntas de paróquia, no começo de Agosto, de todos os mancebos residentes na freguesia com idades compreendidas entre os dez e os 16 anos completos, devendo indicar os locais de residência e as distâncias às escolas mais próximas. Depois, de uma maneira sumamente pedagógica, explica-se (Art.º 13.º) que, «sendo a dedicação patriótica e o espírito de disciplina qualidades indispensáveis a um cidadão-soldado, os instrutores devem procurar com brandura, insinuação e persistência formar o carácter dos seus alunos e despertar-lhes o sentimento do dever e o amor da Pátria, fazendo incidir o seu esforço, principalmente sobre os menos correctos, mais mal adaptados ou com mais defeituosa educação familiar e social».

Não se pode deixar de enaltecer todo o cuidado legislativo colocado na edificação de um sentimento de pertença a um agregado nacional fundamentado



em valores que a instituição militar, desde os tempos mais remotos, cultiva. Foi, exactamente à instituição castrense que o legislador foi buscar o cimento ideológico para a reconstrução nacional feita a partir de um novo regime político. Teoricamente, as medidas deveriam funcionar sem qualquer obstáculo. Contudo, como verificaremos à frente, a estrutura militar estava corroída pela própria Monarquia, sendo que não se poderia edificar sobre pilares sem resistência.

Da pormenorização dos dois graus da IMP destacamos aspectos que achamos importantes para se determinar o alcance da medida legislativa.

No que toca ao 1.º grau, diz-se no § 1.º do Art.º 21.º o seguinte: «Quando o Ministério do Interior o requisite, poderão os sargentos supranumerários dos quadros permanentes ser empregados, por conta daquele Ministério, como professores de instrução primária elementar nas localidades onde não haja ainda criadas escolas oficiais, competindo-lhes também ministrar a instrução militar.» Achamos esta decisão muitíssimo acertada se tivermos em conta que o grau de analfabetismo, em Portugal, em 1911, rondava os 75% da população. O legislador deu um sentido de utilidade cívica aos sargentos supranumerários, colmatando a falta de professores devidamente habilitados. Substituíam-se o sacerdote pelo militar na esperança de substituir uma influência clerical, que não acrescentava mais-valia patriótica, por uma outra que, além de trocar a doutrina religiosa pela doutrinação cívica, tinha a vantagem de congregar para os valores nacionais.

No Art.º 22.º previa-se que a educação cívica e a ginástica deviam ser ensinadas nas escolas normais aos professores, de modo a que estes estivessem preparados para ministrar a IMP, admitindo-se que fossem organizados cursos dados por instrutores militares para habilitar os professores da instrução primária. Uma vez mais se percebe a comunhão entre a instrução primária e a instrução militar.

Relativamente ao 2.º grau da IMP, no Art.º 27.º diz-se, com grande precisão, quem são os mancebos que ficam isentos da instrução: *a)* os que já estiverem alistados em unidades militares; *b)* os que manifestamente forem inaptos para o serviço militar; *c)* os que residirem a distância superior a cinco quilómetros dos locais onde os cursos se reúnem para instrução.

A malha de locais onde deveria funcionar a instrução era bastante apertada, como aliás convinha: *a)* nas sedes dos quartéis; *b)* nas sedes das escolas oficiais ou particulares, quando tenham condições indispensáveis; *c)* junto das carreiras de tiro (Art.º 25.º). Temos de acrescentar que, por vontade do Partido Republicano Português, haveria carreiras de tiro em todas as localidades, desde que o número de atiradores o justificasse.

O diploma legislativo era cauteloso para evitar exageros militaristas e aconselhava a que, durante o Inverno ou no tempo chuvoso, «os instrutores devem marcar as sessões de instrução tendo em conta não provocar incómodos inúteis» (Art.º 30.º). Tal como previa que, concluído cada ano de instrução, houvesse concursos de tiro, de ginástica, equitação e de outras especialidades e exercícios militares. Far-se-ia distribuição de prémios no final dos concursos a todos os instruendos que melhores resultados tivessem obtido. Aos concursos deveriam estar presentes três a cinco membros nomeados pelo inspector da IMP (Art.º 32.º).

Poder-se-á dizer que a IMP culminava todo o seu programa na execução de tiro com arma de guerra, daí que o legislador tenha tido cuidados especiais na redacção do articulado que a tal se refere. Vejamo-los: no Art.º 39.º estabelecia-se o programa de tiro a executar pelos mancebos: *a)* 20 cartuchos de bala simulada para instrução preliminar de tiro; *b)* 30 cartuchos com bala, para executar uma série preparatória; *c)* 60 cartuchos com bala para classificação como atirador de 2.ª classe; *d)* 60 cartuchos com bala para classificação como atirador de 1.ª classe. Depois, no Art.º 40.º, prescrevem-se as idades de execução do tiro: *a)* preliminar e preparatório aos 17 anos; *b)* tiro para classificação de 2.ª classe aos 18 anos já feitos; *c)* tiro para classificação de 1.ª classe com 19 anos.

O Governo Provisório da República, com o Decreto de 26 de Maio, lançou um pilar, como já dissemos, estruturante do serviço militar através da Instrução Militar Preparatória, mas, a breve trecho — como consequência da resistência interna de natureza monárquica e clerical<sup>43</sup> — apercebeu-se

---

<sup>43</sup> Escusamo-nos a relatar, com pormenor, o ambiente de oposição monárquica que se delineou logo após a proclamação da República, por fugir ao âmbito desta fase do trabalho. Contudo, não podemos deixar de referir que, poucos meses após Outubro de 1910, já estava instalado, internamente, um clima de conspiração que dificultou em muito a acção reformista e revolucionária do Governo Provisório. Para um melhor esclarecimento do panorama interno,

da impossibilidade de ser o Estado a providenciar sozinho à execução do diploma que acabamos de expor a traços breves. Assim, em 1 de Junho de 1912, foi publicada a Portaria com o Regulamento da Instrução Militar Preparatória<sup>44</sup> sobre a qual nos vamos, também sinteticamente, debruçar com o intuito de deixar claro o modo como se passou a operar a referida instrução.

Começemos pelo preâmbulo onde se diz que «(...) se exige agora que todo o português seja soldado desde os 17 aos 45 anos, obrigado apenas a permanecer nas fileiras durante o período normal das escolas de recrutas, destinadas segundo a lei a *desenvolver a instrução militar preparatória ministrada nas escolas e carreiras de tiro.*

A instrução militar preparatória é pois uma das bases essenciais da organização actual do Exército Português».

Depois desta reafirmação de um princípio que ficara definido havia mais de um ano, vem o legislador, com uma certa cautela, justificar o diploma que então se divulgava: «Passou já o tempo em que tudo se esperava do Estado, e este reconhece de quanto é capaz a iniciativa individual guiada por um carácter definido, critério são, vontade firme e consciente disciplina caminhando de acordo com as disposições da lei.»

Note-se o particularismo, sempre tão actual, de nessa data recuada se procurar atribuir a privados o que estes desejavam que fosse do domínio público. Claro que, em 1912, já o Governo da República se tinha apercebido da grandeza da missão que o Governo Provisório lhe deixara em herança; não a enjeitava, mas procurava desvincular-se das obrigações que ela impunha. E vamos ver como se propunha fazê-lo.

---

veja-se Hipólito de la Torre Gomez e A. H. de Oliveira Marques, *Contra Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1985. É de importância fundamental para a evolução futura deste ensaio ter presente o texto do tenente de Infantaria Américo Olavo, reproduzido no Prefácio da citada obra, p. 67-68, que chama a atenção para a existência de uma frente interna de oposição monárquica no Exército, a qual representou o verdadeiro esteio necessário às ousadas incursões de Paiva Couceiro, tanto em 1911 como em 1912, e, ainda, à falhada restauração de 1919, no Norte de Portugal.

<sup>44</sup> Ministério da Guerra, *Ordem do Exército* n.º 5, de 4 de Junho de 1912, p. 221-244.

No Art.º 1.º autoriza-se a criação de *sociedades de instrução militar preparatória* em qualquer parcela do território do Continente e ilhas adjacentes, desde que de acordo com o regulamento que se punha em execução.

No Art.º 2.º dizia-se a dado passo: «Estas sociedades (...) constituirão centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as altas virtudes cívicas, em que se fundamenta o espírito militar dum povo, e a fortalecer a mocidade preparando-a para bem cumprir o seu dever militar.» Vinha-se, assim, reforçar o espírito do Decreto de 26 de Maio do ano transacto, provando a continuidade da linha de actuação que se queria ver implantada como opção estratégica nacional.

Mais à frente, e como resultado das desavenças já bem patenteadas no seio da sociedade portuguesa, determinava-se que as sociedades deveriam abster-se de qualquer manifestação de natureza política ou religiosa e não podiam acrescentar nenhum outro título àquele que estava estipulado.

No Art.º 4.º são identificados os fins das sociedades de instrução militar preparatória. Porque nos parecem fundamentais para se perceber, em toda a sua amplitude, a reforma do Exército republicano em Portugal, vamos transcrevê-los:

«a) Ministar a instrução militar, na primeira secção, e desenvolver a prática do tiro, na segunda, partindo de meticulosa e sólida instrução individual, para incutir em cada cidadão a confiança em si próprio pelo conhecimento profundo da arma e justeza da pontaria;

b) Desenvolver a educação física por meio da ginástica racional, pedagógica e aplicada, e jogos desportivos; estabelecendo ginásios, campos de jogos e pistas de obstáculos, salas de armas, picadeiros, piscinas para natação, carreiras de tiro reduzido ou a grande distância, etc.;

c) Estabelecer cursos, palestras, conferências visitas e passeios, a fim de elevar a educação moral e cívica ao mais alto grau de perfectibilidade; desenvolver o amor pátrio e criar o espírito militar, para que os seus associados sejam o mais apto possível, quando cheguem às escolas de recrutas, a fim de que ainda *se possa reduzir o tempo de permanência nas fileiras a que hoje são obrigados;*

d) Prestar a máxima atenção à higiene pessoal, doméstica e social, combatendo os vícios, excessos e doenças, como o tabaco, álcool, sífilis e jogo, causas primárias do crime, degenerescência e definhamento da raça;

e) Despertar nos associados fervoroso culto pelo lar e pela criança, avigorando-lhes a disciplina individual, doméstica e social, para definir o carácter sobre que há-de assentar o Portugal novo que a República ambiciona para bem de todos nós;

f) Organizar torneios e concursos anuais nos termos deste regulamento;

g) Desenvolver o grande princípio da mutualidade nas suas várias modalidades;

h) Dedicar o máximo esforço à extinção do analfabetismo, criando escolas de instrução primária para adultos;

i) Adoptar a *Caderneta da Mocidade* decretada para a Fraternidade Militar (...);

j) Elaborar anualmente um relatório claro e conciso (...) de todos os trabalhos executados nas sociedades.»

Sendo que todos são importantes, gostaríamos de chamar a atenção para os fins estabelecidos nas alíneas c), d), e) e g), visto parecerem-nos estruturantes das reformas mais profundas preconizadas em termos militares e sociais e aqueles que nos dão a dimensão do sentido da mudança do regime político em Portugal.

É evidente que o legislador pretendia a aceleração das reformas no país, de molde a *educar* as camadas mais jovens da população, colocando-as, culturalmente, próximas dos valores praticados nos restantes Estados da Europa. Por estranho que pareça, a beligerância, com participação activa na frente de batalha, constituía também um passo rumo à visibilidade política de Portugal no contexto das nações aliadas e uma forma de mostrar que o soldado português não estava atrás dos outros Estados. Será um processo pouco ortodoxo de divulgar as reformas da República, todavia foi, por certo, um desafio interno e uma aposta externa. O soldado português ia ser um *embaixador* da República e o mesmo era dizer do Portugal *novo*, como então se fazia gala em afirmar. Mas voltemos, uma vez mais, às sociedades de IMP.

No Art.º 43.º estabelece-se que, no final de cada ciclo de três anos de instrução, perante um júri especial, far-se-ia o apuramento definitivo da aptidão geral de cada mancebo, tendo-se o cuidado de anotar os resultados na respectiva *Caderneta da Mocidade*.

Quanto às matérias a leccionar ou aos exercícios a efectuar, a Portaria enfatiza a educação cívica através do ensino de conhecimentos de História de Portugal — fundação, lutas pela independência, acção colonial e civilizadora —, serviço militar e sua importância; noção de pátria, disciplina e força colectiva; os sistemas políticos, democracia, direitos e deveres do cidadão, importância do trabalho; Constituição Política da Nação; direito de voto. No plano da instrução militar propriamente dita previam-se marchas a pé — 15 a 20 km — algumas vezes no ano e marchas a cavalo — 30 a 40 km — estabelecimento de bivaques no campo e confecção de refeições pelos mancebos.

Julgamos ter deixado clara, ainda que a traços muito largos<sup>45</sup>, a evolução da organização do Exército Português no final do século XIX e, muito especialmente, a ruptura que os primeiros Governos da República procuraram fazer com toda a tradição militar anterior. Este último aspecto é fundamental para se perceber a situação instável que se vivia no seio do referido Exército quando, em Agosto de 1914, eclodiu a guerra na Europa e, também, nos territórios alemães, em África, que faziam fronteira com os de Inglaterra.

O novo sistema de preparação castrense ainda não tinha desenvolvido todas as suas possibilidades e já se estava a ter de reforçar dispositivos militares como resultado da neutralidade ambígua aceite pelo Governo da República na sequência do pedido feito pela Grã-Bretanha.

De seguida, tentando trilhar um percurso cronológico entre 1914 e 1916, vamos ver quais foram os efeitos das medidas militares, ou tendentes à defesa militar, que se adoptaram em Portugal e como se reflectiram no seio do Exército.

---

<sup>45</sup> Parece-nos, será desnecessária a entrada em pormenores que nos desviem do objectivo fundamental do presente trabalho e que não trazem melhor conhecimento da situação.

## 5. A mobilização para a guerra: de 1914 a 1916

O mês de Agosto de 1914 começou sob o espectro da guerra na Europa, já que as grandes potências estavam a ultimar os preparativos para passarem ao confronto bélico. Em Portugal, ao Governo então em exercício<sup>46</sup>, não parecia possível participar na guerra, mas, também, por outro lado, tornava-se imperioso guarnecer militarmente as duas principais colónias africanas — Angola e Moçambique — que tinham fronteira com territórios alemães. Tal necessidade resultava de haver anterior conhecimento das ambições coloniais germânicas — claramente manifestadas ainda durante a última década do século XIX<sup>47</sup> — e pressentir-se a possibilidade de, num futuro próximo, a esse respeito, poder vir a existir alguma convivência ou indiferença britânica<sup>48</sup>.

Foi este o condicionalismo que levou o governo chefiado por Bernardino Machado a decretar<sup>49</sup>, logo a 18 de Agosto de 1914, a mobilização de dois destacamentos mistos destinados a servir em Angola e em Moçambique. No preâmbulo do diploma diz-se, taxativamente, que a mobilização resultava da «necessidade e conveniência de, nas actuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns pontos das fronteiras Sul da província de Angola e Norte de Moçambique». Os efectivos mobilizados foram, respectivamente, 1525 homens para a colónia da África Ocidental e 1477 para a da África Oriental.

---

<sup>46</sup> Chefiado por Bernardino Machado e organizado para satisfazer à tendência aparentemente conciliadora do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

<sup>47</sup> Cf., da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade*, p. 94-101. É certo que existem actualmente opiniões diferentes sobre os acordos anglo-germânicos de 1898 (vd. Rui Ramos, *História de Portugal* — dir. José Mattoso —, 6.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 146-150), todavia, há sempre, pelo menos, duas perspectivas diferentes sob as quais se pode olhar o mesmo facto histórico: uma, a da interpretação distanciada pelo tempo e globalizada pelo conhecimento de mais amplas circunstâncias; outra, a da interpretação daqueles que viveram os acontecimentos e que, não dominando a vastidão do conhecimento total, agiram sob o efeito do conhecimento limitado, tendo tomado decisões condicionadas por ele. É a esta última perspectiva aquela a que nós damos grande importância.

<sup>48</sup> Não nos podemos esquecer de que este receio é válido logo no começo da guerra; mais tarde transmutou-se, dando origem ao receio de poder ser negociado o património português na conferência da paz.

<sup>49</sup> Cf. *Ordem do Exército* n.º 19 — 1.ª série — de 21 de Agosto de 1914, p. 1209-1215.

Estas duas forças eram basicamente constituídas por tropas de Artilharia de Montanha, Cavalaria, Infantaria e Metralhadoras<sup>50</sup>.

Deve referenciar-se que o Decreto de 18 de Agosto de 1914 contemplava as regras de mobilização a utilizar; elas saíam de várias unidades de Infantaria, de Cavalaria, de Artilharia e dos Serviços de Saúde e de Administração Militar com sede em dispersas cidades do Centro e Norte do país. Ambos os destacamentos deviam mobilizar, em primeiro lugar, as praças do contingente permanente e, depois, e na falta destas, as praças já licenciadas que se oferecessem para comissão de serviço.

Como se vê, o esforço inicial, consequência do estado de guerra na Europa, recaiu sobre as praças que estavam em cumprimento do serviço militar para além do tempo de escola de recruta.

Entretanto, e sem querermos entrar pela explicação das operações militares em África que antecederam a beligerância nacional, já que tal nos afastaria do nosso rumo, será de toda a conveniência recordar o que se passou no Sul de Angola, de modo a criar um verdadeiro clima de guerra sem que esta tivesse sido declarada de parte a parte<sup>51</sup>.

Tratou-se de uma das situações mais anómalas em que Portugal esteve envolvido. Com efeito, e como é sabido, a Alemanha, detentora da colónia do Sudoeste Africano — Daramalândia — tinha pretensões a estender o seu poderio e presença efectiva ao Sul de Angola. Essa situação havia conduzido à impossibilidade de Lisboa e Berlim, antes da guerra, chegarem a acordo quanto ao traçado da fronteira meridional daquela colónia e tinha-se aceitado o estabelecimento de um corredor que seria alvo de estudos de parte a parte para depois se delimitar com rigor a separação aduaneira. Este arranjo diplomático favorecia, naturalmente, os Alemães, os quais se

---

<sup>50</sup> Percentualmente a situação era a seguinte: destacamento destinado a Angola — 1,6% de oficiais; 14,8% tropas de Artilharia de Montanha; 12,4% de tropas de Cavalaria; 68% de tropas de Infantaria; 2,9% de tropas de Metralhadoras; 0,3% de tropas do Serviço de Saúde e do Serviço de Administração Militar; destacamento destinado a Moçambique — 1,6% de oficiais; 15% de tropas de Artilharia de Montanha; 12,8% de tropas de Cavalaria; 70,3% de tropas de Infantaria; 0,3% de tropas do Serviço de Saúde e do Serviço de Administração Militar (note-se que para esta colónia não foram tropas de Metralhadoras).

<sup>51</sup> Seguimos a descrição feita por Augusto Casimiro, *Naulila: 1914*, Lisboa: Seara Nova, 1922 e, cotejando-a com General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol. Lisboa: Ática, 1935, p. 207-218.



iam instalando no Sul de Angola na esperança de, em breve, por força de qualquer mutação repentina, poderem vir a ocupar as zonas há muito ambicionadas.

Com a eclosão do conflito na Europa, a Daramalândia ficou sem comunicações telegráficas com Berlim por depender, para o efeito, do cabo submarino britânico. As zonas fronteiriças tornaram-se mais instáveis e esse facto determinou que o Governo, em Lisboa, mandasse reforçar a guarnição militar do Sul da colónia. A expedição partiu a 10 e 11 de Setembro de 1914 e desembarcou em Moçâmedes a 27 desse mês e no dia 1 de Outubro. Era comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas.

Todos os preparativos feitos pelo estado-maior da força expedicionária orientavam-se para o reforço da zona geográfica que ia da costa atlântica ao planalto de Huíla, deste ao Cuamato e, por fim, até à fronteira Sul do território. A zona de operações ficava compreendida entre o Cuamato e a fronteira com o Sudoeste Africano.

Um dos motivos que desde o deflagrar das operações na Europa colocou a população portuguesa residente contra os Alemães instalados no Sul de Angola foi a facilidade com que estes pretendiam estabelecer ligações com os seus compatriotas da colónia vizinha. Estava em maior destaque o vice-cônsul estabelecido no Lubango que possuía casa comercial em Moçâmedes e que fez expedir para a missão luso-alemã uma coluna de abastecimentos contra o que estava determinado pelo Governo provincial. Essa coluna foi interceptada por tropas portuguesas e impedida de continuar viagem. Com este incidente começou a aumentar a tensão na zona.

A 17 de Outubro, o governador de um distrito fronteiriço, na Daramalândia, veio instalar-se, com uma pequena coluna militar, em território claramente português. As autoridades nacionais mandaram ao acampamento germânico uma força militar com a finalidade de conduzirem os Alemães até ao posto de Naulila, de onde passariam ao de Cuamato para serem recebidos pelo capitão-mor. Uma vez em Naulila, o governador alemão pretendeu retirar-se acompanhado dos seus oficiais e praças. Depois de troca de palavras e de ameaças mútuas, o governador acabou por ser morto a tiro por um dos militares portugueses. Igual destino tiveram os oficiais que o

acompanhavam. Este incidente esteve na origem do combate de Naulila ocorrido mais tarde entre forças de dimensão já significativa de parte a parte.

Em 31 de Outubro, um capitão alemão, comandante militar de Grootfontein, na Daramalândia, com mais de 30 militares europeus e várias dezenas de negros, atacou o posto de Cuangar numa atitude de verdadeira desforra pelo que tinha acontecido em Naulila. No recontro foram mortos dois oficiais portugueses, um sargento, cinco praças e um negociante, fugindo a restante guarnição para o mato, onde escaparam de morte certa. O clima de conflito estava instalado.

O tenente-coronel Alves Roçadas decidiu alterar os planos defensivos da região, passando a privilegiar a defesa dos postos situados na fronteira, receoso de um ataque mais bem preparado pelas tropas germânicas. Tal mudança foi oportuna, porque, logo a 19 de Novembro, houve conhecimento de um destacamento alemão, bem armado, ter entrado em território português, presumindo-se, na altura, que se encaminhava para Naulila. A 17 de Dezembro, depois de já terem acontecido pequenos recontros entre patrulhas portuguesas e alemãs, o grosso da coluna germânica instalou-se na margem esquerda do rio Cunene.

Apesar de a iniciativa para o ataque ter partido do comando português, a verdade é que, por demora na recepção da ordem, coube às forças alemãs o início das hostilidades, tendo atacado na direcção de Naulila. Às 4 horas e 30 minutos da manhã de 18 de Dezembro uma parte da coluna alemã arremeteu sobre as forças portuguesas que, embora com fracos recursos materiais, conseguiram suportar, durante quatro horas de intenso tiroteio, o envolvimento que as forças germânicas procuraram levar a efeito sem o conseguir. Contudo, findo o combate, Alves Roçadas achou por bem, dada a inferioridade nacional, retirar para o posto de Dongoêna, sem que fosse incomodado pelos Alemães durante a manobra. Atingida a posição, o comandante mandou que a nova linha de resistência se fixasse na zona de Cahamas-Gambos. A coluna germânica também se retirou para a Daramalândia sem que antes tivesse gerado entre os povos negros da região a ideia de que se podiam revoltar contra o domínio português, porque teriam o apoio alemão.

A coluna militar da Daramalândia era composta por 40 oficiais, três auxiliares, 450 praças europeias a cavalo e 150 auxiliares negros. Possuíam seis peças de artilharia e duas metralhadoras pesadas, além de um posto de telegrafia e de uma ambulância.

As baixas sofridas pelos Portugueses foram de 69 mortos dos quais 3 eram oficiais; 76 feridos, sendo que um deles era oficial; 65 prisioneiros, dos quais 3 oficiais. Os Alemães tiveram 12 mortos e 30 feridos, dos quais 10 eram oficiais.

Decorriam as operações antes descritas e, a 11 de Novembro de 1914, como resultado da sublevação das populações negras do Sul de Angola — incentivadas pela propaganda germânica — foi publicado um novo Decreto<sup>52</sup>, mobilizando um outro destacamento misto para reforçar aquele que ainda no Verão havia sido constituído.

Desta vez, a força era formada por dois Batalhões de Infantaria, um Esquadrão de Cavalaria, duas Baterias de Artilharia de Montanha e duas Baterias de Metralhadoras. Ao todo, o destacamento agrupava 2803 homens, sendo 2080 de Infantaria, 436 de Artilharia, 189 de Cavalaria, 94 de Metralhadoras e quatro do Serviço de Saúde.

Nesta altura, isto é, no começo do mês de Novembro de 1914, três meses após o início das hostilidades na Europa, já se encontravam mobilizados para Angola 4328 militares, tendo-se seguido o critério da imposição para os que pertenciam aos efectivos permanentes e o do voluntariado para completar as faltas.

A envergadura das operações que ocorriam no Sul de Angola era tal que se tornou necessário mobilizar mais um destacamento para aquela província constituído por dois Batalhões de Infantaria, duas Companhias de Infantaria, dois Esquadrões de Cavalaria, cinco Baterias de Artilharia de Campanha e cinco Baterias de Metralhadoras<sup>53</sup>. Ao todo reuniram-se 4318 homens, distribuídos da seguinte forma: Artilharia — 1080; Cavalaria — 382; Infantaria — 2591; Metralhadoras — 255; reservas — 10.

---

<sup>52</sup> Cf. *Ordem do Exército* n.º 26 — 1.ª série — de 13 de Novembro de 1914, p. 1350-1353.

<sup>53</sup> Veja-se o Decreto de 28 de Dezembro de 1914, publicado na *Ordem do Exército* n.º 31 — 1.ª série — de 31 de Dezembro de 1914, p. 1444-1447.

Deve ter-se em conta que a formação deste contingente ainda foi conseguida à custa do chamado pessoal militar permanente e de voluntários, facto que, se tomarmos em consideração o total de efectivos mobilizados para as colónias — 10 123 homens — evidencia um enorme desgaste do aparelho militar tal como havia sido concebido em 1911. Quer dizer, o Exército, em Portugal, foi ficando sem especialistas treinados, capazes de servir à formação dos efectivos incorporados em cada ano nas escolas de recrutas. Deve, também, acrescentar-se que só em Setembro de 1915 é que foram substituídos os primeiros homens mandados para Angola e Moçambique, isto é, em Portugal, o Exército ficou desfalcado dos seus melhores efectivos durante mais de um ano. Em boa verdade, será conveniente dizer que este retorno de militares de África — em particular as praças especializadas — não garantia que continuassem ao serviço como tropas permanentes, podendo muitas delas ter preferido voltar à vida civil; as mobilizações para as colónias, foram, por conseguinte, um processo de «empobrecer» qualitativa e quantitativamente o Exército metropolitano.

Agudizando a situação anterior, a 31 de Março de 1915, o governo ditatorial do general Pimenta de Castro determinou o licenciamento, no dia 1 de Maio, de todas as praças de Infantaria e de Administração Militar que estavam convocadas para serviço extraordinário, bem como as que sendo do quadro permanente já tivessem um ano de serviço<sup>54</sup>; esta medida, depois da mobilização, em cerca de quatro meses, de mais de dez mil homens para serviço em África, colocou, naturalmente, ao Exército um maior grau de dificuldade para poder, no futuro imediato, mobilizar em condições satisfatórias. Mas, Pimenta de Castro foi mais longe, porque, antes mesmo de tomar a decisão anterior, a 11 do mesmo mês de Março, fez expedir uma circular<sup>55</sup> para os comandos militares do Continente, autorizando a que as

<sup>54</sup> Circular n.º 80, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra, de 31 de Março de 1915 (*Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 15 de Abril de 1915, p. 50-51).

<sup>55</sup> Circular n.º 8 da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra, datada de 11 de Março de 1915, enviada para o comando da 1.ª Divisão e com efeitos idênticos em todas as restantes, publicada na *Ordem do Exército* n.º 3 — 1.ª série —, de 19 de Março do referido ano, p. 38. A dado passo, na circular, dizia-se taxativamente: «Em qualquer dos casos não serão convocadas outras praças em substituição daquelas a quem se conceder licença.» Quer dizer, assumia-se que o Exército tinha capacidade para suportar o embate da medida

praças do quadro permanente e as convocadas passassem à situação de licença registada, até ao final do ano, para se prepararem para os exames do liceu ou de outros estabelecimentos de Ensino Superior. Quer dizer, agia-se como se, na Europa e em África, se vivesse a mais tranquila das pazes. Esta medida, além do seu significado político, desfalcou o Exército das praças literariamente mais habilitadas, acontecendo este facto num tempo em que os analfabetos em Portugal representavam, como já dissemos, cerca de três quartos da população com idade superior a sete anos<sup>56</sup>.

A revolução de 14 de Maio de 1915, alterando o pendor político do Governo, alterou também a orientação militar. Assim, em parte, como consequência da necessidade de se definirem regras claras e apropriadas à situação e, em parte, como resultado do *pacote* de medidas militares adoptadas pelo Governo de José de Castro<sup>57</sup>, foi publicado, em 10 de Julho de 1915, um Decreto<sup>58</sup> que punha em vigor instruções para a mobilização militar. Sinteticamente, pode dizer-se que, em relação às praças, se definia o seguinte princípio: as nomeações para mobilização far-se-iam sempre começando pelas que pertencessem ao quadro permanente, depois, e na falta destas, passar-se-ia a aceitar, dentro da mesma Arma ou especialidade, os voluntários; se mesmo assim houvesse necessidade de mobilizar mais efectivos, começar-se-ia pelas tropas já licenciadas e, dentro destas, pela classe de mobilização mais moderna. A regra para os oficiais e sargentos era, em geral, pertencer à unidade mobilizada, na falta destes graduados, passava-se a aceitar os voluntários mais modernos da Arma ou Serviço mobilizados e, por fim, se necessário, eram nomeáveis, por escala, os graduados da Arma ou Serviço, tendo prioridade os mais modernos.

---

adoptada, o que, provavelmente, até seria viável em tempo normal, mas completamente impossível, sem graves danos de enquadramento e instrução, numa situação de mobilização de grandes efectivos para África.

<sup>56</sup> Vd. A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal — Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 519-521.

<sup>57</sup> Uma vez mais consulte-se o nosso trabalho já referido, *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional — 1914-1916*, em especial as p. 260-262.

<sup>58</sup> Cf. *Ordem do Exército* n.º 12 — 1.ª série — de 15 de Julho de 1915, p. 304-308.

O simples facto de ter sido publicado este diploma evidencia dois aspectos: primeiro, começavam a faltar os militares em condições de imediata mobilização, bem como voluntários, para nomeação para as províncias africanas; segundo, avizinhava-se a possibilidade de entrar no conflito bélico na Europa e havia que ter, desde logo, o apoio da legislação apropriada, de modo a poder enfrentar uma situação de grande necessidade de pessoal.

Pouco mais de um mês e meio depois da publicação do Decreto que regulava as nomeações em caso de mobilização, foi aprovado um outro diploma<sup>59</sup> que mostra claramente as carências do Exército no tocante a graduados de baixa patente. Com efeito, obrigavam-se as praças, do quadro permanente ou licenciadas, que possuíssem o exame do 2.º grau da instrução primária, a frequentar escolas de sargentos até serem aprovadas. Pretendia-se aproveitá-las para o desempenho de funções em escolas de recrutas<sup>60</sup>. As praças assim promovidas passavam à condição de sargentos milicianos. Algo idêntico acontecia aos sargentos — «quer se encontrassem na efectividade do serviço, quer licenciados» — que reunissem as habilitações literárias e científicas adequadas, pois que eram convocados para a frequência de escolas preparatórias de oficiais milicianos<sup>61</sup>. Determinava-se, também, que anualmente seriam chamados às fileiras trezentos alferes milicianos das diversas Armas e Serviços (8 de Engenharia, 28 de Artilharia de Campanha, quatro de Artilharia a Pé, dez de Cavalaria, 150 de Infantaria, 70 médicos, seis veterinários e 24 de Administração Militar)<sup>62</sup> para integram uma escola de recrutas. Era, nitidamente, a tomada de consciência de uma beligerância que se aproximava e a pressão da falta de graduados habilitados e experientes por força das mobilizações para África.

A 11 de Setembro de 1915 foi publicado um Decreto<sup>63</sup> estipulando a substituição dos primeiros contingentes de tropas que haviam seguido para Angola e Moçambique, mobilizados por diploma de 18 de Agosto de 1914.

---

<sup>59</sup> Lei de 31 de Agosto de 1915, publicada a 10 de Setembro do mesmo ano (*Ordem do Exército* n.º 15 — 1.ª série — de 18 de Setembro de 1915, p. 402-410).

<sup>60</sup> Cf. artigos 2.º e 3.º da Lei de 31 de Agosto de 1915.

<sup>61</sup> Cf. artigo 3.º da Lei referida.

<sup>62</sup> Cf. artigo 6.º da Lei referida.

<sup>63</sup> Cf. *Ordem do Exército* n.º 15 — 1.ª série — de 18 de Setembro de 1915, p. 518-525.

Será curioso lembrar que o espírito que leva à simples substituição dos primeiros contingentes nomeados havia um ano, também foi, naturalmente, influenciado pela rendição do Sudoeste Africano, que ocorreu no mês de Agosto. Quer dizer, para Angola só havia, agora, que mandar as forças militares minimamente necessárias para levar a cabo a pacificação das hostes indígenas sublevadas pelos Alemães; o «grande perigo» de ocupação germânica transferia-se para a colónia da África Oriental. Contudo, essa ameaça só vai tomar plena configuração depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, isto é, depois de Março de 1916.

Ao todo, para a colónia da África Ocidental, mobilizavam-se 1789 homens, sendo 812 dos efectivos das unidades de Artilharia, 964 das unidades de Infantaria e Metralhadoras e 13 de Engenharia e Serviço de Saúde. Para Moçambique marchavam 1545 homens, sendo 221 do Regimento de Artilharia de Montanha, 189 do Regimento de Cavalaria n.º 3, 1084 das unidades de Infantaria e de Metralhadoras, 21 de Engenharia, 26 de Administração Militar e dois do Serviço de Saúde.

Em face destes números, podemos dizer que, desde o início da guerra até meados do mês de Setembro de 1915, isto é, em pouco mais de um ano, já haviam sido mobilizados para serviço de campanha no ultramar 13 457 militares; para Angola, 10 435, para Moçambique, 3022. Até ao final da guerra, o esforço de pacificação na colónia da África Ocidental só já vai custar a mobilização de mais 1919 homens; o grande empenhamento vai passar a ser feito em Moçambique.

Na verdade, com data de 25 de Maio de 1916, um Decreto<sup>64</sup> mandou que fossem nomeados para aquela colónia 4642 homens. Era uma grande unidade comandada por um general, que comportava três Batalhões de Infantaria, três Baterias de Metralhadoras, três Baterias de Artilharia de Montanha, uma Companhia mista de Engenharia e diverso pessoal do Serviço de Saúde, do Serviço de Administração Militar e do Serviço de Transportes. O quartel-general incluía 119 militares, de Engenharia foram mobilizados 323 homens, de Artilharia foram 665, de Infantaria foram 3264 militares e 271 dos Serviços que indicámos. Quer dizer, em menos de dois anos,

---

<sup>64</sup> *Ordem do Exército* n.º 12 — 1.ª série — de 30 de Maio de 1916, p. 585.

marcharam para Moçambique 7664 homens; até ao final da guerra, em Novembro de 1918, irão seguir para aquela colónia mais 11 774 militares.

Analisando faseadamente as mobilizações, antes do envio de tropas para França, verificamos que em vinte um meses — de Agosto de 1914 a Maio de 1916 — África absorveu 18 099 homens, ou seja, *grosso modo*, um pouco mais do que o contingente de um ano de recrutamento normal. Se tivermos presente que o novo sistema de recrutamento e instrução do Exército só começou a funcionar em 1912, é fácil perceber que as reservas militares de que dispunha o Governo da República, em 1914, eram, ainda, as da Monarquia. Quer dizer, todo o esforço de mobilização para a guerra, de 1914 a 1916, fez-se com base nos chamados efectivos permanentes, nos recrutamentos normais e nos reservistas herdados do anterior regime. Se olharmos, agora, para todo o tempo de guerra — Agosto de 1914 a Novembro de 1918, ou seja, cinquenta e um meses — verificamos que só os teatros africanos absorveram um total de 31 792 homens. Daqui, percebe-se que o esforço de guerra, em termos de mobilização e não levando por ora em conta os efectivos envolvidos no teatro europeu, foi muito grande face a um deficiente aparelho militar herdado da Monarquia, vivendo ainda os primeiros tempos de uma reforma que o iria transformar num verdadeiro Exército Nacional. Como de seguida veremos, o resultado da junção dos dois efeitos referidos veio a originar, na segunda metade de 1915 — depois da vitoriosa revolução de 14 de Maio e, por conseguinte, depois de se ter definido que a única política conveniente a Portugal era a da beligerância na Europa — veio a originar, dizíamos, uma premente necessidade de legislar de modo a conseguir organizar o Exército para o tornar minimamente eficiente em operações europeias.

Como é sabido, ainda antes do final do ano de 1914, como consequência do pedido de apoio em peças de artilharia<sup>65</sup> apresentado ao Governo português pela França, foi decidido organizar uma *Divisão Auxiliar* para seguir para a frente ocidental europeia.

---

<sup>65</sup> Uma vez mais, sobre este pedido pode consultar-se o nosso trabalho *O Fim da Ambiguidade*, em especial as p. 131-146.



Começou por se decretar<sup>66</sup> a mobilização da *Divisão*, invocando-se para tal a Lei n.º 275 de 8 de Agosto desse ano<sup>67</sup> e a Lei n.º 283 de 24 de Novembro<sup>68</sup>. Em Decretos distintos nomeavam-se, na mesma data, o comandante da Divisão — general Jaime Leitão de Castro — e o chefe do Estado-Maior daquela grande unidade — major do Serviço de Estado-Maior Roberto da Cunha Baptista<sup>69</sup>. Pelo Decreto de 1 de Dezembro<sup>70</sup> fazia-se publicar a organização da *Divisão Auxiliar*, a qual implicava a mobilização de 22 461 homens, sendo 720 oficiais<sup>71</sup>.

No Decreto estabelecia-se que a nomeação dos oficiais e sargentos para integrar as forças da *Divisão* se faria por antiguidade — dos mais modernos para os mais antigos — dentro da unidade mobilizada, enquanto as praças eram mobilizadas em primeiro lugar as pertencentes ao quadro permanente, seguindo-se, na falta destas, as que já haviam sido licenciadas, começando-se pelas classes mais modernas<sup>72</sup>.

Tomando em conta os números já por nós indicados, relacionados com as mobilizações para as operações em África, poder-se-á dizer que, no fim de Dezembro, Portugal contava ter em pé de guerra 32 584 homens — 10 123 naquele continente e 22 461 destinados a marchar para França. Como se vê, era um esforço significativo. Tão significativo que dificuldades técnicas de vária ordem foram protelando a organização da *Divisão Auxiliar*, até que o Governo Pimenta de Castro, agora por razões políticas, lhe pôs cobro.

Os Governos José de Castro e Afonso Costa, que se seguiram à revolução de 14 de Maio de 1915 até à declaração de guerra da Alemanha a

---

<sup>66</sup> Decreto de 25 de Novembro de 1914, *Ordem do Exército* n.º 28 — 1.ª série — de 26 de Novembro de 1914, p. 1387-1388.

<sup>67</sup> A qual dava poderes especiais ao Governo para garantir a ordem interna e a defesa e salvaguarda dos interesses nacionais.

<sup>68</sup> Autorizava o Governo a tomar as providências que achasse convenientes e necessárias aos altos interesses nacionais.

<sup>69</sup> Decretos de 25 de Novembro publicados na *Ordem do Exército* n.º 28 — 1.ª série — de 26 de Novembro de 1914, p. 631-632.

<sup>70</sup> Cf. *Ordem do Exército* n.º 29 — 1.ª série — de 7 de Dezembro de 1914, p. 1389-1406.

<sup>71</sup> Mais à frente, no capítulo IV entraremos em pormenores sobre esta *Divisão*.

<sup>72</sup> Exceptuavam-se desta regra os comandos mais destacados — os das Brigadas e os dos Batalhões — que ou eram escolhidos ou eram nomeados (caso dos comandantes dos Batalhões).

Portugal — 9 de Março de 1916 — adoptaram uma série de medidas que se enquadram naquilo que hoje poderíamos designar por *política de defesa*.

No período seguinte, ou seja, de Março de 1916 até Janeiro de 1917, fizeram-se aprovar as grandes medidas organizativas que permitiam ao Exército enfrentar a situação de campanha na Europa. Embora sinteticamente, vejamos o que foi esse esforço legislativo, para podermos compreender o efeito da «herança» da Monarquia conjugado com o da reforma de 1911<sup>73</sup>. Começemos pelo primeiro período.

Em 1 de Setembro de 1915, foi promulgada a Lei n.º 372 que consignava a obrigação de se organizarem dois orçamentos — um ordinário e outro extraordinário ou de guerra. Tratava-se da primeira grande afirmação de beligerância antes mesmo da alteração do estatuto internacional; era a intenção de prever e contabilizar custos; era o primeiro passo da organização financeira da Nação face à guerra. Traçava-se, efectivamente, a linha de demarcação da política de defesa nacional e tinham-se já em mira as indemnizações a exigir da Alemanha como consequência das operações no Sul de Angola. Foi ainda durante o segundo Governo José de Castro que se mandou reiniciar a preparação militar da *Divisão Auxiliar*. Na sequência dessa decisão, e para lhe dar conteúdo organizativo, fez-se publicar, em 10 de Julho de 1915, o Decreto que punha em execução as instruções e regras para a mobilização de tropas ao qual já nos referimos<sup>74</sup>. Também, páginas atrás, mencionámos o diploma que obrigava as praças do quadro permanente ou licenciadas, que possuíssem o exame do 2.º grau da instrução primária, a frequentar as escolas de sargentos<sup>75</sup>. A 21 de Setembro era publicada a Lei<sup>76</sup> que definia o conceito de crime de traição, demonstrando-se, deste modo, a necessidade de dotar o Exército de toda

---

<sup>73</sup> Só através do enunciado das medidas adoptadas se torna possível compreender que, se a reforma tivesse ocorrido vários anos antes ou se a guerra tivesse eclodido vários anos mais tarde, o Exército Português estaria em melhores condições para enfrentar o esforço que lhe foi pedido, porque, na verdade, para além da própria reforma, tudo, ou quase tudo, estava por fazer e por organizar de acordo com o novo modelo adoptado pela República.

<sup>74</sup> *Ordem do Exército* n.º 12 — 1.ª série — de 15 de Julho de 1915, p. 304-308. Veja-se nota n.º 35.

<sup>75</sup> Vd. nota n.º 36.

<sup>76</sup> *Ordem do Exército* n.º 16 — 1.ª série — de 14 de Outubro de 1915, p. 539.

a gama de instrumentos necessários ao seu bom funcionamento. Curiosamente, e demonstrando a falta de princípios orientadores que do antecedente já deveriam estar definidos, a 6 de Novembro de 1915, foi divulgada a circular n.º 36 da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra determinando os aumentos de tempo de serviço a atribuir às chamadas praças de pré quando fazendo parte de forças expedicionárias às colónias<sup>77</sup>. As restantes medidas deste primeiro período foram tomadas já durante o Governo Afonso Costa, a partir do começo de Dezembro de 1915.

A 4 de Dezembro o conselho de ministros decidiu comprar três submarinos destinados ao patrulhamento da entrada da barra do Tejo<sup>78</sup>; cinco dias depois tomou uma nova decisão que visava directamente o Exército — proibição de exportação de muelles, porque todos os que existiam no país eram poucos para a tracção das diferentes viaturas militares<sup>79</sup>. Como nesta altura já se começava a imaginar possível a necessidade de requisitar à população civil os meios que tivessem aplicação militar, na mesma data, determinou-se a proibição de saída de Portugal de automóveis particulares comprados por cidadãos espanhóis aqui residentes<sup>80</sup>. Ainda nesse mesmo conselho de ministros de dia 9 de Dezembro, Norton de Matos, ministro da Guerra, foi autorizado a despender a quantia de vinte e cinco contos para adquirir dez mil granadas de artilharia, podendo, também, gastar mais doze contos na compra da chapa de aço necessária à construção de diverso material militar couraçado<sup>81</sup>. A 18 de Dezembro foi publicado o Decreto que aprovava e punha em execução a 3.ª parte do Regulamento de Mobilização do Exército<sup>82</sup>. Trata-se de um documento extensíssimo no qual se prevêem todas as acções a adoptar para garantir uma eficiente e atempada mobilização; representa o corolário lógico da alteração do sistema de reservas do Exército, porque era a partir dele que se movimentavam as

<sup>77</sup> *Ordem do Exército* n.º 17 — 1.ª série — de 13 de Novembro de 1915, p. 586.

<sup>78</sup> Veja-se A. H. de Oliveira Marques, *O Segundo Governo Afonso Costa (1915-1916)*. *Actas dos Conselhos de Ministros*, Lisboa, Europa-América, 1974, p. 30.

<sup>79</sup> *Idem, op. cit.*, p. 48.

<sup>80</sup> *Idem, op. cit.*, p. 49.

<sup>81</sup> *Idem, op. cit.*, p. 50.

<sup>82</sup> *Ordem do Exército* n.º 1 — 1.ª série — de 3 de Janeiro de 1916, p. 1-283.

escolas de repetição e as eventuais e extraordinárias mobilizações gerais. No último dia do ano de 1915 foi, finalmente, publicado<sup>83</sup> o Regulamento da Escola Aeronáutica Militar<sup>84</sup>, criando-se, assim, a primeira unidade aeronáutica em Portugal<sup>85</sup>. Em abono da verdade, deve dizer-se que o Serviço de Aviação já existia desde 25 de Fevereiro de 1913, mas não passava de uma simples divisão orgânica da Arma de Engenharia. A 3 de Janeiro foi deliberado, em conselho de ministros, que o ministro da Guerra podia mandar iniciar a preparação de um campo de manobras militares na região de Tancos<sup>86</sup>. Este destinava-se a contribuir para ultimar a preparação militar da *Divisão Auxiliar* para a poder utilizar em qualquer eventualidade futura. No dia 24 desse mesmo mês, Norton de Matos faz saber, em conselho de ministros, que já tinham sido encomendados, nos Estados Unidos da América, trezentos camiões destinados ao Exército, tendo de pagar-se por eles a quantia de 75 000 dólares<sup>87</sup>; a 28 de Janeiro, de novo o ministro da Guerra informa os seus colegas de Governo que já haviam sido recebidos mil e quinhentos cavalos dos cinco mil que eram necessários para a remonta militar<sup>88</sup>.

Como se acaba de ver, este primeiro período foi rico em decisões fundamentais para conseguir que o Exército ganhasse uma operacionalidade e uma modernidade que não tinha, nem no tempo da Monarquia, nem nos quatro anos anteriores.

Foi nesta fase que ficou bem clara a noção de existir uma Estratégia Nacional, apontando para a intervenção na guerra, no teatro europeu.

---

<sup>83</sup> *Ordem do Exército* n.º 19 — 1.ª série — de 31 de Dezembro de 1915.

<sup>84</sup> Na verdade, desde a proclamação da República, o *Aero Club de Portugal* e, mais tarde, a Comissão Militar de Aeronáutica vinham discutindo e propondo a criação de uma escola para formação dos primeiros pilotos aviadores portugueses. Contudo, por razões que se prendem com questões meramente corporativas e de controlo do novo tipo de armamento, só nesta data se passou à acção, depois de ter havido a concorrência de uma outra associação civil-militar, que se propunha a dar início à formação do núcleo aeronáutico português.

<sup>85</sup> A primeira localização da Escola foi na Vila Nova da Rainha. Entre outros, Sacadura Cabral foi um dos primeiros instrutores de pilotagem da Escola.

<sup>86</sup> *Idem, op. cit.*, p. 69.

<sup>87</sup> *Idem, op. cit.*, p. 85.

<sup>88</sup> *Idem, op. cit.*, p. 111.

O esforço de reequipamento e de reorganização militar foi extraordinário e determinante, sendo indicador de um caminho que se pretendia percorrer; caminho que não era o da neutralidade ambígua que Londres definira, no começo da guerra, para Portugal. Olhava-se, com determinação, para a futura beligerância como um rumo a seguir. Para tanto, havia que tornar credível o Exército nacional aos olhos dos beligerantes, desfazendo a impressão de uma força armada somente para combater em África e contribuir para dar brilho aos acontecimentos públicos em Portugal.

Passemos, agora, ao segundo período, isto é, ao tempo que vai de Março a Dezembro de 1916, ou seja, desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal até às vésperas dos primeiros embarques para França<sup>89</sup>.

Começamos pelo mês de Março. A 12 foi dada autorização para o Governo mobilizar quaisquer indústrias<sup>90</sup>; no dia 20 tomaram-se uma série de decisões: autorização para mobilizar, total ou parcialmente, os cidadãos do sexo masculino<sup>91</sup>; impedimento de passagem à reforma dos oficiais com mais de 70 ou 75 anos de idade<sup>92</sup>; proibição de os cidadãos do sexo masculino, entre os 17 e os 45, saírem de Portugal<sup>93</sup>; tornou-se obrigatório todas as praças declararem as suas habilitações literárias<sup>94</sup>; criação de juntas de saúde de revisão para todos os cidadãos isentados, com menos de 45 anos<sup>95</sup>.

---

<sup>89</sup> Não nos dispensamos desta exaustiva enumeração, porque se trata do primeiro levantamento que sobre o assunto se faz e, julgamos, a sua originalidade justifica o pormenor.

<sup>90</sup> Lei n.º 493, de 12 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 7 — 1.ª série — de 4 de Maio de 1916, p. 477-479.

<sup>91</sup> Decreto n.º 2285, de 20 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 412.

<sup>92</sup> Decreto n.º 2286, de 20 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 412. Esta decisão, segundo o próprio diploma, tinha a vigência da duração do estado de guerra. Trata-se da primeira medida indicadora da pressentida falta de oficiais para fazer frente à situação de guerra.

<sup>93</sup> Circular — urgente — n.º 31, de 20 de Março de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 426. Deve dizer-se que no texto da circular ainda se proibia os cidadãos de se ausentarem para as colónias, mesmo aqueles que tivessem ficado isentos do serviço militar.

<sup>94</sup> Circular n.º 10, de 20 de Março de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 427.

<sup>95</sup> Decreto n.º 2287, de 20 de Março de 1916. Para além de obrigar os cidadãos já isentos do serviço militar a serem sujeitos a uma nova junta de saúde, obrigava também os militares passados à reserva ou à reforma a serem reinspeccionados para confirmação da decisão anterior.

No dia 24 foram estabelecidas novas condições para a promoção de 2.º a 1.º sargento do Exército<sup>96</sup> e criadas juntas de saúde de revisão para os cidadãos recenseados com menos de 45 anos<sup>97</sup>. A 29 desse mesmo mês foi estabelecido o fim da concessão de adiamentos da prestação do serviço militar<sup>98</sup> e a 30 foi proibida a saída para o estrangeiro a cidadãos com idades entre os 16 e os 45 anos<sup>99</sup>.

Como se pode ver, as medidas adoptadas neste mês foram de carácter genérico e imediatistas de acordo com o estado de guerra existente, muito embora já se comecem a vislumbrar algumas das grandes dificuldades existentes através da não aceitação de passagem à reforma de velhos militares e também na obrigatoriedade de declaração de habilitações literárias — claro desejo de conseguir graduados — e, ainda, nas facilidades de promoção a 1.º sargento.

No mês de Abril, logo a 3, foram publicadas normas sobre o 2.º grau da IMP e sobre a instrução das tropas territoriais<sup>100</sup>; no dia 4 saíram mais algumas disposições a saber: promoção a alferes, por antiguidade, de todos os aspirantes e sargentos-ajudantes<sup>101</sup>; redução, para seis meses, de todos

---

<sup>96</sup> Portaria n.º 623, de 24 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 417-419. Estas novas condições iam no sentido de facilitar a promoção, dado que o candidato já não era obrigado a possuir o 3.º ano do curso dos liceus, bastando-lhe a aprovação num curso técnico ministrado na própria instituição militar.

<sup>97</sup> Decreto n.º 2406 de 24 de Março de 1916. Estabelece, em concreto, que ficam sujeitos a inspecção da junta de saúde todos os cidadãos com menos de 45 anos de idade que, tendo sido recenseados, não hajam sido inspeccionados em devido tempo.

<sup>98</sup> Circular n.º 26, de 29 de Março de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 444.

<sup>99</sup> Decreto n.º 2305, de 30 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 431-433. Trata-se de dar força à circular n.º 31 (nota 69) através de prever, agora, graves punições para todo aquele que fugir ao cumprimento da lei; as sanções poderiam ir a pena de presídio, no caso de o infractor ser militar, ou a prisão correccional no caso de ser civil.

<sup>100</sup> Circular n.º 11, de 3 de Abril de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 450-452. Pretendia-se que a instrução militar dos mancebos entre os 17 e os 20 anos fosse mais virada para a preparação física e para a obtenção de uma especialidade militar mais complexa do que a de simples atirador; convidava-se a população a criar mais sociedades de Instrução Militar Preparatória e os oficiais e sargentos da reserva e da reforma a empenharem-se na instrução dos mancebos.

<sup>101</sup> Decreto n.º 2315, de 4 de Abril de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 438-439. Trata-se de uma decisão que resultava da falta de alferes e, só na Arma de Cavalaria, foram promovidos a este posto mais de quarenta militares.

os cursos da Escola de Guerra<sup>102</sup>; promoção a 2.º sargento e a 1.º sargento de praças com os cursos das escolas regimentais<sup>103</sup>. No dia seguinte, foi publicada a dispensa dos 1.ºs sargentos frequentarem a E. C. S.<sup>104</sup> na promoção a sargento-ajudante<sup>105</sup>. No dia 11 deu-se publicidade à regulamentação da saída do país de praças licenciadas, reservistas e licenciadas<sup>106</sup>. Logo no dia 12 foi publicada a regulamentação do crime de deserção a partir de 12 de Março<sup>107</sup>. A 19 foi criada a Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra<sup>108</sup>. No dia seguinte, foram várias as disposições aprovadas: criação das condições de rápida promoção a 2.º sargento<sup>109</sup>; promoção a alferes médico de todas as praças habilitadas com o curso de medicina<sup>110</sup>; estabelecimento de novas normas de mobilização<sup>111</sup>. Finalmente, a 29 foi

---

<sup>102</sup> Decreto n.º 2314, de 4 de Abril de 1916. Esta redução era ainda mais drástica, porque se estipulava que para os exames se deveria dispor de um mês, facto que reduzia o tempo lectivo a cinco, durante os quais não haveria férias nem licenças de qualquer espécie.

<sup>103</sup> Decreto n.º 2316, de 4 de Abril de 1916. Medida que tinha por finalidade recompletar as carências que havia de quadros inferiores no Exército e que, sabia-se, iriam faltar pelo desgaste da guerra, donde, tornava-se indispensável aproveitar ao máximo todos os homens que ainda tivessem uma formação militar razoável.

<sup>104</sup> E. C. S. — Escola Central de Sargentos.

<sup>105</sup> Circular n.º 5 — Urgente —, 5 de Abril de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916. Evidencia a falta de quadros de baixa graduação experientes.

<sup>106</sup> Circular n.º 31, de 11 de Abril de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Atribui somente àquela Secretaria a competência para autorizar a saída do país às referidas praças.

<sup>107</sup> Circular n.º 1 — Urgente —, de 12 de Abril de 1916, da 5.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Determinava que todos os crimes punidos de maneira diferente em tempo de paz e de guerra, depois de 12 de Março passassem a ser considerados como praticados em tempo de guerra.

<sup>108</sup> Portaria de 19 de Abril de 1916, do ministro da Guerra. Dava a composição da referida Comissão eleita pela Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

<sup>109</sup> Decreto n.º 2346, de 20 de Abril de 1916. Todas as praças que, sabendo ler, escrever e contar, não tendo o exame de 2.º grau da instrução primária, deveriam frequentar uma escola de sargentos com a duração de três semanas, podendo ser promovidas ao posto de 2.º sargento, se tiverem aproveitamento e boas informações na referida escola.

<sup>110</sup> Decreto n.º 2345, de 20 de Abril de 1916. Para além de determinar a promoção imediata de qualquer praça habilitada com o curso de Medicina feito em Portugal ou no estrangeiro, applicava igual medida às praças que tivessem o curso de veterinária.

<sup>111</sup> Decreto n.º 2343, de 20 de Abril de 1916. Evidencia a falta de graduados dos postos mais baixos do Exército, porque, na mobilização, dá sempre, como prioridade alternativa, a primazia às praças habilitadas com as condições de promoção ao posto imediato.

proibida a nomeação, para o ultramar, de tropas com menos de 21 anos de idade<sup>112</sup>.

142

É fácil de ver que os meses de Março e Abril foram, do ponto de vista da acção normativa, os que maior número de regras fizeram aprovar. Em Abril nota-se a clara preocupação de dotar o Exército com pessoal capaz de ocupar os chamados postos inferiores, tanto ao nível de oficiais — aceleração de formação dos oriundos da Escola de Guerra — como, também, ao nível de sargentos. Deve evidenciar-se o facto de começar, agora, a grande preocupação com a mobilização de médicos e veterinários — era uma das maiores lacunas do Exército, em 1916.

No mês de Maio logo no dia 4 foram criadas, em Lisboa, as escolas preparatórias de oficiais milicianos<sup>113</sup>; no dia seguinte foi determinado o fim das aulas a 10 de Maio para os alunos convocados para o serviço militar<sup>114</sup> e a especificação dos indivíduos que ficam sujeitos às leis militares durante a guerra<sup>115</sup>. No dia 12 foi determinada a mobilização dos alunos dos cursos de Medicina e de Veterinária<sup>116</sup> e no dia 18 a inspecção de todos os médicos milicianos, licenciados, com menos de 45 anos<sup>117</sup>. A 20

---

<sup>112</sup> Circular n.º 32, de 29 de Abril de 1916, da 5.ª Repartição da 2.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Diz-se que, estando já desde 1908 reconhecido o inconveniente de mobilizar tropas com menos de 20 anos para o ultramar, só passavam a poder ser mobilizados os indivíduos com mais de 21 anos de idade, independentemente da respectiva graduação.

<sup>113</sup> Decreto n.º 2367, de 4 de Maio de 1916. Mandava criar em Lisboa uma escola preparatória de oficiais milicianos de Infantaria, Cavalaria, Administração Militar, Artilharia de Campanha e pioneiros, mantendo em funcionamento as escolas de oficiais milicianos de Infantaria existentes em Coimbra e no Porto.

<sup>114</sup> Decreto n.º 2373, de 5 de Maio de 1916. Estavam abrangidos por esta disposição também os alunos que viessem a ser convocados para o serviço militar até àquela data.

<sup>115</sup> Decreto n.º 2369, de 5 de Maio de 1916. Ficam sujeitos à jurisdição militar, além dos próprios militares, entre outros, os funcionários dos ministérios militares, todos os que acompanhem as forças em campanha, os acusados de adulterar víveres ou bens militares, os que se recusarem ao serviço militar e os que se recusarem a aceitar as requisições de veículos.

<sup>116</sup> Decreto n.º 2384, de 12 de Maio de 1916. Determina que os alunos dos 5.ºs anos de Medicina e de Veterinária sejam promovidos a alferes, sem necessidade de frequentarem qualquer escola de formação de oficiais milicianos, quando concluírem o curso; os alunos dos 3.ºs e 4.ºs anos assentam praça nas Companhias de Saúde e no Regimento de Cavalaria n.º 4 e serão promovidos a aspirante e alferes quando terminarem os respectivos cursos; os alunos dos 1.ºs e 2.ºs anos frequentarão nas Companhias de Saúde ou nos Hospitais Militares o curso de enfermeiros ou enfermeiros hípicas.

<sup>117</sup> Circular n.º 28, de 18 de Maio de 1916. Ficam obrigados a nova inspecção médica todos os oficiais milicianos médicos que tenham pedido demissão das fileiras e que tenham menos de 45 anos de idade.



foi regulado o aproveitamento para melhores funções dos mancebos com o 3.º ano de IMP<sup>118</sup> e a 24 o recenseamento dos cidadãos entre os 20 e 45 anos de idade que o não hajam sido em tempo oportuno<sup>119</sup>.

Continua a notar-se, no mês de Maio, uma muito grande preocupação com as normas relativas à criação de condições de mobilização de médicos e veterinários e de graduados de baixa patente.

Em Junho, só em cinco dias foi publicada legislação relacionada com a mobilização devida ao estado de guerra. Vejamo-la: no dia 7 foi legislado o aproveitamento em serviços auxiliares dos mancebos dados como incapazes<sup>120</sup>; a 23 foram introduzidas alterações profundas no Regulamento da Instrução Militar Preparatória<sup>121</sup> e, também, foi regulada a tabela de atirador de 2.ª classe com armas ligeiras<sup>122</sup>; a 26 foi regulamentada a aceitação dos requerimentos de voluntariado, mesmo fora das datas estipuladas<sup>123</sup> e a 28 foi dada publicidade à regulamentação do alistamento de voluntários com a idade de 16 anos incompletos<sup>124</sup>.

---

<sup>118</sup> Circular n.º 21, de 20 de Maio de 1916. Determina que os mancebos que tenham tido bom aproveitamento no 3.º ano de IMP façam uma recruta mais acelerada e sejam escolhidos para o desempenho de cargos de comando, podendo, inclusive, ser propostos para a frequência de escolas de sargentos.

<sup>119</sup> Decreto n.º 2407, de 24 de Maio de 1916. Obriga a que sejam recenseados todos os cidadãos que, tendo idades entre os 20 e os 45 anos, não o hajam sido na devida altura por qualquer motivo.

<sup>120</sup> Lei n.º 566, de 7 de Junho de 1916. Aproveita, para o desempenho de serviços auxiliares na retaguarda, em tempo de guerra, os mancebos dados como incapazes para o serviço militar; esses serviços podiam ser trabalhos nas oficinas do Estado, nas secretarias militares, nos serviços hipomóveis ou noutros semelhantes.

<sup>121</sup> Lei n.º 623, de 23 de Junho de 1916. Introduce alterações no Regulamento da IMP, aperfeiçoando a preparação entre os 17 e os 20 anos.

<sup>122</sup> Circular n.º 29, de 23 de Junho de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Determina que todas as praças que não consigam cumprir a tabela de atirador de 2.ª classe com armas ligeiras, devam repeti-la tantas vezes quantas as necessárias, até que satisfaçam esta condição mínima. Revoga-se a disposição anterior que estipulava que o recruta devia repetir a tabela no ano seguinte. Evidencia-se a clara intenção de não permitir atrasos nas recrutas.

<sup>123</sup> Circular n.º 2, de 26 de Junho de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Determina-se que todos os requerimentos de mancebos oferecendo-se como voluntários para a tropa devam ser sempre aceites, independentemente dos prazos para isso estipulados do antecedente. Evidencia-se a vontade de ampliar o mais possível o contingente militar.

<sup>124</sup> Decreto n.º 2473, de 28 de Junho de 1916. Autoriza o alistamento no Exército, como voluntário, afinal com a idade de 15 anos, no ano em que o mancebo vai fazer 16. Fica clara a grande necessidade de recrutas nesta altura.

Como se vê, neste mês, as disposições publicadas apontam para o máximo aproveitamento de todos os homens passíveis de ser transformados rapidamente em militares. É agora que, na nossa opinião, mais se evidenciam as dificuldades resultantes da juventude do novo sistema de recrutamento e da ausência de reservas bem treinadas e em número suficiente.

No mês de Julho foi publicada uma única medida com interesse para a mobilização de tropas para a guerra. Tratou-se da circular 1401, de 6 de Julho de 1916, originada na própria Repartição do Gabinete (do ministro da Guerra) que determinava que os comandantes das forças que embarcavam por caminho-de-ferro deviam permitir que as tropas se despedissem dos seus familiares antes da entrada no edifício da estação, devendo o embarque fazer-se sempre com antecipação sobre o dos restantes passageiros do comboio.

Em Agosto de 1916, também só foi publicado Decreto n.º 2570, de dia 15, que punha em execução uma nova tabela de lesões físicas que limitavam ou incapacitavam a prestação de serviço militar. Deve dizer-se que esta nova tabela era muitíssimo mais rigorosa do que a anterior, que datava de 1911. Nesta definiam-se, também, os critérios mínimos de selecção para todas as Armas, com excepção dos de Infantaria, para a qual bastava que os mancebos satisfizessem às condições mínimas gerais para incorporação. Quer dizer, o apuramento para o Exército passou a ser menos rigoroso e, para Infantaria — a Arma que maior número consumia de homens na guerra na Europa — menos ainda.

Em Setembro, no dia 13, são três as disposições adoptadas: regulamentam-se as promoções em todas as Armas e Serviços de acordo com as necessidades de então<sup>125</sup>; criação da Escola de Aplicação de Administração Militar<sup>126</sup>; e apresentação de todos os médicos até à idade de 45 anos<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> Decreto n.º 2619, de 13 de Setembro de 1916. Autorizava, durante o tempo de guerra, todas as promoções, sem excepção, dentro do Exército sempre e quando fosse necessário, ficando os recém-promovidos como supranumerários até que houvesse vaga efectiva.

<sup>126</sup> Decreto n.º 2622, de 13 de Setembro de 1916. Trata-se de uma escola para instrução técnica de oficiais e tropas de Administração Militar.

<sup>127</sup> Decreto n.º 2623, de 13 de Setembro de 1916. Determina que se apresentem nos diferentes quartéis-generais todos os médicos, com ou sem tese defendida, que tenham idade até 45 anos. Os faltosos seriam punidos com três anos de prisão correcional.

No dia 28 foi introduzida a pena de morte na Constituição Política<sup>128</sup> e no dia 30 foi determinada a integração nas tropas activas dos alferes médicos entre os 20 e os 30 anos de idade<sup>129</sup>.

Da legislação aprovada no mês de Setembro transparece, mais uma vez, por um lado, a grande falta de médicos militares, por outro, a carência generalizada de oficiais — agora já não limitada aos postos mais baixos da hierarquia — a necessidade de preparar conveniente e modernamente as tropas de Administração Militar e, por fim, regular um aspecto que na época era importante do ponto de vista disciplinar: a introdução da pena de morte para punir certos crimes de grande gravidade. Note-se que esta última disposição evidencia, também, o afastamento vivido por Portugal e pelo seu Exército dos conflitos europeus do século XIX (o que se vai repetir depois da 1.ª Guerra Mundial, no século XX).

No mês de Outubro só foram aprovados dois diplomas com relevância para a problemática da mobilização para a guerra: os Decretos n.ºs 2696 e 2706, respectivamente de 26 e 28 de Outubro de 1916. O primeiro manda que se crie o quadro de médicos auxiliares do Serviço de Saúde do Exército, devendo nele estar reunidos os médicos diplomados pela Escola Médica de Lisboa e pela Faculdade de Medicina do Porto que não exerçam Medicina e, além destes, os diplomados pela Escola Médica de Goa, Escola de Medicina do Funchal e os todos aqueles que, sendo diplomados em escolas estrangeiras, não viram reconhecido o seu diploma; o segundo determina que todas as praças que tenham tomado parte em todo um período de instrução de uma Divisão de Instrução, de uma Divisão mobilizada ou que o venha a ser fiquem habilitadas para a promoção aos postos inferiores do Exército, desde que apresentem atestado do comandante de Companhia comprovativo de que mostraram «manifesta aptidão para o desempenho das funções de sargento».

---

<sup>128</sup> Lei n.º 635, de 28 de Setembro de 1916. Altera a Constituição Política da República introduzindo a pena de morte no caso de guerra e para crimes praticados no teatro de operações.

<sup>129</sup> Decreto n.º 2658 de 30 de Setembro de 1916. Determina que todos os cidadãos promovidos ao posto de alferes médicos com mais de 20 e menos de 30 anos de idade fiquem a pertencer às tropas activas; dos 30 aos 40 passam a pertencer como alferes milicianos às tropas de reserva; dos 40 aos 45 pertencem, com o mesmo posto, às tropas territoriais.

Estes dois diplomas, uma vez mais, como que sintetizam os grandes problemas do recrutamento e mobilização do Exército em 1916.

Em Novembro, começava a viver-se já a véspera da partida das tropas para França, tendo sido publicadas cinco disposições que passaremos a identificar de seguida.

No dia 22, foram publicadas as determinações sobre o funcionamento constante das Escolas Preparatórias de Oficiais Milicianos<sup>130</sup>; a 30 foram tomadas várias resoluções: regulamentação dos crimes puníveis com a pena de morte e o modo de aplicação da mesma<sup>131</sup>; assistência religiosa aos militares das forças em operações<sup>132</sup>; criação da medalha da Cruz de Guerra<sup>133</sup>; e convocação de escolas de sargentos a partir de tropas já licenciadas<sup>134</sup>.

Como se vê, para além dos últimos aspectos que havia a considerar antes do embarque das tropas para França, continuava de pé toda a questão da falta de graduados de baixa patente.

Passemos ao mês de Dezembro, durante o qual foi simplesmente publicada a Lei n.º 642, de dia 21, que mandava demitir pelo ministro da Guerra ou da Marinha todo o oficial ou sargento contra quem fosse instaurada a acusação de crime da traição, espionagem, insubordinação, coligação, revolta, sedição militar ou cobardia, praticado durante o estado de guerra, dentro ou fora do teatro de guerra, desde que por qualquer um desses crimes não lhe coubesse a pena de morte. Trata-se de um diploma *endereçado*:

---

<sup>130</sup> Decreto n.º 2794, de 22 de Novembro de 1916. Determina o seu funcionamento constante durante o estado de guerra, sendo o curso de nove semanas e a instrução diária de oito horas úteis.

<sup>131</sup> Decreto n.º 2867, de 30 de Novembro de 1916. Regula os crimes puníveis com a pena de morte e o modo da sua aplicação — a militares com menos de 18 anos não se executava a pena de morte.

<sup>132</sup> Decreto n.º 2869, de 30 de Novembro de 1916. Permite que, aos militares integrantes de forças em operações, que o desejassem, fosse prestada assistência religiosa por ministros portugueses das respectivas religiões.

<sup>133</sup> Decreto n.º 2870, de 30 de Novembro de 1916. Manda que seja criada a Medalha da Cruz de Guerra para galardoar militares e civis por feitos em campanha, atendendo aos actos praticados e não aos postos.

<sup>134</sup> Circular n.º 63, de 30 de Novembro de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Determina que, sendo necessário dotar o Exército do número de sargentos convenientes à mobilização, sejam convocadas, para a frequência de escolas de sargentos a funcionar em todas as unidades, as praças já licenciadas que satisfaçam às condições para tanto exigidas.

destinava-se a punir os autores do golpe militar de 13 de Dezembro, conduzido por Machado Santos.

Como é claramente transparente, e já referimos antes, as grandes preocupações de recrutamento e mobilização depois da declaração de guerra foram de três tipos: 1) garantia de preenchimento das necessidades em graduados de baixa patente — tanto cabos e sargentos como alferes —; 2) supressão da falta de médicos; 3) aproveitamento, até ao máximo possível, de todos os cidadãos válidos passíveis de prestar serviço militar.

Com exclusão do caso dos médicos, deve notar-se que as faltas de graduados e de efectivos em praças resultaram, por um lado, da anterior existência de um Exército profissional e não de um Exército miliciano ou de conscrição nacional e, por outro, do pouco tempo que tinha de existência o novo modelo de prestação de serviço militar, aprovado e posto em execução em Maio de 1911.

Todo o zelo legislativo que acabámos de descrever teve em vista colocar em França uma Divisão — contribuição portuguesa para o esforço de guerra e para a persecução de uma política interna e externa de afirmação do regime e de cumprimento dos interesses nacionais, rumo à execução de uma Estratégia Nacional de dignificação do país e das instituições políticas. Mais à frente teremos oportunidade de verificar como se alterou a estrutura orgânica desta Divisão, de modo a, com um pouco maior empenhamento de homens, transformá-la num Corpo de Exército.

Julgamos que a nossa análise da evolução orgânica do Exército desde 1911 até 1914, ano da eclosão da guerra na Europa, e das sucessivas adaptações para se garantir a continuidade da neutralidade ambígua nos territórios de África, passando pelo empenhamento em campanha contra os nativos do Sul de Angola até à declaração de guerra, da Alemanha a Portugal e sucessivas medidas de carácter militar que se foram adoptando até se chegar ao final do ano de 1916, não estará completa sem que nos debrucemos sobre o armamento e todo o material que equipava o Exército nas vésperas da eclosão do conflito. Isso dar-nos-á uma melhor percepção de como eram grandes as carências herdadas da Monarquia e como menos de quatro anos de República não chegaram para as colmatar. Ao mesmo tempo, percebemos que tais debilidades não foram suficientes para quebrar

a vontade de, superando-as como possível, entrar em guerra na Europa para marcar uma posição política de paridade com as grandes e pequenas potências envolvidas no conflito.

## 6. Armamento, transportes e equipamentos do Exército em 1914

Sendo hoje em dia indiscutível que a Revolução Industrial e os consequentes progressos tecnológicos — especialmente ao nível dos novos armamentos e da evolução dos velhos — estiveram na origem dos condicionalismos que permitiram a eclosão da Grande Guerra, nunca é de mais referir que foi o desvio da produção do armamento da indústria detida e controlada pelos arsenais dos Estados para as mãos de grandes empresas com capitais mais ou menos internacionais que deu o maior impulso ao fenómeno que se conheceu por armamentismo. Com efeito, na segunda metade do século XIX e, em particular, depois de 1870, a produção de armas com grande capacidade letal passa a entrar na gama de *produtos* industriais fabricados em larga escala acessíveis aos Estados — e até a entidades particulares — que possuíssem capacidade aquisitiva. A peça de artilharia deixou de ser um artefacto feito num qualquer arsenal militar para ser produzida em fábricas de capitais nem sempre da nacionalidade onde se instalava a sede de fabrico. A produção de armamento tornou-se um negócio altamente rentável.

Portugal, país, como já concluímos, de fracas capacidades financeiras, tinha de ver reflectido no seu armamento essa mesma debilidade. Ultrapassá-la passou a constituir um tremendo esforço<sup>135</sup>.

Nas próximas páginas vamos tentar dar um breve panorama da situação em que o Exército Português se encontrava, em 1914, quanto a armamento e outros equipamentos.

---

<sup>135</sup> Será oportuno chamar a atenção para o artifício utilizado pelos governos monárquicos para conseguirem fundos para a aquisição de material de guerra moderno. Com efeito, a receita obtida pelas remissões a dinheiro, aquando do recrutamento para as fileiras, era a forma de superar a falta de verbas para adquirir armamento. Este processo tinha um efeito perverso: podia, teoricamente, dotar-se o Exército com boas armas que seriam utilizadas pelos mais ignorantes dos recrutas, dado serem aqueles que menores posses financeiras tinham.

## 6.1. Armamento

Portugal, após a descoberta do carregamento das espingardas e das peças de artilharia pela retaguarda, entrou em franco declínio no fabrico de armamento. As peças de artilharia ao passarem a ser feitas de aço em vez de outras ligas metálicas determinaram o atraso da indústria bélica nacional, colocando o país na dependência dos mercados estrangeiros os quais praticavam preços elevados. Esta nova situação começou a afectar o armamento e equipamento do Exército logo no último quartel do século XIX, de modo que foi com esforço financeiro muito grande que se conseguiu, ainda no tempo da Monarquia, adquirir armas ligeiras e peças de artilharia.

Quanto ao material ligeiro, em 1914, o Exército estava equipado com a carabina e espingarda Kropatchek, de 8 mm, de fabrico austríaco, com a carabina Mannlicher, de 6,5 mm, também austríaca, e com a espingarda Mauser, modelo 1904, de calibre 6,5 mm, com alterações da culatra devidas ao capitão Vergueiro.

Não nos detemos na referência às pistolas e revólveres por não nos parecer de relevância<sup>136</sup>.

Quanto a metralhadoras, possuíam-se as Maxim, de fabrico alemão, com 6,5 mm de calibre. Só já com a entrada na guerra é que se conseguiram outros modelos mais modernos e eficazes<sup>137</sup>.

Como resultado de medidas adoptadas no findar do século XIX, dotou-se o Exército com peças de artilharia modernas e eficientes, originárias da fábrica Krupp, embora a diversidade de material fosse muito grande para os efectivos nas fileiras. Tinha o Exército, em 1902, o seguinte tipo de peças: 7,5 cm/30 nas Baterias a cavalo, 7,5 cm/45 nas Baterias de costa, 8,7 cm/24 nas Baterias montadas, 15 cm/24 como material de sítio e praça, 15 cm/26 nas fortificações de costa, 15 cm/40 nas fortificações de costa,

---

<sup>136</sup> Identificamos, por mera curiosidade, o revólver Abadie de 9,1 mm, dos modelos de 1878 e 1886, as pistolas Parabellum de 7,65 mm, do modelo de 1908 e a Savage, do mesmo calibre, do modelo de 1915.

<sup>137</sup> Para confirmação e consulta dos elementos apresentados pode ver-se António José Telo e Mário Álvares, *Armamento do Exército Português. Vol. 1 – Armamento Ligeiro*, Lisboa: Prefácio, 2004, ISBN 972-8816-43-X.

28 cm/22 nas fortificações de costa, 28 cm/12 nas fortificações de costa; e os seguintes obuses: 28 cm C m (modelo)/902, 15 cm P.T.R. m/901; e o morteiro 15 cm P. m/96.

Depois daquele ano, em especial a partir de 1904, foi adquirido material Schneider de 7 cm de montanha e 7,5 cm T.R. para as Baterias montadas e a cavalo. Foram também comprados obuses de 15 cm Schneider-Canet<sup>138</sup>.

Era com este material, todo ele importado, que Portugal se propunha a entrar na guerra, em 1914. À partida ter-se-á de compreender, tal como na altura se compreendeu, que o armamento para equipar as tropas nacionais tinha de ser fornecido pelos Ingleses, já que era integradas na sua força expedicionária que se iriam incorporar as portuguesas. Só havendo uniformização de armamento e munições se evitaria a montagem de uma estrutura logística nacional muito dispendiosa e, quase pela certa, ineficaz por causa da profundidade das linhas de abastecimento e dificuldades de transporte.

Acresce que o material de artilharia era, na época, todo movimentado por tracção hipomóvel, facto que impunha também a mobilização dos meios hípicas necessários — muares e equídeos. Esse tipo de mobilização ficou a cargo do Exército de Portugal.

Os primeiros veículos não hipomóveis usados na Artilharia foram, já em França, as camionetas destinadas ao transporte de munições para as bocas de fogo.

## 6.2. Os transportes no Exército

A primeira experiência de introdução de veículos não hipomóveis no Exército foi feita em 1903, quando se comprou, em França, uma Bateria de quatro obuses de 15 cm rebocada por tractores automóveis.

Até à entrada de Portugal na Grande Guerra, o uso dos veículos com motor de explosão interna foi praticamente desconhecido no nosso meio

---

<sup>138</sup> Cf. General A. N. Ramires de Oliveira (coord.), *História do Exército Português (1910-1945)*, vol. IV, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1995, p. 153-154.



militar; o processo locomotor era exclusivamente o animal, com larga preferência pelo de tipo muar.

As viaturas hipomóveis existentes eram os chamados trens de combate de infantaria, artilharia e cavalaria que incluíam os carros de munições de infantaria, de munições para metralhadoras, de munições para artilharia, carros de ferramenta de Batalhão e de Esquadrão, carros sanitários regimentais e carros ligeiros para transporte de feridos.

Além destes tipos, havia os carros da carne, os de Companhia e os de Esquadrão. Finalmente equipavam também o Exército outros tipos de carros destinados às mais diversas funções, desde transporte de lanchas a carros de secretaria, carros de bagagens e de padaria, carros de transporte de tendas de hospital, furgões de farmácia e cirurgia e carros de transporte de camas<sup>139</sup>.

Como já tivemos oportunidade de referir, foi nos primeiros meses do ano de 1916, quando o Governo preparava a oportunidade de alterar o estatuto internacional, que se compraram as primeiras viaturas automóveis destinadas ao Exército. Era a modernização apressada, mas necessária.

### 6.3. Equipamento diverso

De todo o equipamento usado no Exército<sup>140</sup>, no começo do século xx, aquele que estava mais preparado para enfrentar os desafios de uma guerra moderna era o telegráfico, com ou sem fios, em consequência de ser ainda muito recente e suplantado todos os outros velhos e caducos métodos, que, todavia, subsistiam como formas baratas e alternativas.

Em 1909, foram adquiridas para o Exército nacional as duas primeiras estações móveis de telegrafia de campanha, tipo ligeiro, e duas estações fixas.

Desde 1863, existia o Corpo Telegráfico Militar, dependendo da arma de Engenharia que estendia e conservava as linhas telegráficas militares.

---

<sup>139</sup> Idem, *op. cit.* p. 165-166.

<sup>140</sup> Cf. Idem, *op. cit.* p. 167, 236-239,.

Mais tarde e ainda antes da Guerra, a aerostação, a aviação, os pombais militares e os serviços telefónicos ficaram todos subordinados à Inspeção dos Telégrafos Militares, a qual coordenava a utilização dos diferentes tipos de equipamentos em uso.

Em 1911, foi organizado um outro serviço importante também para a defesa, mobilização e concentração de meios humanos e armamento, o então designado Serviço Militar de caminhos-de-ferro<sup>141</sup>, incorporando o pessoal e o material civil em circulação que, para efeitos militares, podia ser mobilizado a todo o momento, conforme a situação vivida.

Nas páginas deste capítulo quisemos definir o quadro de transformação do Exército da Monarquia para a República, procurando evidenciar como o novo regime buscava uma profunda alteração de conceitos e de procedimentos através de grandes e significativas reformas quer ao nível organizacional, quer ao da instrução, visando instituir um sistema que fosse transformando cada cidadão num soldado apto a entrar em campanha a qualquer momento. Este processo assentava na modificação de comportamentos e mentalidades, por um lado, e, por outro, na criação de uma ampla reserva humana pronta a pegar em armas quando para tal fosse convocada. Era uma metodologia que ora supunha um tempo mais ou menos longo de implantação, ora uma capacidade de investimento em material e armamento modernos, de modo a tornar eficiente um Exército que se desejava capaz de garantir a defesa do território, mas também a projecção de força se em algum caso fosse necessário recorrer a ela.

A eclosão da guerra, na Europa, menos de três anos após a proclamação da República em Portugal, veio cortar o lento desenvolvimento das reformas e da reorganização prevista, por dois motivos: em primeiro lugar, porque foi necessário reforçar o contingente militar nas colónias de Angola e de Moçambique e, em segundo lugar, porque chamou a atenção para a importância, diríamos, estratégica de Portugal se tornar beligerante ao lado de todos os aliados e, muito especialmente, ao lado da Grã-Bretanha. Disso se aperceberam — como em devido tempo deixámos demonstrado — alguns sectores da política nacional.

---

<sup>141</sup> Cf. *Idem*, *op. cit.* p. 231-233.

A mobilização para África, seguida da mobilização para a constituição da força expedicionária para a Europa, logo após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, quase esgotou as reservas em homens preparados para o serviço de campanha. Acresce que o país não estava dotado do material militar mais moderno nem a qualidade era a que mais convinha a uma estreita colaboração com as tropas britânicas. Como mais à frente veremos, houve que fazer um esforço hercúleo para conseguir organizar o Corpo Expedicionário Português (CEP) nos meses que decorreram de Março a Dezembro de 1916. Esse Corpo, como também teremos oportunidade de verificar, não representava, em 1917 — ano em que se concentrou em França — um considerável reforço do dispositivo aliado na frente Ocidental: eram precisos muitos mais homens do que aqueles que Portugal poderia fornecer. Contudo, o CEP, exactamente por ser dispensável no plano militar, não o era no plano da política externa portuguesa, razão pela qual se impunha a necessidade de o conservar sempre operacional e integrado nas forças britânicas.

Julgamos ter atingido os objectivos traçados para o presente capítulo. Resta-nos, agora, perceber se o país estava preparado para cumprir o esforço que a política externa impunha a Portugal. Para isso, teremos de nos debruçar sobre o panorama interno, procurando vê-lo com os olhos dos militares que na época preparavam e organizavam a nação para entrar no conflito.

(Página deixada propositadamente em branco)

### III

#### A DESAGREGAÇÃO INTERNA VISTA PELO EXÉRCITO: 1916 E 1917

Vamos, agora, de uma forma tão breve quanto possível e aconselhável, observar Portugal ou, no mínimo, alguns sectores da vida portuguesa para perceber como, ou se, estavam preparados para enfrentar o desafio que representava a beligerância nos campos de batalha da Europa e, por conseguinte, as possibilidades de êxito para a estratégia traçada pelo Governo Afonso Costa quando, entre 1915 e Março de 1916, se empenhou em levar Portugal à guerra.

Para conseguirmos o desiderato antes indicado, em primeiro lugar, preocupar-nos-á o quadro conjuntural político e geral balizado pelas datas de declaração de guerra da Alemanha a Portugal e a eclosão do golpe militar que derrubou, pela mão de Sidónio Pais, o Governo Afonso Costa, em Dezembro de 1917. Depois veremos, mais em pormenor, e, tanto quanto possível, segundo a perspectiva do Exército, o seguinte conjunto de ameaças: a monárquica, a alemã e a de todos os que declaradamente se opunham à beligerância. Por fim, analisaremos a *vontade* efectiva do Exército em se empenhar na guerra na Europa.

#### 1. O quadro conjuntural

Como já foi referido, a 9 de Março de 1916, na sequência da requisição unilateral e, de certa forma, arrogante, dos navios alemães surtos em portos nacionais<sup>1</sup>, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

---

<sup>1</sup> Arrogância mais notável no porto de Lisboa onde se procedeu como se de uma conquista se tratasse, com o arriar do pavilhão germânico e o içar da bandeira nacional ao som de salvas

Se o objectivo diplomático de Portugal estava alcançado, restava agora transformar a beligerância numa participação activa em operações militares na Europa, porque em Moçambique era já tida como certa,<sup>2</sup> dada a vizinhança, a Norte, com a Tanzânia, território colonial alemão desde 1880. Mas, de início, o *Foreign Office* procurou marcar que a beligerância portuguesa se deveria confinar a uma atitude defensiva na Europa e em África, oferecendo, de imediato, o apoio de uma delegação de oficiais da Armada Real para vir a Lisboa estudar o modo de ensinar a Marinha de Guerra portuguesa a defender a costa e o porto da capital dos ataques alemães, em especial das minas marítimas com que os submarinos germânicos iriam semear os mares adjacentes, bem como o de uma pequena missão de oficiais do Exército Britânico para apoiarem o Governo nas medidas a adoptar e instruírem sobre o modo de montar a defesa contra acções de espionagem<sup>3</sup>. Tudo isto estava longe dos desejos do Governo de Portugal, nomeadamente dos do Partido Republicano Português, mais vulgarmente designado por Democrático, integrante do Gabinete, talvez abusivamente, designado de *União Sagrada*. Deixemos por momentos a análise e relato da estratégia diplomática de Lisboa para nos determos nos acontecimentos ocorridos logo após a declaração de guerra.

Na sequência da entrega da declaração de guerra da Alemanha, pelo seu ministro plenipotenciário, barão de Rosen, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, reuniram-se as duas câmaras do Parlamento — a dos deputados e a dos senadores — para, sob a presidência de Bernardino Machado — Presidente da República — tomarem posição sobre o magno acontecimento.

Houve unanimidade nas posições, embora com *nuances* resultantes do entendimento dos deveres nacionais para com a Inglaterra. Os democráticos

---

dos navios da Armada fundeados no quadro do Tejo. Esta atitude, tomada para deliberadamente surtir efeito sobre a vaidade alemã, visava, sem sombra de dúvida, a declaração de guerra. Era a derradeira oportunidade de Portugal ver alterado o seu ambíguo estatuto internacional.

<sup>2</sup> À data da declaração de guerra já o Sudoeste Africano se havia rendido às tropas sul-africanas, em 9 de Julho de 1915.

<sup>3</sup> Cf. os documentos n.ºs 433 e 438 insertos na obra já referida *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Tomo I. *As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra*, p. 361, 377.

aplaudiram e afirmaram chegada a hora de Portugal honrar o seu passado; os evolucionistas, chefiados por António José de Almeida, empolgados pela retórica do seu líder, secundaram os democráticos; contudo, os unionistas, através de Brito Camacho, seu mentor e chefe, ainda que afirmando estarem cumpridas as condições para a mudança de estatuto internacional, não se deixaram arrebatam em excesso; e até os socialistas se manifestaram em comunhão com os ideais pátrios. Fora do Parlamento, os monárquicos, tanto os declaradamente apoiantes de D. Manuel II quanto os da ala miguelista, foram unânimes em dizer que, estando a Pátria em perigo, se deviam unir esforços na sua defesa.

Afonso Costa, ministro das Finanças e presidente do Ministério, sob sugestão de Alexandre Braga, líder da bancada democrática, achou por bem apresentar a demissão do Gabinete ao Presidente da República, gerando a oportunidade de se formar um novo Governo, verdadeiramente nacional, que englobasse o maior número possível de representantes de todos os partidos e agrupamentos políticos.

As primeiras dificuldades sobrevieram com a impossibilidade de os monárquicos aceitarem uma só representação, já que se dividiam em três grupos distintos: integralistas, legitimistas e constitucionalistas e, entre eles, ser inexequível o entendimento prático. Os católicos, por seu turno, ainda que não se constituindo em grupo político, impuseram, para colaborar, condições inaceitáveis, em especial por parte do Partido Democrático — maioritário nas duas câmaras do Parlamento — tais como: extinção do beneplácito civil, facilidade de culto a qualquer hora e liberdade do uso público dos hábitos talarés<sup>4</sup>; estas exigências arredaram-nos da integração no novo Governo.

Excluídos os elementos monárquicos e católicos ficava-se com o campo de potencial formação do Governo limitado aos republicanos. Mas também aqui se manifestaram as dificuldades; os socialistas recuaram, os independentes do grupo de Machado Santos não aceitaram e os unionistas — ala mais conservadora de todos os republicanos, embora minoritária — tentaram

---

<sup>4</sup> Cf. Damião Peres, *História de Portugal. Suplemento*, Porto: Portucalense Editora, 1954, p. 137.

forçar os democráticos a um recuo ideológico, impondo como condição para integrarem o Ministério a aceitação dos socialistas e a dos monárquicos<sup>5</sup>. A posição dos unionistas associada à dos independentes de Machado Santos<sup>6</sup> veio a tornar-se o eixo negativo da política nacional no ano e meio seguinte. Com efeito, é à volta de Brito Camacho — que já havia manifestado a sua grande simpatia pelo Governo Pimenta de Castro, pelo menos na fase inicial, servindo, até certo ponto, de esteio a Manuel de Arriaga para a execução do golpe palaciano de Janeiro de 1915<sup>7</sup> — e de Machado Santos que se vão desenrolar os acontecimentos que conduzirão à queda dos democráticos, em Dezembro de 1917, abrindo as portas à ditadura de Sidónio Pais e a todas as alterações daí resultantes sobre o esforço de guerra em França<sup>8</sup>.

Na impossibilidade de se formar um Governo de ampla base de apoio político, Bernardino Machado, Presidente da República, teve de aceitar como sinónimo de *União Sagrada* um Gabinete constituído pelos democráticos e pelos evolucionistas apostados em fazerem uma governação de carácter nacional, por abdicção de alguns dos pontos que os caracterizavam como forças partidárias republicanas e distintas.

As pastas do novo Gabinete estavam distribuídas de maneira a que os democráticos ficassem com as mais determinantes para o andamento dos assuntos relacionados com a participação no conflito: Finanças, Negócios Estrangeiros, Guerra e Marinha, sendo que a do Interior — pela sua extrema delicadeza — foi entregue a um independente<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>6</sup> Sobre o papel de Machado Santos nesta fase de consolidação do regime republicano em Portugal pode consultar-se David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa. II volume (1915-1917)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 104-105.

<sup>7</sup> Cf. o nosso trabalho *O Fim da Ambiguidade*, p. 167-173.

<sup>8</sup> Em nosso entender Brito Camacho e o Partido da União Republicana por ele fundado merecem um estudo muito mais aprofundado, no período de 1912 a 1919, porque representam o lado retrógrado de uma República que tinha em Afonso Costa e no Partido Republicano Português o aspecto mais progressista, mais cosmopolita, menos tradicionalista. Brito Camacho, em nossa opinião, abriu as portas ao entendimento da República como um regime de continuidade de uma tradição ancilosada da sociedade portuguesa, isto é, quebrou o ímpeto reformista que a pequena burguesia republicana havia esperado da mudança de regime.

<sup>9</sup> Pereira dos Reis só a dirigiu até Maio desse ano de 1916, sendo substituído por Brás Mousinho de Albuquerque.



Foi logo após a apresentação do Governo de *União Sagrada* que se desdobrou o Ministério do Fomento, fazendo surgir o do Trabalho e Previdência Social por diploma datado de 16 de Março de 1916 — um dia após a apresentação do programa governamental no Parlamento. Assumiu aquela nova pasta António Maria da Silva, que transitou da do Fomento, a qual foi dada a Fernandes Costa. Começava a perceber-se e a tentar criar-se os mecanismos para fazer face à crise alimentar que se esboçava já, com muita clareza, no horizonte das duas grandes cidades portuguesas; nos campos, nas aldeias e vilas ainda havia defesa contra o espectro da fome com base nas produções locais e na tentativa de tabelamento dos produtos mais essenciais.

Não será despiciendo gastar algumas linhas na tentativa de compreender a forte influência da chamada questão das subsistências no desenrolar dos acontecimentos do ano de 1916 e 1917.

Como já anteriormente vimos, Portugal era sempre deficitário na produção de cereais panificáveis, tendo de importar trigo de diversas origens; carente era também de carne de bovino, de batatas e de algum milho. Interrompidos os circuitos externos de abastecimento, houve que sobreviver com a produção nacional, reforçada, de quando em vez, com as importações que dificilmente chegavam aos portos portugueses. Neste quadro surgem, de imediato, dois vectores de notável importância: um, a dificuldade em fazer sair das zonas ricas e produtoras de cereais as quantidades, ainda que mínimas, para minguar a falta que noutras se fazia delas sentir (a circulação forçada conduzia ao aumento dos preços tanto nas regiões de abundância como nas de carência; tal aumento era fruto da especulação de produtores e intermediários); outro provinha do facto de aos aumentos do custo de vida não equivaler um paralelo aumento dos rendimentos de quem vivia de salários ou de rendas fixas. Ao crescimento rápido das fortunas dos especuladores e açambarcadores correspondia o crescimento exponencial do desconforto de todos quantos viam a impossibilidade de fazer face aos preços em subida.

Não se tratava de um fenómeno exclusivo de Portugal — toda a Europa padecia do mesmo infortúnio — no entanto, não constituía remédio para as populações o saber que no estrangeiro se sofria tanto ou mais do que para cá das fronteiras.

O Governo tinha de antecipar medidas, o que parecia difícil numa conjuntura especulativa sempre em evolução.

O crescimento dos preços de todos os produtos nos países de origem e a necessidade de fazer despesas imediatas com o rearmamento e equipamento do Exército e da Armada puseram a nu, em Portugal, a falta de divisas para enfrentar tal empresa. Assim, houve que recorrer a um empréstimo, a saldar-se no final da guerra — pensando nas compensações que se iriam auferir — junto de Inglaterra. Tinha de se tratar, também, do problema do aluguer dos navios germânicos requisitados por Lisboa. Para tanto, deslocou-se a Londres Afonso Costa acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares. Todavia, não era só de apoio financeiro que se ia cuidar; esperava-se, de igual modo, conseguir que o Governo britânico aceitasse a participação de tropas portuguesas em França. Esse tinha sido, afinal, o objectivo estratégico de toda a manobra diplomática que, em sentido lato, começara logo após a nomeação do Governo Pimenta de Castro, em Janeiro de 1915, havia passado pela revolução de 14 de Maio e culminara, em Fevereiro de 1916, com a requisição dos navios alemães e austríacos surtos em portos nacionais.

Não foram vãos os esforços dos dois ministros, porque, em 15 de Julho de 1916, Eyre Crowe, subsecretário de Estado do *Foreign Office*, comunicava ao ministro Teixeira-Gomes, em Londres, a resolução do Governo britânico de convidar o Governo de Lisboa «a uma maior cooperação militar, que ele considere capaz de prestar, ao lado dos Aliados na Europa»<sup>10</sup>. Estava alcançado o desiderato dos adeptos da beligerância portuguesa no teatro de guerra europeu, tido, como já várias vezes repetimos, como um objectivo nacional para preservar valores estratégicos que poderiam correr sérios riscos por ocasião da conferência da paz realizada nos moldes até então tradicionais<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II, As negociações diplomáticas...*, documento n.º 453, p. 19-20.

<sup>11</sup> Este é um dos aspectos que escapa a alguns historiadores do período em análise, pois, para eles, o Governo não soube explicar à população em geral a razão da beligerância, os motivos da ida para a guerra, a insistência em combater no teatro de operações europeu. Aliás, não era possível fazê-lo quando o potencial *adversário* que mais fortemente se opunha à sobrevivência da integridade nacional e, até, da independência era o aliado mais antigo e

Para nós é evidente que certas necessidades britânicas — a requisição dos navios alemães, como exemplo fundamental e mais pesado — estabeleceram a conjuntura favorável aos desejos intervencionistas portugueses. Entre outros de menor escala, está o pedido feito a Lisboa, em 26 de Junho de 1916, para que fosse autorizada a incorporação de tropas indígenas moçambicanas nos «King's African Rifles», comandados pelo general Smuts<sup>12</sup>, para combaterem na África Oriental Alemã ao qual o Governo deu imediato assentimento.

Ainda antes de se terem realizado os objectivos já expostos, o Governo da *União Sagrada* fez publicar os decretos de 28 de Março, estabelecendo a censura prévia da imprensa e a 20 de Abril o da censura postal. Visava o primeiro a manutenção dos segredos militares, mas, em abono da verdade, deve dizer-se que se fez uso abusivo desta prerrogativa de forma a silenciar oposições inconvenientes. Deste modo, a simpatia que a causa da beligerância podia colher junto de alguns sectores nacionais, nomeadamente nos meios urbanos, sofreu um desgaste prematuro por uso abusivo de um poder exagerado. Claro que, como mais à frente teremos oportunidade de perceber, a oposição à beligerância e ao Governo podiam confundir-se, sendo explorada, principalmente, pelos monárquicos desejosos de destabilizar a opinião pública para colherem apoios com vista à restauração do regime caído em 5 de Outubro de 1910. Deste modo, gerou-se uma espécie de simbiose entre anti-republicanismo e germanofilismo que os poderes públicos passaram a perseguir sob o rótulo de apoiantes da Alemanha. Monárquico e germanófilo foram assumidos, na linguagem vulgar, como sinónimos, muito embora D. Manuel II tenha aconselhado, a partir do exílio, os seus sequazes a sobreporem a Pátria e a sua salvaguarda aos interesses da Monarquia. E, se adoptava esta sensata atitude política, ele sabia, por informações seguras, os perigos que espreitavam a soberania portuguesa no pós-guerra.

---

mais chegado: a Grã-Bretanha. É esta contradição que confunde o entendimento da atitude de Afonso Costa e do Partido Democrático. É esta contradição que não podia ser explicada.

<sup>12</sup> *Op. cit.*, documento n.º 449, p. 17.

Para prevenir a falta de géneros, garantindo os abastecimentos mínimos, e manter os preços comportáveis dentro dos salários, o Governo legislou a 13 de Março, determinando os arrolamentos de vinhos e azeites que existiam no Continente e nos arquipélagos adjacentes; a 29 de Abril fez sair o Decreto que regulava a exportação, a reexportação e a importação de géneros de primeira necessidade; a 30 de Junho publicou um diploma que obrigava à elaboração de manifestos de cereais panificáveis e o competente regime do comércio do trigo<sup>13</sup>. Embora assumindo as posições correctas, também aqui o Governo se movimentava por entre uma conjuntura social e económica complexa. Vejamo-la, ainda que sinteticamente, para mais à frente ser possível uma explanação de maior profundidade.

Desde o final do ano de 1915 que, nas pequenas povoações do Norte, se registavam, como antes fizemos referência, alterações da ordem por causa da falta de géneros alimentícios — com especial incidência para o milho — e em consequência de os lavradores pretenderem vender o fruto da sua produção fora das aldeias e povoados para, desta forma, obterem um mais elevado lucro. Era a consequência natural das leis do mercado a funcionar. No entanto, nas cidades, onde as subsistências dependiam dos produtos recebidos do meio rural, gerou-se, mal as faltas se começaram a fazer sentir, uma tendência para o açambarcamento por parte dos armazeneiros e pequenos retalhistas sabedores que poderiam ganhar, no futuro próximo, muito mais dinheiro como resultado da raridade no mercado. Desta forma, quem tinha posses financeiras podia ir acompanhando os aumentos dos meios de subsistência, mas quem ganhava baixos salários só tinha duas alternativas: ou obrigar à venda dos artigos sonogados ao consumo, ou exigir maiores salários; por vezes, teriam de se conjugar as duas acções para melhor surtir o efeito desejado. Foi esta a conjuntura de agravamento do confronto de interesses que se delineou ao longo dos primeiros meses de 1916. Acresce que, já desde os anos de 1911 e 1912, as classes trabalhadoras se sentiam defraudadas com a legislação laboral aprovada e posta em execução pelo Governo Provisório da República, porque, ao contrário do que se havia proclamado no tempo da propaganda

---

<sup>13</sup> Cf. Damião Peres, *op. cit.* p. 148.

republicana, na vigência da Monarquia, as novas disposições davam aos empregadores possibilidades de contrapor à greve meios de contratação de trabalhadores eventuais; o Estado impunha aos piquetes de greve, por intermédio das forças de segurança, a permissão da entrada nos locais de trabalho a todos aqueles que para tal se dispusessem e, por outro lado, garantia aos empregadores o direito de despedimento dos grevistas. Assim, os vários Governos republicanos não confiavam nos trabalhadores, tal como estes desconfiavam sempre daqueles.

A beligerância veio agravar todo o clima de confronto já existente, pois acrescentou um novo factor para o qual os trabalhadores não estavam preparados: a mobilização para serviço nas fileiras militares e embarque para a frente de combate. O Partido Socialista Português (PSP) e as organizações sindicais souberam explorar o descontentamento reinante impondo a greve, o tumulto e a desordem pública. E, de tal modo se agudizaram as situações, em especial nas duas grandes cidades — Lisboa e Porto — que, ainda no mês de Março de 1916, como resultado da oposição à beligerância, foram mandadas encerrar as instalações e dissolver a União Operária Nacional (UON), a União Sindical Operária (USO) de Lisboa, a Federação da Construção Civil e a Federação das Indústrias Metalúrgicas<sup>14</sup>. Era a abertura declarada de hostilidades entre os trabalhadores e o Governo que passava a não admitir recusas à persecução da sua política de guerra. A 16 de Abril, na senda da exploração do novo quadro político que se apresenta, em Coimbra, realiza-se o congresso extraordinário do Partido Socialista Português<sup>15</sup>. As forças «antiguerristas» alinhavam-se e preparavam-se para a luta possível.

A seu tempo, daremos uma perspectiva do confronto que deixamos aqui esboçado.

---

<sup>14</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal I – Cronologia*, s. l.: Publicações Europa-América, s. d. p. 149. Em Abril, os operários da construção civil entraram em greve e em Maio foi a vez dos metalúrgicos e carroceiros de Lisboa (note-se que esta, atendendo à prevalência dos meios de transporte hipomóveis na época, afectou o regular funcionamento de quase toda a vida da capital). A greve dos metalúrgicos afectou, por seu turno, a recuperação dos navios alemães requisitados e sabotados pelos seus tripulantes momentos antes da posse pela Armada nacional (cf. Damião Peres, *op. cit.* p. 148-149).

<sup>15</sup> António Simões Rodrigues (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, ISBN 972-42-1004-9, p. 283.

A 20 de Agosto de 1916, reuniu-se o congresso do Partido Unionista e o seu líder declarou publicamente, conseguindo o aplauso dos seus correligionários: «(...) se governasse, acautelaria os supremos interesses da Nação, e, honrando os seus compromissos livremente contraídos, procuraria conservar o País fora da guerra, empenhando nesse propósito o esforço de que fosse capaz.»<sup>16</sup>

Estava aberta a porta, que afinal nunca se fechou, da discórdia entre democráticos, evolucionistas e unionistas. Mas, mais do que isso, estava feito o convite à desagregação interna da retaguarda das tropas que iam combater em França. A discordância, não só política mas estratégica, estava declarada. A partir daqui, todas as manobras políticas eram possíveis por falta de consenso e de unanimidade no seio dos republicanos, já que não se tinha conseguido a ampla plataforma nacional. Todos quantos discordavam da beligerância — desde os socialistas e sindicalistas aos monárquicos e católicos — tinham num partido republicano o esteio propício para a conspiração e para a revolta, podendo acoitar-se, pelo menos temporariamente e aproveitando a oportunidade, à sua sombra. Brito Camacho não compreendeu — como, aliás, não vinha compreendendo desde 1914 — o interesse nacional na beligerância; via-a na sua forma mais elementar sem perceber a necessidade de Portugal se projectar, por recurso àquele meio, no contexto das problemáticas europeias, abandonando uma situação periférica, subalterna e de protectorado da Grã-Bretanha.

Damião Peres<sup>17</sup> escreve, na obra que vimos citando e utilizando como elemento de referência, o seguinte: «Três eram as principais razões apontadas como imperativos da intervenção portuguesa nos campos de batalha europeus: obrigação de auxiliar a Inglaterra, em cumprimento da velha aliança luso-britânica; dever moral de combater em defesa das pequenas nações cuja integridade e independência as forças armadas alemãs tinham violado; conveniência de não deixar dependente apenas de uma futura

---

<sup>16</sup> Vd. Damião Peres, *op. cit.* p. 149.

<sup>17</sup> Nascido em 1889, tinha à data do Congresso Unionista a idade de 27 anos e, cerca de 40 anos mais tarde, escreveu o que vamos transcrever, facto que faz dele uma testemunha privilegiada, por ter vivido os acontecimentos relatados.

generosidade das Nações Aliadas, quando vencedoras, a decisão dos destinos do Ultramar Português.»<sup>18</sup>

Parece-nos desnecessário aprofundar a primeira e a última razão invocadas pelo historiador, em 1958, por já estarem, até por nós, bastante exploradas. Todavia, julgamos que o segundo motivo apontado e propalado na época (1916) deve merecer-nos uma maior atenção. Vejamos.

«Combater em defesa das pequenas nações.» Porquê? Porque as forças armadas alemãs tinham violado a sua integridade e a sua independência. Damião Peres diz, a propósito desta motivação: «A segunda, para ser intensamente sentida, carecia de persistente propaganda.» E fica-se por aqui. Mais não era possível afirmar, mesmo em 1958, quando publicou o último volume da sua monumental *História...*, ainda se dependia, e muito, dos favores diplomáticos da Grã-Bretanha!

Hoje, nós temos possibilidades que ontem não existiam, a começar pela conjuntura interna. Ora, defender as pequenas nações supõe ser-se ou estar-se incluído no grupo das grandes, facto que, incontestavelmente, não era o de Portugal na época. Então, «combater em defesa das pequenas nações» era um eufemismo para realçar a necessidade de Portugal — pequena nação — se defender, não da agressão da Alemanha — que pouco ou nada havia ferido ou lesado os interesses nacionais — mas da agressão diplomática da Grã-Bretanha, de quem os mais argutos e menos confiantes políticos portugueses muito desconfiavam; defender da possível partilha das colónias como compensação da acção germânica sobre a Bélgica, por exemplo; defender da possibilidade de a Inglaterra incentivar a restauração da Monarquia; defender das arremetidas anexionistas de Afonso XIII. Tendo estado nos campos de batalha em defesa das agressões alemãs, era quase impeditivo vir-se a ser vítima de semelhante agressão em ambiente de paz e recomposição das fronteiras políticas da Europa. Essa terá sido, pela certa, a perspectiva dos intervencionistas nacionais quando imaginavam a futura Conferência da Paz; era desses perigos que se queriam defender; era, afinal, essa visão das consequências da guerra que levava a que o pequeno contingente militar português fosse mais uma força *diplomática* do que uma

---

<sup>18</sup> *Op. cit.* p. 150.

força armada capaz de fazer pender a vitória para o lado dos Aliados. O Corpo Expedicionário Português (CEP) tinha, para os fervorosos defensores da beligerância nacional, uma missão marcadamente diplomática a par da outra que lhe era inerente. Se os políticos avessos à intervenção não eram capazes de o entender, assim tinham os militares que o comandavam de ter essa subtil compreensão... E alguns tiveram-na.

Em 13 de Dezembro de 1916, num movimento que declaradamente visava, já em último recurso, frenar a entrada de Portugal no conflito e o embarque das primeiras tropas para França, Machado Santos — o oficial da Armada a quem se ficara a dever a vitória da revolução republicana em 5 de Outubro de 1910 — lançou um golpe contra o Governo de *União Sagrada*.

A sublevação envolveu uma parte significativa da oficialidade do Exército com aquartelamentos em Tomar, Abrantes, Castelo Branco e Figueira da Foz e ainda alguns civis. Estava, aparentemente, bem architectada. Vejamo-la em síntese.

No dia 13, com a conivência de um funcionário da Imprensa Nacional, foi publicado um *Diário do Governo* apócrifo, no qual se demitia o Executivo e, ao mesmo tempo, nomeava um outro, chefiado por Machado Santos, incluindo vários nomes para as pastas comuns<sup>19</sup>. Esta acção destinava-se a retirar legitimidade ao Governo e a fazer acreditar que os revoltosos gozavam da confiança do Presidente da República. Ao mesmo tempo, esperava-se que o levantamento militar, a princípio localizado na zona centro do território, se estendesse a todo o país. Foi este pormenor que não ocorreu. Na sua transferência de Tomar para Abrantes, Machado Santos acabou por perder o controlo da situação nesta segunda cidade e, ao chegar ali, já a guarnição estava dominada. Pelo comandante militar foi convidado a parlamentar e, na sequência, acabou reconhecendo a derrota, deixando-se prender.

O falso Executivo, no *Diário do Governo* forjado, fazia uma proclamação aos cidadãos, garantindo fidelidade à Inglaterra, mas, no que tocava à guerra

---

<sup>19</sup> O mais interessante é que muitos destes *nomeados* ministros nem conhecimento tinham de que os seus nomes estavam citados no referido *Diário da República*.



contra a Alemanha, dizia: «(...) o governo esclarecerá a situação internacional, defenderá energicamente o território continental e ultramarino das incursões do inimigo, por melhor aproveitamento das forças de terra e mar e das energias nacionais (...)»<sup>20</sup>.» Não era preciso dizer mais para se deixar claro que a partida de tropas para o teatro de guerra europeu ficaria suspensa. Era, afinal, o aborto de toda a estratégia de prestígio e soberana afirmação internacional que se procurava derrubar; era deitar por terra a política tão subtilmente construída por Afonso Costa e que garantia, no futuro, defesas diplomáticas muito mais vastas do que o encolhimento a uma já impossível neutralidade.

Do ponto de vista da condução política interna e externa, o falhado golpe somente veio demonstrar que não era unânime a decisão de se fazer caminhar para a frente de batalha as tropas portuguesas, mas, como mais adiante referiremos, no plano militar teve efeitos quase devastadores.

O Governo chefiado por António José de Almeida, em reacção à tentativa de Machado Santos, mandou efectuar prisões de militares implicados — a maioria pertencia a unidades que deviam começar a embarcar para França logo nos primeiros dias de 1917 — e determinou a suspensão do jornal *A Luta*, afecto ao Partido Unionista como consequência das suas posições não beligerantes dadas a conhecer e largamente difundidas após o congresso de Agosto último. Suspendeu, também, por algum tempo, a publicação de todos os jornais monárquicos por, alegadamente, fazerem propaganda germanófila. Mandou prender deputados que estariam coligados com os revolucionários.

Embora nos tenhamos debruçado sobre documentação directamente associada à revolta de Tomar, não podemos concluir que a ela estivessem ligados elementos monárquicos, o que nos leva a supor que, sendo impopular afirmar que Machado Santos se opunha à beligerância activa de Portugal, era mais fácil, em termos de opinião pública, fazer crer que os monárquicos se estavam a aproveitar dele e da sua generosidade, tal como acontecera aquando da ditadura do general Pimenta de Castro e do, também abortado, *movimento das espadas*. Independente de tudo o mais,

---

<sup>20</sup> Transcrito por Damião Peres, *op. cit.*, p. 152.

Machado Santos pretendia, desde Outubro de 1910, ser tido como uma figura tutelar da República e nunca se conformou com a entrega à classe política do Poder que havia conquistado pela força das armas na Rotunda. Apologista de uma República presidencialista e corporativa<sup>21</sup> — com uma Câmara parlamentar e outra representando os interesses económicos — foi aproveitando, quase sempre em vão, todas as oportunidades para conspirar contra o Partido Democrático.

Em 30 de Agosto de 1916, chegaram a Lisboa duas missões militares — uma francesa e outra britânica — para conferenciarem com delegados do Ministério da Guerra, tendo em vista acertar pormenores sobre a participação das tropas portuguesas em França. A missão militar inglesa era chefiada pelo major-general Nathaniel Walter Barnardiston e a francesa pelo coronel Paris. No dia 3 de Janeiro de 1917, foi assinada uma convenção militar regulando as obrigações estabelecidas de parte a parte para satisfazer à participação de Portugal na frente Ocidental. Sobre ela nos debruçaremos a seu tempo. Também oportunamente teceremos considerações sobre a atitude do chefe da missão militar britânica e da sua possível interferência no desenrolar de alguns acontecimentos nacionais de carácter militar e também político.

O Governo adoptou medidas de carácter financeiro para fazer face às despesas de guerra e uma delas foi a criação de um fundo de despesas extraordinárias no montante de setenta e cinco mil contos (valor da época) para prover a todas as necessidades militares.

Entretanto, a inflação disparava em consequência de se ter adoptado uma medida financeira fácil: aumento da circulação fiduciária como forma de fazer crescer os meios de pagamento face ao aumento do custo de vida.

Por Decreto de 30 de Setembro de 1916, foram extintas as comissões distritais de subsistências e reorganizada a Comissão Central de Subsistências, a qual adoptou a designação de Comissão de Abastecimento<sup>22</sup>. Na ânsia de garantir a existência de cereais para venda, foi isentado de pagamento aduaneiro todo o trigo oriundo do estrangeiro<sup>23</sup> e deu-se autorização aos

---

<sup>21</sup> Veja-se, da sua autoria, *A ordem pública e o 14 de Maio*, Lisboa: Lamas & Franklin, 1916.

<sup>22</sup> Damião Peres, *op. cit.* p. 156.

<sup>23</sup> Decreto de 6 de Março de 1917.

concelhos da raia espanhola para comprar no país vizinho cereais, moídos ou já panificados, desde que fossem para consumo na região<sup>24</sup>.

A queda do Governo de *União Sagrada* teve por base dois elementos fundamentais na altura: o excesso de zelo no que toca à resolução da crise de subsistências e a ausência de disciplina partidária dentro do Parlamento. Vejamos, em síntese.

O Governo, para garantir uma melhor recolha de informação e um mais notável contacto com a realidade, deliberou criar junto de si e como órgão consultivo um Conselho Económico Nacional, integrando indivíduos e associações capazes de traçarem, em cada momento, o quadro da situação no país. Foi matéria suficiente para que, a 18 de Abril, António José de Almeida tivesse de enfrentar as reclamações dos deputados que se consideravam ofendidos na sua função, tanto mais que existiam comissões parlamentares de subsistências. Ora, os parlamentares reclamantes eram do Partido Democrático, do Evolucionista e, naturalmente, do Unionista. As interpelações ao Executivo continuaram e no dia 20 de Abril as posições extremaram-se, levando a que o Gabinete de António José de Almeida apresentasse a demissão.

Foram em vão as tentativas feitas para se reconstituir um novo ministério misto ou, no mínimo, que incluísse personalidades que lhe dessem um matiz nacional. Em face da impossibilidade, coube ao Partido Democrático, como maioritário no Parlamento, e por indicação do Presidente da República, Bernardino Machado, o encargo de formar Governo. Presidiu-o Afonso Costa.

Do discurso feito na Câmara dos Deputados, aquando da apresentação do novo Gabinete, no dia 26 de Abril de 1917, ressaltamos:

A fórmula política patriótica que serviu de norma à constituição do Governo Nacional, presidido pelo prestigioso republicano Dr. António José de Almeida, e apresentado ao Parlamento em 16 de Março de 1916, é ainda a que domina a organização do actual Gabinete.

(...).

---

<sup>24</sup> Decreto de 3 de Fevereiro de 1917.

Evolucionistas e democráticos, unidos então no Governo por um espírito de patriótica conciliação que se destinou a aquietar lutas das paixões partidárias, unidos continuam hoje no desígnio de manter a mesma norma de apaziguamento e de concórdia, e unidos continuarão até à final vitória, só seguramente alcançável pela conservação da política nacional, que tem caracterizado, desde o início da guerra europeia, tanto a constituição dos gabinetes do Partido Republicano Português, como a organização do Ministério da União Sagrada.

Essa união nobilitante e salvadora, procuraremos nós, os democráticos, mantê-la em tudo, acima de tudo e contra tudo.

As admiráveis resultantes da sua acção fecunda e patriótica acentuam-se já na honrosa situação internacional que soubemos criar e que habilita o actual Governo a dizer-se certo de assegurar ao País, pela pasta dos Negócios Estrangeiros, todas as vantagens políticas a que essa mesma situação, alcançada pela nossa intervenção na guerra, lhe dá pleno direito e a afirmar o desígnio de procurar preparar cuidadosamente a Nação para a hora da paz, sob o ponto de vista económico, cooperando com os aliados na sua acção de conjunto, e defendendo com cautela os nossos interesses especiais<sup>25</sup>.

No trecho que deixamos transcrito estão bem evidenciados os fins do novo Gabinete, tanto no plano interno como externo e, em particular, os que se relacionam com a definição da Estratégia Nacional<sup>26</sup> prosseguida através da beligerância. Por outras palavras, está clara — para quem queira perceber o sentido oculto dos discursos políticos — a razão da ida para a guerra e o quanto isso obrigava no plano da política interna.

---

<sup>25</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa (...)*, p. 235-236.

<sup>26</sup> Sobre o conceito de Estratégia Nacional veja-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade*, p. 28-31, que definimos assim: «Estratégia Nacional é a concepção, o desenvolvimento harmonioso e a utilização dos recursos morais e materiais da nação, com vista à oportuna prevenção ou superação de ameaças à conservação de determinados objectivos políticos.» Por objectivo político, na mesma obra, entendemos, «é o fim que se alcança com os meios imediatamente disponíveis e cuja definição e prossecução constitui um caminho para atingir os objectivos nacionais». Por objectivo nacional «concluimos tratar-se de tudo o que convirá controlar, ou impedir que outro Poder controle, para proporcionar tranquilidade relativa à comunidade nacional durante algum tempo».

Numa certa interpretação da História da 1.<sup>a</sup> República, há quem veja Afonso Costa como um político que governava ao sabor dos apoios populares, vulgarmente designados por «a rua»<sup>27</sup>.

Não é essa a nossa opinião. Afonso Costa sabia correlacionar forças e momentos políticos, não desprezando — como nenhum político despreza — a popularidade que lhe poderia vir da manifestação das grandes massas anónimas.

Julgamos que se tem enfatizado excessivamente o papel de certos agrupamentos — o dos carbonários e o da chamada «Formiga Branca» — dando dos líderes dos partidos políticos uma imagem de dependentes, quase limitados pela vontade anárquica de forças secretas. É um entendimento da República que pode contentar a observação que dela faziam certos diplomatas, à época, acreditados em Lisboa, nomeadamente britânicos, que, quanto a nós, não passa de uma forma de apoucar o regime e o empenhamento popular na sua defesa<sup>28</sup>.

O Governo Afonso Costa, que se seguiu ao de *União Sagrada*, tinha de dar ao seu chefe garantias de coerência e de observância da estratégia definida perante a guerra. Para isso, rodeou-se de um certo número de personalidades quer dentro quer fora do Gabinete, que, além de o aconselharem, lhe permitiam uma certa mobilidade de movimentos, pois muitas vezes teria de se ausentar para o estrangeiro. A esse grupo, a maledicência política — tão típica da nossa forma de referir a vida pública — chamou «Casa Civil» de Afonso Costa<sup>29</sup>. À sua existência ainda agora se atribui um

---

<sup>27</sup> Veja-se, por exemplo Rui Ramos, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), 6.º vol. *A Segunda Fundação*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, ISBN 972-42-0971-7, *passim*.

<sup>28</sup> Convirá não esquecer que, para além da Carbonária, organização anterior à República e que muito ajudou para a sua proclamação em 5 de Outubro de 1910, foi com a primeira incursão monárquica que se formaram os chamados batalhões Voluntários da República que, no imaginário historiográfico posterior, passaram a impor-se aos partidos e aos políticos. Sobre o assunto, veja-se David Ferreira, «Formiga Branca» in *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 3.º vol. Porto: Figueirinhas, 1985, p. 58.

<sup>29</sup> Júlia Leitão de Barros, *Afonso Costa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, p. 147. Veja-se também Maria Alice Samara, *Portugal e a Grande Guerra no ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa: editorial Notícias, 2002, citando Rocha Martins, *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa: Sociedade Editorial ABC Lt.ª, 1921, que identifica a «Casa Civil» de Afonso Costa como sendo composta por Artur Costa, irmão do Chefe do Governo, Germano Martins, José de Abreu, Tudela, Urbano Rodrigues (pai do escritor Urbano Tavares Rodrigues e do jornalista Miguel Urbano Rodrigues), Augusto José Vieira, Ribas de Avelar, Rodrigo Rodrigues e Daniel Rodrigues, p. 89.

certo distanciamento do presidente do ministério da realidade que o cercava. Na nossa opinião, tal não passa de mais uma forma de ver enviesadamente o comportamento daquele político que se mostrou sempre a par e consciente da situação interna e externa do país e tal é perfeitamente confirmável através das actas dos conselhos de ministros que subsistiram ao tempo e aos reveses pessoais de Afonso Costa<sup>30</sup>.

Depois de deixado este breve enquadramento do Governo que se seguiu à crise que pôs fim ao Gabinete de *União Sagrada*, passaremos, agora, em rápida análise, aos acontecimentos políticos que foram ocorrendo até ao golpe sidonista de Dezembro desse ano de 1917.

Na proposta orçamental para o ano económico de 1917-1918, Afonso Costa conseguiu um precário equilíbrio, chegando mesmo a prever um pequeno saldo positivo<sup>31</sup>. Foi aquando da elaboração deste orçamento que tomou a decisão de separar as despesas dos organismos com autonomia administrativa e financeira das dos outros órgãos do Estado, pois os primeiros só as poderiam realizar se tivessem cobrado as convenientes receitas. Estabeleceu, também, um orçamento extraordinário para dele fazer constar as despesas de guerra que, a seu tempo, esperava-se, viriam a ser pagas pela Alemanha e seus aliados.

Independentemente dos acontecimentos relacionados com a instabilidade social que os sectores laborais — em especial de Lisboa — foram levantando, como resultado da forte inflação sentida e que mais à frente trataremos com algum pormenor, convirá recordar que, para agravar a situação interna e denotando um sentido pouco claro das conveniências do momento, este Gabinete reacendeu o conflito religioso por razões pouco ou nada significativas. Assim, ao bispo do Porto, D. António Barroso, e ao cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, foram impostas penas de exílio das suas dioceses. Naturalmente, esta decisão do ministro da Justiça, Alexandre Braga, gerou um clima de animosidade entre os crentes contra o ministério. Piorou o ambiente quando os arcebispos de Braga e

---

<sup>30</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917*, passim.

<sup>31</sup> Deve recordar-se que, na época, o ano económico ia de Julho de um ano ao fim de Junho do seguinte (cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa: As estruturas de base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d. p. 472).

de Évora, em nome de todos os prelados portugueses, reclamaram junto do Presidente da República, Bernardino Machado, das punições que haviam sido impostas a D. António Barroso e a D. António Mendes Belo e, em consequência, acabaram, também eles, desterrados.

Foram insensatas as medias adoptadas, tanto mais que tudo parecia indicar uma certa acalmia entre o Estado e a Igreja, a partir do momento em que o Executivo havia reconhecido a necessidade de mobilizar capelães militares para darem conforto moral e religioso aos soldados que partiam para França.

Para além dos factos relatados, não foi pacífica a governação de Afonso Costa; teve, logo de início<sup>32</sup>, de enfrentar os seus próprios correligionários — cerca de vinte — que lhe expuseram, no Parlamento, a necessidade de reformular o Governo, apontando para um outro ondeoubessem representantes dos interesses nacionais que pudessem estabelecer plataformas mínimas de entendimento com os vários sectores da sociedade. Jaime Cortesão, um dos democráticos a defender esta proposta, escreveu: «Passo a passo, inevitavelmente, caminhamos para um desastre interno. A última crise política [a que pôs fim ao Gabinete António José de Almeida] solucionou-se a favor dos inimigos da guerra. Um Ministério partidário nesta conjuntura não pode governar Portugal.

É o mais desastroso erro político para a vida nacional»<sup>33</sup>.

Ao autor citado parecia-lhe, na altura, que, desde a declaração de guerra, os Governos deveriam ter estabelecido um maior contacto com a população, esclarecendo-a quanto às motivações da beligerância de forma a criar nela a aceitação do conflito e dos sacrifícios que ele impunha. Mas, ao menos, que tivesse o Gabinete Afonso Costa mantido e dado corpo ao projecto de propaganda para o qual havia convidado Jaime Cortesão: «A projectada revista, que eu e João da Rocha fomos chamados a dirigir, nunca chegou a aparecer. Em parte por incúria do Governo e maiormente porque os factos começam a pesar mais que a vontade dos homens. Como pode pois um Governo partidário, seja qual for, estabelecer agora essa solidariedade com a Nação?!»<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Na primeira quinzena de Junho de 1917.

<sup>33</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 49.

<sup>34</sup> Idem, *op. cit.* p. 51.

Em reunião com o grupo parlamentar democrático, Afonso Costa, apresentando o confronto, adiantou-se ao mesmo e provocou a discussão da proposta imaginada pela vintena de deputados<sup>35</sup>. À liça saltou João de Deus Ramos, secundado por Jaime Cortesão, Ramada Curto, Alberto Xavier, Francisco Trancoso e António da Fonseca. Conta-nos Jaime Cortesão — em obra que viu a luz do dia, pela primeira vez, em 1919 — o que afirmou e como o afirmou de uma forma quase profética: «Disse eu então, e não o esquecerei, ser convicção minha que aquele Governo, continuando no poder e dentro da mesma política, terminaria com uma revolução, pois (...) o Sr. Dr. Afonso Costa, chefe de um partido radical, sem a coragem de enfiar pelo caminho que esse título lhe impunha (...), fazia entre as classes conservadoras e populares uma política de equívoco, toda de puro dano, porque poupava os inimigos irreduzíveis [*as classes conservadoras a quem poupava os impostos sobre lucros de guerra*] e distanciava-se dos únicos capazes de lhe dar apoio.»<sup>36</sup>

O presidente do ministério defendeu-se com toda a argúcia do seu muito saber político e a muita prática de causídico e, agarrando a mãos ambas o facto de previamente os vinte deputados terem feito sondagens junto dos unionistas quanto à possível entrada num Governo de feição nacional, esgrimiu os argumentos da traição, da desconfiança, da desautorização, da indisciplina, culpando-os e apodando-os de gente sem fé nem confiança. Todos se tiveram de vergar ao peso da argumentação bem urdida, só ficou Jaime Cortesão, defendendo até ao último argumento a causa que havia sido comum. Acabou por se dobrar, vencido, mas não convencido.

Afonso Costa, ufano da sua vitória, de saída da sala, pára frente a Jaime Cortesão e, pondo-lhe a mão no ombro, diz:

---

<sup>35</sup> Em boa verdade, Afonso Costa já tinha conhecimento da intenção dos deputados, porque, em reunião do Conselho de Ministros, de 13 de Junho, havia dito «o que há agora especialmente a considerar é a atitude de alguns elementos da maioria que ficaram desagradados com a contextura deste Governo e que propugnam a constituição de um governo nacional. Entende que se deve atacar a questão de frente e pôr claramente a questão de confiança (...) pelo que propõe que amanhã, na sessão do grupo parlamentar democrático, essa declaração se faça e se fale e obrigue a falar claro para que o Governo saiba o que pode esperar da maioria, não se mantendo se não tiver a sua plena confiança, ou assegurando-se desta para poder ter força e prestígio e para poder trabalhar» (A. H. de Oliveira Marques, *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 155).

<sup>36</sup> Idem, *op. cit.* p. 57.



— Este é o mais ingénuo...

Retorquiu o deputado:

— Agradeço-lhe do coração: não podia dizer-me palavra mais lisonjeira<sup>37</sup>.

Os tempos passaram e veio a verificar-se que a ingenuidade era, afinal, sagacidade e a confiança era pura ingenuidade.

Assim se saldou um episódio que poderia ter alterado o rumo da História não fossem as certezas incertas do político mais sagaz de todos os que, então, existiam em Portugal. Contudo, não talvez por causa dos desentendimentos dentro do Partido Democrático, mas devido às consequências económicas mais visíveis e sensíveis da guerra — a inflação, a falta de alimentos, o elevado custo dos artigos de primeira necessidade — a popularidade de Afonso Costa foi sofrendo sucessivos desgastes ao longo dos meses de 1917<sup>38</sup>. Até alguns republicanos empenhados na implantação da República chegaram a conspirar — comandantes Ladislau Parreira, Carlos da Maia e os deputados Moura Pinto e Madeira Montês, todos adeptos ou filiados no partido de Brito Camacho — no mês de Maio<sup>39</sup>, desejando o derrube do Governo. Foi abortada a tentativa, mas deixou sequelas que se foram ampliando.

No decurso deste Governo foi exigido, pela oposição, em especial unionista, um mais profundo conhecimento do que se passava em França e em África e qual a política seguida nesse sentido. Resultou do pedido de vinte deputados para que fosse feita uma sessão secreta. Esse pedido foi analisado e discutido no dia 6 de Julho, tendo as sessões secretas tido lugar entre 11 e 31 de Julho de 1917. Delas nos vamos ocupar, mas não sem que antes — porque é fundamental para as perceber — façamos uma breve incursão pela que as antecedeu.

No dia de 6 de Julho, no Parlamento, Norton de Matos, esclareceu a Câmara sobre os três pontos que orientaram o Governo relativamente à intervenção em França. Vejamos a transcrição do que disse.

---

<sup>37</sup> Idem, *op. cit.* p. 59-60.

<sup>38</sup> Vd. Rui Ramos, *op. cit.* p. 525.

<sup>39</sup> A. H. de Oliveira Marques, *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917*, p. 107-109.

Em primeiro lugar, era preciso preparar o mais rapidamente que fosse possível as forças que tinham de ser enviadas para França; era necessário de que se não desse a sensação de que (...) nós não demorássemos meses e meses a preparação do primeiro contingente expedicionário para o enviar aos campos de batalha; e sim, que tínhamos recebido o convite com a consciência inteira e absoluta de que o podíamos realizar como nação livre, independente e igual, debaixo do ponto de vista moral e de representação nacional, a qualquer das outras nações empenhadas no conflito.

Em segundo lugar, devíamos fixar um contingente com efectivos e com organização tais que tivessem imediato papel, por assim dizer, capaz de representar qualquer coisa entre os numerosos exércitos que estavam combatendo, capaz de elevar bem alto e dignamente a bandeira do país.

Não nos podíamos limitar à nomeação de uma pequena unidade, de um pequeno contingente que fosse para os campos de batalha elevar o nome de Portugal com o menor sacrifício, quase sem esforço, simplesmente para satisfazer ao pedido que nos tinham feito, como quem deixa um cartão de visita. Tínhamos de fazer mais (...).

Em terceiro lugar, o Governo não podia nunca perder de vista as possibilidades, não só militares, mas económicas e financeiras do país, ao constituir, ao fixar, ao determinar a natureza e a organização da nossa cooperação militar»<sup>40</sup>.

Embora possa parecer exagerado da nossa parte, julgamos, deve ter-se em atenção o que Norton de Matos disse para reforçar a convicção de que fazemos a defesa: Portugal ia para a guerra para marcar uma posição condigna e visível no conjunto dos Estados beligerantes e, ao mesmo tempo, emparceirar com as forças aliadas de modo a ganhar-lhes o respeito e a consideração. Era, claramente, um objectivo de natureza diplomática aquele que se impunha à força militar destacada!

Mais à frente fez, o ministro da Guerra, o levantamento do contingente empenhado em África: 30 000 a 35 000 homens mandados para aquele

---

<sup>40</sup> Ana Mira (org.), *Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a Participação de Portugal na 1 Grande Guerra*, Lisboa: Assembleia da República, 2002, ISBN 972-36-0607-0, p. 13-14.

continente e mais 10 000 a 15 000 soldados indígenas (sobre este teatro de operações, disse o ministro, que não podia apresentar elementos exactos). Referiu-se, também à formação do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) solicitado pela França, cujo armamento seria fornecido por aquele país, e que, em concordância com a convenção assinada com o Governo de Paris, seria constituído por 1500 homens com um reforço mensal de 70 a 100 militares para formarem quinze Baterias ou, no máximo, trinta. Acrescentou que, em Portugal, devia existir uma força mínima de 40 000 homens para se poder manter o esforço nas diferentes frentes de combate. Frisou que todo este empenho se faria à custa de algumas classes de reserva do Exército e «principalmente, pelos recrutas, que anualmente se vão instruindo».

Curiosamente e em abono da nossa posição quanto aos verdadeiros objectivos do empenhamento militar de Portugal na frente ocidental, Norton de Matos não poderia ter sido mais claro quando afirmou, a propósito da sua recente estadia em Inglaterra e em França junto das tropas portuguesas: «Nos poucos dias que lá estive [em França, em contactos com militares portugueses e ingleses], nunca perdi de vista que era o representante da República, o representante do país, que tinha de o representar com dignidade e altivez que competiam a um homem da minha posição. Nunca me afastei do caminho que sempre pretendi trilhar e que há-de conduzir ao prestígio e engrandecimento da Pátria.»<sup>41</sup> Permitimo-nos, mais uma vez, destacar a importância que o ministro da Guerra dava ao facto de *representar Portugal com dignidade e altivez para conduzir ao prestígio e engrandecimento da Pátria*. Está aqui definida a Estratégia Nacional e o objectivo nacional da beligerância: também as tropas portuguesas estavam em França para representar com dignidade e altivez, tendo em vista aumentar o prestígio e o engrandecimento de Portugal no concerto das nações. Este é o *primeiro tempo* da presença dos militares nacionais nos campos de batalha: é o tempo da dignificação de uma pátria que se sentia e, efectivamente, estava inferiorizada na Europa da época; uma pátria que se sentia uma excrescência no continente onde geograficamente se situava.

---

<sup>41</sup> Idem, *op. cit.* p. 19.

Mas Brito Camacho, a voz mais discordante e mais anglófila de Portugal, na época, o que pretendia era obter pormenores esclarecedores, talvez, até, chocantes e capazes de corroer a confiança no Governo chefiado por Afonso Costa<sup>42</sup>. Esses ele esperava que fossem fornecidos na sessão secreta, muito embora o ministro da Guerra tenha explicado, com grande clareza e precisão, como e porquê se tinha passado de um contingente de uma Divisão de 40 000 homens<sup>43</sup> para duas Divisões de 55 000 e se tivesse referido ao esforço a desenvolver-se em África contra os Alemães.

Passemos, agora à análise das referidas sessões secretas<sup>44</sup>, ainda que sinteticamente para não nos afastarmos do objectivo fundamental.

Na primeira reunião — 11 de Julho — logo no discurso inicial, Brito Camacho deixa bem evidente o seu pendor não intervencionista e de incompreensão da atitude nacional de manter operações militares em Angola, em 1914, e, contudo, continuar a afirmar-se um país neutral. Respondeu-lhe Afonso Costa que, entre muitas outras afirmações, pretendendo demonstrar que a entrada na guerra era a única solução possível no momento que se atravessava, uma clarificava e suportava todas as outras e, de novo, vem apoiar a nossa conclusão quanto à necessidade de Portugal ser beligerante para definir uma Estratégia Nacional que o colocasse fora de rotas perigosas para a sua independência e manutenção da soberania. Foi a seguinte:

---

<sup>42</sup> A aversão verrinosa que Brito Camacho nutria por Afonso Costa, estamos convictos, chegava ao ponto de lhe toldar a inteligência e o bom-senso. Aliás, Brito Camacho era um bilioso que lhe determinava uma postura conflituosa com todos quantos não partilhassem dos seus pontos de vista.

<sup>43</sup> Deve notar-se que, inicialmente, e tal como Norton de Matos declarou, se tinha pensado fazer marchar para França duas Divisões de 40 000 homens cada, facto que se veio a manifestar como um esforço excessivo para o país, ficando-se pelos 55 000, com a condição de todos os meses fazer seguir para França 4000 homens de todas as Armas e Serviços para manter o nível em função das baixas. Na ocorrência das sessões secretas, Norton de Matos esclareceu melhor que os 4000 homens mensais a enviar para França constituíam um valor médio que poderia variar em função das baixas sofridas (*vd. op. cit.* p. 49). Longe estava o ministro de imaginar o empenhado esforço que ia ser exigido ao CEP e da necessidade de rotação entre a frente e a retaguarda, o que, para se poder fazer, mantendo as vantagens de ter um Corpo de Exército empenhado, obrigava à mobilização de mais duas Divisões, condição que se chegou a equacionar, no Estado-Maior do Exército, durante o ano de 1917.

<sup>44</sup> Achámos por bem dar aqui algum relevo a estas sessões porquanto são raras as referências a estes trabalhos e, em particular, ao seu conteúdo na historiografia que se tem dedicado à análise da participação portuguesa na Grande Guerra. Não seremos exaustivos, pois sobre a participação no conflito em França pouco se desenvolveu nos trabalhos parlamentares, dando-se clara e sintomática importância às operações nos teatros africanos.

«Faz uma declaração que não poderia fazer em sessão pública é que ainda que a Inglaterra nos não tivesse convidado a entrar na guerra, Portugal, por dever de honra e dignidade e *por necessidade*, [itálico da nossa autoria] tinha de entrar nela.

Hoje todos reconhecemos que a nossa existência esteve por um fio e que só a guerra nos salvou»<sup>45</sup>.

O resto da sessão secreta orientou-se sempre para a dúvida quanto à conveniência de participar na guerra, independentemente das palavras iniciais de Afonso Costa e de algumas poucas intervenções de Norton de Matos. O ponto por onde a oposição mais procurou colocar em causa o Governo foi na assinatura de uma convenção militar com a França, à revelia e sem prévio conhecimento do Parlamento.

Terminou a sessão o deputado Tamagnini Barbosa<sup>46</sup> com uma violentíssima acusação de negligência dos Serviços de Saúde do CEP e das instâncias superiores do Corpo de Exército.

No dia seguinte — 12 de Julho — e na continuação da sessão secreta, entre outros, usou da palavra Brito Camacho para colocar em causa a convenção militar com a França, recentemente assinada por Norton de Matos, em Paris, considerando-a inconstitucional visto não haver qualquer tratado de aliança entre os dois Estados. Respondeu-lhe Afonso Costa que sendo o país beligerante e estando ao lado dos Aliados tinha, necessariamente, de ser companheiro da França nos destinos futuros. E, para corroborar, uma vez mais, a forma como ele compreendia a beligerância transcrevemos as suas palavras: «(...) as circunstâncias mudaram pela declaração de guerra que, em termos insultuosos, nos fez a Alemanha. Desde então a nossa situação no conflito é diversa. *Estamos na guerra por motivos próprios, como nação independente e em pé de igualdade com as outras nações! Aí está o grande erro do Sr. Brito Camacho em nos supor em conflito apenas por*

<sup>45</sup> Ana Mira (org.), *op. cit.* p. 46.

<sup>46</sup> João Tamagnini de Sousa Barbosa era, à data, capitão de engenharia; havia, em 1916, entrado em dissidência com o partido evolucionista, tendo feito parte do grupo que, em 1917, fundou, com Egas Moniz, o partido centrista. Foi ministro de Sidónio Pais durante o ano que este governou (A. H. de Oliveira Marques (coord.) — *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa: Assembleia da República, 2000, p. 108-109).

*efeito da nossa aliança. Que erro e acanhado ponto de vista!* [itálico da nossa autoria]<sup>47</sup>.

Como se vê, a entrada na guerra era compreendida por aqueles que a conseguiram numa perspectiva de *libertação* da própria aliança com a Grã-Bretanha; tratava-se de uma espécie de carta de alforria de uma aliança que esmagava. Esse era, por conseguinte, um objectivo nacional ao serviço de uma saudável Estratégia Nacional. Assim, daqui decorre que as tropas portuguesas em França tinham como finalidade prolongar esse mesmo objectivo nacional.

No dia 13 de Julho de 1917, deu-se continuidade à sessão secreta do Parlamento que foi interrompida como consequência de o Governo ter decretado a suspensão das liberdades e garantias por causa das greves que assolavam Lisboa e, de um modo geral, o país<sup>48</sup>.

A sessão secreta foi retomada no dia 16 de Julho pelas 17 horas.

Entre outros, usou da palavra o deputado Casimiro de Sá<sup>49</sup> para referir a necessidade da publicação de um livro branco com a correspondência que levava Portugal à guerra de modo a se poder perceber se tinha sido uma consequência de oferta do Governo nacional ou resultado de um pedido do Governo britânico. Depois de referir vários exemplos passados nos últimos cem anos disse textualmente: «Não confiemos em demasia na lealdade e na generosidade da Inglaterra e da França. O passado torna-nos ou deve tornar-nos cautelosos.» Por estes motivos exigia ao Governo que declarasse quais as vantagens que estavam asseguradas com a entrada de Portugal na guerra. «Isso tem de fazer objecto de negociações prévias, jamais fica para reclamações que hajam de ser apresentadas na conferência da paz.»<sup>50</sup>

Este tipo de afirmações e de perguntas deixa-nos ver hoje qual era o sentimento existente entre uma parte significativa dos políticos nacionais quanto a Inglaterra e à confiança que nela se poderia ter. Foi em função

---

<sup>47</sup> Ana Mira (org.), *op. cit.* p. 61.

<sup>48</sup> Idem, *op. cit.* p. 67.

<sup>49</sup> Sacerdote católico, republicano, foi deputado constituinte e eleito por Viana do Castelo em 1911 e em 1915 pelas listas do partido evolucionista. Era governador Civil de Viana do Castelo (A. H. de Oliveira Marques (org.), *Parlamentares e Ministros (...)*, p. 385-386.

<sup>50</sup> Ana Mira (org.), *op. cit.* p. 69-70.

deste estado de espírito que o partido democrático governou e nem de outra forma poderia ter sido, já que os exemplos históricos davam razão às desconfianças. Por outro lado, das palavras deste deputado evolucionista, percebe-se também o nível de suspeição que reinava entre todos quantos tinham responsabilidades políticas sobre as verdadeiras atitudes do Governo, pois, naturalmente, a subalternidade a que a Monarquia havia habituado na relação com a Grã-Bretanha era de molde a supor capazes os governos republicanos a proceder de igual modo — facto evidente quando Brito Camacho se acomodava à vontade de Londres.

Passou a usar da palavra o deputado Vasconcelos e Sá<sup>51</sup>, que fez um longo relato da situação militar em Moçambique do qual nada respigamos por ultrapassar o âmbito das matérias por nós tratadas.

A sessão de 17 de Julho prosseguiu, mantendo-se no uso da palavra o deputado Vasconcelos e Sá que continuou a tratar dos temas antes abordados. No mesmo sentido da anterior, mas agora já abrangendo as expedições feitas a Angola nos anos de 1914 e 1915, correram as sessões dos dias 18<sup>52</sup>, 20, 23, 25. Nesta última data usaram da palavra o ministro das Colónias para esclarecer diversos pontos levantados quanto à má actuação das forças militares em Angola e Moçambique e o ministro da Guerra, Norton de Matos, que, logo de início, deu o melhor esclarecimento da situação ambígua vivida pelos Governos nacionais desde que se iniciaram os combates na Europa até à declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Diz assim: «A respeito da nossa situação bélica houve sempre confusões.

A nossa situação era esta: o desejo de não declarar a neutralidade e o propósito de evitar que actos imprudentes obrigassem a uma ruptura de relações; e nesta atitude se vivia não só por indicações ou sugestões da nossa aliada mas por interesse e necessidade própria pois não estávamos

---

<sup>51</sup> Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, médico naval, inicialmente ligado ao partido evolucionista e, nesta altura, já dissidente e comprometido com o partido centrista (A. H. de Oliveira Marques, *Parlamentares e Ministros (...)*, p. 385.

<sup>52</sup> Deve realçar-se que esta sessão foi particularmente chocante pela descrição de uma série de atrocidades praticadas contra os indígenas do Sul de Angola durante as campanhas comandadas por Alves Roçadas e Pereira d'Eça. Contudo, ter-se-á de perceber que, tal como Afonso Costa o denunciou, a intenção da oposição na Câmara era provocar a queda do Governo de um modo pouco responsável, pois não tinha alternativa para o substituir.

nesse momento em circunstâncias de entrarmos em estado de beligerância. Teria sido um grande mal. Seria absolutamente inconveniente e perigoso provocarmos uma declaração de guerra.»<sup>53</sup>

Melhor síntese da situação estratégica nacional seria difícil e, ao prosseguir, debuxa o quadro que Pimenta de Castro pretendeu ver alterado: «A ditadura teve o propósito e agiu no sentido de alterar a nossa atitude política internacional no sentido de uma melhor disposição para com a Alemanha.

Houve ordens a Eça<sup>54</sup> que prejudicaram e demoraram a nossa acção.»<sup>55</sup>

Inequivocamente a entrada no conflito era um objectivo a cumprir e, sem qualquer dúvida, só através de um convite feito pela Grã-Bretanha ao abrigo da aliança. E era um objectivo que visava o cumprimento de uma estratégia nacional que colocasse o país ao abrigo de perigos presentes e futuros. Entre tais perigos, Norton de Matos<sup>56</sup> evidenciou o seu convencimento de que «(...) se não fora a guerra, no 2.º semestre de 1914 o Sul de Angola seria invadido pela Alemanha»<sup>57</sup>.

A 26 de Julho continuou a sessão secreta da Câmara dos Deputados. Começou por usar da palavra o ministro dos Negócios Estrangeiros que, na argumentação apresentada, não ultrapassou o que já foi por nós exposto em trabalhos anteriores, seguindo-se-lhe o presidente do Ministério, Afonso Costa que respondeu dividindo a sua exposição em duas partes: uma, sobre a requisição e utilização dos navios alemães e outra sobre o custo financeiro da beligerância. Quanto à primeira, explicou as negociações conduzidas por ele em Londres: houve que garantir que nem todos os navios requisitados seriam para serviço da Inglaterra, pois alguns teriam de ficar em Portugal; acordou-se que 80% da tonelagem iria para a Grã-Bretanha e os 20% restantes para Portugal; os navios cedidos à Inglaterra sê-lo-iam

---

<sup>53</sup> Ana Mira (org.), *op. cit.* p. 109.

<sup>54</sup> Refere-se ao general Pereira d'Eça, que comandou a segunda expedição militar que seguiu para Angola logo após o início da guerra.

<sup>55</sup> *Idem, op. cit.* p. 110.

<sup>56</sup> Recorde-se que em 1914 ele era governador-geral de Angola e estava conhecedor das realidades que sobre aquele território pesavam.

<sup>57</sup> *Idem, op. cit.* p. 112.



a título de aluguer — a 14 xelins a tonelada. Relativamente às despesas de guerra afiançou que elas estavam garantidas, por um lado, pelo empréstimo ilimitado da Grã-Bretanha à taxa dos títulos da sua própria dívida pública e, por outro, pelo rendimento do aluguer dos navios e ainda por um empréstimo interno no valor de cem mil contos; contava, também, com o lançamento de um empréstimo especial de guerra que só seria efectivado quando houvesse a paz e tranquilidade internas suficientes para o poder fazer. Em seguida, referiu os números totais, bastando reter que, na altura, a despesa de guerra era da ordem de 10 000 contos mensais<sup>58</sup>.

No dia 28 de Julho continuou a ter lugar no Parlamento a sessão secreta. O deputado do partido democrático e coronel Francisco de Sales Ramos da Costa pediu a palavra para tratar de assunto urgente, ao qual, por nos parecer relevante, não podemos deixar de fazer referência para mostrar o tipo de clima político que, então, se vivia em Portugal, nomeadamente em Lisboa. Por outro lado, é suficiente para esclarecer a estratégia nacional de intervenção no conflito que assolava a Europa e os receios que a determinaram.

A harmonia ibérica, como é advogada na imprensa espanhola, nas academias, nas associações e até em reuniões públicas não é como parece deduzir-se da interpretação gramatical daquelas palavras um sentimento de amizade e boa vizinhança, mas somente uma maneira de exprimir o desejo de todo o castelhano de absorver a nossa nacionalidade, tornando a nossa querida pátria uma província do Estado da península.

Não julgando o governo e o povo espanhol ocasião conveniente de investir pelas armas o nosso país, mas acha da maior conveniência a infiltração suave e mansa semelhante à que fez a Alemanha na Bélgica antes da guerra, e obedecendo a este critério têm-se estabelecido em Portugal empresas industriais e comerciais dirigidas por Espanhóis.

(...).

É da maior urgência que os governos olhem para este estado de coisas que pode ser de fatais consequências inesperadamente.

---

<sup>58</sup> Idem, *op. cit.* p. 138-143.

O nosso inimigo permanente é a Espanha que não vê com bons olhos que na península haja duas nações independentes sendo uma delas regida pelo sistema republicano e por isso emprega todos os meios para que o estado actual de coisas cesse.

Alguns jornais espanhóis e entre eles o *Imparcial* têm feito correr que em Portugal há quem esteja enfadado de ser português e têm insinuado que se nos uníssemos à Espanha podíamos realizar altas fantasias de poder e engrandecimento, etc., mas nenhuma razão política, moral ou económica em benefício comum da Europa exige que Espanha e Portugal formem um só Estado (...).

(...).

*Temos hoje em França e em África, combatendo ao lado dos Ingleses, Franceses e outros soldados portugueses lutando pela liberdade e pelo respeito pelas nacionalidades de qualquer grandeza territorial. Esta cooperação mostra à evidência que somos uma nação que deseja viver livre e independente.*<sup>59</sup>

Respondeu-lhe Norton de Matos. E pela resposta podemos, uma vez mais, apreciar a dimensão e o acerto das nossas conclusões, tantas vezes afirmadas neste trabalho. Disse o presidente do Ministério: «Há tempo foi o governo prevenido pelo ministro de uma potência amiga que o ministro da Alemanha em Madrid tinha recebido importantes fundos para promover perturbações em Portugal» e, mais adiante, afirmou: «O procedimento e atitude de Portugal, este seu *rejuvenescimento internacional e militar e a maneira rápida serena e pronta como ele se fez* impressionou a nossa vizinha.<sup>60</sup>»

Na sequência, tomou a palavra o deputado Morais Rosa que, a certa altura, disse: «(...) é curioso verificar que em Espanha se faz agora a propaganda do «perigo português». Afirma-se que Portugal demonstrou ser susceptível de um esforço militar muito superior ao que poderia esperar-se e que, desse modo, finda a guerra europeia, o nosso país disporá de um

<sup>59</sup> Idem, *op. cit.* p. 143-144 (itálico da nossa autoria).

<sup>60</sup> Idem, *op. cit.* p. 144 (itálico nosso).

numeroso exército, perfeitamente instruído e habilitado nos modernos processos de luta e, assim, pronto a qualquer acção ofensiva contra a Espanha desarmada»<sup>61</sup>.

Não deixa de ser curioso esta nova abordagem, ainda que bastante irrealista, da situação peninsular, a qual, contudo, podia esconder uma mal disfarçada intenção de anexação militar de Portugal, no final da guerra, como atitude de defesa. Foi, enfim, contra todas estas possíveis armadilhas políticas que o partido democrático e Afonso Costa definiram a estratégia beligerante.

No dia 31 de Julho, depois de lida e aprovada a acta das sessões secretas, foi dado como encerrado este ciclo histórico da Câmara dos Deputados.

Também a nós resta tentar evidenciar que afinal toda a oposição partidária que havia provocado as reuniões sobre as quais nos debruçámos se ausentou do hemiciclo quando o Governo passou a explicar-se e a justificar-se, pondo bem a claro que o intento não passava pela compreensão ou pelo debate das motivações que haviam levado Portugal à beligerância, mas tão-só procurar, por todos os meios possíveis, o derrube do Governo para, uma vez mais, empecilhar o desenvolvimento de uma estratégia que, na altura tudo o fazia crer, apontava à marcação de uma posição de absoluta independência e autonomia da Grã-Bretanha, pese embora a necessidade de nela se apoiar — tal como outros Estados beligerantes — para conseguir reunir os meios financeiros e materiais para fazer a guerra.

Retomemos o relato, tão cronológico quanto possível, dos antecedentes que, com algum pormenor, à frente vamos abordar.

O aumento do custo de vida e o encarecimento de todos os géneros levou o Governo a tomar medidas sobre os salários dos funcionários do Estado. Para tanto, foi mandado abonar subsídios complementares dos vencimentos, mas a perda do poder de compra acentuou-se sempre ao longo dos meses. Uma característica destas formas compensatórias foi a de fazer incidir sobre os grupos mais carenciados os maiores aumentos sala-

---

<sup>61</sup> Idem, *op. cit.* p. 145-146.

riais<sup>62</sup>, reduzindo as capacidades da média burguesia dependente do orçamento estatal. Este terá sido um motivo para se gerar na classe média um sentimento de desafeição do Governo e da compreensão das causas verdadeiras que levavam a tais agravamentos. Nem mesmo algumas tentativas para minorar as lacunas de abastecimento alimentar — modificação dos tipos de farinha e de pão, fixação dos preços do arroz e do azeite, regulação do comércio das farinhas e do feijão — foram suficientes para alterar o sentimento de desagrado que, depois do Verão de 1917, começou a lavrar em Portugal. Por outro lado, também a acção da censura causou mau estar entre as classes mais esclarecidas das grandes cidades, nomeadamente em Lisboa. Era evidente que o acto censório em Portugal estava a ir além da mera defesa dos acontecimentos de guerra ou com ela relacionados; a censura era utilizada para silenciar o descontentamento popular que se havia implantado. À boca pequena e, muitas vezes, usando o boato, os adversários políticos do Partido Democrático, com especial ênfase para os seguidores de Brito Camacho, faziam circular informações que mais indispunham contra o Governo. Nesta mesma linha pode inserir-se o aparecimento do novo Partido Centrista Republicano surgido da conjugação de antigos monárquicos e de dissidentes do Partido Evolucionista que não haviam aceiteado a aliança com os democráticos. As figuras de proa eram Egas Moniz, Vasconcelos e Sá, Simas Machado, Tamagnini Barbosa e Malva do Vale. O programa foi difundido em Outubro de 1917 e, entre outros aspectos, visava introduzir novos poderes ao Chefe de Estado, nomeadamente o de dissolver o Congresso, fazer uma aproximação ao Vaticano, maior e melhor entendimento com a Grã-Bretanha. Este partido veio, a mais tarde, propiciar excelente apoio à direita republicana e à extrema-direita<sup>63</sup>.

No final de Novembro estavam criadas as condições para fazer sair para a rua uma nova revolução que, supostamente, poria fim a um estado de coisas cuja origem estava muitíssimo mais radicada no estrangeiro do que

---

<sup>62</sup> Damião Peres, *op. cit.* p. 165 e A. H de Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa: As estruturas de base*, p. 398-408.

<sup>63</sup> A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.* p. 565-566.

em fundamentos internos. Uma vez mais, também, era acoitado à sombra do Partido Unionista que se dava largas à conspiração. À frente do núcleo de conspiradores estava o antigo ministro plenipotenciário português em Berlim, major e doutor Sidónio Pais, amigo de Brito Camacho.

Ao Governo não passaram despercebidas as reuniões conspirativas, contudo, optou por nada fazer no sentido de abortar a possível revolução<sup>64</sup>, ou porque confiava nas forças militares de que dispunha, ou por admitir que os conspiradores não conseguiriam reunir meios suficientes. Dias antes da noite em que os revolucionários saíram para a rua, Brito Camacho fez constar que se havia desligado de qualquer iniciativa. Também ele estaria convencido do fracasso da intentona ou terá, simplesmente, evitado um comprometimento individual?

Na noite de 5 de Dezembro de 1917 as tropas aliciadas instalaram-se na Rotunda, no Parque Eduardo VII, ponto então nevrálgico da cidade de Lisboa. A luta iria prolongar-se até à madrugada de 8, altura em que o Governo apresentou a sua demissão a Bernardino Machado. Um novo ciclo na vida nacional ia ter início e, com ele, uma outra Estratégia Nacional se definiria, em particular no que respeitava às razões profundas que haviam levado as tropas portuguesas até aos campos de batalha em França.

Adiante abordaremos com mais pormenor a preparação do golpe militar de Sidónio Pais e as suas consequências sobre a política de guerra prosseguida até então.

Depois desta breve revisão dos acontecimentos políticos após a declaração de guerra feita pela Alemanha a Portugal, convirá pormenorizar alguns aspectos de ordem interna para se compreender o comportamento da retaguarda, quando na Flandres francesa estavam empenhados os soldados de Portugal numa empresa que, para além de bélica, era de igual modo, segundo o prisma do Governo adepto da beligerância, diplomática.

---

<sup>64</sup> Afonso Costa e Augusto Soares estavam ausentes em Londres e Paris onde haviam ido para negociar novas condições relacionadas com o esforço de guerra e com as subsistências. É possível admitir um desfecho diferente do golpe se o presidente do Gabinete, atempadamente, tivesse podido tomar decisões que a sua perspicácia lhe aconselhassem. A substituí-lo ficou Norton de Matos, o qual conduziu a resistência dentro dos limites admissíveis já depois da eclosão do acto revolucionário.

## 2. O «perigo» monárquico

188

A historiografia recente, quando aborda a temática da conspiração monárquica na 1.<sup>a</sup> República, tem-no feito realçando as incursões de Paiva Couceiro em 1911 e 1912, a Monarquia do Norte, em 1919, o episódio de Monsanto na mesma altura e, depois, uma ou outra intentona pontual ao longo do período de 1910 a 1926; algumas vezes, há autores que destacam o possível peso dos monárquicos no golpe militar de 28 de Maio e pouco mais<sup>65</sup>.

Julgamos que podemos dar uma achega ao tema — a instabilidade no seio governativo e no Exército provocada pelo receio de eclosão de uma revolução que visasse a restauração da Monarquia no ano de 1916 e, em especial, no de 1917 — através do prisma militar e, muito em particular, do ponto de vista do Serviço de Informações do Ministério da Guerra.

Funcionalmente o Serviço de Informações trabalhava na dependência do Gabinete do ministro da Guerra. Chefiava-o o capitão de Infantaria Luís Galhardo, oficial sobre o qual valerá a pena determo-nos um pouco dada a riqueza da sua personalidade, podendo, deste modo, perceber quão fundamental terá sido para o conhecimento da situação interna do país a sua inteligência e até a sua irrequietude mental.

Nascido em 23 de Dezembro de 1874, na freguesia do Beato, filho de João Maria Galhardo e de D. Carolina Augusta de Araújo Galhardo, assentou praça em 17 de Julho de 1892, como voluntário, no Regimento de Cavalaria n.º 2, na sequência de ter frequentado o Real Colégio Militar; depois de ter concluído o curso de Infantaria, na Escola do Exército, foi promovido a alferes em 4 de Novembro de 1897, a tenente em 1 de Dezembro de 1901 e a capitão em 14 de Julho de 1911. Em 13 de Agosto 1917 foi promovido a major. Atingiu o posto de coronel em 28 de Maio de 1927 e faleceu a 30 de Janeiro de 1929.

---

<sup>65</sup> Pode tomar-se como paradigmáticas as posições de A. H. de Oliveira Marques, Rui Ramos, Douglas L. Wheeler e, até, de Joaquim Veríssimo Serrão quando se referem ao terceiro Governo Afonso Costa, pois nunca aprofundam a instabilidade social que tinha origem nos monárquicos.

Na sequência do golpe militar conduzido por Sidónio Pais, ausentou-se «sem licença desde as dezasseis horas do dia 12 de Dezembro de 1917» e, «por ter completado o tempo de ausência necessário para constituir deserção», foi, em 5 de Janeiro de 1918, considerado desertor<sup>66</sup>. «Apresentado voluntariamente de deserção em 27 de Janeiro de 1919. Reintegrado no efectivo do Exército, nos termos do Art.º 1.º do Decreto n.º 5172 de 24 de Fevereiro, ficando nulo e de nenhum efeito o Decreto de 5 de Janeiro de 1918 que o abateu ao efectivo»<sup>67</sup>. Entre 1904 e 1907 prestou serviço no Ultramar.

Em 8 de Abril de 1902, o major de Cavalaria Magalhães Sepúlveda, presidente da Comissão de Elaboração da História Orgânica e Política do Exército Português, dizia de Luís Galhardo: «Este oficial é inteligente e culto; compreendedor dos seus deveres; é valioso auxílio nesta Comissão pela sua disposição para as letras e conhecimentos correlativos.»<sup>68</sup> Poucos meses depois, em 16 de Janeiro de 1903, já o informante dizia: «Este oficial é inteligente e ilustrado; mas aproveita a sua aptidão especial para a literatura em assuntos completamente estranhos ao serviço militar; por este motivo não posso dar do mesmo informações completas.»<sup>69</sup> Como se vê, é esta particularidade que em duas informações seguidas o caracteriza — aptidão para a literatura — que o vai tornar notado junto do grande público de Lisboa e, até, do país, já que se dedicou à escrita de teatro de revista<sup>70</sup>, tendo antes exercido a actividade de jornalista<sup>71</sup>. Mais tarde, notabilizou-se como empresário teatral, tendo mandado construir o Éden-Teatro — cuja fachada, com alterações notórias, ainda se pode observar na Praça dos Restauradores, em Lisboa — planear o Parque Mayer e construir os teatros Maria Vitória e Variedades.

<sup>66</sup> Arquivo Histórico Militar (AHM) P.º Individual, Cx. 1729.

<sup>67</sup> Decreto de 27 de Fevereiro de 1919, *Ordem do Exército*, 2.ª série, n.º 8, de 28 de Fevereiro de 1919.

<sup>68</sup> AHM P.º Individual, Cx. 1729.

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>70</sup> As mais importantes foram *Ó da Guarda* (1907), *Sol e Dó* (1909), *O 31* (1913) *Pó de Arroz* (1926) e *Água-Pé* (1927) (Luiz Francisco Rebello, *História do Teatro de Revista em Portugal*, 2.º vol. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985, p. 23-48.

<sup>71</sup> Chefou a redacção do jornal *A Época*, fundado em 1902.

Talvez por causa desta sucessiva produção teatral, num género financeiramente vantajoso, Luís Galhardo por várias vezes requereu licença sem vencimento e autorização para se deslocar ao Brasil<sup>72</sup>.

Aquele que veio a ser o chefe do Serviço de Informações do Ministério da Guerra, num período conturbado da República, era um homem com uma grande abertura de espírito, capacidade de compreensão crítica da vida social que o rodeava e sagacidade de observador das conjunturas e correlações de forças políticas com profundas raízes que o ligavam às massas populares.

Foi este oficial, de quem o seu superior hierárquico dizia, em 14 de Janeiro de 1907, «é dotado de uma inteligência muito viva»<sup>73</sup>, que Norton de Matos encarregou de vigiar as forças adversárias do regime e de Portugal. Pela sua secretária passaram todos os documentos que mostravam uma outra realidade bem diferente da que os jornais noticiavam.

Em abono da verdade, e para que possamos compreender como funcionava o Serviço de Informações, é preciso dizer-se que, aparentemente, não tinha limites de gastos, pois, em seguida à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, propunha-se pagar as despesas que fossem necessárias para os seus informadores conseguirem obter dados sobre suspeitos<sup>74</sup>. Acresce que o recrutamento desses agentes, ou delegados, se fazia com uma certa amplitude, na base de cruzamento de informações e da confiança política. No caso de o convidado aceitar o encargo, era-lhe pedido que a sua acção se centrasse sobre:

1.º - Todas as informações de carácter militar ou civil que possam interessar à causa dos Aliados, especialmente à causa de Portugal em face da guerra.

2.º - Consequentemente, todas as informações referentes a indivíduos nacionais ou estrangeiros, seja qual for a nacionalidade a que pertençam,

---

<sup>72</sup> No seu processo individual consta que o fazia para tratar de «assuntos de família» ou «assuntos particulares» naquele Estado da América do Sul.

<sup>73</sup> AHM, *ibidem*.

<sup>74</sup> Ofício de 2 de Outubro de 1917, para o governador Civil de Vila Real, com o n.º de saída 3008 (AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5).



suspeitos de espionagem ou de manterem relações públicas ou secretas com os nossos inimigos<sup>75</sup>.

3.º Todos os indícios, com ou sem prova concreta, que aos mesmos assuntos se refiram ou a perturbações ou a projectos de perturbação interna que afectem a estabilidade das instituições republicanas ou a sua integridade, fornecendo-nos todo e qualquer elemento que facilite a organização dos cadastros referentes aos agentes das acções incluídas nestes três números, bem como a vigilância ou procedimento a que por isso devem estar sujeitos<sup>76</sup>.

4.º Sempre com carácter reservado e sem revelar a pessoa alguma a missão de que está investido procurará V. Exa. obter uma lista dos oficiais fiéis ao regime que existam nas unidades militares dessa localidade, bem como uma outra dos que lhe sejam adversos ou possam estar implicados em qualquer movimento de perturbação. Essas listas, bem como todas as outras informações, serão enviadas ao Ministério da Guerra no nome do capitão Luís Galhardo, não devendo V. Exa. assiná-las, mas subscrevê-las apenas com esta rubrica: SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA GUERRA. Mais deverá V. Exa. informar esta repartição de tudo o que se refira a contrabando, quer de guerra, quer comum, de deserções e, em geral, emigração clandestina<sup>77</sup>.

Nestes quatro itens está condensada toda a actividade esperada dos agentes informadores da Repartição de Informações, a qual, como se vê, cobre vários sectores significativos da vida das populações militares e civis, deixando bem evidente que o Exército tinha sabido assumir o controlo da situação política, estando declaradamente ao serviço das forças políticas

---

<sup>75</sup> A este propósito não será despidiendo referir que, em Portugal, nos anos de 1916 e 1917 se desenvolveu uma verdadeira fobia à suposta actividade de espões alemães, que eram vistos em todo o lado e em todas as circunstâncias, a qual chegou a causar sérios problemas à Repartição de Informações tal era a catadupa de dados com que ficou submersa.

<sup>76</sup> Atente-se a que, realmente, a coberto da possível existência de espionagem se solicitava, de facto, aos agentes recrutados que informassem sobre todas as tentativas de alteração da ordem interna republicana, associando, de modo quase subliminar, os monárquicos aos espões alemães.

<sup>77</sup> Ofício de 21 de Março de 1917, com o n.º de saída 403, da Repartição do Gabinete da Secretaria-Geral da Guerra, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

beligerantes. E era tão verdade o que acabamos de afirmar que, logo de seguida, no mesmo ofício — que era endereçado ao Dr. Virgílio Sobral, de Valença, João Pinho, de Monção, Dr. Manuel de Oliveira, de Ponte de Lima, Joaquim Costa, de Penafiel, e Manuel Rodrigo de Abreu, de Viana do Castelo — se dizia: «Aproveito o ensejo para informar V. Exa. de que, como resultado de activas propagandas realizadas ultimamente, se prepara, a partir de 24 do corrente [Março de 1917], um movimento revolucionário declaradamente monárquico embora auxiliado por outras facções políticas, manifestamente adversas à situação e à intervenção de Portugal na guerra e que será precedido de motins em vários pontos do país, a *pretexto da questão das subsistências*<sup>78</sup>, sendo acompanhado, em determinada data, de uma incursão promovida pelos monárquicos refugiados em Espanha, sendo que alguns dos seus principais vultos se têm internado ultimamente, e várias vezes em Portugal, por meios clandestinos. Convém, portanto, que V. Exa. congregue em volta da bandeira da República todos os elementos que julgue de confiança da mesma, não só para a sua defesa, como principalmente para fazer abortar qualquer tentativa de movimento, que, nesta ocasião e após os acontecimentos de 13 de Dezembro, nos poderia ser imensamente funesta.»<sup>79</sup>

Julgamos que agora se compreenderá como funcionava o Serviço de Informações e de que modo recolhia as notícias que, posteriormente, trabalhava.

Voltemos à questão do «perigo» monárquico e façamos uma incursão nesse domínio, seguindo, dentro do possível, um percurso cronológico para avaliarmos quanto à sua real existência e efeitos sobre a estabilidade do regime republicano.

---

<sup>78</sup> Note-se como foi sempre explorado por diversos sectores da política — monárquicos e sindicalistas — a falta, raridade ou carestia dos géneros alimentícios para provocar distúrbios que dessem cobertura a acções mais profundas contra o Governo e o regime. Não admira, pois, que muitas vezes as alterações da ordem fossem reprimidas com dureza, chegando, até, à suspensão dos direitos civis dos cidadãos. O itálico é da nossa autoria.

<sup>79</sup> Idem, *ibidem*. Não será despidiendo referir o modo subtil como se transformava o informador em defensor da República e dos seus valores políticos.

Reportada a Fevereiro de 1916, tinha o Serviço de Informações uma lista dos contactos dos monárquicos residentes em diversas localidades do país, os quais estavam em desacordo com as instruções de D. Manuel II quanto à necessidade de Portugal ser participante activo na guerra. Os mesmos aconselhavam a que a propaganda política contra a beligerância assentasse sobre os seguintes pontos:

1.º - Demonstrar o perigo em que ficamos para com a Espanha quando se der a partida de grande número de tropas para França.

2.º - Fazer ver à simplicidade provinciana a falta que os Portugueses fazem à sua terra e às suas famílias, pois, pela certa, não voltarão os que seguirem para a guerra<sup>80</sup>.

3.º - Não empregarem meios ostensivos que denunciem a sua acção.

4.º - Contrariarem por todas as formas que a sua inteligência lhe sugerir as acções do governo da República, qualquer que ela seja.

5.º - Comunicar-nos tudo o que de interesse se passe na área que constituir a sua esfera de acção.

Por último devemos dizer a V. Exa. Que, se parece que estamos em desacordo com as ordens de S. M. El-Rei, é apenas no sentido de zelarmos pela nossa Santa Causa, que é da nossa querida Pátria e dos nossos Augustos Soberanos<sup>81</sup>.

Por aqui se alcança o real perigo interno que a República teve de enfrentar logo desde os primeiros anos após a sua proclamação, percebendo-se, também, a existência de uma contra-informação monárquica, cuja rede se apoiava nos velhos caciques das aldeias e vilas e no clero espalhado do Minho ao Algarve. Aliás, é entre o Minho e Trás-os-Montes que a actividade de propaganda dos monárquicos exilados na Galiza se vai desenvolver em força. A rede informativa do Ministério da Guerra estava montada através dos vice-cônsules naquela região de Espanha, os quais

---

<sup>80</sup> Repare-se na oportunidade demagógica de utilizar a «simplicidade provinciana» — o mesmo era dizer, dos aldeões ignaros — para os colocar contra a guerra e, por maioria de razões, contra o serviço militar. Não se olhava a meios nem a argumentos.

<sup>81</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.

faziam convergir para o Ministério dos Negócios Estrangeiros todas as notícias que colhiam, até, com o apoio de republicanos do país vizinho ou de agentes infiltrados nas hostes monárquicas. É disso exemplo um vasto relatório recebido do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>82</sup> dando conta de toda a movimentação de um tal Mário de Sousa Dias (apoiantes da causa miguelista), de Paiva Couceiro e do padre Domingos<sup>83</sup> entre Braga e Orense ou de Rui da Câmara e do filho mais velho de Eça de Queirós entre a Praia da Granja e a já citada cidade de Orense, onde compraram 200 pistolas automáticas. Por ele se sabe que o embaixador alemão em Madrid apoiava financeiramente a revolta monárquica na Galiza. Por lá também se dá conta da deslocação, incógnita, de Afonso XIII a Londres onde se encontrou com Jorge V, conferenciando sobre a situação de Portugal «(...) a qual não podia convir à Espanha por estorvar negociações comerciais e ser o foco criador de revolucionários e republicanos, ficando Jorge V de chamar D. Manuel ao cumprimento dos seus deveres<sup>84</sup>». E, mais ainda, se dá nota de que a firma Burnay fornecia auxílio material aos conspiradores.

Também se noticia a existência de desentendimentos entre os apoiantes de D. Manuel e de D. Miguel, os quais seriam em maior número nos Açores. Inclusive relata, com alguma soma de pormenores, a possível tentativa de os miguelistas recrutarem nos Açores, através de um tal Dr. Humberto da Câmara, 4000 homens para desembarcarem perto da Figueira da Foz.

No relatório a que nos vimos reportando diz-se, a dado passo: «(...) estando também o general Pimenta de Castro em muito boa harmonia com os monárquicos dos Açores e supondo-se que ele andava preparando qualquer coisa com os conspiradores da Galiza, pois que a sua correspondência era constante com essa gente». Também o nome de Machado Santos é referido a propósito de uma carta que escrevera a um tal Tomás da Paz, na qual dava a entender que existiriam contactos com monárquicos ou com Pimenta de Castro.

---

<sup>82</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 76.

<sup>83</sup> Também identificado, em outros relatórios, por Domingues.

<sup>84</sup> Idem.

Do comité miguelista faziam parte José Maria Raposo do Amaral, F. Carvalho, João Maria B. de Aguiar e major Marques Moreira (ou Pereira) que tenderiam a concentrar em Elvas o núcleo fundamental da conspiração com ramificações à Guarda e a Viseu. Em Coimbra contavam os miguelistas com o apoio de Costa Alemão, a quem competia organizar uma tuna académica que serviria de capa a um batalhão académico que participaria na revolta a partir de Elvas, onde seria armado.

Por mais estranho que possa parecer, entre os conspiradores monárquicos de feição miguelista e os partidários de D. Jaime de Bourbon havia entendimentos que apontavam à eclosão de revoltas simultâneas em Portugal e Espanha — aqui, para fazer cair o Governo Romanones. A intenção era alcandorar ao trono de Portugal um rei miguelista que, em seguida, apoiasse a causa de D. Jaime, quer politicamente, quer fornecendo armamento e refúgio no território nacional.

Também, curiosamente, por intermédio do relatório em análise, ficamos a saber que Paiva Couceiro terá assumido uma posição neutral perante os dois movimentos monárquicos, afirmando «(...) que fará a revolução com os que primeiro a levarem a efeito».

A política interna portuguesa era seguida com atenção pelos monárquicos, tanto manuelistas quanto miguelistas, que esperavam a sua oportunidade para lançar a revolta no momento em que se desse o desentendimento entre Leote do Rego e Afonso Costa<sup>85</sup>.

Pelo relatório sabemos hoje que, após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, Sousa Dias recebeu cartas de apresentação para vários dignitários em Espanha, nomeadamente para o conde de Aguillar, em Madrid, que o apresentou à rainha, a qual manifestou grande simpatia pela causa miguelista, mostrando-se disposta a auxiliar pecuniariamente os conspiradores portugueses.

O entendimento entre miguelistas e manuelistas foi pensado na Galiza através de um encontro entre Paiva Couceiro, o padre Domingos, por um

---

<sup>85</sup> Efectivamente, depois de 14 de Maio de 1915, aquele oficial de Marinha passou a contar com grande preponderância nos meios políticos da capital e admitia-se que fosse possível uma ruptura entre ele e Afonso Costa. Veja-se Rui Ramos, *op. cit.* p. 514.

lado, e Sousa Dias, por outro. Couceiro foi, nesta altura, irreduzível dizendo «(...) que era um erro político intentar neste momento um golpe contra a República porque D. Manuel tem a promessa formal de Jorge V de voltar a ser rei de Portugal logo que termine a guerra, sendo esta a razão por que pede aos monárquicos que se ponham ao lado da República. Couceiro acrescentou que até tinha razões para estar contra D. Manuel e que já não fazia questão de rei»<sup>86</sup>. Repare-se neste troço do relatório que deixa bem a nu uma estratégia que era possível e verosímil entre a coroa britânica e o deposto rei português e como se tornou perigoso e insensato o golpe de Sidónio Pais ao colocar ainda mais em risco a situação nacional, uma vez que foi incapaz de manter a tranquilidade social, via por onde poderia ter penetrado a restauração monárquica. Aliás, não estão ainda provadas as relações de Paiva Couceiro e a coroa britânica aquando da ocorrência da chamada «Monarquia do Norte».

Sobre o alegado apoio alemão aos conspiradores monárquicos, nomeadamente miguelistas, o relatório que vimos cotejando e transcrevendo é muito sintético e claro: «Os Alemães prestam o auxílio pecuniário que se necessite, bem como tudo o que se relacione com questões de armamento, mas desejam que o plano bem como todos os passos a dar pelos chefes miguelistas sejam primeiramente submetidos ao estudo de uma comissão alemã que se organizará em Madrid composta de oficiais alemães e austríacos. Desejam também que todas as notas militares de todos os oficiais portugueses que adiram ao movimento sejam arquivadas em Madrid. O que eles querem principalmente é a centralização de todo o poder, ficando os chefes portugueses reduzidos a um papel secundário.»<sup>87</sup> Sousa Dias discordou em absoluto da proposta e ficou combinado fazer uma exposição a D. Miguel para que este «empregue toda a sua influência junto da Corte de Viena para que os Alemães modifiquem as suas condições».

O espírito de revolta contra a República era de tal ordem que «Azevedo Coutinho por conselho de Saldanha da Gama [miguelista] escreveu à duquesa de Belford pedindo-lhe que protegesse o movimento monárquico,

---

<sup>86</sup> AHM, idem, *ibidem*.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*.

mas absteve-se de lhe dizer que estavam em relações com os Alemães para que ela não tivesse escrúpulos. Desejam que a duquesa empregue a sua influência junto dos políticos ingleses conhecidos dela para que estes aminorem [*sic*] a má impressão que decerto causará no governo inglês a revolta em Portugal; bem como fazer o possível para que a Inglaterra não faça uma intervenção armada a favor da República, pedindo-lhe que, para conseguir isto, procure o apoio do partido da oposição em Londres»<sup>88</sup>. Acrescenta-se mais no longo relatório: «Esta carta foi escrita apesar dos delegados alemães terem prometido, como coisa absolutamente segura, que, no caso da revolução se fazer sob a direcção dos germanos, tinham meios infalíveis para obrigar o Governo Espanhol a opor-se a uma provável intervenção da Inglaterra a favor da República e que, se a Inglaterra insistisse, tinham plena certeza de que a Espanha não hesitaria em declarar-lhe guerra.

Os monárquicos emigrados crêem pelas exposições dos emissários alemães que há um pacto secreto relativo a Portugal entre a Alemanha e a Espanha»<sup>89</sup>. Mais à frente, acrescenta o bem informado agente: «Os Alemães falam das poderosas razões que têm para obrigar o Governo Espanhol a proceder como eles entenderem; razões que cuidadosamente ocultam, às quais acresce ainda a de que *uma intervenção armada da Inglaterra em Portugal poria em sério risco a nossa independência, sendo isto precisamente que a Espanha de maneira alguma consente porque seria um perigo para ela que Portugal se tornasse em um Gibraltar muito maior do que actualmente existe.*»<sup>90</sup>

Os trechos transcritos abrem inéditas perspectivas sobre os reais perigos a que esteve sujeita a jovem República portuguesa neste período conturbado e, ainda mesmo que tudo o que é mencionado neste longo relatório não seja completamente verdade, o certo é que algumas informações terão fundamento e seriam motivo para deixar alertados os governantes em Lisboa. Era o desconhecimento de toda esta teia de conspiração monárquica, alemã e espanhola, ou a mais pura inocência política, que levava Brito Camacho,

---

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>90</sup> O itálico é da nossa autoria.

Machado Santos e outros a não juntarem esforços com o partido democrático para, em conjunto, prosseguirem uma política de guerra necessária à sobrevivência não sobressaltada de Portugal<sup>91</sup>.

Em face do que acabamos de expor parece-nos de toda a conveniência transcrever o texto a que nos vimos reportando, permitindo que não se perca o sabor conspirativo que dele se desprende e que nós não saberíamos reproduzir em síntese:

Em 20 de Junho findo [de 1917] realizava-se uma nova conferência entre os Alemães e os chefes monárquicos assistindo Couceiro, Camacho<sup>92</sup>, Pimenta de Castro, cónego Correia da Silva, cinco alemães e um enviado do embaixador alemão em Madrid de nome Vobz ou Volz.

Sousa Dias não assistiu a esta reunião.

Efectivamente o referido embaixador recebeu ordens concretas de Berlim para tratar com os chefes realistas portugueses sobre as bases já conhecidas e que são justamente as que Sousa Dias rejeitara na conferência realizada há pouco em Valladolid.

O emissário alemão declarou na conferência que os Alemães se uniriam aos monárquicos portugueses ficando a direcção do movimento a cargo de uma comissão mista composta de elementos realistas portugueses e alemães e à qual presidirá um chefe alemão que o embaixador em Madrid em tempo oportuno dirá quem é.

Sousa Dias continua a discordar por completo em que os Alemães intervenham em assuntos da conspiração, mas já recebeu carta de D. Miguel, por intermédio de Saldanha da Gama, pedindo-lhe que fizesse mais um sacrifício pela causa aceitando as propostas alemãs a título de consolação, pois de contrário nada se poderia fazer sem a colaboração dele, e que ele devia compreender que seria de muito mau efeito que um chefe alemão, de patente superior estivesse às ordens dum capitão.

---

<sup>91</sup> Continua a ser, julgamos nós, o desconhecimento destes documentos oficiais e secretos (na época) que leva ainda muitos historiadores a não compreenderem a beligerância portuguesa na Grande Guerra.

<sup>92</sup> Jorge Camacho.



Sousa Dias em vista desta carta de D. Miguel escreveu a Azevedo Coutinho perguntando-lhe se está de acordo com o novo estado de coisas para assim adequar a sua actividade à dele.

Naquela conferência em Vigo também se discutiu o plano geral.

Estiveram de acordo que uma incursão era um erro político pois o país combateria essa incursão por ela ser auxiliada por alemães e dirigida por eles.

Uma revolução em Lisboa ou Porto tão pouco poderia [ter] êxito de modo que não há outra solução senão preparar e organizar tudo para a guerra civil em Portugal.

Sousa Dias diz que antes queria ser republicano que lançar o país numa guerra civil.

O emissário alemão solicitou de Couceiro dez homens de confiança que irão para Madrid<sup>93</sup>.

Como se vê, ao mesmo tempo que internamente as diferentes oposições combatiam e se preparavam para conspirar contra o Governo Afonso Costa, podendo, eventualmente, alguma delas ter estranhas e espúrias ligações ao exterior, além-fronteiras os monárquicos não davam tréguas à República, aceitando associar-se e conversar com os adversários que haviam declarado guerra a Portugal. Raros eram aqueles que tinham laivos de sentimentos de honra e de verdadeiro patriotismo, entendido este como o amor desinteressado pela Nação e pela terra que os havia visto nascer. Importante era conquistar o Poder.

De um relatório datado de 14 de Agosto de 1916<sup>94</sup> extraímos alguns dados que nos fornecem pistas sobre a extensão da conspiração monárquica e da sua disseminação em Portugal.

O mais activo elo de ligação entre os Alemães e os monárquicos portugueses na Galiza era o antigo cônsul germânico no Porto; nos Olivais — então zona próxima de Lisboa — na quinta de D. Henriqueta Trigueiros Martel fazia-se reuniões onde se juntavam monárquicos e germanófilos;

---

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>94</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.

a conspiração monárquico-alemã era dirigida em Madrid por Martin Weinstein, sócio capitalista da CUF (Companhia União Fabril) que tinha como seu delegado em Lisboa Alfredo da Silva sócio-gerente da mesma empresa; em Lisboa, para além de Ayres de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel, director do jornal *Diário Nacional*, conspiravam activamente o Dr. Caldeira Cabral, o conde de Figueiró, os condes de Ficalho, os condes de Tojal, Luís e Fritz d'Orey, José de Alpoim, o general Novais e o seu filho, o engenheiro Novais, Botelho Pimentel, director da companhia Salamanca, Fronteira, Portugal, Soares Andreia, Alberto da Silveira, Xavier de Brito, o proprietário das tabacarias Mónaco e Marecos, os sócios da firma Lima, Neto Moura & C.<sup>ia</sup>, o anarquista Alfredo dos Reis Tony, José Pereira Cardoso Júnior, Manuel Alves do Rio, Manuel Pereira, redactor da Câmara dos Deputados, Rocha Corticeiro, que era um grande auxiliar de João de Deus Guimarães, Angel Salgado, Ulrich Frei, gerente do Hotel Central, o major Galvão e Karl Eduard Von Almen que se dizia suíço, para além de muitos outros mais. Mas era no Norte que se concentravam alguns dos mais significativos apoios dos monárquicos: em Monção, na casa de Barbeita, pertença do conde de Azevedo; em Braga o dirigente era o visconde da Nespereira; em Viana do Castelo os principais influentes eram a família Paraty, um filho de Paiva Couceiro e o conde de Folgosa; no Porto era figura de proa um tal Luís de Magalhães; em Viseu a conspiração era dirigida pelo Dr. Almir; em Vilar Formoso o responsável era César Augusto Torres. Contudo, a conspiração tinha também ramificações no Alentejo, nomeadamente em Évora, onde o chefe do comité parecia ser um picador do Regimento de Cavalaria, de nome Melo, estando implicados em actos conspirativos vários oficiais do mesmo regimento, começando no comandante, tenente-coronel Pereira da Silva e passando pelos capitães Vendeirinho e Almeida, pelos tenentes Castro, Viegas e Sousa Coutinho, pelos alferes Romero, Oliveira Mata, Coelho Ribeiro, Dávila, Valente, Carpinteiro e pelo cirurgião Blanco. Segundo o relatório todos se entendiam com os «incansáveis conspiradores» Motez, de Montemor-o-Novo, e Mota Capitão.

A rede conspirativa, mesmo admitindo que houvesse exagero por parte dos informadores, era extensa e abrangente; tão abrangente que constituía motivo suficiente de preocupação para o Exército.

Em Novembro de 1916 confirma-se o que há muito se sabia no Serviço de Informações: o clero católico estava altamente envolvido na conspiração monárquica, chegando ao ponto de armazenar armamento nas suas casas, tal como era o caso do padre Nemésio Rodrigues dos Reis, do concelho de Vila Pouca de Aguiar, ao qual, numa busca à residência, foram encontradas várias armas de fogo e abundantes munições<sup>95</sup>.

Com a aproximação da data do embarque das tropas para França começaram a surgir informações no Ministério da Guerra relativas a incitamentos à revolta e à desobediência<sup>96</sup>. Tais estímulos tinham, por certo, origem em monárquicos e outros não simpatizantes da política beligerante de Afonso Costa. A esta última conclusão chega-se pela denúncia feita em Fevereiro de 1917 contra os elementos do chamado *bloco* — nos quais estavam incluídos os simpatizantes e aderentes unionistas — que faziam propaganda, no Porto, junto dos bairros operários e nos quartéis, associando-se a monárquicos e germanófilos, nas vésperas dos assaltos que ocorreram nesse mês<sup>97</sup>.

Em Março, parece terem recrescido as tentativas monárquicas, já que, num relatório<sup>98</sup> datado de 23, se dá conta de várias movimentações no Norte de Portugal e na Galiza, nomeadamente: distribuição de panfletos subversivos impressos na tipografia de Francisco Bagueiro, em Tui<sup>99</sup>, que incitam à revolta do povo do Norte contra o do Sul, clamando mesmo pela independência<sup>100</sup>; reuniões em Tui entre o padre Domingos, Sá Pereira, Jorge Camacho, Martins de Lima, tenente Tomás (havia pouco tinha desertado de

---

<sup>95</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

<sup>96</sup> Veja-se, por exemplo, o caso de Raul Tomé Feteira, de Vieira de Leiria, denunciado em 3 de Janeiro de 1917. AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

<sup>97</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 2. Aqui se evidencia a possibilidade de andarem os monárquicos e outros opositoristas associados aos movimentos populares tidos, ainda agora, como espontâneos.

<sup>98</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.

<sup>99</sup> A autoria desses panfletos era atribuída ao Dr. Zeferino Cândido e Jorge Camacho, sendo entregues ao Dr. Ernesto Brito, de Valença do Minho, o qual se encarrega de os fazer chegar a: António Emídio de Almeida Azevedo, de Aveiro, ao padre Francisco Paredes, de Ponte da Barca, ao Dr. José Brás da Costa, de Tondela, a D. Clotilde de Meneses, Senhora da Hora, no Porto.

<sup>100</sup> Facto que se veio a verificar poucos meses mais tarde — cerca de 20 — no início de 1919 em acção conduzida por Paiva Couceiro.

Portugal) e alferes Campos; entrada em Portugal, com destino a Vila do Conde, de quatro malas e de duas caixas contendo 250 pistolas; conferências, em Tui, dos alemães Hofler e Karl Gilbert<sup>101</sup>, membros do comitê de espionagem de Vigo, com o padre Sá Pereira, do Porto, Augusto de Carvalho, de Valença, e Jorge Camacho para examinarem a correspondência recebida dos vários pontos de Portugal e em especial de Lisboa, que é dali remetida por D. Rui da Câmara; entrega de avultados fundos financeiros pelos referidos alemães para chegarem às mãos do conde de Azevedo e de D. Rui da Câmara; fuga ao serviço militar de vários indivíduos auxiliados por Manuel Dias dos Santos, ourives em Valença, e por Luís Ribeiro, alfaiate também naquela localidade; reunião do jornalista Joaquim Leitão, de Lisboa, em Valença e Tui, com Abílio Maria, Dr. Ernesto Brito, padre Esteves, a esposa de Martins de Lima, Jorge Camacho e os dois alemães já referidos; passagem da fronteira de Espanha para Portugal, por intermédio do espanhol Valentim Mateus, de sete cestos de verga de metro e meio de comprimento por setenta de largo e oitenta de altura, contendo carabinas que foram transportados por três automóveis para Ponte de Lima para a quinta e solar dos Soutos.

Percebe-se que, quanto mais o ano de 1917 avança, mais se aperta o cerco desenvolvido pelos monárquicos apoiados em agentes alemães residentes em Espanha. Compreende-se também que a desordem interna, em Portugal, favorecia a hipótese da restauração monárquica ou a da anexação por parte de Espanha com o apoio alemão. Se tal acontecesse, uma nova plataforma militar ficaria aberta sobre a França e sobre o Mediterrâneo com larga saída para o Atlântico, facilitando a guerra submarina, única forma que a Alemanha estava a usar de estabelecer o embargo mercante da Grã-Bretanha. Os monárquicos eram meros piões de brega neste quadro estratégico do qual nem faziam a mínima ideia que pudesse existir.

Como que para comprovar o nosso entendimento da situação vêm as informações do mês de Abril, das quais destacamos um pequeno relatório do adido militar português junto da Legação nacional em Madrid, datado

---

<sup>101</sup> Ex-cônsul alemão no Porto.

de 11 de Abril<sup>102</sup>. Refere o seguinte: «(...) tenho conhecimento que espionagem de Alemanha redobra de esforços, não só para ter conhecimento do que sob o ponto de vista militar se passa entre nós, como também para [sic] na situação interna do nosso país, provocando sucessos que levantem dificuldades à nossa cooperação militar na frente de batalha. Pelo questionário que foi entregue a um dos agentes de espionagem e que este facilitou, vê-se distintamente a intervenção da Alemanha num futuro movimento monárquico e que o comité alemão está ou procura pôr-se em relações com elementos monárquicos, com o fim de, senão obter resultados positivos, pelo menos produzir perturbações que dificultem a marcha da vida nacional. É positivo que há negociações entabuladas entre uns e outros elementos e, embora ainda não exista acordo definitivo, é natural que a ele se chegue dentro de breves dias. O comité director tem aqui por chefes o adido naval alemão Hans von Krohn [ou Krehn], casado com a filha de Weinstein<sup>103</sup>, o nosso conhecido von Kess [ou Koss] e um espanhol de nome Teodoro da Rita cuja identidade falta averiguar. Von Kess [ou Koss] vai com frequência à fronteira conferenciar com agentes seus e sabe-se que trabalham em Lisboa por conta deste comité indivíduos cujos nomes são: António Santos, Manuel Mendonça, João Galego, António Dias Costa e um tal Luís Vieira de Castro com domicílio no hotel Francfort, nome que coincide com o de um estudante da Universidade de Coimbra filho de um conhecido banqueiro do Funchal.»

Como se vê, se dúvidas restassem — por julgarmos tratar-se de exageros de agentes informadores ressabiados do Norte de Portugal — chegavam a Lisboa informações que iam no mesmo sentido de todas as anteriores e que, mais concretas ainda, relacionavam o adido militar alemão com os monárquicos portugueses e com as alterações da ordem que ocorressem no país. Isto leva-nos a poder colocar como hipótese que toda e qualquer tentativa revolucionária em Portugal no ano de 1917 terá, pelo menos,

<sup>102</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1262 n.º 1.

<sup>103</sup> Note-se que se trata do sócio de Alfredo da Silva, facto que prende de forma indelével e insofismável a Alemanha e as suas Forças Armadas a interesses económicos em Portugal e, consequentemente, aos monárquicos e a todas as forças que, de alguma forma, possam agir como reacção à acção republicana.

passado pelo conhecimento das autoridades alemãs com residência em Espanha ou, talvez, até pelo seu apoio formal em fundos pecuniários ou de natureza política. Esta via abre pistas muito largas para uma investigação que deixamos em aberto por se afastar do objectivo mais limitado e concreto que pretendemos demonstrar. Contudo, julgamos, valerá a pena levar até ao fim a avaliação de dados novos que temos vindo a expor.

Ainda em Abril, em consequência de pedido feito pelo Serviço de Informações do Ministério da Guerra, foi recebido o resultado de uma averiguação<sup>104</sup> levada a cabo em Bragança sobre a acção de um tal padre José Maria de Mendonça Negreiros, que fundou e patrocinou uma associação de carácter religioso de nome *União das Filhas de Maria* naquela cidade transmontana. Ele era, também, o director do jornal «monárquico-católico» com o sugestivo nome de *O Legionário Transmontano* e não escondia as suas tendências políticas e simpatias pela causa de Paiva Couceiro. Mas passou a ser francamente mais destemido a partir da chegada do bispo D. José Leite de Faria, «convicto conspirador». Para fazerem vencer as suas ideias reaccionárias junto das populações chegaram a «propalar, nas aldeias do distrito, sem que se apurasse qual a segura origem de tal ridículo boato, que o nosso eminente estadista Dr. Afonso Costa vendera aos aliados os nossos soldados ao preço de 4\$50 por cabeça»<sup>105</sup>. E nesta informação dá o governador civil interino a indicação de que o major Costa Pereira e o capitão Garcia, ambos do Regimento de Infantaria n.º 30, e o major Leitão Bandeira, de Infantaria n.º 10, partilhavam dos ideais políticos dos membros do clero antes referidos, não se eximindo de o manifestar publicamente. Quer dizer, com o país envolvido no conflito europeu, havia, ao nível do Ministério da Guerra, a mais absoluta consciência da corrosão ideológica da oficialidade militar em quem não se podia ter confiança, para além de se saber que a conspiração monárquica espalhava os seus tentáculos a quase todo o território.

---

<sup>104</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

<sup>105</sup> Boato que se espalhou em Portugal e que durante muito tempo alimentou uma certa historiografia que era manifestamente incapaz de perceber as motivações da beligerância nacional. Idem, *ibidem*.

Sobre a actividade conspiratória do ex-tenente Costa Pinto<sup>106</sup>, residente em Lisboa, nome já por nós referido algumas vezes — que, como mais à frente veremos, esteve ligado ao célebre Rol de Desonra — as informações cruzam-se oriundas de diversas fontes, dando-o como muito envolvido na conspiração monárquica e com importantes ligações aos alemães residentes em Espanha e, também eles, apoiantes da alteração da ordem política em Portugal.

Como mera curiosidade deixamos, para que conste, o falso nome adoptado por Paiva Couceiro no seu exílio voluntário na Galiza, de onde, com o apoio do sogro — conde de Paraty — com quem vivia, coordenava uma boa parte da conspiração monárquica e que chegou até nós através da informação do cônsul de Portugal em Tui<sup>107</sup>. Segundo o informador, Paiva Couceiro residia em Pontevedra, na Alameda 6, e recebia correspondência e era conhecido por J. M. J. Varela. E, sobre este antigo oficial de Artilharia que opôs resistência à proclamação da República em 5 de Outubro de 1910, noticiava o jornal *A Opinião*, de 13 de Agosto de 1917, que ele havia visitado, em Vigo, certo ex-oficial do Exército português, no dia 24 de Julho, tendo com ambos conferenciado, durante duas horas, o alemão Karl Gilbert.

Nesse mês de Agosto de 1917 a conspiração parece ter sido mais activa e o Exército esteve também mais atento aos acontecimentos quer internos quer externos<sup>108</sup>, razão pela qual mandou um agente especial ao Norte para se informar em pormenor da possibilidade de existência de uma tentativa de movimento insurreccional envolvendo monárquicos — Paiva Couceiro — e opositoristas ao Governo — Machado Santos. O agente, António Felisberto de Oliveira, não se privou de averiguar tudo o que era possível e a conclusão geral foi de que não havia notícia de se preparar uma insurreição geral no país, muito embora fosse possível estarem em marcha

---

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>107</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5, Informação n.º 923.

<sup>108</sup> Não podemos esquecer que foi neste mês que, em Espanha, estalou a greve geral que deu origem à forte convulsão social que abalou o país e as instituições e que, por detrás de tal estado de coisas, estavam os anarquistas (cf. Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. Vol. 1 – História de uma vida*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, ISBN 972-8704-53-4, p. 409).

revoluções em Braga, Porto e Lisboa com apoio do armamento arranjado nos quartéis militares que aderissem; de que os alemães residentes em Tui mantinham contactos com os Portugueses exilados e até com oficiais da guarnição fronteiriça, recebendo correspondência de Lisboa, através de um galego que trabalhava no restaurante *João do Grão*, a qual era levada para a Galiza através de um tal Francisco Vila Souto; de que o general Pimenta de Castro participava das reuniões conspiratórias; de que o conde de Azevedo era, no Norte, uma das figuras mais destacadas da conspiração monárquica, servindo-se da sua influência para livrar do serviço militar todos os manebos familiares de padres da região; de que, em Braga, a Guarda Nacional Republicana (GNR) não era de confiança e, além de tudo mais, constituía a maior guarnição armada da cidade; de que, em Chaves, circulavam informações sobre a possibilidade de estar para breve um qualquer acontecimento e que não oferecia confiança a Guarda Fiscal e Polícia de Emigração daquela fronteira.

No mesmo mês, no dia 15, era expedido para o chefe de gabinete do ministro das Finanças o ofício 917<sup>109</sup>, solicitando uma maior vigilância da Guarda Fiscal, em especial a da fronteira Caminha-Âncora-Montedro-Esposende, porque constava que os guardas eram coniventes com os conspiradores monárquicos, deixando passar caixotes de armamento, recebendo 5\$00 de gratificação por cada que entrasse em Portugal, estando envolvido neste tráfico, para além de Karl Gilbert, Paiva Couceiro e um tal Santos Matos, também conhecido por Pereira, com residência em Barcelona.

Em Setembro de 1917, no Ministério do Exército, pelo menos ao nível do Gabinete do Ministro, já não subsistiam dúvidas quanto às ligações espúrias que os sindicatos operários andavam a estabelecer com os monárquicos e, conseqüentemente, com os Alemães. Realmente, a 14 desse mês, o cônsul Godinho avisava telegraficamente da Galiza que «Jorge Camacho recebeu ontem notícias animadoras inimigos regime segundo essas notícias conde de Azevedo encontrava-se Braga com padre Domingos e general Jaime Castro estava ou esteve Porto Hotel Universal onde havia

---

<sup>109</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.



reunião conspiradores esperam adesão greve pessoal caminho-de-ferro parece estar resolvido comissões grevistas escolhidas devem procurar Governo quando esteja reunido conselho fim assassinar ministros essencialmente S. Exa. o presidente do Conselho e S. Exa. o ministro da Guerra dizem está iminente golpe mortal República consta boa origem Legação da Alemanha Madrid mandava grande quantidade dinheiro Portugal fim de restaurar monarquia»<sup>110</sup>.

O aviso não se concretizou no que de mais terrífico continha, mas a verdade é que, de facto, o golpe militar conduzido por Sidónio Pais<sup>111</sup>, cerca de dois meses e meio depois, incluía toda uma amálgama de elementos que dão perfeita razão ao telegrama do cônsul.

A 12 de Novembro o Serviço de Informações produziu a informação n.º 1456<sup>112</sup> cujo assunto é: «Movimento revolucionário» e tem origem em notícias do delegado no Norte do país, mais concretamente em Braga. Diz, textualmente: «Correm com a maior insistência boatos de uma larga preparação para um novo movimento acentuadamente monárquico-germanófilo, com o *tácito apoio de todas as oposições*. Em Braga, um dos dirigentes desse movimento será (?) o Dr. Assis Teixeira que, depois dos últimos acontecimentos, desapareceu da cidade (...). Diz-se que saiu inopinadamente de Braga e sob a maior reserva. (...) muitas pessoas vindas da Galiza afirmam categoricamente que os conspiradores e Alemães preparam uma insurreição em todo o país. De novo recomenda o nosso Enviado (...) que, embora contra a lei, se procure imediatamente fazer censura sobre as cartas depositadas na posta-restante das estações fronteiriças, pelas quais se chegaria ao conhecimento mais exacto do que se prepara.»<sup>113</sup>

<sup>110</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.

<sup>111</sup> Vd. Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910 – 1926*, Mem Martins: Europa-América, s. d. [1985], p. 153 e, também, Armando Malheiro da Silva, *op. cit.* p. 413-419 que, embora seja o biógrafo mais completo de Sidónio Pais, não nos esclarece suficientemente sobre todos os apoios que este teve para a execução do golpe que levou a cabo em 5 de Dezembro de 1917.

<sup>112</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 2. Infelizmente, nas nossas buscas no AHM, só conseguimos encontrar a primeira folha do relatório por, certamente, se terem perdido as restantes. Contudo, o seu conteúdo é suficiente para nos colocar no caminho das conclusões correctas.

<sup>113</sup> O itálico é da nossa autoria.

Pela mesma altura, numa outra informação<sup>114</sup>, fazem-se avisos muito sérios: o Jornal *O Liberal* continuava a ser local de conspiração; não se podia contar com o governador Civil de Lisboa nem com a polícia preventiva; conspirava-se descaradamente no centro unionista; esperava-se movimentos operários a toda e qualquer altura.

A situação era explosiva. O Ministério da Guerra, como documentalmente se pode ver, estava consciente da gravidade e da extensão da conspiração.

Em resumo e conclusão, pode dizer-se: que a conspiração monárquica nunca abrandou, tendo-se acentuado, porém, no ano de 1917, agravando-se com o passar dos meses; que havia disseminada por todo o território — Açores inclusive — uma ampla conspiração monárquica; que na Galiza e em Madrid estavam concentrados os esforços conspiratórios, os quais passavam por antigos oficiais do Exército exilados e por agentes alemães que se dispunham a financiar movimentos revolucionários ou instabilizadores em Portugal; que a Espanha, pela sua forte ligação à Alemanha, pretendia beneficiar política e territorialmente da instabilidade interna portuguesa; que, a partir sensivelmente da segunda metade do ano, a conspiração monárquica passou a aceitar aliar-se com outras formas de oposição política em Portugal; que a insatisfação política e social poderá ter corroído alguns dos suportes habituais da República e, nomeadamente, do partido democrático; que os monárquicos, inicialmente divididos entre os adeptos de D. Manuel e de D. Miguel, passaram a fazer causa comum durante o ano de 1917; finalmente, que faltava aos conspiradores monárquicos uma visão de conjunto das consequências da sua atitude obstinadamente anti-republicana.

### 3. O «perigo» alemão em Portugal

Acabámos de ver que, depois da declaração de guerra de Berlim a Lisboa, durante os anos de 1916 e 1917, ligado ao «perigo» monárquico, esteve quase sempre o «perigo» alemão consubstanciado numa aliança destinada a derrubar a República. Contudo, a pergunta que se pode colocar diz

---

<sup>114</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 2.

respeito a se houve realmente uma ameaça, mais ou menos autónoma, da Alemanha a Portugal sem ser efectivada nos campos de batalha ou na esperança da mudança de regime político. É a essa questão que tentaremos dar resposta neste momento.

A situação nacional apresentava características muito próprias que têm de ser analisadas com grande cautela. Com efeito, muito antes da declaração de guerra da Alemanha a Portugal já tropas daquele Estado haviam atacado, como vimos anteriormente, tanto em Angola como em Moçambique, territórios sujeitos à soberania portuguesa e, contudo, o estatuto internacional adoptado por Lisboa tinha sido o da não declaração, simultaneamente, de beligerância e de neutralidade; era ambígua a situação, contudo, por si só, não convidava às incursões alemãs que ocorreram. Assim, desde 1914, a Alemanha gozava, perante os Portugueses mais esclarecidos e necessariamente republicanos, de um estatuto de quase inimigo, pois, em última análise, era-o potencialmente por ter fronteiras vizinhas de territórios coloniais de Portugal. Este facto, associado à exploração do apoio que a Alemanha parecia disposta a dar aos monárquicos, rapidamente fez nascer a ideia de que os Alemães poderiam desenvolver acções de sabotagem e de espionagem em Portugal. E, certamente, poderão tê-lo feito, embora continue a existir falta de provas documentais irrefutavelmente comprovativas.

Ainda antes da declaração de guerra, mas muito próximo dela — em Janeiro de 1916 — o Depósito Geral de Fardamento, em Lisboa, no campo de St.<sup>a</sup> Clara, incendiou-se espectacularmente, tendo ardido na totalidade<sup>115</sup>. Nunca se apuraram nem causas, nem autores.

No entanto, na altura, admitiu-se que o fogo tivesse sido posto por um estrangeiro<sup>116</sup>; parece indubitável que o ministro da Guerra, Norton de Matos, havia sido avisado de um possível golpe de sabotagem sobre estabelecimentos militares, tal como havia acontecido já em Agosto de 1915, aquando do incêndio da fábrica de pólvora, em Chelas.

---

<sup>115</sup> Vd. do autor, «Portugal na Grande Guerra: Espionagem no Corpo Expedicionário Português» in *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas»* (apres. João Medina), Lisboa: Centro de História do Universidade de Lisboa, 1986, p. 45-70.

<sup>116</sup> Jornal *República*, 18 de Janeiro de 1916.

Os jornais da capital exploraram, em especial *O Mundo*, *O Século* e o *Diário de Notícias*, este acontecimento, à maneira da época, enquanto se constituía uma comissão parlamentar que não chegou a qualquer tipo de conclusão. Aliás, nunca ninguém soube explicar o tão calamitoso incêndio que, na altura, trouxe largos prejuízos à fazenda nacional e, acima de tudo, ao Exército, que viu destruídos inúmeros uniformes em linha de fabrico. O mistério adensou-se porque foram várias as testemunhas que ouviram explosões antecedendo a deflagração do fogo.

Hoje é possível, à luz de uma certa sensatez, admitir que o acto de sabotagem — se efectivamente o foi — tenha partido de qualquer movimento sindicalista, tão habituado, então, a fabricar bombas e a levar a cabo aquilo que, na actualidade, seria considerado puro terrorismo. Todavia, em Janeiro de 1916, foi mais atribuível a acção a espões estrangeiros do que a um qualquer nacional. A dúvida subsiste.

Um pouco para evitar que se generalizasse a ideia da existência descontrolada de espões e de espionagem alemã à solta por todo o país, ainda em 1916, mas já depois da declaração de guerra, em Junho, Norton de Matos mandou, a 26, que o jornal *O Mundo* actuasse de acordo com a legislação vigente se efectivamente se verificasse haver «um *centro* espião alemão na cidade do Porto»<sup>117</sup>, tal como tinha sido publicitado numa local, na edição de 23.

Realmente, após a declaração de guerra, a Imprensa começou a dar publicidade a *espões* e a actos de *espionagem* um pouco sem qualquer tipo de critério, generalizando-se a ideia de que Portugal poderia estar a ser vítima de actividades incontroladas de agentes estrangeiros e inimigos. Contudo, houve, efectivamente, espionagem ou tentativas feitas nesse sentido a partir do exterior, tal como se relata, com pormenor, na cópia da nota, datada de 2 de Outubro de 1916, enviada da Legação Francesa em Madrid para a Legação Francesa em Lisboa e que, em parte, transcrevemos:

---

<sup>117</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1264 n.º 6.

«Duas raparigas que vinham de Madrid da embaixada alemã espanholas, digo, alemãs e que se dizem solteiras professoras, foram hospedar-se no dia 24 no Hotel Terminus de Salamanca.

Pelas 11 horas da manhã foram a Vilares de la Reina (2 km) a casa de de D. Torralba. Este Sr. Torralba é um grande negociante de vinhos, carne de porco, etc. As raparigas almoçaram em casa do Toralba [*sic*] e voltaram a Salamanca às 8 ½ da tarde.

Na segunda-feira 25 de Setembro às 10 horas da manhã, um sujeito alemão e outro português foram procurá-las ao hotel e todos os quatro foram almoçar ao Café Suíço. O português levou do hotel uma caixa de madeira de 6,40 m de comprimento por 0,30 m de alto mais ou menos aparentando pesar uns 10 Kilos; caixa esta que as raparigas tinham trazido da embaixada alemã em Madrid.

Almoçaram no Café Suíço os quatro e ficaram no estabelecimento umas três horas.

Uma das raparigas tirou de uma pasta uma porção de cartas e documentos que entregou aos dois sujeitos. O alemão desenrolou um mapa geográfico que parecia ser o da região do Norte de Portugal que foi muito minuciosamente estudado pelos quatro que tomaram notas sobre ele, consultando para isso diversos documentos que as raparigas eram portadoras. O português e o alemão seguiram para Ciudad Rodrigo no comboio das quatro e meia sendo acompanhados à estação pelas duas raparigas.»<sup>118</sup>

Sobre estas mesmas jovens alemãs foram recebidas mais informações em Portugal, relatando os seus contactos não só com um alemão, mas com um tal José Saldanha, português, que se fazia acompanhar de um rolo com mapas da região fronteiriça do Norte do país. Os quatro terão andado pela fronteira portuguesa, segundo os termos daqueles que os seguiram com cautela e que de tudo informaram, fazendo «alta espionagem contra Portugal»<sup>119</sup>.

<sup>118</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1262 n.º 1.

<sup>119</sup> *Idem, ibidem.*

É claro que poderia tratar-se de combinações entre Alemães e monárquicos, tendo como objectivo avaliar a forma de auxílio com vista à restauração da Monarquia, mas também poderiam ser espiões interessados em actos de sabotagem que retardassem a chegada das tropas nacionais a França, não tanto pelo receio militar do pequeno contingente português, mas pelo efeito político que daí poderiam usufruir. E esse aspecto não deve ser descurado se tivermos em conta a acção de propaganda directa que o Alto Comando Alemão desenvolveu sobre os quase iletrados soldados portugueses acantonados nas trincheiras, na pequena frente de 12 km, na Flandres, quando Sidónio Pais assumiu o poder político em Portugal<sup>120</sup>.

A actividade que vimos acompanhando determinou a ida ao país vizinho de um agente português que conseguiu deslindar, em parte, a rede de ligações em Espanha e Portugal<sup>121</sup>. Ele foi peremptório: «A correspondência de espionagem e instruções para a alteração da ordem é remetida para o coronel Bessa e por sua vez a um comité militar que me afirmam existir aí. Neste ponto não há a menor dúvida.» Mais à frente, no seu pequeno, mas conciso relatório, dizia que «o alemão Harlesak é que vem aqui [Ciudad Rodrigo] uma vez por semana no comboio de Astorga, que vem da fronteira francesa e que entrega a José Saldanha tudo e este por sua vez a [sic] conduz a Ciudad Rodrigo ou a Fuentes de Onoro, entregando-a ali ao maquinista que a conduz a Vilar Formoso seguindo dali a Lisboa para as pessoas acima indicadas».

Não estão nos arquivos só os documentos a que acabamos de fazer referência; trouxemos estes à colação por nos terem parecido suficientemente ilustrativos da actividade de possíveis redes de espiões, as quais, como é sabido, quase nunca se entregam a explorar grandes acontecimentos, ficando-se por pequenas operações que no seu conjunto se tornam destabilizadoras de situações políticas, sociais ou militares. Na mesma linha, mas já em Maio de 1917, o grande secretário-geral do Grande Oriente Lusitano Unido, Elísio de Campos, informava o Respeitável Irmão Mimoso

---

<sup>120</sup> Lançaram, de aeroplanos, folhetos anunciando a ocorrência, na clara tentativa de garantir uma acção de desmoralização.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*.

Guerra<sup>122</sup> de que a loja *Humanitária*, de Beja, chamava a «(...) atenção para o facto de residir em Mértola um médico alemão de nome von Hafe, desconfiando-se que ele exerce espionagem»<sup>123</sup>.

Da mesma desconfiança resultou uma investigação feita na Figueira da Foz, em Junho de 1917, envolvendo uma artista circense de nacionalidade francesa, o seu amante — um alferes de Artilharia — e o suposto secretário mexicano da jovem senhora<sup>124</sup>, todos suspeitos de fazer espionagem a favor dos Alemães, através de sinalização luminosa destinada a informar eventuais submarinos germânicos da passagem de navios junto da costa. Em abono da verdade, ainda que a investigação tenha sido, para a época, bastante cautelosa foi, também, inconclusiva<sup>125</sup>.

Ainda em 1916, podemos dar notícia de como actuavam as forças possivelmente ligadas à rede de espionagem alemã montada em Espanha, visando Portugal. Contudo, neste caso, trata-se de um aviso feito por um cidadão que se quis manter anónimo e que optou por assinar a informação com a designação de «Grupo Companheiro do Bem»<sup>126</sup>. Começa por dizer: «Parece-me importantíssimo chamar a atenção do Governo para o desembarque de gente que vá assistir à parada militar de Tancos (...). Não tenho dúvida alguma em que esteja preparado qualquer golpe de audácia (...) pois o elemento revolucionário sindicalista *a tudo está disposto* para perturbar a mobilização e suas operações.» De facto, nada aconteceu de anormal no desfile das tropas treinadas no polígono militar de Tancos e que fez deslocar até lá uma composição ferroviária onde estavam desde entidades governamentais a adidos militares estrangeiros acreditados em Portugal, passando por muitos jornalistas. Não sabemos se a tranquilidade do evento se ficou a dever às medidas adoptadas ou se à falta de oportunidade ou de iniciativa das forças interessadas na desordem.

---

<sup>122</sup> António Nogueira Mimoso Guerra, oficial do Exército e, em 1917, subsecretário de Estado da Guerra, maçom, iniciado na loja *José Estêvão*, de Lisboa, em 1911 (A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 719-720)

<sup>123</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1264 n.º 6.

<sup>124</sup> Baseados neste mesmo processo, demos à estampa um romance histórico intitulado *A Dama de Ouros*, Lisboa: Prefácio, 2005.

<sup>125</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1264 n.º 6.

<sup>126</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 1.

O perigo alemão fazia-se sentir não só na perspectiva interna, mas também na externa. Nesta, os Ingleses tomaram, em tempo oportuno, posição para que os serviços nacionais apropriados actuassem em conformidade. Foi deste modo que a contra-espionagem do XI Corpo de Exército Britânico informou as autoridades militares do Corpo Expedicionário Português (CEP)<sup>127</sup> que se tinha «(...) conhecimento de que agentes inimigos operando em Espanha estavam procurando obter informações de carácter militar e fazendo campanha pacifista entre os militares do CEP que vão a Portugal de licença para o que aproveitam o trajecto em caminho-de-ferro.

Que era da maior urgência e necessidade que praças portuguesas e convenientemente instruídas fossem a Portugal de licença via Espanha para poderem fornecer esclarecimentos sobre os sinais destes agentes, parte do trajecto onde operam, maneira de proceder e se têm em vista fazer campanha pacifista só ou se vão mais longe e pretendem subornar ou recrutar agentes».

Esta informação, oriunda dos arquivos do CEP, vem dar verosimilhança e tornar aceitáveis todas as outras a que antes fizemos referência e cuja origem estava na rede de informadores do Serviço de Informações do Exército Português. Na Espanha neutral conspirava-se largamente contra a República Portuguesa com claro apoio de agentes alemães. A instabilidade social era um dos objectivos germânicos. Assim, é possível admitir, como hipótese, que, pelo menos, desde o início de 1916 a Alemanha terá estado, directa ou indirectamente, ligada a todas as alterações da orientação política nacional, incluindo o Governo Pimenta de Castro — que teve início em Janeiro de 1915 — tal como se veio a demonstrar com a presença desse general no seio da conspiração monárquica com ligações a agentes alemães<sup>128</sup>.

A declaração de guerra da Alemanha obrigou à adopção de medidas contra a colónia germânica em Portugal<sup>129</sup>. Primeiramente, os brandos

---

<sup>127</sup> Idem, 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 76.

<sup>128</sup> O comportamento de Pimenta de Castro posteriormente a 1915 vem demonstrar como estava francamente enganado o Presidente da República Manuel de Arriaga quando o convidou para formar Governo. Pimenta de Castro era, realmente, um monárquico infiltrado nas fileiras republicanais!

<sup>129</sup> Não se pense que era reduzida. Em Outubro de 1917 ainda o chefe do Serviço de Informações, capitão Luís Galhardo, solicitava ao chefe de Gabinete do ministro da Justiça que lhe facultasse o internamento de 47 cidadãos alemães na penitenciária de Coimbra (AHM, 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1264 n.º 6).



costumes nacionais levaram a que o internamento fosse *suave* e pouco severo em quartéis militares das diferentes guarnições, mas rapidamente o Governo percebeu que não podia deixar quase em liberdade os comerciantes alemães que, por todo o país, há muito se haviam instalado. Assim, mandou-os transferir para Ponta Delgada a bordo do navio *S. Miguel*<sup>130</sup>. E o internamento nas ilhas resultou, em grande parte, não só dessa quase liberdade de que continuavam a gozar, mas da simpatia que ainda nutriam junto das populações como disso dá exemplo o telegrama<sup>131</sup> do administrador do Concelho de Caldas da Rainha, o qual informava sobre as dificuldades sentidas pelo delegado do Ministério da Guerra junto do director do Hospital D. Leonor, onde estavam internados cidadãos alemães e de onde, por incúria, tinha fugido um.

A tentativa de os comerciantes alemães abandonarem Portugal, trocando o país pela Espanha, conduziu a que muitos de entre eles mantivessem o relacionamento comercial com antigos funcionários ou com cidadãos portugueses comerciantes também. Estamos documentados sobre estas situações com base em denúncias de contrabando, entre Madrid e Lisboa, feitas ao Serviço de Informações do Ministério do Exército<sup>132</sup>. Contrabando, esse, até de pedras preciosas.

Em conclusão, se é verdade que a *guerrilha* monárquica, desde 1910 — mais particularmente 1911 — representou um extraordinário desgaste tanto das estruturas políticas, administrativas e militares da República, não é menos certo que os Alemães com residência em Espanha se lhes associaram e se tornaram, também, um perigo constante contra Portugal; numa primeira fase pelo simples auxílio que deram aos monárquicos, em especial, miguelistas e, numa segunda, depois da eclosão da guerra na Europa, pela condução directa ou indirecta de acções de espionagem e sabotagem em Portugal. Esta constitui uma vertente pouco explorada quando se trata da beligerância portuguesa na Grande Guerra — até pelo secretismo que a

<sup>130</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1264 n.º 7.

<sup>131</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1264 n.º 6.

<sup>132</sup> Idem, *ibidem* (denúncia datada de 18 de Abril de 1917).

envolvia na altura e pela pouca investigação documental posterior — mas que terá sido altamente condicionante da entrada de Portugal no conflito, pois a ameaça era constante e a neutralidade ambígua não punha a República a recato de acções conduzidas do exterior, atentatórias da sua sobrevivência e, até, da manutenção da independência e soberania nacionais. Houve espionagem e sabotagens que serviram os intuítos germânicos durante todo o tempo que mediou a proclamação da República e o final da guerra. Com efeito, só o armistício pôs fim a uma colaboração espúria entre monárquicos e Alemães.

#### 4. Os «antiguerristas»<sup>133</sup>

Depois de termos particularizado a situação interna e externa portuguesa no que se refere àquilo que designámos por «perigo» monárquico e «perigo» alemão — os quais, como vimos, em grande parte, se encontravam interligados — temos, agora, de tentar separar as forças sociais que se opunham à beligerância. Destacaremos dois aspectos que nos parecem sintomáticos e peculiares no quadro interno que se prende à mobilização militar para a guerra: por um lado, a actividade anarquista e sindicalista, por outro, o «Rol de desonra». Ambos foram, quanto a nós, motores de diferentes tipos de opinião contra a beligerância, pois, se o primeiro visava desmobilizar os estratos sociais ligados ao operariado e aos trabalhadores em geral, o segundo procurava atingir a burguesia em toda a sua amplitude. Em suma, por processos diferentes, pretendia boicotar-se o esforço militar e governamental que estava na origem do empenhamento no conflito na Europa. Tentaremos dar de ambos a perspectiva seguida pelo Serviço de Informações do Ministério da Guerra, isto é, o prisma sob o qual o Exército olhava esta *oposição*.

---

<sup>133</sup> Esta designação foi utilizada entre os anarquistas portugueses para identificar aqueles que estavam declaradamente contra a participação de Portugal na Grande Guerra. Usamo-la, aqui, alargando-lhe o significado para nela incluir todos quantos, para além dos monárquicos, eram contra a beligerância nacional.

#### 4.1. A actividade anarquista e sindicalista

Tal como temos vindo a observar, a actividade do Serviço de Informações do Ministério do Exército procurava cobrir, o mais possível, todos os campos suspeitos que, de alguma forma, pusessem em risco a ordem e o bem-estar públicos e políticos do país. Naturalmente havia sectores para os quais estava mais vocacionado — a conspiração monárquica e a espionagem alemã feitas em separado ou conjuntamente — do que para outros. Claro que a apetência derivava, também, da sensibilidade aos riscos que percepcionava em função das informações que lhe chegavam e da possibilidade de actuar mais facilmente nuns campos do que noutros. Informações sobre o sindicalismo são em muito menor número do que sobre a actividade conspiratória dos monárquicos. Parece-nos evidente que assim seja.

O sindicalismo, em Portugal, surgiu muito tarde e, minimamente organizado, só aparece depois da proclamação da República.

Podemos dividir o sindicalismo em dois grandes sectores: o dos sindicatos rurais e o dos sindicatos operários. Os primeiros estavam implantados geograficamente no Alentejo e Ribatejo, chegando à zona de Setúbal, sendo raros no Algarve e em Castelo Branco e inexistentes na área da pequena propriedade. Segundo Oliveira Marques, «mesmo durante o seu apogeu, os sindicatos [rurais] nunca agruparam mais de 12 000 a 15 000 homens, o que corresponderia a uns 60 000 a 75 000 habitantes no máximo»<sup>134</sup>.

Os sindicatos rurais tiveram, logo após a proclamação da República, a sua fase mais intensa de actividade, a qual culminou com a greve de 1911-1912, em Évora<sup>135</sup>; depois disso entraram, até ao final da Grande Guerra, em declínio. A acção contra a beligerância junto dos trabalhadores rurais desenvolvida pelos sindicatos foi ínfima e, por isso, quase não se deu por ela no Exército. Curiosamente, era pior, na zona do minifúndio, a propaganda levada a cabo pelo clero católico<sup>136</sup>, por estar mais identificado com

<sup>134</sup> A. H. de Oliveira Marques (Coord.), *Portugal — Da Monarquia para a República*, Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 197.

<sup>135</sup> Cf. Ana Paula de Brito Pereira, «As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa» in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 477-511.

<sup>136</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1264 n.º 6.

a causa monárquica e com a luta desenvolvida pela República contra o predomínio da Igreja.

Quanto aos sindicatos operários, que até à queda da Monarquia pouco se tinham desenvolvido, após Outubro de 1910 sofreram um crescimento significativo, se atendermos ao tipo de tecido social no qual se implantavam. Ainda, segundo Oliveira Marques, em 1917, de acordo com o inquérito realizado então, registou-se a existência de 55 287 sindicatos, o que daria uma cobertura em número de associados por volta dos 200 000, ou seja, mais de metade da população fabril empregada no país<sup>137</sup>. Na prática, todo o território tinha sindicatos, sendo excepção os distritos de Bragança e da Horta, nos Açores. Todavia, a maior concentração fazia-se à volta de Lisboa e Setúbal e, depois, do Porto.

Ideologicamente este tipo de sindicalismo rapidamente evoluiu da posição de aglutinador dos trabalhadores à volta de reivindicações meramente laborais para posturas políticas do tipo anarquista.

O anarquismo foi anterior à proclamação da República, contudo, só depois de 1910 ganhou importância entre nós e, como ideologia política, associou-se ao sindicalismo durante o 1.º Congresso Anarquista Português, em 1911. Daí em diante, até 1924, ano em que derrotou por maioria esmagadora de votos a tendência comunista originária no Partido Comunista Português, esse estreitamento de relações entre sindicatos e anarquismo foi constante<sup>138</sup>. Durante o período a que nos vimos reportando (1914 a 1918) publicavam-se entre nós três revistas de matriz anarquista, que terão tido alguma influência sobre os trabalhadores, na posição que adoptaram perante a guerra: *Germinal* (1916-17), em Lisboa, que defendia a intervenção no conflito, e *A Sementeira* (1908-19), em Lisboa, e *A Aurora*, no Porto, que se opunham à participação na guerra<sup>139</sup>. Tal divisão entre anarquistas

<sup>137</sup> A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.* p. 219.

<sup>138</sup> Idem, *op. cit.* p. 394-395.

<sup>139</sup> Sobre esta temática poderá consultar-se um documento original publicado por António Ventura em *Portugal na Grande Guerra «Guerristas» e «Antiguerristas»*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 107-125 e, na mesma obra, da autoria de Maria Manuela Lima Santos e Olga Maria Vasco Ribeiro, «*A Aurora* e o Antiguerrismo», p. 71-103. Sobre o papel do jornal sindicalista *A Aurora* pode ver-se António Louçã, «1916: *A Aurora* denuncia o significado da guerra» in *História*, Lisboa, n.º 18, Abril, 1980, p. 56-68.

favoráveis à beligerância e a ela oponentes não deve ter escapado ao Serviço de Informações do Ministério do Exército e isso poderá ter contribuído para *baixar a guarda* até certos limites.

A ligação do sindicalismo ao anarquismo dificultou e dificulta o estudo em separado da posição de uns e de outros. Contudo, podemos dizer que, no plano prático, a União Operária Nacional (UON) — ainda que quase dominada por anarquistas — era tendencialmente contra a intervenção no conflito, embora a sua maior luta fosse contra a carestia de vida e todas as dificuldades que a guerra trazia às populações trabalhadoras. Para os dirigentes sindicais — anarquistas ou não — era a burguesia a grande culpada do horrível estado de coisas<sup>140</sup>.

A vigilância dos agitadores, ou supostos agitadores, foi contínua durante os anos de 1916 e 1917. É assim que a 11 de Outubro de 1916 se mantinha apertada atalaia sobre a porta da Cervejaria Leão, na esquina do largo do Camões, onde se costumavam encontrar João de Deus Guimarães<sup>141</sup>, Duarte Meira e Sousa e um carregador da estação do Rossio que, por norma, recebia ordens do primeiro. Ora, no dia 10 do referido mês, tinha havido uma pequena explosão na fábrica de material de guerra de Chelas e, à tarde, quando os esquivos personagens se reuniram, demoraram mais em conversa do que o habitual, facto que chamou a atenção do agente informador<sup>142</sup>, tanto mais que o comportamento de João de Deus Guimarães foi estranho, por ter abandonado o local em agitada e apressada fuga.

No plano restrito das informações, numa época em que a fotografia individual não era ainda comum, a Repartição chefiada pelo capitão Luís Galhardo possuía já duas fotos de um casal anarquista espanhol, que, sabia-se, havia entrado a fronteira com o intuito de se empregar em qualquer estabelecimento do Estado, em especial numa das várias fábricas de material de guerra, para levar a efeito acções de sabotagem ao serviço do

---

<sup>140</sup> Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento, 1976, p. 101-109.

<sup>141</sup> Como já vimos, era um dos grandes apoios dos monárquicos em Lisboa e com eles conspirava e sobre quem, em 1917, se mantinham suspeitas, em especial sobre a sua actividade em Espanha (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1295 n.º 5).

<sup>142</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1262 n.º 1.

anarquismo internacionalista<sup>143</sup>. Não sabemos se foi preso, expulso ou se levou a efeito os seus intentos.

Em 1917, no final do mês de Outubro, chegavam, por via telegráfica, informações alarmantes do adido militar português em Madrid: «Consta ter saído Bordéus anarquista espanhol de nome Constantino Barreira natural de Caraminhal (Corunha) de 30 anos de idade estatura [sic] cabelo preto, sobranceiras pretas nariz e boca regulares, queixo redondo, cara oval, corpo regular com uma névoa olho esquerdo. Dizem ter missão assassinar Presidente da República resultado acordo assembleia anarquista internacional realizada em Bordéus dia 23 em que consta ter sido resolvido morte chefes de Estado Europa. Dizem-me informação foi dada máxima reserva Governador Civil de Valladolid por comunicação Governo. Ignora-se paradeiro.»<sup>144</sup> Como resultado deste alerta foram dadas amplas instruções para os postos fronteiriços e para os Governos Civis, de modo a iniciar-se uma verdadeira caça ao homem. Era nestes momentos que o anarquismo e os anarquistas impunham respeito às forças da ordem e aos serviços de informações, tanto mais que não eram poucos os exemplos no estrangeiro de atentados por eles conduzidos e, em Portugal, eram comuns os rebentamentos de petardos e de granadas artesanais à passagem de forças de segurança: polícia cívica ou formações da GNR.

A acção anarquista estava, no Serviço de Informações, mais referenciada em relação a Espanhóis do que a Portugueses (estes confundiam-se e emaranhavam a sua luta, como já vimos, na dos sindicalistas e na dos conspiradores monárquicos). Realmente, em 14 de Setembro de 1917, o capitão Luís Galhardo, por despacho de Norton de Matos<sup>145</sup>, dava ordem, ao director da Polícia de Investigação, de expulsão dos espanhóis Isidoro Generelo Cordero, Ramon Guerrero Serrada, Bartomeu Hernandez Serralo e Tomaz Gabate, os quais estavam presos no Barreiro, dados por implicados na greve geral ocorrida havia pouco tempo. Naturalmente, a expulsão determinada não tinha como fundamento o simples facto invocado no ofício,

---

<sup>143</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1264 n.º 6.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*.

mas antes razões que deveriam estar ligadas à actividade grevista e, por conseguinte, à ideologia na altura dominante.

Ver-se-á, mais à frente, como se torna difícil na actualidade fazer uma clara destrição entre as diferentes manifestações populares — entenda-se operárias e urbanas — contrárias à beligerância, porque se ligavam intimamente ao aumento do custo de vida, à falta de géneros alimentícios, às reivindicações de melhores condições de trabalho e à expressão da ideologia política dominante. A todos estes fenómenos sociais estava atento o Serviço de Informações do Exército, devendo o seu chefe, como seria natural, ter uma escala de valores que hoje nos escapa face à simples leitura dos documentos. A abundância e a raridade de uns e de outros podem dar-nos uma pista sobre essa escala valorativa, mas nada nos garante de que o nosso ponto de partida não resulte de um dos muitos acasos da História. Seguimo-nos por meros raciocínios lógicos.

#### 4.2. «O Rol de Desonra»

Dissemos, páginas atrás, que o processo de desmobilização moral da burguesia face à beligerância portuguesa se fez de maneira diferente da utilizada para os grupos sociais mais basilares. É nosso parecer — função do muito que temos reflectido sobre a questão — que a forma que mais bem plasmou a propaganda contra a entrada de Portugal na guerra e contra o esforço que a todos os cidadãos era pedido enquanto soldados foi o prospecto que na altura se designou de «Rol de Desonra». Para compreender esta acção desmoralizadora já levada a efeito quando as tropas nacionais se encontravam em França é preciso uma brevíssima explicação sobre o que foi a guerra de trincheiras na frente ocidental.

Nos primeiros meses de guerra, em 1914, o conflito deixou de contar com o movimento das tropas como processo de forçar o adversário a alterar a sua posição geográfica no terreno; lentamente, mas de uma forma segura, todos os escalões empenhados no combate foram-se instalando defensivamente, através da escavação de trincheiras que se prolongaram até chegarem do mar à fronteira com a Suíça. As trincheiras que, a princípio, eram simples abrigos com pouca comodidade, com o passar dos meses,

tornaram-se verdadeiros aquartelamentos, onde as tropas viviam, comiam, dormiam e passavam a maior parte do tempo observando o adversário na sua frente, às vezes, a distâncias que chegavam aos 80 metros, noutras a 300 ou 400 metros. As comodidades eram pequenas, mas as possíveis, nas circunstâncias descritas.

A partir da trincheira de vanguarda formava-se, na sua proximidade, uma rede de outras que serviam para chegar às primeiras de modo devidamente abrigado das vistas e dos fogos do inimigo e outras, mais atrás, que, oferecendo maiores comodidades — sempre relativas — constituíam os redutos defensivos para auxílio em caso de um ataque; mais para trás, e já fora do alcance imediato do fogo adversário, construíam-se pontos de concentração de forças para resistir a possíveis, mas não desejáveis, avanços inimigos; mais para a retaguarda ainda, instalavam-se todos os serviços necessários ao apoio das tropas estabelecidas nas linhas mais à frente, incluindo os diferentes escalões de comando que, como parece lógico, se distanciavam, cada vez mais, das trincheiras sobre as quais exerciam a sua acção. Em nenhuma guerra os serviços de apoio e os comandos estão na frente de combate envolvidos na acção directa; isso só pode acontecer ocasionalmente e em circunstâncias muito especiais.

No dédalo de trincheiras, de redutos e de fortificações, conforme o perigo imediato ia diminuindo, aumentavam as habitações dos civis que, não tendo para onde ir, se mantinham nas suas terras, vivendo da agricultura possível ou do comércio que podiam e conseguiam fazer com as tropas. Quanto mais para trás se vinha mais *normal* parecia a vida, ainda que a distância das primeiras trincheiras não fosse de mais de seis ou de sete quilómetros. A 12 quilómetros, na maioria das situações, parecia que não havia guerra!

Reportando-se a Setembro de 1917, mas começando a circular por alturas de Novembro, surgiu em Portugal, amplamente divulgado nas cidades, um panfleto de 14 páginas com a dimensão de 14,5 por 22 cm, intitulado *Rol de Desonra*<sup>146</sup>. O autor continua a ser anónimo, embora tenha, na altu-

---

<sup>146</sup> Pode ser lido completo na obra de João Medina (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*, tomo II, Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1985, p. 81-86.



ra, corrido insistentemente que seria um médico do CEP que se preferiu esconder para sempre a deixar o seu nome gravado a tão nefasto meio de propaganda. Contudo, terá de haver uma muito bem definida distinção entre a autoria do prospecto — que, sem dúvida, tem de vir de França, dada a soma de pormenores que fornece e que só poderiam ser conhecidos por quem convivesse muito de perto com as tropas do CEP — e a divulgação do mesmo. Da análise que fizemos do processo existente no Arquivo Histórico Militar tudo nos encaminha para a distinção referida e para as conclusões que, na época, se apuraram<sup>147</sup>. A seu tempo explicaremos.

A designação — *Rol de Desonra* — terá nascido de uma outra — *Rol de Honra* — que encimava a lista de mortos que o jornal monárquico *O Liberal* publicava quase todos os dias, desde que as tropas portuguesas se encontravam em França<sup>148</sup>.

Depois de uma breve descrição de como estava organizada a frente portuguesa, o panfleto dá a explicação de um vocábulo inventado pelos Portugueses combatentes das primeiras linhas: «cachapim». Mas dava-a à boa maneira portuguesa: eivada de peçonha e despeito, babando ódio que cegava a mais elementar lógica.

Na nossa apreciação «cachapim» era todo aquele que usufruía de uma situação confortável longe do perigo. Era-o quem estava na 2.<sup>a</sup> linha em relação aos que se encontravam na 1.<sup>a</sup>, quem estava no abrigo do comandante de Batalhão relativamente aos que estavam no do comandante de Companhia, aquele que trabalhava no quartel-general da Brigada comparado com quem desempenhava funções no comando do Batalhão e era-o, também, quem, ficando na 1.<sup>a</sup> linha, estava distanciado uns metros dos que saltavam para a *terra de ninguém*. «Cachapins» eram afinal todos quantos a proverbial inveja nacional considerava beneficiarem um pouco mais do que os que se julgavam em pior situação.

---

<sup>147</sup> Nem poderiam coincidir, tanto mais que se desconheciam os arquivos do Serviço de Informações do Exército e, por outro lado, se não estava a par das diligências policiais desenvolvidas. Não pretendemos ter nesta matéria a última palavra, pelo que julgamos que se trata de um assunto ainda à espera do seu historiador.

<sup>148</sup> António Cabral, *Em Plena República*, p. 342, citado por João Medina, *op. cit.* nota n.º 12, p. 165.

Depois de identificar o vocábulo «cachapim» o pasquim deixa escapar com larga soma de pormenores os nomes dos oficiais que, por força das suas funções, não podiam estar colocados nas trincheiras das primeiras linhas e nisto explora demagogicamente a ignorância de todos quantos supostamente leriam a informação. Vai ao ponto de acusar o chefe do estado-maior do CEP — tenente-coronel Roberto Baptista — de não frequentar as trincheiras! Era a prova do total desconhecimento das funções deste oficial ou, o que é pior, a tentativa de envenenar a opinião pública contra um dos mais destacados, organizados e meritórios oficiais da expedição nacional. Vem depois um rol de oficiais, quase todos identificados como adeptos políticos de Afonso Costa. Neste cuspir de injúrias e venenoso babar saltam como casos dignos da maior nota os filhos de Afonso Costa, de Leote do Rego e de Bernardino Machado.

Duas excepções são apontadas no *Rol de Desonra*: António Joaquim Granjo<sup>149</sup> e Joaquim Ribeiro<sup>150</sup>, aproveitando-se para manchar a honra de Carlos Olavo por, sendo oficial numa bateria de artilharia, ter requerido o regresso a Portugal para «como deputado que é assistir às sessões das câmaras, isto é, em português chão mas verdadeiro, desertar a coberto da sua qualidade de deputado democrático».

Conclui o panfleto com o seguinte parágrafo que, pelas omissões e sugestões que deixa no ar, acalenta a fértil imaginação de quem o ler e estiver mal informado sobre o que é uma guerra e, em particular, o que foi a guerra de trincheiras: «Depois dos nomes que aí ficam<sup>151</sup>, não é preciso mais e basta apenas afirmar, acompanhado por mil outras vezes, que raros desses entusiastas democráticos tiveram a coragem de vir aqui até à frente, às trincheiras, que é onde verdadeiramente se faz a guerra. A esmagadora maioria lá ficou vergonhosamente para a retaguarda, ao passo que aqui na frente se batem os humildes e corajosos filhos das nossas províncias, guiados pelos firmes caracteres de muitos e muitos briosos Portugueses sem a mais ligeira ligação democrática. Honra lhes seja feita!»

---

<sup>149</sup> António Joaquim Granjo era deputado do Partido Democrático e tinha, então, 36 anos de idade.

<sup>150</sup> Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro, deputado desde 1911, tinha, à data, cerca de 35 anos de idade.

<sup>151</sup> Apenas 27 de um total de 3376 oficiais que integraram o CEP.

As catorze páginas do panfleto destilavam ódio contra o Partido Democrático, exactamente aquele que tinha conduzido uma política de afirmação altiva de Portugal no concerto das Nações europeias da época. Eram páginas que iam direitas ao sentir da burguesia revoltada das grandes e pequenas cidades de Portugal. Burguesia que não percebia ou que não queria perceber — não por falta de ilustração, mas por comodismo — o que representava, em termos políticos, a beligerância nacional.

Analisando um pouco mais em pormenor o panfleto verifica-se que são mencionados 27 nomes de oficiais do Exército, todos ligados ao Partido Democrático, dos quais se devem retirar dois, de quem se tece o elogio; dos 25 restantes quatro são oficiais do Serviço de Administração Militar — ou seja, quase um quinto — que, por força das suas funções orgânicas, nunca poderiam estar nas primeiras linhas das trincheiras; restam 21 nomes num universo de 3376 oficiais de todas as Armas e Serviços! Temos de convir quanto de demagógico e de pouco ou nenhum valor real existe na acusação feita no chamado *Rol de Desonra*. Contudo, este panfleto fez movimentar o Serviço de Informações, não pela quantidade do rol, mas pela qualidade dos nomes nele mencionados, porque pretendia-se demonstrar que, por um lado, os políticos ligados ao Partido Democrático iam para a guerra ocupar lugares pouco ou nada perigosos (erro cretino, na medida em que este foi o primeiro conflito classificado como *guerra total*, exactamente, por ser uma contenda que atingia todos de forma envolvente, fossem ou não combatentes) e, por outro, os filhos dos mais destacados elementos do Governo estavam a recato na retaguarda. Curiosamente, e quase para desmentir o que se afirmava em Setembro de 1917, Jaime Cortesão — o deputado democrático, o médico militar, o combatente e o historiador — conta-nos, decorriam ainda as primeiras horas da Batalha de La Lys: «Custa-me a reconhecê-lo, tão deformado e branco tem o rosto. É o alferes Jaime Leote do Rego. E baixinho, que o bulir dos lábios abre-lhe dores na face, conta-me o seu caso.

Noite ainda, marcha para a frente, a restabelecer as ligações telefónicas. Já alguns Ingleses abandonam as baterias esfaceladas. E ele continua na sua faina, em meio da tempestade [entenda-se, tempestade vomitada pelas inúmeras peças da artilharia alemã], arrostando longo tempo, no

cumprimento terrível do dever, o vendaval de ferro e fogo, até que um estilhaço lhe rasga a face desde a orelha até à boca. Duas horas tem de andar a pé, esvaindo-se em sangue.»<sup>152</sup> Jaime Leote do Rego foi uma das vítimas do *Rol de Desonra!* Outro foi Hélder Ribeiro que comandou um dos poucos Batalhões de Infantaria de Portugal que entraram na perseguição efectiva dos Alemães antes do Armistício, em Novembro de 1918.

Depois desta breve, mas, julgamos, explícita análise do conteúdo do panfleto a que nos vimos reportando, importará debruçarmo-nos sobre a acção do Serviço de Informações e de como actuou para encontrar os responsáveis.

Uma vez mais vamos tentar descrever acontecimentos segundo uma perspectiva cronológica para que se possa compreender o fio condutor dos mesmos.

Nos primeiros dias de Novembro de 1917 começaram a surgir, com grande intensidade, por muitos lugares, os panfletos designados *Rol de Desonra*. Acontece que, no dia 3, sábado, véspera das eleições municipais de Lisboa, o jornal «monárquico tradicionalista», como ele próprio se classificava, *O Liberal*, faz, no artigo de fundo<sup>153</sup>, um apelo ao voto na lista monárquica, evidenciando, na sua perspectiva, a incompetência dos democráticos e dos evolucionistas para os cargos de munícipes. O ataque era cerrado. Por outro lado, ainda na primeira página, avisa que o ex-tenente Costa Pinto, monárquico e secretário da redacção, por motivos de saúde, se ausentou, na véspera, de Lisboa. Na segunda página, dá a saber que as instalações do jornal foram revistadas por uma força de polícia cívica chefiada pelos agentes Jerónimo Martins e Fazenda, não dando para o facto qualquer explicação.

O director do jornal era um tal António Teles de Vasconcelos.

Contudo, desta inocente notícia sobre a revista feita às instalações foi lavrado um auto de polícia<sup>154</sup> que existe no arquivo do Serviço de Informações e que nos esclarece sobre a missão: assim, a busca tinha como finalidade

---

<sup>152</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 228.

<sup>153</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1263 n.º 3.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*.

detectar e apreender exemplares do panfleto *Rol de Desonra*; não foi encontrado nenhum exemplar do dito panfleto, mas foram apreendidas uma pistola e uma espingarda com os respectivos carregadores e munições, mais um manuscrito intitulado «Ao Povo de Lisboa».

Esse manuscrito, apenso aos autos e que, embora se descontando o fervor da linguagem da época, é incendiário, porque clama pela revolta do povo contra os gastos feitos em deslocações pelo Presidente da República, por Afonso Costa, por Leote do Rego, chamando «alcoólico» a Alexandre Braga, a todos acusa de perdulários. Considera que o município de Lisboa está entregue a uma corja que precisa ser corrida pelo voto popular. Anexo a este auto está um outro de busca a casa de António Rodrigues Graça com a mesma finalidade e ali foram encontrados dois maços do panfleto *Rol de Desonra*, contendo, cada um, 445 exemplares e mais um jornal com o título *A Causa*, propriedade de E. Narciso de Andrade. Tratava-se do primeiro número e logo na primeira página mostrava uma grande fotografia de D. Carlos; o artigo era assinado por António Teles — por certo o director do jornal *O Liberal*, já que, na segunda página, surgia um artigo sobre D. Carlos e D. Luís Filipe, agora assinado por Júlio da Costa Pinto e, na terceira, um outro sobre o mesmo D. Luís Filipe assinado pelo director do jornal, António Rodrigues Graça. Por fim, na quarta página, numa pequena local dizia-se: «O próximo número será dedicado a Sua Majestade El-Rei o Sr. D. Manuel II.» E, mais à frente, «Os números que se lhe seguirem prestarão de igual forma homenagem aos Portugueses que fora e dentro de Portugal sabem honrar a Pátria e lutam pela causa Sacrossanta da Monarquia». Pedia-se depois para que, quem quisesse assinar o jornal, o fizesse para a morada onde fora efectuada a busca.

Se outras diligências não tivessem sido efectuadas, bastava a que referimos antes para se concluir que o *Rol de Desonra* tinha origem monárquica e que dele deveriam ter conhecimento tanto o director como o secretário da redacção de *O Liberal*.

Também dos autos consta, no mesmo dia 3, o de busca à residência de António Teles de Vasconcelos com a mesma finalidade dos anteriores; também ali foram infrutíferas as investigações. Seria imprudência a mais que por lá andassem exemplares do *Rol de Desonra!*

Na busca ao jornal *O Liberal* foi levado preso o jornalista António Stubbs de Lacerda, de 30 anos de idade, que na altura se encontrava nas instalações do periódico. Foi interrogado sobre a actividade de Costa Pinto — sobre quem incidiam com mais força todas as desconfianças do Serviço de Investigação. Confirmou que mandou um criado daquele levar-lhe a casa, antes de ele se ausentar de Lisboa, um pacote, embrulhado em papel de jornal, que poderia ser de livros ou de demais impressos que desconhecia.

Entre outros, foi também levado preso, António Rodrigues Graça, morador na rua da Indústria n.º 15 r/c — a morada do já referido jornal *A Causa* —, tipógrafo, de 26 anos, que se encontrava nas instalações de *O Liberal* à hora da busca feita àquele periódico. «À matéria dos autos disse: Que os dois maços de exemplares, com o título “Rol Desonra” [*sic*], que a polícia lhe apreendeu, em sua casa, lhe foram entregues pelo Secretário da Redacção do Jornal “O Liberal”, Júlio da Costa Pinto, para o respondente os dobrar, o que chegou a fazer, tendo já feito entrega de uns mil exemplares, pouco mais ou menos, ao dito Costa Pinto não sabendo o respondente o destino que este deu aos referidos exemplares, nem mesmo sabe onde estes foram impressos nem compostos; declarando mais que tencionava levar, pelo trabalho de dobrar os exemplares, a quantia de um escudo e cinquenta centavos. Que o jornal com o título “A Causa” que também lhe foi encontrado em sua casa lhe pertence do qual é Director, sendo impresso na tipografia da rua da Oliveira ao [?] Carmo número dez. Que os exemplares acima referidos, depois de serem dobrados os levou para a Redacção do “Liberal” deixando ali ficar no Gabinete do Costa Pinto, tendo também levado para o dito Gabinete uns quatrocentos exemplares, ignorando o destino que eles tiveram (...).»

A origem do *Rol de Desonra* estava estabelecida — era, sem sombra de dúvida, o fugidio Júlio da Costa Pinto, monárquico convicto que, segundo parece, também se terá encarregado de coordenar a distribuição pelo país. Todavia, a autoria do panfleto, essa, era desconhecida. Indubitavelmente autoria e difusão eram acção de monárquicos. Mas é necessário explicar como chegou a polícia tão rapidamente ao jornal *O Liberal* e à rua da Indústria. Cuidaremos disso de seguida.

Como já oportunamente vimos, o Serviço de Informações do Exército solicitava que os seus agentes não assinassem as notícias que lhe faziam chegar. É deste modo que temos hoje de consultar uma informação anónima intitulada «Rol de Desonra – “Liberal” – Lisboa»<sup>155</sup> que diz como se segue.

Na redacção do “Liberal”, na cozinha e junto às pilhas que ali se encontram, estão em depósito várias cartas e originais que podem fornecer elementos de apreciação sobre aquele panfleto e sobre os artigos da “Grande Guerra”.

No armário da mesma cozinha há também rolos de originais, entre os quais alguns assinados por Rocha Martins e por cuja letra se pode provar a autoria da local sobre a morte do General Pereira de Eça.

Nas gavetas da mesa tosca, que se encontra na sala da redacção (primeira à entrada), há também originais e um artigo de fundo assinado pelo mesmo Rocha Martins.

Na secção “Folha Corrida” do “Liberal”, dos últimos números de Outubro e primeiros de Novembro, (ver o de 30 de Outubro) há evidentes referências ao “Rol de Desonra”, ou pelo menos expressões iguais à desse panfleto, como por exemplo *cachapins*, significando emboscados, o que parece indicar o perfeito conhecimento que naquela redacção havia do referido “Rol”.

Convém consultar, na própria redacção, a colecção do “Liberal”, que deve estar sobre a mesa do director.

O informador tinha, necessariamente, de conhecer muito bem as instalações de *O Liberal* e assim se explica que a polícia tenha ido aos sítios certos procurar o que sabia que podia encontrar. Mas não se julgue que esta acção terá resultado de um acto improvisado... Isso não seria possível sem que se tivesse montado com antecedência a vigilância sobre Costa

---

<sup>155</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 2.

Pinto. Com efeito, quando se estava a fazer a busca ao jornal, já se andava a seguir Júlio Costa Pinto no comboio que o levou ao Norte do país. Montou-lhe a vigilância o agente Virgílio Pinhão que, em 5 de Novembro, descreve com ampla soma de pormenores a viagem<sup>156</sup>. De facto, desde com quem o vigiado conversou, até a quem entregou panfletos, tudo se relata e, por isso, ficamos a saber que em várias estações — Santarém, Entroncamento, Coimbra Alfarelos, Aveiro — havia sempre um contacto a quem entregava panfletos, sendo que, em algumas das estações referidas, eram até oficiais do Exército, fardados, que os vinham recolher. E o agente, na sua perseguição, com grandes cautelas, conseguiu saber que os fins da viagem eram dois: fazer entrega do *Rol de Desonra* pelos Regimentos do País e ir-se encontrar, em Baião, com o ex-conselheiro António Cabral. Costa Pinto travou também conhecimento com o Dr. Fernando Lindoso, «grande e influente» monárquico de Braga. Soube o agente Virgílio que Lindoso havia estado em conferência nos jornais *O Dia* e *Juventude Católica*, «onde lhe tinham mostrado o “Rol de Desonra” e onde também lhe tinham garantido que o general Tamagnini se tinha demitido do comando do CEP e que já vinha a caminho de Lisboa». E, mais grave ainda, afirmou «que sabia ter sido o “Rol de Desonra” feito por um tenente-coronel do Estado-Maior do CEP»<sup>157</sup>.

Estas últimas informações só confirmam a nossa opinião quanto ao apoio e provável origem do panfleto que estava a fazer ruir a confiança do Exército no Governo e nas causas que haviam determinado a beligerância.

Costa Pinto e Lindoso foram presos no Porto, por intervenção do agente do Serviço de Informações junto da polícia daquela cidade, não sem que antes o mesmo agente, aproveitando o facto de o antigo oficial do Exército estar a dormir, lhe tivesse passado revista à mala grande onde calculou que estivessem cerca de 200 a 250 panfletos do *Rol de Desonra*.

---

<sup>156</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1262.

<sup>157</sup> Estas informações não são de ter em absoluta confiança, pois, também, o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante do CEP, não tinha pedido a demissão. Todavia, algum fundamento existia na informação, porque aquele oficial general estava bastante insatisfeito com as decisões quanto a licenças de campanha que em Lisboa se tomavam à revelia da sua própria vontade e do seu prévio conhecimento.



A 8 de Novembro de 1917, ou seja, cinco dias após a busca às instalações do jornal *O Liberal* e um mês antes da vitória de Sidónio Pais, o já então major Luís Galhardo elaborou um longo relatório<sup>158</sup> destinado ao ministro da Guerra. Vamos segui-lo, dado ser uma peça importante do desenrolar de toda esta conjura, a qual, pela sua grandeza, envenenou ainda mais a opinião pública, especialmente a militar e a civil supostamente esclarecida.

Afirma ele, a dado passo, que existia um vasto *complot*, que se estendia a todo o país, mas cujas raízes se encontravam em Espanha e no Norte, «destinado não só a manter latente a agitação em Portugal, como a auxiliar todas as propagandas desmoralizadoras da nossa intervenção na guerra e tendentes a restaurar a monarquia». Mais à frente explicava a finalidade dessa propaganda, cuja acção se fazia sentir já desde 13 de Dezembro de 1916, a qual compreendia:

- «1.º - O auxílio às greves parciais das diferentes classes operárias, tendendo para a greve geral;
- 2.º - O incitamento a todas as rebeliões de carácter militar e político;
- 3.º - O descrédito dos Partidos colectividades e indivíduos de representação republicana, partidários da guerra;
- 4.º - Os atentados pessoais;
- 5.º - As sugestões e propagandas directas junto das unidades do Exército e nomeadamente junto de grande número de oficiais que os nossos inimigos e os conspiradores monárquicos julgam desafectos à guerra e às instituições republicanas.»

Estavam sintetizadas as orientações conspirativas existentes, falhando, contudo, a que viria a vencer menos de um mês depois desta informação.

Este facto levanta-nos, ainda que fora do seu tempo e contexto, duas dúvidas: em primeiro lugar, em que medida Sidónio Pais beneficiou do clima que os monárquicos e todos quantos estavam contra a beligerância haviam criado; em segundo lugar, mais complexo ainda, em que medida a revolução sidonista não foi a *revolução monárquica* possível no momento.

---

<sup>158</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262.

Esta última incerteza até pode encontrar terreno propício para se fundamentar na repentina desvinculação de Brito Camacho a poucos dias da eclosão do movimento — por certo o chefe unionista poderia apoiar um movimento contra os democráticos, mas não o julgamos capaz de se entender descaradamente com os monárquicos; a lição com Pimenta de Castro ter-lhe-á chegado, julgamos nós.

Galhardo, depois de resumir a Norton de Matos todos os procedimentos a que já fizemos referência identifica os indivíduos que estariam implicados no *Rol de Desonra*: engenheiro António Teles de Vasconcelos, ex-tenente Costa Pinto, António Rodrigues Graça, o ex-oficial do Exército Eurico Sampaio Saturio Pires, António Stubbs de Lacerda, Manuel João Domingues (negro, criado e afilhado de Costa Pinto), Fernando Lindoso, António Cabral, Benjamim Ennes Rocha Viana (antigo lugar-tenente de Paiva Couceiro no ataque a Chaves), ex-capitão Joaquim Nobre Sobrinho, para além de todos os restantes oficiais com quem Costa Pinto contactou para entregar panfletos.

Norton de Matos lançou o seguinte despacho à margem da informação: «Nomeio o major Ducla Soares para proceder a auto de corpo de delito com todos os poderes de agente de polícia judiciária militar em tempo de guerra.»

Os acontecimentos precipitam-se a uma velocidade enorme. A 12 de Novembro já Galhardo<sup>159</sup> informava de que tinham sido descobertas quatro bombas em casa de Costa Pinto numa nova busca feita ao local e da existência de cartas trocadas entre ele e os agitadores Manuel Pedro de Abreu, João de Deus Guimarães, Eduardo Gomes Leite e Sebastião Eugénio — todos implicados no 13 de Dezembro de 1916. Nesse mesmo dia, em Conselho de Ministros, o *Rol de Desonra* é considerado propaganda germanófila e manda-se que sejam apreendidos todos os exemplares possíveis.

No dia seguinte, dá-se conta de já terem sido recolhidos cerca de 2000 exemplares do panfleto<sup>160</sup>, mas sabe-se que muitos mais continuam em circulação<sup>161</sup>. Informa o ministro do Interior que, por decisão do Conselho de

<sup>159</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1263 n.º 3.

<sup>160</sup> Basta este simples número (de um panfleto de 14 páginas) para se perceber que por detrás dele estava uma organização poderosa do ponto de vista político e financeiro; já não se tratavam de pequenos grupos de inconformados; era muito mais do que isso.

<sup>161</sup> Idem, *ibidem*.

Ministros, todos os implicados no processo em análise deveriam ser expulsos do país por participarem em propaganda germanófila. Também por decisão do Conselho foi suprimida a existência e publicação do jornal *O Liberal*. A repressão cai com força excepcional sobre esta nova forma de destabilização da sociedade portuguesa.

Sabia-se que a conspiração contra o Governo estava em marcha, no entanto, tudo nos indica hoje, parecia não se ter acertado com a origem da mesma. Portugal estava a atravessar a sua maior crise depois da proclamação do novo regime, porque a insatisfação era geral e os conspiradores estavam a aproveitar esse facto para, utilizando *caixas de ressonância*, multiplicar o efeito; o *Rol de Desonra* era uma das espoletas mais potentes. Disso o Governo tinha consciência.

A situação estava má em todo o país e a prová-lo, o inspector de polícia Floro Henriques, a 15 de Novembro, escreveu directamente a Norton de Matos a seguinte carta<sup>162</sup>:

A conspiração germanófila progride com todo o incremento. Aliciam-se civis e militares e ajuramentam-se. O pretexto e fim apontados aos aliciandos são vários, conforme o credo e inclinações de cada um: aos monárquicos dizem que é para restaurar a monarquia, aos que são tidos como republicanos que para derribar o actual governo e formar-se um governo nacional, a uns, um governo de Machado Santos a outros. O país é percorrido por verdadeiros e falsos oficiais do exército e da armada. A ORGANIZAÇÃO tem centenas de contos ao seu dispor. Tem ao seu serviço muitos automóveis.

Se eu tivesse a liberdade de acção que tinha em 1911, E QUE ME FOI COARCTADA POR IMPOSIÇÃO DOS INIMIGOS DAS INSTITUIÇÕES, dar-lhes-ia, a tempo, o golpe que em 1911 lhes dei.

Por estes dias vai ser chamado a Lisboa um indivíduo daqui [Coimbra] para ser aliciado e ajuramentado nessa cidade. Tem V. Exa. aí pessoas de *comprovada* confiança e discrição, mas de comprovada confiança? Se tem, mandar-lhe-ei os sinais do indivíduo que aí há-de ir para que, quando aí

<sup>162</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

chegue, seja reconhecido e seguido segundo as instruções que oportunamente enviarei a V. Exa.. Seria óptimo que os indivíduos encarregados dessa diligência fossem munidos de uma máquina fotográfica para instantâneos. Depois direi para quê.

Se V. Exa. assim o entender, disponha as coisas de forma que eu seja chamado PELO GOVERNO CENTRAL a Lisboa e aí conferenciaremos.

Rogo a V. Exa. que me responda com prontidão, pois que o tempo urge.

De V. Exa. correligionário e dedicado admirador.

O pedido feito ao ministro do Interior foi já tardio, pois só a 26 de Novembro foi requisitada a presença do inspector Henriques, mas, da carta dele, fica mais do que demonstrado que a conspiração era geral e que o golpe de Sidónio Pais, nos primeiros dias de Dezembro de 1917, tem de passar a ser olhado de modo muito distinto daquele que até hoje se descreve. Por aqui deixamos algumas pontas à espera do historiador que tome como suas as pistas que propomos e provamos existirem, já que o nosso propósito é, neste trabalho, diverso desse.

Voltando ainda e uma vez mais ao *Rol de Desonra*, convirá recordar que no dia 13 de Novembro foi aprovado e publicado o Decreto n.º 3544 que no seu n.º 1 determinava a expulsão do país de todos os indivíduos que se viesse a provar estarem implicados na difusão da propaganda germanófila ligada àquele panfleto. No dia 17 foi dada ordem de efectivação da expulsão imediata de Júlio da Costa Pinto e de Fernando da Silva Bourbon (Lindoso) por se acharem abrangidos no disposto pelo Decreto antes referido. Os restantes ficavam sob prisão ou com mandado de captura (António Cabral, Benjamim Ennes Rocha Viana e Joaquim Nobre Sobrinho)<sup>163</sup>. A 20 eram expulsos Eurico Saturio Pires e António Teles de Vasconcelos<sup>164</sup>. Dois dias depois, o governador civil de Lisboa informava o ministro da Guerra que Joaquim Nobre Sobrinho já tinha sido preso e havia seguido para a fronteira a fim de ser expulso do país<sup>165</sup>.

<sup>163</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1263 n.º 3.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>165</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1264 n.º 7.

Em 28 de Novembro, pela Informação n.º 1522, dava o major Galhardo conhecimento ao ministro da Guerra de que o cônsul de Badajoz havia comunicado que João de Azevedo Coutinho, um conhecido monárquico conspirador, estava naquela cidade à espera dos recém-expulsos de Portugal. Ainda no dia 1 de Dezembro era mandado apresentar ao oficial de polícia judiciária militar, major Ducla Soares, o cadete Julião Sarmiento Vasconcelos e Castro<sup>166</sup>. As suas declarações ainda constam do auto levantado pelo major Soares<sup>167</sup> — que não concluiu o processo devido à eclosão do golpe de Sidónio Pais — e comprovam que foi um dos vários oficiais com quem Costa Pinto havia conversado na sua viagem para o Norte, tendo-lhe entregue cerca de dezanove exemplares do *Rol de Desonra* que distribuiu pela família, acabando por reaver a maioria por ordem do general comandante da Divisão à presença de quem foi chamado, no Porto.

À guisa de conclusão sobre este assunto, podemos dizer que, através da análise dos processos criados no Serviço de Informações do Ministério da Guerra, o panfleto designado de *Rol de Desonra*, para além de ter sido um meio de propaganda antibeligerante e antigovernamental fortíssimo para a época pelas implicações desmoralizadoras ao nível militar e desagregadoras ao nível civil, veio demonstrar a existência de uma poderosa e bem financiada rede conspirativa montada transversalmente no tecido social da oposição, indo desde monárquicos a germanófilos e, possivelmente, a agentes estrangeiros, passando por operários, sindicalistas e anarquistas. Pela dimensão demonstrada — que não se pode confinar aos poucos Portugueses então expulsos do país — geram-se em nós fortes dúvidas quanto à possível ligação da revolução desencadeada por Sidónio Pais, nos primeiros dias de Dezembro de 1917, a toda a organização conspirativa que surge como evidente ao procurarmos entrar no âmago do *Rol de Desonra* através da documentação do Serviço de Informações do Ministério da Guerra. O antigo ministro plenipotenciário em Berlim terá beneficiado — directa ou indirectamente — de toda a situação conspirativa que se vinha montando desde o começo do Verão de 1917 ao contrário da ideia simplista, que ainda corre, de uma revolução preparada à volta do jornal dos unionistas

---

<sup>166</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1295 n.º 5.

<sup>167</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262.

de Brito Camacho. Sidónio Pais foi a face visível e legal de uma conspiração militar e civil, republicana e monárquica, proletária e burguesa, nacional e estrangeira, contra a beligerância nacional e contra o Governo Afonso Costa.

Para se perceber melhor todo o contexto nacional em que se inseriu a mobilização, a concentração, o treino, o embarque e a instalação do CEP em França será conveniente perceber, ainda que sumariamente, o modo como se expressaram as massas populares em Portugal, tanto nas grandes cidades, como nos campos, cuidando em particular de apreciar as greves e os assaltos. É disso que nos ocuparemos de seguida.

## 5. As reacções populares

Depois de termos visto como se manifestavam todos quantos eram, de forma directa e mais ou menos frontal, contra a beligerância portuguesa, importará cuidarmos de dar uma panorâmica sobre a forma como as populações reagiam não só aos efeitos da guerra, mas também à participação nacional no conflito. Desta feita, procuraremos mostrar dois aspectos que, julgamos, tiveram particular relevo na época pelas repercussões na sociedade em geral, provocando uma sensação de instabilidade e insegurança que se reflectiram directamente no domínio político e na governação; vamos, pois, debruçar-nos sobre as greves e de seguida sobre os assaltos a estabelecimentos e armazéns comerciais.

### 5.1. As greves

Não será exagero dizer-se que, na sua maior extensão e importância, o movimento sindical português só surgiu após a proclamação da República, pois que, até então, eram vagas e dispersas as associações de defesa do pequeno e débil proletariado existente<sup>168</sup>. E compreende-se que assim tenha

---

<sup>168</sup> Vd. Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova, 1970, p. 13-15; 41-52.

acontecido, pois com a queda da Monarquia o Partido Republicano Português deixou de ser o pólo de atracção de todas as oposições ao regime, abrindo a oportunidade a que agora fosse sobre os Governos republicanos que se concentrasse o mal-estar do operariado e das classes trabalhadoras.

Se o ano de 1911/12 foi o tempo do primeiro grande embate de repulsa pela falta de protecção do trabalho contra a exploração do capital, certo é também que a guerra, com a alteração dos circuitos normais do comércio e da indústria, foi o período que deu oportunidade às maiores reivindicações até então conhecidas em Portugal como consequência de três acções concomitantes: aumento do custo de vida, a estagnação dos salários abaixo da capacidade aquisitiva e a raridade de certos produtos essenciais no mercado. Vamos, por conseguinte, tentar sistematizar as greves — como processo último de expressar a revolta e os sentimentos reivindicativos — ocorridas nos anos de 1916 e 1917, de forma a poder ter também neste particular uma ideia, ainda que não exaustiva, da situação vivida no tempo em que se preparava a intervenção na guerra e no primeiro ano de beligerância efectiva no teatro de operações militares europeu.

Logo após a declaração de guerra a Portugal, a 12 de Março de 1916, aconteceu a primeira greve em Lisboa; foi a dos operários da construção civil — a indústria que, desde sempre, empregou maior número de operários em Portugal — exigindo a alteração do horário de trabalho, de modo a que fosse de oito horas<sup>169</sup>. Este tipo de greve foi um dos mais temidos pelos Governos da República devido à capacidade de mobilização dos sindicatos apoiados na UON. Por causa disso, ainda no mesmo mês de Março foi dissolvida a UON, a União Sindical Operária de Lisboa (USO), a Federação da Construção Civil e a Federação das Indústrias Metalúrgicas, no fundo, em consequência das posições antibelicistas que haviam assumido<sup>170</sup>. Posição que aparece transparente no panfleto que se distribuiu e onde se clamava: «Os senhores da governação, à ordem do governo britânico, lançaram este mísero povo na chacina universal.

<sup>169</sup> Fernando de Castro Brandão, *A 1 República Portuguesa — Uma cronologia*, Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 91.

<sup>170</sup> Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal, I - Cronologia*, s. l.: Europa-América, s. d., p. 149.

Neste momento, em que está definida claramente a situação e a quebra da neutralidade lusitana é já um facto, é necessário, mais do que nunca, verberarmos as nossas afirmações antiguerristas» e, mais adiante, continuava, «Proletários, não despis a blusa nobilitante do trabalho para envergardes a farda maculante de assassinos. Não marcheis para a guerra, não respondeis à ordem da mobilização. A vida, o bem-estar da vossa família assim o ordena». Depois, apelando às mulheres, clamava-se: «Mães, esposas, filhas ou namoradas, oponde-vos como leas à marcha dos vossos entes queridos. Não queirais que vão buscar a morte aos campos da batalha deixando-vos mergulhadas numa miséria atroz e na perpétua dor.

Mulheres, almas cândidas, corações singelos, apelamos para os vossos sentimentos!» Em seguida, o desafio alonga-se e atinge o que de mais importante poderia haver para as Forças Armadas de Portugal, dizendo: «Soldados! Ó juventude audaz, reflecte, pondera, e vem confraternizar com a multidão de famintos a que pertences, que é a tua família subjugada.

Ó gente moça, ó produtores honrados! Já que vos fizeram depor a ferramenta do labor que enobrece, para empunhardes a clava sangrenta que macula, vai, vai ferir, mas ferir de morte os teus impiedosos inimigos.

Vai terçar armas, aniquilar vidas, mas não olvides que os teus inimigos mais ferozes, os teus inimigos únicos, não se encontram além-fronteiras, mas que vivem no solo que te foi berço.

Esses, a casta sórdida de burgueses anafados, que engordam enquanto estalas de miséria, é que devem ser o alvo da tua pontaria certa.» E, mudando o tom e o sentido das explicações contra a guerra, afirma-se, quase de seguida: «Que o povo português — diz-se — para honrar compromissos internacionais (...).

Mas que tem o povo, o povo que labuta e morre de miséria, com compromissos que não tomou, com tratados que desconhece, com negociações para que não foi consultado!

Tudo balelas com que se pretende ferir mais fundo o nosso já misérrimo viver. O povo produtor nada tem com alianças políticas e negociações diplomáticas.» Em seguida atacam-se todos quantos ganham com a guerra e diz-se: «A carestia da vida, obra dos açambarcadores sem escrúpulos, assume proporções assustadoras e os que ousam rebelar-se contra este estado



de coisas, saindo à praça pública para exteriorização de protestos indignados, têm de defrontar-se com as *mausers* dos defensores da ordem ao serviço da burguesia imperante.

Quando os homens do governo promovem uma escalada afrontosa a toda a liberdade de pensar, fechando arbitrariamente organismos obreiros, estabelecendo censura prévia e enchendo as masmorras da república de mil peitos revoltados, é que se pretende arrastar os trabalhadores deste país para o massacre estupendo.

Não, o povo não quer a guerra.» E acaba, mais à frente, pondo em grande destaque as frases «Abaixo a guerra! Viva a humanidade livre!»<sup>171</sup>

Neste panfleto, em poucas linhas, os sindicatos conseguem colocar de forma clara e facilmente compreensível todo o programa de oposição à guerra e deixam bem evidente que afinal os adeptos da beligerância nacional não souberam, não quiseram ou não puderam fazer a propaganda de esclarecimento que um tão grande empreendimento merecia; que só uma elite havia compreendido as razões profundas da entrada no conflito. Essa foi uma falha que Afonso Costa e todos quantos haviam aceitado a Estratégia Nacional, que apontava para combater ao lado dos Aliados, pagaram caro, especialmente depois de Dezembro de 1917, data da tomada do Poder por Sidónio Pais.

Ainda em Março de 1916 há greve dos canteiros e polidores de mármore de Lisboa. A Federação das Associações Operárias do Porto reclamou a constituição de celeiros municipais como processo de atenuar a falta de cereais<sup>172</sup>.

Em Abril, houve greve dos carreteiros em Guimarães. Exactamente um mês depois da anterior greve dos trabalhadores da construção civil, em número de 50 000, de novo repetiram a situação. Na Arruda dos Vinhos houve greve dos trabalhadores rurais. Os canteiros de Montelavar — então, um dos grandes centros de trabalho do mármore nas proximidades de Lisboa — declaram-se em suspensão de actividades laborais. No dia 30 de Abril, os empregados ferroviários, um grupo operário também muito temido pelos

---

<sup>171</sup> Panfleto existente no AHM 1.ª Div. 35.ª Sec Cx. 1262 n.º 1.

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*.

Governos da República, decreta greve. Em Coimbra realiza-se um congresso extraordinário do Partido Socialista. A carestia de vida vai aumentando cada vez mais e rareiam certos artigos de consumo diário nos grandes mercados de Lisboa. O clima social entra em grande tensão.

No dia 22 de Maio, os empresários metalúrgicos, incapazes de se entender com os operários por causa das reivindicações salariais, encerram todas as oficinas, deixando no desemprego quantos para eles trabalhavam<sup>173</sup>. Durante o mês foi proibido um comício convocado para a cidade do Porto pela UON.

O mês de Junho foi passado em tranquilidade laboral, pois não se verificaram quaisquer reivindicações. Contudo, em Julho já os ferradores, em Lisboa, entraram em greve, mas foram os únicos.

Em Agosto, no dia 5, dão-se assaltos a padarias de Lisboa, levados a efeito por populares<sup>174</sup>. No Funchal, os tanoeiros decretam greve. São encerradas, no Porto, várias associações operárias, por se mostrarem relutantes em relação à beligerância<sup>175</sup>.

A 2 de Setembro registaram-se atentados à bomba nesta última cidade<sup>176</sup>.

O ano de 1916 acabou com certa tranquilidade laboral, embora a 13 de Dezembro tenha havido a tentativa revolucionária de Machado Santos que desferiu um rude golpe na frágil organização do CEP, como mais à frente teremos oportunidade de referir.

No ano de 1917, no dia 4 de Janeiro, em Lisboa, tinha havido protestos populares contra a decisão de se encerrarem estabelecimentos — tabernas — mais cedo e de se reduzir a iluminação pública e particular a partir do fim do dia<sup>177</sup>.

A 26 de Fevereiro é determinado o reforço do policiamento da cidade de Lisboa, tendo em vista a falta de iluminação determinada pelo Governo<sup>178</sup>.

---

<sup>173</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 94.

<sup>174</sup> Idem, *op. cit.* p. 95.

<sup>175</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 149-150.

<sup>176</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 96.

<sup>177</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 99-100.

<sup>178</sup> Idem, *op. cit.* p. 100.

O mês de Março é atravessado com completa tranquilidade operária e pública. Contudo, em Abril, começam a reunir-se forças para uma luta que vai tornar-se árdua. Realmente, ocorrem reuniões operárias em Lisboa e é dado à estampa o primeiro número do jornal *O Movimento Operário* editado pela UON<sup>179</sup>. Além disto, no Porto, no dia 7, são assaltados vendedores de pão e hortaliça, assaltos que se repetem, no mercado municipal, no dia 11. Os vendedores ameaçam não voltar às suas bancas com produtos para venda<sup>180</sup>. No dia 23 cai o Governo de *União Sagrada* e Afonso Costa é convidado a formar o seu próprio Gabinete. Daqui para a frente concentra-se neste novo Executivo todo o espírito de revolta, toda a culpabilização dos mais elementares acontecimentos, todo o desespero pela falta de géneros alimentares e pelo aumento do custo de vida, enfim, pelo facto de Portugal ter entrado na guerra — única razão que a propaganda adversa encontrava para justificar o mal-estar geral.

A meio do mês de Maio começaram a registar-se tumultos em Lisboa, com assaltos dispersos a diversos estabelecimentos, com particular incidência para as padarias. Entretanto, os sindicatos da construção civil convocaram para dia 15, um domingo, um comício no Parque Eduardo VII. Pretendiam os sindicalistas discutir e aprovar os salários julgados mínimos, como o demonstravam na convocatória mandada imprimir para o efeito<sup>181</sup>. As autoridades, por determinação governamental, proibiram a concentração que, mesmo assim, se realizou. A força pública tentou dispersar os manifestantes e ocorreram situações de confronto, havendo disparos de parte a parte. Morreram dois operários e ficaram feridos vários outros. Os tumultos estenderam-se à cidade do Porto. No dia 20, o Governo faz publicar o Decreto n.º 3150 que manda suspender as garantias civis na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes. Em Lisboa e no Porto o número de mortos sobe para 22, sendo mais de uma centena o de feridos<sup>182</sup>.

---

<sup>179</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 151.

<sup>180</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 101.

<sup>181</sup> Trata-se de um documento bem fundamentado que demonstra a impossibilidade de se sobreviver com os salários praticados e que, em nosso entender, até procura uma fronteira conciliatória face à carestia de vida. AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1262 n.º 2.

<sup>182</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 102.

A 16 de Junho, é lançada uma greve geral pela UON. O êxito é relativo como resultado da forte repressão governativa. Os ânimos ainda estavam ao rubro. Neste mesmo mês tem lugar no Porto uma conferência nacional operária<sup>183</sup>. Acontece, também, em Coimbra o terceiro congresso nacional do Partido Socialista.

No dia 7 de Julho, inicia-se uma greve dos operários da construção civil que vai durar até 18, não sem que no dia 12 o Governo faça publicar o Decreto n.º 3245 que estabelece o estado de sítio na capital e concelhos limítrofes, havendo nessa mesma data confrontos entre os grevistas e as forças da ordem, dos quais resultaram seis mortos. Estavam a viver-se conflitos muito graves entre as forças de segurança e da ordem e todo o proletariado de Lisboa. A polícia ocupou o edifício da Federação Sindical da Construção Civil<sup>184</sup>. A situação era de uma grande instabilidade e toda a oposição parecia apostada em verificar até onde resistia o Governo. O estado de sítio, com entrega de todos os poderes ao Exército, manteve-se até dia 28. No dia 8, em S. Tiago de Custóias, Matosinhos, como reacção ao não aumento dos salários e da mão-de-obra, houve inúmeras desordens públicas. A 11 tinha sido a altura de os condutores de carroças terem decretado greve — atente-se a que, na época, eram o meio de transporte mais vulgar e utilizado. No dia 18 foi a vez de no Barreiro haver total paralisação do trabalho, logo seguida de idêntica medida no Seixal e em Almada por parte dos operários corticeiros. A 28 é publicado pelos operários tipográficos um manifesto sobre a falta e elevado custo do papel<sup>185</sup>. Em Portugal, mas mais em especial nas duas grandes cidades de Lisboa e do Porto, está a atingir-se o limite da resistência face ao aumento do custo de vida e à falta de géneros no mercado. As classes trabalhadoras atribuem à entrada na guerra todas as dificuldades que sentem e há, em todos, um espírito de

---

<sup>183</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 151.

<sup>184</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>185</sup> *Idem, op. cit.* p. 103. Note-se que a carência de papel de jornal levou o Governo a determinar o racionamento através de condicionar a dimensão dos periódicos (Decreto n.º 3353, de 8 de Setembro de 1917, *Ordem do Exército*, 1.ª série, de 29 de Setembro de 1917, p. 390-391).

revolta latente, o qual vai ser explorado pelas forças interessadas na desordem.

Em Agosto depois dos acontecimentos do mês anterior parece que se vive na capital uma certa acalmia até que, a 23, iniciam uma greve os operários da Companhia das Águas de Lisboa<sup>186</sup>. Nesse mesmo mês, e demonstrando bem o efeito que os acontecimentos estavam tendo sobre o proletariado, inicia-se a publicação da 2.<sup>a</sup> série do jornal *A Greve*<sup>187</sup>.

No dia 1 de Setembro, em consequência da greve determinada pelos funcionários dos Correios, Telégrafos e Telefones, o Governo fez publicar o Decreto n.º 3327, mobilizando militarmente aquele mesmo pessoal. Contudo, houve casos de declarada desobediência civil, facto que levou à substituição dos grevistas por militares, escuteiros e até voluntários civis<sup>188</sup>. No dia 8, a UON decreta a greve geral em apoio e solidariedade para com os grevistas dos Correios, Telégrafos e Telefones. No dia 15 é, finalmente, dada por finda a greve dos funcionários dos Correios.

No mês de Outubro, para além de pequenas desordens públicas que fogem ao âmbito da análise em curso, nenhuma situação anómala há para relatar. É a acalmia que antecede as grandes tempestades.

No dia 1 de Novembro de 1917 ocorreu a greve mais inesperada de todas e que traduz bem, na nossa opinião, o estado de espírito que dominava já até a burguesia mais esclarecida da capital. Com efeito, os alunos dos liceus de Lisboa decretaram uma paralisação<sup>189</sup>, mostrando o seu desagrado com a situação presente. A guerra e a mobilização constituem ameaças que pairam sobre todos. No dia 10 houve, de novo, assaltos a padarias num acto que traduz a falta de alimentos essenciais. A 17 o Governo delibera o encerramento dos liceus por causa da greve que dura tempo excessivo. No dia 26, os operários da Câmara Municipal de Lisboa deixam de trabalhar.

---

<sup>186</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 104.

<sup>187</sup> Carlos da Fonseca, *ibidem*.

<sup>188</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>189</sup> Fernando de Castro Brandão, *op. cit.* p. 106.

No dia 5 de Dezembro, inicia-se em Lisboa a revolta militar que há-de pôr fim à democracia e imporá a ditadura de Sidónio Pais durante um ano.

Depois desta breve panorâmica das alterações da ordem pública e do regular funcionamento dos organismos produtivos, com especial incidência sobre as duas grandes cidades do país, entre a data da declaração de guerra a Portugal e a eclosão do golpe militar conduzido por Sidónio Pais, ocorre-nos a necessidade de extrair alguma conclusão do que mostrámos. Assim, da conjugação do que já evidenciámos até agora e do que ficou evidenciado quanto a greves, parece-nos que podemos concluir como Jaime Cortesão que tudo estava inserido num plano muito mais vasto do que o simples facto de haver fome e baixos salários entre as classes menos protegidas da sociedade<sup>190</sup>. Acrescentaríamos que as greves eram a parte inferior do quanto era visível na organização da instabilidade social. Naturalmente, não podemos cair na tentação fácil de julgar Portugal como um caso único na Europa em guerra, no ano de 1917; um pouco por todo o lado houve motins, assaltos, reivindicações populares e greves. Diz Rui Ramos que, «Entre Fevereiro de 1917 e Outubro de 1920 houve 27 golpes de Estado com sucesso» e na neutral Espanha, tal como na Suécia, houve greve geral e motins e também na Inglaterra ocorreram greves em Abril, motins militares no exército francês, em Maio, motins na Marinha alemã, em Julho e a Rússia passou por duas revoluções no mesmo ano<sup>191</sup>.

Em resumo, as greves em Portugal tiveram duas origens simultâneas: por um lado, a real premência do aumento do custo de vida como resultado da desagregação dos circuitos comerciais internacionais e nacionais e, por outro, o incentivo dos sindicatos operários que exploraram a primeira das causas referidas. Acessoriamente, conclui-se, também, que, com grandes hipóteses de ser verdade, por detrás dos sindicatos e dos sindicalistas poderão ter estado outras organizações políticas nacionais e estrangeiras ao serviço de interesses bem mais obscuros do que os da fome e da carência financeira.

---

<sup>190</sup> Referido por Damião Peres, *op. cit.* p. 161.

<sup>191</sup> Rui Ramos, *op. cit.* p. 519.

Será de interesse, julgamos, para ajudar a definir todo o quadro social envolvente da participação militar na frente de combate em França, debruçarmo-nos sobre os assaltos que aconteceram como resultado das necessidades alimentares do país.

## 5.2. Os assaltos

No dia 31 de Agosto de 1916, o Parlamento estava a acabar os seus trabalhos em ritmo acelerado para deixar prontos, antes de reiniciar o período de férias, os diplomas que alteravam a Constituição Política da República Portuguesa — como já antes fizemos referência. No terreiro em frente ao edifício aglomeravam-se dois grupos em protesto. Um, dos socialistas, reclamando contra a agressão de que fora vítima o deputado Costa Júnior que os representava na Câmara<sup>192</sup>; outro, dos merceeiros reclamando contra a falta de açúcar e pedindo a abolição do tabelamento dos preços<sup>193</sup>.

Costa Júnior, único deputado socialista no Parlamento não representava realmente os interesses dos trabalhadores. Há muito tempo existia a intenção de transformar o Partido Socialista na frente de combate dos operários<sup>194</sup>, dos empregados e até do proletariado agrícola, mas a recém-fundada União Operária Nacional (OUN)<sup>195</sup> — surgida em 1914 — congregava os múltiplos sindicatos e politizava-os rumo ao anarquismo, corrente arruaceira e terrorista que parecia agradar às massas trabalhadoras<sup>196</sup>. Foi só em 1919 que a OUA deu origem à Confederação Geral do Trabalho (CGT) cada vez mais

---

<sup>192</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 150.

<sup>193</sup> Damião Peres, *op. cit.* p. 150.

<sup>194</sup> Vd. Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova, 1970, p. 13.

<sup>195</sup> Cf. Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto: Afrontamento, 1976, p. 97-99.

<sup>196</sup> Com a proclamação da República, os trabalhadores mais politizados, através dos sindicatos e da Imprensa operária, perceberam que o novo regime iria favorecer, de facto, a pequena e média burguesias e jamais as classes trabalhadoras. Esse foi o elemento que serviu para, logo a partir do final de 1910 e do início de 1911, se gerar uma clivagem entre os activistas republicanos e os activistas sindicalistas (vd. Alexandre Vieira, *op. cit.* p. 41).

arregimentando o proletariado para as doutrinas anarquizantes<sup>197</sup>. Assim, o Partido Socialista representava vagamente alguns segmentos operários do Porto, da Covilhã e pouco mais.

O problema dos merceeiros era bem mais complexo do que o que poderia parecer a sua reivindicação naquela tarde de Agosto. Realmente, na grande cidade de Lisboa, estavam dependentes dos fornecimentos que lhes chegavam da província, das colónias ou do estrangeiro para poderem satisfazer a sua condição de intermediários junto de todos os grupos sociais. Por uns, eram acusados de açambarcadores — quando, muitas vezes, os seus pequenos armazéns estavam realmente vazios — e, por outros, de especuladores — quando o pouco que tinham armazenado era vendido bastante acima dos preços tabelados às classes com mais elevadas posses. O drama viviam-no nesta fronteira entre o armazém com ou sem géneros e a constante ameaça de serem assaltadas as suas instalações pela população esfomeada. Naturalmente, o espartilho do tabelamento limitava-lhes a actividade e o lucro por serem eles, também, vítimas da especulação de comerciantes por grosso e de produtores regionais.

Fosse como fosse, o problema das subsistências era um dos mais graves que se atravessava em Portugal como consequência da quebra da normalidade dos circuitos produtivos e comerciais. Neste quadro fundamentava-se e encontrava-se o caldo de cultura necessário ao sentimento de revolta social.

Naturalmente, como temos vindo a repetir, esta situação de grande carência alimentar — e, afinal, de quase tudo — não era exclusiva a Portugal. Toda a Europa a sentia e havia-se tornado numa consequência da guerra marítima que se estava a intensificar entre Britânicos e Alemães. Para compreender o problema nacional — que, como também já mostrámos, era de grande dependência do comércio feito com o exterior, nomeadamente com a Inglaterra e a Alemanha — há que compreender a situação mais geral que envolve a marinha mercante alemã. Com efeito, logo no começo da

---

<sup>197</sup> Para uma breve compreensão do movimento operário nos anos da guerra e nos que se lhe seguiram, veja-se Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, «Da UON à CGT» in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, 1985, p. 203-212.



guerra, em 1914, foram 734 navios alemães que se refugiaram em portos neutros, restando-lhe somente cerca de 600 para manter o comércio e fazer entrar nos seus portos os produtos que lhe eram fundamentais<sup>198</sup>. O estado-maior britânico julgou possível o estrangulamento económico da Alemanha através do impedimento do seu acesso a bens e produtos quer necessários ao desenrolar das operações militares quer à própria vida das populações. Para isso, começou por declarar contrabando a grande maioria das matérias-primas que os neutros poderiam comerciar com os Impérios Centrais. Colateralmente, Portugal foi sendo afectado por este aperto — pouco sensível em 1914 e 1915 — que se começou a agravar em 1916.

A resposta de Berlim ao bloqueio não se fez esperar e a guerra submarina deu os seus resultados ao afundar navios comerciais neutros e não neutros que navegavam em águas britânicas. Mais uma vez, em Portugal se fez sentir o efeito desta manobra da guerra. A requisição dos navios alemães surtos em portos portugueses, no começo de 1916, foi uma consequência, como já referimos, da manobra estratégica alemã — na Inglaterra tentava-se compensar os afundamentos marítimos recorrendo à frota germânica imobilizada. Deste modo, entraram na guerra vários outros Estados, tais como o Sião, o Peru, o Brasil, a Nicarágua que nem chegaram a mobilizar tropas para a Europa por motivos que a política interna e externa de cada um pode explicar. A guerra submarina desenvolvida pela Alemanha foi ao ponto de passar a afundar navios sob bandeira dos EUA, achando que este país não arriscaria a entrada no conflito. Ora, a elevação do grau de ataque

---

<sup>198</sup> Vd. Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial: 1914-1918*, Lisboa: Edições 70, 1992, p. 165-171. Era o conceito de *guerra total* que se começava a esboçar e que iria ser uma novidade para todos os Estados, em especial para os que mais dependiam do comércio com os beligerantes. Entre 1939 e 1945 já não foi surpresa e as populações, recordadas dos anos da Grande Guerra, souberam suportar melhor todas as dificuldades, incluindo as dos Estados neutros, contudo, antes, em 1916, 1917 e 1918, a revolta lavrou em quase todos os pontos da Europa, tendo sido explorada pelas forças políticas internas, tanto mais que a guerra, em boa verdade, não envolvia um conflito de natureza ideológica, mas um conflito de vontades e de interesses económicos que opunha grandes potências capitalistas. As ideias políticas que se desenvolviam contra o liberalismo, traduzido no império do mercado sobre todas as relações, encontraram neste clima de guerra abrangente, que afectava até os mais pacíficos sectores sociais, o campo propício para dar largas às suas manifestações não só antibeligerantes como, também, antiliberais. Deste modo se pode explicar a grande aceitação do anarquismo nos Estados da Europa meridional e do marxismo na Rússia esfaimada.

submarino germânico veio a coincidir com o ano de 1917, momento em que o Alto Comando em Berlim julgou que conseguiria vergar a Grã-Bretanha.

Exposta, sinteticamente, a situação internacional só assim é possível compreender que os acontecimentos mais graves quanto a manifestações de falta de géneros alimentícios venham a ocorrer, em Portugal, exactamente, nesses mesmos anos.

Concluamos aqui esta explicação para retomarmos a descrição do que no país se ia passando.

Em Julho de 1916 já se notara um pouco por todo o país a instabilidade como consequência da crise das subsistências, mas o facto talvez mais marcante terá ocorrido na pequena povoação de Caldelas, conhecida pelas suas águas termais, nas cercanias de Vila Verde, a pouco mais de quinze quilómetros de Braga e outros tantos de Terras de Bouro. Zona farta de milho, os agricultores, em convivência com os comerciantes, açambarcavam não só este cereal como também outros produtos de primeira necessidade para a alimentação. Era um modelo semelhante em todo o país, embora fosse mais notório<sup>199</sup> no Norte do que no Sul, em especial no Alentejo<sup>200</sup>.

Os populares tomaram de assalto os poucos estabelecimentos da povoação e a autoridade de Caldelas reclamou a presença da Guarda Nacional Republicana (GNR) que, sem hesitação, reprimiu com brutalidade excessiva provocando um morto e dois feridos<sup>201</sup>.

Um pouco por todo o lado, no Norte, aconteceram durante os meses que faltavam até ao final do ano, manifestações contra o açambarcamento e o aumento do custo de vida. A tendência generalizada orientou-se para a tomada de assalto dos armazéns dos comerciantes — de pequena

---

<sup>199</sup> Por ser mais noticiado.

<sup>200</sup> Compreende-se que assim tenha sido, dada a diferente distribuição da propriedade; enquanto no Norte prevalecia o minifúndio e, conseqüentemente, uma menor proletarização agrícola, no Sul imperava o latifúndio a par da quase total proletarização das populações das aldeias. Assim, a fome impunha-se no Sul e deixava os trabalhadores agrícolas completamente à mercê dos proprietários, retirando-lhes capacidade reivindicativa, tal era o medo de perderem a oportunidade de ganhar uns magros cobres para o sustento. Verdade seja que, quando se rompia o *dique* que dava uma aparente capacidade de paciência aos proletários alentejanos, era muito mais perigosa a reivindicação, por ser massiva e geograficamente mais vasta.

<sup>201</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 149.

envergadura, diga-se — ou para a ocupação dos celeiros dos agricultores, obrigando-os a vender ao preço estipulado o milho e outros produtos necessários à alimentação.

Com o começo do ano de 1917 surgiram, na cidade do Porto, as manifestações mais graves do Norte de Portugal. Com efeito, logo nos dias 7, 11 e 15 de Janeiro houve assaltos a padarias e aos vendedores, no mercado municipal, perpetrados por populares; saldaram-se com várias feridos e um morto devido à intervenção da polícia cívica<sup>202</sup>.

A par da verdadeira fome estava a surgir o espírito de inveja e de vingança dos mais desfavorecidos sobre os menos dependentes. A instabilidade social aprisionava aquela grande cidade do Norte. As autoridades, responsáveis pela ordem pública, tinham de tomar medidas severas e pouco populares.

Em Abril, mostrando a evidente intenção de manter os trabalhadores informados e arregimentados, a UON faz publicar o primeiro número do jornal *O Movimento Operário*. Nele se dizia, a dado passo, no artigo editorial: «Traço de união e veículo das relações entre os diferentes Sindicatos operários espalhados pelo País, *O Movimento Operário* deve ter a mais ampla divulgação. Essa divulgação compete muito particularmente a todos os operários organizados e a todos os Sindicatos aderentes à UON.» E, mais à frente, «*O Movimento Operário* atingirá, em breve, a altura das necessidades que lhe cabe preencher como órgão oficial da classe trabalhadora organizada e consciente do País»<sup>203</sup>.

Daqui pode concluir-se que, mesmo tendo determinado o encerramento da UON, logo após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o Governo da República continuava a tolerar a existência daquele organismo centralizador do movimento sindical numa tentativa de não cortar todos os laços de possível diálogo com as organizações de trabalhadores.

Mas foi no mês de Maio de 1917 que os mais graves acontecimentos ocorreram. Na nossa opinião há semelhanças e diferenças absolutas entre

---

<sup>202</sup> Carlos da Fonseca, *op. cit.* p. 150.

<sup>203</sup> Vd. Alexandre Vieira, *op. cit.* p. 96.

estas ocorrências tidas como espontâneas e as que tiveram lugar nos dois primeiros meses do ano anterior e que já foram por nós abordadas noutro capítulo. Efectivamente, enquanto em 1916 podemos distinguir três fases distintas — a dos movimentos espontâneos no Norte de Portugal; a dos acontecimentos moderadamente controlados pelo movimento sindical em Lisboa, que resultam do reflexo das ocorrências no Norte; e a das alterações da ordem no Sul que, sem dúvida, são resultado da actividade agitadora dos sindicatos de Lisboa sobre a massa proletária agrícola — em 1917 toda a instabilidade vivida em Lisboa é o resultado da acção conjugada da propaganda sindical e das imensas dificuldades vividas e estas eram fruto da carência de géneros alimentícios e dos baixos salários que então se pagavam.

Vejamos o que aconteceu<sup>204</sup>.

Tudo começou no dia 12 de Maio, nas portas de Benfica, quando a Guarda Fiscal não autorizou a entrada na cidade de setenta sacas de farinha. Houve ajuntamento de população que se apoderou das referidas sacas. Estava aceso o rastilho que iria atear outros acontecimentos. No dia seguinte, foram assaltadas dezassete padarias em Lisboa, distribuídas por vários pontos da cidade: na Costa do Castelo, na Rua do Amparo, na Rua de S. Cristóvão, no Largo da Graça, nos Anjos, na Rua dos Remédios, em Belém, em Alcântara, no Alto de Santo Amaro, em Campo de Ourique. Foram assaltos violentos, com arrombamento ou quebra de vidros de montras, chegando ao espancamento dos empregados. Os assaltantes buscavam pão e farinha.

Na sequência dos acontecimentos do dia, o Governo decretou a requisição de todos os cereais existentes em Lisboa e declarou livre a entrada de cereais e farinhas na área do concelho da capital. Em simultâneo, a polícia cívica entrou em estado de prevenção.

---

<sup>204</sup> Vamos seguir a descrição dos factos feita por Vasco Pulido Valente, «A Revolta dos Abastecimentos»: Maio de 1917» in *Tentar Perceber*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 186-195. Este é um dos historiadores que defende a tese dos assaltos «espontâneos» que não é por nós partilhada como consequência da análise que fizemos da situação na província e nas principais cidades do país, utilizando para tal os jornais diários e as pequenas notícias neles inseridas e com origem nos correspondentes locais.

No dia 14, a falta de pão continua e em Alfama são assaltadas, por mulheres e crianças, padarias para confirmação. A grande maioria destes estabelecimentos estava fechada. Torna a verificar-se assaltos em outros pontos da cidade e a GNR intervém provocando feridos.

Logo no dia seguinte, de madrugada, há uma série de assaltos que leva à perda da massa destinada ao fabrico de pão. De manhã este esgotou-se rapidamente e formaram-se filas à porta de padarias, tendo a presença da GNR dissuadido as alterações da ordem. Porém, ainda houve espancamento de alguns padeiros reconhecidos pela populaça. No bairro da Lapa, vários distribuidores de pão foram assaltados por pequenos grupos de homens<sup>205</sup>. Foi, também, preso um grupo de oito indivíduos que tentava o arrombamento de um armazém de bacalhau.

No dia 16, a situação na cidade de Lisboa pareceu acalmar, tendo começado a formar-se filas às portas das padarias por volta da meia-noite até às sete da manhã. Uma mulher morreu numa dessas filas. Houve gente que ficou sem pão. A farinha utilizada foi, maioritariamente, de milho. Na povoação da Trafaria, fronteira a Belém, começaram tumultos e assaltos. O Governo decretou que deixassem de se fazer bolos e pastéis; a reacção dos confeitores foi de protesto.

A 17, parecia que a crise estava debelada, embora a classe dos manipuladores de pão censurasse o Governo e ameaçasse deslocar-se em peso para a província se não fossem tomadas medidas que lhes dessem garantias de acabarem os assaltos. Em Almada, a Associação de Classe dos Corticeiros fez uma greve de aviso contra a subida do custo do pão naquela localidade. O aumento foi de 80%.

No dia 18 de Maio, voltou a acabar a farinha de milho e de novo houve alterações à porta das padarias um pouco por toda a cidade.

A 19, logo durante a madrugada, a situação tendeu a agravar-se. Às quatro horas não se conseguia arranjar pão em lado nenhum. Pelas sete havia agrupamentos de populares frente a várias padarias e sucediam-se as

---

<sup>205</sup> Leve-se em conta que os habitantes daquele bairro eram, na sua maioria, burgueses bem instalados na vida.

ameaças ao pessoal que nelas trabalhava; algumas chegaram a ser assaltadas inutilmente, porque estavam vazias. Os carteiros, logo pela manhã, ao iniciarem a distribuição do correio, foram atacados por causa das encomendas postais que levavam para distribuir — suspeitava-se que nelas haveria géneros alimentícios. Na falta de pão muita gente vai comprar bolachas e batatas, o que fez disparar de imediato os preços, chegando a haver casos de subidas de mais de 200%. Entretanto, os pedidos de segurança dos manipuladores de pão sobem de tom, frente às instalações do Governo Civil de Lisboa.

Ao começo da tarde, como reacção aos bruscos aumentos dos preços da batata e das bolachas, a população de Alcântara<sup>206</sup>, Calhariz, Bica e Alfama iniciou assaltos a mercearias. Depois desta onda de revolta os ânimos pareciam ter acalmado. Vã esperança.

A noite trouxe uma nova vaga de assaltos por toda a cidade, depois da hora de saída dos trabalhadores dos seus modestos empregos. Lisboa fervilhava de exaltação. As padarias e as mercearias foram pilhadas<sup>207</sup>. Vendo que quase nada podia obter nestes estabelecimentos já vazios, a fúria da turba virou-se para os armazéns de géneros alimentícios, as tabernas, as sapatarias e as lojas de chapéus, de roupas e panos. Falava mais alto a miséria e todo o tipo de carências contra os que, de alguma forma, estavam a arrecadar chorudos lucros com a situação. A população, já de si acéfala, perdeu por completo os mais elementares rebuços. Ao Governo cabia, antes de mais, garantir a ordem nas ruas, mas, ao mandar fazê-lo dava um claro sinal de protecção aos comerciantes, que estavam a conseguir grandes lucros com o açambarcamento; a população sentia, afinal, que era vítima de duas forças contra as quais deveria combater: o Governo e os *gordos* mercadores.

---

<sup>206</sup> Deve recordar-se que, por esta época, o bairro de Alcântara era essencialmente constituído por operários, já que ali se concentravam algumas fábricas do tecido industrial lisboeta; era também a zona de concentração de praças da Armada por causa do Quartel de Marinheiros, situado em plena Praça da Armada, o qual, na altura, albergava muitas centenas de homens.

<sup>207</sup> Para mais pormenores sobre esta sucessão de assaltos consulte-se António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 114-118.

À tentativa de intervenção da GNR houve resposta com disparos de armas ligeiras e bombas artesanais, sinal de que, à população tresloucada, se juntaram os sindicalistas mais radicais, próximos dos anarquistas que não perdiam a oportunidade de exibir a sua força. A defesa dos estabelecimentos começou a ficar entregue aos próprios proprietários que se bateram a tiro com a multidão exaltada.

Durante a madrugada e a manhã de dia 20, os assaltos continuam, um pouco por toda a capital, quer nos bairros mais centrais, quer nos periféricos. Confrontado com a impossibilidade de restabelecer a ordem por mero recurso à polícia cívica e GNR, o Governo decretou o *estado de sítio*, dando amplos poderes ao Exército para reprimir a insurreição. O comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão territorial, o velho general Pereira d'Eça, militar de rija tempera, fez publicar um edital tomando as medidas usuais: proibição de ajuntamentos, paragem de veículos na via pública e recolher obrigatório entre as 23h00 e 05h00. Para a acção imediata foram chamadas tropas de Santarém e de Estremoz auxiliadas por um corpo de marinheiros desembarcados para o efeito. Era o desafio entre os arruaceiros por vocação política e as forças encarregues da reposição da ordem pública, daí que tenham prosseguido as cenas de tiros e as explosões de bombas, tendo, contudo, ficado circunscritas a ruas e localidades mais específicas: Santos, Belém, Loreto, Rua de Santa Marta, Rua das Trinas e Rua Senhora do Monte.

A acção política e reivindicativa dos sindicatos, na nossa opinião, surge evidente neste dia 20 quando aos assaltos se substituem os comícios para gerar o confronto entre forças. Com efeito, uma grande concentração de populares na Rotunda do Parque Eduardo VII dá origem a cargas da GNR, morrendo homens e cavalos. Já ao fim da tarde, na Baixa de Lisboa — Restauradores, Rossio e Praça do Comércio —, dão-se verdadeiros recontros que provocam vários mortos e dezenas de feridos, tanto entre os populares como entre as forças da ordem.

Ao começo da noite, os assaltos passam a verificar-se nos arredores da capital: Olivais, Moscavide, e Sacavém.

No dia 21, pelas três horas da manhã, reinava a calma em Lisboa. À hora de abertura das fábricas os operários e outros trabalhadores apresentam-se ordeiramente nos seus empregos. Contudo, o comércio estava paralisado,

porque a maioria das lojas não abriu as suas portas. As fábricas da periferia da cidade — Beato, Poço do Bispo e Olivais — não funcionaram.

A tropa procurou, patrulhando as ruas da capital, garantir a restauração e consolidação da tranquilidade pública, mas, após o almoço, recomeçaram os assaltos que assumiram uma dimensão bastante grande quer pelo número, quer pela área geográfica em que ocorrem<sup>208</sup>. Foi neste dia que se levaram a cabo os assaltos mais graves pela dimensão dos armazéns arrombados. Na zona oriental da cidade — Xabregas, Beato e Poço do Bispo — tudo é desbaratado, só tendo parado a fúria destruidora por volta da meia-noite. Diz Vasco Pulido Valente: «A multidão vence a Polícia e a GNR à pedrada e a tiro; com a colaboração da Guarda Fiscal, cerca e desarma uma unidade da GNR, e só se submete quando contra ela são enviadas centenas de homens de Infantaria 2 e 16 e baterias de artilharia ligeira.»<sup>209</sup>

Do centro da cidade foi imensa a multidão que se deslocou para a zona oriental para se «abastecer» de tudo o que ali havia armazenado: farinha, arroz, vinho, azeite, grão, feijão, latas de conserva e salmouras. As ruas ficaram pejadas de restos que a ninguém aproveitava.

Entretanto, das 20 para as 23 horas, a vaga de assaltos alastrou-se para mais longe e chega à Póvoa de St.<sup>a</sup> Iria, a Sacavém, Alhandra, Vila Franca de Xira, Barreiro e Seixal, onde se prolongam até dia 23.

A 22, na cidade de Lisboa, a tropa, a polícia e a GNR têm a situação controlada; os transportes públicos começam a funcionar, as fábricas e as obras retomam o seu ritmo normal, havendo muitas lojas que abrem as portas ao público.

A repressão sistemática e orientada começou nesse dia. A cidade foi dividida em dezasseis sectores e as ruas passaram a ser patrulhadas por militares a pé e a cavalo. Deu-se início a buscas domiciliárias para descobrir mercadorias roubadas e de tudo se encontrou nos mais estranhos lugares. Recuperaram-se os géneros que são levados para o Governo Civil. Mas a

---

<sup>208</sup> Alcântara, Lapa, Praça da Figueira, Avenida Almirante Reis, Rua de S. Bento, Poço dos Negros, Campo Grande, Campo de Sant'Ana (ou dos Mártires da Pátria), Bica, Santa Apolónia, Ajuda, Areeiro, Ameixoeira, Charneca, Bom Sucesso, Algés, Palma de Baixo, Beato, Fonte Santa e Moscavide.

<sup>209</sup> *Op. cit.* p. 191-192.



tranquilidade afinal não era absoluta, porque, aqui e ali, ainda rebentavam bombas contra patrulhas militares<sup>210</sup>.

Afonso Costa usou da palavra no Parlamento e disse:

255

(...) que a intervenção dos sindicalistas ou anarquistas se revelou na maneira como os acontecimentos surgiram e se desenrolaram, pois que tendo a classe da construção civil manifestado o desejo de realizar um comício em que fosse tratada a questão do aumento de salário, o Governo aconselhou a comissão que o procurou a que visse bem que o momento não era de molde a facilitar a obtenção desses desejos, menos urgentes do que outros, como fosse facilitar braços à agricultura e à indústria e transformar o sistema dos serviços das obras do Estado<sup>211</sup>, por forma que deixem de ser mais de assistência do que de dignificação do trabalho, e conceder-lhe que o comício fosse realizado. Mais tarde essa concessão foi revogada, e os operários da construção civil acataram essa ordem, apesar

---

<sup>210</sup> Norton de Matos estava, nesta altura em Londres e o seu chefe de Gabinete telegrafou-lhe, em cifra, para o Hotel Savoy, desde Lisboa, o texto que transcrevemos, dado o relato sucinto que faz de toda a situação, no dia 24 de Maio: «Enviei Vexa. para (...) dois telegramas narrando acontecimentos Lisboa suspensão garantias repressão enérgica tumultos depois ordem entregue poder militar. Repressão foi mais enérgica que até hoje tenho conhecido motivos porque tumultos serenaram tão rapidamente depois de terem tomado proporções grandes quase 24 horas contudo mantenho informação prestada meu telegrama anterior ser opinião quase geral que sossego é apenas aparente aguardando melhor oportunidade talvez ocasião ou depois embarque tropas pela diminuição de força correspondente. Mandou-se preparar para marchar Lisboa batalhão infantaria 4 CEP mais duas companhias infant.<sup>a</sup> 17 para prever aquele caso. Aos batalhões infant.<sup>a</sup> 19 e 20 que deviam embarcar em 23 não foi sustada marcha estando já a bordo infant.<sup>a</sup> 20 19. Tropas Lisboa ainda não embarcaram por impossibilidade já ser reforçada guarnição com força suficiente dados pequenos efectivos existentes e impossibilidade de diminuir medidas tomadas manutenção ordem. *Nos tumultos foram assaltados quase totalidade mercearias e armazéns sapateiros alguns depósitos drogas casas de penhores e se não fossem suspensão garantias chegariam certamente casas particulares dado incremento que ia tomando o seu aspecto sindical. Géneros destruídos foram talvez em maior quantidade que os roubados chegando-se no Poço do Bispo um dos pontos de mais intensidade a correr azeite e vinho pelas ruas em grande quantidade. Dia e noite ontem 22 correu quase sem novidades sendo os tumultos produzidos em Lisboa quase sem importância mas em compensação deram-se de importância no Barreiro Seixal Sacavém e outros pontos afastados. Números aproximados houve 24 mortos e mal feridos de 150 feridos a maioria dos quais gravemente. Efectuaram-se até hoje cerca de 500 prisões.* Caso haja repetição tumultos informarei imediatamente Vexa. Chefe Gabinete Almeida Santos Capitão» (sublinhado da nossa autoria) (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1304).

<sup>211</sup> Esclareça-se que, nesta altura, o Estado empregava grande número de trabalhadores em obras de construção civil que estavam a desenvolver-se em ritmo acelerado, fazendo desta actividade a mais importante de todas na capital.

de que indivíduos em grande número se reuniram na Rotunda, lançando-se pelo caminho do ataque directo, por meio de armas de fogo e bombas de dinamite a que teve de responder a força pública para se desafrontar.

Fez-lhe impressão este ataque e ainda o facto de terem resolvido [fazer] a greve na segunda-feira não só nas obras do Estado, mas em obras particulares por que foi depois disso que se deram acontecimentos bastante graves, provocados por operários das obras do Manicómio Miguel Bombarda e por forma análoga aos de fins de Janeiro de 1916<sup>212</sup>, com um propósito mais de destruição do que de aproveitamento, aliás ilegítimo.»<sup>213</sup>

Depois de referir os acontecimentos ocorridos na Praça da Figueira, onde se roubaram e destruíram géneros de primeira necessidade e batatas «(...) que foi destruída ou arrebatada, querendo a esses factos atribuir os comerciantes a razão do aumento do preço que, quase em geral, se deu nesse mesmo dia.

Não defende o procedimento desses comerciantes, faz-lhe também impressão que de \$06 e \$07 esse artigo passasse para \$08, \$12, \$14, \$18 e até \$24, ao passo que nas regiões produtoras, como a Beira, esse preço diminuía»<sup>214</sup>.

Em jeito de balanço da acção dos militares disse: «A intervenção da força era indispensável; o número de mortos supõe ser de três agentes da autoridade e 22 populares e os feridos quatro ou cinco dezenas com alguma importância.» Defendeu-se do que poderia voltar a acontecer no futuro próximo: «Não quer com isto dizer que as dificuldades de hoje não possam ser maiores amanhã, mas afirma que o Governo está lançando as bases do regime necessário para poder diminuir as graves dificuldades que podem surgir amanhã pela paragem quase total da navegação para a alimentação continental, insular e colonial durante o ano próximo.»<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> Aos quais já fizemos referência no capítulo I.

<sup>213</sup> A. H. de Oliveira Marques (comp.), *Afonso Costa: Discursos Parlamentares: 1914-1926*, Amadora: Bertrand, 1977, p. 265-266.

<sup>214</sup> Note-se, aqui, a mais do que evidente recriminação de Afonso Costa ao movimento especulativo que se estava a verificar no mercado de Lisboa. Com isso não justificava os assaltos, mas atribuía culpas aos retalhistas por, também eles, afinal, criarem condições para os motins populares.

<sup>215</sup> *Idem op. cit.* p. 266.

Afonso Costa não poderia ser mais claro; as ocorrências de Lisboa foram uma consequência directa da guerra, não sendo a beligerância de Portugal motivo de agravamento da situação. Tudo se devia a causas internas — fraca capacidade de sobrevivência autónoma — e externas — quase total ruptura dos circuitos de comércio abastecedor, vindos do estrangeiro. Contudo, não nos restam dúvidas de que a crise foi francamente ampliada pela acção dos agitadores sindicais de matiz anarquista, para quem se impunha enxovalhar o mais possível a acção de todo e qualquer governo. Quase neste mesmo sentido vai a opinião de Jaime Cortesão, o qual viveu os acontecimentos e sobre eles diz ter sido «(...) um conflito muito grave e novo no género: os assaltos aos estabelecimentos de víveres, qualquer coisa como a revolução da fome, mas com plano e organizações secretas»<sup>216</sup>.

Não podemos, também, deixar de realçar, nesta fase do nosso trabalho o facto de a repressão ter contado com a concentração, em Lisboa, de tropas que se destinavam a seguir para França. Em nota anterior, referimos o texto do telegrama enviado a Norton de Matos e nele se reflecte a preocupação da falta de forças militares que poderia vir a haver para ajudar à repressão depois de todos os embarques se terem efectuado.

Nos dias que se seguem, a tranquilidade começa, com alguma cautela, a imperar, mas o resultado das buscas domiciliárias vai dando fruto e aparecem artigos de vária natureza escondidos e até bombas. A lei marcial continua, mantendo-se o recolher obrigatório. Por este motivo, no dia 23, são presas várias dezenas de pessoas. No dia 31 foi levantado o *estado de sítio*.

Na cidade já não vão ocorrer mais assaltos, embora, na província, de quando em vez, um ou outro, como reacção a atitudes de açambarcamento de géneros, venha ainda a acontecer. Nada volta a atingir as monstruosas proporções desta onda de revolta que assolou Lisboa e emocionou o país.

Em jeito de conclusão pode dizer-se que os assaltos partiram das camadas sociais mais carecidas e deixaram em toda a população um sentimento de repulsa política pelo Governo e pela guerra.

---

<sup>216</sup> Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Portugália Editora, 1969, p. 50.

## 6. O Exército e a guerra em 1916

258

Interessará, nesta aproximação à percepção de todo o quadro conjuntural interno português nos anos de 1916 e 1917, fixarmo-nos agora no Exército, ele mesmo, e somente no primeiro dos anos referidos, por ter sido o de mobilização, concentração, treino e embarque para a frente de combate, em França. Interessará, tanto quanto nos for possível documentalmente, perceber a disposição do Exército perante a chamada para um novo tipo de empenhamento que não fazia parte do comum das suas preocupações regulares. Vamos olhá-lo segundo dois troços sociais distintos: por um lado, o corpo de oficiais permanentes — por ser sobre ele que assentou a organização e estruturação do CEP —, por outro, todos os restantes elementos que o integravam (sargentos e praças) — porque representavam, afinal, o universo sobre quem iria recair o esforço bélico. Numa frase, interessa estudar o comportamento da oficialidade e o da grande massa de cidadãos comuns tornados militares.

Julgamos que, para levar a bom termo o nosso intento, nos bastará buscar testemunhos suficientes e responsáveis sobre a atitude dos oficiais perante a beligerância, estudar as situações de manifesta recusa colectiva no empenhamento comum e os casos de recusa individual nas acções de formação e organização do CEP. Assim, começaremos pela reacção dos oficiais à beligerância, depois passaremos às revoltas ou recusas de unidades militares a participarem na preparação para a guerra e, finalmente, acabaremos estudando as deserções aquando da mobilização e embarque das tropas para França.

### 6.1. Os oficiais do Exército e a beligerância

O empenhamento operacional do Exército foi, durante o século XIX e início do século XX, quase exclusivamente orientado para situações de natureza política — intervenção nos domínios reservados aos partidos — repressão para manutenção da ordem pública e, principalmente a partir de 1885, para acções de ocupação de territórios ultramarinos onde o

adversário, sendo numeroso, estava mal armado e usava de táticas muito elementares<sup>217</sup>. Naturalmente, em especial depois de 1850, o Exército começou a viver uma rotina determinada pela pacatez e pelo tipo de utilização que dele faziam os Governos. Este comportamento determinou, também, nos oficiais, uma mentalidade adequada à situação e conformada com baixos pagamentos por serem pequenas as exigências requeridas. Na fase final do século XIX poder-se-ia distinguir dois tipos de oficiais: os que nunca tinham feito qualquer tipo de comissão militar nas colónias e os que por lá tinham estado empenhados em acções de pacificação dos gentios, as quais impuseram sempre a entrada em operações de combate. Esta linha de separação vai ser fundamental para definir a postura de uns e de outros — quando aderiram ou aceitaram o regime republicano — perante a beligerância, em 1916. Realmente, aqueles a quem, em certa fase, se chamou *os africanistas*, mesmo tendo claras e bem identificadas simpatias pelo regime monárquico, não viraram a cara à participação na guerra, fazendo, alguns deles até, gala no empenhamento na campanha em França<sup>218</sup>.

Não nos é possível quantificar, de entre os oficiais do quadro permanente, quais estavam com a beligerância ou contra ela, todavia, para sermos capazes de dar uma ideia com valor probatório socorremo-nos de depoimentos coevos feitos por quem tinha autoridade para tal.

O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, primeiro comandante do CEP e primeiro comandante da Divisão de Instrução, em Tancos — unidade que concentrou e treinou a maior parte dos efectivos que vieram a embarcar para França — diz, taxativamente, no *Relatório de Comando*, que elaborou após ter sido exonerado daquele cargo: «(...) a maioria dos oficiais

---

<sup>217</sup> A prova da afirmação que fazemos consegue-se através da consulta da obra de Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, por nós já anteriormente citada. Com efeito, depois das Invasões Francesas, contámos, sem preocupação de excessivo rigor, 58 intervenções militares nos territórios ultramarinos (Brasil ainda incluído), uma em Espanha e 13 acções internas (desde a revolução de 1820 até à de 5 de Outubro de 1910, incluindo as guerras civis numa única rubrica). Como se pode ver, o Exército tinha claramente uma propensão política e ultramarina.

<sup>218</sup> Recordamos, como mero exemplo, o caso do tenente-coronel D. José de Serpa que, na vigência do *Dezembrismo* (ou sidonismo), tendo estado de licença em Portugal e havendo pedido guia de transporte para França, lha não deram a tempo de poder apresentar-se dentro do prazo legal e, por isso, pagou do seu bolso as passagens e apresentou-se no CEP, declarando que havia «desertado» de Portugal.

entraram na guerra contrariados (...)» e, mais à frente, relata o seguinte: «Haja em vista a quantidade de oficiais julgados incapazes de todo o serviço, do serviço activo e do serviço no CEP (...). Até 30 de Junho de 1918 livraram-se pelas Juntas de permanecer na zona avançada 389 sargentos e 393 oficiais, (...). Muitos destes oficiais, senão a maior parte, examinados por Juntas em Portugal, ingressaram novamente nos quadros do Exército activo, mas não voltaram a França; (...)»<sup>219</sup>.

Logo após a chegada a França, o general Abreu e Silva escreveu uma carta ao ministro da Guerra, Norton de Matos, na qual afirmava o seu espanto perante a tropa britânica. Dizia, a dado passo: «(...) soldados ingleses, que nunca imaginei poderem apresentar-se tão bem. (...) É um gosto vê-los fazer uma continência, marchar, conduzir carros, (...) é uma tropa que precisamos imitar (...). Nos oficiais é que está tudo e eis aí o nosso ponto fraco (...)»<sup>220</sup>. E vai nesta mesma linha a crítica que o mesmo oficial tece no prefácio do livro *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys*, quando, a dado passo, afirma: «A substituição dos oficiais em vésperas de partida, (...), a má vontade com que um grande número partiu para a guerra, afectou a confiança mútua que deve existir sempre entre uns [os comandados] e outros [os comandantes].»<sup>221</sup>

Um outro oficial de renome nacional e até internacional, o general Gomes da Costa, que comandou a Divisão portuguesa que enfrentou a maior parte do ataque alemão iniciado na madrugada de 9 de Abril de 1918, escreveu, em 1920: «A organização do corpo [de Exército] foi difícilima, não só pela carência de material de toda a espécie, como ainda, e principalmente, pela má vontade da grande maioria dos oficiais e praças em intervir numa guerra cujas causas ignoravam.»<sup>222</sup>

<sup>219</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1294, p. 23-24.

<sup>220</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1294 n.º 5.

<sup>221</sup> Major Vasco de Carvalho, *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys (9 de Abril de 1918)*, Lisboa: Lusitânia Editora, 1924, p. VI. A substituição a que o general faz referência resultou do golpe desencadeado por Machado Santos nas vésperas dos primeiros embarques, em Dezembro de 1916, e ao qual, mais à frente faremos referência.

<sup>222</sup> General Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra — A Batalha do Lys — 9 de Abril de 1918*, Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 17.

Estes dois testemunhos seriam, pelo peso de quem os faz, suficientes para nos deixar a impressão correcta sobre o estado de espírito da grande parte da oficialidade portuguesa perante o conflito. Contudo, queremos ir mais além e citaremos Ferreira do Amaral, na altura comandante do Batalhão de Infantaria n.º 15, em França, o qual afirma na sua linguagem desabrida e frontal, a propósito do imenso esforço e tenacidade demonstrados por Norton de Matos aquando da formação do CEP: «(...) foi a tenacidade, o esforço hercúleo e a resistência moral com que ele [Norton de Matos] *en-cetou uma luta (que nunca acabava), com o exército*, com a imprensa da oposição, com a opinião pública, enfim, *com o país inteiro, que marcaram o seu esforço!*»<sup>223</sup>.

De uma forma mais difusa, mas também capaz de ser hoje bem compreendida, dá-nos conta dos sentimentos no Exército o oficial de Administração Militar Manuel da Costa Dias, deputado pelo Partido Democrático, o qual esteve parte do tempo de serviço em França a cerca de quatro quilómetros das primeiras linhas de combate. Diz ele:

O maior flagelo do moral do CEP foi, sem dúvida, o espírito nefasto de que o movimento de 13 de Dezembro de 1916 constituiu a mais típica manifestação.

A paixão política envenenara muitos oficiais, cegando-lhes o entendimento a ponto de impedi-los de ver a necessidade de seguirem uma linha de conduta que, além de a do cumprimento do dever patriótico, representava uma condição indispensável para o seu prestígio e para o do exército a que pertenciam<sup>224</sup>.

Dos testemunhos deixados por quem viveu a situação — e não nos limitámos a um — ressalta de dois o facto de o golpe de Machado Santos ter sido fulcral para a quebra do moral das tropas e da vontade de os oficiais cumprirem o seu dever. A seu tempo faremos a referência breve que

---

<sup>223</sup> Ferreira do Amaral, *A Mentira da Flandres e... O Medo!*, Lisboa: J. Rodrigues & C.ª, 1922, p. 323. Os itálicos são da nossa autoria, para evidenciar que o Exército não estava, de facto, com o ministro da Guerra, salvo dignas excepções.

<sup>224</sup> Costa Dias, *Flandres — Notas e Impressões*, Lisboa: Imprensa Líbano da Silva, 1920, p. 267.

ao assunto achamos dever dedicar, no entanto, ocorre-nos a dúvida: terá sido a tentativa de Machado Santos o motor do desânimo e desalento ou, pelo contrário, aquele acontecimento serviu somente para dar corpo ao desejo que pairava entre todos os mobilizados, fossem soldados ou oficiais?

Posta a questão nestes moldes, teremos de perceber que a Estratégia Nacional desenvolvida pelo Partido Democrático — na nossa perspectiva, a única que, de facto, à luz dos conhecimentos da época, defendia os interesses de Portugal — não tinha o correspondente sustentáculo no Exército e, conseqüentemente, na população, em especial masculina, que o integrava<sup>225</sup>. Assim, não se pode condenar a Estratégia; ter-se-á de condenar a consecução propagandística e militar que lhe foi subsequente. Mas, antes de tirarmos conclusões, convirá que passemos à análise da reacção popular, consubstanciada nos soldados e nas respectivas unidades, face à beligerância para avaliarmos com mais cautela os pressupostos de onde podemos partir para atingirmos dois objectivos: um, a ligação entre a tropa que combatia em França e a retaguarda nacional; outro, o efeito militar, na Flandres francesa<sup>226</sup>, da mudança política provocada pela tomada do Poder por Sidónio Pais.

## 6.2. Os soldados e a beligerância

Independentemente da relutância mostrada pelos partidos políticos da oposição, pelos monárquicos e pelo proletariado, temas aos quais já prestámos atenção, trazemos, agora, à colação um exemplo bem preciso de revolta colectiva contra a beligerância no seio nas fileiras militares.

Aconteceu já após a ordem de mobilização para levar a cabo as manobras preparatórias da *Divisão de Instrução*, na Primavera de 1916. Foi um

---

<sup>225</sup> Ainda que apoiado noutras fontes e perspectivando a questão num âmbito mais vasto, convirá deixar aqui referida a opinião de José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 55-65, que é, em grande parte e nas linhas gerais, coincidente com a nossa.

<sup>226</sup> Adiantamos, desde já, que o CEP se instalou frente à cidade de Lille, ocupada pelos Alemães.



episódio que obrigou o general Abreu e Silva a pôr à prova, logo de início, as suas concepções disciplinares.

Realmente, no dia 22 de Abril de 1916, duas Companhias do Regimento de Infantaria n.º 21, aquarteladas na Covilhã, revoltaram-se e negaram-se a embarcar. A situação vinha a arrastar-se há vários dias, desde que chegaram àquela cidade os reservistas convocados para as manobras de Tancos. Os oficiais não foram capazes e não quiseram impor a ordem, deixando que os soldados andassem pelas ruas bêbedos, sem a menor compostura e decoro militares. Acresce ser voz corrente na cidade que o comandante do Regimento havia isentado da convocação soldados filhos de gente das suas relações pessoais. A propaganda antibeligerante, que lavrava entre a classe operária, aproveitou-se desta notícia para a pôr a circular no meio castrense local. No dia do embarque só um oficial terá procurado impor a ordem entre a tropa: o chefe da banda de música; os restantes demitiram-se das suas funções<sup>227</sup>.

Convirá recordar que a ocorrência se deu na Covilhã que, à data, era um grande centro industrial têxtil onde o partido socialista tinha um dos seus coutos.

O comandante da *Divisão de Instrução* deslocou-se àquela localidade, acompanhado de alguns oficiais do seu Estado-Maior e de um Batalhão de Infantaria n.º 16 que havia recebido ordem de Norton de Matos para repor a disciplina militar na cidade e no aquartelamento sedicioso. Em poucas horas ficou sanada a revolta e as Companhias embarcaram desarmadas rumo a Tancos. Houve sanções disciplinares aplicadas quer aos chefes do motim, quer aos civis instigadores da revolta, quer ainda aos oficiais do Regimento de Infantaria n.º 21 que se mostraram pouco zelosos e incapazes de lidar com a situação<sup>228</sup>.

Este episódio veio reforçar a opinião por nós já expandida anteriormente de que a maioria da oficialidade do Exército não estava disposta a marchar para o teatro de operações europeu. Os rumores contra a entrada

---

<sup>227</sup> Vd. o excelente relatório do Governador Civil, Pinto Teixeira, que existe no AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.º Sec. Cx. 1262 n.º 2.

<sup>228</sup> Vd. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003], p. 282.

de Portugal na guerra fizeram parte do quotidiano das manobras do Verão de 1916, em Tancos.

Também, no dia 1 de Julho e pela mesma razão anteriormente invocada — embarque das tropas para Tancos — em Penafiel, distrito do Porto, as praças do Regimento de Infantaria n.º 32 se amotinaram, recusando-se a embarcar, sendo nisso apoiadas pela população civil. Foi preciso a intervenção da GNR para repor a ordem e conseguir que a oficialidade subordinasse as tropas<sup>229</sup>.

Embora não tenhamos notícia de mais nenhuma sedição com o aparato destas duas, admitimos, por ter sido provável, que tenham acontecido noutros pontos do país, ainda que em menor escala. A prova desta nossa desconfiança resulta do teor da circular n.º 1401, de 6 de Julho de 1916, da Repartição do Gabinete do ministro da Guerra, que determinava que «os comandantes das forças que embarcam de caminho-de-ferro devem permitir que as tropas se despeçam dos seus familiares antes da entrada no edifício da estação, devendo o embarque fazer-se com antecipação sobre o dos restantes passageiros do transporte»<sup>230</sup>. Pretendia evitar-se, aquando da entrada das tropas nas carruagens de caminho-de-ferro, situações embaraçosas para a oficialidade e de mau ambiente no meio civil. E deve notar-se que estas deslocações não eram ainda as que se destinavam à partida para França, mas tão-só — por causa da data — das que se estavam a fazer para Tancos.

Poderíamos, para fornecer uma panorâmica geral e, talvez, mais elucidativa do sentido de oposição à beligerância que estava implantado no tecido social português, recorrer a um relatório da Direcção de Censura Postal<sup>231</sup>, o qual sintetiza, com muita clareza, a situação quanto à participação na guerra: «(...) 1. Que a guerra não é popular. 2. Que existe um acentuado espírito de revolta contra a ideia da nossa participação na guerra em território estrangeiro. 3. Que há pessoas que pensam na probabilidade

<sup>229</sup> AHM, 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1278 n.º 1.

<sup>230</sup> *Ordem do Exército*, 1.ª série, de Julho de 1916.

<sup>231</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1298.

de um movimento revolucionário para evitar a ida para a guerra, ou caso como sequência dessa ida. (...)»

À laia de conclusão diremos que também entre as praças do Exército começou a haver um mau estar no tocante à beligerância, assim que se iniciaram os primeiros preparativos de formação e instrução, como resultado da incompreensão dos motivos da participação na guerra; mau estar alimentado, quase sempre, fora dos quartéis, ainda que dentro deles a indiferença de numerosos oficiais servisse de estímulo por omissão do sentido do dever e da compreensão do serviço a Portugal.

### 6.3. As deserções em Portugal

A guerra e, acima de tudo, as sucessivas mobilizações quer para as expedições de reforço a Angola e Moçambique, em 1914 e 1915, quer para formação da *Divisão Auxiliar*, da *Divisão de Instrução* e, depois, do Corpo Expedicionário Português foram motivo para, entre Agosto de 1914 e Janeiro de 1917, levar alguns Portugueses a desertar, procurando fugir ao cumprimento das suas obrigações militares.

Não pretendemos ser exaustivos, também neste aspecto; elementos não nos faltam para mostrar como se foi desenrolando o processo de deserção em Portugal — já tão seguros não podemos estar para igual situação ocorrida em França, em consequência das perdas materiais resultantes da batalha de La Lys — porque todo ele corria, na fase de investigação, pelo Serviço de Informações, cujos arquivos estão muito completos. Para além de explicar as deserções ocorridas ainda em Portugal, estamos interessados na compreensão das causas determinativas da fuga ao cumprimento do dever de cidadania, servindo a Pátria nas fileiras militares. Assim, antes de prosseguirmos, convirá deixar dois apontamentos que nos parecem importantes para se perceber o processo de deserção.

Em primeiro lugar, quando a deserção é efectiva, isto é, quando resulta da intenção de fugir ao serviço militar — porque, adiante se verá, nem todas têm esta característica — a fuga, em geral, fazia-se para a vizinha Espanha, onde o desertor encontrava trabalho sem grande dificuldade.

Assim, dependiam da vigilância da fronteira seca as maiores ou menores hipóteses de passagem clandestina e é nesse sentido que existe correspondência com o Ministério das Finanças, de quem dependia a Guarda Fiscal, solicitando um maior empenhamento daquele corpo militarizado na zona fronteiriça de Escalhão, Barca de Alva e toda a Beira Baixa<sup>232</sup>.

O segundo apontamento refere-se ao facto, até hoje desconhecido, de se pagar o serviço de captura de desertores nesta época. Realmente, pelo ofício n.º 3179, de 8 de Novembro de 1917, do Serviço de Informações, dirigido ao administrador do concelho de Setúbal, diz-se textualmente que foi ordenado «às unidades a que V. Exa. se referiu no citado ofício, o pagamento das importâncias em dívida pela captura de desertores, tendo-se recebido as respostas que por cópia envio a V. Exa.»<sup>233</sup>.

Na tentativa de perceber qual era a região do país de onde mais desertavam militares fizemos um apanhado relativo às unidades de Infantaria, por ser esta a Arma que maior número de homens mobilizava e concluímos o seguinte, de um total de 2907: o Regimento de Infantaria n.º 3, com sede em Viana do Castelo, teve 420 desertores, dos quais 53 faltaram ao embarque para França, a este seguiu-se o Regimento de Infantaria n.º 29, com aquartelamento na Figueira da Foz e em Águeda, com 258 faltosos, em terceiro lugar, vinha o Regimento de Infantaria n.º 8, com sede em Braga, com 189 desertores, segue-se, depois, o Regimento de Infantaria n.º 31, cujo quartel era no Porto, com 175, dos quais 53 faltaram ao embarque para França. Na ordem inversa das unidades de onde desertaram menos militares temos: Regimento de Infantaria n.º 32, com aquartelamento em Penafiel, com cinco desertores, depois o Regimento de Infantaria n.º 27, com sede no Funchal, com 12 desertores, em seguida o Regimento de Infantaria n.º 34, com aquartelamentos na Guarda e Santarém, com 13 faltosos e, por fim, o Regimento de Infantaria n.º 33, com aquartelamentos em Lagos e Faro, com 17 desertores. A média aritmética das deserções é de 83 homens

---

<sup>232</sup> Ofícios n.º 279, de 16 de Fevereiro e de 21 de Fevereiro de 1917 AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1259 n.º 3.

<sup>233</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1259 n.º 3.

por unidade (35 Regimentos), sendo que geograficamente, dividindo o continente pelo rio Mondego, temos que a Norte houve 1879 deserções e a Sul 826; nos arquipélagos ocorreram 202 deserções<sup>234</sup>.

Claro que uma análise mais cuidada dos elementos existentes sobre deserções permite que se possa concluir que alguns dos casos não estavam relacionados com a guerra e a mobilização para o conflito. Com efeito, foram muitos os mancebos que se viram classificados como desertores, porque não compareceram às inspecções militares por se encontrarem em situações que os impediam completamente de o fazer; foi o caso de todos os que haviam emigrado ainda muito jovens e que, radicados em terras distantes, acabaram por decidir não voltar ao torrão natal. Naturalmente houve deserções bem determinadas que mais não eram do que verdadeiras fugas ao dever militar<sup>235</sup>. E não se pense que essas situações se verificaram somente ao nível de praças compelidas ao cumprimento do serviço obrigatório! Houve casos — e não poucos — de deserção de oficiais dos quadros permanentes do Exército — como foi o que ocorreu em Castelo Branco na sequência da intentona levada a efeito por Machado Santos nas vésperas do embarque do primeiro contingente para França. Oficiais milicianos também desertaram.

Por mera amostragem, entre uma lista casual de 70 desertores é possível identificar 11 oficiais (15,7%), seis oficiais milicianos (8,6%), dois médicos (2,9%), um segundo-sargento do quadro permanente (1,4%) e quatro segundo-sargentos milicianos (5,7%). Os restantes 46 homens (65,7%) ou eram soldados e cabos, ou não foi possível determinar o posto ou quaisquer outras indicações. Como a amostra foi aleatoriamente escolhida,<sup>236</sup> pode concluir-se que, percentualmente, os oficiais dos quadros permanentes desertaram em grande quantidade se comparados com as restantes situações identificadas.

---

<sup>234</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1261 n.º 1.

<sup>235</sup> Para todos os tipos de deserções fez Norton de Matos imprimir a Ordem circular n.º 648, confidencial, de 17 de Abril de 1917, dando cobertura a um impresso para identificação e denúncia dos desertores com vista à sua captura (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1259 n.º 1).

<sup>236</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1261 n.º 1.

A relação da totalidade de deserções<sup>237</sup> dá-nos o valor de 3035 homens, dos quais foram capturados apenas 181. Contudo, olhando para ela com atenção verifica-se que nos países ou regiões de imigração habitual (Brasil, EUA, Califórnia e Argentina) residiam 617 (20,3%) dos desertores. Depois, estão também contabilizados 72 falecidos. Pode, então, afirmar-se que, realmente, as deserções foram da ordem dos 2400 homens, o que não chega a ser 4,5% do total dos militares deslocados para França durante a guerra.

À maneira de conclusão sumária diremos que as deserções em Portugal foram poucas, se comparados todos os efectivos mobilizados para a Europa, para Angola e Moçambique. Por outro lado, demonstram que as áreas geográficas mais a Norte do país se mostravam mais propensas à fuga à obrigação militar, o que corresponde a uma série de circunstâncias, a saber: maior tradicionalismo, menor proletarização agrícola, maior hábito de emigração, maior industrialização. Todos estes factores contribuíam para levar os jovens a fugir para Espanha ou tentarem a emigração ilegal para as Américas. Situação idêntica ocorria nos Açores que, comparativamente com a Madeira, centuplicou a deserções, tal o hábito de embarcar para os EUA.

Depois desta extensa análise à situação interna do país nos anos de 1916 e 1917 podemos, com grande sintetismo, dizer que, por falta de uma adequada propaganda política, pela existência de um muito baixo índice cultural, uma feroz oposição política, uma constante actividade conspirativa contra o novo regime, um divórcio entre os objectivos políticos e os anseios da população urbana e rural, a perseguição de uma Estratégia Nacional de prestígio e prestigiante ao lado das nações Aliadas, levada a cabo nos campos de batalha da Europa, integrando Portugal no seio das potências vencedoras e comprometidas com a modernidade e um futuro, no qual houvesse lugar para os pequenos Estados, estava fortemente comprometida. Assim, a retaguarda das forças militares que iam representar o país nas trincheiras onde se combatia estava, também, comprometida e, dada a conjuntura interna, seria difícil que suportasse os rudes golpes

---

<sup>237</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1260 n.º 1. A relação pode ser consultada no original da nossa tese, p. 230 o qual é possível encontrar na biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa e na Biblioteca Nacional.

económicos que uma dependência crónica do estrangeiro lhe impunha. No final do ano de 1917 uma qualquer solução política parecia ter de ser encontrada desde que, mesmo como simples mito, propusesse a modificação do contexto amplamente por nós já debuxado.

Teremos, de seguida, como objectivo mostrar a vertente militar do esforço para o cumprimento da Estratégia Nacional definida pelo Governo Afonso Costa ao marcar a beligerância activa na Europa como finalidade. Iremos descrevê-la de modo a se perceber que, mesmo sendo um pequeno contingente militar, logrou, nos primeiros meses de campanha cumprir como tropa combatente e como representante militar de uma nação independente e soberana. Temporalmente o nosso estudo estará balizado entre a mobilização e instrução das tropas a mandar para França, no ano de 1916, e o final do ano de 1917.

(Página deixada propositadamente em branco)



## 3.<sup>a</sup> PARTE

(Página deixada propositadamente em branco)

## IV

### O CEP NO ANO DE 1917

#### 1. Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português

O estatuto ambíguo que a Grã-Bretanha solicitou que Portugal adoptasse poucos dias após o início das hostilidades na Europa pareceu vir a alterar-se quando o *Foreign Office*, por insistência do Governo francês, solicitou, ao abrigo da aliança, que fossem cedidas algumas peças de artilharia ao seu Exército<sup>1</sup>. Estava-se, então, ainda no começo da guerra e todos os Estados-Maiores admitiam que o conflito ia ter curta duração. Neste contexto, a beligerância portuguesa foi encarada, em Lisboa, como um contributo que nem seria prolongado nem demasiado pesado para as debilitadas capacidades nacionais. O apoio ficar-se-ia pela cedência de uma Divisão de Infantaria, ou seja, um máximo de vinte a trinta mil homens, incluindo já uma pequena reserva para fazer frente às substituições imediatas<sup>2</sup>. Esse contingente foi logo baptizado com a designação de *Divisão Auxiliar a França*<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Este pedido feito pela França apresenta, quanto a nós, contornos mal definidos, pois, como fizemos referência na nossa obra *O Fim da Ambiguidade* (p. 131), o papel desempenhado por João Chagas e por ele referido no seu *Diário* (vol. 1.º p. 223) não nos parece claramente bem definido, sendo ele próprio quem deixa um ténue rasto de mistério em toda essa questão.

<sup>2</sup> Note-se que o mais importante para os Franceses era a cedência das peças de artilharia e que o empenhamento da Divisão representou já uma imposição por parte do Exército português cujos chefes viam com maus olhos a entrega de armas sem que fossem devidamente acompanhadas dos soldados para as operarem. Era uma questão de honra e dignidade.

<sup>3</sup> Cf. General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p. 518.

Ainda na vigência do Governo Bernardino Machado foram dadas as primeiras instruções que visavam a mobilização. Também na sequência do pedido francês, efectivado pelo Governo inglês, logo no dia 19 de Outubro de 1914 partia para Londres uma missão de oficiais do Estado-Maior português — capitães Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Azambuja Martins — para, na capital inglesa, estabelecerem os contactos convenientes com o Estado-Maior britânico a fim de estudarem a forma mais apropriada de levar a cabo a colaboração militar nacional.

A 23 de Novembro o Governo português obteve a autorização do Parlamento para poder intervir militarmente em França. Restava iniciarem-se as acções imprescindíveis para tornar efectiva a acção que parecia ir no sentido de agradar a todos os intervenientes.

### 1.1. Mobilização

Foi pelo Decreto de 25 de Novembro de 1914 que se estabeleceram o comando da *Divisão Auxiliar*, a chefia do respectivo estado-maior e o método para levar a efeito a sua mobilização<sup>4</sup>. O artigo 1.º determinava que o contingente a formar fosse conseguido à custa do pessoal e material da 1.ª e 7.ª Divisões territoriais do Exército (Lisboa e Tomar) sem prejuízo de se poder mobilizar de outras Divisões se para tal a necessidade o impusesse (art.º 2.º). Verdade seja que o edital de mobilização mandava convocar tropas, também, da 4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª Divisões territoriais (respectivamente das seguintes unidades: Artilharia n.º 3; Artilharia n.º 2 e 5.º Grupo de Metralhadoras; 6.º Grupo de Metralhadoras; e Artilharia n.º 5)<sup>5</sup>. O peso da mobilização recaía sobre os Regimentos de Infantaria n.º 1, 2, 5, 16, da

---

<sup>4</sup> Faz referência à Lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914 — estabelece poderes especiais para o Governo garantir a ordem e salvaguardar os interesses nacionais — e à Lei n.º 283, de 24 de Novembro de 1914, que autoriza o Governo a tomar as providências necessárias aos altos interesses nacionais. *Ordem do Exército* n.º 28, 1.ª série, de 26 de Novembro de 1914, p. 1387-1388. O comando foi entregue ao general Jaime Leitão de Castro, até então comandante da 7.ª Divisão territorial e para chefe do estado-maior foi nomeado o major do Serviço do Estado-Maior Roberto da Cunha Baptista.

<sup>5</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1256.

1.<sup>a</sup> Divisão e Regimentos de Infantaria n.º 7, 15, 21 e 22 da 7.<sup>a</sup> Divisão. Os Regimentos de Cavalaria n.º 2 e 4, também mobilizavam.

A 1 de Dezembro foi publicado o Decreto que estabeleceu a organização da *Divisão Auxiliar*<sup>6</sup>. Era composta por 720 oficiais e 21 741 sargentos e praças. Organizava-se segundo duas Brigadas de Infantaria, cada uma das quais tinha dois Regimentos da mesma arma. Deste núcleo fundamental faziam parte 13 276 homens, estando em reserva, no Depósito da Base de Operações, mais 1354 que compunham a totalidade de dois Batalhões de Infantaria. O resto do pessoal (7831 homens) distribuía-se pela Artilharia, Cavalaria, Engenharia e os serviços de apoio (Administração Militar e Saúde). Naturalmente que se tornava necessário chamar às fileiras praças já licenciadas e isso estava previsto no Decreto de Dezembro, devendo começar-se pelas classes que mais recentemente haviam regressado à vida civil. Contudo, curiosamente, as primeiras praças mobilizadas deveriam ser as do quadro permanente e só depois as já licenciadas.

Como é sabido, os acontecimentos políticos do começo do ano de 1915, em Portugal<sup>7</sup>, foram determinantes para a desmobilização da *Divisão Auxiliar* (Circular n.º 8, de 11 de Março e Circular n.º 80, de 31 de Março do citado ano, ambas da 3.<sup>a</sup> Repartição da 1.<sup>a</sup> Direcção-Geral da Secretaria da Guerra)<sup>8</sup>.

Ainda na vigência do Governo Pimenta de Castro, nos primeiros dias do mês de Maio, as circunstâncias políticas internacionais, em especial o agravamento da situação em Angola, levaram a que, de novo, no âmbito do Ministério da Guerra se tornasse a equacionar a possibilidade de mobilizar uma Divisão para ocorrer à necessidade de a fazer embarcar para fora do território da metrópole<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> *Ordem do Exército* n.º 29, 1.<sup>a</sup> série, de 7 de Dezembro de 1914, p. 1389-1406.

<sup>7</sup> Queda do Governo Azevedo Coutinho e tomada de posse do Governo presidido pelo general Pimenta de Castro.

<sup>8</sup> *Ordem do Exército* n.º 4 de 15 de Abril de 1915.

<sup>9</sup> Não deve causar estranheza esta atitude, porque ela é comum nos Estados-Maiores militares; as Forças Armadas têm o dever de, seja qual for o regime que conduz os destinos de uma nação, estudar e prever os vários cenários que podem levar à necessidade do seu emprego. É esta característica que lhes dá uma feição nacional e não partidária. Em Maio de 1915, o Estado-Maior do Exército limitou-se a proceder como é hábito em circunstância que exigem prevenção.

O chefe da 4.<sup>a</sup> Repartição da 1.<sup>a</sup> Direcção do Estado-Maior do Exército concluía, em informação elaborada para o efeito, que as peças de artilharia eram a «ossatura dos combates», dando-nos assim a perceber que já havia a clara noção de que a guerra ia ser mais longa do que inicialmente se pensava e, por isso, mandou fazer um levantamento da situação geral das existências<sup>10</sup>. Desse estudo concluiu-se que só se conseguiam armar com peças de artilharia duas Divisões, faltando munições e carros para o respectivo transporte; que existiam metralhadoras para armar duas Divisões e espingardas para quatro, mas para estas faltavam munições<sup>11</sup>.

Esta avaliação demonstra que, para as condições existentes, teria de se fazer um esforço muito grande de reequipamento do Exército, para se mobilizar uma Divisão, porque, para duas, nem todo o material chegava e mesmo no caso de só ser mobilizada uma, em certas circunstâncias, ficar-se-ia reduzido a números exíguos de material ou de munições. Também não se deve olvidar que, à data, a diminuta capacidade do Exército em material de artilharia se deveu à entrega que, no final do ano de 1914, o Governo português havia feito à França, tal como referimos antes, convicto de que ia entrar em operações. O melhor que então possuíamos já tinha sido devorado na fornalha dos grandes confrontos em terras gaulesas e belgas.

Depois da vitória política dos democráticos, na sequência do golpe revolucionário de 14 de Maio de 1915, reacendeu-se a esperança de Portugal poder vir a ser beligerante, não porque a sua participação militar, como já afirmámos antes, contribuíse significativamente para a vitória dos Aliados, mas por razões de interesse nacional que o partido de Afonso Costa identificava com clareza e aos quais já largamente temos feito referência.

Tendo sido formado Governo a 29 de Novembro de 1915, chefiado pelo dirigente do partido democrático, logo a 4 do mês seguinte, ou seja menos de uma semana depois, já se tomavam deliberações ao nível do poder executivo sobre uma *Divisão de Instrução* que se deveria preparar para a eventualidade de entrar na guerra<sup>12</sup>. As decisões iam desde a simples ne-

---

<sup>10</sup> 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1193 n.º 24.

<sup>11</sup> Vd. o quadro com os valores completos na dissertação original, p. 243.

<sup>12</sup> A. H. de Oliveira Marques (Org.), *O Segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916) Actas dos Conselhos de Ministros*, s. l.: Publicações Europa-América, 1974, p. 23-32.

cessidade de imediatamente organizar o estado-maior da Divisão até à aquisição do material mais indispensável. Logo nessa data ficou assente que a *Divisão de Instrução* se concentraria em Tancos<sup>13</sup>.

A 10 de Dezembro tomavam-se mais deliberações sobre a dita *Divisão*: organizar uma Companhia de Instrução de condutores automóveis; tentar suprir as carências em sargentos e cabos, especialmente de Artilharia; providenciar para que houvesse maior rigor nas juntas hospitalares de modo a não se dispensar da prestação do serviço militar todos aqueles que a pudessem cumprir; suprir a falta de médicos do quadro permanente, mobilizando milicianos habilitados com o curso de medicina; o mesmo relativamente aos médicos veterinários; recrutar todos os solípedes existentes no território e que estivessem em condições de prestar serviço no Exército; e construir novas casernas na Escola de Aplicação de Engenharia, em Tancos<sup>14</sup>.

No dia 21 de Dezembro as decisões continuaram de modo a tornar possível a mobilização da *Divisão de Instrução*. Assim, foi determinado que os abastecimentos da tropa se fariam por intermédio da Manutenção Militar com a clara intenção de evitar o agravamento da crise resultante da falta de certos géneros nos mercados abastecedores; ficou, também assente que era necessário adquirir, com urgência, no estrangeiro, pneus e câmaras-de-ar para substituir os que se deteriorassem<sup>15</sup>.

Finalmente, em 23 do mesmo mês, no Estado-Maior do Exército determinou-se a qualidade de pão a fornecer às tropas reunidas em Tancos; decidiu-se que era necessário adquirir mais solípedes para a *Divisão de Instrução* de modo a não desfalcar as unidades territoriais; e que se deveria dar pressa na compra do material de TSF necessário ao equipamento das tropas<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Na noite de 4 de Dezembro de 1915 foram tomadas resoluções importantes que existem no AHM 1.ª Div. 35 Sec. Cx. 1177. Também Norton de Matos (*Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. 3, tomo v, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005, p. 179 e os respectivos apêndices, p. 428-436) faz referência e transcreve o teor das resoluções aqui mencionadas.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*.

Tinham-se conseguido as decisões mínimas para concentrar uma grande unidade do Exército; faltava aprovar o plano de mobilização para o ano que estava prestes a findar. O Estado-Maior trabalhou intensamente e conseguiu gizar um quadro que relacionava as oito Divisões territoriais com as unidades de onde deviam sair tropas e a localidade onde se concentravam para marcharem rumo a Tancos<sup>17</sup>.

Na prática, todos os grandes centros urbanos do país iam assistir à concentração das forças, o que implicava aumentar a capacidade de alojamento, de movimentação de tropas e materiais e de apoio logístico de toda a ordem. Portugal nunca tinha vivido uma experiência desta natureza nem mesmo no século XIX, durante as campanhas napoleónicas ou durante a guerra civil, porque os efectivos concentrados nunca atingiram de uma só vez os números que agora se movimentavam. A *Divisão de Instrução* iria ser o núcleo a partir do qual se formaria a grande unidade a fazer sair do território metropolitano ou a enviar como primeira linha de defesa no caso de invasão do mesmo. A prioridade centrava-se na instrução ao nível dos grandes efectivos e Tancos era a zona escolhida para proceder a esse treino.

Politicamente os acontecimentos precipitaram-se e evoluíram para a mudança de estatuto internacional do país. Na verdade, como já dissemos antes, em Março de 1916 a Alemanha e a Áustria-Hungria declaravam guerra a Portugal. A organização da *Divisão de Instrução* ainda estava em marcha nessa altura. Tornou-se, por conseguinte, imperativo manter todo o esforço que se vinha fazendo desde Dezembro do ano anterior para instruir uma grande unidade do Exército e, ao mesmo tempo, com base nela, mobilizar as que se tornassem necessárias pelos compromissos assumidos para com a Grã-Bretanha.

A 24 de Junho, estava já concentrada em Tancos a *Divisão de Instrução*, no Estado-Maior do Exército faziam-se análises exaustivas sobre a capacidade de entrar no conflito e nele conseguir manter uma ou várias grandes unidades<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1193 n.º 24. O quadro pode ser consultado no original da dissertação, p. 245-246.

<sup>18</sup> AHM 1.ª Div. 35 Sec. Cx. 1177.



A primeira conclusão a que se chegou, no estudo então elaborado, foi que as Divisões territoriais do Exército não conseguiam receber das regiões onde estavam aquarteladas tudo o que necessitavam para poder mobilizar, porque havia grandes disparidades ao longo do território nacional. Concluiu-se, também, que a mobilização do Exército tinha de ser feita ao mesmo tempo que a concentração, uma vez que faltavam instalações para o pessoal e para os animais; além disso a rede ferroviária era muito limitada, não permitindo a deslocação de grandes contingentes de uma só vez. Na análise levada a efeito quanto aos efectivos mobilizáveis as perspectivas não eram animadoras. Realmente, para mobilizar as oito Divisões territoriais, os militares dos quadros permanentes mais as tropas licenciadas das sete classes já incorporadas (de 1908 a 1915) eram insuficientes. O deficit tinha como justificação uma clara redução nas incorporações dos três últimos anos, porque havia aumentado o número de isentos e de emigrantes. Verificou-se, ainda, que era insuficiente o número de sargentos, embora os cabos fossem excedentários em Infantaria, podendo colmatar-se a falta de uns com os outros.

Como se vê, a inércia política e a falta de profissionalismo operacional do Exército durante a Monarquia tinham levado o país a uma situação de incapacidades de toda a ordem. Melhor dizendo, a política militar da Monarquia e mais a confiança na aliança luso-britânica haviam contribuído para reduzir o Exército a uma máquina que, para fazer a guerra na Europa, pouco ou nada servia.

Contudo, mesmo face a um quadro pouco animador continuou o Governo a persistir na necessidade de passar a colaborar activamente com os Aliados na frente de combate. Esse foi o motivo que levou o ministro da Guerra a mandar, em 15 de Agosto de 1916, mobilizar a 1.º Divisão territorial<sup>19</sup>. Mantinha-se uma Divisão em manobras, em Tancos, e preparava-se outra para a necessidade de entrar em operações. Os reforços em pessoal, material e animal para suprir as carências da 1.ª Divisão seriam fornecidos pela 3.ª, 6.º e 8.ª Divisões territoriais. Isto mesmo foi decidido em 15 de Setembro<sup>20</sup>. A concentração desta Divisão far-se-ia no polígono de Tancos.

---

<sup>19</sup> AHM 1.ª Div. 35 Sec. Cx. 1177.

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

Dois meses depois, a 15 de Novembro, era evidente o esforço que o Governo pretendia fazer no seu empenhamento em campanha, porque Norton de Matos determinou ao Chefe do Estado-Maior do Exército a mobilização de uma 2.<sup>a</sup> Divisão<sup>21</sup> com quadros orgânicos iguais aos da 1.<sup>a</sup> Divisão e aos da *Divisão de Instrução*. Estava-se a preparar tudo para ter três Divisões aptas a entrar em operações

Toda a mobilização estava em marcha e no ano de 1917 ir-se-ia assistir a nova tentativa de maior envolvimento militar. O Governo, em face dos dados que na altura possuía, apostava que, quanto maior fosse a participação de Portugal no esforço comum, maiores seriam as vantagens a poder alcançar na conferência da paz, no final do conflito. Assim, embora pequeno, na comparação com o desgaste dos outros Estados beligerantes, o contingente nacional não seria meramente representativo; iria um pouco mais além.

Depois de vistas, em síntese, as linhas geratrizes da mobilização feita para concentrar a grande unidade que se desejava ver em França, para cumprir o objectivo nacional que iria servir a estratégia traçada, devemos, agora, passar à análise do que foram as manobras instrutórias dessa força, pois, também isso representou um imenso trabalho organizativo digno de figurar na História.

## 1.2. As manobras de Tancos

Ainda que só no final de 1915 tenha tomado clara forma a constituição da *Divisão de Instrução*, o certo é que Norton de Matos, ministro da Guerra, já nos Governos Álvaro de Castro, em Agosto desse ano, começou a preparar todo o processo que no Inverno levaria à futura mobilização da grande unidade. Com efeito, o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante da 5.<sup>a</sup> Divisão territorial, com sede em Coimbra, foi mandado apresentar no Ministério da Guerra para lhe ser comunicado que

---

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*.

iria comandar a *Divisão de Instrução* que se pensava mobilizar<sup>22</sup>. A escolha recaiu neste velho oficial de cavalaria graças a diversos factores, não sendo de desprezar o facto de gozar da fama de muito disciplinado e disciplinador — qualidades indispensáveis a quem ia ter o comando de uma força militar de grande envergadura capaz de entrar em operações a qualquer momento — e de, também, constar que a sua fidelidade à República não estava maculada. Como mais à frente teremos oportunidade de ver, não foram tomadas em devida conta outras qualidades que seriam de esperar de quem estava destinado a representar Portugal na frente de combate.

A 21 de Março, isto é, poucos dias após a declaração de guerra, Norton de Matos dava ordens ao Chefe do Estado-Maior do Exército no sentido de se proceder à mobilização, ainda no ano de 1916, da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Divisões territoriais, com o fim de proceder «à instrução e preparação para a guerra»<sup>23</sup>. Esta actividade deveria decorrer num Campo de Instrução, «tendo sempre em vista que, num dado momento, talvez muito próximo, cada uma dessas Divisões, ou mesmo todas, poderão ter de mobilizar o mais rapidamente possível para entrarem em campanha». Quer dizer, já não se tratava só de preparar uma Divisão, mas quatro, o que, em termos práticos, era impossível por falta de material e armamento. O ministro deixa, no seu despacho, claramente explícito que a *Divisão de Instrução* deve continuar a sua actividade à custa, principalmente, da 2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Divisões territoriais. Norton de Matos pretendia que a *Divisão de Instrução* fosse o «centro» de preparação das tropas das Divisões territoriais. Estas mobilizariam, em caso de necessidade, de maneira independente da forma como se tinha estipulado a mobilização daquela. Ainda neste despacho o Ministro determinava que a concentração das forças se deveria fazer oportunamente, devendo contudo, a 1.<sup>a</sup> Divisão territorial concentrar na primeira quinzena de Agosto. Toda a preparação militar dos novos recrutas concluir-se-ia no Campo de Instrução. Os recursos necessários à mobilização da 1.<sup>a</sup> Divisão, depois de

---

<sup>22</sup> Vd. Isabel Pestana Marques, *Memórias do General 1915-1919 "Os meus Três Comandos"* de Fernando Tamagnini, Viseu: Fundação Mariana Seixas, 2004, p. xv e, também, Luís Alves de Fraga, Portugal *na Grande Guerra. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, s. d. p. 209.

<sup>23</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1177.

esgotados os que a ela pertenciam, seriam fornecidos pela 4.<sup>a</sup> Divisão e os das restantes pelas 3.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Divisões. Também, no citado documento, se determinava que não haveria licenciamento das praças que viessem a acabar as suas obrigações de serviço. Era, de facto, o estado de guerra que começava a definir os seus contornos no país. De todo este esforço nasceram, como já anteriormente vimos, a *Divisão de Instrução*, a mobilização da 1.<sup>a</sup> Divisão territorial e a mobilização de uma 2.<sup>a</sup> Divisão.

Foram grandes as dificuldades que se tiveram de vencer para conseguir as condições mínimas para a concentração da *Divisão de Instrução*. No princípio, quando não havia ainda estudos pormenorizados sobre o que se pretendia fazer, delimitou-se que a área da sua actuação estaria compreendida entre Mafra, Tancos e Vendas Novas<sup>24</sup>. Quer dizer, previa-se o guarnecimento da chamada «península de Lisboa», medida que, implicitamente, admitia a necessidade de defender a capital de qualquer agressão externa. Por outro lado, esta era a região que melhor estava servida de vias ferroviárias o que permitia a fácil convergência das pequenas unidades integrantes da futura Divisão.

Com o rodar dos meses, e em especial depois da formação do Governo Afonso Costa, sedimentou-se a ideia de que a concentração se deveria efectuar no chamado «polígono militar de Tancos» onde já se situava a Escola de Aplicação de Engenharia. Houve que comprar terrenos, que restaurar edifícios já construídos, que estabelecer condições sanitárias para suportar uma tão grande concentração de homens, que demarcar os locais onde as unidades iriam bivacar, desmatar charnecas, captar água potável, estabelecer depósitos de géneros e de material, enfim, teve de se colocar à prova toda a capacidade logística e de improvisação do Exército. Um dos problemas mais graves que se levantou ao estado-maior da *Divisão de Instrução* foi o do alojamento de quase vinte mil homens<sup>25</sup>. Com efeito, não havia tendas de campanha em número suficiente para dar guarida aos efectivos. Também, no mercado nacional não havia lona, por isso teve de se comprar, em Espanha, a matéria-prima necessária ao fabrico de tendas com capacidade

---

<sup>24</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1251.

<sup>25</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cxs. 1247 n.º 1, 1305 n.º 4 e 1271 n.º 3.

para abrigar 16 homens, cujo modelo se ficou a dever à imaginação de um oficial de engenharia. Foi deste modo que se conseguiu concentrar em exercícios permanentes 19 867 militares (7400 de Infantaria, 1278 de Cavalaria, 702 de Artilharia, 506 de Engenharia e 181 de Administração Militar)<sup>26</sup>.

Outro dos grandes problemas que se colocou à organização da *Divisão de Instrução* foi o da falta de carros (hipomóveis) de Companhia. Assim, supriu-se a falha adoptando os carros tipicamente alentejanos para o serviço das pequenas unidades de Infantaria.

Foi a sucessiva capacidade de improviso que fez, na altura, considerar-se um verdadeiro *milagre* a concentração em Tancos e o terem-se realizado as primeiras manobras militares de grande envergadura em Portugal. Os incrédulos acabaram rendendo-se à evidência.

Todo o trabalho prévio que se teve de efectuar retardou a mobilização efectiva das tropas para a concentração. Já só a 25 de Abril é que chegou a Tancos a Companhia de Sapadores Mineiros que procedeu aos arranjos finais no terreno. A 3 de Maio o Quartel-general instalou-se nos edifícios que lhe estavam destinados e de 21 a 31 desse mês chegaram os Batalhões de Infantaria. A Cavalaria só se instalou a 3 de Junho<sup>27</sup>. Os quase seis meses que mediaram entre o início da organização e a instalação da tropa levaram a que a mobilização em vez de ser geral recaísse mais notavelmente sobre as guarnições das 2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Divisões territoriais. Por outro lado, as tropas concentradas pertenciam quase exclusivamente às incorporações de Janeiro de 1916.

Todo este esforço teve por trás, para além do próprio ministro da Guerra, Norton de Matos, a capacidade organizativa do chefe do estado-maior da *Divisão*, o, então, major Roberto Baptista, o mesmo que virá a desempenhar igual missão no CEP. É importante chamar a atenção para este pormenor, porque, mais à frente se verá como foi volúvel a opinião do general Tamagnini de Abreu e Silva relativamente ao seu subordinado e colaborador mais directo.

---

<sup>26</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cxs. 1292 n.º 2 e 1290 n.º 1.

<sup>27</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1251 n.º 9.

Durante os exercícios da *Divisão de Instrução* os Batalhões foram agrupados três a três, formando quatro Regimentos de Infantaria, os quais constituíram duas Brigadas<sup>28</sup>. Era ainda o tipo de organização adoptada pelos Franceses.

Os meses de Maio e Junho passaram-se em Tancos a treinar as tropas segundo tácticas pouco adequadas ao que já acontecia em França, na frente de batalha. Faziam-se exaustivas marchas a pé, imaginava-se a invasão do território nacional a partir de bases em Espanha, colocavam-se em bateria as peças de artilharia, fazia-se tiro de espingarda e metralhadora para aperfeiçoar as condições de combate individual e pouco ou quase nada se treinou os homens na vida nas trincheiras. Tudo isto foi feito debaixo de temperaturas elevadas, próprias da época do ano e da região, ao contrário do que iria ocorrer em França, alguns meses mais tarde.

Fosse como fosse, o *milagre* estava feito e havia-se provado a todos os Estados beligerantes e até neutros — caso da Espanha — que Portugal era capaz de mobilizar forças de certa envergadura e, aparentemente, prepará-las para entrarem em campanha.

O polígono militar de Tancos foi visitado várias vezes por autoridades acreditadas junto das embaixadas e legações em Lisboa, tentando mostrar-se que a República possuía envergadura e capacidade para colaborar no *front*, em França.

A 22 de Julho de 1916 deu-se por concluída toda a instrução e, para o mostrar oficialmente, foi convidado o Presidente da República, o Governo, membros do corpo diplomático e os adidos militares então presentes na capital. Ia ter lugar uma grande parada na charneca de Montalvo durante a qual desfilariam todas as tropas empenhadas nos últimos três meses em Tancos. Foi organizado um comboio especial que partiu às 11h40 de Lisboa a bordo do qual, na carruagem restaurante, se serviu um pequeno-almoço pelas 12 horas. A chegada a Tancos estava prevista para as 13h40, seguindo-se a visita ao acampamento e ao Quartel-General. Às 16 horas, iniciou-se a parada militar, em Montalvo. Pelas 19 horas mandou-se servir um *lunch*, verificando-se a partida para Lisboa às 20h40. Na carruagem restaurante

---

<sup>28</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1292 n.º 2.

comeu-se o jantar às 21 horas e a chegada à capital deu-se pelas 22h58<sup>29</sup>. Estava cumprido o programa de instrução e havia-se publicitado a capacidade do Exército de Portugal. Restava, então, mandar regressar a quartéis os militares mobilizados para a *Divisão de Instrução*, dar-lhes licença registada e aguardar que se ultimassem os preparativos para fazer avançar para França esta grande unidade militar.

A *Divisão de Instrução* começou a desmobilizar a 2 de Agosto de 1916. Restava ainda concluir alguns aspectos que segundo o general Abreu e Silva mereciam ser tratados com todo o cuidado: as provas de incompetência demonstradas nos escalões mais altos da *Divisão*. Foi em consequência dessa postura que se submeteram a Conselho de Disciplina os comandantes dos Batalhões de Infantaria n.º 7, 9, 14 e 15<sup>30</sup>. Ainda que as informações dadas pelo general Abreu e Silva não fossem em nada abonatórias, a verdade é que os generais que compunham o Conselho acabaram reconhecendo competência aos oficiais julgados militarmente incapazes. Hoje tornou-se impossível poder apurar a certeza quanto à justiça das decisões do general Abreu e Silva ou do Conselho de Disciplina. Pelo que conhecemos do general comandante da *Divisão de Instrução* somos capazes de supor que, talvez, possa ter havido exagero em algum dos casos apresentados, porque achamos estranha a complacência de vários generais que compunham o Conselho se, efectivamente, fosse notória e relevante a incompetência dos comandantes dos Batalhões.

### 1.3. As convenções militares anglo-lusas

Como já dito anteriormente, na sequência do pedido de peças de artilharia apresentado ao Governo português logo no mês seguinte ao começo da guerra, foi Portugal convidado pela Grã-Bretanha, ao abrigo do disposto nos tratados de aliança entre os dois países, a satisfazer tal solicitação, impondo Lisboa que o material requerido fosse acompanhado de uma grande unidade do Exército a que, desde logo, se convencionou chamar

<sup>29</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177 n.º 3.

<sup>30</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1294 n.º 4.

*Divisão Auxiliar*. Aceite o desejo de Lisboa, fez o Governo seguir para Londres a delegação composta por três oficiais do Serviço de Estado-Maior, já antes referidos: capitães Artur Ivens Ferraz, Eduardo Azambuja Martins e Fernando Freiria, a fim tratarem com o *War Office* dos pormenores relativos à participação nacional. A esta missão foram dadas instruções muito precisas quanto a competências e latitudes negociais<sup>31</sup>. Anexas ao regimento comportamental dos delegados portugueses, estavam estipuladas as bases para a Convenção Militar a estabelecer com o *War Office* e mais algumas informações de carácter estratégico que poderiam ser úteis às negociações a entabular.

As bases da Convenção eram doze. Sinteticamente podem-se identificar as mais importantes:

- O Governo britânico assumia o encargo de todo o transporte marítimo e terrestre, bem como a escolta necessária, da tropa portuguesa;
- A *Divisão Auxiliar* ficaria subordinada táctica e estrategicamente ao Estado-Maior britânico;
- O comando de qualquer agrupamento militar anglo-luso seria sempre do oficial com maior graduação ou mais antigo;
- Os vencimentos e pensões a liquidar aos militares portugueses seriam encargo do Governo de Lisboa;
- Os abastecimentos de víveres e forragens seriam encargo do Governo britânico, cabendo ao Governo de Lisboa a obrigação de proceder ao repletamento do pessoal, animal e material, com excepção dos medicamentos, dos instrumentos cirúrgicos e dos produtos farmacêuticos;
- Os doentes e feridos, bem como o seu transporte desde a zona do serviço de saúde divisionário, no teatro de operações, até à retaguarda, ficariam a cargo do Governo britânico;
- O transporte de repatriamento da *Divisão Auxiliar*, concluídas as operações militares, seria encargo britânico.

---

<sup>31</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177. Tudo o que se refere, ao longo deste parágrafo, sobre a primeira convenção luso-britânica está contemplado nos relatórios elaborados pelos oficiais que a integraram e arquivados na mesma caixa.



Nas instruções afirmava-se peremptoriamente que não era de aceitar a constituição exclusiva de unidades de artilharia e dava-se conta do material daquela arma existente em Portugal para além do que fazia parte da Divisão — mais 48 peças de 7,5 T. R. —, mas que constituía reserva da grande unidade a enviar para França. Quanto a munições a situação não era famosa, porque se calculava a produção de 10 granadas e 10 caixas de cartuchos por hora, 100 espoletas por dia e pólvora para carregar diariamente caixas de 100 cartuchos. Não havia munições suficientes para os obuses Canet de 15 cm e nem existiam granadas explosivas. A produção de cartuchos para a infantaria era de 100 000 por dia e contava-se ter dentro de pouco tempo uma reserva de 30 milhões.

Os três oficiais da missão militar foram recebidos, primeiro por uma comissão de oficiais britânicos que explorou as condições de colaboração portuguesa e, depois, por *Lord* Kitchener que evidenciou a necessidade de aos Batalhões de Infantaria portugueses ser aumentado o número de metralhadoras e, também, a de se incrementar a produção de munições de artilharia, passando a ser de um mínimo de 1000 granadas diárias (a experiência indicava que na frente de batalha uma peça disparava cerca de 30 tiros em cada dia). Esta razão poderia limitar as conversações sobre a participação da Divisão portuguesa na guerra. Ivens Ferraz lembrou a alternativa de o fornecedor das peças — a firma francesa Schneider & C.<sup>a</sup> — garantir o aprovisionamento necessário, já que o arsenal português não tinha condições para ampliar a sua produção. O alvitre foi aceite e o velho general britânico sugeriu que a delegação portuguesa se fosse entender com o Ministério da Guerra francês. Todavia, inquiriu da possibilidade do Governo de Portugal ceder à Grã-Bretanha 20 000 espingardas Mauser-Vergueiro acompanhadas de vinte milhões de cartuchos. Se, por um lado, era viável a cedência das armas e das munições, por outro, quase inviabilizava a participação da Divisão portuguesa nas operações em curso. A negociação desta proposta foi difícil, mas acabou por se chegar a um número mais razoável de cartuchos (600 por espingarda, em vez de 1000). Facto curioso é que o ministro da Guerra português, general Pereira d'Eça, inquiriu imediatamente ao chefe da missão militar se esta atitude britânica não se trataria de uma manobra para impedir a *Divisão Auxiliar* de marchar para

França. A desconfiança relativamente à Grã-Bretanha era muito grande em Portugal. Esta atitude, vem pôr, uma vez mais, em relevo a nossa afirmação quanto à necessidade de, na altura, se definir uma Estratégia Nacional que resguardasse Portugal dos efeitos perversos da aliança que nos ligava à Grã-Bretanha.

De Londres a missão militar seguiu para Paris e dali para Bordéus, onde, então, se encontrava o Governo francês.

Ao nível governamental, em França, os três oficiais portugueses não encontraram quaisquer entraves relativamente ao fornecimento das munições para as peças 7,5 T. R. que iriam equipar a grande unidade nacional, aliás foram até muito bem acolhidos já que em Bordéus, naquele momento, todo o apoio militar em homens e material era bem-vindo. Contudo, ao nível militar já lhes foi oferecida alguma resistência, porque, afirmou-se no Ministério da Guerra, haveria que criar uma linha de fabrico especial para as granadas portuguesas dado que eram ligeiramente diferentes das utilizadas pela artilharia francesa. Esta dificuldade foi ultrapassada e foi também aceite fabricar granadas para os obuses de 15 cm. Tudo na esperança da colaboração portuguesa na frente de batalha.

Como, também, mais à frente se verá, podemos quase concluir que a Grande Guerra, no teatro europeu, foi, de facto, um conflito germano-francês no qual a Grã-Bretanha estava envolvida a defender interesses particulares e não interesses de conjunto. Os Franceses, por diversas vezes, sentiram exactamente isso. A historiografia recente — e, até mesmo a que se seguiu à guerra — depois da vitória marginalizou esse pormenor de relação.

Ainda antes da ocorrência do golpe palaciano de Manuel de Arriaga, de regresso a Londres a missão foi confrontada com novos pedidos britânicos. Na verdade, *Lord* Kitchner solicitou que a delegação contactasse o Governo de Lisboa para que fosse autorizada a cedência das 48 peças de artilharia que haviam ficado de reserva e mais duas baterias a cavalo de peças Canet, ou seja, um total de 56 bocas de fogo. Este material não se destinava a ser utilizado pela Grã-Bretanha, mas sim pelo Exército belga que já não possuía artilharia. O chefe da missão, Capitão Ivens Ferraz, recordou que, a verificar-se a aprovação do Governo de Lisboa, se estava perante a entrega de

toda a artilharia portuguesa e que, além disso, as peças agora requisitadas não tinham carros de munições para as acompanhar.

Nada impediu que *Lord Kitchner* mantivesse o pedido apresentado e, Ivens Ferraz, numa manobra bem calculada, aproveitou para propor que, pela entrega do material agora requisitado, a Grã-Bretanha se compromettesse a dotar a Divisão portuguesa com tractores de peças e carros de munições automóveis. O ministro da Guerra britânico não pôde concordar com a entrega de automóveis, porque as Divisões britânicas também os não possuíam dado que tal serviço pertencia ao segundo escalão distinto do comando divisionário. Para compensar os membros da missão anuiu à aprovação, na generalidade, das bases da Convenção Militar inicialmente proposta. O Governo português acabou cedendo as peças de artilharia requisitadas pela Grã-Bretanha e que foram, de facto, postas à disposição do alto comando francês para as utilizar onde e como entendesse. Vistas as coisas deste modo, Portugal cedeu o que podia até às reservas de material de guerra, ficando somente a dispor de homens para formar unidades que teriam de ser armadas pelos Aliados.

Em face do novo desenrolar dos acontecimentos a delegação militar portuguesa, nos meados de Novembro de 1914, fez saber que o embarque da *Divisão Auxiliar* já não poderia ocorrer tão breve quanto inicialmente se pensava, embora fosse de admitir que no final do mês seguinte estivesse em condições de seguir para o teatro de operações. Em Londres, os membros da missão militar puderam verificar os desentendimentos que ocorriam entre o *War Office* e o *Foreign Office*. Com efeito, enquanto primeiro insistia que Portugal procedesse de imediato à mobilização geral para se dar início à concentração de forças e respectiva instrução militar, o segundo travava qualquer iniciativa do Governo de Lisboa com base no facto de a Alemanha não ter ainda declarado guerra a Portugal, nem ser conveniente que este modificasse o seu estatuto internacional sem que tivesse embarcado para França o armamento pedido. Quer dizer, nesta altura, a existir uma estratégia bem definida por parte da Grã-Bretanha quanto à *utilidade* de Portugal ela era traçada e orientada pelo *Foreign Office* e não fazia parte dos horizontes militares britânicos; mais tarde, já em 1917, como à frente veremos, parece ter-se dado uma inversão completa

na orientação inglesa e terá passado a ser o *War Office* a estar interessado em bloquear a Estratégia Nacional portuguesa.

A delegação militar chegou a Lisboa a 24 de Novembro com as bases da Convenção Militar aprovadas com ligeiras alterações, com a garantia que todos os transportes no mar e em terra seriam obrigação britânica e mais alguns pormenores resolvidos. A transferência de encargos para o Governo inglês representava uma imensa poupança de gastos financeiros e a dispensa de alguns milhares de homens que teriam de servir na área de apoio se esta estivesse a cargo nacional<sup>32</sup>. Cabia, a partir de então, ao Governo, em consonância com o *Foreign Office*, fazer embarcar para França a *Divisão Auxiliar*. Aliás, o ministro da Guerra, general Pereira d'Eça, em carta datada de 30 de Novembro, informava *Lord* Kitchner da impossibilidade de fazer seguir para o teatro de operações as tropas prometidas como resultado da «necessidade de enviar importantes reforços para Angola», modificar «todas as viaturas para munições de artilharia e a grande dificuldade em obter bronze para o fabrico de cartuchos para espingarda, de que necessitamos para completar o nosso *stock*». A partida ficaria retardada por algumas semanas<sup>33</sup>. Os motivos já conhecidos acabaram por levar à desmobilização da Divisão.

Desta fase de conversações militares ficou Portugal prejudicado no armamento que cedeu à França e que constituía toda a reserva estratégica que então possuía.

A negociação da 2.<sup>a</sup> Convenção Militar reguladora da presença do Corpo Expedicionário Português na Flandres foi francamente mais complicada do que a de 1914. A desconfiança havia aumentado de parte a parte: a dos Portugueses, porque pressentiam quanto indesejável era a sua presença nos campos de batalha da Europa; a dos Ingleses, porque não queriam deixar de marcar a sua superioridade técnica e de conseguir uma manifesta subalternidade das tropas nacionais.

---

<sup>32</sup> Todos os dados aqui referidos constam, como já dissemos, dos relatórios elaborados pelo chefe da missão militar portuguesa. Devemos acrescentar que Manuel Teixeira-Gomes, ministro plenipotenciário em Londres, fez questão de enviar para Lisboa uma carta reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido por esta missão de oficiais (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1250 n. 10.

<sup>33</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1177.

Logo no artigo 1.º, no começo do mês de Dezembro de 1916, o Ministério da Guerra insistia em especificar as forças que compunham o CEP, dado que ainda o designavam por 1.º Corpo Expedicionário<sup>34</sup> — havia, nesta altura, a convicção de mandar preparar um 2.º e, quiçá, um 3.º.

No artigo 2.º defendia-se que o CEP actuaria *como um todo* sob o comando de um general português embora subordinado tática e estrategicamente ao Comando-Chefe dos Exércitos Britânicos. O receio da repetição da experiência das campanhas napoleónicas ainda estava bem vivo na lembrança do Estado-Maior do Exército Português. Esse sentimento vincava-se bem no artigo seguinte que esclarecia que, no caso de actuação em conjunto, o comando de todas as tropas seria entregue ao oficial de maior graduação. No entanto, o *War Office* fez questão de marcar que a equivalência britânica do comandante do CEP era a de tenente-general.

Perante a vontade inglesa de colocar oficiais seus junto das tropas portuguesas enquanto estas recebiam instrução nos campos de treino em França, o Ministério da Guerra requereu e conseguiu que oficiais portugueses antecipadamente se instruissem nas escolas especializadas para, mais tarde, serem os responsáveis pela preparação dos militares de Portugal.

O Governo português não aceitou que as presas de guerra e os prisioneiros fossem de imediato entregues ao Exército britânico. Igualmente exigiu que a «justiça e disciplina das tropas portuguesas, quer na frente quer nas linhas de comunicação» coubesse na «exclusiva competência dos oficiais portugueses» que as comandassem, sendo as penas aplicadas por aqueles oficiais de acordo com a lei portuguesa.

A Convenção com as alterações propostas pelo Governo de Lisboa foi assinada somente a 3 de Janeiro de 1917 quando já se preparavam as tropas para embarcar rumo a França.

Também ainda no mesmo ano, mas agora no dia 17 de Maio, foi assinada uma Convenção Militar entre os ministros da Guerra de Portugal e França, regulando a actividade do Corpo de Artilharia Pesada Independente<sup>35</sup> que o Governo português colocou à disposição do Exército francês. Foi

---

<sup>34</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1250 n.º 9.

<sup>35</sup> Idem.

esta Convenção que os unionistas contestaram no Parlamento. Tudo foi mais fácil como resultado da experiência já adquirida e, principalmente, por não existirem desconfianças e ressentimentos diplomáticos e políticos.

Houve ainda, como a seu tempo veremos, uma presumível 3.<sup>a</sup> Convenção Militar luso-britânica, assinada no dia 18 de Janeiro de 1918, logo após a vitória da revolução conduzida por Sidónio Pais. Nela previa-se, de acordo com a vontade do General Barnardiston, chefe da missão militar britânica permanente em Lisboa, a possibilidade de desmembrar o Corpo de Exército Português, colocando as fracções organizadas sob o comando de oficiais britânicos. Era o fim do CEP e da afirmação de paridade que tão trabalhosa e os Governos intervencionistas e os oficiais do Estado-Maior do Exército haviam construído. Portugal assumia, de novo, a sua subalternidade perante Londres e aceitava, enquanto Nação, uma participação na guerra sem honra nem glória.

#### 1.4. Mobilização e organização do CEP antes do embarque

A ideia da criação de um Corpo Expedicionário só surgiu entre os membros do Governo e do Estado-Maior do Exército já depois de realizadas as manobras de Tancos. Realmente e recapitulando, em 1914, o que se tentava enviar para França era uma Divisão que se adjectivou de *Auxiliar*. Mais tarde, no final do ano de 1915, na iminência de poder ver-se alterado o estatuto internacional e passar-se ao estado de guerra, determinou-se a criação da *Divisão de Instrução* como organismo de treino de tropas e como núcleo de uma futura unidade a enviar para fora de Portugal.

Quando já se tinham feito as primeiras manobras, após a declaração de guerra dos Impérios Centrais a Portugal, e quando já se tinha mobilizada a 1.<sup>a</sup> Divisão territorial deu-se início ao estudo do modo de constituir a Divisão que se pretendia enviar para a frente de batalha; estava-se no mês de Outubro de 1916 e, pela primeira vez, admitia-se designar o contingente como Corpo Expedicionário. Poderá ter sido uma mera influência britânica, porque havia sido essa a fórmula adoptada pelo Exército inglês para qualificar as unidades mandadas para o continente, no início da guerra. Fosse

como fosse, em Novembro, já estava consagrada em documentos oficiais e era assim que começava a ser conhecida, entre Portugueses e Ingleses, a grande unidade.

Competia ao estado-maior da *Divisão de Instrução* estudar e propor a organização de todas as subunidades que compunham o CEP<sup>36</sup>. Nesse esforço se gastaram os meses de Novembro e Dezembro. No começo deste último mês — no dia 5 — por despacho do ministro Norton de Matos, definia-se que a *Divisão de Instrução* com mais outras unidades de reforço constituiria o 1.º Corpo Expedicionário<sup>37</sup>. Mas ia mais longe o governante, porque determinava que se começasse a preparar «um outro corpo, da mesma força e composição, pronto a partir para França ou a desempenhar a missão que as circunstâncias exigirem». No mesmo longo despacho o ministro da Guerra previa a preparação de um 3.º Corpo Expedicionário «idêntico em força e composição aos dois primeiros» e ordenava que no dia 1 de Março de 1917 se concentrassem em Tancos os efectivos do 2.º Corpo, cujo primeiro reforço mensal deveria estar preparado para embarcar a partir de 1 de Junho desse mesmo ano. Quer dizer, a intenção governamental era fazer seguir para França, no ano de 1917, no mínimo, três Divisões reforçadas constituindo outros tantos Corpos Expedicionários, dado que existem estudos para a possibilidade de se mobilizarem quatro Divisões.

Desses estudos é possível hoje fazer ressaltar alguns (não todos, porque se tornariam exaustivos) dos aspectos mais importantes, sendo curioso trazê-los até ao público, dado que se têm mantido inéditos ao longo de todos estes anos<sup>38</sup>. Assim, conhecem-se as existências de material e as faltas para a constituição das quatro Divisões<sup>39</sup> (Anexo n.º 1).

---

<sup>36</sup> Uma vez mais, será de chamar a atenção para a importância do papel desempenhado por Roberto Baptista como chefe desse estado-maior. Pôr de pé e dar ordem a uma grande unidade semelhante à que se estava a organizar não constitui obra fácil. Assim, o general Abreu e Silva tinha de ter muita confiança em Roberto Baptista. Confiança tê-la-ia, também, Norton de Matos. As acusações contra Roberto Baptista feitas no início do consulado de Sidónio Pais só poderiam representar o grande despeito que sobre ele recaíra. As acusações de Abreu e Silva são a prova da incapacidade deste perante a manifesta compreensão daquele quanto ao papel do CEP na frente de batalha em França.

<sup>37</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177.

<sup>38</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177.

<sup>39</sup> Para apreciar o quadro por nós elaborado, sugere-se a consulta do original da nossa dissertação, p. 259.

Claro que as faltas, embora sendo muito elevadas para a constituição de quatro Divisões, não eram impossíveis de suprir por recurso ao fornecimento inglês. Convirá esclarecer que, do ponto de vista militar, a participação portuguesa na guerra ia contribuir com um número elevado de homens (no caso de quatro Divisões, ultrapassar-se-iam os 100.000) facto que representava alívio no esforço britânico. Mais importante do que a falta de material era a falta de treino e competência para fazer a guerra de trincheiras, mas esse só se adquiria fazendo-a.

Se era relativamente fácil conseguir organizar quatro Divisões no que tocava aos elementos mais numerosos — os soldados de Infantaria — já o mesmo se não podia dizer para os de algumas especialidades — mecânicos, telegrafistas, telefonistas, ferradores, corneteiros, clarins, apontadores de metralhadora e apontadores de peças de artilharia. A situação agravava-se quando se punha o problema dos graduados, quer fossem cabos, sargentos ou, pior ainda, oficiais. Relativamente a estes últimos, o Estado-Maior do Exército fez um estudo para avaliar das necessidades para uma Divisão e para quatro<sup>40</sup> (Anexo n.º 2) e verificou que as situações mais difíceis de resolver recaíam em especial sobre a Infantaria, a Artilharia e os médicos e, em particular, as grandes necessidades sentiam-se na carência de oficiais subalternos e capitães destas Armas e Serviço.

Olhada a situação desta forma, em 1916, tudo aconselhava a que o esforço militar português no teatro de operações europeu fosse moderado e, se possível, limitado.

Em face dos condicionalismos, a organização do CEP adoptada, e que consta da Convenção Militar luso-britânica, foi a seguinte<sup>41</sup>:

- 1 Quartel-general
- 3 Brigadas de Infantaria (18 Batalhões)
- 4 Grupos de Metralhadoras (64 metralhadoras)
- 4 Grupos de três Baterias de tiro tenso (12 Baterias)
- 3 Grupos de duas Baterias de tiro curvo (6 Baterias)
- 4 Companhias de Sapadores-mineiros

<sup>40</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177. Consulte-se a nossa dissertação original, p. 260-261.

<sup>41</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1250 n.º 9.



1 Grupo de dois Esquadrões de Cavalaria  
Serviços de Engenharia, Artilharia, Saúde, Veterinária e Administrativos,  
Depósitos de 2.<sup>a</sup> linha correspondentes às necessidades do Corpo  
Expedicionário.

## 2. Organização e Equipamento do CEP

Se em 1914, quando em Portugal se pensou na organização da *Divisão Auxiliar*, ainda era admissível que uma tal unidade se destinava a operações onde prevaleciam o poder de fogo e o movimento, já no final de 1916, quando se tinha radicado a guerra de trincheiras, a organização do Corpo Expedicionário Português obedeceu à ideia de emprego condicionada pela potência de fogo de artilharia, de morteiros e de metralhadoras, associada a uma presença maciça de homens colados ao terreno para o defenderem palmo a palmo.

Era certo que em Portugal não havia ainda a experiência prática de fazer a guerra nas trincheiras, mas já se conheciam os seus fundamentos essenciais. Esse terá sido o factor que, ligado à nova concepção de emprego da força, determinou que o CEP fosse constituído por uma Divisão reforçada com mais elementos do que o quadro orgânico normal.

### 2.1. A ordem de batalha

A *Ordem de Batalha* do CEP, tal qual foi formado para seguir para França<sup>42</sup> nos primeiros dias de Janeiro de 1917, constava, sinteticamente, de um Quartel-General, de três Brigadas de Infantaria, integrando, cada uma, dois Regimentos de Infantaria a três Batalhões, quatro Grupos de Metralhadoras, quatro Grupos de Artilharia (peças), três Grupos de Artilharia (obuses) um Grupo de Esquadrões de Cavalaria (com dois Esquadrões) e outro pessoal divisionário e não divisionário necessário à vida das tropas em campanha<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1177.

<sup>43</sup> Vd. o quadro completo no original da dissertação, p. 262-265.

É importante realçar, desde já, um pormenor que, mais à frente, se tornará relevante: a estrutura base da Divisão que constituía o 1.º Corpo Expedicionário Português era formada, como antes dissemos, por três Brigadas e cada uma destas por dois Regimentos de Infantaria, cada um a três Batalhões. Tratava-se da organização tradicional portuguesa e vai ser este núcleo que sofrerá alterações importantes, mas já em terras de França.

As unidades e formações do quadro anterior constituíam a organização de combate da Divisão, o mesmo é dizer, a ordem de batalha da grande unidade com que Portugal contribuía para o esforço de guerra. No entanto, para além destas, ainda se mandaram outras formações para estabelecerem a *Base*, ou seja, o primeiro depósito de reforços e de recompletamento da Divisão<sup>44</sup>. Nesta incluíam-se, também, formações sanitárias para convalescença de feridos e doentes que carecessem de maiores cuidados do que aqueles que podiam ser dispensados na frente de combate<sup>45</sup>.

A Divisão tinha como efectivos 1180 oficiais, 32 700 sargentos e praças os quais utilizavam 10 629 solípedes (entre cavalos e muares), 1745 viaturas hipomóveis e 392 viaturas automóveis.

A *Base* era constituída por 371 oficiais, 5334 sargentos e praças que tinham ao seu serviço 1092 solípedes, 44 viaturas hipomóveis e 3 automóveis. Em suma, o CEP, embarcado para França nos primeiros dias de Janeiro de 1917, totalizava 1551 oficiais e 38 034 sargentos e praças. Era a primeira vez na história militar do século XIX e do século XX que um tão elevado número de militares saía de Portugal para ir combater no estrangeiro. Representava um tremendo esforço de organização e de vontade. Mais à frente se verá que ele foi ampliado.

## 2.2. Os equipamentos

Já anteriormente se observou que em Portugal não existiam os equipamentos e todos os materiais necessários para colocar na frente de batalha

---

<sup>44</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177.

<sup>45</sup> Vd. a estrutura orgânica da *Base* no quadro existente no original da dissertação, p. 265.

uma Divisão reforçada. Acima de tudo faltavam carros para transporte de munições para as peças de artilharia, viaturas automóveis, carros para transporte de feridos, munições de artilharia e de infantaria, pistolas, instrumentos cirúrgicos e outro material diverso que o país não produzia e que não existia armazenado por se ter dado sempre, em especial durante os últimos anos da Monarquia, pouca importância aos gastos com a preparação militar. A maior parte das carências foram supridas à última da hora por aquisição no estrangeiro ou garantidas por fornecimento britânico. Este facto não reduz a importância do auxílio nacional aos Aliados, nem diminui o valor da manobra diplomática que representou colocar na frente de combate europeia uma grande unidade militar portuguesa.

Do ponto de vista do fardamento individual tem de se reconhecer que, por um quase total desconhecimento das condições de vida das tropas nas trincheiras, os soldados do CEP foram mal apetrechados para a Flandres. As botas não eram apropriadas ao uso intensivo em terrenos lamacentos, facto que implicava o apodrecimento rápido do cabedal e levou os homens a andarem com os pés gelados e molhados, originando muitas e frequentes baixas às Ambulâncias ou mesmo aos Hospitais com doenças brônquicas de difícil tratamento. Os agasalhos eram rudimentares (um capote de tecido de lã, e duas mantas) tal como as mudas de roupa (cada praça possuía somente um par de todos os artigos singulares)<sup>46</sup>. Desconheceu-se, por completo, a existência de tecidos impermeáveis para resguardar da chuva constante naquela região da frente. O capote de tecido de lã, sob a chuva permanente empapava e, em vez de ser um abafado confortável, tornava-se num insuportável pesadelo. Dado que o Inverno de 1917 foi excepcionalmente rigoroso no Norte de França, as nossas tropas começaram por passar muito e insuperável frio. Foi precisa a experiência de alguns meses nas trincheiras para se começarem a improvisar escassas soluções que nem

---

<sup>46</sup> A dotação de fardamento de cada soldado era a seguinte: 2 dólmanes de mescla, 2 calções de mescla (entende-se por calção a calça própria para enrolar, nas pernas, as grevas ou para colocar as polainas), 2 camisas de lã, 2 ceroulas de lã, 2 camisolas interiores de lã, 1 camisola exterior de lã, 1 par de luvas, 1 capote, 2 cobertores e 1 capa-lençol impermeável in *Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas nas O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França: Corpo Expedicionário Português, 1919, p. 29.

sempre supriam as dificuldades sentidas pelos homens. Um desses improvisos foi o pedido de remessa de uns milhares de *pelicos* alentejanos<sup>47</sup> que tiveram o inconveniente de apodrecer com a chuva e serem excelente refúgio para os piolhos que infestavam os combatentes.

### 3. Transporte, instalação e reorganização do CEP

O mês de Dezembro de 1916 foi passado já na azáfama de preparar o Corpo Expedicionário Português para o embarque para França. Contudo, logo no dia 13 ir-se-ia verificar o primeiro grande contratempo no desenrolar normal desta delicada operação. Realmente, Machado Santos, o herói da Rotunda, o homem a quem se ficou a dever a resistência militar e civil que levou à proclamação da República em Portugal, pôs em marcha um golpe político-militar<sup>48</sup> — ao qual já antes nos referimos noutra contexto — que entrou o transporte das tropas do CEP<sup>49</sup>. Nesse dia, fez publicar um *Diário do Governo* falso no qual demitia todos os Ministros e nomeava outros. Aparentemente as forças militares deveriam acatar o documento que, como é normal, parecia ter a chancela do Presidente da República. Claro que as unidades conhecedoras do golpe ficariam encarregadas de ocupar os pontos fundamentais e proceder de maneira a tornar uma realidade aquilo que não passava, afinal, de uma mentira. Eram muitos os oficiais do Exército que estavam conluiados com Machado Santos. Em última análise

---

<sup>47</sup> Espécie de pequeno capote sem mangas, feito com a pele de ovelha virada para fora e que era usado pelos pastores no Alentejo.

<sup>48</sup> Para pormenores sobre este golpe falhado veja-se Aniceto Afonso e Marília Guerreiro, «A Revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916)», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. LI, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1981.

<sup>49</sup> Em abono da verdade, o Governo tinha conhecimento de que estaria para breve a eclosão de um golpe militar, tanto mais que, no dia 2 de Outubro, a Repartição de Informações do Ministério da Guerra soube de um manifesto da autoria de Machado Santos e de Macedo Bragança posto a circular e em termos subversivos (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1279 n.º 2) e, mesmo desde 17 de Setembro que havia fortes suspeitas de estar em marcha um movimento apoiado pelos mesmos militares que haviam dado o seu contributo ao chamado *movimento das espadas* (1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1279 n.º 2).

a intenção visava, ainda que em desespero de causa, travar o embarque das tropas para França.

O golpe falhou, porque o Governo e as unidades que se lhe mantinham fiéis reagiram a tempo e abortaram a intentona. Todavia, os efeitos foram devastadores para a organização e o moral das tropas do CEP<sup>50</sup>. Houve que substituir os graduados implicados no golpe por outros, decisão que trouxe largos inconvenientes dado que para as praças eram desconhecidos que passavam a enquadrá-los, quebrando-se, assim, a relação de confiança que meses de trabalho em conjunto haviam alicerçado<sup>51</sup>. Este aspecto é fundamental em campanha, pois os laços de camaradagem entre comandantes e comandados reforçam a resistência a todo o tipo de sacrifícios que é pedido, gerando ânimo onde, na ausência deste sentimento, se instala, normalmente, o medo e a recusa.

### 3.1. Transporte do CEP

Como consequência dos acontecimentos sucintamente relatados, os embarques previstos para o início do mês de Janeiro só começaram a realizar-se no dia 26. No entretanto, o Governo fazia publicar um *Relatório*<sup>52</sup> que traduzia bem, nas entrelinhas, os fundamentos que haviam ditado a diplomacia de condução de Portugal à beligerância. Dizia assim: «(...); chegada a hora de partirem as nossas tropas para as linhas da frente ocidental, onde irão combater junto dos nossos antigos e leais Aliados, encerra-se um

---

<sup>50</sup> Foram presos, em navios surtos no Tejo, 69 militares, entre oficiais, sargentos e praças e 18 civis, dos quais se mandaram transferir para o forte de Elvas 25, em 7 de Fevereiro de 1917 (1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1280 n.º 1). Valerá a pena acrescentar que uma boa parte dos presos apresentava um excelente estado de espírito e moral elevados, conforme se pode perceber da correspondência que lhes foi apreendida (1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1279 n.º 6).

<sup>51</sup> Sobre o efeito do golpe no seio do CEP damos a palavra ao general Tamagnini de Abreu e Silva que, no seu *Relatório* diz, em conclusão: «O efeito produzido na disciplina por tais expedientes bem se fez sentir na ocasião do embarque e na chegada a França» (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1294).

<sup>52</sup> Da autoria de F. Mayer Garção (cf. João Medina, *História Contemporânea de Portugal*, tomo II, nota n.º 3, p. 164), mas subscrito por todos os membros do Governo e publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, no dia 17 de Janeiro de 1917.

período que na nossa situação internacional, em presença do grande conflito que se está desenrolando, podemos considerar decisivo. Este facto, para sempre notável na história pátria, significa o termo lógico de uma cadeia de acontecimentos que o tornavam inevitável, e é também a resultante de uma atitude que, assumida logo no princípio da guerra europeia, o povo português, firme e inalteravelmente manteve, aceitando como lhe cumpria todas as suas possíveis eventualidades.»

Pese embora a categórica afirmação governamental o certo é que os embarques para a frente de batalha fizeram-se quase no maior secretismo, devido ao pouco entusiasmo com que a população via partir os soldados para França.

O Governo britânico, de acordo com a Convenção Militar assinada, pôs à disposição do Governo de Lisboa sete navios destinados ao transporte das tropas (cujos nomes eram os seguintes: *Bellerophon*, *Bobemian*, *City of Benares*, *Inventor*, *Rhesus*, *Laomedon* e *Flavia*) que, com mais dois portugueses (*Gil Eanes* e *Pedro Nunes*), colocaram em França todo o CEP entre Fevereiro e Setembro de 1917<sup>53</sup>. Posteriormente, até ao final do ano, só já se efectuaram transportes nos dois navios portugueses, que chegaram a França nos dias 13 de Outubro e 20 de Novembro<sup>54</sup>.

É preciso levar em conta que a deslocação do CEP tinha de ser feita por mar, porque a Espanha era neutral e não admitia a passagem de tropas, identificadas como tal, pelo seu território. Este facto acrescentava um risco ao transporte dado que sujeitava os navios ao perigo de serem afundados por submarinos alemães que operavam com grande impunidade no canal da Mancha, no Golfo da Biscaia e ao longo da costa portuguesa. Assim, a Marinha inglesa teve de destacar vários contra-tropeiros para comboiarem os transportes de tropas nas suas deslocações de Lisboa para Brest e vice-versa. Deve acrescentar-se que a Armada portuguesa também fazia o acompanhamento dos navios com os fracos meios de que dispunha.

O transporte de tropas não se fez, durante o ano de 1917, somente de Portugal para França, porque, logo após as primeiras viagens começaram

---

<sup>53</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

<sup>54</sup> Idem.

a trazer de regresso ao país os militares que, nas instalações hospitalares da *Base*, foram dados por incapazes de todo e qualquer serviço de campanha. E contaram-se por várias centenas os que tiveram tal destino.

Se é certo que a grande maioria das tropas do CEP foi para França por via marítima, também é verdade que bastantes oficiais e, por vezes, sargentos seguiram por comboio para a frente de operações. Para esse efeito atravessavam a Espanha à paisana como meros civis em viagem de turismo. Utilizou-se este meio com grande frequência para garantir alguma rapidez na viagem e na chegada ao destino.

### 3.2. A instalação do CEP

À chegada a Brest os primeiros efectivos portugueses tiveram de enfrentar temperaturas excepcionalmente baixas para a época, já que rondavam os 18 a 20 graus negativos. O começo do mês de Fevereiro estava cinzento e nevava com intensidade. Em regra, a permanência no porto de desembarque não durava mais de dois dias até se organizar o comboio que transportava a tropa para a zona de concentração a cerca de 700 Km do porto de desembarque, em Aire-sur-la-Lys e Saint-Omer. Podemos acrescentar que a viagem entre o porto marítimo e a zona dos acantonamentos durava cerca de 48 horas com raras paragens nos campos gelados do Norte da França<sup>55</sup>.

O CEP instalou-se em várias povoações cercanas de Aire-sur-la-Lys, departamento de Pas de Calais, muito próximo da fronteira com a Bélgica: Enquin-les-Mines, Bomy, Herny St. Julien, Mametz, St. Quentin, Blessy, Clety, Enguinegatte, Witernesse, Herbelle, Clarques, Ecques, Rebecq, Cauchy d'Ecques, Théroüanne, Roquetoire, Dohem, Marthes, Avrout, Quiestede, Coyecques, Ouve-Wirquin, Inghem e Fanquembergues<sup>56</sup>.

Eram pequenas aldeias distando entre si, na maioria dos casos, pouco mais do que um quilómetro. Por lá já tinham passado as tropas britânicas

---

<sup>55</sup> Américo Olavo, *Na Grande Guerra*, Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1919, p. 22-47.

<sup>56</sup> General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 1.º vol. Lisboa: Ática, 1934, p. 217.

e estavam suficientemente apartadas da frente para oferecerem uma imagem de vida recatada e calma. A princípio as populações mostraram-se desconfiadas com os comportamentos dos soldados portugueses, mas a afabilidade natural que deles emanava acabou gerando uma grande simpatia entre todos. Não era raro ver-se, nas horas de repouso, os soldados portugueses ajudarem os camponeses nas suas tarefas agrícolas<sup>57</sup>.

Ainda no mês de Fevereiro de 1917, na zona de concentração, se conseguiram reunir nove Batalhões de Infantaria e uma Bateria de Artilharia. Dois meses depois já se instalavam dezasseis Batalhões e cinco Baterias de Artilharia<sup>58</sup>. Quer dizer, concentraram-se as tropas de um modo relativamente rápido o que permitiu que começassem a receber a última instrução logo após a instalação.

Nas pacíficas aldeias da retaguarda os soldados portugueses voltaram a ser vacinados contra o tifo e a varíola<sup>59</sup> e ali receberam novo armamento para haver uniformidade de actuação com o Exército britânico sob cujas ordens estratégicas iam servir. Sem qualquer sombra de dúvida, o melhor tempo que os Portugueses do CEP passaram em França foi aquele que viveram na área de concentração até entrarem em linhas, aí repousaram e aprenderam a fazer a guerra, do mesmo modo que aprenderam a dizer as palavras mais essenciais em francês e em inglês.

### 3.3. A reorganização do CEP

A organização de uma Divisão de Infantaria, em Portugal, antes de 1917 obedecia ao modelo que se tinha herdado da concepção francesa de emprego de uma grande unidade desse tipo. Aliás, por força da paz em que o país tinha vivido durante todo o século XIX— se excluirmos as guerras civis e as campanhas africanas — a constituição de uma Divisão nunca tinha

---

<sup>57</sup> Sobre o comportamento dos soldados portugueses na zona de concentração do CEP, veja-se o nosso trabalho *Portugal na Grande Guerra. As Deserções e os Furtos*, Lisboa: Revista Militar, 1985.

<sup>58</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* 1.º vol. p. 218.

<sup>59</sup> Idem, *op. cit.* p. 224.



sido necessária, nem mesmo para exercícios, dados os elevados custos que tal empresa impunha. A implantação do Exército no território nacional estava declaradamente associada a uma malha de aquartelamentos situados em pontos que, de alguma forma, poderiam constituir uma defesa em caso de invasão por parte de um inimigo que usasse o território espanhol. Contudo, Lisboa e o chamado *campo entrincheirado* que cercava a capital eram o núcleo dessa resistência efectiva uma vez que apresentavam uma estrutura coerente de linhas de defesa em profundidade. Essa era a razão pela qual o Campo Entincheirado de Lisboa tinha um comando próprio, distinto dos restantes do país. Por todos os motivos e ainda pelos expostos, a organização do Corpo Expedicionário Português com os efectivos de uma Divisão reforçada foi um extraordinário desafio à capacidade militar nacional.

Após a chegada a França dos primeiros contingentes do CEP o chefe da missão militar britânica junto do Quartel-General do Corpo<sup>60</sup> sugeriu que, com algumas alterações orgânicas, a grande unidade portuguesa poderia ficar com uma estrutura exactamente igual à de um Corpo de Exército da *British Expeditionnary Force* (BEF). Para tanto, bastava a mobilização de mais seis Batalhões de Infantaria, extinguir o nível Regimento e subordinar as Brigadas às Divisões. Portugal passaria a ter um Corpo de Exército a duas Divisões em vez de uma Divisão reforçada. Mas foi mais longe a sugestão. O oficial britânico levantou a hipótese de se formar um Corpo de Artilharia Pesada para operar material britânico, ficando incorporado no Corpo de Exército, e constituírem-se Esquadrilhas aeronáuticas que tornariam a grande unidade verdadeiramente independente<sup>61</sup>.

A ideia foi bem acolhida ao nível do estado-maior do CEP e ainda no mês de Fevereiro o general Abreu e Silva apresentava a proposta ao Ministério

---

<sup>60</sup> Tenente-coronel Charles Ker, inglês de excelente trato e com largo sentido da missão que lhe competia (General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 225).

<sup>61</sup> Em boa verdade, o CEP foi reorganizado várias vezes, em França. Com efeito, da proposta do tenente-coronel Charles Ker (graduado temporariamente em general) saiu uma primeira estrutura de uma Divisão reforçada e aumentada, formando 3 Brigadas de 2 Regimentos cada; depois foi alterada a organização para dar lugar a um Corpo de Exército de 2 Divisões de 2 Brigadas cada com 2 Grupos de Artilharia Pesada de Corpo a 5 Baterias cada; por fim, a 29 de Abril de 1917 estabeleceu-se um Corpo de Exército a 2 Divisões de 3 Brigadas, cada uma com 4 Batalhões, seguindo, assim, o modelo inglês (cf. Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 15).

da Guerra, em Lisboa<sup>62</sup>. Norton de Matos e o Governo aceitaram sem qualquer dúvida, tanto mais que, sabia-se, um Corpo de Exército tinha direito a enviar comunicados para a imprensa e uma Divisão não o podia fazer; aumentava-se, por conseguinte, o protagonismo nacional em terras de França.

De início, quando a proposta foi apresentada ao *War Office*, houve da parte inglesa plena concordância, mas ter-se-á alterado, muito provavelmente devido às informações desfavoráveis do major-general Barnardiston, chefe da missão militar britânica em Lisboa, cuja relação com *Sir Douglas Haig*, comandante-chefe das forças britânicas em França, era muito boa. *Lord Derby* — cujo nome era Edward George Villiers Stanley —, que mantinha um excelente entendimento com Haig e a quem ouvia atentamente, já depois do mês de Maio, levantou uma série de dificuldades — primeiro, quanto ao fornecimento de material de artilharia pesada, depois, quanto à cedência de aviões e, finalmente, quanto à disponibilidade de navios para transporte das tropas constitutivas da 2.<sup>a</sup> Divisão e respectivos navios de escolta. Foi necessário Norton de Matos visitar oficialmente Londres para que se ultrapassassem algumas das limitações impostas<sup>63</sup>. A seu tempo, teremos oportunidade de voltar a esta questão fundamental para a sobrevivência do CEP com a missão que o Governo português lhe havia previsto.

As tropas foram transportadas para França, mas não houve cedência de material de artilharia pesada nem de aviões. O Corpo de Artilharia Pesada veio a formar-se, mas funcionou integrado em unidades britânicas e, por isso, independente do comando operacional do CEP.

É certo que a Grã-Bretanha estava a atravessar um período de dificuldade de transportes marítimos em consequência da guerra submarina que lhe movia a Alemanha; é certo que em Portugal o sistema de recrutamento, instrução, concentração das forças e organização dos embarques não era eficiente, apresentando uma lentidão às vezes exasperante, mas a verdade é que não eram estas as causas das sucessivas desculpas inglesas. O problema transcendia as motivações acessórias, porque entrava na essência das

---

<sup>62</sup> Vd. Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, *Relatório*, p. 5 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1294).

<sup>63</sup> Hernâni Cidade, «Portugal na Guerra Mundial. 1914-1918» in *História de Portugal* (org. Damião Peres), vol. VII, p. 505-507.

questões profundas da política internacional. A República portuguesa não poderia aparecer, aquando do final da guerra, como potência de primeira grandeza na luta contra os Impérios Centrais; não poderia emparceirar com os Aliados de 1916, nem surgir como nação ofendida e agravada pela Alemanha; tinha de se limitar ao papel de potência dependente tutelada pela Inglaterra. Em Londres, nalguns círculos governamentais, pretendia-se recriar o cenário edificado cem anos antes em Viena. Para Portugal um tal destino era consequência da incapacidade nacional de saber explorar as colónias africanas, levando a que fossem, de facto, colónias britânicas. Esta era a razão de fundo que determinava a postura do Governo de Londres<sup>64</sup>.

Estava a acabar o mês de Setembro quando, por fim, se conseguiu ter em França os efectivos da 2.<sup>a</sup> Divisão que formava o Corpo de Exército<sup>65</sup>. Tornava-se necessário instruí-los e prepará-los para poderem avançar para a frente de combate. Nessa data já começava a ser imperioso fazer marchar mais oficiais para o CEP como resultado dos muitos que regressavam a Portugal dados como incapazes para serviço de campanha pelas juntas médicas<sup>66</sup> ou por declarada incompetência profissional<sup>67</sup>. Tão significativa se tornou a situação que Norton de Matos optou por mandar passar imediatamente à reforma todos os graduados que se apresentassem em Lisboa recambiados de França pelos motivos expostos<sup>68</sup>.

Como resultado da aprovação da reforma orgânica do CEP a estrutura do Corpo de Exército Português ficou constituída da seguinte maneira<sup>69</sup>: Um quartel-general do Corpo; duas Divisões com os respectivos quartéis-generais. Cada Divisão integrava três Brigadas de Infantaria (que foram numeradas, de seguida, de 1 até 6); cada Brigada tinha o seu quartel-general. Quatro Batalhões de Infantaria formavam uma Brigada (aqueles eram

---

<sup>64</sup> Norton de Matos, muitos anos mais tarde, vai culpar-se do erro de se terem entregue à Grã-Bretanha todos os navios requisitados por Portugal à Alemanha, em Fevereiro de 1916, não ficando Portugal com sete ou oito apropriados para o transporte de tropas (*Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, 3.º vol. p. 191).

<sup>65</sup> Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 11.

<sup>66</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.º Sec. Cx. 1401 n.º 9.

<sup>67</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.º Sec. Cx. 1416 n.º 2.

<sup>68</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 149.

<sup>69</sup> Idem, *op. cit.* p. 220-224.

designados pelo número do Regimento, com sede em Portugal, donde provinham). Cada Brigada tinha, além dos quatro Batalhões de Infantaria, uma Bateria de morteiros ligeiros de 7,5 (do tipo Stokes). Um Batalhão de Infantaria possuía quatro Companhias e cada Companhia três pelotões a cinco secções (uma de agentes de ligação, uma de atiradores, uma de granadeiros de mão, uma de granadeiros de espingarda e uma de metralhadora ligeira — o efectivo completo era de um oficial e 69 sargentos e praças). O número total de metralhadoras ligeiras (Lewis) em cada Batalhão era de 16.

A Artilharia foi, também, reorganizada de acordo com o novo tipo de ordem de batalha. Assim, foram formados seis Grupos de Baterias de Artilharia (GBA), tendo cada Grupo três Baterias de peças de 7,5 cm e uma de obuses 11,4. O Corpo de Artilharia Pesada (CAP), que deveria integrar o Corpo de Exército Português, era composto por dois Grupos, cada um dos quais com três Baterias de obuses, respectivamente de 23,3 cm, 20,2 e 15,2. Os efectivos em homens do CAP eram de 123 oficiais e 2446 sargentos e praças para guarnecer um total de 12 bocas de fogo.

Os serviços organizaram-se em concordância com o novo modo tático de emprego das forças em primeira linha. Deste modo as tropas do Serviço Telegráfico vieram a formar uma Companhia de telegrafistas do Corpo, duas Companhias divisionárias de telegrafistas, uma Secção de Telegrafia Sem Fios (TSF) e um Serviço de Pombais; as forças de engenharia constituíram-se em duas Companhias de Sapadores do Corpo e reorganizaram-se as Companhias divisionárias de Sapadores Mineiros e o Batalhão de Mineiros; o Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-ferro ficou adstrito ao 1.º Exército britânico, tal como a Companhia de Projectores de Campanha.

O Grupo de Esquadrões de Cavalaria foi dissolvido e deu origem a um Grupo de Companhias de Ciclistas. Criaram-se, também, seis Baterias de Morteiros Médios (do tipo Newton) e duas Baterias de Morteiros Pesados. As Baterias de Metralhadoras Pesadas foram equipadas com Vickers de calibre 7,7 mm e organizaram-se em seis Grupos com um total de 96 metralhadoras.

Com o passar dos meses, e ainda antes das tropas portuguesas assumirem a responsabilidade de defesa de um sector na frente de combate,

houve outras reorganizações que se foram processando, mas são menores comparadas com as que deram forma ao Corpo de Exército Português (criação de uma Companhia de Trabalhadores, de Trens Divisionários, do Serviço de Transportes Automóveis, do Serviço de Observação e do Parque Automóvel de Munições).

#### 4. A instrução do CEP em França

A preparação militar das tropas que vieram a integrar o CEP feita em Portugal esteve, como já referimos, muito longe do que seria conveniente para combater nas trincheiras, em França. O facto deveu-se mais ao desconhecimento de como se fazia este novo tipo de guerra do que a razões de incompetência. Realmente, durante os anos de 1915 e 1916 foram introduzidas nas trincheiras da Europa novas tácticas de combate, bem como novos armamentos — o ênfase especial foi para o uso do gás asfíxiante, dos bombardeamentos maciços das tropas das primeiras linhas feitos pela artilharia e uso de aviões tanto para reconhecimento como para bombardeamento aéreo.

Poucas semanas antes dos primeiros embarques do grosso das tropas do CEP seguiram para França, por caminho-de-ferro através de Espanha, alguns militares (cinco oficiais superiores, sessenta e sete capitães e subalternos e trinta e três sargentos) cuja missão era prepararem-se para poderem instruir no uso de novos armamentos e novas técnicas de combate os seus camaradas que chegassem depois<sup>70</sup>. As escolas britânicas estavam em funcionamento nos terrenos da região de Étaples. Os instrutores eram graduados com larga experiência de vida em campanha. Os futuros instrutores do CEP começaram por ser treinados na Escola de Armas Portáteis, em Camiers, no uso das metralhadoras pesadas e, em Clarques, na Escola de Morteiros de Trincheira.

Para além destas escolas que foram frequentadas pelos graduados da Missão Inicial, os oficiais, sargentos e cabos do CEP foram treinados noutras

---

<sup>70</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 225-226.

que se indicam de seguida<sup>71</sup>: Escola Central do 1.º Exército — instrução sobre o modo de vida quotidiana nas trincheiras —, Campo de Tiro do 1.º Exército — onde se fazia a aprendizagem da utilização das armas ligeiras —, Escola de Observadores do 1.º Exército — que dava preparação numa especialidade nova e desconhecida das nossas tropas a qual passava por saber fazer a observação dos movimentos suspeitos do inimigo —, Escola de Atiradores do 11.º Corpo de Exército — destinava-se à frequência do curso de atirador especial (*sniper*) de infantaria a quem competia a missão de abater com precisão os adversários que se expunham nas trincheiras inimigas — e Campo de Educação Física e de Baioneta — onde se ministrava o curso de esgrima de baioneta.

Com base nos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas escolas britânicas foram montadas as escolas do Corpo de Exército Português.

Toda a instrução do CEP começou pelo armamento, que era novo e desconhecido no Exército nacional, especialmente as metralhadoras pesadas e ligeiras, os morteiros e, em alguns pormenores, as peças de artilharia.

Em Março de 1917 foi aprovado o plano geral de instrução para as tropas do Corpo Expedicionário que contemplava três períodos: no primeiro, dava-se ginástica para conseguir alguma destreza física dos homens pouco habituados à prática de exercícios ao ar livre, complementando-se o treino com ensinamentos de tática, tiro e palestras destinadas a elevar o moral das tropas; no segundo, instruía-se no uso da baioneta, da granada e no serviço de patrulhamento das trincheiras; no terceiro, ministravam-se instruções especiais de acordo com as aptidões demonstradas anteriormente.

Na zona de concentração da grande unidade portuguesa foram criados os seguintes centros de instrução<sup>72</sup>: Escola de Emprego de Baioneta, em Mametz, e Escola de Granadeiros, em Marthes — vieram a dar origem ao *Campo Central de Instrução* que funcionou na última das localidades citadas —, *Escola Preparatória de Oficiais Milicianos* que passou a funcionar em Mametz depois de Novembro de 1917, tendo antes estado instalada na

---

<sup>71</sup> Idem, *op. cit.* p. 229-234.

<sup>72</sup> Cf., da nossa autoria, «Preparação das tropas» in *Portugal e a Grande Guerra 1914 – 1918*, coord. de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, Lisboa: Diário de Notícias, 2003, p. 306-307.

*Base do CEP, Escola de Metralhadoras Ligeiras* com instalações em Marthes — deu instrução a 989 militares —, *Escola de Metralhadoras Pesadas* — foi frequentada por 969 militares —, *Escola de Tiro Observação e Patrulhas*, que funcionou em Pacaut desde 1 de Dezembro e instruiu 320 militares, *Escola de Morteiros de Trincheira*, que deu instrução a 1047 elementos do CEP, *Escolas do Serviço Telegráfico* que se subdividia em *Escola de Sinaleiros* e *Escola de Telegrafia Sem Fios* e foram frequentadas por 2514 militares, *Escola de Gás*, instalada em Mametz, que especializou 667 militares, embora tenham sido sujeitos à prova de gás lacrimogéneo 38 162 outros e *Escola de Pioneiros*, que funcionou durante somente cinco meses até dar pronta a instrução dos Grupos de Companhias da especialidade.

Ao nível das Divisões foram, também, criadas escolas de repetição das diferentes modalidades de emprego do armamento — esgrima de baioneta, metralhadoras ligeiras, gás e granadas. Houve também uma *Escola do Serviço Sanitário* e outra do *Serviço Automóvel*.

De acordo com a prática britânica, quando os escalões das diferentes unidades estavam prontos de toda a instrução passavam ao estágio junto das unidades inglesas para poderem observar o desempenho efectivo nas trincheiras.

Dada a demora na concentração das forças — entre Fevereiro e Maio de 1917 — e a assunção total na responsabilidade de um sector na frente — Novembro do mesmo ano — pode dizer-se que as tropas tiveram um bom período de adaptação à nova forma de fazer a guerra o qual supriu as lacunas com que o CEP havia saído de Portugal.

## 5. Entrada em sector e primeiros combates

Como já deixámos dito, depois de nas diferentes escolas práticas criadas na zona de concentração do CEP as tropas se treinarem no uso de novos métodos de fazer a guerra, a instrução só era dada como pronta quando se fazia um estágio nas trincheiras, embora, dentro do possível, sem envolvimento activo nos combates. Era uma forma de, desde o soldado ao mais

graduado dos oficiais, ver com se fazia e se desenrolava o dia-a-dia nas trincheiras. Os homens não estavam isentos dos perigos só pelo facto de se encontrarem em estágio, aliás, foi exactamente numa missão deste tipo que o CEP sofreu, logo em Abril de 1917, a sua primeira baixa mortal.

### 5.1. O estágio com os Britânicos

Essa permanência na frente fazia-se segundo uma metodologia já muito experimentada pelos Britânicos<sup>73</sup>. Começava pelo nível de Companhia. Quando uma era dada por pronta da instrução nas escolas práticas recebia ordem para avançar para as primeiras linhas sendo-lhe destinada uma outra Companhia britânica junto da qual ia permanecer cerca de uma semana, aprendendo como se fazia a vida nas trincheiras. Era como que a «sombra» da unidade que lhe oferecia guarida. A Companhia estagiária ficava subordinada ao comando táctico do Batalhão britânico no qual se integrava. Cada vez que a unidade instrutora sofria um ataque, a instruenda sofria-o também com a desvantagem de ser o primeiro e não estar familiarizada com a situação real. Deveria, nessas circunstâncias, limitar-se a fazer o que os veteranos executavam com maior à-vontade.

Quando todas as Companhias de um Batalhão já tivessem feito o seu estágio junto das britânicas avançava o Batalhão por inteiro para se agregar a uma unidade do mesmo escalão nas primeiras linhas. Quer dizer, agora quem ia aprender na prática eram os comandos da unidade que passavam a saber como controlá-la.

Quando todos os Batalhões de uma Brigada já tivessem estagiado na frente esta última assumia a defesa de um sector do seu escalão, ficando o comandante e o seu estado-maior em estágio junto do comando da Brigada Britânica substituída. Concluído este, a Brigada portuguesa passava a ficar subordinada ao comando da Divisão britânica na qual se integrava. Quando o processo se concluía com todas as Brigadas de uma Divisão, avançava o

---

<sup>73</sup> Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 11-14 e General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 234-236.



comandante e o estado-maior desta para o estágio e a tomada de posse da defesa do sector de Divisão, ficando sujeito ao comando do Corpo de Exército britânico no qual se incorporava. Finalmente, quando as duas Divisões já estavam na frente era a vez de avançar o comandante do Corpo de Exército e o seu estado-maior que estagiavam e assumiam as responsabilidades totais. Isto só veio a acontecer a 5 de Novembro de 1917, muito embora as primeiras Companhias tenham iniciado o estágio ainda em Abril<sup>74</sup> e a 1.ª Divisão do CEP tenha assumido a defesa de um sector sob o comando do XI Corpo de Exército Britânico em 10 de Julho<sup>75</sup>. Quer dizer, o Corpo de Exército demorou pouco menos de quatro meses até assumir por inteiro a defesa do seu sector.

Embora possa parecer que este sistema não gerava possibilidades de fazer grande número de baixas entre os combatentes, a verdade é que, em combate, morreram 352 homens entre Abril e Outubro de 1917, enquanto, no mesmo período, faleceram por motivo de acidente 45, por doença 63 e, por acção dos gases, 9. Temos, por conseguinte, que ainda não tinha responsabilidades de defesa de um sector de Corpo de Exército e já o CEP estava desfalcado em 469 militares<sup>76</sup>, ou seja, quase o efectivo de um Batalhão! Isto simplesmente em estágio! Pode perceber-se, desta forma, o golpe, perfeitamente bem calculado pelo Alto Comando britânico em França, quando Londres determinou que deixassem de ser fornecidos transportes marítimos a Portugal para repor ou aumentar os efectivos da sua tropa na frente. Estava-se, ainda antes de o CEP assumir as suas responsabilidades na defesa de um sector, a condená-lo ao fracasso, fosse ele qual fosse. Foi uma acção intencional, uma atitude premeditada, pois sabia-se que Portugal não tinha condições de, pelos seus meios navais, repor as perdas de campanha. E Sidónio Pais também o sabia quando desferiu o golpe contra o Governo nacional e intervencionista!

---

<sup>74</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 234. A primeira Companhia a avançar para as trincheiras, em estágio, pertencia ao Batalhão de Infantaria n.º 28. Foi nesta unidade que houve o primeiro morto português em combate — o soldado António Gonçalves Curado.

<sup>75</sup> Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 17.

<sup>76</sup> Valor que nos é fornecido pelas Estatísticas do CEP. AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

## 5.2. O sector português

312

O sector de trincheiras destinado pelo Alto Comando britânico a ser guarnecido pelo Corpo de Exército Português situava-se na Flandres francesa. Esta região caracteriza-se por ser uma longa planície com raras elevações. O clima é áspero, nevoento, húmido com Invernos muito longos. No mês de Maio os campos vicejam e a temperatura começa a amenizar-se muito embora seja quase contínuo o elevado índice de pluviosidade. Por todo o lado, nos campos viam-se choupos, tílias, olmos e plátanos. A imensa planície é cortada por inúmeros rios, cursos de água mais pequenos e drenos. Os terrenos de lavoura, onde abundavam as pastagens, eram delimitados por esses acidentes fluviais. Cultivava-se o trigo, a aveia, a beterraba, as cenouras e as batatas. No começo do século XX eram inúmeras as estradas que no Inverno se cobriam de neve, na Primavera ficavam lamacentas e no Verão levantavam uma imensa nuvem de poeira quando os veículos as atravessavam.

A casa de lavoura, mais ou menos abastada, formava um espaço onde predominava a vivenda ao topo e dos lados o curral, o palheiro e o celeiro. As quintas sucediam-se umas às outras numa geometria que o tempo e as heranças foram determinando.

Nas vilas, as casas ricas de dois ou mais andares, onde era visível o conforto interior, quando rodeadas de um amplo jardim, tomavam a designação de *château*, muito embora não tivessem qualquer parentesco arquitectónico com as tradicionais construções castrenses<sup>77</sup>.

As tropas portuguesas ocuparam uma área que tinha a forma de um triângulo isósceles cujo vértice se situava na linha de trincheiras, a qual não tinha mais do que 12 km de comprimento, e a base estendia-se ao longo da costa atlântica, sobre o canal da Mancha, entre Calais e Étapes, numa distância da ordem dos 60 km. A linha recta que unia a base do triângulo ao vértice rondava os 90 km. Deve esclarecer-se que a ocupação do terreno

---

<sup>77</sup> Capitão David Magno, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, 1.º vol. Porto: Companhia Portuguesa, 1921, p. 39-43.

era mais densa junto à linha de trincheiras do que na retaguarda onde já só existiam tropas de apoio, reserva, armazéns e hospitais<sup>78</sup>.

A linha de trincheiras ocupada pelo CEP estava compreendida entre Armentières e Béthune, praticamente em frente da cidade de Lille, que estava na posse dos Alemães.

O sector português, no dizer do Alto Comando britânico, era calmo e quando foi entregue ao CEP não se previam grandes acções de combate na zona. Contudo, dadas as características do terreno, a sua defesa era difícil e trabalhosa. Realmente, a consistência lamacenta do solo não possibilitava escavar trincheiras fundas e seguras, obrigando a que a defesa na frente fosse feita elevando o mais possível o parapeito à custa de sacos de terra que eram cheios na retaguarda<sup>79</sup>. Além disso, mesmo na dianteira do sector, no lado germânico, o terreno apresentava uma ligeira linha de alturas — Auberts-Fromelles com uma altitude média de 30 a 40 metros — que permitia uma maior observação dos movimentos dos Portugueses e possibilitava a construção de melhores abrigos e trincheiras mais seguras, dado que era mais seco e menos argiloso<sup>80</sup>. Este aspecto não é de desprezar no tipo de guerra que se estava a fazer, pois de qualquer pequeno acidente geográfico se podia e devia procurar tirar vantagem.

A frente do sector do CEP era, como aliás em todas as frentes, um intrincado de trincheiras; havia as que se desenvolviam paralelas às do adversário e as que eram perpendiculares a estas. As primeiras eram trincheiras de defesa e as segundas de ligação. As últimas, para evitar os enfiamentos de fogo (ou seja, possibilitar ao inimigo bater toda uma linha recta) mudavam constantemente de direcção, apresentando o formato de uma linha quebrada.

Como já vimos, muito sumariamente, no capítulo anterior, a frente portuguesa estava organizada em três linhas fundamentais: a 1.<sup>a</sup> linha de defesa, a linha intermédia e a 2.<sup>a</sup> linha de defesa. Antes da 1.<sup>a</sup> linha ficava

---

<sup>78</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 84-85.

<sup>79</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 246.

<sup>80</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 248.

a *terra de ninguém* que era uma faixa de terreno onde não havia qualquer força instalada e que separava as trincheiras mais avançadas de ambos os contendores. Esse espaço podia medir entre 80 metros (no sector português era o caso de maior proximidade) até 250 metros. Talvez fosse, em toda a extensão da frente desde o Atlântico até à fronteira Leste de França, a zona de guerra mais esburacada, mais esventrada e onde apodreciam maior número de cadáveres de combatentes. Era ali que se travavam os choques mais decisivos de toda a campanha. Fazer alterar alguns metros a largura da *terra de ninguém* tornou-se a grande obcecação dos generais com responsabilidades tácticas e estratégicas de ambos os lados.

A 1.<sup>a</sup> linha de defesa era formada por um conjunto de três linhas de trincheiras: a A, a B e a C. A linha A, em frente da *terra de ninguém*, não era mais do que uma sucessão de postos de observação e defesa ligados por uma trincheira mal conservada devido aos sucessivos ataques a que estava sujeita diante da qual se dispunham rolos de arame farpado para prevenir e dificultar as arremetidas dos Alemães; a linha B ou linha principal de defesa, situada cerca de 300 a 800 metros à retaguarda da linha A, era constituída por uma trincheira com abrigos, toda ela bem escavada e escorada de modo a oferecer condições mínimas de vida à maioria da tropa que ali permanecia em estado de alerta; esta linha estava apoiada numa série de redutos situados um pouco mais atrás (cerca de 2.000 metros de distância da linha A) capazes de se tornarem em pontos fortes de defesa, os quais, em conjunto, formavam a linha C. Toda a 1.<sup>a</sup> linha de defesa comunicava entre si através de trincheiras e nos espaços fronteiros, por onde normalmente não se circulava, havia imensos rolos de arame farpado.

A linha intermédia, também conhecida por *Village Line*, constituía a linha de reserva divisionária. Era formada por uma série de postos, mais ou menos isolados uns dos outros, defendidos por fiadas de arame farpado ao longo das quais havia passagens com a finalidade de possibilitar os avanços das tropas contra-atacantes.

Finalmente, a 2.<sup>a</sup> linha de defesa, ou linha do Corpo, era formada por uma série de redutos, também protegidos por uma forte rede de arame farpado, e ligados por trincheiras, formando agrupamentos defensivos de

porte notável, dotados de abrigos de betão para metralhadoras. Esta linha foi concebida para proteger as passagens da ribeira de Lawe.

A linha intermédia distava da linha C cerca de 1000 metros e a 2.<sup>a</sup> linha de defesa ficava à volta de 3000 metros mais para trás<sup>81</sup>.

Foi num terreno assim organizado que o CEP se instalou completamente a partir de Novembro de 1917, dando início à integral representação de Portugal na primeira grande carnificina bélica do século xx.

### 5.3. Entrada em linhas e dispositivo de combate

A 1.<sup>a</sup> Divisão do CEP, comandada pelo coronel graduado em general Gomes da Costa, assumiu a responsabilidade de um sector de trincheiras, como já dissemos, no dia 10 de Julho de 1917. A 5 de Novembro o comando do sector português a cargo do CEP foi entregue ao General Tamagnini de Abreu e Silva muito embora só a 26 tenha assumido posições no terreno a 2.<sup>a</sup> Divisão<sup>82</sup>.

Inicialmente o CEP ocupou na frente os subsectores de Ferme-du-Bois, Neuve Chapelle, Fauquissart e Fleurbaix. Posteriormente foi encurtada em cerca de 2 Km a extensão da frente portuguesa, deixando de existir o subsector de Fleurbaix. No entanto, para manter o esquema dentro dos 12 Km de trincheiras portuguesas criou-se um quarto subsector designado por Chapigny.

O sector de trincheiras do Corpo de Exército Português estava dividido em dois subsectores da responsabilidade das Divisões; cada subsector de Divisão dividia-se em dois subsectores de Brigada os quais, por sua vez se fraccionavam em dois subsectores de Batalhão. Quer dizer, em primeira linha havia um máximo de 8 Batalhões, porque os restantes estavam escalonados em apoio e em reserva, na retaguarda. O Batalhão em apoio

---

<sup>81</sup> Major Vitorino Godinho, *Relatório Circunstanciado da Batalha do Lys*, p. 109 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 180).

<sup>82</sup> General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, *Relatório*, p. 27 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1294).

situava-se entre a linha C e a *Village Line* e o Batalhão em reserva permanecia entre a *Village Line* e a linha do Corpo. Em todo o sector do CEP tinha-se: em primeira linha 8 Batalhões, em apoio 4 e outros tantos em reserva; em apoio 1 Brigada e outra em reserva. Para a retaguarda da linha do Corpo já não havia forças de combate.

Na linha C instalavam-se os postos de comando dos Batalhões empenhados em primeiras linhas, nas imediações da *Village Line* tinham sede os quartéis-generais das Brigadas e na linha do Corpo ficavam os quartéis-generais das Divisões<sup>83</sup>.

As Baterias da Artilharia de Campanha situavam-se um pouco para a retaguarda da *Village Line*, ficando entre esta última e a linha C as Baterias de morteiros médios e pesados e as das metralhadoras pesadas<sup>84</sup>. Em suma, a grande força de combate estava compreendida entre a linha B e as cercanias da *Village Line*; para trás até à linha de Corpo ficavam as reservas de combate do CEP.

Enquanto que os postos de comando das Companhias e dos Batalhões em primeiras linhas não passavam de buracos escavados na terra lamacenta, com as paredes escoradas com grossos troncos de árvores, protegidas com tábuas para evitar que se esbarrondassem, e tectos feitos com chapas metálicas cobertas com sacos de terra, os quartéis gerais das Brigadas e das Divisões estavam instalados em vivendas requisitadas para o efeito. A desigualdade era significativa e resultava da forma de fazer a guerra. Efectivamente, a 5 ou 6 km das primeiras linhas a vida ganhava uma feição completamente diferente e, se não fossem os bombardeamentos, os destroços de anteriores arremetidas do adversário e os sons que chegavam da frente, até parecia que todo aquele aparato bélico era o cenário indispensável a umas grandes manobras militares. Essa era a razão que justificava o desejo sempre permanente das tropas ficarem em apoio ou, preferencialmente, em reserva.

---

<sup>83</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 244-247.

<sup>84</sup> Idem, *op. cit.* p. 247-248.

#### 5.4. Os primeiros combates

Optámos por aqui descrever os maiores combates a que estiveram sujeitas as tropas do CEP durante os meses iniciais de permanência na defesa do sector nacional, porque, para além de ser facto pouco mencionado na bibliografia actual e na pretérita, nos dá a possibilidade de compreender que o empenhamento das forças portuguesas não ocorreu somente na batalha de La Lys, como já quase se vem tornando hábito admitir. Em nossa opinião, há que dar uma panorâmica tão precisa quanto possível do que foram, realmente, os momentos de luta e de maior desgaste para além da permanência nas trincheiras sujeitas as tropas aos bombardeamentos dos Alemães.

Para se compreender plenamente o que foram os combates no sector português da frente, na Flandres francesa, ter-se-á de começar por fazer uma análise genérica do modo de conduzir operações militares na guerra de trincheiras em 1917. Os grandes confrontos poderiam ser de três tipos<sup>85</sup>: simples combates de artilharia, durante os quais se procuravam atingir, em especial, as posições das peças adversárias; combates mistos que, embora começando por duelos de artilharia, davam lugar a combates de infantaria, os quais visavam um rompimento da frente adversária; e, por fim, combates de infantaria, que, não tendo como finalidade provocar alterações duradouras na frente, envolviam a artilharia para gerar a inibição no inimigo. Destes três diferentes tipos de operações só o segundo estava na origem das grandes batalhas; o primeiro e o terceiro esgotavam-se em pouco tempo e tinham finalidades bem delineadas.

Na verdade, os combates de artilharia visavam a destruição de material e a quebra do moral de todos os combatentes, porque obrigavam a um permanente alerta e ao reforço do dispositivo de defesa da Infantaria — um

---

<sup>85</sup> Claro que, como é evidente, estamos a excluir deste estudo a simples troca de tiros de armas ligeiras — espingardas, metralhadoras e, por vezes, morteiros ligeiros — e, em casos raros, alguns disparos de peças de artilharia. Na situação vertente, descrevemos os combates dos quais nos foi possível encontrar os relatórios dos comandantes de Divisão. A título de esclarecimento, devemos acrescentar que qualquer um dos três tipos de operações a que nos referimos de seguida era desencadeado à noite, ou ao anoitecer, de modo a associar ao efeito do fogo a desorientação que a escuridão provoca.

bombardeamento em larga escala feito pelo adversário podia ser o prenúncio do começo de uma batalha. Quanto aos simples combates de infantaria tinham como finalidade fazer prisioneiros, testar a capacidade de resistência do inimigo ou desgastar o moral das tropas atacadas enquanto contribuía para elevar o das tropas atacantes. Estes combates de infantaria foram, também, entre os Aliados, designados *raids*.

Os combates de artilharia sem acção da infantaria não foram muito frequentes no sector português, embora estes duelos tenham marcado pela sua intensidade pontual, como foi o caso do bombardeamento das linhas inimigas feito pelas Baterias do CEP na noite de Natal de 1917 ao qual os Alemães responderam com grande intensidade à meia-noite de 31 de Dezembro<sup>86</sup> ou o bombardeamento feito, na noite de S. António de 1917, pelos Alemães<sup>87</sup>.

Todos os combates marcaram pela intensidade, mas os que mais intensamente deixaram lembranças fundas foram os que envolveram tropas de infantaria.

Os *raids*, ou combates de infantaria, não aconteciam por mero acaso ou pela simples vontade do comando dos mais baixos escalões das unidades empenhadas na frente; estes combates eram planeados e preparados no maior segredo, com alguma antecedência, pelos estados-maiores e comandos intermédios — Brigada e, até, Divisão — das unidades atacantes. Marcava-se o objectivo ou intenção, o dia e a hora — normalmente de noite — a zona da frente onde devia ocorrer o confronto e as tropas que iam ficar envolvidas na acção, as quais constituíam, o efectivo de uma Companhia e, no máximo, o de um Batalhão<sup>88</sup>.

No momento previamente estabelecido a artilharia começava a bombardear a frente inimiga, fazendo incidir o fogo tanto sobre as primeiras linhas de trincheiras como sobre as tropas mais recuadas. Nesta fase procurava criar-se no inimigo a ilusão de que se tratava de um mero combate

---

<sup>86</sup> Abel Joaquim Travassos Valdez, *O 4.º G. B. A. na Grande Guerra*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, p. 47-48 e David Magno, *op. cit.* p. 76.

<sup>87</sup> António Granjo, *A Grande Aventura (Cenas da Guerra)*, Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s. d. p. 59-72 e David Magno, *op. cit.* p. 88.

<sup>88</sup> Estes efectivos rondavam os 120 e 480 homens, respectivamente.



de artilharia, por isso a zona bombardeada era ampla, tanto em profundidade como em comprimento. O bombardeamento com estas características tinha uma duração variável, nunca ultrapassando os sessenta minutos, ficando-se, quase sempre, pelos quinze a trinta. Na altura combinada o fogo de artilharia concentrava-se todo sobre as primeiras linhas, ainda numa larga extensão da frente; nesse momento, as tropas de infantaria que iam proceder ao ataque, saltavam das trincheiras e colocavam-se, ordenadamente, na chamada *terra de ninguém*; nesta operação gastavam-se poucos minutos, findos os quais a artilharia concentrava todo o seu potencial de fogo, passando a bater um quadrilátero que começava uma ou duas centenas de metros à frente das tropas atacantes e delimitava os contornos da zona a atacar; formava-se o que, então, se designava por *caixa*. Quando o tiro da artilharia estava perfeitamente correcto e os lados do quadrilátero estavam bem delineados, a barreira de fogo que estava à frente da infantaria atacante, começava a deslocar-se em direcção às trincheiras adversárias, permitindo, assim, que as tropas se fossem aproximando delas ao abrigo dos impactos das granadas; à hora determinada cessava o fogo da artilharia sobre as primeiras linhas, mantendo-se, contudo, sobre os lados da *caixa* de forma a impedir que para o seu interior entrassem reforços ou que dele fosse possível a fuga. Quer dizer, as tropas da infantaria adversária tinham de se defrontar em combate directo.

Logo que a artilharia preparava as condições para a infantaria poder chegar ao contacto com o inimigo, iniciava-se, rapidamente, o assalto; contudo, por vezes, o bombardeamento das trincheiras inimigas não era suficiente para destruir o arame farpado que estava colocado, em grandes rolos, na frente destas e, por isso, tornava-se necessário que grupos de militares especializados procedessem ao corte ou rebentamento desse arame, de modo a possibilitar a passagem das tropas. Logo que estava desobstruído o caminho começava o assalto propriamente dito. Este consistia na entrada nas trincheiras adversárias, no uso do armamento ligeiro e individual para anular toda a resistência, chegando-se, até, ao combate corpo a corpo. Em princípio, procurava-se fazer o maior número possível de prisioneiros, tendo o cuidado de capturar militares graduados, e, ao mesmo tempo, passava-se uma rápida revista aos abrigos com a intenção

de apreender quaisquer documentos que fossem úteis à obtenção de informações sobre o inimigo. Todas estas acções estavam previamente destinadas, evitando-se a confusão entre os assaltantes. O tempo de permanência das tropas nas trincheiras do adversário variava consoante o tipo de objectivo que estava adjacente à acção, todavia, era sempre reduzido, não passando de alguns minutos, porque à hora prevista a artilharia reiniciava o bombardeamento das primeiras linhas. Assim, logo que chegava o momento da retirada, as tropas assaltantes reuniam os prisioneiros, os feridos e, até, os mortos e regressavam às suas linhas sob a protecção do fogo da artilharia que, entretanto, desfazia a *caixa* e passava a bombardear toda a frente do adversário para evitar a possibilidade de perseguições<sup>89</sup>.

Os combates de infantaria havidos entre Portugueses e Alemães no ano de 1917 foram cinco.

O primeiro deu-se por iniciativa nacional e ocorreu na noite de 26 para 27 de Julho com o efectivo de um pelotão reduzido, ou seja, 30 homens, do Batalhão de Infantaria n.º 24, comandados pelo alferes miliciano Manuel Caseiro Alves Marques. Houve, entre a infantaria portuguesa, pelo menos, três feridos e um morto, quer em resultado de estilhaços de granada, quer como consequência da acção dos gases tóxicos. Da leitura do relatório do General Gomes da Costa parece poder concluir-se que o falhanço da operação resultou da inexperiência dos nossos soldados, embora também seja de admitir que a preparação da artilharia não foi suficiente para garantir alguma liberdade de movimentos aos assaltantes<sup>90</sup>.

O segundo *raid* foi de iniciativa alemã e ocorreu na noite de 14 de Agosto com um efectivo de cerca de 400 homens. Como resultado final do combate ficaram mortos 17 Portugueses e um número indeterminado de Alemães, sabendo-se, contudo, que dois eram oficiais; entre as tropas nacionais houve 162 feridos, sendo 109 com gases tóxicos, e foram feitos

---

<sup>89</sup> A precisão da descrição que acabamos de fazer fundamenta-se na explicação recolhida por Jaime Cortesão dada pelo capitão Luís Gonzaga, comandante de um dos *raids* levado a cabo pela Infantaria Portuguesa (*Memórias da Grande Guerra*, p. 171-177); parece-nos, por conseguinte, bastante fidedigna, até porque não contraria as disposições que sobre o assunto existiam.

<sup>90</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 160.

prisioneiros 51 militares. Aos Alemães conseguiram os Portugueses prender 5 homens. Como consequência do seu comportamento em combate foram louvados 18 militares portugueses, estando entre eles o alferes Hernâni António Cidade<sup>91</sup>, que, mais tarde, tão brilhantes provas veio a dar como professor e investigador da cultura portuguesa.

O terceiro combate de infantaria ocorreu na noite de 23 de Agosto, uma vez mais, por iniciativa alemã, o qual fracassou, quanto ao seu objectivo, porque a artilharia portuguesa conseguiu criar uma barreira de fogo sobre a *terra de ninguém*, ao mesmo tempo que a infantaria, com o fogo das armas ligeiras, obrigava o inimigo a ficar *agarrado* ao terreno. Na prática nunca chegou a haver luta corpo a corpo. Como resultado do intenso bombardeamento alemão morreram 7 militares portugueses e ficaram feridos 75, sendo 48 por acção dos gases tóxicos. As tropas defensoras conseguiram fazer três prisioneiros<sup>92</sup>. Ao que parece nenhum militar foi louvado ou punido na sequência do combate<sup>93</sup>.

O quarto *raid* deu-se ao fim da tarde (18 horas)<sup>94</sup> de 10 de Novembro, por iniciativa do comando alemão. A força atacante não era superior a cem homens e actuou de forma tacticamente correcta, de tal modo que conseguiu surpreender alguns sectores da defesa nacional. Morreu um só militar português, no entanto, foram feitos onze prisioneiros e dez feridos. Como resultado do êxito germânico puniram-se cinco militares portugueses. Contudo, pela forma como se bateram, foram louvados sete homens e promovidos por distinção dois outros<sup>95</sup>.

O quinto e último combate do ano de 1917 deu-se pelas 17h30 de 22 de Novembro, uma vez mais, por iniciativa alemã. Não foi possível calcular o número de assaltantes, todavia, estes acabaram sendo repelidos pela infantaria

---

<sup>91</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 162.

<sup>92</sup> Esta última informação colhe-se do texto do telegrama para o ministro da Guerra enviado pelo general Tamagnini de Abreu e Silva, no dia 25 de Agosto de 1917 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 74).

<sup>93</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 161.

<sup>94</sup> Deve ter-se em conta que na Flandres francesa, em Novembro, àquela hora, já é suficientemente escuro.

<sup>95</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 163.

portuguesa, tendo até, sido feitos dois prisioneiros. Entre a nossa tropa não houve mortos, mas ficaram feridos oito militares. Em resultado da forma galharda como se bateram os soldados nacionais, 9 foram louvados, 6 promovidos por distinção e 7 condecorados com a medalha da Cruz de Guerra<sup>96</sup>.

Em síntese pode dizer-se, relativamente ao ano de 1917, e como resultado directo dos combates de infantaria, que entre os Portugueses houve: 25 militares mortos, 258 feridos e 62 prisioneiros; do lado alemão, e segundo os elementos disponíveis, houve, confirmados, 2 mortos e 10 prisioneiros. Ainda como consequência dos combates, puniram-se 5 militares, louvaram-se 34, 8 foram promovidos por distinção e 7 condecorados com a medalha da Cruz de Guerra.

#### *5.4.1. Particularismos dos combates e comportamentos individuais*

O primeiro combate de infantaria, levado a efeito pelos Portugueses em França, ocorrido na noite de 26 para 27 de Julho de 1917, foi, ao que parece, bem preparado, tendo-se, até, treinado os militares na Escola de Le Drumez. A operação de assalto estava organizada da seguinte forma: 8 soldados armados com espingarda com baioneta, tinham como objectivo atacar e limpar a trincheira inimiga; 8 soldados, armados de granadas de mão, cobriam o flanco direito; 6 soldados, armados de espingarda, ficavam de guarda à entrada da trincheira para evitarem a chegada de reforços alemães; 4 soldados sapadores mineiros procediam à destruição dos rolos de arame farpado que se situavam em frente da trincheira adversária<sup>97</sup>. Segundo a opinião do Capitão Albuquerque, o insucesso deste *raid* resultou do facto de julgar que «(...) os Alemães teriam dele conhecimento ou por meio de espionagem ou por um nosso suposto desertor do sector de Neuve Chapelle»<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 164.

<sup>97</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 160.

<sup>98</sup> Idem, relatório anexo ao do general Gomes da Costa.

O combate que se deu no começo do dia 14 de Agosto de 1917<sup>99</sup>, levado a efeito sobre o sector de Fauquissart, foi descrito, nessa mesma data, da seguinte forma, em telegrama cifrado, para o Ministro da Guerra, em Lisboa: «O inimigo fez esta madrugada ataque ao centro do nosso sector com forte coluna composta de Bávaros e Saxões com tropas especiais de assalto. O ataque foi precedido e acompanhado por grande bombardeamento com granadas de diversos calibres e gases. Inimigo, que chegou a pôr pé nas nossas trincheiras, foi repellido, tendo deixado bastantes mortos, entre os quais um oficial e cinco prisioneiros. Choque principal foi recebido Infantaria 35. Tanto infantaria como artilharia, que foram fortemente bombardeadas, se portaram valentemente. (...)»<sup>100</sup>. Ainda sobre este combate, respigamos do relatório do general Gomes da Costa a seguinte passagem: «(...) tornaram-se notáveis pelo seu valor o alferes Hernâni António Cidade<sup>101</sup> e o 1.º cabo n.º 469, da 3.ª Companhia de Infantaria 35, António Dias Beja: o primeiro, quando os Alemães retiravam com prisioneiros, caiu sobre eles com um grupo de homens do seu pelotão e libertou-os, bem

---

<sup>99</sup> Muito embora a comunicação oficial para Lisboa, como mais à frente se verá, não dê grande ênfase ao facto, deve dizer-se que este foi o *raid* que, durante um ano, maior número de baixas provocou às forças nacionais. Realmente, como já vimos antes, entre mortos, feridos e prisioneiros contam-se 230 homens.

<sup>100</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 74.

<sup>101</sup> O texto completo dos louvores publicados na *Ordem de Serviço* da 1.ª Divisão do CEP, do dia 20 de Agosto de 1917 é o seguinte: «O capitão comandante interino do BI 15, João Maria Ferreira do Amaral, pelo seu sangue frio e valores demonstrados durante a acção [de 14 do corrente] percorrendo o seu Batalhão apesar do bombardeamento e adoptando as mais acertadas disposições para proteger os seus homens do fogo inimigo e repelir este com energia». «O alferes do BI 23, Mário Saraiva da Mouta Dias, porque tendo recebido cinco ferimentos de bala de espingarda e estilhaços de morteiro, se manteve no seu posto até cair, fortalecendo os subordinados com o seu belo exemplo». «O alferes do BI 15, Raul Sátiro da Cunha Fajardo, porque se manteve no seu posto apesar de ferido, recusando retirar-se para ser tratado, antes do fim da acção». «O alferes do BI 35, Hernâni António Cidade, porque ao ver retirar uma fracção inimiga, levando prisioneiros soldados portugueses, reuniu um grupo de homens do seu pelotão, carregou o inimigo e libertou os prisioneiros». «O 1.º cabo, da 4.ª Companhia do BI 35, António Rebelo de Almeida, o 2.º cabo, (...), Manuel Marques, o soldado, (...), António Lopes Maço, o soldado, (...), Armando Figueiredo, o soldado, (...), José Maria Pereira, o soldado, (...), João Coelho, o soldado, (...) César de Almeida, o soldado, (...), Albertino Antunes, o soldado, (...), António Maria de Almeida e Silva, o soldado, (...) Guilherme Ferreira da Silva, por terem acudido prontamente à chamada do seu comandante de pelotão, carregando o inimigo com bravura e libertando prisioneiros». «O 1.º cabo da 3.ª Companhia do BI 35, António Dias de Beja, porque sendo chefe de uma metralhadora, defendeu com muito valor a entrada de forças de assalto pelo ponto que guarnecia» (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 162).

como a uma metralhadora; o cabo estava com uma metralhadora em *Ducks Bill*<sup>102</sup> e com ela conteve o inimigo»<sup>103</sup>.

Acerca do combate ocorrido na noite de 23 para 24 de Agosto do mesmo ano, sobre o sector de Ferme-du-Bois, pouco se sabe, para além da seguinte afirmação do general Gomes da Costa, feita no seu relatório: «(...) a infantaria inimiga tentou atacar em diversos pontos, mas não chegou ao contacto»<sup>104</sup>.

O combate ocorrido no começo da noite de 10 de Novembro de 1917, sobre o sector de Ferme-du-Bois, foi descrito para o Ministro da Guerra, no habitual telegrama, da forma mais simples que é possível imaginar: «(...). No dia 10 repelimos um *raid* inimigo que, contudo, conseguiu entrar na nossa primeira linha, aprisionando alferes Infantaria 29, Joaquim Tristão Pereira Pimenta, e 10 praças. (...)»<sup>105</sup>. O texto desta notícia esconde muito bem o sentir do General Gomes da Costa quanto ao comportamento das tropas portuguesas. Na verdade, no relatório, datado de 12 de Novembro, aquele oficial general é inexorável no julgamento, porque, a dado passo, diz: «A Companhia da esquerda — 2.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria 29 — portou-se bem, cumprindo oficiais e praças o seu dever: salientou-se o alferes José Neves Eugénio pela forma como manteve os seus homens, procedendo com energia e decisão. Não tinha, porém, àquela hora, estabelecido ainda as patrulhas de escuta na sua frente, motivo por que deve ser punido com a pena de repreensão na Ordem da Brigada. Na mesma Ordem será louvado pelo restante procedimento». Mais à frente, pune, com vinte dias de prisão correcional, o comandante da 3.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 29<sup>106</sup>, «(...)», porque à hora a que se deu o ataque ainda não verificara se o serviço de segurança na sua frente estava bem estabelecido, resultando dessa falta de cuidado o penetrar o inimigo nas trincheiras e ainda, porque, tendo o combate terminado às 19 de 10, ainda às 10 horas do dia 11 não tinha ido à frente inquirir o que se passava, ver os seus homens e ordenar as reparações necessárias, pretextando doença, o que é

---

<sup>102</sup> Dado que o sector de trincheiras ocupado pelos Portugueses havia sido antes guarnecido por tropas inglesas, mantiveram-se as designações que já se haviam tornado tradicionais.

<sup>103</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 162.

<sup>104</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 161.

<sup>105</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

<sup>106</sup> Trata-se do capitão João Baptista Gomes.

inadmissível em casos desta importância»<sup>107</sup>. A acção punitiva do comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão não ficou por estes dois graduados, já que três soldados, também da 3.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria 29 «(...) são punidos com 60 dias de prisão correcional, porque, fazendo parte da guarnição do posto de granadeiros, não atacaram o inimigo à granada como deviam, abandonando o posto, do que resultou o inimigo apoderar-se de uma metralhadora e ser aprisionado o chefe desta, o 1.<sup>o</sup> cabo 486, da 3.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria 29, Joaquim da Costa». Mas a maior culpa do sucesso dos Alemães atribuiu-a o general Gomes da Costa ao alferes Joaquim Tristão Pereira Pimenta «(...) por não ter estabelecido as escutas, ignorar o sinal de S.O.S.<sup>108</sup> e não consentir no lançamento de *very lights*<sup>109</sup>. Foi feito prisioneiro pelos Alemães sem lutar, devendo tomar-se-lhe contas do seu procedimento quando regressar a Portugal»<sup>110</sup>.

Se o combate anterior foi exemplar pelo número de punições o de 22 de Novembro, mais uma vez sobre Ferme-du-Bois, pode dizer-se que se notabilizou pelo elevado número de louvores, promoções por distinção e condecorações<sup>111</sup>. Curiosamente, também o texto do telegrama para o Ministro da Guerra esconde este facto; repare-se: «Ontem à noite repelimos uma tentativa inimiga nosso flanco direito, fazendo dois prisioneiros. Tivemos 1 oficial e 5 praças feridas»<sup>112</sup>. Uma vez mais foi o Batalhão de Infantaria n.º 29 que suportou o ataque alemão, embora, também, o Batalhão de Infantaria n.º 3 tenha sido atacado. Foram quatro os oficiais louvados, todos do Batalhão de Infantaria n.º 29: alferes Eduardo da Fonseca Guerreiro

---

<sup>107</sup> Julgamos que se pode considerar esta punição como o verdadeiro paradigma da falta de cumprimento dos deveres de um oficial, porque evidencia aquilo que se espera de um chefe militar, de um condutor de homens: ordenar o que deve ser feito; verificar se, o que deve ser feito, foi feito; averiguar o que ainda deve ser feito; orientar o modo de fazer; acompanhar e conduzir os subordinados. Tudo isto sacrificando a saúde e, até, se necessário, a própria vida.

<sup>108</sup> Esta sinalização luminosa era utilizada quando as comunicações telefónicas estavam avariadas ou não existiam, pedindo o apoio da artilharia, que deveria começar, logo de imediato, a bombardear a *terra de ninguém* de modo a impedir qualquer progressão adversária.

<sup>109</sup> Tratava-se de projecteis iluminantes, disparados por uma pistola especial, os quais, ao caírem muito lentamente, permitiam observar, na escuridão, quaisquer movimentos suspeitos.

<sup>110</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 163.

<sup>111</sup> Em maior número conjunto de públicos reconhecimentos de acções individuais só foi ultrapassado pelo *raid* da iniciativa portuguesa realizado a 9 de Março de 1918.

<sup>112</sup> O número de praças feridas é diferente daquele que é indicado no relatório do comandante da Divisão (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74).

(porque, «comandante de pelotão, manteve os homens nos seus postos de combate, animando-os com entusiasmo, demonstrando desprezo pelo perigo, coragem e excelentes qualidades de comando, *sendo com o seu exemplo que todos se mantiveram nos seus postos e repeliram o inimigo. Este ofal. [sic] já em casos anteriores de---tou [ilegível] o seu realce*» [o texto em itálico foi escrito pelo punho do general Gomes da Costa]), alferes Artur Marques Salgado, alferes José Gonçalves Coruche (porque «demonstraram serenidade e sangue frio, contribuindo eficazmente para a defesa») e alferes José das Neves Eugénio<sup>113</sup> (porque, «apesar de ferido numa perna, se manteve no seu posto, comandando o seu pelotão, demonstrando coragem e consciência dos deveres da sua graduação»)<sup>114</sup>. Foram louvados três sargentos: o 2.º sargento, da 1.ª Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 29, Manuel Correia Folhadela Guimarães (porque, sendo responsável pelo comando de um posto de combate «dirigiu a defesa do posto com muita bravura, dando aos seus homens exemplos de coragem e sangue-frio, *sendo devido ao seu procedimento que o seu posto não foi forçado* [o texto em itálico foi escrito pelo punho do general Gomes da Costa], o 2.º sargento, da 2.ª Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 3, Abeillard Rodrigues de Moraes (porque «demonstrou coragem e decisão na captura de 2 soldados alemães) e o 2.º sargento, da 1.ª Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 29, José Zamith Gonçalves Viana (porque «revelou serenidade e sangue-frio, dirigindo o fogo de uma metralhadora com grande eficácia, *apesar do ataque emergir de início sobre o seu posto e da [sic] pequena guarnição deste* [o texto em itálico foi escrito pelo punho do general Gomes da Costa])<sup>115</sup>.

Se os louvores dos oficiais e sargentos são significativos do apreço pelos actos de coragem levados a efeito, os que são dados a dois cabos e a um soldado demonstram o que é o sentido do dever e o desprezo pela vida<sup>116</sup>.

<sup>113</sup> O mesmo que, anteriormente, havia sido punido e louvado.

<sup>114</sup> Dos alferes não foram propostos para serem galardoados com a medalha da Cruz de Guerra o Artur Marques Salgado e o José Gonçalves Coruche e só foi proposto para a promoção por distinção a tenente o alferes Eduardo da Fonseca Guerreiro.

<sup>115</sup> Dos sargentos só não foi proposto para ser galardoado com a medalha da Cruz de Guerra o José Zamith Gonçalves Viana, tendo os outros dois sido, também, propostos para a promoção por distinção a 1.º sargento.

<sup>116</sup> Os dois cabos e o soldado foram propostos para receberem a medalha da Cruz de Guerra e foram promovidos por distinção aos postos imediatos.



Do 1.º cabo Manuel do Nascimento Dias Costa, do Batalhão de Infantaria n.º 29, diz o comandante da 1.ª Divisão do CEP o seguinte: «pela sua vigiância presentiu e denunciou a tempo o desenvolvimento do ataque inimigo, comandou acertadamente os seus homens, expôs-se com grande coragem para repelir o inimigo, tendo-se já notabilizado no Batalhão pelas numerosas patrulhas que tem comandado na *terra de ninguém*». A respeito do 1.º cabo Domingos Lopes, da 1.ª Companhia do mesmo Batalhão, tece o relatório do comandante da 1.ª Divisão a seguinte imagem: «chefe da metralhadora do posto *Mole*, bateu-se rudemente, desencravando por três vezes a sua metralhadora, demonstrando grande coragem e sangue-frio, sempre tão activo e cintilante que é conhecido no Batalhão pelo *Cabo Vi Light* (very light)». Por fim, o soldado Gaspar Rodrigues, da 1.ª Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 29, foi louvado por ter demonstrado «coragem e serenidade, provando ser um excelente granadeiro, confirmando a reputação de bravo que tem no Batalhão»<sup>117</sup>.

A descrição dos comportamentos individuais é importante realçar neste tipo de trabalho, porque possibilita registar para a História nomes que ficariam injustamente esquecidos na poeira dos arquivos, e dá-nos também o colorido do que foi combater e morrer, ter coragem e medo, nas trincheiras do CEP, na Flandres francesa. Outras palavras ficariam aquém ou iriam além da realidade vivida pelos Portugueses.

#### 5.4.2 *As escaramuças entre infantarias*

A primeira notícia que se tem sobre participação das tropas de infantaria do CEP em recontros de certa envergadura é datada de 25 de Junho de 1917, quando se diz ao ministro da Guerra, que «As nossas tropas têm repellido vários *raids* inimigos, tendo um pelotão nosso tomado parte numa incursão às trincheiras alemãs. O Batalhão de Infantaria 34 destroçou completamente uma forte patrulha inimiga, aprisionando-lhe os cinco sobreviventes, entre os quais um sargento condecorado com a Cruz de Ferro»<sup>118</sup>.

<sup>117</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 164.

<sup>118</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 74.

A 9 de Julho dizia-se, relativamente à semana anterior: «Repelimos um *raid* e diversas tentativas do inimigo»<sup>119</sup>.

No relatório respeitante à semana de 30 de Julho afirma-se: «Repelimos um *raid* e tentámos outro<sup>120</sup> sem resultado»<sup>121</sup>.

Na mesma noite em que os Portugueses lançavam um *raid* sobre as trincheiras alemãs, devem ter estes tentado outro sobre as trincheiras do CEP, porque, no telegrama para o ministro da Guerra, datado de 31 de Julho, se diz o seguinte a propósito do desaparecimento do alferes miliciano José Rodrigues Pinto Pinhal: «foi capturado pelos Alemães, depois de ferido no *raid* executado sobre as nossas trincheiras na noite de 25/26 e que foi por nós repellido»<sup>122</sup>.

No dia 7 de Agosto, conforme se diz no relatório para o ministro da Guerra, «(...) os Alemães chegaram a pôr o pé nalguns dos nossos elementos de trincheira de 1.<sup>a</sup> linha, após bombardeamento com morteiros e granadas de gás, sendo repellidos»<sup>123</sup>.

A 25 de Agosto foi sinteticamente descrito, para o ministro da Guerra português, em telegrama, um confronto de tropas de Infantaria, da maneira que se segue: «Ontem, o Batalhão de Infantaria 29, em instrução<sup>124</sup> numa Brigada britânica, repeliu um ataque fazendo 3 prisioneiros. Batalhão portou-se muito bem, apesar ser primeira vez que entrava na linha, recebendo cumprimentos do comandante da Divisão britânica. Teve 7 mortos e 75 [?]<sup>125</sup> feridos»<sup>126</sup>.

---

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>120</sup> Refere-se ao combate de 26 de Julho de 1917.

<sup>121</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>123</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>124</sup> Trata-se do estágio a que já antes fizemos referência ao tratarmos da instrução militar em França.

<sup>125</sup> Este número não se lê correctamente no telegrama, já que está grafado da seguinte forma — 15. Podemos ter, por conseguinte, 15 ou 75 feridos. Qualquer dos números é aceitável, se atendermos ao que havia acontecido no dia 23, quando do *raid* alemão que fez 27 feridos e 48 gaseados.

<sup>126</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

Curiosamente, no dia 17 de Setembro e em relação à semana transacta, diz-se para Norton de Matos, ministro da Guerra, à data: «No dia 15 o inimigo fez um *raid* nas proximidades de Neuve Chapelle, sendo repellido e tendo deixado 5 prisioneiros e alguns mortos, entre eles um oficial. Distinguiu-se nesta acção o alferes de Infantaria Gomes Teixeira e o sargento de Infantaria 7 Diogo Martins de Lima»<sup>127</sup>.

Também, no dia 1 de Outubro, se dava a notícia para Lisboa, em relação à actividade bélica da semana anterior, que «Na madrugada de 24» havia sido repellido «um forte *raid* inimigo, infligindo-lhe bastantes baixas»<sup>128</sup>.

Segundo o telegrama de dia 17, no mês de Dezembro, nas noites de 12 e de 15, foram as trincheiras portuguesas assaltadas por «forte patrulha inimiga». «O alferes Davi Rodrigues Neto e uma ordenança aprisionaram 1 oficial, 1 sargento-ajudante e 6 soldados que formavam uma patrulha reconhecimento que entrara nossa primeira linha manhã de 15»<sup>129</sup>. Ainda no mesmo mês, mas na manhã de dia 26, foi repelida uma «forte patrulha inimiga»<sup>130</sup>. Para finalizar o ano os alemães bombardearam a frente portuguesa na noite de 31 de Dezembro, chegando a utilizar, em elevado número, granadas de gás. Esta acção da artilharia fez-se acompanhar pela exploração da frente portuguesa por duas fortes patrulhas que, contudo, foram repelidas<sup>131</sup>.

Em síntese pode afirmar-se que a calma do sector português, tal como a descreveram os Britânicos, era muito relativa conforme temos agora a possibilidade de apreciar através do que foi relatado. A morte ou os ferimentos espreitavam cada homem por cima do parapeito das toscas trincheiras que a todo e qualquer preço procuravam defender, alguns deles sabendo que defendiam o orgulho nacional, mas, a maioria, sem perceber os motivos que os haviam levado àquele campo de morte.

---

<sup>127</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>130</sup> Telegrama de 31 de Dezembro de 1917. Idem, *ibidem*.

<sup>131</sup> Telegrama de dia 7 de Janeiro de 1918. Idem, *ibidem*.

## 6. Movimento de rotação nas linhas

330

Tal como já foi referido, as unidades não entraram todas ao mesmo tempo nas linhas, uma vez que depois do estágio que os Batalhões faziam na frente junto às unidades britânicas só tornavam ao contacto com o inimigo quando a Brigada na qual estavam integrados se encontrava pronta para assumir a defesa de um sector. Assim, a 1.<sup>a</sup> Divisão do CEP foi aquela que, com as suas três Brigadas, mais cedo assumiu responsabilidades nas trincheiras e a que mais tempo esteve na frente — valor médio: 7 meses e 4 dias<sup>132</sup>.

Como ressalta evidente, nem todos os Batalhões de cada Brigada permaneceram o mesmo tempo nas trincheiras, mas a esse pormenor não chegaram os registos existentes. Por outro lado, sabemos que quando uma Brigada estava empenhada nas primeiras linhas, isto é, quando não estava em situação de reserva, ainda se poderia encontrar na de apoio, facto que envolvia um menor perigo para os homens, já que o grande risco ocorria quando os Batalhões estavam a guarnecer as linhas A e B da 1.<sup>a</sup> linha de defesa. Assim, a rotação fazia-se entre estar a Brigada em reserva ou em linhas; se em linhas ainda podia estar nas trincheiras A e B ou em apoio. Quando a Brigada estava nas linhas havia dois Batalhões que se empenhavam na frente e dois que se encontravam mais recuados — apoio e reserva. Em cada oito dias os Batalhões rodavam de posição. A rotação das Brigadas fazia-se aleatoriamente em função do seu estado de desgaste físico, sendo a situação mais repousante a de reserva. Nenhuma Brigada do CEP chegou a estar, entre Abril de 1917 e Abril de 1918 mais do que um mês e vinte dias em reserva<sup>133</sup>.

O facto de não se ter mobilizado uma terceira Divisão para o CEP levou a que não tivesse sido possível fazer repousar uma das duas. A alternativa obrigava a que o Corpo de Exército Português saísse por completo das linhas e fosse substituído por um britânico, o que nunca aconteceu e, julgamos, mesmo que tal fosse possível, do ponto de vista político seria inviável pelo menos por dois motivos: *a*) porque se perdia, de imediato, a

---

<sup>132</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401.

<sup>133</sup> *Idem*.

representação militar em primeiras linhas com todas as consequências que daí provinham; *b*) porque se temia que, uma vez na retaguarda, o Alto Comando britânico arranjasse toda a casta de subterfúgios para não fazer avançar para a frente, de novo, o Corpo de Exército de Portugal.

Estas foram as causas que levaram a que ao fim de poucos meses de trincheiras os soldados portugueses começassem a dar mostras de falta de repouso menos pelo esforço que lhes era pedido em termos de combate — ainda que a simples presença na frente redundasse em grandes possibilidades de morte ou ferimento — do que pelo que lhes era exigido em trabalhos suplementares. Realmente, depois de sete dias e sete noites de vigilância nas trincheiras os militares dos Batalhões quando passavam para apoio tinham como obrigação reparar todos os estragos que os sucessivos bombardeamentos iam fazendo nas obras defensivas. Estes trabalhos, para além de extenuantes, eram também perigosos, porque não deixavam de expor as tropas aos ataques que eventualmente o inimigo decidisse efectuar. Esse constituía o motivo por que os homens consideravam a situação de apoio um logro em termos de descanso.

Para variar, as Brigadas rodavam de sector o que lhes permitia, pelo menos, não criar grandes habituações aos mesmos locais ou correrem riscos maiores numa área da frente mais castigada pelos Alemães.

O facto dos Depósitos de Pessoal da *Base* não terem efectivos em abundância nunca possibilitou que, no mínimo, houvesse uma rotação entre a frente e a retaguarda de fracções inteiras de unidades (Companhias ou mesmo Batalhões)<sup>134</sup>. A falta de reforços idos de Portugal, logo a partir de Novembro de 1917, foi um dos maiores desaires que se abateu sobre o CEP.

À maneira de conclusão podemos dizer que foi a vontade política do Governo Afonso Costa e a tenacidade do seu ministro da Guerra, Norton de Matos, que conseguiram pôr de pé a força militar que veio a ter a designação de Corpo Expedicionário Português (CEP). Mas foi, também, o empenhamento do Estado-Maior do Exército que possibilitou a mobilização, organização e treino das tropas antes de embarcarmos. Claro que não podemos deixar de referir os muitos obstáculos que se levantaram fruto de

---

<sup>134</sup> Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 22-23.

uma grande ausência de desejo de entrar na guerra comum a elevado número de oficiais que se acabaram conluindo com Machado Santos no golpe de 13 de Dezembro de 1916, o qual representou uma forte machadada na estrutura organizativa e, acima de tudo, moral do CEP.

Depois da chegada a França, o estado-maior do CEP teve uma acção decisiva na reorganização do contingente de forma a dar-lhe coerência na articulação com as unidades britânicas com quem ia cooperar.

Dos relatos que fizemos ressalta, desde já, uma verdade incontornável e insofismável: dentro do possível, com os efectivos colocados na Flandres, o CEP conseguiu, até ao final do ano de 1917, cumprir com dignidade a missão militar e diplomática para a qual havia sido criado. Contudo, a falta de compreensão interna nas razões da beligerância e a indiferença sobre o futuro na hora da paz conduziram a que, depois de o grosso da força expedicionária estar em França, dentro do próprio Estado-Maior do Exército se fossem cultivando acções tendentes a abandonar o CEP à sua sorte. Delineavam-se já os contornos da falência da retaguarda, em Portugal, que iriam ditar o malogro das tropas nacionais empenhadas no teatro de guerra em França. A par desta situação ainda pouco evidente, deve ressaltar-se a decisão do Governo britânico de retirar do serviço de Portugal todos os navios de transporte de tropas, ficando o Exército dependente da pequena capacidade do *Gil Eanes* e do *Pedro Nunes*.

Chegados a este ponto do nosso trabalho, julgamos, para benefício do leitor, convirá recapitular a panorâmica inicial para nos situarmos no trilho explicativo da demonstração por nós pretendida. Assim, de seguida, iremos debruçarmo-nos sobre alguns aspectos do quotidiano do CEP, passando, depois, à descrição da actividade bélica entre os meses de Janeiro e os primeiros dias de Abril de 1918. Dedicaremos uma especial atenção ao começo da batalha de La Lys. Depois, ver-se-ão as alterações orgânicas e de comportamento demonstrativas da mudança de condução política ocorrida nos primeiros dias de Dezembro de 1917, em Portugal.

Mais à frente, em capítulo separado, abordaremos a essência do golpe militar lançado por Sidónio Pais e as decisões tomadas sobre a participação na guerra.

Depois, de novo, voltaremos ao teatro de operações para rever a situação do CEP e as consequências da tomada de posse do general Garcia Rosado à testa das tropas que restavam de uma representação militar que se havia querido digna e honrosa. No seguimento, será altura de fazermos o balanço conclusivo.

(Página deixada propositadamente em branco)



## V

### O CEP ATÉ À BATALHA DE LA LYS

No capítulo anterior tivemos a preocupação de mostrar como, em Portugal, entre 1916 e 1917, se tinha pensado e posto em execução a intervenção no teatro de guerra europeu; como se tinha mobilizado, concentrado, instruído e organizado a grande unidade militar que, logo de início, se destinava a, nos campos de batalha da Flandres, desenvolver a acção complementar da diplomacia de afirmação de independência e soberania que preocupava o Governo de Lisboa. Depois, debruçámo-nos sobre todas as reorganizações do Corpo Expedicionário Português já em terras de França, sobre a entrada em linhas, na frente de batalha, e sobre o esforço que se começou, desde logo, a pedir aos homens. Deixámos evidente, julgamos, as deficiências e falhas que, desde as primeiras horas, os comandos sentiram, responsabilizando a desorganização da retaguarda, contudo, preocupou-nos mais mostrar que, mesmo assim, o CEP esteve disposto a empenhar-se, dentro dos limites da normalidade possível, numa situação de guerra.

No presente capítulo, vamos continuar a análise, necessariamente sumária, do que foi a vida do CEP na continuidade da sua presença na frente de batalha, em França. Algumas vezes faremos recuos até ao ano transacto, mas só quando tal se mostrar necessário para explicar os relatos da actualidade de então. A nossa finalidade continua a ser a de mostrar que a falência militar que se vai verificar em 1918 não resultou exclusivamente do empenhamento das tropas na Flandres francesa; terá sido uma consequência de factores gerais, de factores políticos nacionais e de, naturalmente, de factores militares.

## 1. O quotidiano no CEP

Neste passo, vamos persistir na descrição dos feitos castrenses dos Portugueses, mas no ano de 1918, até à ocorrência da batalha do Lys — ou de Armentières, como a designaram os Alemães — para deixar evidente um percurso de esgotamento — ao mesmo tempo de sacrifício — para cumprir objectivos nacionais de superior grandeza. Interessa-nos continuar a clarificar a relação entre o que se passava na frente de combate na Europa e as ocorrências políticas em Portugal para estabelecer o paralelo imprescindível à compreensão e explicação de que uma grande falência política na retaguarda conduziu, necessariamente, a outra de igual dimensão na frente de combate, não se podendo, por isso, assacar responsabilidades históricas aos militares.

### 1.1. A vida nos Batalhões das linhas A e B

O quotidiano dos soldados portugueses nas trincheiras, em França, durante os últimos meses de 1917 e os primeiros de 1918, não é comparável em nada à vida nos quartéis ou a qualquer outra situação bélica. As trincheiras tinham características ímpares em todos os sentidos. Eram o local onde se vivia, se dormia, se comia, se combatia, se ficava ferido e, até, se morria. Nas trincheiras, não exactamente nas primeiras linhas, havia os postos de socorros para acolher os feridos, tal como havia as cozinhas onde se confeccionavam as refeições possíveis. Nas trincheiras havia locais abrigados que serviam de latrinas, tal como existiam os abrigos onde descansavam os militares que não estavam de serviço. A vida decorria dentro dos limites normais da mera sobrevivência<sup>1</sup>. Quando os homens não se recolhiam nos abrigos a repousar, tanto quanto se pode dizer que dormir vestido, calçado e equipado para combate é descansar, estavam de serviço e empenhados em tarefas várias<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> As determinações sobre o serviço na 1.ª linha estavam estipuladas desde Julho de 1917, tal como as ordens permanentes sobre o serviço de trincheiras e podem ser consultadas no AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 440.

<sup>2</sup> As páginas mais belas escritas sobre as trincheiras, no nosso entender, devem-se a Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 123-127.

Antes do alvorecer havia uma formatura geral da unidade — Batalhão — acontecendo esta nos respectivos postos de combate<sup>3</sup>. Nesse momento os diferentes graduados asseguravam-se de que os subordinados estavam bem equipados, que possuíam o armamento e as munições devidas — 120 cartuchos por homem — e que, acima de tudo, conheciam bem as tarefas de que estavam incumbidos. O comandante do Batalhão deveria passar revista às tropas que, antes, tinham sido sujeitas a igual acção levada a cabo pelos respectivos comandantes de Companhia. Toda esta actividade decorria quase em silêncio para não alertar o inimigo, evitando assim tornar-se compensador um bombardeamento das trincheiras. Em seguida, permaneciam nos postos de observação e sentinela os homens que para esse serviço estavam escalados e os restantes regressavam aos abrigos. Os efectivos de sentinela deveriam ser de um homem por cada cinco, de dia, porque de noite passavam para o dobro. Durante o dia iam-se revezando nos diferentes postos os militares de serviço, já que o tempo de sentinela era de uma hora. Cada Companhia nomeava um oficial de serviço às linhas que era rendido de duas em duas horas, devendo fazer constantemente a ronda das sentinelas sem nunca se abrigar. Igual missão tinha um sargento que rondava em sentido contrário ao do oficial<sup>4</sup>. Por cada Companhia havia dois cabos de serviço que também eles faziam a ronda de meia Companhia. Quando ocorria um bombardeamento ou se iniciava uma acção mais demorada das metralhadoras inimigas todos os homens acorriam aos seus postos de combate para prevenir a hipótese de se tratar de um ataque em força da infantaria adversária. Passado o alvoroço e recolhidos os feridos e mortos que pudessem ter sido vítimas do fogo inimigo, de novo os militares que não estavam de serviço regressavam aos abrigos e os restantes ficavam de atalaia.

As refeições eram trazidas para as primeiras linhas através das trincheiras de comunicação em grande tachos que se iam entornando pelo caminho o que dava azo a que os célebres ratos das trincheiras, gordos, grandes

---

<sup>3</sup> General Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra — A Batalha do Lys — 9 de Abril de 1918*, Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 84-112.

<sup>4</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* 257-259.

como coelhos e capazes de atacar um homem, fizessem o seu aparecimento para ganharem, também, o seu pedaço de rancho.

Por vezes, surgiam da retaguarda as formações de lançadores de morteiros ligeiros. Era nessa altura que os homens mais detestavam o seu mísero destino! Tudo porque as equipas de morteiros lançavam os projecteis e retiravam imediatamente para outra localização, deixando os camaradas, que guarneciam as linhas donde tinham saído as mortíferas granadas, sujeitos à resposta que não demorava a vir das trincheiras alemãs. E a resposta podia ser sob a forma de granadas de morteiro médio, de artilharia de campanha ou, com sorte, algumas rajadas de metralhadora pesada. Depois, tudo voltava à calma anterior<sup>5</sup>.

Pouco antes do anoitecer havia obrigatoriamente uma outra formatura geral do Batalhão. Tudo se repetia, de novo, com a precisão de um relógio a funcionar em bom estado. Mas havia diferenças. Realmente, enquanto de dia a actividade era reduzida à mera vigilância, de noite desenvolviam-se os grandes trabalhos na frente, em especial se não havia luz da lua. Era o momento próprio para mandar fazer a reparação dos rolos de arame farpado diante das trincheiras, trazer da retaguarda os víveres necessários para a confecção das parcas refeições, enterrar os mortos, fazer seguir os feridos para os hospitais, reparar os parapeitos e os travejamentos das trincheiras, colocar na *terra de ninguém* as patrulhas que tinham como missão recolher informações sobre as tropas que lhes eram fronteiras, aumentar a vigilância para evitar qualquer surpresa do inimigo, socorrer algum ferido que tivesse ficado abandonado no espaço vazio entre as linhas de combate. A noite era o momento mais temido pelos soldados de toda a frente.

As patrulhas, constituídas por uma secção, usualmente comandadas por um cabo ou sargento, tinham de, rastejando, se aproximar silenciosamente das linhas inimigas e ficar à escuta para identificar todos os ruídos que ouviam para, depois, após relato pormenorizado, os serviço de informações dos estados-maiores interpretar o significado. Esta missão era penosa, porque, para além de os homens perderem o abrigo precário da trincheira, ficavam expostos a serem descobertos quando o céu se iluminava com o

---

<sup>5</sup> General Gomes da Costa, *op. cit.* p. 96-98.

clarão pálido de algum *very light* lançado por desconfiança de qualquer dos lados. O grande perigo surgia quando os homens tinham de dar meia volta para regressarem às suas trincheiras, pois poderia acontecer que não a completassem e, desta forma, ficassem a rastejar paralelos às duas linhas. Muitos se desorientaram e julgando estarem a entrar nas suas trincheiras faziam-no nas alemãs<sup>6</sup>.

Quando os homens eram destacados para postos de sentinela e de observação nas trincheiras — casos mais comuns — tinham de obedecer a preceitos muito rigorosos. Com efeito, não lhes era permitido desviar o olhar da frente onde se encontrava o inimigo, isto é, não podiam olhar para trás nem para os lados. Estava, também, vedado a todo o pessoal que guarnecia as trincheiras fazer lume de qualquer natureza ou falar alto. A desconfiança era quem ditava ordens naquelas fendas abertas no terreno. Sobreviver resultava de um acaso. Tornava-se difícil para os pobres soldados portugueses, iletrados, arrancados ao amanho da sua leira de terra ou à sua aldeia distante, perceberem a razão de ali estarem sujeitos a trabalhos infínitos e, pior, à morte.

## 1.2. A vida nos Batalhões em apoio e reserva

Se o Batalhão não se encontrava a ocupar as trincheiras da linha A e B e estava em apoio, já o tipo de vida no dia a dia sofria algumas alterações. Com efeito, os soldados deixavam de dormir em abrigos para passarem a ocupar espaços de casas de quinta em ruínas que não os defendiam dos bombardeamentos adversários nem do frio ou chuva que caía<sup>7</sup>. Não tinham enxerga, aproveitavam molhos de palha que eram vendidos pelos proprietários das casas. Às vezes, com sorte, alojavam-se em estábulos ou palheiros ainda mais ou menos cobertos<sup>8</sup>. Mas a noite só representava

<sup>6</sup> Idem, *op. cit.* p. 98-99.

<sup>7</sup> Sobre o alojamento das tropas pode consultar-se Corpo Expedicionário Português, *III Serviço Interno nas Unidades e Formações (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 34-37.

<sup>8</sup> A guerra foi, mesmo na zona muito próxima da frente, um processo de os habitantes destas regiões conseguirem fazer várias formas de negócio e, uma delas passava, exactamente,

descanso para alguns, porque a grande maioria era escalada para proceder à reparação das trincheiras de comunicação e às da linha C; esse era um trabalho exaustivo, porque obrigava a grandes esforços físicos que, afinal, retiravam a possibilidade de um repouso mais retemperador<sup>9</sup>. De dia, tinham instrução das diferentes especialidades quando não eram encaminhados para outros serviços. Quase sempre gastavam uma boa parte do tempo a limpar o armamento e os equipamentos de modo a que ficassem em condições de regressarem às primeiras linhas. A espingarda era, para cada soldado, uma companheira de todos os momentos e poderia sofrer punições graves quando a abandonava ou se esquecia de a tratar com atenção.

Os riscos da permanência nas primeiras linhas diminuían um pouco, mas não de maneira significativa. Muitas vezes, de noite, eram chamados à pressa para guarnecer os postos de apoio ou a linha B quando algum bombardeamento indiciava o ataque de unidades de infantaria inimiga.

Na situação de reserva o pessoal dos Batalhões embora não melhorasse as condições de alojamento passava a ter uma actividade mais repousante, porque para além das formaturas matutinas e vespertinas, tinha mais horas de instrução, de limpeza de armamento, tempo para tomar banho, para se desparasitar, trocar de roupa e, mais raramente, de reparar as trincheiras. As noites, pelo menos quase todas, dormiam-nas de seguida.

Para todos os homens na frente de combate a boa sorte chegava quando, por motivos de doença não demasiado grave, tinham de baixar às Ambulâncias onde ficavam a descansar, em cama lavada, com lençóis e almofada, durante dois ou três dias. Uma licença na retaguarda, na zona da *Base*, era uma visita ao Paraíso; melhor do que isso só o regresso a Portugal.

À maneira de pequena conclusão convirá deixar a ideia de que a vida nas trincheiras e nas posições ligeiramente mais recuadas, no sector português, não era significativamente diferente do que se passava nos sectores britânicos ou franceses, na mesma época. A única e mais notável discrepância

---

pelo aluguer de espaços mais ou menos abertos ou mais ou menos fechados onde os soldados dormiam sobre palha, também ela vendida por uns cêntimos. Sobre o espírito comercial dos habitantes pode ver-se Major Mário Afonso de Carvalho, *O Bom Humor no CEP. Fraça 1917-1918*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1945, p. 139-140.

<sup>9</sup> Major David Magno, *op. cit.* p. 71.

resultava do facto de, nos outros sectores, haver uma rotação das tropas entre a retaguarda distante das linhas — capaz de oferecer um verdadeiro repouso — e a frente de combate. À tropa nacional estava vedado esse *luxo* porque lhes faltava a 3.<sup>a</sup> Divisão.

## 2. Alimentação e higiene

Os Portugueses quase sempre se alimentaram mal; mal, porque a dieta raramente é equilibrada, função da ausência de uma instrução adequada e, muitas vezes, da conveniente disponibilidade económica. Em média, o operariado português, em 1916, gastava 70,02% do seu salário em alimentação; desse número consumia 28,8% em pão, 8,5% em carne, 8,3% em hortaliça, 8% em vinho, 7% em toucinho, 6,7% em batatas, 6,5% em azeite, 5,9% em açúcar, 4,8% em feijão e grão, 4,3% em manteiga e queijo, para além de valores mais baixos noutros tipos de géneros<sup>10</sup>. Para o homem português, comer bem, em todos os tempos, foi ingerir grandes quantidades de alimentos que provoquem a sensação de pleno.

Em 1917 o soldado português era a representação típica desta ignorância centenária. As batatas, os feijões, as couves, o toucinho, o pão, o vinho, constituíam os alimentos que reputava essenciais às suas refeições.

### 2.1. A alimentação

O fornecimento dos géneros alimentícios às tropas nacionais, em França, estava a cargo dos Ingleses e, por isso, os tipos de ração eram determinados por estes. Tudo, ou quase tudo, vinha em latas de conserva. A dose diária continha: 1 kg de pão para oito homens, uma lata de *corned-beef* (com 1 libra de peso) para oito soldados, uma lata de compota para dez militares, uma de leite condensado para vinte homens, um frasco de *pickles* para vinte soldados, uma perna de boi ou um carneiro grande da Austrália

<sup>10</sup> *Boletim da Previdência Social*, ano I, n.º 2, 1917, p. 116-119.

para oitocentos militares. Além disto tudo se complementava com chá, castanhas, passas de figo, queijo, mostarda, sopa juliana e arroz<sup>11</sup>.

Tratava-se de uma alimentação bem pensada, rica em proteínas e pobre em hidratos de carbono, mas que ia, em absoluto, a contra-gosto do nosso combatente. O pior de tudo eram os *pickles* que abriam em excesso o apetite aos nossos homens e com cujo sabor não se habituavam. Essa era uma esplêndida moeda de troca nas negociatas que faziam com os militares britânicos: um ou dois frascos de tal alimento valiam umas botas impermeáveis de bom fabrico inglês.

Por vezes, nas trincheiras, não havia condições tácticas para confeccionar refeições e, então, existiam em depósito, rações de reserva que só podiam ser consumidas com autorização expressa de um oficial. Deviam existir sempre tantas rações de reserva nas unidades quantos os efectivos de mobilização dessa unidade. Esta ração tinha a composição seguinte: 1 libra (453 gr.) de bolacha; outra de carne de conserva; 5/8 de onça de chá; e 2 onças (56 gr.) de açúcar<sup>12</sup>.

O que o soldado português desejava eram as hortaliças, as batatas, as cebolas, o bacalhau, o chouriço, as conservas de atum e de sardinha, vinho e café. A partir de 11 de Junho de 1918 foi autorizado o abono diário de legumes verdes às praças do CEP<sup>13</sup>.

Para que tal fosse possível o comando mandou que se fizessem à retaguarda hortas para cultivo de alguns dos vegetais mais desejados pelos homens. Na impossibilidade dessas explorações agrícolas satisfazerem de imediato todas as necessidades alimentares, os militares de infantaria, com o apoio dos soldados de Administração Militar passaram, também, a cultivar pequenas hortas na zona de estacionamento dos trens de apoio dos Batalhões, ou seja, na *Village Line*, donde saíam as couves imediatamente necessárias para enriquecer as suculentas sopas de feijão encarnado que tanto satisfaziam os militares das primeiras linhas<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 275.

<sup>12</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 5-6.

<sup>13</sup> *Idem, op. cit.* p. 7.

<sup>14</sup> *Idem, op. cit.* p. 260-271.



A alimentação das forças instaladas nas trincheiras era confeccionada nas chamadas cozinhas de campanha, ou «rodadas», — uma por Companhia — que constavam de um fogão a lenha de grandes dimensões colocado em cima de um rodado puxado a mueres. Formando conjunto com o fogão havia o carro da água e o carro da lenha, para além do carro com os tachos, panelas e outros apetrechos necessários à confecção alimentar<sup>15</sup>. Todo este trem dispunha-se numa área previamente escolhida que fosse possível de camuflar das vistas do inimigo quer na mirada horizontal, quer na vertical quando fazia o reconhecimento aéreo. Tomava-se especial atenção aos fumos e ao lume.

Os cozinheiros eram soldados do Serviço de Administração Militar a quem lhes tinha sido ministrada instrução especial para serem capazes de confeccionar refeições comestíveis. Em abono da verdade, nem sempre os dotes culinários de tais «especialistas» eram os melhores, mas o frio, a chuva e o perigo acabavam por superar as deficiências de muitos desses homens indispensáveis a que fosse possível manter nas primeiras linhas os defensores da honra nacional. Em Setembro de 1918 foram dadas instruções muito precisas quanto ao asseio a ter na confecção das refeições, chamando especial atenção para as praças que trabalhassem nas cozinhas e manifestassem sofrimento de doenças gastrointestinais; igualmente se chamava a atenção para a necessidade dos recipientes utilizados com comida serem bem lavados e desengordurados, sendo escaldados, pelo menos, uma vez por dia<sup>16</sup>.

Também a partir de Setembro de 1918 foi ordenado que todas as gorduras animais deviam ser derretidas ao lume e guardadas em latas para serem entregues aos depósitos de subsistências britânicos. Curiosamente foram dadas ordens, também, quanto ao aproveitamento dos recipientes de folha (lata) utilizados no transporte de café os quais deviam ser desfeitos e armazenados para serem enviados para Portugal. Era a falta de matérias-primas que se impunha<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Corpo Expedicionário Português, *I Organização (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 78.

<sup>16</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 10.

<sup>17</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 19-20.

Na estação invernososa estava autorizada a distribuição de uma ração suplementar de café e aguardente às tropas que tivessem tido serviço nas trincheiras durante a noite; essas rações eram das seguintes quantidades: 10 gr. de café e 7 centilitros de aguardente a qual poderia ser substituída por rum enquanto aquela não chegasse de Portugal<sup>18</sup>.

A distribuição das refeições das tropas que não se encontravam nas primeiras linhas estava, geralmente, compreendido entre as seguintes horas: almoço entre 10h30 e as 11h30 e jantar entre as 17h45 e as 18h45<sup>19</sup>.

Muitas vezes, quando os Batalhões se encontravam em reserva do sector e os homens tinham mais tempo livre para deambular pelas povoações semi-destruídas topavam na beira dos caminhos e das estradas com montículos de terra, com uma certa altura, no Inverno cobertos com neve. Esses montes regulares intrigaram os nossos soldados, quase todos homens do campo e habituados às fainas agrícolas. Tais montículos começaram a ser um verdadeiro apelo para a curiosidade insaciável dos Portugueses. Um qualquer, mais ousado, terá escavado a neve e a terra e descobriu um «tesouro» que os agricultores da região guardavam ao relento despreocupadamente e sem receio de serem roubados: batatas. Eram montes de batatas que se acumulavam ao longo dos caminhos. E os nossos soldados que andavam tão cheios de fome de batata!

Em poucos dias os montes desapareceram e os Portugueses do CEP ficaram com a barriga mais reconfortada. Claro que o comando teve de desembolsar uma boa maquia a título de indemnização pelo desbarato levado a cabo pelos seus homens<sup>20</sup>. Foi um hábito agrícola que os lavradores da região tiveram de alterar enquanto por aquelas bandas andaram Portugueses!

---

<sup>18</sup> Idem, *op. cit.* p. 7-8.

<sup>19</sup> Corpo Expedicionário Português, *III Serviço Interno nas Unidades e Formações (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 23.

<sup>20</sup> Este processo de armazenamento da batata e da descoberta feita pelos Portugueses é glosado em quase todos os autores. Ver, por exemplo, de uma forma bem-humorada, o que diz o Major Mário Afonso de Carvalho, *op. cit.* p. 123.

## 2.2. A higiene

Os actuais costumes de higiene pessoal nada têm a ver com o que se passava em Portugal nas primeiras décadas do século XX. Realmente, a prática do banho diário não existia e semanalmente constituía uso de uma burguesia médio-superior. Ao nível das camadas sociais populares e rurais o banho era tomado só em certas circunstâncias. Quer isto dizer que o odor corporal era mais vulgar e fazia parte do dia-a-dia do comum das populações. Se o quadro era este na sociedade civil, no meio militar não ia muito fora dos hábitos gerais, embora houvesse já uma tendência para algumas alterações. Com efeito, o banho semanal era uma regra imposta às praças que, com grande relutância, cumpriam.

Os homens não se barbeavam todos os dias, com exclusão de certos grupos sócio-culturais. Também nos quartéis, em tempo de paz, e quando o militar não saía, aceitava-se que a barba fosse feita em dias alternados. Estes hábitos só sofreram clara modificação já depois dos anos 20 e firmaram-se nos anos 30 desse século. Como consequência do banho, a muda de roupa interior e exterior (camisa e calças de cotim) só se fazia de semana a semana.

A entrada em campanha veio agravar o panorama descrito. A vida nas trincheiras não permitia a higiene mínima; o banho só era tomado quando a unidade passava para a situação de apoio ou reserva, tal como se obrigava ao barbear só nessas circunstâncias; a muda de roupa só acontecia quando se tomava banho. Os homens andavam, por conseguinte, bastante sujos por falta de condições efectivas para que a sua aparência fosse melhor. O mais desagradável incómodo da falta de higiene nas trincheiras era a infestação de piolhos que se alojavam nos pêlos do corpo e nas costuras da roupa. Era praticamente impossível fugir-lhes. Na Primavera e no Verão, quando as temperaturas exteriores o permitiam, tornou-se vulgar ver os soldados nos abrigos, em tronco nu, catando os piolhos das camisas, porque eram em quantidades bem significativas.

Para conseguir dar aos homens a possibilidade mínima de estarem em condições higiénicas aceitáveis foi montado um serviço de lavandaria e

outro de banhos. Situavam-se na zona da *Village Line* e serviam as unidades segundo uma escala que era coordenada com a rotação dos Batalhões entre a permanência nas linhas A e B e a sua passagem para a retaguarda das mesmas. Associada ao serviço de banhos estava a secção de desinfestação que tinha como finalidade fornecer os produtos antiparasitas da época<sup>21</sup>. O corte do cabelo fazia-se também nestas alturas, muito embora algumas praças que se ajeitavam no uso das tesouras, para ganharem uns quantos francos suplementares, dessem provas da sua arte mesmo nas trincheiras.

Como curiosidade não se pode deixar de referir o facto de em Maio de 1918 se ter determinado que as praças (provavelmente as que se encontravam na região próxima do oceano) deveriam tomar um banho de mar, pelo menos, uma vez por semana, entre as 6h30 e as 8h30. Esse banho não podia ter a duração superior a 15 minutos<sup>22</sup>. Da mesma maneira, também deviam tomar banhos de mar os solípedes!

Algumas medidas higiénicas eram impostas pelo Serviço de Saúde. Realmente, todas as tropas, como já dissemos, foram vacinadas contra a febre tifóide e a qualquer ferido era, de imediato aplicado soro antitetânico. Igualmente nos bivaques ou acantonamentos eram montados urinóis *water-closets*, tal como havia instruções especiais e rigorosas sobre o tratamento da água destinada a beber e à confecção das refeições. Em todos os acampamentos, bivaques e acantonamentos os lixos eram incinerados para evitar qualquer tipo de epidemias.

Do modelo de relatório semanal sobre a situação de higiene é possível extrair algumas conclusões sobre as preocupações dos comandos e sobre a situação dos militares: pretendia-se saber se havia higiene na confecção da comida; se se comia muitas vezes carne fresca e se estava protegida com mosquitos; queria-se saber, também, qual era o sistema de reunião dos lixos e se havia receptáculos para a sua recolha, onde estavam colocados

---

<sup>21</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 173.

<sup>22</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 170-171.

e onde eram despejados; havia a preocupação de manter bem treinados os homens encarregados do abastecimento de água, não podendo ser desviados desse serviço; pretendia-se ter conhecimento sobre se a água para beber era cloraminada, havendo também o desejo de averiguar quantas vezes eram lavados os carros destinados ao seu transporte. Sobre o estado das trincheiras o médico tinha de dar o seu parecer quanto à humidade e à lama; desejava-se saber se havia latrinas e qual o sistema utilizado — fossas fundas, baldes e urinóis. Também o médico tinha de se pronunciar sobre a quantidade de ratos nas trincheiras e qual o processo para lhes dar caça. Havia a preocupação de determinar os tipos de doenças mais frequentes entre os homens que estavam nas primeiras linhas. Também se desejava colher informações sobre a existência de sarna e outras doenças de pele<sup>23</sup>.

Pode dizer-se que nenhuma guerra convida à prática da higiene, porque se vive no limite da existência, mas há circunstâncias em que é possível e aconselhável manter níveis mínimos de condições de vida humana e obrigar os militares a terem uma aparência mais limpa e saudável, até para que possam conservar valores de auto-estima. Não foi o caso da Grande Guerra, em nenhuma frente nem entre nenhum exército.

Em jeito de síntese conclusiva podemos dizer que os soldados portugueses foram confrontados, logo desde os primeiros dias da sua presença em França, com um tipo de alimentação que ia ao arrepio dos seus hábitos — maus — alimentares e, por isso, o estado-maior do CEP, para remediar a situação teve de tomar medidas locais, indo ao encontro dos desejos dos militares. De qualquer modo, os nossos soldados andavam mal alimentados para os seus tradicionais gostos. A par disso, no CEP, foram adoptados critérios de higiene muito próximos dos que se impunham às forças militares britânicas o que representou uma forma de progresso, especialmente junto da classe médica que era responsável pela verificação desse sector da vida das tropas nas trincheiras.

---

<sup>23</sup> Corpo Expedicionário Português, *III Serviço Interno nas Unidades e Formações (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 32-38.

### 3. O apoio sanitário

Um exército quando entra em operações não pode dispensar determinados serviços de apoio essencial: o de municionamento, para manter a capacidade de fogo, o de alimentação, para conseguir que os combatentes sobrevivam à fome e o sanitário, para garantir que os feridos e os doentes são recuperados dentro dos limites do possível e das circunstâncias. Também o CEP teve o seu Serviço de Saúde organizado de molde a, com os recursos da época, procurar minimizar o número de baixas do seu efectivo, recuperando, na medida do admissível, todos os incapacitados temporariamente de forma a voltarem às primeiras linhas de combate.

#### 3.1. A organização do Serviço de Saúde<sup>24</sup>

Uma vez instalado o CEP em França e ocupando já a frente de trincheiras que lhe havia sido atribuída o Serviço de Saúde organizou-se de molde a prestar apoios imediatos às tropas empenhadas em combate e a tratar, em escalões diferentes, todos aqueles que careciam de internamento mais prolongado. Assim, o apoio sanitário de 1.<sup>a</sup> linha era composto pelos Postos de Socorros Avançados (PSA) — ao nível de Batalhão — e pelos Postos de Socorros (PS) — ao nível de Brigada. Os primeiros integravam uma equipa de um médico, dois enfermeiros e quatro maqueiros. Situavam-se, normalmente sobre a linha C. Este pessoal tinha um empenhamento de seis dias na frente, prestando os primeiros socorros a todos os feridos e dando o apoio necessário na triagem das doenças que iam aparecendo e das quais os homens se queixavam diariamente, à hora da chamada revista de saúde.

Os Postos de Socorros, que se situavam ao nível da *linha das aldeias*, eram compostos por dois médicos, quatro enfermeiros e quinze maqueiros.

---

<sup>24</sup> Sobre o Serviço de Saúde do CEP está perdido e esquecido no meio da documentação um pequeno opúsculo da autoria de António Barradas, intitulado *Le Service de santé portugais pendant la guerre*, Paris: Masson et C<sup>ie</sup> Éditeurs, 1920, guardado no AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401 n.º 3, que fornece excelentes informações sobre as estatísticas sanitárias do CEP.

A sua permanência de empenhamento era de 24 dias em serviço constante.

Os Batalhões que se encontravam em apoio e em reserva tinham os seus Postos de Socorros e mantinham os designados *Depósitos de Convalescentes*. Diga-se de passagem que, até ao início do mês de Abril de 1918, a situação de convalescente era reduzida ao mínimo de tempo possível, muito raramente ultrapassando uma semana, porque, ao cabo de duas, havia sempre lugar à transferência para um hospital na retaguarda.

O Serviço de Saúde dispunha ainda, em 1.<sup>a</sup> linha, das chamadas Ambulâncias que mais não eram do que hospitais de campanha. Dividiam-se em três secções e tinham um efectivo de 11 oficiais, 7 dos quais eram médicos — capitães ou subalternos — e 221 sargentos e praças. Tinham capacidade para internar 150 doentes. Havia Ambulâncias em Epinette, Vieille Chapelle e Zelobes. Mais para a retaguarda, mas ainda incluído no apoio aos militares empenhados em combate, havia os Hospitais de Sangue, situados em Merville e Saint Venant, compostos por 8 tendas com uma capacidade para 200 doentes. Integravam uma equipa de 12 oficiais, sendo 7 médicos e 90 sargentos e praças. Dos médicos, dois deviam ser cirurgiões, e dos sargentos, seis tinham de ser enfermeiros.

O restante apoio hospitalar já se situava na zona da retaguarda e era constituído pelo Hospital Misto de Medicina e Cirurgia, com uma capacidade para 1500 camas e um efectivo de 41 oficiais, sendo 32 médicos, e 340 sargentos e praças. Além deste existia o Hospital de Doenças Venéreas que podia alojar até 1000 doentes e tinha uma guarnição de 29 oficiais, dos quais 22 eram médicos, e 210 sargentos e praças. A todo este complexo deve ser acrescentado o Hospital Militar Português de Hendaya, destinado a doentes recuperáveis, que tinha a guarnecê-lo 21 oficiais, sendo 6 médicos e 12 enfermeiras, e 78 sargentos, praças e civis, entre costureiras, cozinheiros e ajudantes.

Para completar o sistema sanitário tem de referir-se a existência de uma Secção de Higiene e Bacteriologia, composta por 4 oficiais, dos quais 2 eram médicos e um farmacêutico, 2 sargentos e 16 praças. Uma Secção Sanitária, ao nível do Corpo, chefiada por um oficial médico, integrando 4 sargentos

e 49 praças e, finalmente, uma Secção Sanitária Divisionária chefiada por um oficial médico, com 2 sargentos e 25 praças<sup>25</sup>.

O movimento de feridos fazia-se da frente para trás e começava pelo PSA onde eram pensados e seleccionados de acordo com a gravidade que apresentavam. Dali passavam para o Posto de Transporte que os evacuava para a Ambulância ou para o Hospital de Sangue. A transferência para os hospitais portugueses na retaguarda estava a cargo dos Ingleses, por isso os feridos tinham de ser evacuados para hospitais britânicos e destes é que iam para os seus congêneres portugueses. Aliás, deve referir-se que em termos de apoio hospitalar a cooperação foi total entre os dois Exércitos<sup>26</sup>.

### 3.2. A função do médico aos mais baixos níveis orgânicos

O médico era, nos Batalhões de Infantaria, o encarregado de várias missões diferentes das que estão imediatamente ligadas à vigilância e tratamento da saúde das tropas. Com efeito, como já antes dissemos, cabia-lhe a obrigação de verificar a qualidade dos géneros alimentícios e as condições higiénicas em que as refeições eram confeccionadas. Igualmente era responsável pela água potável que se consumia na unidade. Tinha a obrigação de averiguar sobre as condições de higiene dos locais onde as praças dormiam (era conveniente que houvesse uma ligeira corrente de ar nocturna para evitar o ambiente propício à propagação de certas epidemias altamente contagiosas) e, também, sobre a instalação e correcto funcionamento dos urinóis e retretes dos acantonamentos.

Para além destas disposições regulamentares impostas aos clínicos eles eram, muitas vezes os únicos, os defensores das condições de sobrevivência das tropas junto dos comandos. Na verdade, há inúmeros relatórios de

---

<sup>25</sup> Corpo Expedicionário Português, *1 Organização (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 93.

<sup>26</sup> Para conferir a organização do Serviço de Saúde e os quantitativos orgânicos de pessoal clínico e respectivos auxiliares, consultem-se os diferentes quadros orgânicos dispersos pela obra Corpo Expedicionário Português, *1 Organização (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919 e, também, General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 280-282.



médicos de unidades declarando como as tropas estavam exaustas depois de vários meses de serviço permanente em frente do inimigo. Os médicos foram, frequentemente, aqueles que, com uma simples baixa à Ambulância pelo tempo de 24 ou 48 horas, permitiram recompor psíquica e fisicamente largos efectivos de unidades cansadas de sofrer a acção desgastante dos bombardeamentos alemães, em especial durante o mês de Março de 1918. Todavia, muitas vezes, eles tinham de ser psicólogos para descobrir o impostor do soldado que sofria o cansaço da guerra. Trabalho sempre difícil, pois tinham de despir a bata de médico para vestir a toga de juiz, fazendo uso da muita ou pouca experiência que tinham na lidação com os soldados<sup>27</sup>.

### 3.3. As doenças e os doentes

É frequente imaginar-se que as guerras no passado eram essencialmente mortíferas pela acção de combate. Ora, até ao primeiro grande conflito mundial a maior taxa de mortandade entre os exércitos resultava de doenças, quase sempre epidémicas. Foi durante a Grande Guerra que o panorama começou a mudar.

O elevado número de doentes no CEP resultou, em grande parte, de uma selecção pouco cuidadosa aquando da incorporação. Mas doutra forma, também, não podia ser feito, dadas as características dos Portugueses que viveram durante séculos à sombra dos pedidos, «empenhos» ou, mais vulgarmente, «cunhas». Se a selecção fosse rigorosa e procurasse, de facto, os fisicamente incapazes de prestar serviço militar, muitos seriam os jovens que fugiriam a assentar praça por acção de bons pedidos. A solução possível era só não incorporar os portadores de aleijão visível. Essa a razão pela qual as Juntas de Saúde tiveram muito trabalho em França, fazendo regressar a Portugal todos os que estavam incapacitados de continuar em

---

<sup>27</sup> Sobre este papel do clínico nas pequenas unidades de campanha, na frente de batalha, veja-se Pina de Morais, *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, Porto: Renascença Portuguesa, 1921, p. 101-104.

campanha<sup>28</sup>. Claro que muitos foram os militares que adoeceram função do próprio desgaste que os trabalhos, o clima e padecimentos anteriores aceleraram.

Segundo os serviços de estatística do CEP as doenças que mais vitimaram mortalmente as tropas foram do foro infeccioso e gerais com 209 casos, depois vieram as do sistema nervoso com 10 casos, em seguida as do aparelho respiratório com 50 e as devidas a acidentes e violências que atingiram o número de 39. Houve outras que nos escusamos de aqui mencionar<sup>29</sup>. No total foi 340 o número de vítimas.

Como se vê, para um efectivo da ordem dos 55 000 homens os casos fatais de doença até não são muito numerosos. Contudo, pode observar-se que os tipos de doenças que mais vítimas fizeram foram as do âmbito infecto-contagioso e, destas, foi a tuberculose a que mais matou (143 militares) seguida da influenza (32) e da meningite cérebro-espinhal (21). Ao nível do aparelho respiratório vieram as doenças com maior índice de mortalidade: broncopneumonia (22 militares) e pneumonia (12). Finalmente, no grupo das maleitas devidas a acidentes e violências nota-se a morte de 25 indivíduos em consequência de «outras doenças».

Quanto aos doentes que deram entrada nas Ambulâncias e que ficaram sujeitos a tratamento, temos números que nos podem situar<sup>30</sup>, ainda que nos faltem todos os referentes aos que se apresentaram à revista de saúde nos PSA e PS, que, certamente, terão sido em grande quantidade. Assim, nas Ambulâncias 1, 3, 4, 5, 8 e 9 deram entrada 29 660 militares, nos Hospitais da *Base* foram internados 17 013, tendo-se, deste modo, um total de 46 673. Isto quer dizer que, seguramente, mais de metade da guarnição do CEP passou pelos hospitais de campanha e os tipos de doenças não devem ter andado muito distantes daqueles que deram origem às mortes já antes referidas. Aliás, os números mais significativos quanto a praças que foram

---

<sup>28</sup> Só por bilharziose vesical foram repatriados, nos primeiros meses de 1917, exactamente 39 militares que haviam feito parte de contingentes vindos de África (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401 n.º 9).

<sup>29</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401 n.º 3. Para maior esclarecimento veja-se o texto original da dissertação, p. 310.

<sup>30</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401.

dadas como incapazes para o serviço de campanha, e militar, atestam a nossa conclusão<sup>31</sup>: astenia: 2034; anemia: 606; tuberculose pulmonar: 328; bronquite: 190; endocardite: 81; e atrofia muscular: 60.

### 3.4. Os feridos

As estatísticas quanto a militares feridos são muito precisas e não deixam margem para dúvidas<sup>32</sup>, embora não descrevam o tipo de feridas. Assim, devemos considerar dois tipos de ferimentos: os gaseados e os restantes. No total temos, no primeiro caso 2486 e, no segundo, 2311.

A ausência de indicação de tipo de ferimentos levou-nos a concluir que os números acima referidos se tratam dos casos em que houve uma lesão permanente e não recuperada, porque, na busca de elementos que nos pudessem guiar quanto às causas da baixa aos hospitais deparámos com a listagem dos serviços sanitários da 3.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria<sup>33</sup> e, por amostragem, poderemos tirar algumas conclusões.

Na verdade, estudámos 932 casos e dessa totalidade 421 eram feridos de diversas naturezas; feridos ou mortos por estilhaços demos com 133; feridos com gases encontrámos 212; sofrendo de contusão foram hospitalizados 25; tendo chegado à Ambulância já mortos houve 51 casos; em estado gravíssimo: 22; em estado muito grave: 2; em estado grave: 73; carecendo de lhe aplicar morfina: 25; de receberem morfina e cafeína: 3; e só cafeína: 93.

Como se pode ver, mais de 45% dos militares hospitalizados sofriam de ferimentos de vários tipos, enquanto que só por gases encontrámos quase 28% da totalidade. Estudada a realidade desta forma podemos concluir que o número de militares que sofreram lesões por ferimento foi muito maior do que aquele que as estatísticas apresentam.

---

<sup>31</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>33</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 535.

Não deixará de ser interessante, para se ter uma noção mais precisa do que foi o esforço do CEP, em França durante alguns períodos, referir valores estatísticos das Ambulâncias. Assim, temos: Ambulância n.º 1 (de 13 de Março a 5 de Junho de 1917): doentes hospitalizados – 1045; mortos – 3; (de 20 de Junho a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 5169; mortos – 46; intervenções cirúrgicas – 91; Ambulância n.º 2 (de 26 de Abril a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 631; mortos – 1; (de 5 de Agosto a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 5438; mortos – 25; Ambulância n.º 3 (de 29 de Abril a 1 de Junho de 1917): doentes hospitalizados – 365; (de 19 de Junho a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 3605; mortos – 45; intervenções cirúrgicas – 239; Ambulância n.º 4 (de 7 de Maio a 31 de Dezembro): doentes hospitalizados – 1769; mortos – 3; intervenções cirúrgicas – 9; Ambulância n.º 5 (de 6 de Junho a 31 de Julho de 1917): doentes hospitalizados: 609; mortos – 1; intervenções cirúrgicas – 2; (de 5 de Agosto a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 2738; mortos – 1; Ambulância n.º 6 (15 de Junho a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 1623; mortos – 3; intervenções cirúrgicas – 11; Ambulância n.º 7 (de 28 de Junho a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 1099; mortos – 2; Ambulância n.º 8 (de 18 de Agosto a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 678; Ambulância n.º 9 (de 17 de a 31 de Dezembro de 1917): doentes hospitalizados – 233<sup>34</sup>.

Fazendo uma análise simples aos dados somente referentes a 1917, temos: doentes hospitalizados – 24 637 (quase metade dos efectivos do CEP passaram, em 1917, pelas Ambulâncias!); mortos – 130, valor que até nem se pode considerar excessivo já que a totalidade, em 1917 foi de 600, dos quais 442 em combate, 9 por intoxicação por gases, 38 por desastre em serviço e 111 por doença ou acidente<sup>35</sup>.

Embora sem a profundidade que nos afastaria do objectivo que temos em vista, procurámos, todavia, estabelecer alguma relação entre a doença no CEP antes e depois de 9 de Abril de 1918, não tanto por aceitarmos ser

---

<sup>34</sup> Dados colhidos nas estatísticas do CEP (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401).

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*.

esta data um marco na vida do Corpo Expedicionário, mas porque foi a partir dela que ruíram, quase por completo, as perspectivas de Portugal ter, na frente de batalha, uma representação militar condigna de nação livre, independente e soberana.

Analisámos os dados que foram possíveis de encontrar e concluímos, relativamente a cada uma das unidades que adiante se indica, o seguinte: a 1.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria<sup>36</sup> teve doentes cerca de 5% das praças prontas para o serviço, antes da batalha e, depois, passou a ter cerca de 45%; a 4.<sup>a</sup> Brigada<sup>37</sup>, antes de 9 de Abril, apresentava efectivos muito regulares, sem grandes alterações diárias, mas, após aquela data, houve um decréscimo nos efectivos da ordem dos 1000 homens<sup>38</sup>; de um Batalhão que não conseguimos identificar<sup>39</sup> concluímos, sobre dados compreendidos entre 7 de Abril e 4 de Dezembro de 1918, que, até à data da batalha, estavam doentes mais de 1/3 dos efectivos prontos para combate e que depois de 9 de Abril o número de enfermos passa para um pouco mais dos 10%<sup>40</sup>; da pequena amostra do Batalhão de Infantaria n.º 15<sup>41</sup>, entre 26 de Outubro e 25 de Novembro de 1918, chegámos à conclusão de que raramente ultrapassou os 3%; também do Batalhão de Infantaria n.º 23<sup>42</sup>, a amostra pouco ultrapassa os 30 dias (5 de Outubro a 11 de Novembro de 1918), mas dá para perceber que a percentagem de doentes em relação às praças saudáveis era inferior, no cômputo geral, a menos de 10% nesse período<sup>43</sup>; do 1.º Grupo de Metralhadoras Pesadas<sup>44</sup> conseguimos uma excelente amostra

---

<sup>36</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 496.

<sup>37</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 539.

<sup>38</sup> Justifica-se este brusco decréscimo se tivermos em conta que a 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria tomou parte na batalha do Lys e que contribuiu com muitos dos seus efectivos para o número de prisioneiros feitos pelos Alemães.

<sup>39</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 828.

<sup>40</sup> Explica-se esta aparente contradição se levarmos em conta que os meses de Fevereiro e Março foram aqueles em que os Alemães mais massacraram as tropas de infantaria em primeira linha para lhes baixar o moral e garantir uma diminuta resistência por altura da ruptura da frente; depois de Abril, provavelmente, o que terá restado do Batalhão avançou para a retaguarda reduzindo-se, de imediato, o pedido de esforço que até ali lhe era exigido.

<sup>41</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 853.

<sup>42</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 875 n.º 4.

<sup>43</sup> Facto que vem confirmar a explicação expendida em nota anterior.

<sup>44</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 642 n.º 2.

que vai de 26 de Abril de 1917 a 23 de Março de 1918 (acaba em data anterior à batalha) e verificamos que há oscilações muito significativas no ano de 1917 (provavelmente em momentos de maior intensidade de ataques com gases), pois, para 171 praças prontas para o serviço chegam a estar doentes 80, sendo comum um número que varia entre 15 e 56 desde Abril ao final de Junho, verificando-se que este valor decai para menos de uma dezena diária entre Novembro de 1917 e os primeiros dias de Janeiro de 1918, passando, daí em diante a subir para pouco mais de 11 ou 12 até ao fim do período; uma outra excelente amostra chega-nos do 3.º Grupo de Baterias de Artilharia<sup>45</sup>, pois cobre o tempo que vai de 16 de Junho de 1917 a 20 de Novembro de 1918, e dela extraímos que no primeiro segmento temporal (Junho de 1917 a Abril de 1918) o número de praças doentes se coloca entre 1% e 3% do efectivo de praças aptas para todo o serviço, situação que se manteve sensivelmente idêntica até 4 de Junho de 1918, data a partir da qual os números dispararam para valores que ficaram compreendidos entre 12% e 69%; temos, também, uma excelente amostra através dos dados do 4.º Grupo de Baterias de Artilharia<sup>46</sup> que cobre o período que vai de 25 de Abril de 1917 a 12 de Dezembro de 1918 e dela conseguimos a análise de dois espaços de tempo semelhantes aos do 3.º GBA (Abril de 1917 a 20 de Maio de 1918 e 21 de Maio a Dezembro de 1918) nos quais detectámos que, no primeiro, os efectivos doentes variaram entre 2% e 10% (com uma única excepção de um só dia — 8 de Junho de 1917 — que chegou a 16%) dos efectivos prontos para combate e no segundo variaram entre 10% e 43%; conseguimos uma amostra mais pequena, mas de um escalão mais baixo — a 1.ª Companhia de Sapadores Mineiros<sup>47</sup> —, que vai de 31 de Dezembro de 1917 a 28 de Fevereiro de 1918 e de 17 de Julho a 31 de Julho de 1918 e nos permite analisar, com intermitências, o tempo antes e depois da batalha, havendo nós chegado à conclusão de que, antes de 9 de Abril de 1917, a percentagem de praças doentes se compreendia entre 1% e 27% (este último valor referido ao final de Fevereiro — mês

---

<sup>45</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 357.

<sup>46</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 359 e 654.

<sup>47</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 562.

de começo da actividade bélica mais intensa) e, depois daquela data se manteve sempre entre os 39% e 44%.

Olhando para os resultados obtidos desta ínfima amostragem — que foi a possível de obter com este nível de pormenor — verifica-se, sem margem para dúvidas, que uma de duas situações ocorreu: *a)* ou, antes de Abril, havia ordens para os médicos limitarem o mais possível as baixas sanitárias, de modo a manter os efectivos com pequenas alterações; *b)* ou, depois de Abril, a exaustão física dos combatentes atingiu um tal estado que era impossível mantê-los em condições mínimas de prontidão<sup>48</sup>. O mês de Abril constituiu um marco fundamental não só por no dia 9 ter ocorrido o início da ofensiva alemã, mas, também e principalmente, por fazer um ano de permanência da maior parte das formações militares em acções de campanha. Ora, se relacionarmos esta última afirmação com o facto de terem deixado de chegar reforços ao CEP no final do Verão de 1917 e de, a partir de Dezembro de 1917, quem ia de licença a Portugal já não regressava a França, percebe-se que se está a definir, por esta última data, a manifestação clara de uma viragem na política que norteou a criação e marcha do CEP para a frente de batalha; diríamos mais, que os objectivos nacionais e, por conseguinte, a Estratégia Nacional, sofreram uma clara inversão, que outros factos, mais à frente virão demonstrar.

### 3.5. Os hospitais ingleses

Quando a urgência se sobrepunha a todas as soluções, os feridos ou doentes graves eram despachados da frente para os hospitais mais próximos que, muitas vezes, eram britânicos. Aliás em alguns dos hospitais ingleses, na retaguarda, havia secções portuguesas em funcionamento. Foi o caso do 39 th Stationary Hospital onde, desde, 1 de Maio a 31 de Dezembro de 1917, a secção portuguesa tratou 2226 doentes e deu por incapazes de todo

---

<sup>48</sup> Outras perspectivas dos problemas de saúde no CEP podem ser consultados em Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras: Um quotidiano de Guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, p. 106-137.

o serviço 134 militares, incapazes do serviço activo outros 30 e aptos para serviços auxiliares 28. Nesta secção morreram 6 militares e fizeram-se 25 intervenções cirúrgicas<sup>49</sup>. Também funcionou uma secção portuguesa junto do General Hospital n.º 7, destinado a doenças infecto-contagiosas, desde 10 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 1917, tendo ali dado entrada 489 doentes, dos quais 482 foram transferidos para outros hospitais e 7 faleceram<sup>50</sup>.

A prática cirúrgica de alguns médicos portugueses nos hospitais britânicos foi muito vantajosa, porque possibilitou actualizar conhecimentos e técnicas que em Portugal ainda se não tinham generalizado.

### 3.6. Serviços sanitários

Em complemento do Serviço de Saúde funcionaram as secções de saneamento, de bacteriologia e análises clínicas que dispunham de equipamentos modernos e treinaram pessoal para desempenhar funções nos domínios respectivos. Foram adquiridas viaturas automóveis que permitiam fazer análises aos doentes muito próximo da frente de combate. Igualmente existiam carros para transporte de água que garantiam a qualidade da mesma de modo a evitar epidemias. O pessoal encarregado do saneamento treinou militares dos Batalhões e das Companhias cuja função era proceder à incineração dos lixos e detritos dos bivaques ou acantonamentos.

À maneira de conclusão parcelar podemos dizer que o Serviço de Saúde funcionava desde as primeiras linhas até à retaguarda, junto ao Atlântico, e, dentro do possível para a época e condições de campanha, oferecia uma boa cobertura. Por outro lado, percebemos que, no CEP, foi mais devastadora, em termos de baixas — e, por conseguinte, incapacidade para o combate — a doença do que a morte ou os ferimentos. Concluimos, também, que houve um bastante notável aumento do número de doentes nos meses que se seguiram a Abril de 1918, facto que nos pode levar a pensar que os homens tinham já atingido a exaustão física quando lhes foi pedido

---

<sup>49</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.



que fizessem o esforço supremo de enfrentar o inimigo numa ruptura da frente de combate, em 9 de Abril.

#### 4. A correspondência e a censura

Não é nosso intento fazer, aqui, um estudo de como a correspondência postal poderá ter contribuído para a manutenção do moral das tropas portuguesas em França<sup>51</sup>, mas mostrar como estava organizado o serviço e a preocupação que sempre houve em torná-lo eficiente para possibilitar a rapidez de contactos entre os combatentes e os seus familiares, na retaguarda.

##### 4.1. Efeito psicológico da correspondência postal

Desde tempos recuados se percebeu, ao nível do comando dos grandes exércitos, que era de importância capital para os homens receberem notícias da retaguarda, da família. Nem sempre foi possível montar serviços de correio capazes de transportar até junto dos combatentes as informações de que tanto careciam. Por outro lado, quanto mais recuamos no tempo mais se verifica que o soldado anónimo era analfabeto, pelo que estava incapacitado de contar por escrito o que lhe acontecia, tal como ler o que lhe quisessem dizer. Assim, o serviço postal colocado à disposição da grande massa de tropas dos exércitos é, no essencial, uma actividade do século XIX.

Para manter o moral dos soldados, mais importante do que permitir que eles soubessem o que estava a ocorrer com as suas famílias na retaguarda,

---

<sup>51</sup> Aliás, sobre o moral dos militares do CEP existe já um estudo de Isabel Pestana Marques (*Os Portugueses nas Trincheiras: Um quotidiano de guerra*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002) que faz a abordagem a esta temática, embora, quanto a nós, tal como já antes dissemos, numa perspectiva muito próxima da que tinha o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, a qual, nem sempre, era a de uma perfeita compreensão dos objectivos nacionais da presença portuguesa na frente de batalha europeia, porque dominado por uma atitude militarista e tomando como exemplo os Ingleses, facto que foi determinante para o seu desentendimento com o chefe do estado-maior do CEP, como, com grande pormenor, explica a autora.

era terem a possibilidade de relatar o que lhes ia acontecendo. Maior se tornava a razão para combater e sobreviver quando iam tomando, também, conhecimento das novidades que os familiares lhes davam a saber. O sofrimento da campanha atenuava-se na hora de ler ou escrever cartas, porque o espírito, liberto das obrigações militares, voava a juntar-se aos entes queridos e todas as depressões psicológicas se desvaneciam, pelo menos, durante algum tempo. Importante, do ponto de vista da condução das operações bélicas, era que as notícias contadas nem servissem o inimigo, nem reduzissem o ânimo dos combatentes. Essa a razão de ter de haver, em simultâneo com o serviço postal, um serviço de censura<sup>52</sup> que impedisse quem estava na retaguarda de fornecer dados que desmoralizassem as tropas e estas pudessem dar indicações que a espionagem adversária utilizasse para as massacrar.

Em 1914, quando começou a Grande Guerra, já se tinha um amplo conhecimento de como montar e fazer funcionar tanto o serviço de correspondência postal como o de censura a essa mesma correspondência.

#### 4.2. A organização do Serviço Postal de Campanha no CEP

Pelo Decreto de 14 de Dezembro de 1912 foi, em Portugal, criado e regulamentado o Serviço Postal de Campanha (SPC), ainda que não tenha sido activado nem se haja tomado disposições no sentido de treinar pessoal para o seu desempenho. Essa inacção deveu-se ao facto de se ter sempre partido do princípio que todas e quaisquer operações militares se desenvolveriam em território nacional. Só se efectivou o primeiro embrião do SPC em 1916, já depois da declaração de guerra entregue pela Alemanha ao Governo português, quando se fizeram manobras militares em Tancos.

Pouco tempo antes de começarem a marchar para a Flandres francesa as primeiras formações do CEP, foram mobilizados funcionários superiores

---

<sup>52</sup> Sobre a censura à correspondência veja-se Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 249-253 e, também *Organização e Regulamento do Serviço Postal de Campanha*, p. 69-75 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 437).

dos Correios, Telégrafos e Telefones com vista a assumirem, como oficiais graduados, a direcção do SPC os quais, para se poderem desempenhar correctamente da sua nova missão, embarcaram rumo a França onde se inteiraram de como estava montado o serviço postal do Exército britânico, já que o português iria ter como finalidade a permuta de correspondência de Portugal para o CEP e vice-versa. Rapidamente propuseram um regulamento e uma estrutura que se articulasse com a dos Aliados visto que a sua actividade tinha de se complementar no serviço de correio militar inglês e no civil francês<sup>53</sup>.

De acordo com o comando do CEP e com as disponibilidades dos correios civis franceses, o SPC ficou centralizado em Boulogne-sur-mér, sendo a partir desta cidade que se estabeleceram as ligações com Portugal e a frente de combate. Toda a correspondência seria transportada por terra até Lisboa e Porto, em íntima ligação com a posta francesa, em malas próprias, atravessando a Espanha em caminho-de-ferro. De Portugal para França o correio faria o caminho inverso até Boulogne-sur-mér. Uma vez na Estação Central a correspondência seria manipulada e separada por destinos indo para as testas de etapas da 1.º e da 2.ª Divisões onde, de novo, se separaria e levaria para as Estações existentes junto dos quartéis-generais das Divisões e das Brigadas de Infantaria.

Os meios de transporte utilizados pelo SPC foram o caminho-de-ferro, camiões e, por vezes, carros hipomóveis<sup>54</sup>.

Em média toda a correspondência de Portugal para o CEP demorava a chegar à mão do destinatário cinco dias, tempo que se pode considerar um verdadeiro recorde para a época e para as condições<sup>55</sup>. Este cálculo fez-se com base nos seguintes dados: transporte entre Lisboa e Bologne, 83 horas; manipulação na Estação Central, 8 horas; de Bologne à Estação das etapas mais distantes (em camião), 8 horas; manipulação na Estação da etapa, 8 horas; da Estação da etapa à Estação de uma Brigada, 2 horas; manipulação na Estação da Brigada, 3 horas; Estação da Brigada à unidade, 1 hora.

---

<sup>53</sup> *Relatório do Serviço Postal de Campanha* (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 437).

<sup>54</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>55</sup> *Idem, ibidem.*

Todo o circuito descrito fazia-se sob o controle de 52 funcionários dos CTT, graduados em oficiais, dos quais 4 eram capitães, 9 tenentes e 39 alferes — um destes foi feito prisioneiro pelos Alemães na batalha de La Lys<sup>56</sup>.

A distribuição da correspondência estava a cargo de soldados que soubessem ler e escrever correctamente e não de carteiros profissionais. Este facto acarretou grandes dificuldades de recrutamento por causa do baixo índice de alfabetização entre as praças do CEP — tal foi o caso da 5.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria onde se tornou difícil encontrar três soldados com as aptidões requeridas<sup>57</sup>.

#### 4.3. Movimentação de correspondência

Será interessante poder hoje aquilatar de alguns números relacionados com a movimentação de correspondência postal entre Portugal e o CEP<sup>58</sup>. Ajudar-nos-ão a compreender realidades sociológicas do nosso povo no começo do século xx, numa altura em que a taxa de analfabetismo geral passava os 75% e em que a leitura dos jornais era um privilégio reservado a poucos cidadãos. Se é certo que olhados em bloco os números que de seguida reproduzimos são muito elevados, a verdade é que, determinadas as médias, tendo como base os efectivos do CEP, achamos muito baixos os valores individuais.

Tomemos para estudo os números totais<sup>59</sup>. Assim, temos de correspondência ordinária, expedida, recebida e de correio interno 32 517 640 unidades; de correspondência registada, seguindo os mesmos critérios anteriores, temos 256 040 elementos; de encomendas o total foi de 89 309. Todos estes valores somados dão 32 862 989 unidades, nos anos de 1917 a 1919.

---

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>57</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>59</sup> Para uma visão mais pormenorizada veja-se o quadro no texto original da nossa dissertação, p. 319.

Fazendo uma análise mais detalhada concluímos que de toda a correspondência recebida, só jornais idos de Portugal para o CEP foram 1 552 720 e bilhetes-postais 1 682 190<sup>60</sup>.

O movimento geral de correspondência (recebida e expedida e interna) atingiu, em 1917, o número geral de 16 614 926, em 1918, de 14 531 755 e, em 1919, de 1 716 308. O SPC do CEP expediu a seguinte quantidade de correspondência: para Portugal, 14 356 254; para as Ilhas Adjacentes, 11 888; para o Ultramar, 4 672; e, para o estrangeiro 255 245. Foi recebida no CEP a seguinte quantidade de correspondência: de Portugal, 17 315 433; das Ilhas Adjacentes, 8644; do Ultramar, 2841; e, do estrangeiro, 261 053. Dos países estrangeiros aquele que mais expediu e recebeu correspondência para e do CEP, foi a França (4274), seguido do Brasil (998) e da Inglaterra (639). A 5.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria foi a que movimentou menos correspondência (881 276), sendo que a 2.<sup>a</sup> Brigada movimentou mais (3 457 428). As espécies postais que, por qualquer motivo, não chegaram a ser entregues aos seus destinatários no CEP atingiram a cifra de 195 557. Abandonada ao inimigo, no dia 9 de Abril de 1918, ficaram 14 301 espécies<sup>61</sup>.

#### 4.4. As notícias do *front* em Portugal

Durante a Grande Guerra os órgãos de informação, em todos os países, tiveram enormes dificuldades em dar notícias correctas e fidedignas sobre as operações militares que iam ocorrendo. Com efeito, este conflito bélico foi bastante sigiloso e todo o noticiário dos jornais e revistas se baseava nos comunicados oficiais das forças envolvidas. Em Portugal não se fugiu à regra, muito embora os jornalistas procurassem o «furo» de todas as formas, em especial através dos conhecimentos pessoais que tinham entre os combatentes. Esta ânsia de notícias era agravada pelo facto de a entrada na guerra não ter sido unanimemente aceite pelos partidos políticos e pelas forças sócio-económicas nacionais. De quando em vez vinha a lume

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>61</sup> Todos estes dados resultam das estatísticas que constam do *Relatório* já antes citado.

uma ou outra informação escoada pelas malhas da inconfidência e que, algumas vezes, motivou reparos por parte do comando militar britânico, já que a denúncia de dados sobre as tropas portuguesas colocava a descoberto as tropas que mais de próximo com elas colaboravam. A censura nem sempre actuou eficientemente.

Por outro lado, houve oficiais do CEP que, por força das posições civis que ocupavam antes de serem mobilizados ou de se terem oferecido para o serviço de campanha, actuaram, muitas vezes, como *correspondentes de guerra* junto de alguns jornais nacionais, embora não dessem notícias sobre o decurso das operações, mas sobre os hábitos e costumes franceses da região onde estavam acantonadas as tropas portuguesas. Foi, por exemplo, o caso de António Granjo que não teve qualquer reboço de o dizer na obra que no fim da guerra publicou, dando a conhecer, de forma mais ou menos perene, os confrontos jornalísticos a que esteve sujeito por causa das avaliações que fazia dos Franceses<sup>62</sup>.

Ainda hoje se podem ver reproduzidas nas folhas de alguns jornais da época cartas de combatentes nas quais deixam transparecer informações que não eram convenientes ou pela crítica implícita à beligerância, ou pela condução das operações militares, ou, por fim, pelas queixas quanto às condições de vida na frente de combate. Todas estas razões levaram a o Ministério da Guerra a exigir maior cuidado na censura prévia da imprensa, a qual nunca funcionou em pleno, e a dar ordens para rigorosamente se censurar a correspondência dos e para os militares do CEP.

#### 4.5. A censura da correspondência

Quando as tropas portuguesas chegaram a França de imediato se estabeleceu o sistema de censura da correspondência<sup>63</sup>. Na impossibilidade de centralizar o serviço optou-se por o descentralizar totalmente. Deste modo,

---

<sup>62</sup> Veja-se, de António Granjo, *A Grande Aventura. Cenas da Guerra*, p. 105-119.

<sup>63</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 249-253 e, também *Organização e Regulamento do Serviço Postal de Campanha*, p. 69-75 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 437).

foi criada uma cadeia censória que começava nos comandantes de Companhia, ou escalão equivalente, que liam as cartas dos oficiais subalternos, dos sargentos e das praças chegando-se ao comandante de Batalhão. Os sobrescritos eram entregues abertos para que fosse possível a leitura integral das cartas e só eram fechados depois de neles ter sido aposto o carimbo da censura.

Do Regulamento de Censura Postal constava que «Em caso algum, (...), se deve fazer referência: a) Ao local em que foram escritos [as cartas ou bilhetes postais], ou donde foram expedidos.»; «É proibido enviar, ou tentar enviar, a pessoas não autorizadas, sumários de informações, ordens, relatórios, mapas ou qualquer outro documento oficial e revelar, ou tentar revelar, o seu conteúdo.»; «É proibido enviar ou tentar enviar, para países inimigos ou neutros: a) Ilustrações ou pinturas de qualquer natureza (...); b) Jornais, livros, prospectos (...).»; «São proibidos todos os comunicados para a imprensa (...).»; «Não é permitido tirar fotografias, nem enviar pelo correio fotografias ou películas.»; «Toda a correspondência deve ser redigida em linguagem simples e compreensível (...).»<sup>64</sup>.

Além das regras que se transcreveram era proibido mencionar o nome da povoação junto da qual estava a unidade, a graduação do militar remetente, o uso de papel timbrado ou utilizar o correio civil.

A tentativa de ultrapassar as proibições estabelecidas no regulamento de Censura Postal levou a que muitos militares fossem severamente punidos.

Numa síntese conclusiva podemos dizer que, pela primeira vez na História recente de Portugal, foi montado um sistema de correio civil altamente satisfatório e que deu resposta aos muitos anseios dos milhares de homens que estavam em França. A censura postal teve de funcionar com alguma severidade, por um lado, dado o clima geral de descontentamento que pairava em todos quantos tinham sido chamados ao cumprimento da obrigação militar e, por outro, por causa da sempre constante tentativa de fazer chegar a Portugal notícias pouco tranquilizantes.

---

<sup>64</sup> Corpo Expedicionário Português, *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919, p. 249-251.

## 5. Visitas e cerimónias

366

Uma pequena, mas significativa, prova da importância política e diplomática do CEP em França foi-nos dada pelo nível das entidades oficiais portuguesas que até ele se deslocaram em visita oficial. Essa torna-se mais significativa quando se percebe a forma como elas foram recebidas pelas autoridades francesas. Trata-se, afinal, de uma pequena subtilidade que estabelece a diferença entre a defesa da integridade das colónias onde se combatia, também, e o Corpo Expedicionário. Realmente, a Angola ou Moçambique, para visitar as tropas, nunca se deslocou um ministro sequer, contudo, a França, até o Chefe de Estado o fez. Na frente de 12 quilómetros, entre Armentières e Béthune, não estava só um Corpo de Exército português, estava Portugal inteiro.

### 5.1. A visita do Ministro da Guerra

Corria o mês de Junho de 1917 quando o ministro da Guerra, Norton de Matos, se deslocou à frente portuguesa, na Flandres francesa. Esta visita sucedeu-se à deslocação que o ministro havia feito a Londres onde fora discutir o empenhamento, os fornecimentos de material e a organização do CEP enquanto Corpo de Exército. De facto, só depois de ter alcançado uma verdadeira vitória no plano diplomático-militar é que Norton de Matos se encaminhou para ver com os próprios olhos a situação da tropa nacional.

Pouco se sabe dessa permanência entre os combatentes, mas, de um telegrama mandado para Afonso Costa, datado de 22, é possível inferir algumas conclusões da visita às primeiras linhas. Com efeito, o ministro da Guerra informava o Presidente do Ministério de que a 1.<sup>a</sup> Divisão havia tomado conta de um sector da frente na noite de 15, ainda que a 1.<sup>a</sup> Brigada da mesma Divisão já ocupasse um sector desde 30 de Maio. No telegrama dava conta do número de baixas até à véspera (mortos: 1 tenente, 1 alferes, 1 sargento e 38 cabos e soldados; feridos: 1 capitão, 22 sargentos e 35 cabos e soldados; intoxicados com gás: 1 capitão, 1 alferes e 130 cabos e soldados; desaparecidos: 14 cabos e soldados), tal como referia que a 1.<sup>a</sup> Brigada



havia sofrido um ataque alemão, que durara das 17 às 23 horas do dia 12 de Junho, em consequência do que as trincheiras tinham ficado completamente destruídas numa extensão de 250 metros. Do contacto que teve com as tropas dos postos mais avançados colheu a impressão de que o seu moral era excelente.

Norton de Matos teve a oportunidade de colocar as divisas de 2.º sargento num cabo que foi promovido por distinção, por actos de bravura em campanha, diante de todo o Batalhão formado, tendo louvado publicamente um sargento pelo mesmo tipo de feitos.

O aspecto mais importante da visita que o ministro fez traduz-se nos contactos que teve com os generais britânicos. Realmente, diz que a opinião deles sobre os soldados portugueses não podia ser melhor, contudo, «quanto aos oficiais reconhecem que temos alguns de primeira ordem e que outros se irão transformando com permanência [nas trincheiras], mas suas reticências mostram que no conjunto têm graves dúvidas a respeito nossa corporação oficiais».

Norton de Matos não podia ser mais claro, por isso recomendou que se tinham de eliminar das fileiras do Exército alguns oficiais e que para tal medida ser tomada tinham de ser aprovados pelo Governo os instrumentos legislativos indispensáveis. De França deu indicações sobre a necessidade de fazer marchar, com urgência, mais dois Batalhões, um para completar efectivos e outro para depósito<sup>65</sup>.

Esta desconfiança dos Ingleses relativamente aos oficiais portugueses vai agravar-se com o tempo e, foi francamente explorada pelo Alto Comando britânico, depois de 9 de Abril de 1918. Atribuíram, sem o declarar expressamente, o desastre militar à oficialidade nacional. A seu tempo, teremos oportunidade de desmistificar essa postura que, até agora, ainda é aceite por alguns historiadores nacionais e, especialmente, ingleses.

Como se vê, a estadia do ministro da Guerra na frente portuguesa na Flandres não constituiu um passeio de propaganda política para captar as simpatias dos soldados e oficiais; foi um momento de trabalho e de diagnóstico consciente e consciencioso que teve como objectivo cumprir a

---

<sup>65</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1304.

finalidade para a qual se havia mobilizado uma grande unidade militar para combater nas trincheiras de França.

## 5.2. A visita do Presidente da República

Se Norton de Matos se deslocou à frente portuguesa para tomar contacto com as realidades que lá se viviam e procurar encontrar remédio para algumas das deficiências de maior relevo, a visita do Presidente da República, Bernardino Machado, teve como finalidade reforçar a ideia de que era uma Nação soberana e independente que ali estava comungando no esforço e na dor dos povos europeus que lutavam pela democracia e liberdade. O mais alto magistrado da Nação portuguesa ir até junto dos soldados era, simbolicamente, religá-los à terra pátria e mostrar ao mundo e, em especial, aos Aliados quanto entre ambos — a Pátria e os seus soldados — havia de unanimidade.

A deslocação de Bernardino Machado foi cautelosamente programada e preparada no mais rigoroso segredo de modo a que não se soubesse com antecipação os locais por onde andariam as comitivas quer de Portugal quer de França<sup>66</sup>.

Bernardino Machado, acompanhado de Afonso Costa e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, partiu de Lisboa no dia 8 de Outubro de 1917, seguindo por via-férrea para França. Não foi um mero capricho a escolha deste meio de transporte, nem resultou do receio da acção dos submarinos alemães que andavam em plena caça no Atlântico. Atravessar a Espanha monárquica era uma forma de obrigar o Estado vizinho a receber com dignidade o Presidente da segunda República europeia. E assim aconteceu, pois que, em todas as grandes estações do percurso, Bernardino Machado foi triunfalmente aclamado por autoridades e pelo povo.

Ao chegar à fronteira tinha a esperá-lo autoridades civis e militares e em Salamanca foi luzido o aparato com que académicos e demais entidades

---

<sup>66</sup> Sobre esta preparação vejam-se os telegramas de Norton de Matos para o general Tamagnini de Abreu e Silva e de João Chagas, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1304.

o saudaram. Afonso XIII mandou, para o acompanhar, o marquês de Gonzalez. Em todas as estações havia autoridades locais a cumprimentar o Presidente da República, estando, em San Sebastian, o rei de Espanha e os mais altos dignitários do país vizinho a aguardar a comitiva portuguesa.

Bernardino Machado ficou alojado no hotel Maria Cristina até onde o acompanhou Afonso XIII. Houve passeio pela cidade e almoço de cerimónia com a Família Real, tendo o monarca espanhol agraciado o Presidente português com o Colar de Carlos III. Mais tarde, a comitiva portuguesa seguiu em automóveis oficiais para Hendaya onde o cortejo era esperado por João Chagas, ministro de Portugal em Paris.

A Espanha, através de Afonso XIII, prestou a devida homenagem ao Chefe de Estado da República vizinha. Só por isto já teria valido a pena a deslocação de Bernardino Machado!

Em França o comboio especial seguiu directamente para Somurei-Nettaincourt onde o Presidente da República, Raymond Poincaré, aguardava Bernardino Machado e o séquito português. Depois de uma visita a Verdun — onde o Presidente de Portugal fez a entrega das insígnias da Ordem da Torre e Espada à cidade mártir — e Reims, as comitivas pernovernaram em Avenay.

No dia 11, os dois presidentes seguiram por via-férrea até Lillers onde se separaram para dar oportunidade à representação portuguesa de se dirigir, de automóvel, para Saint Venant onde o esperava o general Abreu e Silva com todo o estado-maior do CEP e demais generais portugueses. Quarenta e cinco minutos depois Poincaré chegou à mesma localidade e foi, agora, recebido por todos os que o aguardavam, tal como se em território português estivesse o Presidente de França.

Em conjunto fizeram uma curta visita ao sector de acantonamento da 2.<sup>a</sup> Divisão, passando revista às tropas — Batalhão de Infantaria n.º 34. Em seguida foi oferecido, por Bernardino Machado, um jantar a Raymond Poincaré. Cerca das 21 horas estava terminado o banquete e o Presidente de França regressou a Paris. De novo, um Chefe de Estado estrangeiro dignificava Portugal e as tropas portuguesas. Melhor, dignificava a República Portuguesa enquanto regime recentemente implantado!

No dia 12 de Outubro o Presidente da República de Portugal visitou as escolas de esgrima de baioneta e de granadeiros e, também, uma Ambulância. Foi almoçar ao quartel-general do 1.º Exército britânico onde conferenciou com os altos comandos ingleses. Uma vez mais, era um Chefe de Estado soberano que se deslocava a visitar os responsáveis militares por toda a frente onde, também, estava a tropa de Portugal.

No dia seguinte, Bernardino Machado dispôs-se a ser cumprimentado pelos oficiais dos quartéis-generais do Corpo de Exército e das Divisões. Em seguida visitou um Hospital de Sangue. Na parte da tarde fez entrega de várias condecorações da Cruz de Guerra (medalha que, como vimos anteriormente, havia pouco tempo tinha sido criada por legislação especial para galardoar os actos heróicos dos militares em campanha<sup>67</sup>) em presença de uma Brigada de Infantaria devidamente formada e equipada. No final houve desfile das tropas em parada.

A 13 de Outubro o Presidente da República visitou o quartel-general do CEP, outra Ambulância, a escola de metralhadoras e uma parte da infantaria e da artilharia que se encontrava nas linhas. Depois de passar essa noite ainda com as tropas portuguesas Bernardino Machado regressou a Paris para seguir em direcção a St. Omer onde embarcou rumo a Londres para concluir a sua viagem presidencial<sup>68</sup>.

Disse João Chagas em telegrama para o Ministério do Negócios Estrangeiros: «Senhor Presidente da República foi acolhido durante sua visita com as mais altas honras e vivas manifestações simpatia»<sup>69</sup>. Quer dizer, a representação nacional tinha sido conseguida e a República Portuguesa havia conquistado o plano a que tinha direito no concerto das nações aliadas. Naturalmente que a comitiva terá tido oportunidade de discutir alguns pormenores necessários à boa vivência das tropas na frente de batalha, mas esse não era o fim principal da viagem de Bernardino Machado.

---

<sup>67</sup> Decreto n.º 2870 de 30 de Novembro de 1916.

<sup>68</sup> Todo o relato da viagem presidencial que aqui fizemos encontra-se documentado em cópias de telegramas existentes no AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1304.

<sup>69</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1304.

À maneira de conclusão não podemos deixar de ressaltar, de novo, a importância das duas visitas oficiais feitas ao *front* nacional, porque vieram confirmar, por um lado, o empenho do ministro da Guerra na missão militar do CEP e, por outro, a importância nacional que o Presidente da República dava ao Corpo Expedicionário Português, numa clara demonstração do empenhamento estratégico da política do país.

## 6. Os combates da infantaria portuguesa de Janeiro a Abril de 1918

O ano de 1918 foi decisivo na guerra. As forças que se haviam empenhado nas trincheiras da frente ocidental estavam exaustas e só com um maior sacrifício seriam capazes de sair do impasse a que se chegara. Se os Aliados, com a entrada dos EUA no conflito, tinham alcançado o reforço em homens e material de que tanto careciam, a quebra russa na frente oriental havia dado à Alemanha a hipótese de conseguir fazer pender para o seu lado o prato da balança onde repousava a vitória. A Primavera era decisiva e os Alemães sabiam-no, daí que os primeiros meses do ano representassem a possibilidade de organizar planos e concentrar forças com a clara intenção de provocar o desgaste que lhes permitiria a ruptura da frente.

O troço de trincheiras onde se encontravam as tropas portuguesas deixou de ser *calmo* para começar a ter uma actividade bastante intensa de acordo com os meios germânicos colocados na frente.

Não se tratou, até Março, de considerar a possibilidade de lançar naquela zona uma grande ofensiva, mas admitiu-se que era tempo de flagelar uma tropa que já apresentava os primeiros sinais de exaustão em consequência de um empenhamento constante que vinha desde o mês de Maio do ano transacto e, também, não terá sido alheio a essa flagelação o conhecimento dos acontecimentos internos com as consequentes reviravoltas políticas que tinham ocorrido em Portugal, em Dezembro de 1917. Tudo o que se passou do início de Março em diante estava já integrado no plano de uma ofensiva de média envergadura que deveria ter lugar em Abril.

O CEP começava a subir o seu Calvário.

## 6.1. Os combates da infantaria

372

No ano de 1918, até 8 de Abril, deram-se seis combates de infantaria, no sector português, tendo ocorrido o primeiro no dia 2 de Março, por iniciativa germânica. Não há certezas quanto aos efectivos utilizados contra as trincheiras portuguesas<sup>70</sup>, contudo supõe-se que devem ter sido superiores a 400 homens. No combate perderam a vida somente 6 militares portugueses, enquanto que se admite que, entre os Alemães, as baixas tenham sido muito próximas das duas centenas de homens, estando nelas incluídas, pelo menos, dois oficiais<sup>71</sup>. Os feridos portugueses subiram a 72, sendo 45 gaseados; os Alemães fizeram 69 prisioneiros. Na sequência deste *raid* foram louvados 6 militares portugueses<sup>72</sup>.

O segundo combate de infantaria aconteceu cinco dias depois do anterior, ou seja, a 7 de Março, pelas 5 horas. A iniciativa foi, também, alemã e envolveu cerca de 200 a 250 homens. Dada a rápida reacção, tanto da artilharia como da infantaria nacionais, os Alemães não conseguiram chegar ao corpo a corpo, no entanto, mesmo assim, houve dois mortos e 15 feridos entre a tropa portuguesa<sup>73</sup>.

O terceiro confronto deu-se a 9 de Março e resultou da iniciativa nacional. Nele tomaram parte os efectivos de uma Companhia de infantaria reforçados por elementos de tropas de engenharia, num total de cerca de 240 homens. O assalto iniciou-se às 5 horas e foi bem sucedido, tendo as forças atacantes feito 5 prisioneiros e morto cerca de 40 militares alemães<sup>74</sup>. Entre os Portugueses houve 20 feridos. Como consequência do êxito da

---

<sup>70</sup> Na verdade, o relatório do comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão aponta para efectivos semelhantes aos de um Batalhão — cerca de 400 homens — e o relatório do comandante da 5.<sup>a</sup> Brigada vai no sentido de efectivos de uma Companhia — 200 homens, mais ou menos. Este último número parece-nos excessivamente reduzido, se atendermos à quantidade presumível de mortos e feridos feitos pelos Portugueses.

<sup>71</sup> Veja-se o telegrama, datado de 6 de Março de 1918, para o ministro da Guerra (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74).

<sup>72</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 183.

<sup>73</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 165.

<sup>74</sup> Este número não foi possível confirmar.

acção empreendida, foram dados 12 louvores, igual número de Cruzes de Guerra e promovidos por distinção ao posto imediato 10 militares<sup>75</sup>.

O combate seguinte aconteceu a 12 de Março, por iniciativa alemã, tendo começado às 5 horas e 45 minutos. Os efectivos atacantes devem ter sido à volta de 400 homens que provocaram alguns danos nas forças portuguesas. Assim, foram mortos 13 militares nacionais e feridos 59, dos quais 3 com gases tóxicos. Os Alemães deixaram 2 mortos no terreno (embora, segundo se presume, tivessem morrido muitos mais) e foram feitos 7 prisioneiros<sup>76</sup>.

O quinto *raid* teve lugar dois dias depois do anterior, isto é, a 14 de Março, também por iniciativa alemã. O assalto foi feito por duas colunas distintas — uma, com 160 homens e, outra, com cerca de 240. A reacção, por parte dos Portugueses, foi muito boa, de tal modo que a iniciativa germânica se mostrou pouco compensadora. Na verdade, somente 14 militares morreram, tendo ficado feridos 55. Um comportamento tão galhardo levou a que o general Gomes da Costa, comandante da 1.ª Divisão, tivesse louvado 6 militares, propondo-os para promoção por distinção aos postos imediatos e para serem agraciados com a medalha da Cruz de Guerra; pela primeira vez, em França, por comportamento exemplar, foram louvados colectivamente dois Batalhões de Infantaria: o 9 e o 34<sup>77</sup>.

O sexto e último combate, na Flandres, antes da batalha de La Lys, foi da iniciativa portuguesa e deu-se na noite de 2 para 3 de Abril, quer dizer, uma semana antes da fatídica data que arredou, para sempre, as tropas portuguesas da frente. Foi um *raid* que, à partida, ficou condenado, porque as ordens foram sendo divergentes quanto ao dia da sua execução<sup>78</sup>; facto é que as forças portuguesas que atacaram as trincheiras alemãs, cerca de 240 homens, as encontraram desguarnecidas, indício de que estes haviam

---

<sup>75</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 166. Sobre este *raid* podem ler-se informações em Major Mário Afonso de Carvalho, *op. cit.* p. 188-189, Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 171-177, David Magno, *op. cit.* p. 100-101 e general Ferreira Martins, *op. cit.* p. 269-270.

<sup>76</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 179.

<sup>77</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 167.

<sup>78</sup> Para uma descrição muito completa deste *raid* consulte-se Américo Olavo, *Na Grande Guerra*, Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1919, p. 249-262.

desconfiado da operação que se preparava. Ao retirarem, as tropas portuguesas foram bombardeadas pela artilharia adversária, causando 12 feridos e levando ao desaparecimento de 11 soldados que se perderam na confusão gerada<sup>79</sup>.

Em síntese, pode dizer-se que em cerca de um mês — o de Março — se levaram a efeito mais confrontos entre a infantaria alemã e portuguesa, no ano de 1918, do que durante quatro meses, no ano de 1917. Comparando os resultados numéricos verificamos que, em 1918, os Alemães terão empenhado 1450 homens em combates de infantaria, enquanto que no ano transacto só haviam envolvido 500; por seu turno, os Portugueses terão empenhado, respectivamente, 480 e 30 militares. O número de mortos nacionais também subiu de 25 para 35; o mesmo aconteceu aos Alemães que passaram de 2 para 242; em contrapartida, os Portugueses feridos foram em número mais reduzido — 233 para 258; todavia, foi maior o número de feridos alemães, já que se admite que tenham sido da ordem dos 42 contra nenhum no ano de 1917; em 1918 o número de desaparecidos portugueses subiu a 80 e o de prisioneiros a 69; as tropas nacionais conseguiram aprisionar mais Alemães, já que passaram de 7 para 12. No ano de 1918 houve menos louvores individuais, mas houve duas unidades de infantaria louvadas colectivamente; houve o dobro das promoções por distinção (16 contra 8), e mais condecorações com a Cruz de Guerra (18 contra 7).

## 6.2. Particularismos dos combates

O combate de 2 de Março de 1918, sobre o sector de Chapigny, foi importante, porque, além dos Alemães terem efectuado uma excelente preparação geral e terem usado sem parcimónia a acção da artilharia — o que desgastou o moral das tropas em defensiva — traduziu-se no segundo ataque que maior número de baixas provocou nas forças do CEP. Com efeito, entre mortos, feridos e prisioneiros contam-se 147 homens. Acerca do *raid* será interessante pormenorizar um pouco os diferentes relatórios.

---

<sup>79</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 177.



Para o ministro da Guerra, como já era habitual, as notícias eram dadas aparentemente sem grande alarme. Assim, o telegrama datado de 2 de Março, dizia o seguinte: «Inimigo atacou esta manhã sobre frente ocupada 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Companhias Infantaria 4 reforçadas por uma Companhia Infantaria 17. Ataque efectuado força aproximada um Batalhão, após preparação artilharia todos os calibres, granadas de gases, morteiros, metralhadoras. Contra-atacámos, reocupando posições primitivas. Nossas perdas, até agora averiguadas, 43 feridos, sendo 1 oficial, 53 desaparecidos, sendo 3 oficiais, 6 mortos»<sup>80</sup>. No entanto, o relatório do comandante interino da 2.<sup>a</sup> Divisão, coronel Adolfo A. Barbosa, já é muito mais rico em pormenores, começando por afirmar que o ataque devia estar a ser preparado, pelo menos, desde 27 de Fevereiro. A artilharia alemã começou a sua acção às 5 horas e 30 minutos, batendo as defesas de arame farpado, a primeira linha de trincheiras e as trincheiras de comunicação. «Passado este período, que durou 15 minutos, enquanto a artilharia inimiga alongava o seu tiro, batendo a 2.<sup>a</sup> linha e trincheiras de comunicação, as tropas de assalto, a coberto das crateras de Mauquissart, e mascarados por nuvens de fumo, inicia[m] o assalto. O inimigo lança-se em vagas e com impetuosidade contra a nossa trincheira de combate, penetrando nela (...). Vencida a resistência da guarnição da 1.<sup>a</sup> linha, a primeira vaga avançou a corta mato sobre a linha de suporte, enquanto outra vaga passou a fazer prisioneiros, a estabelecer-se em toda a linha da frente, (...), e a fazer a evacuação dos seus feridos. A sua situação tornou-se insustentável em virtude da barragem feita pela artilharia, quer na 1.<sup>a</sup> linha, quer no *no man's land* [sic], então, pelas 8 horas, abandonaram as nossas linhas». Deve associar-se a esta descrição suficientemente viva, para se perceber o que foi a resistência portuguesa, a relação de munições consumidas na acção: de artilharia, de 7,5, foram disparadas 3100 granadas; de obuses de campanha, de 4,5, fizeram-se 508 tiros; de metralhadora, consumiram-se 14 000 cartuchos; de morteiro ligeiro, gastaram-se 250 granadas; consumiram-se 2600 cartuchos de espingarda; e 195 granadas de mão. Face a estes números consegue

---

<sup>80</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

perceber-se a extraordinária actividade da artilharia portuguesa que, em média, fez 21 disparos em cada minuto<sup>81</sup>.

O combate de 7 de Março, sobre os sectores de Neuve Chapelle e Ferme du Bois, foi, do ponto de vista da acção da infantaria, um falhanço alemão, muito embora, na perspectiva de um duelo de artilharia, tenha sido um excelente exercício para as tropas germânicas. Realmente, segundo o relatório do general Gomes da Costa, a artilharia inimiga, tendo começado a bombardear a frente portuguesa às cinco da madrugada só cessou a sua actividade uma hora e meia depois; contudo, a infantaria adversária terá tentado assaltar as primeiras linhas da defesa do CEP, no sector de Neuve Chapelle, aproveitando-se do nevoeiro que fazia, mas foi descoberta antes de chegar ao arame farpado e «Infantaria 15, que guarnecia os postos de *Mole e Pope*, recebeu o atacante com fogo de espingarda, granadas de mão e morteiros ligeiros, fazendo logo o sinal de SOS à artilharia. Sob a intensidade do fogo da infantaria, o inimigo retrocedeu, sendo batido pela nossa artilharia quando penetrava nas suas linhas». Entretanto, no sector de Ferme du Bois, também «chegou a aparecer a infantaria para o ataque, (...), mas sob o fogo da nossa infantaria (22) e a barragem de artilharia, retiraram sem ter chegado aos nossos arames»<sup>82</sup>. Deve notar-se que foi a primeira vez que os Alemães tentaram um ataque simultâneo em dois sectores da frente nacional, facto que representou, de alguma forma, uma inovação relativamente aos anteriores combates. De ora em diante esta situação vai ser constante, parecendo que o adversário procurava ser capaz de dominar, momentaneamente, um largo espaço na frente portuguesa.

O *raid* de 9 de Março de 1918 foi da iniciativa portuguesa e teve como finalidade perfeitamente expressa «manter elevado o moral das tropas da 1.ª Divisão e obrigar o inimigo a temê-las», tal como afirma o general Gomes da Costa no seu relatório que, em grande extensão, transcrevemos<sup>83</sup>:

---

<sup>81</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 183.

<sup>82</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 165.

<sup>83</sup> Curioso será, também, transcrever o telegrama que, nestas circunstâncias, era habitual mandar ao ministro da Guerra: «Às 5 horas hoje 9, após bombardeamento artilharia pesada e campanha, iniciado 4 horas este Corpo, uma Companhia Infantaria 21 e destacamento sapadores mineiros atingiu segunda linha inimiga, fez cinco prisioneiros, causou baixas

O *raid* foi executado na manhã de 9 do corrente pela 1.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria 21, com um grupo da 3.<sup>a</sup> Companhia de sapadores-mineiros e coadjuvado pela artilharia da Divisão.

Pelas 4 a. m.<sup>84</sup>, a artilharia da Divisão bombardeou a frente inimiga auxiliada pela artilharia pesada do X Corpo<sup>85</sup> que bateu vários pontos importantes à retaguarda.

A partir das 4,55 a. m. o fogo da artilharia incidiu principalmente sobre a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linhas do inimigo à retaguarda do Boar's Head e acabou por fixar a barragem na Mitzi e Salad Trenchs, formando a caixa onde o *raid* se executou.

(...).

Às 4,30 a. m. a força encarregada do *raid* saiu dos entrincheiramentos e foi colocar-se na frente da nossa rede de arame, esperando que terminasse a preparação da artilharia.

Às 5 horas a. m. os três pelotões da Companhia de Infantaria avançaram, cada qual na sua direcção sobre a frente a atacar, acompanhados pelos sapadores-mineiros.

Cortado o arame, que a artilharia não conseguira destruir de todo, toda a força penetrou na 1.<sup>a</sup> linha inimiga, sendo recebida com fogo de fuzilaria e metralhadoras.

O pelotão do centro avistou uns 30 Alemães sobre os quais avançou decididamente, mas eles abandonaram a posição, fugindo, perseguidos pelo nosso fogo de infantaria, que lhes causou grandes baixas.

---

importantes ainda não conhecidas, destruiu dois abrigos, apreendeu uma metralhadora, outras armas, equipamentos. Feridos nossos: tenentes Gonzaga e Henrique Augusto, alferes Alípio, o primeiro gravemente, um soldado morto trincheiras efeito bombardeamento inimigo, nenhum desaparecido» (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74).

<sup>84</sup> Trata-se de uma clara influência britânica para distinguir as horas nocturnas das horas diurnas.

<sup>85</sup> Como já tivemos oportunidade de fazer referência, o Corpo de Exército Português não estava completo nos efectivos de combate, pois, entre outros meios, faltava-lhe a aviação e a artilharia pesada, somente por não lhe ter sido fornecido pelos Ingleses o material necessário para tal. O apoio tático dos meios em falta era fornecido pelas unidades britânicas e geograficamente mais próximas.

Fraccionou-se, então, o pelotão em três grupos que passaram a revistar os abrigos, encontrando em dois deles alguns soldados alemães, que foram mortos após curta resistência.

O pelotão da esquerda procedeu analogamente, conseguindo apoderar-se de uma metralhadora com que o inimigo o tentava deter, após violento combate em que foram gravemente feridos o seu comandante alferes Alípio [Cruz de Oliveira] e o tenente [Luís de Sousa] Gonzaga.

O pelotão da direita, comandado pelo alferes Henrique Augusto, caiu sobre um abrigo fortemente guarnecido donde lhe feriram 11 homens: os soldados alemães foram todos mortos, menos um, que ficou prisioneiro.

Parecendo ao comandante do raid, [capitão] António Germano Ribeiro de Carvalho, que nada mais havia a fazer, deu sinal de retirar.

Não é só com base nos resultados, mas também através da análise das recompensas que se dão aos militares que se pode avaliar a importância de uma operação e o comportamento da tropa nessa acção. Ora, identificámos que o comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão do CEP louvou 12 militares — directa ou indirectamente, já que para alguns propôs ao comandante do Corpo de Exército que fosse este a fazê-lo, o que dava maior importância ao mesmo — e, desses, promoveu, ou propôs que fossem promovidos, ao posto imediato, 10, propondo, também, para a totalidade, a condecoração com a medalha da Cruz de Guerra, nas diferentes classes<sup>86</sup>. Os 12 militares distinguidos foram: capitão António Germano Guedes Ribeiro de Carvalho<sup>87</sup>, tenente Luís de Sousa Gonzaga<sup>88</sup>, tenente Henrique Augusto e alferes Alípio Cruz de Oliveira<sup>89</sup>, alferes Vitorino Rodrigues<sup>90</sup>, alferes miliciano de

---

<sup>86</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 166.

<sup>87</sup> Promoção a major e Cruz de Guerra de 1.<sup>a</sup> classe, «porque comandou o *raid* com grande inteligência e acerto; revelou grandes qualidades de comando; dirigiu perfeitamente toda a operação; expôs-se constantemente com grande bravura e serenidade».

<sup>88</sup> Promoção a capitão e Cruz de Guerra de 1.<sup>a</sup> classe, por «grande coragem e bravura; avançou ao assalto com grande galhardia; atacou o inimigo à frente do seu pelotão com denodo, pondo-o em fuga, recebendo três ferimentos muito graves».

<sup>89</sup> Promoção aos postos imediatos e Cruz de Guerra de 2.<sup>a</sup> classe, pela «coragem e bravura com que atacaram o inimigo à frente dos seus pelotões, recebendo cada um seu ferimento, demonstrando ambos qualidades de comando excepcionais e valor».

<sup>90</sup> Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «atacou o inimigo com bravura, contribuindo para o bom resultado da operação».

Engenharia, da 3.<sup>a</sup> Companhia de Sapadores-Mineiros, António Nunes Correia<sup>91</sup>, 2.<sup>o</sup> sargento Albano Joaquim do Couto<sup>92</sup>, soldados José Faustino<sup>93</sup>, Sebastião Pinto<sup>94</sup>, João Correia<sup>95</sup>, Francisco da Silva Garrido<sup>96</sup>, António Leitão<sup>97</sup> e Valentim Dias Leitão<sup>98</sup>.

Esta foi a operação que deu origem ao maior número de louvores, promoções por distinção e distribuição de medalhas da Cruz de Guerra; pelo teor dos louvores percebe-se que o combate foi renhido e, acima de tudo, sangrento, não se tendo poupado os graduados a animar os seus homens de modo a levá-los aos maiores sacrifícios, se fosse necessário. Tratou-se de uma operação que teve êxito e honrou as tradições da Infantaria Portuguesa.

O combate seguinte aconteceu a 12 de Março, envolveu efectivos da 2.<sup>a</sup> Divisão e deve ter sido renhido<sup>99</sup>, já que o moral da tropa portuguesa estava levantado pela operação de dias antes. Como quase sempre, a preparação feita pela artilharia alemã começou de madrugada, às 5 horas e 45 minutos, e só se deu por finda a actividade da artilharia portuguesa às 8 horas, isto é, quando já não havia quaisquer movimentos de infantaria na *terra de ninguém*, «tendo terminado a acção da nossa infantaria às 7»<sup>100</sup>.

---

<sup>91</sup> Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, por ter demonstrado «coragem e valor tomando parte no assalto e destruindo dois abrigos de cimento e um Decauville».

<sup>92</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «conduziu com grande valor e acerto uma fracção do seu pelotão, carregando com coragem e recebendo vários ferimentos».

<sup>93</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «valente soldado; perseguiu, sozinho, um oficial alemão que fugia acompanhado de um soldado, conseguindo aprisionar esses».

<sup>94</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «entrou num abrigo, prendendo dois alemães».

<sup>95</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «atacou um alemão que manejava uma metralhadora e apossou-se dela».

<sup>96</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «atacou, feriu e prendeu um soldado alemão que atacava o tenente Gonzaga».

<sup>97</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «atacou e abateu uma sentinela alemã dum posto de metralhadora».

<sup>98</sup> Promoção ao posto imediato e Cruz de Guerra de 3.<sup>a</sup> classe, porque «aprisionou um soldado alemão, tendo de lutar com ele».

<sup>99</sup> O relatório do comandante interino da Divisão é muito parco, tirando-se dele muito pouca informação com interesse histórico.

<sup>100</sup> Relatório do coronel Adolfo A. Barbosa, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 179.

Tal como no combate de 7 de Março, os Alemães atacaram dois sectores da defesa nacional — Fauquissart e Chapigny —, isto é, a área de trincheiras guarnecida por dois Batalhões de Infantaria<sup>101</sup>. Com o auxílio do telegrama enviado para o Ministro da Guerra, a 13 de Março, é possível avaliar melhor o decorrer da acção. Com efeito, diz-se ali: «Depois de intensa preparação artilharia, inimigo, efectivo aproximado um Batalhão, atacou manhã 12, nossas linhas, parte guarnecida Infantaria 2 e 20, havendo luta *terra ninguém*, chegando corpo a corpo, tendo sido completamente repellido. Grandes baixas inimigo, ficando nossas mãos 7 prisioneiros e 2 mortos. Perdas nossas: 13 mortos, 56 feridos, 3 gaseados, 6 desaparecidos»<sup>102</sup>. Como se vê, para haver luta na *terra de ninguém* tiveram as tropas portuguesas de abandonar as trincheiras para esperar a infantaria germânica ou para a perseguir; em qualquer dos casos, trata-se de um feito temerário.

O comando alemão tomou a iniciativa de, na madrugada do dia 18, atacar os sectores guarnecidos pela 1.<sup>a</sup> Divisão — Ferme du Bois e Neuve Chapelle. Tratou-se de uma operação de envergadura média, porque o adversário distribuiu forças numa extensão de frente mais significativa; tal como o general Gomes da Costa pressentiu, eram sondagens «para apreciar os diversos pontos da linha a fim de verificar sobre qual ou quais poderá executar um ataque a fundo»<sup>103</sup>. Assim, as unidades portuguesas envolvidas na defesa foram os Batalhões de Infantaria 28, 34, e 9. A decisão alemã de ampliar a frente a atacar, sendo já a terceira vez que acontecia, estava relacionada com o desgaste moral que pretendia obter, com o treino do seu pessoal para a efectivação de uma ruptura da frente e com a necessidade de estar permanentemente informada sobre a continuidade da presença portuguesa naquela.

---

<sup>101</sup> Hoje, depois de uma análise cuidada dos acontecimentos e independentemente da opinião contemporânea do general Gomes da Costa, tudo nos leva a acreditar que os comandos alemães já estavam a testar não só os seus homens em operações de maior envergadura, mas, acima de tudo, a verificar como reagiam os Portugueses a uma maior pressão sobre a frente e como sabiam ou não articular as defesas de subsectores diferentes.

<sup>102</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

<sup>103</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 167.

O bombardeamento inimigo iniciou-se às 5 horas e 30 minutos, tendo, à mesma hora, começado o ataque da infantaria sobre um dos sectores defensivos — Ferme du Bois — o qual foi repellido a custo. No sector de Neuve Chapelle os Alemães, às 5 horas e 35 minutos, lançaram duas vagas de assaltantes, cada uma com cerca de 80 homens, sobre um grupo de militares do Batalhão de Infantaria n.º 9. Os soldados germânicos foram recebidos «pelo fogo da infantaria e metralhadoras; um grupo pequeno conseguiu ainda subir ao parapeito do posto *Pionner*, mas foi contra atacado e repellido». A defesa deste ataque deve ter sido tão empolgante e tão heróica que o general Gomes da Costa propôs ao general comandante do CEP os seguintes louvores:

Os Batalhões de Infantaria n.º 9 e 34, pela bravura com que se bateram no combate de 14 do corrente, mantendo-se nas posições, apesar do violento bombardeamento do inimigo, e repellido este com denodo, infligindo-lhe baixas e levantando mais ainda o prestígio da 1.ª Divisão (...).

Em todas as reuniões de tropas das respectivas Brigadas estes Batalhões passem a formar à direita.

(...).

As seguintes praças<sup>104</sup> que se distinguiram no combate de 14 do corrente:

1. — 2.º sargento, da 3.ª Companhia, Belarmino Ribeiro de Almeida, porque comandando um pelotão<sup>105</sup>, houve-se com grande critério e serenidade, dirigindo e animando os seus homens, repelindo o ataque inimigo ao seu posto e avisando os postos dos flancos do que se passava, demonstrando valor, coragem e qualidades de comando. Louvo-o em Ordem da Divisão e proponho-o para a promoção a 1.º sargento e Cruz de Guerra de 3.ª Classe.

---

<sup>104</sup> Nesta época, os sargentos eram, ainda, considerados praças de pré, não formando uma classe à parte.

<sup>105</sup> Repare-se no pormenor de um 2.º sargento comandar um pelotão, cargo que normalmente compete a um alferes. Este facto é bem esclarecedor da falta de oficiais depois do golpe de Sidónio Pais, dado em Dezembro de 1917.

2. — 1.º cabo, da 4.ª Companhia, Joaquim Teixeira, pela forma como comandou um posto de metralhadoras, animando e exortando os soldados que o guarneciam, repelindo o ataque inimigo, demonstrando qualidades de comando, valor e coragem; louvo-o em Ordem da Divisão e proponho-o para a promoção a 2.º sargento e Cruz de Guerra de 3.ª Classe.

3. — Soldado, da 4.ª Companhia, José Serafim, por demonstrar grande valor, coragem e abnegação, salvando debaixo de fogo, dois camaradas que tinham ficado soterrados, debaixo de um abrigo, louvo-o em Ordem da Divisão, promovo-o a 1.º cabo e proponho-o para a Cruz de Guerra de 3.ª Classe.

4. — Soldado, da 3.ª Companhia, António dos Santos, porque, vendo que outros soldados que guarneciam o seu posto hesitavam, lançou mão da metralhadora, começando prontamente a fazer fogo sobre o inimigo, e invectivou os seus camaradas, animando-os e levando-os a repelir o ataque, o que conseguiu. Revelou qualidades de comando, valor e coragem, pelo que o promovo a 1.º cabo e o proponho para a Cruz de Guerra de 3.ª Classe e louvo-o em Ordem de Divisão.

#### Batalhão de Infantaria 34

1. — Soldado, da 3.ª Companhia, António Cardoso, pela coragem, valor e decisão demonstrados no comando de um posto de granadeiro, animando os camaradas e levando-os a repelir o inimigo. Louvo-o em Ordem da Divisão, promovo-o a 1.º cabo e proponho-o para a Cruz de Guerra de 3.ª Classe.

2. — Soldado, da 3.ª Companhia, Manuel da Silva, porque, sendo o seu posto evacuado, recusou acompanhar os seus camaradas e foi com a sua metralhadora para o posto de Copse auxiliar a defesa deste posto, dando assim um grande exemplo de valor militar e disciplina. Louvo-o em Ordem da Divisão; promovo-o a 1.º cabo e proponho-o para a Cruz de Guerra de 3.ª Classe<sup>106</sup>.

Curiosamente, o general Abreu e Silva lançou, com o seu próprio punho, o seguinte despacho no relatório do general Gomes da Costa: «Aprovo as

<sup>106</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 167.



propostas supra, modificando a proposta de Cruz de Guerra 3.<sup>a</sup> pela de primeira, proponho o seu louvor em O.[rdem] do E.[xército] do sold.º 401 [António dos Santos] da 3.<sup>a</sup> de Inf.<sup>a</sup> 9 [?] 398 [Manuel da Silva] da 3.<sup>a</sup> de Inf.<sup>a</sup> 34<sup>a</sup>.<sup>107</sup>

Olhando atentamente os textos dos louvores percebe-se que, cada vez mais, eles, além de galardoarem os militares que praticaram actos de grande valor, são uma *arma de propaganda* junto das tropas exaustas; parece que o comando, na impossibilidade de resolver a situação de falta de repouso, que era geral nas tropas das duas Divisões, tenta arrancar delas os últimos fiapos de vontade, de coragem e de valor. No mínimo, Gomes da Costa, era um dos oficiais que mais consciência tinha da situação crítica do CEP e da possibilidade que havia dos Alemães quererem explorar essa fragilidade na frente aliada.

É essa já fraca vontade de combater, essa ausência de ânimo moral que, bem no fundo, está presente nos militares que deviam levar a efeito o *raid* de 3 de Abril e que justifica o falhanço dessa acção. Este combate frustrado era bem o indício do princípio do fim do CEP e das esperanças que alguns políticos e militares tinham posto na beligerância portuguesa<sup>108</sup>.

### 6.3. As escaramuças entre infantarias

Para além dos *raids* de maiores dimensões em termos de efectivos, houve, também, nos três primeiros meses de 1918, pequenos recontros, nem todos identificáveis nem identificados, entre tropas de infantaria. Chamámo-lhes escaramuças para as destrinçar dos recontros antes descritos.

Com o telegrama de dia 21 de Janeiro de 1918, para o ministro da Guerra, Sidónio Pais, relativo à actividade bélica durante a semana transacta, dá-se

<sup>107</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 167.

<sup>108</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 167. É evidente que a falta de sucesso do *raid* se ficou a dever a causas diferentes das de ordem moral, todavia, é sabido que uma operação militar resulta quando quem a executa acredita nela; ora, era difícil, depois do tormento que foi o mês de Março — como à frente veremos — alguém, nas tropas da primeira linha do CEP, acreditar no quer que fosse.

a seguinte notícia: «Repelimos forte patrulha inimiga dia 16, um ataque dia 17 e outro mais importante, feito por três grupos, com grande preparação artilharia, dia 18. Inimigo sofreu perdas, sendo sempre repellido sem conseguir seus objectivos<sup>109</sup>. Fizemos 3 prisioneiros, um dos quais desertor<sup>110</sup>.

A 4 de Fevereiro, no habitual telegrama semanal, dizia-se que havia sido repelida, «em 29, patrulha inimiga»<sup>111</sup>. Na semana seguinte, a 11, dá-se a notícia de ter sido repelida, no dia 6, uma patrulha inimiga «que deixou 3 mortos nosso parapeito»<sup>112</sup>. Novamente, na semana seguinte, a 18 de Fevereiro, se diz que foram repelidas «algumas patrulhas» e que na noite de 17 «surpreendemos uma [patrulha], aprisionando um oficial e duas praças»<sup>113</sup>.

No relatório para o ministro, reportado à semana anterior a 4 de Março, afirma-se que aumentou a actividade das patrulhas alemãs, tentando aproximarem-se das trincheiras portuguesas<sup>114</sup>. A 11 de Março, no telegrama para o Ministério da Guerra, declara-se textualmente: «Aumentou consideravelmente actividade artilharia e patrulhas inimigas, tentando estas entrar nas nossas linhas nos dias 7, 8 e 10, sendo sempre repelidas pelo nosso fogo, sem conseguir obter identificações<sup>115</sup>. (...). Capturámos dois desertores dia 5, um prisioneiro e um desertor dia 8 e dois desertores dia 10»<sup>116</sup>.

No dia 1 de Abril o telegrama para o Ministério da Guerra começava da seguinte forma: «Alguma actividade artilharia inimiga. Diminuiu actividade patrulhas inimigas»<sup>117</sup>. O derradeiro telegrama antes da grande batalha de

---

<sup>109</sup> É muito curiosa esta afirmação, já que parece julgar-se que o objectivo alemão era, a partir de um pequeno ataque, conquistar e permanecer nas trincheiras portuguesas. Pode dizer-se que havia uma certa ingenuidade por parte do estado-maior do CEP ou que, então, se pretendia fazer crer, em Lisboa, que a conquista definitiva de partes das trincheiras era possível... talvez se esperasse, assim, o envio de alguns reforços humanos!

<sup>110</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>112</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>113</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>115</sup> A importância da recolha de identificação por parte do adversário era grande, porque dava a dimensão do esforço e do moral das tropas contra quem se combatia.

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*.

La Lys confirmava o que parecia ser uma tendência nova na frente, já que começava pelos seguintes termos: «Diminuiu actividade artilharia e patrulhas inimigas. Fizemos dois prisioneiros»<sup>118</sup>.

Numa análise rápida dos números verifica-se que no ano de 1918, só entre 16 de Janeiro e 10 de Março, não contado com os grandes combates de infantaria, terão havido mais de oito recontros com forças inimigas. Interessante será verificar que nestas pequenas acções se conseguiram mais prisioneiros — 30 — do que na sequência dos combates mais vultosos — 22.

De tudo o que apresentámos sobre a actividade da infantaria na frente de batalha, nos primeiros meses de 1918, podemos concluir que o CEP adoptou a defensiva como posicionamento táctico, durante a sua permanência nas trincheiras da Flandres, de Julho de 1917 a Abril de 1918, já que, à partida, se não podiam contar com grandes reforços idos de Portugal de forma a arquitectarem-se operações ofensivas de maior envergadura, ao mesmo tempo que, em crescendo, as forças alemãs foram desenvolvendo o posicionamento ofensivo que levou ao colapso final do Corpo de Exército Português.

## 7. Os antecedentes da batalha de La Lys

Se excluirmos a conquista de Goa, no Estado Português da Índia, em 1961 — que na nossa opinião não chegou a dar lugar a um grande confronto, nem, talvez, a um sério combate organizado —, na região do rio Lys, na Flandres francesa, o Exército de Portugal viveu a sua última intervenção numa grande batalha. Os homens que tiveram de enfrentar as tropas alemãs estavam extenuados, exaustos, consumidos física e moralmente, porque a isso os levou uma longa permanência nas trincheiras da frente — por lá andavam desde Abril do ano anterior, sem nenhuma grande pausa de repouso — e, também, acima de tudo, a preparação para a batalha que foi começada pelos Alemães ainda durante o final de Fevereiro e todo o mês de Março.

---

<sup>118</sup> *Idem, ibidem.*

Na posse de uma série de informações fáceis de obter, o Alto Comando germânico identificou a zona ocupada pelos Portugueses como o alvo ideal para sobre ele iniciar uma acção de desgaste e, depois, o ataque final.

Em Lisboa já tinham mudado os objectivos e a política — consequentemente, a Estratégia Nacional — desde que Sidónio Pais assumira o Poder de forma violenta e não legitimada por processos democráticos, por esse motivo, haviam-se agravado as vulnerabilidades da representação militar portuguesa na frente de batalha.

Vamos, de forma breve, descrever, para se perceber, o que foi a preparação da batalha do Lys e de como durante esse período foi ficando à vista a derrocada dos motivos que haviam levado Portugal às trincheiras.

### 7.1. Planos alemães

A ofensiva da Primavera de 1918, da iniciativa germânica, tinha como objectivo levar os exércitos imperiais até à costa atlântica, com vista a aliviar a pressão do bloqueio e permitir uma recuperação económica. Apostava-se na surpresa e na nova táctica da infantaria, a qual consistia em progredir pelo ponto mais fraco da defesa, explorando ao máximo os sucessos conseguidos<sup>119</sup>.

Para lançar a ofensiva principal da Primavera, os Alemães escolheram o sector compreendido entre Arras e La Fère, dado que nesta região o terreno oferecia boas condições e estava na zona de junção dos exércitos francês e inglês. Por outro lado, já havia experiência para se saber que a maior fragilidade da frente era exactamente nos pontos de junção de tropas de nacionalidades diferentes dado que, em caso de ataque, era mais fácil de ali gerar a confusão como resultado da desarticulação entre informações e comando da acção defensiva. O Estado-Maior alemão, para despistar, foi executando manobras de diversão noutros sectores da frente.

---

<sup>119</sup> Cf. da nossa autoria «A participação de Portugal na Grande Guerra» in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), Lisboa: Amigos do Livro, Editores, 1985, p. 42.

Em 21 de Março, o exército germânico desencadeou o ataque na região do Somme, tal como previsto, massacrando as forças inimigas com um bombardeamento inicial de grandiosas dimensões, seguindo-se-lhe o avanço da infantaria. O resultado foi espectacular. Muito a custo, e graças à não prossecução total da tática enunciada pelos Alemães, foi possível aos Ingleses suster o ataque.

A 25 de Março, e com o intuito de obrigar à fixação de forças inglesas noutra área que não a do esforço principal, o comando alemão ordenou que se preparasse uma ofensiva de pequena escala entre La Bassée e Armentières<sup>120</sup>. O malogro da ofensiva em Arras levou a que se ampliasse a importância desta última operação.

## 7.2. O mês de Março no sector português

Se é certo que logo desde o início do ano toda a actividade inimiga aumentou em número e qualidade, também é verdade que no mês de Março se verificou um muito nítido crescimento da acção não só da infantaria germânica como, também, da artilharia. A partir dos meados desse mês a Repartição de Informações do Corpo de Exército passou a reportar, para o comando do Exército britânico do qual dependia, acções de fogo de contrabateria que davam a clara indicação de estar a artilharia adversária a regular o tiro de forma muito precisa, o que não era normal, nem natural, a não ser que se preparassem operações ofensivas na frente portuguesa<sup>121</sup>.

A estranheza começou a instalar-se entre os oficiais do estado-maior do CEP, tanto mais que a flagelação das tropas parecia visar o seu esgotamento físico e moral, porque as obrigava, de noite, a não terem descanso de qualquer natureza e a, durante o dia, participarem nos trabalhos de reparação das trincheiras que os bombardeamentos nocturnos haviam destruído.

---

<sup>120</sup> B. M. Linddell Hart, *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo: IBRASA, 1967, p. 246-256.

<sup>121</sup> Vitorino Godinho, *Relatório Circunstanciado da Batalha de La Lys*, p. 131-134 AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 180.

Acresce que, de combinação com o comando britânico, as baterias portuguesas começaram a dar resposta aos ataques germânicos, factor que contribuiu para ampliar as retaliações de parte a parte.

Os homens, mesmo os dos Batalhões que estavam em reserva, passavam as noites em constante alerta para a qualquer momento ocuparem os seus postos de combate na frente, em reforço das unidades que se encontravam nas primeiras linhas. Os ataques de gás tornaram-se mais usuais e aumentaram consideravelmente o número de feridos que baixaram às Ambulâncias para tratamento (44 em Fevereiro contra 741 em Março), tal como o total de mortos em combate (35 em Fevereiro contra 235 em Março)<sup>122</sup>.

### 7.3. As desconfianças e as informações

Em face da evolução das operações que antecederam o grande ataque de 9 de Abril, o chefe do estado-maior da 2.<sup>a</sup> Divisão, Major Vitorino Godinho, escreveu no *Relatório Circunstanciado* da batalha: «Quais seriam, em vista disto [aumento dos ataques alemães no mês de Março], na realidade, as intenções do inimigo?»<sup>123</sup>. Vai mais longe na sua dedução, recordando-nos que não seria crível, naquela altura, «que o inimigo fizesse incidir o seu esforço principal neste sector», porque «A maneira gradual como a sua actividade se manifestava na nossa frente era contrária à doutrina da surpresa». «Era pois possível que o inimigo com esta atitude procurasse desviar as atenções do sector escolhido para a sua grande ofensiva»<sup>124</sup>. Esta era a convicção do comando britânico, todavia, o Major Godinho contesta essa visão limitada, dado que afirma: «No entanto, parecia esquecer-se [o comando aliado] que o ataque demonstrativo não existe já nos regulamentos alemães [o chefe do estado-maior da 2.<sup>a</sup> Divisão escrevia isto em Julho de 1918] e, o que já a experiência nos ensina, que perante a dificuldade da ruptura da frente adversa o Comando alemão tem o hábito de montar o ataque secundário de modo a que possa ser explorado

---

<sup>122</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401.

<sup>123</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 135.

<sup>124</sup> Vitorino Godinho, *ibidem*.

e transformado num ataque a fundo logo que o principal for parado, fazendo desde o começo com esse fim o estudo, planeando as organizações, dispondo os preparativos materiais e escolhendo um sector onde a rede ferroviária permita concentrar, rapidamente, as Divisões que o desenvolvimento exigir»<sup>125</sup>.

Claro que estas conclusões do responsável pelas acções tácticas e planeamento da 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa encontravam apoio nas informações que lhe chegavam vindas dos Alemães aprisionados ou que haviam desertado. Com efeito, tudo parecia indicar que na frente de Neuve Chapelle o inimigo deveria estar a montar uma ofensiva de larga escala para a dimensão referida, já que o número de bocas de fogo ou aumentara muito ou as peças eram constantemente deslocadas de posição para criar a ilusão de maior quantidade. O que efectivamente se passava é que os Alemães deslocavam as bocas de fogo para marcarem posições para as baterias que haviam de chegar, tendo já reguladas as coordenadas de tiro. Esta acção tornou-se mais do que evidente para o estado-maior da Divisão, a partir de meados de Março, quando as granadas começaram a bater os comandos da Divisão, das Brigadas, os cruzamentos de estradas e o centro de povoações importantes. Não se tratava ainda de alvos compensadores; só o seriam quando se desse um ataque em toda a extensão e com um bombardeamento fixo se impedissem as ligações e os movimentos de reforços.

Foi, também, notado o aumento do número de observadores alemães, tal como o desusado movimento de vagonetas transportando grandes volumes para as primeiras linhas durante a noite. Prisioneiros houve que revelaram estar a aumentar na retaguarda o número de Divisões, tal como se começou a pressentir a evacuação de civis de Lille e arredores.

Não passaram despercebidos os trabalhos de reparação e de camuflagem das estradas, tal como se notaram as reparações em pontes, a colocação de novas vias-férreas, o aumento de algumas estações ferroviárias e, até o crescente movimento de comboios. Os reconhecimentos aéreos feitos pelos Alemães chamaram a atenção dos comandos portugueses<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Idem, *op. cit.* p. 136.

<sup>126</sup> Idem, *op. cit.* p. 138.

Por mais que os relatórios do CEP fizessem referência a tudo o que de estranho se estava a passar no sector, os Britânicos continuaram convencidos de que o ataque que o comando germânico preparava era na região de Vimy e Lens<sup>127</sup>. Tal convencimento levou a descurar, quase por completo, os indícios mais evidentes de uma operação de grande envergadura na zona de Armentières.

Também chamou a atenção dos observadores do CEP o facto de o inimigo ter criado crateras artificiais, principalmente na zona esquerda do Corpo<sup>128</sup>. Essas crateras poderiam servir para dar abrigo ou a morteiros médios ou a possibilitar a concentração de grande número de homens em fase de preparação do ataque. O comando inglês mostrava-se seguro de que nada mais do que um ataque em maior escala poderia acontecer na frente portuguesa o qual seria sempre uma diversão para desviar a atenção de outras zonas mais importantes. Até ao final de Março a tese da diversão manteve-se inalterável, mas era de desconfiar quando, por essa data, o inimigo não conseguiu romper a frente no Somme. Era previsível que procurasse tirar proveito do número de homens deslocados, usando-os noutra área de modo a mudar o eixo da ofensiva. O Alto Comando britânico estava fechado a todas as informações que lhe chegavam dos Portugueses, mas, foi, contudo, muito mais fácil e hábil, depois de 9 de Abril de 1918, descarregar a culpa da ruptura da frente sobre a 2.<sup>a</sup> Divisão de Portugal!

Nos primeiros dias de Abril as informações que vão sendo transmitidas pelo estado-maior da 2.<sup>a</sup> Divisão não deixam dúvidas quanto à eventualidade de um ataque a todo o momento. Referem-se movimentos de tropas, transporte de volumes para as primeiras linhas, colocação de tabuletas na segunda linha, um oficial a consultar um mapa e olhando com atenção para as linhas portuguesas ao mesmo tempo que tomava notas. Tudo isto era estranhamente anormal.

---

<sup>127</sup> Idem, *op. cit.* p. 140.

<sup>128</sup> Relatório do Chefe da Repartição de Informações do CEP, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 148 n.º 431.



#### 7.4. O moral das tropas

O comando da 2.<sup>a</sup> Divisão, no dia 1 de Abril de 1918, presentindo uma notável queda do moral das tropas, determinou que todas as unidades informassem sobre a situação. É curioso verificar que a grande maioria dos comandos subalternos acusou a existência de uma franca perda de combatividade entre os militares.

A 3.<sup>a</sup> Brigada atribuía a quebra do moral à «falta de repouso em lugares onde não estejam sujeitos ao perigo e a trabalhos violentos», à «falta de licenças». A indiferença pelas punições, o desleixo e o grande número de doentes eram os indicadores que o comando tinha para concluir sobre a ausência de vontade de combater e até de viver<sup>129</sup>.

O comandante da 4.<sup>o</sup> Brigada informava, muito taxativamente, «julgo impossível continuar a despender a mesma energia física, porque o limite da resistência está excedido e é natural que, nestas condições, o moral comece a ressentir-se, já porque os oficiais e graduados faltam, já porque as praças não resistirão, desde que lhes falte o exemplo dos seus superiores, que hoje ainda vêem sacrificar-se ao seu lado, mas que, em breve, deixarão de ter junto de si porque o excesso de fadiga os prostrará»<sup>130</sup>. Quadro mais real e com os traços melhor definidos não poderia ser pintado. É o desespero de quem conscientemente comanda que se espelha nas palavras transcritas.

Do comando da 5.<sup>a</sup> Brigada chegavam idênticas queixas: «Vigor físico considerado como bastante debilitado, porque [estiveram] durante 87 dias na linha, na fase mais rigorosa do Inverno. Todos sofreram estes rigores, mas mais sem dúvida os do Algarve (Infantaria 4) sujeitos a um novo clima contrastante daquele em que foram criados e vivem»<sup>131</sup>. Mas não foi só o frio o grande inimigo das tropas da Brigada. «Ser pedido um número de trabalhadores excessivo (...) veio determinar serem os períodos de descanso transformados noutros de mais intenso trabalho e fadiga do que

---

<sup>129</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 69.

<sup>130</sup> *Idem, op. cit.* p. 76.

<sup>131</sup> *Idem, op. cit.* p. 81.

propriamente os de estada nas linhas»<sup>132</sup>. Juntando a estas pesadas razões acresciam «a falta de licenças», de «reforços vindos da Pátria» e a carência «de repouso». Tudo isto levava a que «o estado moral da Brigada não é [fosse] o melhor»<sup>133</sup>.

O comandante da 6.<sup>a</sup> Brigada parecia mais animador, embora uma análise cuidada das suas informações levasse a desconfiar da réstia de optimismo que apresentava. Realmente, dizia ele: «Devo informar que o estado moral das tropas do meu comando, sem ser desesperado, está longe de ser bom»<sup>134</sup>. Justificava a sua afirmação, mais uma vez, com a falta de pessoal, «tanto em oficiais como em praças» o que originava «uma desconfiança, uma incerteza na eficácia do próprio esforço, que desanima e inquieta». Os seus fundamentos passavam também pelo «deplorável estado das trincheiras neste sector, cuja 1.<sup>a</sup> linha quase não existe, cuja 2.<sup>a</sup> linha tem muito fraco valor defensivo, cujas trincheiras de comunicação estão em longos troços quase intransitáveis». Acresce que na Brigada corria o rumor «de que não virão mais tropas para França e de que as praças das classes [de mobilização] de muitas delas que ficaram em Portugal e haviam sido convocadas, foram licenciadas»<sup>135</sup>.

A censura prévia das cartas permitia ao comando da Brigada dizer com segurança que «Na sua correspondência para parentes e amigos revelam as praças frequentemente uma funda e absorvente saudade, quase dolorosa dos seus lares e da sua vida passada, queixando-se com amargura de não poderem alimentar a esperança de gozarem licença de campanha, (...), ou de serem rendidos depois de um ano de permanência na zona de guerra como, durante muito tempo, esperam»<sup>136</sup>.

Como se vê, o estado moral das tropas da Brigada não podia ser pior.

Passando aos Grupos de Baterias de Artilharia (GBA), nota-se que o moral não estava mais alto do que o dos seus camaradas da infantaria.

---

<sup>132</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>134</sup> Idem, *op. cit.* p. 84.

<sup>135</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>136</sup> Idem, *ibidem*.

O comando do 1.º GBA atribuía à falta de licenças a quebra do moral das praças, no entanto, mostrava-se ainda animado, porque, «apesar de tudo, os oficiais, já em pequeno número, pois tenho muitos doentes, asseveram que eu posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que [a unidade] está no seu posto sempre pronto a todos os sacrifícios, como o tem já mostrado bastantes vezes»<sup>137</sup>.

O comandante do 2.º GBA colocava outra vez um velho problema: «Esse facto [não gozar as licenças] influi bastante nas praças que já contam mais de um ano de França e onze meses de serviço de linha sem que tenham esperança de verem a suas famílias. E assim, não se lhes nota aquela alegria que poderiam ter se tivessem a certeza de gozarem as suas licenças nas épocas em que têm direito. Teve este Grupo apenas 45 dias de descanso (...) e durante o descanso as praças foram empregadas em trabalhos de construção de uma linha-férrea (...)»<sup>138</sup>.

O 3.º GBA informava que as causas que influenciavam no moral das tropas eram: «a longa permanência na frente», a falta de substituição, as praças não poderem gozar licenças, «não regressarem de licença praças e oficiais, o que dá lugar a serem sobrecarregados no serviço os que estão presentes e estes não poderem ir de licença» e «A má instalação dos Hospitais e Ambulâncias em que as comodidades e tratamento (não me refiro à parte técnica) são tais que as praças e oficiais preferem não ser hospitalizados e, quando não pode deixar de ser, só pensam em ser transferidos para hospitais ingleses»<sup>139</sup>.

Finalmente, o comando do 6.º GBA referia que «O estado moral das tropas deste Grupo é tanto quanto possível satisfatório compatível com o estado de cansaço e de fadiga físicos provenientes do excessivo trabalho do mês de Março e das grandes baixas que algumas Baterias tiveram, principalmente devidas a intoxicação com gases, e com a falta muito sensível de oficiais e sargentos»<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> Idem, *op. cit.* p. 87.

<sup>138</sup> Idem, *op. cit.* p. 91.

<sup>139</sup> Idem, *op. cit.* p. 92.

<sup>140</sup> Idem, *op. cit.* p. 95.

Como se pode ver há algumas, ainda que ligeiras, diferenças entre a situação das tropas de infantaria e as de artilharia. As primeiras estavam mais expostas ao desgaste do combate diário, à falta de repouso; as segundas pareciam capazes de resistir mais tempo à usura do campo de batalha. No todo, pode afirmar-se que a 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP estava desmoralizada, incapaz de suportar a permanência na frente e era completamente inútil como bloco de oposição ao inimigo. O que se concluiu, na altura, relativamente a esta Divisão teria sido possível dizer da 1.<sup>a</sup>, ou seja, o CEP carecia de ser substituído nas primeiras linhas ou de receber urgentemente reforços constituídos por unidades britânicas ou por tropas idas de Portugal.

Em jeito de conclusão parcial, vê-se que o mês de Março foi o da verdadeira preparação do ataque alemão de 9 de Abril e que representou o desgaste final no já estafado e desfalcado CEP. Nada nos leva a garantir que se não tivesse havido o assalto ao Poder por Sidónio Pais a situação tivesse sido diferente ou alterada para melhor e mais repouso das tropas, porque o que ressalta de todo o relato que fizemos, e que está para além dele, é que Portugal não dispunha nem de vontade para fazer substituir na frente de batalha os homens que para lá tinha enviado, nem possuía meios navais em quantidade que o permitisse fazer e, assim, sobressai e sobreleva a todas as restantes, a atitude do Governo da Grã-Bretanha que, com razões justificadas ou sem elas, deixou cair o CEP não colocando á disposição do Exército Português os transportes de tropas que fossem a mola impulsora para a renovação dos efectivos na frente de combate, mesmo com todas as resistências internas e com todas as dificuldades organizativas e políticas. Portugal não quis e a Grã-Bretanha ajudou a que não quisesse.

## 8. A reestruturação orgânica e efectivos

A Convenção ou, mais propriamente, Acordo luso-britânico, de 21 de Janeiro de 1918, sobre o emprego das forças portuguesas na frente ocidental da guerra na Europa reduziu a presença nacional a uma só Divisão, integrando quatro Brigadas<sup>141</sup>. O restante pessoal serviria para recompletar

---

<sup>141</sup> Sobre esta temática teceremos outras considerações quando, mais à frente, tratarmos do assalto ao Poder por Sidónio Pais e os efeitos sobre o CEP.

efectivos. O Acordo não vigorou imediatamente após a mútua aceitação, dado os Ingleses terem dificuldade momentânea em reocupar a área da frente que os Portugueses desguarnecessem.

Em 6 de Abril, inesperada e unilateralmente, foi dada execução à Convenção ou Acordo de 21 de Janeiro, passando a 2.<sup>a</sup> Divisão para o comando táctico do XI Corpo de Exército britânico. Formalmente, a participação portuguesa no teatro de operações europeu passou a estar correcta, só que, na prática, a Divisão do comando interino do general Gomes da Costa ocupou toda a extensão de frente até aí guarnecida pelos efectivos do Corpo Português.

A frente, até 6 de Abril, dividida em quatro sectores, passou a estar reduzida, para a mesma extensão, a três: Ferme du Bois, Neuve Chapelle, e Fauquissart. Para a sua defesa foram destinadas as seguintes Brigadas: 2.<sup>a</sup>, para Ferme du Bois; 6.<sup>a</sup>, para Neuve Chapelle; 5.<sup>a</sup>, para Fauquissart; 4.<sup>a</sup>, para reserva da Divisão. E em que convicção táctica se apoiou o comando britânico para tal disposição? Responde-nos, em 18 de Agosto de 1918, o capitão António Miranda, responsável pelo Relatório da Repartição de Informações do CEP: «No seu boletim semanal de informações referido a 6 de Abril [de 1918] o G.H.Q., porém, embora conhecendo as declarações dos referidos prisioneiros [alemães que vieram dar a certeza de que se preparava um ataque de grandes dimensões], as quais tinham sido imediatamente transmitidas às Divisões, ao Exército, etc., tinha ainda uma opinião mal orientada sobre a situação, pois dizia: “It seems likely that a subsidiary attack north of La Bassé Canal may be made before the main attack [grande ataque que se esperava, convergindo de NE e SE sobre a crista de Vimy] with the object of drawing reserves away from the main battle front”. Esta opinião, naturalmente perfilhada pelo Exército e pelos Corpos ingleses, foi fatal ao CEP, visto que conduziu a disposições que enfraqueceram, como nunca o tinha sido, a defesa da frente sobre a qual o inimigo atacava pouco depois...»<sup>142</sup>.

Como consequência da insubordinação da 2.<sup>a</sup> Brigada, que acabou por ser afastada para a retaguarda, o dispositivo de defesa ficou assim consti-

<sup>142</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 148 n.º 431, p. 35.

tuído: 5.<sup>a</sup> Brigada para Ferme du Bois; 6.<sup>a</sup> Brigada para Neuve Chapelle; 4.<sup>a</sup> Brigada para Fauquissart; 3.<sup>a</sup> Brigada para reserva da Divisão<sup>143</sup>.

Segundo o Relatório do general Gomes da Costa, os efectivos da 2.<sup>a</sup> Divisão, para defender em extensão e profundidade, uma frente de quase 12 quilómetros, eram: 20 350 sargentos e praças e 721 oficiais<sup>144</sup>. Na linha A e B havia 9016 sargentos e praças e 300 oficiais; na situação de reserva estavam 3535 sargentos e praças e 92 oficiais<sup>145</sup>. De acordo com o que mais tarde veio a escrever Gomes da Costa para completar os efectivos faltavam 413 oficiais e 6208 sargentos e praças<sup>146</sup>.

No dia 6 de Abril o comandante do XI Corpo de Exército britânico conferenciou com o general Gomas da Costa no quartel-general da 2.<sup>a</sup> Divisão e estipulou que as tropas portuguesas deveriam ocupar defensivamente a linha B e despreocuparem-se da ocupação dos postos da *Village Line*<sup>147</sup>. No dia seguinte, de novo o comandante do XI Corpo foi conferenciar com o general Gomes da Costa, os comandantes das Brigadas e os oficiais do estado-maior, e, num pequeno discurso improvisado, no final, vaticinou como orientação táctica: «A Divisão tem de morrer na B *Line*»<sup>148</sup>.

Em síntese, pode dizer-se que em consequência do seu estado físico e moral, a Divisão não tinha hipóteses de resistir a mais do que um *raid* de grandes proporções. Esta situação só se tornou evidente para o comando britânico entre a noite de 7 e 8 de Abril, de tal modo que neste último dia foi dada ordem de rendição da 2.<sup>a</sup> Divisão. Este movimento deveria ter início no dia 9. Era tarde. Abandonada por Portugal, a 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP, por acção das bocas de fogo alemãs, encolhida nas tocas por onde, durante os últimos três meses, arrastou misérias e desalentos, em holocausto à sobrevivência independente da Pátria, ia fundir-se em sangue e lágrimas sob o fogo, o ferro e os gases tóxicos do inimigo.

<sup>143</sup> General Gomes da Costa, *Relatório Sumário da Batalha do Lys*, p. 2, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144.

<sup>144</sup> Idem, *op. cit.* p. 37.

<sup>145</sup> Idem, *op. cit.* p. 4.

<sup>146</sup> General Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys*, p. 43.

<sup>147</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 121.

<sup>148</sup> Idem, *op. cit.* p. 121-122.

## 9. A 1.<sup>a</sup> grande revolta

Para se poder compreender com clareza a primeira grande revolta ocorrida entre as tropas portuguesas na Flandres, em 1918, ter-se-á de recuar até à data de 20 de Março para se olhar o dispositivo do CEP no terreno. Com efeito, naquela data, os subsectores eram os seguintes: em Fauquissart estava a 4.<sup>a</sup> Brigada; em Chapigny, a 6.<sup>a</sup> Brigada; em Neuve Chapelle, a 3.<sup>a</sup>; em reserva, na Linha das Aldeias ou *Village Line*, a 5.<sup>a</sup> Brigada. Na mesma data a 1.<sup>a</sup> Divisão ocupava somente o subsector de Ferme du Bois<sup>149</sup>.

O comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão, general Gomes da Costa, consciente do desgaste da sua tropa e do menor esforço relativo que estava a ser pedido à 2.<sup>a</sup> Divisão, propôs que se alterasse o dispositivo<sup>150</sup> da seguinte maneira: no subsector de Fauquissart a 4.<sup>a</sup> Brigada seria rendida pela 5.<sup>a</sup> Brigada que estava em reserva na Linha das Aldeias — a rendição efectuar-se-ia a partir de 10 de Abril; no subsector de Chapigny continuaria a 6.<sup>a</sup> Brigada; no de Neuve Chapelle a 3.<sup>a</sup> Brigada seria rendida pela 2.<sup>a</sup> Brigada, pertencente à 1.<sup>a</sup> Divisão — a rendição efectuar-se-ia a partir de 5 de Abril; em reserva, na Linha das Aldeias, ficaria a 4.<sup>a</sup> Brigada. Assim, quando a 1.<sup>a</sup> Divisão retirasse para descanso, de acordo com o disposto na Convenção de 21 de Janeiro, nela estaria incorporada a 3.<sup>a</sup> Brigada, mantendo-se, por conseguinte, em combate a 2.<sup>a</sup> Brigada.

Diz o Major Vitorino Godinho, no seu *Relatório Circunstanciado*: «Só uma parte das tropas da 2.<sup>a</sup> Brigada chegou a entrar nas trincheiras; a outra, quando recebeu a ordem, recusou-se, resultando desta insubordinação as novas alterações (...)»<sup>151</sup>.

Do Relatório do general Abreu e Silva obtém-se a informação mais completa sobre o que aconteceu: «O Batalhão de Infantaria 7 [era um dos que integrava a 2.<sup>o</sup> Brigada] recusou-se a marchar e, espalhando-se pelas cercanias dos acantonamentos, dando tiros, impediu a entrada [em linhas] de praças do [Batalhão de Infantaria] 23 e do [Batalhão de Infantaria] 24,

<sup>149</sup> Idem, *op. cit.* p. 125.

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>151</sup> Idem, *ibidem*.

tendo marchado a ocupar os seus postos o Batalhão de Infantaria 35, o único da Brigada que entrou [em linhas] com todo o seu efectivo. Este facto originou a expedição de novas ordens e a 2.<sup>a</sup> Brigada foi retirada para a zona da retaguarda»<sup>152</sup>.

A revolta deu-se na noite de 4 para 5 de Abril. Conta o comandante do CEP que neste dia se dirigiu ao quartel-general do 1.<sup>o</sup> Exército britânico para «(...) comunicar o sucedido e pedir ao Sr. general comandante para receber os soldados revoltosos, depois de desarmados, num Corpo britânico para ali trabalharem em obras de fortificação»<sup>153</sup>. Sem medir consequências, Abreu e Silva abriu a porta ao futuro de todo o CEP: transformá-lo em trabalhadores de enxada!

Depois daquele passo o General Abreu e Silva tomou a decisão de dissolver administrativamente o Batalhão de Infantaria n.º 7 e entrou na fase de proceder à subordinação das tropas sublevadas. Conta-nos: «(...) mandei em 6 (de Abril) cercar a povoação [na área da qual estavam os soldados insubordinados] e desarmar as praças. À chegada dos Batalhões de Infantaria 21 e 22, comandados pelos Majores Garcia e Tito Barreiros, que vinham executar este serviço, entregaram-se 160 praças de Infantaria 7. As restantes declararam que resistiriam e entrincheiraram-se nas casas. Vendo a necessidade de sufocar a revolta naquele mesmo dia, solicitei autorização para mandar avançar duas bocas de fogo [peças de artilharia de campanha] e bombardear as casas onde os revoltosos se fortificaram. O tenente-coronel Sequeira, então comandante da 1.<sup>a</sup> Brigada e que dirigia o cerco, avisou, às 14 horas, o *Maire* para que intimasse os civis a evacuarem a aldeia que ia ser bombardeada. Os revoltosos, em vista desta comunicação, resolveram entregar-se, o que fizeram em grupos e, às 17 horas, estavam todos desarmados e em camiões foram transportados para Noueux-les-Mines, onde passaram a constituir um depósito disciplinar»<sup>154</sup>.

O incidente acabou por aqui. Valerá, no entanto, a pena referir as considerações seguintes do general comandante do CEP. Assim, o Capitão Leite,

---

<sup>152</sup> General Tamagnini de Abreu e Silva, *op. cit.* p. 57.

<sup>153</sup> *Idem, op. cit.* p. 57-58.

<sup>154</sup> *Idem, op. cit.* p. 58.



comandante interino do Batalhão de Infantaria n.º 7, foi julgado e absolvido em Conselho de Guerra; todavia, a alguns oficiais foram aplicadas penas disciplinares; os chefes da revolta foram condenados em Conselho de Guerra. Será curioso notar que os insubordinados, para além dos tiros disparados para o ar com que iniciaram a revolta, não praticaram violências nem baixas ou ferimentos.

O general Abreu e Silva concluiu o seu relato, afirmando que as tropas amotinadas «(...) vociferavam, dizendo que os oficiais iam de licença a Portugal e não voltavam enquanto eles ficavam; que a Alemanha tinha declarado guerra a Portugal e não só às duas Divisões que estavam em França; que não vinham reforços de Portugal; que parecia estarem eles condenados a morrer todos, em França, etc., etc.»<sup>155</sup>.

Será ocioso recordar o estado físico e moral das tropas portuguesas na frente de batalha, em França, no final do mês de Março de 1918<sup>156</sup>. John Keegan, autor contemporâneo, em estudo de 1976 — diz que «(...) se adoptarmos uma visão muito larga da guerra, verificamos que em todos os exércitos [que combateram na 1.ª Guerra Mundial] se chegou a um ponto em que uma maioria ou minoria de diminuídos se recusava a continuar»<sup>157</sup>. E recorda-nos que no Exército francês, em Maio de 1917, cinquenta e quatro Divisões de um total de cem, se revoltaram e que o 5.º Exército inglês, em Março de 1918, «entrou em derrocada tanto moral como física»<sup>158</sup>.

Se, para o caso nacional, associarmos ao esforço adicional que se estava a pedir ao CEP, a acção psicológica que os Alemães exerciam sobre pobres soldados abandonados pelo Governo de Lisboa<sup>159</sup> teremos já uma parte — curta, é certo — da explicação da revolta.

Como se viu a primeira grande revolta entre as tropas do CEP começou na 2.ª Brigada de Infantaria e encontrou o seu núcleo duro no Batalhão de

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>156</sup> Veja-se o nosso trabalho «A Participação de Portugal na Grande Guerra» in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, p. 34-53.

<sup>157</sup> John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 209.

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>159</sup> Consulte-se sobre a acção psicológica alemã general Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 1.º vol., Editorial Ática, 1934, p. 297.

Infantaria n.º 7. Ora, compulsando as estatísticas existentes, é possível determinar que esta Brigada foi a que, até àquela altura, mais tempo teve de permanência em primeiras linhas de combate — sete meses e onze dias — e era, simultaneamente, a que menos tempo tinha de situação de reserva — um mês e três dias. A Brigada que se lhe seguia, em tempo de permanência em combate, era a 3.ª com sete meses e sete dias<sup>160</sup>. Colocar de novo a 2.ª Brigada em primeiras linhas era, só por si, uma violência já que se mandava retirar para repouso a 1.ª, que tinha seis meses e 24 dias de combate. A mais elementar justiça aconselharia a que a 2.ª e 3.ª Brigadas fossem descansar. Razões que não chegaram aos dias de hoje alteraram o critério. Por outro lado, o Batalhão de Infantaria n.º 7, num total de trinta e dois, foi o nono com maior número de mortos: 63, dos quais 50 em combate, 5 por desastre em serviço e 8 por doença ou acidente. Esta unidade foi, em todo o CEP, a segunda com maior número de baixas: 300 homens. Em combate, teve 197 feridos, dos quais 183 eram praças, 11 sargentos e 3 oficiais; gaseados teve 88 homens, sendo 73 praças; e, por doença ou acidente, teve 15 feridos<sup>161</sup>.

Se conjugarmos o número de baixas — mortos e feridos — com o número de prisioneiros regressados da Alemanha (e tem de se levar em conta que esta unidade não participou na batalha de La Lys) — 26 —, temos um total de 389 homens, ou seja, cerca de um terço dos efectivos. O Batalhão de Infantaria n.º 7, dentro da 2.ª Brigada, era o mais sacrificado de todos, por isso foi o que mais facilmente cedeu à revolta.

Como síntese deste parágrafo, fica mais do que evidente o quanto em verdadeiro sofrimento estavam as tropas portuguesas nesta altura da campanha. E deve ser levado em consideração que a tomar conta de um sector de Corpo de Exército, as duas Divisões nacionais já estavam desde Novembro de 1917, sem qualquer tipo de rendição. Ora, o tempo de permanência em primeira linha que, por norma, o comando inglês obrigava às suas Divisões era de três meses. O CEP, com responsabilidades totais estava havia mais de quatro meses, para além de todo aquele tempo de estágio e de assunção de responsabilidades de subsectores.

---

<sup>160</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem.*

Foi, talvez, um sentido exagerado da necessidade de manter a representação militar nacional nas primeiras linhas de combate, para cumprir o inicial objectivo e, depois, o desleixo do Governo Sidónio Pais, associados a todos os motivos que vimos invocando, que conduziram à ruína o CEP enquanto unidade operacional do Exército Português.

## 10. A batalha de La Lys

Na madrugada de 9 de Abril de 1918 caiu sobre a 2.<sup>a</sup> Divisão do Corpo Expedicionário Português a maior ofensiva que jamais as tropas lusas suportaram em qualquer operação militar. Foi, até hoje, a última batalha do Exército Português. A sua horrenda grandeza resulta não só da quantidade de forças que contra as nossas tropas se abateram, como também da brutalidade de meios usados para quebrar o já desalentado moral dos soldados que combatiam em França pela causa comum da Liberdade.

Quase cem anos passados sobre a data de tão estrondoso acontecimento, em Portugal, continua-se a comemorar publicamente o feito, não porque represente uma vitória — que não foi —, mas porque ali se sacrificaram no altar da Pátria homens humildes, soldados bisonhos, que defendiam, acima de tudo, o direito a participar como nação independente e soberana nos destinos da Europa e do Mundo. Derrotadas, mas não humilhadas, as forças portuguesas continuaram até ao fim da guerra a viver um calvário pleno de sacrifícios esquecidos do poder político que havia assumido os destinos de Portugal, legitimado, tão só, pela força das armas.

### 10.1. Visão geral da frente em La Lys — as forças aliadas

O ataque alemão de 9 de Abril de 1918 na região de Lille, mais exactamente entre Armentières e Béthune, exerceu-se sobre os sectores da frente que eram defendidos, de norte para sul, pela 34.<sup>a</sup> e 40.<sup>a</sup> Divisões britânicas, a 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa e a 55.<sup>a</sup> Divisão britânica. A norte, pertencente à 40.<sup>a</sup> Divisão, ligava-se com a 2.<sup>a</sup> Divisão, através da 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria,

a 119.<sup>a</sup> Brigada e, a sul, a 165.<sup>a</sup> Brigada, da 55.<sup>a</sup> Divisão, ligava-se com a 5.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria<sup>162</sup>.

A frente estava dividida em cinco sectores: Fleurbaix (defendido pela 119.<sup>a</sup> Brigada), Fauquissart (onde estava a 4.<sup>a</sup> Brigada, também conhecida entre as tropas do CEP por “Brigada do Minho”), Neuve Chapelle (guarnecido pela 6.<sup>a</sup> Brigada), Ferme du Bois (defendido pela 5.<sup>a</sup> Brigada) e Givenchy (onde estava a 165.<sup>o</sup> Brigada). Toda esta frente correspondia a uma linha recta com a extensão de pouco mais de 16 quilómetros<sup>163</sup>.

No sector de Fauquissart, em primeiras linhas, encontrava-se, à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 8 e, à direita, o Batalhão de Infantaria 20; em apoio o Batalhão de Infantaria n.º 29 e em reserva o de Infantaria n.º 3. Os apoios de fogo, neste sector, eram dados pela 4.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Ligeiros, 4.<sup>o</sup> Grupo de Metralhadoras, 4.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Médios, e 6.<sup>o</sup> Grupo de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 4.<sup>a</sup> Companhia de Sapadores-Mineiros<sup>164</sup>.

No sector de Neuve Chapelle, o do centro, estavam, em primeiras linhas, à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 1 e, à direita, o de Infantaria n.º 2; em apoio o Batalhão de Infantaria n.º 11 e em reserva o de Infantaria n.º 5. Os apoios de fogo eram dados pela 6.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Ligeiros, 3.<sup>o</sup> e 1.<sup>o</sup> Grupos de Metralhadoras, 6.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Médios, 2.<sup>o</sup> e 1.<sup>o</sup> Grupos de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 3.<sup>a</sup> Companhia de Sapadores-Mineiros<sup>165</sup>.

No sector de Fermes du Bois, situavam-se, em primeiras linhas, à esquerda o Batalhão de Infantaria n.º 17 e, à direita, o de Infantaria n.º 10, em apoio o de Infantaria n.º 4 e em reserva o Batalhão de Infantaria n.º 13. Os apoios de fogo eram dados pela 5.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Ligeiros, 5.<sup>o</sup> Grupo de Metralhadoras, 2.<sup>a</sup> Bateria de Morteiros Médios e 5.<sup>o</sup> Grupo de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 1.<sup>a</sup> Companhia de Sapadores-Mineiros<sup>166</sup>.

---

<sup>162</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 150.

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>165</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*.

Em reserva da Divisão estava o 2.º Grupo de Companhias de Pioneiros, a 3.ª Brigada de Infantaria e a 2.ª Bateria de Morteiros Ligeiros. Muito para a retaguarda, em situação não utilizável, encontrava-se a 5.ª Bateria de Morteiros Médios e o 6.º Grupo de Metralhadoras<sup>167</sup>.

A 2.ª Divisão portuguesa defendia, como já dissemos, exactamente a mesma frente que tinha sido defendida em Novembro por duas Divisões do CEP. A fragilidade, mesmo sem contar com a usura de mais de quatro meses de combate sem reforços nem rendições, tinha de ser absoluta. Foi pena que, em última análise, o comando britânico não tivesse aceite a sensata proposta do novo chefe do estado-maior do CEP, Coronel Sinel de Cordes, que se resumia a manter as duas Divisões na frente, mas com uma Brigada de cada em primeiras linhas, outra em reserva e outra em apoio. Quer dizer, reduzia-se a frente a duas Brigadas, mas mantinham-se as restantes em profundidade, permitindo um maior repouso aos homens extenuados<sup>168</sup>. Teria sido mais fácil opor uma significativa resistência ao assalto germânico.

## 10.2. As forças alemãs

A Divisão de Infantaria alemã tinha, normalmente, a seguinte orgânica: 3 Regimentos de Infantaria, incorporando, ao todo, 9 Batalhões; cada um destes integrava 4 Companhias de Infantaria e 1 Companhia de Metralhadoras a 3 secções. A Companhia de Infantaria subdividia-se em 3 pelotões, formados por 4 secções. Integram, ainda a Divisão, mais um Grupo de 3 Companhias de Metralhadoras, uma Companhia de Morteiros de Trincheira, com 3 morteiros pesados, 6 médios e 12 ligeiros, um Regimento de Artilharia com 3 Grupos, cada um formado por 3 Baterias, mais ainda dois Esquadrões de Cavalaria e uma Companhia de Ciclistas, tropas de Engenharia, do Serviço de Saúde e um Trem de Combate Divisionário<sup>169</sup>.

---

<sup>167</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>168</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 197.

<sup>169</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* 2.º vol. p. 30-31.

O 6.º Exército alemão, do comando de von Quast, guardava as trincheiras que ficavam sensivelmente fronteiras às do 1.º Exército britânico, comandado pelo General Horne, que se estendia desde o rio Lys (Armentières) até Acheville a S.E. de Lens.

Justamente em frente da 2.ª Divisão portuguesa estava quase toda a 81.ª Divisão de Reserva — que incluía os Regimentos com os números 269, 268 e uma parte do 267 — e mais ou menos metade da 44.ª Divisão de Reserva — o Regimento 206.º e uma parte do 208.º<sup>170</sup>.

Em 8 de Abril, de Armentières ao canal de La Bassé, os Alemães guardavam a frente, em primeira linha, com as seguintes Divisões: 38.ª Div., 32.ª Div., 10.ª “Ersatz” Div., 81.ª Res. Div., 44.ª Res. Div.<sup>171</sup>.

Todo o movimento de avanço das tropas para as primeiras linhas alemãs fez-se na noite de 8 para 9 de Abril de forma a iniciar a ofensiva na madrugada de 9. O esforço do ataque ia incidir sobre as trincheiras aliadas entre Bois Grenier, a norte, e o canal de La Bassé, a sul, sendo que o máximo da força se concentrava em frente da 2.ª Divisão portuguesa. De norte para sul era assim constituída a força atacante: 32.ª Div., 10.ª “Ersatz” Div., 8.ª Bav. Res. Div., 1.ª Bav. Res. Div., 18.ª Res. Div., 43.ª Res. Div. e 4.ª “Ersatz” Div.. Em apoio estavam a 11.ª Div., a 42.ª Div., a 35.ª Div., a 16.ª Div. e a 44.ª Res. Div.<sup>172</sup>.

As Divisões alemãs necessárias para a 1.ª linha de ataque foram entrando nos sectores das que ocupavam já o terreno por compressão destas, de modo que na mesma área, em vez de uma ficaram duas Divisões na noite de 8 para 9 de Abril.

O ataque tinha sido arquiectado para ser feito em quatro colunas comandadas pelos Generais von Kraevel, von Bernhardt, von Carlowitz e von Stetten. O Corpo de Exército comandado por von Kraevel, no sul, tinha como objectivo a linha que apontava a Locon, seguindo por Guivenchy, Festubert e Richebourg l’Avoué; no centro, os Corpos de Exército de von Bernhardt e von Carlowitz, deveriam atingir a linha de ligação entre a

<sup>170</sup> Idem, *op. cit.* p. 30 e Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 152.

<sup>171</sup> Vitorino Godinho, *ibidem*.

<sup>172</sup> Idem, *op. cit.* p. 152-153.

ribeira de Lawe e o rio Lys, torcendo para Merville e Hazebruck, por fim, o Corpo de Exército de von Setten seguiria o de von Carlowitz, curvando sobre Bailleul e fixando-se a Oeste de Armentières<sup>173</sup>.

### 10.3. A ordem de rendição da 2.<sup>a</sup> Divisão

O cansaço e desmoralização das tropas portuguesas da 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP pôde ser evidenciado na reunião que o comandante do XI Corpo de Exército britânico, tenente-general Haking teve com os responsáveis pelos comandos mais importantes da unidade nacional, no dia 7 de Abril, no quartel-general de Gomes da Costa. Nessa altura, o comandante inglês ouviu da boca dos comandantes das Brigadas da 2.<sup>a</sup> Divisão o relato exacto e real do quadro com que eles se tinham de defrontar.

O General Haking deu por concluído o encontro, fazendo um elogio às tropas portuguesas e prometendo que se ia interessar pessoalmente pelo caso exposto. Nesse momento não se falou em render ou substituir a 2.<sup>a</sup> Divisão, antes pelo contrário, o comandante do XI Corpo pediu a continuação do sacrifício dos Portugueses, ainda que viessem a ser reforçados com unidades britânicas. Recordou a todos que a principal linha de defesa era a *B Line*.<sup>174</sup> Os oficiais portugueses vergaram-se perante a impossibilidade.

No dia seguinte, foi grande o espanto no posto de comando do general Gomes da Costa quando se recebeu a ordem de rendição da 2.<sup>a</sup> Divisão, que devia marchar para a retaguarda entre os dias 9 e 10 de Abril<sup>175</sup>. Iam ter o merecido repouso.

Poderá haver hoje quem considere que tendo estado o CEP sempre no mesmo sector da frente e não se tendo verificado, até 9 de Abril de 1918, nenhuma grande ofensiva nessa zona, o contributo geral do Corpo de Exército nacional teria sido de pouca, ou mesmo nenhuma, monta. É uma análise errada, porque desvaloriza o facto de ao empenhar duas Divisões

---

<sup>173</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 151-153 e general Ferreira Martins, *op. cit.* p. 31.

<sup>174</sup> General Gomes da Costa, *O Corpo Expedicionário Português (...)*, p. 125.

<sup>175</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 126.

num sector relativamente tranquilo deu-se a possibilidade de libertar outras tantas do Exército britânico para combaterem em regiões onde os Alemães foram mais violentos; acresce que não se está também a relevar o desgaste constante da usura do combate permanente.

A ordem de rendição contemplava o regresso da 2.<sup>a</sup> Divisão à retaguarda, determinando que a 50.<sup>a</sup> Divisão britânica passasse do xv Corpo de Exército para o xi; que a 55.<sup>a</sup> Divisão, que ocupava um sector à direita da 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP, passasse a englobar o sector de Ferme du Bois, substituindo a 5.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria portuguesa; que a 50.<sup>a</sup> Divisão substituísse as Brigadas que guarneciam os sectores de Neuve Chapelle e Fauquissart e as tropas que estavam em reserva. Quer dizer, o espaço geográfico defendido pela 2.<sup>a</sup> Divisão passava agora à responsabilidade de duas Divisões britânicas ainda que enfraquecendo os sectores que já antes ocupavam<sup>176</sup>. A ordem de retirar para a retaguarda só dizia respeito à infantaria, devendo continuar nas suas posições as unidades de artilharia<sup>177</sup>.

É sabido que um dos momentos de maior fragilidade das tropas em campanha é o da sua rendição por outras, porque as que partem estão a recolher todos os materiais e armamento, desviando, ainda que por pouco tempo, a sua atenção do inimigo e as que assumem posições não tiveram oportunidade para se familiarizar com a nova situação, nem têm instaladas as armas e os equipamentos, nem fizeram os necessários reconhecimentos do terreno para saberem com o que podem e devem contar. Foi neste ponto crítico que a 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP teve de enfrentar o ataque alemão.

#### 10.4. Ordem de batalha da 2.<sup>a</sup> Divisão

Em páginas anteriores já enumerámos as principais unidades que compunham o efectivo de combate da 2.<sup>a</sup> Divisão e indicámos, também, a sua localização no terreno. Essa era a ordem de batalha sumária da grande unidade do CEP com responsabilidades de defesa. Faltou-nos, na altura,

---

<sup>176</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>177</sup> Idem, *ibidem*.



referir que a 3.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria, que estava em reserva da Divisão era composta pelos Batalhões de Infantaria 9, 12, 14 e 15 que se distribuíam pela Linha do Corpo prontos a avançar para as trincheiras de modo a reforçar as tropas que as guarneciam. Integram, ainda, a 2.<sup>a</sup> Divisão, mas em posições mais recuadas de mero apoio, a 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Companhias de Sapadores-Mineiros, o 2.<sup>o</sup> Grupo de Companhias de Pioneiros, a 2.<sup>a</sup> Companhia Divisionária de Telegrafistas com a subsecção de Telegrafia sem Fios, a Secção Divisionária de Observadores n.º 2, as Ambulâncias 1, 5 e 7, a Coluna de Hospitalização n.º 4, mais a Coluna Automóvel e as Secções Hipomóveis para Transporte de Feridos em número de quatro, a Secção Móvel Veterinária, o Trem Divisionário n.º 2, o 2.<sup>o</sup> Grupo Automóvel, a Companhia de Serviços Auxiliares e, finalmente, o Grupo de Companhias de Ciclistas<sup>178</sup>.

Eram estas as unidades que integravam a Divisão na frente e era a elas que cabia a defesa do sector no qual estavam antes posicionadas duas Divisões. Mas acontece que há uma diferença entre existirem as unidades e elas terem os quadros perfeitamente preenchidos. Com efeito, os efectivos de mobilização da Divisão reforçada, isto é, aqueles que ela deveria ter sempre em permanência eram de 1102 oficiais e 25 582 sargentos e praças, contudo, os efectivos realmente presentes no dia 9 de Abril de 1918, de acordo com os valores que mais aproximadamente se conseguem apurar, eram de 689 oficiais e 19 374 sargentos e praças; as faltas eram, por conseguinte de 413 oficiais e 6 208 sargentos e praças<sup>179</sup>. Quer dizer, em números aproximados, à Divisão faltavam os efectivos de uma Brigada.

Pormenorizando somente para a infantaria e a artilharia — forças que estavam realmente empenhadas na defesa do sector — temos os seguintes números: competia a cada Brigada ter 168 oficiais e os que efectivamente existiam eram: 89 na 3.<sup>a</sup> Brigada, 103 na 4.<sup>a</sup>, 105 na 5.<sup>a</sup> e 87 na 6.<sup>a</sup>. Quanto a sargentos e praças, deveriam existir 4492 e existiam, pela mesma ordem, 3590, 3167, 2949 e 2912<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 9-10. Pode ver-se o quadro respectivo na dissertação original, p. 353-354.

<sup>179</sup> General Gomes da Costa, *op. cit.* p. 42-43.

<sup>180</sup> Idem, *ibidem*. Pode ver-se o quadro respectivo na dissertação original, p. 354.

Com faltas de pessoal na ordem dos 30 a 40%, completamente desmoralizados e sem descanso, os efectivos da 2.<sup>a</sup> Divisão qualquer resistência que pudessem oferecer a um ataque de maior envergadura era verdadeiramente um milagre e, normalmente, na guerra os efeitos taumatúrgicos não são levados em linha de conta.

### 10.5. A preparação de artilharia

Nenhuma das dificuldades por que iam passando as tropas portuguesas na frente era desconhecida, certamente, do comando alemão. Por isso, ainda que no CEP houvesse a convicção de que o inimigo, na frente do sector, estava preparando algum ataque de envergadura mais notável, não era de todo possível imaginar que os Alemães haviam concentrado, em cerca de 12 a 15 quilómetros, aproximadamente 1500 bocas de fogo<sup>181</sup>. Esta massa de artilharia foi fundamental para o ataque. Aliás, era esta a experiência que a guerra de trincheiras vinha desenvolvendo desde os tempos já recuados de Verdun, pois que qualquer ofensiva era antecedida de uma longa preparação de artilharia. A intenção era não só destruir as obras defensivas, fossem elas quais fossem, como, acima de tudo, destruir a vontade de combater aos soldados de infantaria que sobrevivessem. Naturalmente que este bombardeamento inicial visava outros objectivos, a saber: cortar as ligações de todos os tipos entre os diferentes escalões de comando, impedir a aproximação de reforços vindos da retaguarda — daí o matraquear das estradas e cruzamentos —, reter na linha avançada a infantaria de modo a destruí-la ou e desmoralizá-la, tornando-a incapaz de oferecer resistência ao avanço subsequente ao bombardeamento.

---

<sup>181</sup> Coronel Docleciano Augusto Martins, *Relatório da Batalha*, p. 6 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 10. Veja-se, também, David Magno, *op. cit.* p. 109-111, de onde se pode concluir o número de bocas de fogo não ligeiras que guarneceram a frente alemã. Contudo, para se perceber o que foi a preparação de artilharia, seria conveniente consultar o excelente estudo comparativo de Ferreira do Amaral, *A Batalha do Lys. A batalha de Armantières ou o 9 de Abril*, Lisboa: tipografia do Comércio, 1923, p. 42, que, depois de antes tecer vários considerandos à artilharia alemã, tem esta expressiva frase: «(...) mas que desde 8 o Coronel Alemão Bruchmuller [o comandante da artilharia germânica, com bastas provas prestadas noutras preparações de assaltos de infantaria], especialista em bater bifes de carne humana, com artilharia de todos os calibres, varejou desalmadamente a frente, que ia ser objecto de um ataque».

Na frente luso-britânica tudo começou na madrugada de 9 de Abril. Um muito denso nevoeiro cobria as trincheiras do vale do Lys. Eram 4 horas e 15 minutos quando estalou um tremendo bombardeamento sobre todo o sector português. Das primeiras linhas às sedes dos comandos mais recuados, nada foi poupado. Se, por um lado, as guarnições dos quartéis-generais da Divisão e do Corpo estranharam a violência inicial, as tropas que estavam mais à frente aceitaram-na como represália de um ataque de artilharia aliada efectuado na véspera. O bombardeamento alemão começou por bater a zona dos comandos mais recuados, deixando incólumes as tropas em primeiras linhas, depois, como se fora um cilindro gigantesco, começou a diminuir a distância de tiro batendo desde as sedes dos comandos dos Batalhões até à linha A. De novo se alargou o tiro e manteve-se cobrindo toda a área de combate, impossibilitando contactos entre unidades.

À medida que o tempo foi passando esvaíram-se nas tropas da primeira linha a esperança de que o bombardeamento se tratasse de uma mera represália alemã; todos começaram a acreditar que era a preparação para a ocorrência de um ataque em força<sup>182</sup>.

#### 10.6. O ataque da infantaria

O comando da 5.<sup>a</sup> Brigada, no flanco direito do sector português, que ocupava o sector de Ferme du Bois, tendo em 1.<sup>a</sup> linha, à direita, o Batalhão de Infantaria n.º 10, à esquerda o Batalhão de Infantaria n.º 17, em apoio o Batalhão de Infantaria n.º 4 e em reserva o Batalhão de Infantaria n.º 13, viu-se, logo após os primeiros minutos de bombardeamento, impossibilitado de comunicar telefonicamente, quer para a frente, quer para a retaguarda. O coronel Docleciano Martins aceitou que tão pronta impossibilidade se

---

<sup>182</sup> O bombardeamento fez-se de acordo com as instruções de 18 de Março, as quais previam sete fases de fogo que se distinguiam pelos tempo e zonas a atingir, alternando entre as posições da infantaria, as da artilharia e as dos morteiros; a última fase, visando preservar o assalto, concentrava todo o fogo sobre uma zona 300 metros à retaguarda da 1.<sup>a</sup> linha e, de 4 em 4 minutos saltava duzentos metros para a frente (general Gomes da Costa, *Relatório Sumário*, p. 17, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144).

terá devido a qualquer acção de sabotagem<sup>183</sup>. Diga-se em abono da verdade que, como hipótese, não é descabida a desconfiança do oficial português, já que supõe-se que no meio das populações civis — e os comandos das Brigadas situavam-se em aglomerados urbanos à retaguarda das linhas — haveria agentes alemães infiltrados que tinham ligações com as tropas situadas para lá da *terra de ninguém*<sup>184</sup>.

Curiosamente, as ligações telefónicas da sede do Batalhão de Infantaria n.º 10 para as Companhias destacadas nas linhas mantiveram-se intactas até às 6 horas da manhã<sup>185</sup>. O comando do Batalhão de Infantaria n.º 17 (recordemo-nos que eram estas duas unidades que guarneciam as primeiras linhas) só ficou sem hipóteses de se ligar telefonicamente com as Companhias destacadas cerca das 8 horas da manhã<sup>186</sup>, mas daí não podia tirar vantagem, pois não tinha ligações com os escalões superiores.

Por volta das 9 horas já os Alemães estavam muito próximos do posto de comando do Batalhão de Infantaria n.º 10 e, segundo tudo indica, a sua penetração nas trincheiras fez-se primeiro pelo sector inglês, à direita, tendo aquelas tropas cedido terreno e permitido que a linha avançada portuguesa fosse envolvida pela direita e retaguarda<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> «O terem sido inutilizadas e cortadas todas as linhas, como se constatou logo depois dos primeiros tiros, leva-me a supor que tal facto não foi unicamente devido a efeitos do bombardeamento, apesar de as linhas serem todas aéreas. Inclino-me a que mão criminosa de espião seria o factor principal, e não único. O contrário seria atribuir demasiada influência ao que se poderá taxar de excepcionalíssimo acaso (*Relatório*, p. 9, *ibidem*). De facto, em nossa opinião, parece ser um pouco resultado do acaso e da sorte terem ficado inoperativas todas as ligações para os Batalhões da Brigada... pelo menos para um deveria ser possível estabelecer a ligação!

<sup>184</sup> Cf., da nossa autoria, «Portugal na Grande Guerra. Espionagem no Corpo Expedicionário Português» in «*Guerristas*» e «*Antiguerristas*», Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p. 57, onde se dá conta da existência de espionagem e ligações de diversa ordem entre as zonas da frente aliadas e alemãs (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 76).

<sup>185</sup> Major Guilherme Correia de Araújo, comandante do RI 10, *Relatório*, datado de 22 de Abril de 1918, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301, n.º. 12.

<sup>186</sup> Major José Augusto Duque, comandante do BI 17, *Relatório*, datado de 3 de Fevereiro de 1919, p. 8, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301, n.º. 14.

<sup>187</sup> Major Correia de Araújo, *Relatório*, p. 13-14, *ibidem*. O alferes Norberto Amâncio Alves, ajudante do BI 10, relata que próximo das 9h30 um soldado vindo da frente «(...) informou que o inimigo tinha ocupado a 1.ª linha (...) os ingleses da nossa direita fugiram chorando. Os alemães entraram nas linhas inglesas, vieram pela trincheira de comunicação e estão uns na trincheira Herodes e outros mais acima, cortando por isso a retirada às nossas forças que se encontravam na direita», *Relatório*, p. 2 AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301 n.º 12. Deve aqui

Entretanto, pelas 5 horas e 30 minutos a Companhia mais à direita do Batalhão de Infantaria n.º 17 (que se ligava com a mais à esquerda do Batalhão de Infantaria n.º 10) informava o comando da sua unidade que na *terra de ninguém* havia fortes patrulhas inimigas que estavam a ser repelidas<sup>188</sup>. Quer dizer, esta Companhia batia-se com galhardia contra a avalanche que julgava poder suster.

Às 6 horas e 15 minutos, a Companhia da esquerda, pertencente ao Batalhão de Infantaria n.º 17, fazia saber que não carecia de apoio da artilharia<sup>189</sup>. Esta informação leva-nos hoje à convicção de que o comando daquela unidade avaliou o bombardeamento como a preparação de um *raid* noutra sector, ou, então, já tinha caído nas mãos dos Alemães e estes obrigaram a que fosse feita a comunicação de cessar-fogo sobre a *terra de ninguém*, para diminuir as baixas das suas tropas. Esta segunda hipótese parece-nos pouco verosímil, contudo, não devemos de a deixar de colocar.

O comando do Batalhão de Infantaria n.º 4, em apoio, sem ligações telefónicas, mal começou o bombardeamento, tentou, por meio de ordenanças, transmitir às Companhias ordem para se porem em marcha para a frente, indo ocupar os postos defensivos que deveriam opor resistência ao inimigo. Dada a intensidade do bombardeamento o tenente-coronel Sande Lemos, comandante da unidade, presumiu que as ordenanças deviam ter

---

deixar-se dito, à guisa de mero comentário para não nos afastarmos do objectivo fundamental que nos propusemos, que deu polémica a questão da retirada da 55.ª Divisão inglesa que fazia a ligação com a 5.ª Brigada portuguesa. Realmente, o comando britânico procurou, por todos os meios, nos dias imediatos a 9 de Abril, fazer crer que aquela sua unidade tinha estabelecido uma formidável resistência ao inimigo, deixando subjacente a ideia que a ruptura da frente se havia feito por cedência do sector português, exactamente, na junção da sua direita com a esquerda da unidade do Reino Unido. Encarregaram-se de demonstrar o contrário, logo de imediato e de uma forma assaz curiosa, Basílio Teles, *Na Flandres (o episódio militar de 9 de Abril)*, Porto: Eduardo Tavares Martins, Suc.<sup>es</sup>, 1918 e, um pouco mais tarde, Ferreira do Amaral, *A Batalha do Lys. A batalha de Armantières ou o 9 de Abril*, Lisboa: tipografia do Comércio, 1923. Igualmente o fez o general Gomes da Costa no livro por nós já bastas vezes citado. Todos são unânimes em afirmar que a falência se começou por dar, exactamente no flanco da 2.ª Divisão, por incapacidade dos Ingleses estabelecerem as convenientes e necessárias ligações com as forças portuguesas.

<sup>188</sup> Major José Duque, *Relatório*, p. 8, *ibidem*.

<sup>189</sup> Interpretando esta informação, poder-se-ia concluir, hoje, que sobre a zona central da frente portuguesa os Alemães tinham diminuído a pressão do ataque, facto que demonstra que a progressão se fez pelos flancos da Divisão (cf. o supra citado *Relatório*, p. 9).

sido mortas antes de transmitirem a ordem. Pelas 10 horas avistou os primeiros Alemães e foi feito prisioneiro pelas 11 horas e 30 minutos<sup>190</sup>.

Dos oficiais do Batalhão de Infantaria n.º 17 só escapou de morrer ou ficar prisioneiro o tenente miliciano médico José Viana Corrêa<sup>191</sup>.

Pelas 13 horas foi feito prisioneiro o comandante da 5.ª Brigada com o seu estado-maior. Interrogado por um coronel alemão, tentou esquivar-se a responder, mas apreendeu que interessava ao inimigo aquilatar da surpresa do ataque, da situação das reservas e apercebeu-se que estava, também, perfeitamente informado quanto à localização do posto de comando da 5.ª Brigada.

A 6.ª Brigada defendia o centro da frente portuguesa, no sector de Neuve Chapelle. Em primeira linha estavam os Batalhões de Infantaria n.ºs 1 e 2 — o primeiro à direita e o segundo à esquerda; em apoio estava o Batalhão de Infantaria n.º 11 e em reserva o de Infantaria n.º 5.

Eram 4 horas e 15 minutos, ainda o segundo comandante do Batalhão de Infantaria n.º 1 trabalhava nos preparativos da rendição que se esperava, quando rebentou sobre a zona dos abrigos do comando um violento bombardeamento. Imediatamente as ligações telefónicas foram cortadas, primeiro com os comandos à retaguarda e, depois, com as Companhias<sup>192</sup>.

Até às 8 horas toda a frente foi consecutivamente bombardeada pelo inimigo. Àquela hora o tiro alongou-se e passaram as granadas a cair na zona do abrigo do comando do Batalhão. Às 9 horas e 30 minutos já correm as primeiras notícias de prisões nas linhas A e B<sup>193</sup>. As guardas avançadas alemãs caminhavam 80 metros atrás da barragem de artilharia. Formavam

---

<sup>190</sup> Tenente-coronel Sande de Lemos, *Relatório*, datado de 24 de Janeiro de 1919, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301 n.º 11.

<sup>191</sup> Tenente José Viana Corrêa, *Relatório*, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 143 n.º 76.

<sup>192</sup> Capitão José da Cruz Viegas, *Relatório*, p. 3, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 142 n.º 7-A.

<sup>193</sup> «Pelas 9.30 horas, o impedido do Sr. Capitão Correia veio-nos dizer que o seu capitão estava preso pelos Alemães e que os mais oficiais igualmente estavam presos. Que havia já numerosos mortos, feridos e soterrados» (*ibidem*, p. 4). Um pouco antes já o comando sabia «(...) que nas linhas as guarnições se achavam aniquiladas pelo desmoronamento das trincheiras, sendo impossível aos poucos homens que restavam oferecerem qualquer resistência», *Relatório do Oficial Granadeiro do BI n.º 1*, alferes Carlos de Almeida Beltrão de Seabra, p. 2, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 142 n.º 5.

um grupo de seis homens e varriam o terreno a tiro de metralhadora<sup>194</sup>. O número de baixas foi enorme; restaram somente cinco oficiais e algumas dezenas de praças que não foram nem presos nem feridos.

Na esquerda do sector, o Batalhão de Infantaria n.º 2 começou a ser bombardeado, segundo o seu comandante, pelas 4 horas. Também, logo de início, ficou sem comunicações para a retaguarda e para a frente, só conseguindo estabelecê-las com a Companhia da esquerda. Havia sido uma granada que atingira a cabina do amplificador e da telegrafia sem fios<sup>195</sup>. Até mesmo a única ligação duradoira só resistiu até às 5 horas e 30 minutos. Dessa área da frente ia, o comandante do Batalhão, sabendo que nada acontecia para além do formidável bombardeamento. De manhã, quando foi possível ver, mesmo pelo meio do denso nevoeiro, as posições de metralhadoras pesadas existentes nas proximidades do posto de comando do Batalhão estavam destruídas, os homens mortos ou feridos.

A certeza com que foram atingidos certos alvos logo após o início do bombardeamento faz crer que já havia muito tempo que os reconhecimentos estavam feitos e que os Alemães só não haviam destruído os objectivos fundamentais por não verem nisso uma necessidade premente.

Na frente, nas linhas, praticavam-se actos de rara bravura. O capitão João Mendes Cabeçadas, comandante da 1.ª Companhia, pelas 8 horas, debaixo do intenso bombardeamento, para poder informar o comando do Batalhão e, ao mesmo tempo, levantar o moral dos soldados, vai pessoalmente percorrer todos os postos, animando os militares com o seu exemplo.

Próximo das nove horas, o comandante do Batalhão, incapaz de conseguir qualquer ligação com a retaguarda (todas as ordenanças iam, mas não regressavam), convicto de que se tratava de uma grande ofensiva, carecido de reforços, resolveu, já sem grandes esperanças, largar os quatro pombos correios, pedindo auxílio. Como consequência do lavrar da terra com aivecas de morte que tudo revolviam sem decoro nem respeito, as munições,

---

<sup>194</sup> Alferes Beltrão Seabra, *op. cit.* p. 5.

<sup>195</sup> Major Nepomuceno de Freitas, comandante do BI 2, *Relatório*, p. 3 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301 n.º 16).

tão necessárias à defesa, ficaram soterradas, enquanto os homens espantados com tanta brutalidade, respiravam o ar envenenado de gases que o inimigo sobre eles despejava.

Conta-nos o comandante do Batalhão de Infantaria n.º 2 «(...) seriam proximadamente 10,30 horas, surgem inopinadamente pela esquerda [Fauquissart] e retaguarda patrulhas inimigas, seguidas aquelas de vagas de assalto, que assestando as metralhadoras varrem todas as trincheiras de comunicação do comando do Batalhão ao mesmo tempo que avançam»<sup>196</sup>. Toda a resistência era inútil. O Batalhão de Infantaria n.º 2 já não existia.

O comandante do Batalhão de Infantaria n.º 11, em apoio, quando às 4 horas foi surpreendido pelo bombardeamento, teve oportunidade para verificar que as áreas batidas pela artilharia adversa eram: toda a retaguarda do sector, as proximidades dos abrigos do comando, as posições da artilharia portuguesa e, de um modo geral, as estradas. Às 5 horas já o comando do Batalhão de Infantaria n.º 11 não conseguia estabelecer quaisquer ligações telefónicas. Pelas seis horas houve uma pequena pausa no bombardeamento, a qual durou exactamente 15 minutos, sendo retomado com redobrada intensidade.

Eram 10 horas quando chegaram as primeiras notícias da frente: os Alemães ocupavam já a linha A e, nalguns pontos, a B. Às 11 horas e 15 minutos o bombardeamento intensificou-se de tal modo que os impactos das granadas sobre a frágil construção que servia de posto de comando destruíram-na, soterrando o pessoal. Pelo meio-dia ouve-se o fogo das metralhadoras alemãs. Face à impossibilidade de resistência, já que não tinha ligação com nenhuma Companhia, o comandante do Batalhão retirou acompanhado pela parte sobrevivente do seu estado-maior<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Idem, *op. cit.* p. 6, e, mais à frente, nessa página: «(...) visto que pelo que deixo dito se conclui que este [o inimigo] nos envolveu, tendo penetrado por pontos que não foram da frente do SS [subsector] que o Batalhão ocupava, como unanimemente confirmam os comandantes de Companhias».

<sup>197</sup> «A falta de comunicações e como consequência a falta de ordens muito concorreu para se não fazer mais uma aturada resistência. A má qualidade de abrigos dados às Companhias originou baixas por desmoronamento das casas e consequentemente um abatimento moral por não encontrarmos frente o inimigo a combater (...) in *Relatório*, p. 8, da autoria do capitão Jerónimo Caetano David Dias (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 142 n.º 45).



A unidade teve as seguintes baixas: 13 oficiais, 21 sargentos e 244 cabos e soldados.

O Batalhão de Infantaria n.º 5, que era reserva do sector, começou a ser bombardeado pelas 4 horas e 10 minutos com grande intensidade. Tal como aconteceu a todos os outros Batalhões de Neuve Chapelle, também este ficou de imediato sem ligações telefónicas com o comando superior. Relatamos o Major Mário Constantino Oom do Vale, comandante da unidade: «Pelas 9 horas e 15 minutos apareceu o padre capelão Manuel Caetano, da 6.ª Brigada, e uma escolta de seis soldados, que me transmitiu a ordem de mandar avançar duas Companhias para reforçar cada subsector (...)»<sup>198</sup>.

A barragem de artilharia era tão forte que foi impossível penetrá-la para correr em socorro da frente. Havia que tentar ocupar mais à retaguarda algumas posições que possibilitassem uma defesa eficiente e, simultaneamente, constituíssem uma dificuldade para o inimigo ultrapassar. Entretanto, pelo percurso, o comandante do Batalhão de Infantaria n.º 5 foi recebendo ordens para recuar com pouco mais de centena e meia de homens que o acompanhavam. Os Alemães avançavam sempre, vindos da esquerda, de Fauquissart.

Em síntese, poder-se-ia dizer que a 6.ª Brigada, nas linhas A e B, sofreu envolvimento pela esquerda e retaguarda, e na direita, ataque frontal; não teve possibilidades de fazer chegar às primeiras linhas quaisquer reforços por falta de ligações e devido à intensa barragem.

No extremo esquerdo da frente portuguesa ficava o sector de Fauquissart ligado à 40.ª Divisão inglesa através da 119.ª Brigada de Infantaria. Desde 5 de Fevereiro que esta zona era defendida pela 4.ª Brigada, também conhecida no CEP por Brigada do Minho.

À frente, no subsector da direita, confinando com as forças da 6.ª Brigada, estava o Batalhão de Infantaria n.º 20; no da esquerda, ligando-se com a 119.ª Brigada britânica, encontrava-se o Batalhão de Infantaria n.º 8; o apoio às primeiras linhas era dado pelo Batalhão de Infantaria n.º 29; constituía reserva do sector o Batalhão de Infantaria n.º 3.

---

<sup>198</sup> Major Mário Constantino Oom do Vale, *Relatório*, p. 2 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 142 n.º 25).

A esta unidade faltavam, para ter os efectivos completos, 51 oficiais e 1300 praças, além de que necessitava urgentemente de repouso, por ser a Brigada da 2.<sup>a</sup> Divisão com mais tempo de permanência em primeiras linhas.

Pelas 4 horas e 15 minutos todo o sector de Fauquissart foi bruscamente despertado por um brutal bombardeamento; eram batidas as primeiras linhas, os comandos de Batalhão e de Brigada, os cruzamentos das estradas e povoações. O quartel-general da Brigada ficou, quase imediatamente após o início do bombardeamento, sem ligações telefónicas com as unidades da frente, muito embora tal nunca tenha acontecido em ataques anteriores<sup>199</sup>. Foi logo montado um serviço de ordenanças para garantir as comunicações com as primeiras linhas.

Previendo o pior, às 4 horas e 50 minutos, duas Companhias que estavam junto do quartel-general da Brigada receberam ordem de marcha para a zona de apoio.

Pelas 8 horas iniciou-se o avanço da infantaria alemã, o qual se fez sobre o subsector defendido pelo Batalhão de Infantaria n.º 8, isto é, à esquerda de todo o sector. Rapidamente o inimigo aproximou-se da linha B, depois de ter aniquilado toda a resistência oferecida na linha A. Eram 10 horas e 15 minutos quando foi recebida no quartel-general da Brigada a última comunicação da frente. Quinze minutos antes já se sentiam os efeitos da penetração alemã nas linhas: as praças debandavam. Pelas 10 horas e 30 minutos as estradas de acesso ao quartel-general eram batidas pelo fogo das metralhadoras. A progressão do adversário fazia-se a uma velocidade espantosa. O comandante da 4.<sup>a</sup> Brigada determinou que o posto de comando se transferisse para junto da Brigada inglesa, à sua esquerda, que distava cerca de oitocentos metros. Minutos mais tarde, uma granada de grande calibre destruíu a casa que servia de abrigo e posto de comando;

---

<sup>199</sup> «(...) e este facto faz criar a suspeita de que os mesmos não foram cortados somente pela artilharia, mas por qualquer outro meio estranho, como o da espionagem, pois achando-se os cabos telefónicos enterrados em quase toda a sua extensão a profundidade relativamente grande, não parecia fácil que os mesmos fossem cortados ao mesmo tempo seguindo eles diversas direcções, tanto mais que a estação telefónica, único ponto onde todos eles se reuniam, estava ainda nessa ocasião intacta, bem como nas suas proximidades» in *Relatório*, p. 26 da autoria do tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira, comandante da 4.<sup>a</sup> Brigada (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301).

o tenente-coronel Carlos Mardel, comandante da Brigada, ferido, desmaiado, acabou por cair prisioneiro dos Alemães.

O comando do Batalhão de Infantaria n.º 20, direita do sector, tendo conseguido manter algumas ligações durante algum tempo, deu indicações às Companhias, na frente, para recuarem da linha A para a B e, depois, quando o bombardeamento afrouxasse, reocuparem a linha A. Pelas 7 horas e 30, o Major Xavier da Costa, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 29, informava que o inimigo tinha entrado no subsector da esquerda.

O bombardeamento continuava intenso. Às 8 horas e 15 minutos, um pelotão do Batalhão de Infantaria n.º 8, devidamente comandado, apresentou-se no posto de comando do Batalhão de Infantaria n.º 20. Havia retirado das linhas. Meia hora mais tarde teve-se notícias concretas dos Alemães na linha B. Entre as 9 horas e 30 minutos ouviam-se, cada vez mais próximos, os disparos das metralhadoras alemãs. Quando o próprio comandante do Batalhão de Infantaria n.º 20 se preparava para montar a única metralhadora disponível e fazer frente ao inimigo, saíram do denso nevoeiro inúmeros soldados alemães de baioneta calada na espingarda, que o obrigaram à rendição<sup>200</sup>.

O Batalhão de Infantaria n.º 8 ocupava a esquerda do sector e constituía a unidade de ligação à 40.<sup>a</sup> Divisão britânica. O comandante da unidade, tenente-coronel Aníbal Coelho de Montalvão, diz, no seu relatório<sup>201</sup>, que o bombardeamento iniciado às quatro e quinze terminou às nove e vinte. De imediato ficou sem comunicações telefónicas com a Companhia da esquerda (zona de junção à 119.<sup>a</sup> Brigada inglesa) e com o comando da 4.<sup>a</sup> Brigada. Seriam 4 horas e 45 minutos quando foi dado o alerta de fortes patrulhas nas primeiras linhas. Às 8 horas e 15 minutos o bombardeamento abrandou, para, logo de seguida, aumentar com enorme brutalidade sobre a área circundante do posto de comando do Batalhão; foi pedido o auxílio da artilharia pesada e das metralhadoras pesadas inglesas. Largaram-se pombos transportando pedidos de ordens e fornecendo pormenores.

---

<sup>200</sup> Capitão Jerónimo Pinto Montenegro Carneiro, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 20, *Relatório*, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301.

<sup>201</sup> Tenente-coronel Aníbal Coelho de Montalvão, p. 1-2 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301).

Eram nove e dez, vivendo uma interminável expectativa, sem que nada acontecesse para além do terrível bombardeamento que ia matando e incapacitando a eito, chegou, das primeiras linhas, da extrema esquerda, ligeiramente ferido, o alferes Malheiro, que disse que não se notara qualquer acção da infantaria alemã na frente. Alguns instantes mais tarde as ligações telefónicas com a Companhia da direita foram interrompidas, mantendo-se ainda as linhas que permitiam falar com a Companhia do centro e com o comando do Batalhão em apoio. Dez minutos depois (nove e vinte), só já se conseguia falar com esta última unidade. Minuto a minuto, os homens sentiam que iam ficando mais isolados, mais submersos em fogo e metralha<sup>202</sup>.

Seriam 9 horas e 25 minutos quando a barreira de tiro de artilharia começou a avançar para a retaguarda do sector, vindo-lhe logo no encalço uma outra de tiro de metralhadora. Quase de seguida caíam prisioneiros os oficiais do comando do Batalhão<sup>203</sup>.

No trajecto para o cativo, o comandante viu como ainda era possível haver vida onde, logicamente, só restaria a morte. Com efeito, diz, no seu relatório: «(...) vi que da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha não restava mais do que um montão de ruínas confuso e informe, tendo sucedido o mesmo a todos os caminhos e estradas de acesso, sendo aqui e além presas algumas praças que ainda se conservavam em abrigos que por milagre se tinham mantido intactos»<sup>204</sup>.

Em apoio estava o Batalhão de Infantaria n.º 29, e na impossibilidade do seu comandante, Major Xavier da Costa (que, para além de ter sido feito prisioneiro, ficou quase cego depois da batalha), elaborar o relato, foi o Capitão José dos Santos e Cunha quem o fez<sup>205</sup>.

---

<sup>202</sup> A esta mesma hora apresentou-se no comando do BI 8 o tenente de cavalaria Alfredo Guimarães, que comandava a Companhia de Infantaria n.º 29, para receber ordens porquanto os seus soldados lhe haviam fugido por causa do terrível bombardeamento; «(...) também na 2.<sup>a</sup> linha já não havia ninguém do Batalhão de Infantaria 20 (...)» *op. cit.* p. 5. Este tenente Guimarães há-de acabar por ser um dos tantos heróis mortos da Brigada do Minho.

<sup>203</sup> «A seguir entrei no abrigo (...) ouvi os alferes Machado e Branco gritar: estão aqui os *boches*. (...). Saí precipitadamente julgando que viessem ainda ao longo da estrada, mas mesmo à porta do abrigo deitaram-me as mãos ao cinto e à pistola e eis-me na presença de soldados de baioneta calada e granadas de mão que me rodearam... Os soldados inimigos apresentavam-se vindos quase todos da esquerda do lado dos ingleses e da frente da Rua Tilleloy», *op. cit.* p. 5.

<sup>204</sup> *Op. cit.* p. 6.

<sup>205</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 8.

A convicção de que se estava a preparar um ataque de grande envergadura sobre a frente portuguesa deverá, muito provavelmente, ter *transitado* das primeiras linhas alemãs para as dos Aliados por vias obscuras e complexas. Aqui e além, os contemporâneos dos factos deixam escapar uma suspeita de espionagem. Quase pela certa, as tropas do CEP, preocupadas com o inimigo da trincheira em frente, não toparam com aqueles que com eles conviviam diariamente. Estas dúvidas têm fundamento quando se lêem as palavras do Capitão Santos e Cunha: «Nos dias 6 e 8 [de Abril] a dona da casa onde estava o comando do Batalhão, *Red House*, foi buscar o mobiliário que lá estava desde o começo da campanha, o que nos fez suspeitar bastante e acreditar num próximo movimento importante do inimigo, o que foi confirmado»<sup>206</sup>.

Pelas 4 horas e 35 minutos de 9 de Abril o Batalhão de Infantaria n.º 29 já tinha enviado todas as suas forças para apoio às primeiras linhas. Às dez e meia, o Major Xavier da Costa, tendo reunido à sua volta o máximo possível de homens, tomou a decisão de resistir, entrincheirando-se nos drenos. Resistência inútil para travar tão poderoso adversário. Foram morrendo ou ficando feridos um a um, até que os últimos tiveram que se render às tropas alemãs. O Major Xavier da Costa e os seus bravos ficaram como um dos símbolos de La Lys.

O Batalhão de Infantaria n.º 3, reserva do sector, pelas 5 horas e 15 minutos já tinha feito marchar para a frente as duas Companhias que constituíam, à hora do início do ataque, toda a sua força. O comandante e o seu estado-maior foram apresentar-se no quartel-general da 4.ª Brigada. No cumprimento da decisão de seguirem para a 119.ª Brigada inglesa, alguns oficiais e praças acabaram por cair em poder do inimigo<sup>207</sup>.

Como síntese da actividade da 4.ª Brigada (a que teve maior número de baixas, quer em mortos quer em prisioneiros e que sofreu mais intensivamente a acção penetrante do inimigo), poder-se-iam usar as palavras do Capitão Santos e Cunha: «Fácil é de ver que o envolvimento se fez neste sector, pelo flanco esquerdo, que estava apoiado em tropas britânicas, que

<sup>206</sup> Op. cit. p. 9, *ibidem*.

<sup>207</sup> Alferes Adelino Graça, *Relatório*, elaborado no campo de prisioneiros de Brensen (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301).

cedeu às 8 horas e 50 minutos<sup>208</sup>, tendo os Portugueses cedido cerca das dez horas,<sup>209</sup>.

A função de reserva da 2.<sup>a</sup> Divisão estava cometida à 3.<sup>a</sup> Brigada, a qual tinha os seus quatro Batalhões (Infantaria n.º 9, Infantaria n.º 12, Infantaria n.º 14 e Infantaria n.º 15) dispersos na área da Linha do Corpo e, taticamente, deveria ocupar a *Village Line* em caso de ataque.

A recente transferência para a situação de reserva (7 de Abril), o desconhecer os itinerários a usar nas deslocações e os postos a ocupar, o fortíssimo bombardeamento sobre as estradas e a dispersão dos Batalhões ao longo do sector português, levou a que estes não atingissem, na sua maioria, a Linha das Aldeias quando tardiamente conseguiram pôr-se em marcha. Quedaram-se pelos postos da Linha do Corpo.

No entanto, ainda que as unidades da 3.<sup>a</sup> Brigada não tenham defendido os postos que lhes competiam, o certo é que, no final da batalha, perderam 17 oficiais, 18 sargentos e 218 cabos e soldados, facto demonstrativo da resistência isolada, pouco organizada, mas galharda, que a infantaria da Brigada de reserva na madrugada e manhã de 9 de Abril, ofereceu ao avanço das hostes alemãs<sup>210</sup>.

### 10.7. A artilharia portuguesa<sup>211</sup>

A artilharia portuguesa, dentro das possibilidades existentes, desempenhou com grande pundonor a sua missão, muito embora tenhamos de ter consciência que a colocação das peças de cada Bateria já estava previamente

---

<sup>208</sup> Um telegrama da 119.<sup>a</sup> Brigada inglesa dava indicação de que o inimigo já havia ocupado o Dee Post (posto fortificado situado já bem dentro do sistema defensivo), *Relatório Preliminar da Batalha, Sector de Fauquissart*, chefe do estado-maior da 2.<sup>a</sup> Divisão, major Vitorino Godinho, p. XXI (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 148).

<sup>209</sup> Capitão Santos e Cunha, *Relatório*, p. 20, *ibidem*.

<sup>210</sup> Coronel João Reis e Silva, *Relatório*, datado de 20 de Abril de 1918 (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 145 n.º 222).

<sup>211</sup> A descrição que se faz é uma síntese dos *Relatórios* da acção dos Grupos de Baterias de Artilharia encontrados no AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 185 e 186 e do que o major Vitorino Godinho relata no *Relatório Circunstanciado*, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 180.

referenciada pelo inimigo e que a quantidade de bocas de fogo dos Alemães era tão grande que toda a resposta seria sempre irrisória.

No sector de Ferme du Bois a infantaria era apoiada com o fogo das peças do 5.º e do 1.º Grupos de Baterias de Artilharia (GBA).

Segundo o *Relatório Circunstanciado*, a 1.ª Bateria do 5.º GBA iniciou o fogo logo que recebeu o pedido da infantaria, às 4 horas e poucos minutos e só interrompeu às 8 horas e 45 minutos. Pelas 9 horas encurtou o tiro, passando a bater a linha C, por ter recebido informação de um soldado de infantaria que o inimigo já ali se encontrava. A 2.ª Bateria também deu início ao fogo logo que o bombardeamento alemão começou calando-se próximo das 9 horas por se lhe terem acabado as munições. A 3.ª Bateria, dado que estava numa posição muito recuada, não fez fogo por falta de ordem e de informações. Já a 4.ª Bateria abriu fogo às 4 horas e 30 minutos para responder a um pedido de SOS da infantaria; começou logo a ser bombardeada com grande violência, tendo cessado a sua actividade pelas 9 horas e 30 minutos.

O comando do 1.º GBA mal começou o bombardeamento alemão ficou sem ligações telefónicas, com excepção da que manteve com o subsector da esquerda. Foi daí que recebeu o pedido de fogo em SOS, ou seja, bombardear a *terra de ninguém* e as primeiras linhas adversárias. Não conseguiu fazer chegar às Baterias a ordem para iniciarem o tiro, mas apercebeu-se que elas haviam dado apoio às tropas de infantaria. Eram seis horas e cinquenta quando telefonicamente recebeu o pedido para mandar parar o fogo de apoio ao subsector com o qual mantinha ligações. O comandante estranhou a solicitação e admitiu, depois da batalha, que tal tivesse resultado de o posto de comando do Batalhão já estar dominado pelos Alemães.

A 1.ª Bateria deste Grupo iniciou o bombardeamento às 4 horas e 10 minutos só tendo parado às onze e quinze. Fez cerca de 3000 disparos. A 2.ª Bateria, que ocupava uma posição recuada, abriu fogo pelas 11 horas da manhã e começou por bater as primeiras linhas portuguesas, passando logo de seguida a bombardear a linha intermédia desde Richebourg S. Vast até à estrada de La Bassée. Também a 3.ª Bateria fez fogo de SOS desde o começo do bombardeamento alemão, tendo cessado pelas 11 horas, quando se lhe acabaram as munições. Mais de 1300 tiros fez a 4.ª Bateria que

começou a bombardear o inimigo às 4 horas e 30 minutos e só calou as suas bocas de fogo às onze e trinta.

No sector de Neuve Chapelle era o 2.º GBA quem dava apoio às unidades de infantaria e, tal como aconteceu nos outros sectores da frente, as comunicações telefónicas com as Baterias e com as tropas que estavam nas linhas ficaram logo cortadas após o início do bombardeamento alemão; as únicas que se mantiveram até às seis horas foram as de ligação ao comando da artilharia.

A 1.ª Bateria deu início ao contra-ataque às 4 horas e 15 minutos, tendo logo utilizado as quatro peças em defesa da área do subsector da esquerda. Pelas nove e trinta um alferes de infantaria pediu SOS e a cadência de tiro foi aumentada. Às 10 horas e 15 minutos o capitão de infantaria de nome Queirós, quando passava perto do abrigo da 5.ª Secção, informou que os Alemães já tinham ocupado a 2.ª linha, em Fauquissart, o que foi confirmado por alguns soldados em fuga para a retaguarda. Em face disto o tiro de duas peças foi encurtado de modo a defender aquele sector. Às 10 horas e 45 minutos, os Alemães já estavam a fazer fogo de metralhadora sobre as posições das peças da Bateria e como não havia tropas de infantaria para garantir uma defesa que fosse suficiente o comandante deu ordem para retirar, depois de se inutilizarem as bocas de fogo.

A 2.ª Bateria, logo após o começo do bombardeamento inimigo, iniciou fogo de SOS. Pelas dez horas e trinta acabaram-se-lhe as munições. Às onze horas e quarenta e cinco foi dada ordem para as guarnições das peças as abandonarem, depois de destruídas, dirigindo-se para a retaguarda.

Embora ocupasse uma posição recuada e não tivesse recebido qualquer ordem nesse sentido, a 3.ª Bateria abriu fogo de SOS às 4 horas e 30 minutos. Pelas onze e quinze o tiro de barragem feito pelos Alemães começou a atingir a posição da Bateria e foi, então, ferido o seu comandante e várias praças. Eram 12 horas e 45 minutos quando toda a guarnição abandonou as peças que tinham ficado inutilizadas pelo bombardeamento adversário.

A 4.ª Bateria, tal como as anteriores, começou a fazer fogo após o início do ataque inimigo. Contudo, dos quatro obuses, dois foram logo destruídos pelos impactos das granadas adversárias e os outros dois, depois de terem feito 350 tiros, cessaram a sua actividade às dez horas.

O sector de Fauquissart era protegido pelo fogo das Baterias do 6.º GBA.



Mal se iniciou a barragem da artilharia alemã verificou-se que todas as comunicações telefónicas do comando do Grupo estavam cortadas. Em consequência deste facto o comandante procurou estabelecer ligação com a 4.<sup>a</sup> Brigada. Eram 8 horas quando chegaram ao Grupo duas ordenanças do comando daquele escalão com o pedido de fogo de SOS para os dois Batalhões que estavam na frente.

Face à situação que se vivia, o comandante do 6.<sup>o</sup> GBA solicitou ao comando da Brigada que determinasse aos Batalhões para se ligarem directamente com as Baterias, coordenando com elas o apoio de fogo. Simultaneamente deu ordem a estas para que logo que verificassem que a infantaria recuava para a Linha das Aldeias retirassem as peças para as posições de socorro.

A 1.<sup>a</sup> Bateria, que ocupava uma posição recuada, não deve ter aberto fogo, dado que, logo no início do ataque, o seu comandante foi morto e os outros dois oficiais desapareceram.

Já a 2.<sup>a</sup> Bateria iniciou os disparos cinco minutos após o começo do ataque alemão. Instantes depois, uma das peças foi destruída devido ao impacto directo de uma granada adversária, tendo morrido toda a guarnição com excepção de um sargento.

A Bateria fez fogo até às 7 horas e 30 minutos, cessando a sua actividade porque, do Batalhão de Infantaria n.<sup>o</sup> 8, deram indicação, por intermédio de ordenanças, de não ser necessário continuar. Todavia, dado ouvirem-se impactos de granadas alemãs sobre as linhas da frente, uma das peças recebeu ordem para que voltasse a disparar. Pelas oito horas novamente uma ordenança vem alertar o comando da Bateria para o facto de não ser necessário apoio, «visto não haver nada de anormal nas linhas e o bombardeamento ser só para a retaguarda».

Pelas nove horas reiniciaram-se os disparos por indicação de um oficial inglês que informou da grandiosidade da ofensiva. A Bateria cessou completamente toda a actividade às 10 horas e 30 minutos, quando se acabaram as munições e já se avistavam Alemães nas proximidades. Não houve oficiais sobreviventes desta unidade.

A 3.<sup>a</sup> Bateria, mal o bombardeamento alemão teve início, ficou sem comunicações telefónicas. Pelas 8 horas e 30 minutos oficiais do Batalhão de Infantaria n.<sup>o</sup> 20 informaram o comandante da Bateria de que as tropas

inimigas já se encontravam em Laventie. Em função deste conhecimento as peças começaram a fazer fogo. Soube-se que o comandante ordenou que a resistência fosse até ao limite total, resultando não ter havido, após a batalha, mais informações sobre o que aconteceu posteriormente, já que não sobreviveu ninguém.

Finalmente, a 4.<sup>a</sup> Bateria, ainda que com as comunicações cortadas, começou a sua actividade, disparando um tiro de obus em cada cinco minutos, mal se iniciou o bombardeamento adversário. Após cem disparos cessou temporariamente o fogo por ser impossível obter mais munições. Nesse intervalo o impacto directo de uma granada inimiga destruiu um dos obuses. Pouco antes das oito e meia uma praça de infantaria, que retirava das linhas, relatou o que se passava e com dois obuses a Bateria passou a fazer dois disparos em cada minuto. Pelas 11 horas, função de informações recebidas da frente, a cadência de tiro foi aumentada para o limite do possível até se esgotarem as munições e, dado que não foi exequível recuar com os obuses, o comandante deu ordem para os inutilizar e os homens retirarem, uma vez que já se ouviam os disparos das metralhadoras alemãs.

Em síntese, pode dizer-se que toda a artilharia que apoiava as tropas de infantaria da 2.<sup>a</sup> Divisão, ainda que quase sempre sem informações das trincheiras, abriu fogo sobre o inimigo resistindo até ao limite do possível e, em alguns casos, até para além do dever. Fosse como fosse, a resistência oferecida pela artilharia portuguesa em face dos meios utilizados pelos Alemães só retardou escassamente a avalanche que soterrou a depauperada tropa nacional.

### 10.8. La Couture

Por se tratar de um dos vários casos de grande heroicidade praticados colectivamente na batalha de La Lys achamos dever dar relevo ao que se passou próximo da igreja da localidade de La Couture e, acima de tudo, por ter sido, dentro da área do sector português a situação de mais prolongada resistência à arremetida alemã, mostrando que, bem enquadrados e comandados, os soldados portugueses teriam sido capazes de cumprir o objectivo nacional que tinha levado a França uma grande unidade do

Exército, representando uma estratégia de dignificação de um Estado, até então, pouco dignificado no concerto das nações europeias<sup>212</sup>.

O Batalhão de Infantaria n.º 13, na noite de 5 para 6 de Abril, recebeu ordem para ocupar posições em La Couture, como reserva do sector de Ferme du Bois. De acordo com o relatório elaborado pelo 2.º comandante, capitão Bento Roma, ainda houve oportunidade para, por iniciativa própria, procederem aos reconhecimentos dos postos que deveriam defender em caso de ataque e das primeiras linhas que, em alguns troços, foram encontrar completamente destruídas pela acção da artilharia adversária aquando dos últimos bombardeamentos do mês de Março. No começo da noite de 8 para 9 receberam indicações para se prepararem para, no dia seguinte, serem rendidos por uma unidade inglesa, já que iam recolher à retaguarda.

O comando do Batalhão e a 1.ª e 2.ª Companhias estavam instalados na Senescal Ferme. Eram cerca das quatro horas e meia da manhã quando uma granada — a primeira — caiu muito próximo da casa onde se alojava o comando da unidade. Todos os oficiais se reuniram na sala que servia de secretaria e começou a verificar-se que o bombardeamento era de grande intensidade. No momento pensaram que se tratava da retaliação de um outro com que, na véspera, a artilharia portuguesa havia brindado as tropas adversárias instaladas no Bosque de Biez, em frente das trincheiras do sector. A intensidade e o tempo que se foi passando retiraram esta convicção aos oficiais que ainda não sabiam qual a atitude tomar, tanto mais que não recebiam ordens superiores para entrarem em acção. Procurou-se estabelecer ligações telefónicas com o comando da Brigada, mas foi impossível. Ao fim de duas horas de bombardeamento constante desvaneceram-se as esperanças iniciais de que se tratasse de uma mera retaliação inimiga; em todos se enraizou a certeza de que se iria viver de seguida um *raid* de proporções bem maiores do que qualquer dos anteriores. Foram mandadas duas ordenanças ao comando da Brigada para colher informações

---

<sup>212</sup> No relato deste episódio seguimos muito de perto o relatório do capitão Bento Roma (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1272) não tendo, no entanto, dispensado a consulta dos relatórios do major Peres, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 15 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 143 n.º 75-A) e do tenente-coronel Pissarra, comandante do Batalhão de Infantaria n.º 13 (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1301 n.º 13).

e receber ordens. Não regressaram, tal como as duas que foram enviadas ao Batalhão em apoio.

Um denso nevoeiro caiu sobre a região e o bombardeamento com granadas de gás começou pelas 7 horas. O capitão Bento Roma foi várias vezes visitar os homens da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Companhias que se mantinham prontos para tudo, embora assustados com a intensidade do bombardeamento.

Pelas oito horas chegou ao posto de comando do Batalhão o contramestre de corneteiros de Infantaria n.º 17 (que estava no sector de Ferme du Bois, em primeiras linhas à esquerda) «que nos diz, ofegante, que os boches já aí vêm de roldão. Prenderam já tudo, o comando do seu Batalhão e todo o Batalhão do 4 [unidade que estava em apoio]. Olhamo-nos sem saber se devíamos acreditar, tão atabalhoadamente era dito tudo, por sacões, com o terror estampado no olhar, nas feições, em toda a sua pessoa»<sup>213</sup>.

Em face do relato acabado de ouvir e porque não havia nem ordens da Brigada, nem tinha sido entregue plano de defesa, o comando do Batalhão de Infantaria n.º 13 tinha que improvisar uma acção defensiva. Foi decidido que a 2.<sup>a</sup> Companhia, comandada pelo tenente Alcídio de Almeida, avançasse para a trincheira 5 de defesa de La Couture, mandando homens em patrulha para determinarem a posição do inimigo e ali manterem o combate; em simultâneo, deveria a mesma unidade estabelecer contactos com quaisquer tropas instaladas defensivamente nos seus flancos. A mesma ordem foi mandada transmitir através do oficial adjunto do comando, alferes Pereira Martins, aos comandantes da 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Companhias, respectivamente tenente Gonçalves e capitão David Magno.

As praças tinham poucas munições, já que se limitavam à dotação individual; não tinham nem granadas de mão nem de espingarda.

O capitão Bento Roma tentou organizar um sistema de abastecimento de munições com base em tropas da 4.<sup>a</sup> Companhia que deveria ficar em reserva do Batalhão. Entretanto, na deslocação para o acantonamento daquela unidade, encontrou praças do Batalhão de Infantaria n.º 15 que lhe disseram onde estava instalado o seu comando. Dirigiu-se para junto da igreja e numa cave lá encontrou o major Peres e o capitão Almeida.

---

<sup>213</sup> *Relatório*, p. 4-5, AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1272.

Pediu-lhes munições, mas face à resposta negativa resolveu expor-lhes o plano defensivo que tinham improvisado, na esperança de assim conseguir aumentar o número de combatentes.

O comandante da 4.<sup>a</sup> Companhia sugeriu a montagem de um serviço de postos que chegasse a Vieille Chapelle. A ideia foi aceite e o capitão Bento Roma seguiu para o *blockhouse* que existia junto da igreja onde, supostamente, estariam tropas britânicas; o seu objectivo era pedir-lhes munições. O major que comandava um Batalhão de ciclistas ingleses depois de muito instado cedeu 3000 cartuchos ao 2.<sup>o</sup> comandante do Batalhão de Infantaria n.<sup>o</sup> 13.

Por volta das 11 horas e 30 minutos, de novo reunido com todos os oficiais do comando da sua unidade, viu aproximarem-se soldados do Batalhão de Infantaria n.<sup>o</sup> 15 que foram anexados aos da 4.<sup>a</sup> Companhia. Entretanto, o bombardeamento mantinha-se com grande intensidade. Da 1.<sup>a</sup> Companhia chegavam informações sobre o avanço alemão: segundo homens vindos da frente, o inimigo não se preocupava em desalojar os postos fortificados, cercava-os e avançava.

Próximo das 13 horas são avistados soldados alemães nas proximidades das trincheiras que Bento Roma e a restante oficialidade ocupavam. Abriu-se fogo sobre eles, embora não fosse grande a visibilidade por causa do denso nevoeiro que continuava a cobrir todo o campo de batalha.

As horas vão passando e já perto das 15 começam a surgir tropas alemãs de todos os lados, sinal claro de que as Companhias de Infantaria 13 e 15 tinham deixado de opor resistência. Os aeroplanos alemães voavam baixo, tentando observar o desenvolvimento das operações.

Como a trincheira onde se encontrava o capitão Bento Roma, os restantes oficiais e soldados que os acompanhavam, era muito extensa e de difícil defesa por tão pequeno efectivo, havia o risco de serem envolvidos pela infantaria inimiga. Assim, tomaram a decisão de se abrigarem no *blockhouse* juntamente com as tropas britânicas ali instaladas. Aumentariam a resistência ao avanço alemão.

Às 16 horas e 30 minutos já se encontravam dentro do fortim ocupado pelos Ingleses, depois de todos terem retirado em segurança protegidos pelo fogo da metralhadora manejada pelo sargento Gomes de Carvalho,

que se portou com imensa valentia e sangue-frio perante o inimigo. No *blockhouse* haviam-se abrigado, também, o comandante e 2.º comandante do Batalhão de Infantaria n.º 15, bem como todo o seu estado-maior. Além deles estavam praças de pioneiros sem comando e sem armamento. Havia homens feridos que não tinham tido qualquer assistência médica.

O major inglês cedeu mais 5000 cartuchos a muito custo. Também ele já não tinha ligações com a retaguarda. A esperança de todos centrava-se na ideia de que as forças que deviam render a 2.ª Divisão portuguesa estariam nas imediações e seriam capazes de opor resistência aos Alemães.

Era próximo da hora do pôr-do-sol e a intensidade do ataque adversário redobrou, fazendo recuar as Companhias dos Batalhões de Infantaria n.º 13 e 15 que ainda se batiam nas trincheiras circunvizinhas do fortim. No céu voavam aeroplanos germânicos, mas nenhum aliado.

Cerca das 18 horas e 30 minutos o *blockhouse* foi bombardeado, mas resistiu. Entretanto a artilharia alemã alongou o tiro lá mais para a retaguarda. Dentro da fortificação os defensores sabiam que estavam isolados e cercados. As numerosas seteiras da construção foram guarnecidas por soldados ingleses e portugueses. Desde a véspera que não havia comida, os homens estavam extenuados, mas não esmoreciam. Pelas 4 horas da manhã de 10 de Abril recomeçou o bombardeamento sobre o fortim. Às 7 horas cessou a actividade da artilharia. Nesse período de acalmia saíram duas patrulhas, uma inglesa e outra portuguesa, para colherem informações no exterior. Saíram, também, alguns soldados portugueses para tentarem arranjar algo que se comesse... encontraram, em casas próximas, pão e queijo que trouxeram para os oficiais.

Pelas 8 horas recomeçou o tiroteio e novamente foram pedidas mais munições ao oficial inglês que comandava a resistência. Entregou 2000 cartuchos, os últimos. Os defensores estavam completamente cercados. As munições esgotaram-se rapidamente. Os Ingleses que combatiam junto do cemitério acabaram rendendo-se quando eram 10 horas e 30 minutos. Os soldados portugueses que ocupavam as trincheiras fora do fortim ainda resistiam. Às onze e meia os Alemães mandam um parlamentar com um papel escrito informando que ou havia rendição ou destruíam por completo toda a fortificação. Já não havia munições nem esperança de serem

auxiliados por forças da retaguarda. Qualquer resistência seria inútil... A esta conclusão chegaram os majores portugueses e o inglês.

Os comandos foram parlamentar com os Germânicos. Ficaram reféns o comandante do Batalhão de Infantaria n.º 13 e o ajudante do major inglês. O comandante do Batalhão de Infantaria n.º 15 deu ordem para que todos os homens se desarmassem. Segundo as palavras do capitão Bento Roma «Chorava-se neste momento. Tínhamos trinta e uma horas de fogo e vinte e cinco de combate»<sup>214</sup>. Prepararam-se os militares para sair do fortim: «Desarmados, formaram Ingleses à frente, e marcharam para fora do *block-house*. Na cauda seguia eu, o Exm.º major do 15 e um capitão inglês, tipo simpático, e que durante o tempo que comigo esteve mostrou ser valente e desembaraçado. De repente ouvem-se detonações e os soldados que na nossa frente marchavam retrocedem espavoridos, cheios de terror, lançando-se ao chão, caindo de joelhos e de mãos erguidas. Olho e custa-me a crer o que vejo. Boches armados despejam as suas espingardas sobre aqueles desgraçados que não se podem defender. É então que pela primeira vez na minha vida me vejo alvejado a 5 a 6 metros de distância. Tenho presente nos meus olhos e bem viva ainda a chama do tiro a sair da boca da espingarda. Mas, mais uma vez, e bem infelizmente, a morte não quer nada comigo, nem ela me quer, e é o capitão inglês, ao meu lado, que recebe uma bala em pleno peito. Cai, amparo-o, mas desfalece. Não sei se morreu. Morto ou não, sei que lhe presto homenagem, pois era um valente. Nesta ocasião morreram alguns e ficaram feridos outros, entre eles um sargento do 15»<sup>215</sup>. Eram 12 horas do dia 10 de Abril de 1918. Estas foram as últimas tropas portuguesas que, na área de defesa que competia à 2.ª Divisão garantir, ainda lutavam com galhardia até à impossibilidade.

<sup>214</sup> *Relatório*, p. 9.

<sup>215</sup> *Ibidem*. No relato, o capitão Bento Roma faz questão de deixar bem evidente que um dos oficiais alemães que estavam a acompanhar os soldados a quem se renderam ou pertencia à Cruz Vermelha ou era padre e, contudo, empunhava uma pistola. Houve ameaças de fuzilamento por parte dos Alemães, porque com uma tão longa resistência tinham provocado bastantes baixas entre as tropas germânicas. Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 378, dá-nos os números de prisioneiros feitos pelos Alemães em Lacouture: 16 oficiais, dos quais 4 ingleses e 226 sargentos e praças, das quais 70 britânicos, tendo havido 18 mortos.

## 10.9. Os resultados da batalha

430

Passados 90 anos sobre a batalha de La Lys continua a não se conseguir apurar com precisão absoluta os números de baixas ocorridas nessa madrugada e manhã fatídicas para o Exército Português. E, por baixas, compreendem-se os feridos, os mortos e os desaparecidos. Apuraram-se valores numéricos que, com a precisão possível, nos dão hoje a dimensão do que foi para os Portugueses enfrentar a avalanche das Divisões alemãs. Na frieza dos números, a quantidade de mortos até nem nos parece ser grande face à descrição do que foi o ataque inicial; todavia, o facto de, em menos de 24 horas, ultrapassar o meio milhar de homens já é motivo para pensar com mais prudência. Quase mais importante do que os mortos foi o número de prisioneiros feitos pelos Alemães. Isso sim, em nossa opinião dá-nos o panorama do desalento e da quebra de vontade de lutar que a preparação de artilharia provocou nos Portugueses instalados na frente de batalha. Se a quantidade de mortos ultrapassou as seis centenas de soldados, a de prisioneiros foi além dos seis milhares. Mas se é número que para a nossa dimensão nos deixa apreensivo, na relatividade do que foi a guerra deve fazer-nos pensar que, afinal, os soldados portugueses souberam resistir à fúria germânica, pois, a 21 de Março desse mesmo ano de 1918, o Exército alemão havia aprisionado, ilesos, 90 000 Ingleses!<sup>216</sup> Um número desta grandeza, mesmo para a populosa Grã-Bretanha, é um verdadeiro desastre; o mesmo, e comparativamente, em nossa opinião não se pode dizer do dia 9 de Abril para Portugal.

O major Vasco de Carvalho<sup>217</sup>, segundo números que datam de 1923, indica que foram mortos 30 oficiais, 33 sargentos e 551 praças, tendo ficado prisioneiros dos Alemães 270 oficiais e 6315 sargentos e praças. Quer dizer, o total das baixas foi de 7199 homens.

Cerca de dez anos mais tarde, as estatísticas do CEP apontam para 32 oficiais mortos e desaparecidos na batalha e, em 1922, computavam-se, 6535 praças prisioneiras, mortas no cativeiro e desaparecidas, enquanto que

---

<sup>216</sup> Cf. Ferreira do Amaral, *A Batalha do Lys (...)*, p. 52.

<sup>217</sup> Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 410.



o número de sargentos ascendia a 364 prisioneiros, mortos no cativeiro ou desaparecidos<sup>218</sup>.

Tendo em atenção que em primeiras linhas estariam cerca de 15 900 homens, houve 9300 que sobreviveram ao combate e que, melhor ou pior, terão oferecido pouca resistência à progressão das tropas germânicas — para além de La Couture houve a resistência do capitão David Magno, também comandante de uma Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 13, na região da ribeira do Lawe, que combateu com os seus homens até ao dia 11 de Abril, ao lado de tropas escocesas, sendo a última fracção da Infantaria Portuguesa a deixar o campo de batalha<sup>219</sup> — facto que mostra a falta de enquadramento de que o general Gomes da Costa tanto se queixou e que foi motivo para inúmeros protestos junto do Estado-Maior do Exército e do Ministério da Guerra os quais pouco ou nenhum acolhimento tiveram, em especial depois de Dezembro de 1918.

#### 10.10. A imprensa francesa e a batalha

A verdade dos grandes acontecimentos militares nem sempre ressalta dos primeiros momentos, porque a confusão das informações gera uma nuvem que ensombra a visão correcta e clara de quem quer dar conta do que se passou. Se isto é certo, também não é menos correcto que as desculpas, as mentiras e a evasão às responsabilidades se delineiam nas primeiras horas depois dos grandes recontros.

Quisemos analisar, com base na documentação que chegou a Portugal nos dias seguintes ao começo da batalha do Lys, o que se disse e como foi dito. Começámos pelos primeiros telegramas enviados do CEP para Lisboa, para o Estado-Maior do Exército e para o Ministério da Guerra. Segundo a mais elementar lógica, deveriam reflectir, ainda sem grandes linhas de camuflagem, a verdade dos acontecimentos. Merecem transcrição<sup>220</sup>. Começemos

<sup>218</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

<sup>219</sup> Cf. Major Vasco de Carvalho, *op. cit.* p. 379-382.

<sup>220</sup> AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1248.

pelo que foi enviado pelo tenente-coronel Sinel de Cordes, chefe do estado-maior do CEP ao general Chefe do Estado-Maior do Exército

432

Comunico quatro um quarto da manhã nove foi iniciado violento bombardeamento contra frente portuguesa e flancos contíguos ingleses. Especialmente visados comandos desde batalhões até corpo cortadas comunicações telefônicas impossíveis outras comunicações virtude cerradas barragens [de artilharia]. Quatro divisões segundo parece que desenvolveram ataque às sete e meia [espaço com palavra ilegível] sustentar-se até às dez horas. Sofridas enormes perdas ainda não bem avaliadas calculo mais de duzentos oficiais e um terço efectivo praças. *Não houve pânico mas pouca ordem retirada falta quadros*<sup>221</sup>. Artilharia fez fogo até dez horas e meia quando esgotadas munições ou cercada infantaria inimiga que surgiu entre baterias e comando grupo. Nevoeiro era muito denso continuou todo o dia originou infantaria inimiga só ser vista cinquenta metros nossas trincheiras. Perdidas 68 (?) peças, 14 obuses, outro mais armamento, considerável material telegráfico e cirúrgico [espaço com palavra ilegível] fardamento e outros artigos. Logo que for possível envio relatório detalhado [espaço com palavra ilegível] estava cumprido acampamento proposto: governo inglês como informei ministro telegrama 8 mês corrente.

A fase final do telegrama, pouco compreensível, pela falta de palavra ou palavras, deve, contudo reportar-se ao cumprimento da recente alteração orgânica que o Acordo de Janeiro havia determinado e que tinha por ele, Sinel de Cordes, sido retardada no sentido de poder manter a continuidade do Corpo de Exército Português e, ao mesmo tempo, dar profundidade e reforços à Divisão empenhada em primeira linha. Se assim for, mais uma vez, o chefe do estado-maior do CEP está, de imediato, a responsabilizar o Governo de não ter adoptado uma solução mais cautelosa.

---

<sup>221</sup> O itálico é da nossa autoria e procura evidenciar a imediata reacção do chefe do estado-maior do CEP às constantes reclamações contra a falta de oficiais e outros graduados. Sinel de Cordes não foge a responsabilizar, em cima do acontecimento, o comando do Exército e, implicitamente, o Governo, não pela derrocada, mas pela retirada desordenada. No primeiro momento, logo no primeiro, endossa responsabilidades para quem as tem!

O telegrama do comandante do CEP, general Abreu e Silva, para o chefe de gabinete da Secretaria da Guerra é mais lacónico e menos responsabilizador.

Ataque violento oito horas sobre nosso sector guarnecido quarta, quinta, sexta brigadas com terceira em reserva e por primeiro, segundo, quinto e sexto grupos artilharia. Forças combateram com valor mas foram obrigadas retirar em consequência de bombardeamento muito prolongado e constantemente [palavra ilegível] assim como superioridade numérica infantaria. Há perdas importantes em pessoal e material que serão comunicadas logo que haja pormenores garantidos. Segunda divisão retirou linha vindo reunir primeiro [palavra ilegível]s retaguarda. Quartel-general corpo de exército desde ontem Saint Omer [palavra ilegível]. Em 10 de Abril.

Neste telegrama há ainda um erro grosseiro: considerarem-se as tropas nacionais como um Corpo de Exército que, efectivamente, havia sido desmantelado em Janeiro e cuja inexistência a integração da 2.<sup>a</sup> Divisão do CEP num Corpo de Exército inglês vinha confirmar. O general Abreu e Silva já não podia falar em nome de um órgão militar que tinha acabado. Por outro lado, refere-se o sector português que, também, já era uma ficção, contudo, de uma forma menos explícita, dá-se a entender que nas linhas já não estava o dispositivo anteriormente existente, pois enumeram-se as Brigadas empenhadas e a sua respectiva função; quem soubesse ler que compreendesse o recado.

Não vamos, naturalmente, fazer a transcrição das notícias dos jornais franceses dos dias imediatos a 9 de Abril, remetidos para Lisboa no dia 12 de Abril pelo responsável pela Legação Portuguesa em Paris; limitamo-nos a dizer os nomes desses jornais e a tecer alguns comentários á volta do que se disse.

Tal como era de esperar a fonte informativa era britânica, pois que o Corpo de Exército, já não existindo, perdera o direito a fazer publicar comunicado de imprensa. *L'Excelsior*, para além de incluir a fotografia do general Abreu e Silva, no dia 12 de Abril, refere o correspondente do *Daily News*, Percy Robinson que diz que todos os correspondentes «rendem

homenagem à resistência heróica das tropas portuguesas» e refere já o episódio de La Couture.

434

*Le Radical*, da mesma data, citando Hamilton Fyfe correspondente junto do quartel-general britânico, menciona o que este disse no dia 10 de Abril e dá já uma visão mais completa do ataque alemão, dos seus presumíveis objectivos e da posição geográfica dos Portugueses e diz: «A atmosfera estava tão *sobrecarregada* que os alemães se encontraram sobre os postos avançados portugueses antes que os Portugueses se soubessem atacados [se sussent attaqués]»<sup>222</sup>.

Repare-se já na subtileza da maneira como se deixa entender a responsabilidade dos Portugueses, mas vai mais longe o comunicado: «Sobre a sua linha da frente, os Portugueses resistiram com vigor, *ainda que esta tenha sido a primeira vez que tenham estado seriamente empenhados*»<sup>223</sup>. Estava lançada a primeira mancha de lama na dignidade dos Portugueses. O mote tinha sido dado para, daqui para a frente, serem as tropas nacionais as responsáveis pela ruptura da frente britânica.

*Le Gaulois*, também de dia 12, dava já a notícia com os ingredientes cozinhados pelos Britânicos: «A divisão portuguesa, que ocupava o centro, depois de uma resistência na qual vários batalhões se cobriram de glória, começou a ceder terreno, descobrindo assim os flancos dos dois elos britânicos que se bateram com unhas e dentes no norte, em Fleurebaix e no sul (...) que continua inviolado»<sup>224</sup>. O que o quartel-general britânico se esqueceu de referir foi o que nos diz Gomes da Costa<sup>225</sup>:

É preciso saber que da Brigada 164 da Divisão 55 [*a tal que no sul continuava inviolada*] recebia eu no meu Quartel-General às 10, 30 a. m. comunicação de que formara flanco defensivo na esquerda [ou seja, no lado que confinava com os Portugueses], em *Windy Corner*; portanto esse movimento devia ter-se efectuado antes dessa hora: pois o comando do

---

<sup>222</sup> O sublinhado é da nossa autoria, tal como a tradução.

<sup>223</sup> Sublinhado da nossa autoria, bem como a tradução.

<sup>224</sup> Tradução da nossa autoria.

<sup>225</sup> *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra...*, p. 174.

Batalhão da direita do sector [aquele que mais próximo estava dos Ingleses] só retirou de *Le Touret* às 10,30, ao passo que, em *Le Touret* primeiro, e em *La Couture* depois, as tropas portuguesas *se mantiveram até às 15 horas*.

Não foi, pois, por motivo da retirada das tropas portuguesas que o flanco esquerdo da 55 retirou.

Se a brigada 164 em vez de formar flanco defensivo, desse a mão ao posto de *Le Touret* ou ao de *La Couture*, a **penetração alemã pelo meu flanco direito não teria lugar**.

Tudo está explicado, tal como estão explicadas as duas menções honrosas que em dias sucessivos foram dadas pelo Alto Comando britânico à 55.<sup>a</sup> Divisão. Havia que esconder o erro e, para tal, nada melhor do que o louvor imerecido.

*Le Journal*, mais uma vez, de 12 de Abril, mandou o enviado especial, André Tudesq, junto do comando dos Exércitos Britânicos e, a duas longas colunas, o periódico dá largos pormenores da valentia e do espírito de sacrifício dos aliados britânicos, deixando à 2.<sup>a</sup> Divisão de Portugal o epíteto de se ter «retirado cedo».

Mais de um ano depois, em Setembro de 1919, o, então adido militar português em Londres, coronel Artur Ivens Ferraz remetia para o subchefe do Estado-Maior do Exército<sup>226</sup> a tradução do capítulo do livro *The British Campaign in France and Flandres* inserto no 5.<sup>o</sup> volume, relativo ao ano de 1918, da autoria de *Sir Arthur Conan Doyle*, e do qual vamos transcrever partes soltas para se ver como, com tempo e depois de terem passado as paixões mais vivas da guerra, o célebre criador de Sherlock Holmes, com a justeza do seu raciocínio lógico e linear, descreveu a acção dos Portugueses na batalha de La Lys.

A frente sobre a qual incidiu este ataque era sustentada por quatro Divisões, todas elas fazendo parte do primeiro Exército do general Horne já de si enfraquecido por se ter estendido mais para Sul.

---

<sup>226</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1248.

Dois Corpos de Exército foram atingidos pelo ataque: o 15.º de Lisle, na região de Armantières, e o 11.º de Haking, na região de Givenchy. Este último tinha duas Divisões em linha: a 55.ª, defendia a aldeia e linhas adjacentes, enquanto a 2.ª Divisão portuguesa do general Gomes da Costa cobria o sector à esquerda daquela; a 50.ª Divisão, muito desfalcada, estava em reserva, imediatamente à retaguarda.

À esquerda dos Portugueses estava postada a 40.ª Divisão que perdera cinco mil homens na batalha do Somme, apenas quinze dias antes, e que agora se achava envolvida numa das mais sérias batalhas de toda a Guerra, durante a qual sofreu pesadíssimas baixas<sup>227</sup>.

O ataque principal dos alemães caiu sobre a frente portuguesa, e foi tal a impetuosidade, que nenhuma culpa pode ser lançada a tropas inexperientes<sup>228</sup> que cederam perante tão terrível golpe *que teria sido formidável mesmo quando dirigido contra os melhores soldados do mundo*<sup>229</sup>. A Divisão ocupava a linha (...) numa extensão de 9350 jardas, isto é, mais de metade da frente total de ataque. Todas as suas três Brigadas estavam na linha e, além disso, ocupando frentes excessivamente extensas para poderem fazer face a um sério ataque. A 3.ª Brigada da 1.ª Divisão mantinha-se em reserva à retaguarda.

(...).

(...). Havia já alguns meses que os portugueses se encontravam na linha mas não tinham, até então, experimentado um bombardeamento que se assemelhasse em severidade àquele que desde as quatro horas da madrugada incidiu sobre eles. Quando, uma ou duas horas mais tarde, as colunas de assalto da infantaria alemã irromperam através da espessa cortina de nevoeiro, já os sobreviventes não estavam em condições de suportar tal ataque.

---

<sup>227</sup> Assim já se começa a explicar que a 4.ª Brigada portuguesa tenha sido envolvida pelo flanco, na esquerda do sector português!

<sup>228</sup> E aqui a inexperiência resulta da comparação com as Divisões britânicas que já haviam estado em situações semelhantes e sabiam, quer colectiva quer individualmente, que o número de mortos nestes ataques, com grande falta de precisão por parte da artilharia, nunca eram muito elevados e que seria possível, depois, na altura do assalto, se houvesse ânimo e coragem, oferecer resistência.

<sup>229</sup> Itálico da nossa autoria.

Todas as comunicações (...) tinham sido cortadas durante a primeira hora, tornando-se impossível dirigir a barragem protectora.

(...).

Toda a frente tinha caído, e não obstante os grupos dispersos de infantaria que mostraram a tradicional coragem portuguesa — essa coragem que determinou o duque de Wellington a colocá-los entre as suas melhores tropas — a posição estava nas mãos do inimigo.

Antes da tarde encontrava-se a linha alemã quatro milhas à frente do ponto de partida. (...). É preciso dizer-se que os portugueses mostraram a maior tenacidade, num terreno onde não havia trincheiras mas somente paraquitos. Todos estavam de acordo que o general Gomes da Costa fizera o que era possível fazer-se «É um bravo que desconhece o que é o medo» dizia um oficial britânico que o acompanhou no dia da batalha.

Esta descrição fez e faz justiça aos Portugueses e não tenta justificar à sua custa as incapacidades britânicas.

À maneira de conclusão, tal como vem sendo hábito, e tendo em conta tudo o que escrevemos sobre a batalha, cujo fundamento encontrámos nos relatórios — que estudámos exaustivamente — de todos os níveis até ao dos comandantes de Batalhão envolvidos no confronto, aprez-nos justificar da seguinte maneira: o comportamento das tropas nacionais achou-se ao nível de quaisquer outras que tivessem estado no seu lugar dada a precariedade dos abrigos e trincheiras do sector nacional — todas as supostas fortificações se destruíam ao mínimo impacto da mais inocente granada de morteiro; ter-se-á gerado entre os soldados um forte sentimento de impotência fruto do muito cansaço a que estavam sujeitos havia mais de um mês e isso, na ausência de oficiais experimentados, levou-os a abandonarem o terreno perigoso. Estas são as justificações imediatas, contudo, há as que vêm de trás e que encontram a sua origem na posição britânica de impor a Portugal um reduzido papel no conflito e de o novo senhor do Poder — Sidónio Pais — ter cedido com grande facilidade às exigências de Londres, as quais, já na fase final do Governo Afonso Costa, mostravam um forte desejo de subordinar Lisboa. A Berlim nada desta trama escapava e, tal como vimos em capítulo anterior, a conspiração contra a afirmação soberana que

os adeptos da intervenção haviam gizado com clareza no final de 1915 e início do ano de 1916 tanto passou por Madrid — pelo seu silêncio conivente — como por Londres — pelo seu desejo arrogante de manter o velho aliado em posição de profunda dependência — como por Berlim onde se jogava por conseguir uma península Ibérica com fortes simpatias germânicas e a desmoralização das tropas portuguesas na frente de combate.

Depois de 9 de Abril de 1918 tudo se conjugou para a completa derrocada de uma Estratégia Nacional de afirmação soberana de Portugal na Europa.

Para se perceber a relação entre o epílogo que foi a batalha de La Lys numa política que, em 1916, se quis de soberana afirmação convirá recuar a Dezembro de 1917 e procurarmos compreender o significado político, no plano da Estratégia Nacional, da tomada do Poder por Sidónio Pais, ainda que não faça parte do nosso objectivo o estudo do golpe militar que o alcançou à cadeira presidencial, porque preocupa-nos somente a relação que teve com a viragem na política de guerra até então prosseguida.



## VI

### SIDÓNIO PAIS E A POLÍTICA DE GUERRA

Não é nosso intuito primordial explicar a forma como Sidónio Pais ascendeu às cadeiras do Poder, contudo, em Dezembro de 1917, há uma conjuntura interna que, em nosso entender, não deve deixar de ser explorada para se compreender as mudanças ocorridas tão bruscamente entre 5 e 8 desse mês. Em simultâneo, temos de enquadrar o início do consulado de Sidónio Pais na Europa daquele tempo, para se conseguir a percepção globalizante do movimento que esteve na origem da sua governação. Começemos por esta última.

Diz Rui Ramos que em «(...) 1917, a maior parte dos governos europeus demitiu-se ou foi violentamente derrubada»<sup>1</sup>. A 7 de Dezembro de 1916 o primeiro-ministro inglês, Asquith foi substituído por Lloyd George, logo de seguida, a 12 caía o Governo de França; a 16 de Março do ano seguinte, o czar da Rússia abdicou; a 19 o Governo de França caiu novamente; a 22 de Maio, foi a vez do Governo húngaro; a 12 de Junho, abdicou o rei da Grécia; a 13 de Julho, o chanceler Bethman-Hollweg renunciou ao cargo; em França, a 12 de Setembro, ocorreu uma outra mudança governamental; em Itália, a 28 de Outubro, o Governo caiu; a 1 de Novembro, na Alemanha, era nomeado um novo chanceler; a 7 de Novembro iniciou-se a revolução bolchevique na Rússia; a 16 do mesmo mês, Clemenceau, assumiu a chefia

---

<sup>1</sup> Rui Ramos, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. 6.º, *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 523.

do Gabinete francês. Realmente, era mais estável a frente ocidental da guerra do que a situação política dos Estados beligerantes.

A guerra não provocava só inúmeras mortes na frente de batalha; estendia a sua acção corrosiva à retaguarda quer sobre as populações e os circuitos comerciais, alterando relações até então estáveis, quer, também, e como consequência, sobre o tecido político, provocando-lhe modificações inesperadas. Era um novo tipo de conflito bélico — a *guerra total* — como o definiu o general Ludendorff: «La guerre total ne vise donc pas seulement l'armée, mais aussi les peuples»<sup>2</sup>. E, indo mais longe, ele afirmou, tendo sintetizado a sua experiência vivida durante a Grande Guerra: «Le caractère de la guerre et celui de la politique étant changés, les rapport entre la politique et la stratégie militaire doive se modifier. (...) La guerre et la politique servent la conservation du peuple, mais la guerre reste la suprême expression de volonté de vie raciale»<sup>3</sup>. C'est pourquoi la politique doit servir la guerre»<sup>4</sup>. Ora, todas as convulsões e instabilidades políticas que Rui Ramos identificou foram uma consequência de ainda os povos e os Estados não estarem adaptados à nova concepção de guerra e, em particular, ao facto de a política ter de servir o conflito bélico. Foi na perspectiva da realização deste novo entendimento da guerra que o mesmo general afirmou peremptório: «Il faut donc se méfier de tous les “mécontents” qui dès le début des hostilités déploient une activité de grande envergure et peuvent anéantir dans le premier assaut l'espoir de la victoire. (...) Dans chaque pays, le devoir le plus urgent du gouvernement est des démasquer les adversaires les plus acharnés de l'unité national, de procéder aux mesures efficaces et de connaître les vrais moyens d'obtenir la cohésion du peuple. Le devoir le plus urgent des chefs de la guerre totale est d'exiger des chefs civils de réaliser à tout prix cette cohésion (...)»<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> General Ludendorff, *La Guerre Total*, Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1936, p. 12.

<sup>3</sup> O conceito racial veio, um pouco mais tarde, a ser aproveitado pelos nazis, distorcendo o sentido com que foi utilizado no final do século XIX e princípio do seguinte, pois, até então, assumia-se semelhante ao de *cultura* nos tempos de hoje, tal como foi utilizado durante a guerra-fria para opor o modo de vida ocidental à concepção oriental ou soviética.

<sup>4</sup> Idem, *op. cit.* p. 22.

<sup>5</sup> Idem, *op. cit.* p. 34.

Infere-se, sem esforço, das afirmações do general alemão que Afonso Costa havia estado, desde o início da sua intenção de levar Portugal a tornar-se beligerante, em ampla consonância com o pensamento que, mais tarde, Ludendorff expressou como fruto da sua profunda análise da Grande Guerra<sup>6</sup>.

É neste contexto de alteração política sentido um pouco por toda a Europa que nos surge a oportunidade de enquadrar a tomada do Poder por Sidónio Pais, em Portugal. Era, afinal, e visto de maneira simplista, a acomodação às novas circunstâncias de uma guerra com diferentes contornos de todas as que anteriormente haviam tido lugar no solo europeu. Por ser um entendimento simples de um facto complexo haverá que estudar o golpe militar de Sidónio Pais com a profundidade conveniente para dele se avançarem as conclusões de relação de causa efeito no plano militar as quais constituem, afinal, a nossa preocupação primeira neste capítulo e em todo o nosso trabalho.

## 1. Um golpe militar sem história

Dos historiadores portugueses que mais e melhor exploraram a vida e o conhecimento do golpe militar conduzido por Sidónio Pais não nos chega o testemunho documental aprofundado da preparação da revolta que encabeçou na noite de 5 de Dezembro de 1917. Os meandros conspirativos estão por desvendar e, muito provavelmente, assim continuarão. Quase tudo o que se sabe explica-se pela conjuntura distante e próxima daquela data.

### 1.1. A conjuntura

Uma vez mais somos obrigados a olhar o país e a dividi-lo nos seus grandes sectores sócio-geográficos: as cidades principais e a província. Nas cidades — Lisboa, Porto e Coimbra — havia uma clivagem bem determinada

---

<sup>6</sup> Por estas e outras observações que já fomos deixando ao longo deste ensaio, estamos convencidos que podemos considerar Afonso Costa como o único político português, na 1.<sup>a</sup> República, com a visão e a dimensão de um verdadeiro estadista, isto é, a capacidade de perceber o devir com clareza e realismo.

entre os simpatizantes do Partido Democrático e os minoritários evolucionistas e unionistas e entre este conjunto republicano e os católicos e os simpatizantes da Monarquia; depois, no outro lado desta barricada social estavam as chamadas classes trabalhadoras onde podemos incluir o tecido proletário de fraquíssimos recursos económicos, sujeitos às agruras das mais diminutas variações do custo de vida. Todavia, esta arrumação não era ela, também, linear nem sempre fixa e constante; houve flutuações ao longo dos meses as quais resultaram essencialmente da evolução das condições de vida e da política adoptada face ao conflito que se desenrolava na Europa.

Tal como já algumas vezes dissemos antes, foi o Partido Democrático o grande motor da beligerância nacional que arrastou para a sua órbita os evolucionistas, de António José de Almeida — Governo de *União Sagrada* — sem conseguir a plena adesão dos unionistas, de Brito Camacho — poder-se-á mesmo afirmar que estes estiveram, por princípio e convicção, nos antípodas políticos da intervenção militar na Europa.

A determinação belicista dos Democráticos — maioritários no Parlamento — sentida como opressiva pelos unionistas foi por estes apelidada de demagógica e acabou tornando-se numa ideia que passou dos círculos políticos para a imprensa oposicionistas e desta para a sociedade em geral. Brito Camacho e os seus mais chegados amigos políticos não quiseram compreender as razões e vantagens da beligerância portuguesa por não verem ou não quererem ver como ela defendia os objectivos nacionais numa óptica da definição daquilo que se poderia chamar uma Estratégia Nacional<sup>7</sup>. Consideraram demagogia uma perspectiva moderna de afirmação da soberania e da identidade nacional. Contagiaram outros grupos sociais<sup>8</sup> e isso não foi difícil.

---

<sup>7</sup> Já definimos anteriormente este conceito que só se tornou claro muitos anos mais tarde, já no decurso da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Contudo, como ideia, existiu pelo menos desde que os Estados se afirmaram como entidades autónomas, independentes e unificadoras das comunidades sociais que lhe davam sentido e suporte. Para uma melhor compreensão sugerimos a consulta da nossa obra *O Fim da Ambiguidade*, p. 28-31.

<sup>8</sup> E o contágio foi de tal natureza que ainda hoje os historiadores, pese embora todas as tentativas de análise objectiva da situação, se dividem entre aqueles que compreendem o ponto de vista de Afonso Costa e do seu partido e os que a ele se opõem.

Não foi difícil, porque rompidos os circuitos comerciais externos, por causa da ruptura da normal circulação de mercadorias, começaram a verificar-se, em simultâneo, internamente, o aumento do custo dos produtos essenciais à vida e a sua carência no mercado — nem sempre fruto do desarranjo dos referidos circuitos, mas, quase sempre, como resultado do açambarcamento gerador de subidas inoportáveis dos preços. A consequência imediata destes fenómenos mercantis foi a exigência de maiores salários e de obrigatoriedade de luta contra as práticas especulativas.

Os Governos não estavam indiferentes à situação e foram legislando de acordo com os conceitos económicos da época — a intervenção do Estado na livre concorrência ainda era olhada com grande desconfiança pelos investidores. A 4 de Março de 1916 foi publicado o Decreto n.º 2253 que se destinava a regular o abastecimento de matérias-primas e bens essenciais, logo a seguir, no dia 10, o Decreto n.º 2268 abriu um crédito no valor de três mil contos para fazer face à crise cerealífera, a 12 do mesmo mês, a Lei n.º 493 autoriza o Governo a mobilizar qualquer indústria quando os interesses da defesa nacional e da economia interna o impuserem, a 2 de Maio desse mesmo ano de 1916 é publicada a Portaria n.º 663 proibindo a exportação e reexportação de cimento e sulfato de cobre — matérias-primas necessárias à manutenção das obras públicas (empregadoras de elevado número de operários) e à produção de pesticidas e fungicidas necessários à agricultura —, a 26 de Outubro, o Decreto n.º 2691 obriga os produtores a venderem o trigo à Manutenção Militar com o intuito de manter os preços e a regulação da distribuição da farinha, numa tentativa de suprir as dificuldades gerais, a 18 de Abril de 1917, pelo Decreto n.º 3092 é criado o Conselho Económico Nacional, a 14 de Maio, o Decreto n.º 3136 declara livre a entrada de pão de qualquer qualidade na cidade de Lisboa e a 10 de Julho, a Lei n.º 735, no intuito de proteger o abastecimento e comercialização de peixe, proíbe a pesca nas águas territoriais portuguesas a qualquer embarcação estrangeira. Estas foram, em traços gerais, as linhas mestras de carácter económico que, apoiadas em decisões menores, mas não menos importantes, procuraram resolver a situação que provocava instabilidade social no país e, em especial, nas grandes cidades.

Ainda que plenas de boas intenções, as medidas governamentais foram — e seriam em quaisquer circunstâncias — infrutíferas face à situação internacional. Isto não era, nem foi, possível explicar à população portuguesa a qual via no Governo e na entrada de Portugal na guerra a causa de todos os males que sobre ela se abatiam. Começou a gerar-se contra o Governo de *União Sagrada*, primeiro, e, depois, já só o de Afonso Costa um movimento popular de grande oposição. Entretanto, as mesmas dificuldades económicas que estrangulavam as classes laborais de mais fracos recursos financeiros iam limitando a sobrevivência da pequena e, até, da média burguesia urbana as quais se viravam, também, contra o Governo por o sentirem incapaz de encontrar soluções que, em boa verdade, não estavam ao seu alcance.

É neste tecido social que todas as conspirações são possíveis. Mas, para se compreender a extensão do *caldo de cultura* conspirativo, tem de se lhe acrescentar um outro elemento, também ele de grande peso pela instabilidade que vai permitir: a mobilização para a frente de combate em França.

Com efeito, todos os historiadores que recentemente estudaram o movimento sidonista estão de acordo com o facto de, tanto ao nível das praças de pré como entre os graduados — fossem sargentos ou oficiais —, a mobilização para França não ter colhido grandes simpatias<sup>9</sup>, espalhando-se à população civil esse sentimento de contrariedade<sup>10</sup>. Nós mesmos já anteriormente lhe fizemos referência.

---

<sup>9</sup> Exagera-se, por vezes, o número de oficiais milicianos convocados, parecendo que os dos quadros permanentes se esquivaram aos maiores perigos o que, em rigor, não é verdade. De 183 oficiais superiores (coronéis, tenentes-coronéis e majores) 1,75% eram milicianos; de 502 capitães 5% eram milicianos; de 2 367 oficiais subalternos (tenentes e alferes) 47,4% eram milicianos. Temos assim que, na totalidade dos oficiais (3276) 34,75% eram milicianos, número que fica muito aquém daquele que se pretende fazer crer (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401).

<sup>10</sup> Filipe Ribeiro de Meneses (*União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra (1916-18)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 185) transcreve a opinião de Cunha e Costa publicada no jornal *O Dia* de 9 de Dezembro de 1916 que taxativamente reconhece que os nossos soldados têm uma nula educação cívica, pois, «Para muitos a Pátria nem sequer é Portugal: é a casinha de adobo ou de tijolo, o porquinho, a feira da terra». Não caindo no exagero do periodista, reconhecemos que a grande e esmagadora maioria dos Portugueses, no começo da segunda década do século XX, era incapaz de perceber razões de Estado para ser afastada compulsivamente do seu quotidiano rotineiro e de limitados horizontes.

O ano de 1917 foi aquele que maior impacto teve, não só na Europa como também em Portugal, sobre as populações civis exaustas. No Norte, onde grassava a maior resistência à República, e em Lisboa conspirava-se, como já vimos, com o apoio de agentes alemães a residir em Espanha. Segundo a Repartição de Informações do Ministério da Guerra, dinheiro não faltava aos monárquicos e a todos quantos quisessem opor-se ao Governo da República.

Neste contexto é difícil perceber se para a conspiração sidonista não se terão cruzado apoios que o tempo e a inoportunidade acabaram por fazer resvalar para o esquecimento histórico.

## 1.2. Apoios e alianças conhecidos

A vida de Sidónio Pais foi estudada exaustivamente por Armando Malheiro da Silva<sup>11</sup> que, tentando uma postura isenta na análise daquela personagem histórica, por vezes, deixou escapar a sua natural simpatia pelo biografado. É uma simpatia que se vislumbra de modo atenuado na incapacidade de perceber a subtil oposição de Sidónio Pais a Afonso Costa no entendimento da importância dos objectivos da beligerância nacional. Basta-lhe o facto de Sidónio Pais ter aceite como irreversível a beligerância portuguesa, com o correspondente empenhamento na frente francesa, para justificar uma identidade de políticas que, realmente não existiram. Sidónio Pais reduziu a obra estratégica de Afonso Costa à dimensão que a Grã-Bretanha sempre havia desejado que ela tivesse o que, por si só, era o oposto à vontade do líder do Partido Democrático. A seu tempo teremos oportunidade de abordar esta questão que, no entanto, era necessário ser colocada agora nos seus contornos gerais para se perceber o quanto nos distanciamos do biógrafo de Sidónio Pais, pois vamos socorrer-mos com frequência da obra de Malheiro da Silva para descrever o golpe militar que alcançou o matemático e major de Artilharia ao Poder, em Portugal.

---

<sup>11</sup> Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e o Sidonismo*, 2 vols. (Vol. 1 *História de uma Vida* e Vol. 2 *História de um caso político*). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Regressado de Berlim, na sequência da declaração de guerra da Alemanha a Portugal<sup>12</sup>, Sidónio Pais passou por Paris onde foi recebido por João Chagas que deixou para a posteridade um pequeno retrato pouco abonatório do antigo ministro nas terras germânicas<sup>13</sup>:

«Fui buscá-lo ao salão e encontrei o mesmo homem que em 1912 passou por Paris em direcção ao seu posto de Berlim. Três anos de diplomacia não o engordaram sequer. Vem magro como um cão. Onde passou ele estes três anos? Não sei. Dir-se-ia que vem de Coimbra, e é tão insignificante que é inconciliável com a ideia que o vulgo costuma fazer de um diplomata. Não sei porquê, ao ver-me, os seus olhos marejaram-se de lágrimas. Não costumo ser indiferente à simpatia dos homens, mas estas lágrimas não as entendi. Passou o dia e a noite nesta casa, onde jantou. Falou muito, não disse nada. Queixou-se de que esteve sempre sem notícias de Portugal, mas parece ter passado todo o tempo que dura a guerra numa até certo ponto completa tranquilidade de espírito, quando eu o supunha atormentado. (...)».

(...).

O Sidónio voltou, demorou-se. Falou da política portuguesa, que só conhece pela *Luta*, único jornal, segundo disse, que o governo alemão lhe deixava chegar à Legação<sup>14</sup>. Vê-se que o governo alemão sabia apreciar a

<sup>12</sup> Será interessante deixar claro que o ministro português naquela capital, ou por não ter grande acesso à informação do que se passava em Lisboa (embora seja diferente a opinião de Malheiro da Silva que se justifica com base na correspondência pessoal recebida por Sidónio e na leitura de alguma vaga imprensa que às mãos lhe chegava, nomeadamente *A Luta*, — *História de uma vida*, p. 366 — o que, em nosso entender é claramente insuficiente) ou por ter opiniões pessoais contrárias às do Governo Afonso Costa, não percebeu a importância estratégica da beligerância nacional, conforme pode ser apreciado pela leitura dos documentos constantes nos n.ºs 375 a 400 (p. 316-336) do *Livro Branco*, intitulado *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Tomo I As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, Lisboa, 1995.

<sup>13</sup> João Chagas, *Diário de João Chagas 1915 1916 1917*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929, p. 222-224.

<sup>14</sup> Esse facto não o impede de escrever no seu caderno da capas vermelhas alguns apontamentos sobre a guerra em geral e em folhas soltas deixou dito que «A guerra actual mostra além disso o absurdo da organização estadual./ Com efeito, um Estado é a associação de um povo e o princípio da soberania popular é aceite em todos ou quase todos eles./ Pois bem, o acto mais importante, mais grave, mais comprometedor decide-se e leva-se a efeito contra a vontade do povo, talvez contra a vontade dele./ Pobre soberania popular!» (Malheiro da



política de Brito Camacho. (...). Falou então de Brito Camacho e, como todos os admiradores deste génio nacional, declarou-o — um homem eminente. Este Camacho tem a admiração de todos os medíocres do tipo deste Sidónio, nulos, mas diplomados, e com eles quis fazer o seu partido, a que chama uma *elite*. É com efeito uma *elite* de medíocres. (...). Disse-lhe: — O seu amigo Camacho tem agora uma ocasião única de sair da situação em que se meteu e de se salvar. Se não a agarra pelos cabelos, está irremediavelmente perdido! Arregalou desmedidamente os olhos e despediu-se porque parte esta noite para Lisboa».

João Chagas, sempre implacável nas suas apreciações — às vezes, não neste caso, nem sempre justo —, em poucas linhas traçou a ignorância de Sidónio Pais, forçada é certo, da situação política de Portugal e de como era aceite, na Alemanha, a posição de Brito Camacho.

Conjugando ou cruzando o que hoje sabemos, através da Repartição de Informações do Ministério da Guerra e das apreciações do ministro em Paris, podemos concluir que os agentes alemães com sede no território espanhol informavam Berlim com grande rigor sobre a situação nacional portuguesa. Não havia lugar a amadorismos. Isso coloca-nos na senda da conspiração dos unionistas iniciada — continuada seria a forma mais própria de dizer, já que Brito Camacho depois que Afonso Costa derribou Pimenta de Castro, em Maio de 1915, não terá deixado de alimentar o desejo de o afastar da governação — iniciada, dizíamos, por alturas do Verão de 1917. Passemos, pois, a esse período da vida de Sidónio Pais, deixando de lado o interregno que vai de Março de 1916 ao estio de 1917 por ele aproveitado para viajar por França (desvinculando-se de qualquer suspeita de contactos com Machado Santos — entretanto envolvido no golpe de 13 de Dezembro), conhecer a nova realidade política nacional e aprofundar o seu relacionamento com Brito Camacho. Este, entretanto, havia sido mobilizado, já que era

---

Silva, *História de uma vida*, p. 369). Só por esta observação se pode perceber o distanciamento de Sidónio Pais da realidade do seu tempo; trata-se do discurso de um pacifista e jamais imaginável na pessoa de um representante de um Estado. Que noção tinha ele, ao escrever estas frases, do que é um Estado? Um Estado soberano? Do que é a soberania do Estado? Do que são os interesses nacionais?

coronel médico do Exército, para servir em Moçambique. Há quem considere esta nomeação como um artifício de Norton de Matos para afastar da cena política nacional o chefe dos unionistas<sup>15</sup>. Pode ter sido, todavia não é essa a nossa opinião, porque, basta verificar o que já antes dissemos sobre a legislação que mandou, em 1916, mobilizar todos os médicos possíveis, dada a carência de tais profissionais nas fileiras, para perceber que Brito Camacho, oficial do quadro permanente, foi chamado por maioria de razão, até para dar o exemplo. E, curiosamente, foram muitos os deputados — oficiais do Exército — do Partido Democrático que prescindiram do privilégio parlamentar, seguindo para França, cumprindo as suas obrigações militares e, alguns deles, na condição de oficiais milicianos. Voltemos, contudo, ao Verão de 1917.

Segundo o que afirmou no 3.º Congresso do Partido da União Republicana, em Abril de 1918, Brito Camacho terá avaliado a situação em Espanha e tê-la-á comparado à da revolução russa, então em franco progresso. Terá, também, admitido, em face das informações que possuía sobre o estado de convulsão social latente no país, que algo de semelhante poderia ocorrer em Portugal e, para precaver o descalabro, determinou a criação de «uma espécie de comité revolucionário, em que entravam alguns dos seus amigos, entre eles o Sr. Sidónio Pais. Desejava eu [ele, Camacho] que se fizesse um rigoroso balanço das forças republicanas, tanto no Exército como na Armada, e que se trouxessem para a União Republicana todos os militares que não sendo evolucionistas ou democráticos não fossem irredutivelmente monárquicos»<sup>16</sup>. Quer dizer, Brito Camacho, num país já de si vivendo uma situação de profunda instabilidade, resolveu criar o seu *exército privado* para garantir a sobrevivência do regime republicano! O argumento é ardiloso, como ardilosa era a postura política do chefe unionista; ele preparava, isso sim, uma revolução contra o Governo legítimo de Afonso Costa da qual, por salvaguarda pessoal e do seu Partido, se desvinculou quando viu que Sidónio Pais estava a ir excessivamente longe. E é este *excessivamente longe* que está ainda hoje por determinar e, temos a convicção, como já antes o

---

<sup>15</sup> Armando Malheiro da Silva, *História de uma vida*, p. 406.

<sup>16</sup> Citado por Armando Malheiro da Silva, *op. cit.* p. 409-410.

dissemos, nunca se chegará a estabelecer. Quais foram as alianças que Sidónio Pais, na sua acção conspirativa, terá criado para amedrontarem Brito Camacho ao ponto de ele se desvincular da acção conspirativa e ter afirmado no Congresso do seu Partido que não encarregara Sidónio de fazer uma revolução<sup>17</sup>? Julgamos simplista a explicação de Miguel Nunes Ramalho que nos diz ter-se Brito Camacho apercebido «que se a revolução resultasse vencedora, o triunfo e o proveito seriam para Sidónio. Se fosse esmagada, recairiam sobre o chefe unionista todas as responsabilidades de conspirador e traidor à Nação»<sup>18</sup>.

A retirada do líder unionista, na nossa opinião dever-se-á ao facto de ter começado a sentir que o controlo do golpe lhe fugia das mãos e, possivelmente, não lhe terão agradado as alianças que via despontar no horizonte: Camacho era um político experiente e Sidónio um *aprendiz* ambicioso, dando mostras de estar disposto a arriscar muito para além do razoável e tradicional. O aparecimento, em Outubro de 1917, na cena política portuguesa, do Partido Centrista Republicano poderá ter sido um dos elementos ponderados pelo director de *A Luta* para recuar no apoio a Sidónio Pais já que o seu programa<sup>19</sup> cobria alguns dos pontos que constituíam elemento de clivagem entre unionistas e democráticos.

A posição de Medeiros Ferreira — afirma ser o golpe sidonista «iminentemente militar»<sup>20</sup> — é rebatida por Malheiro da Silva — diz ter sido o golpe de Sidónio de cariz «político-militar»<sup>21</sup> — pois o antigo ministro em Berlim terá, na fase conspiratória, compilado uma lista de «*Sócios da União Republicana* que eram militares de todas as patentes e armas, residentes nas mais diversas localidades»<sup>22</sup>. Parece-nos curto para justificar a natureza

<sup>17</sup> Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 155.

<sup>18</sup> Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-17)*, Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 99.

<sup>19</sup> Vd. A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1.ª República Portuguesa: As estruturas de base*, Porto: Figueirinhas, s.d. p. 565-566.

<sup>20</sup> José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 63.

<sup>21</sup> Armando Malheiro da Silva, *op. cit.* p. 414.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*.

da acção; quando muito, justifica que Sidónio terá procurado o apoio de militares unionistas, mas, a verdade é que também o recebeu de oficiais já comprometidos com o Partido Centrista, como foi o caso do capitão Tamagnini Barbosa. Mas terá sido exclusivamente apoiado nos militares engajados politicamente que Sidónio Pais fundamentou o acto revolucionário? Não nos parece, porque são unânimes os historiadores que dão, empenhados no golpe, elementos civis<sup>23</sup>, os quais terão tido um papel fundamental nos dias da sublevação; e tal não nos espanta se levarmos em conta o envolvimento de Machado Santos que, por seu turno, tinha grande influência em alguns sectores revolucionários do meio não militar. Mas até onde terá ido o comprometimento com civis? É que não basta ter pegado em armas para ter participado no golpe! O apoio financeiro foi fundamental e desse, como diz Malheiro da Silva, não fala Brito Camacho no Congresso do seu Partido<sup>24</sup>.

Sabe-se do apoio em dinheiro do abastado agricultor alentejano António Miguel de Sousa Fernandes para custear exigências de última hora feitas por um tal Gabriel, marinheiro da Armada. Todavia, não se sabe de mais outros apoios financeiros e, contudo, em 1918, a Legação francesa, em Madrid, mantinha vigilância sobre o adido militar português — o qual era, nada mais, nada menos, o irmão, Alberto, de Sidónio Pais — por suspeitar da existência de negócios com capitalistas e industriais monárquicos e germanófilos<sup>25</sup>. Aliás, em abono da verdade e não só por causa da propaganda levada a cabo por Bernardino Machado e João Chagas, em França, contra os acontecimentos de Lisboa e a tomada do Poder por Sidónio, é certo que, ao contrário da quase e imediata benevolência institucional britânica, o Governo francês, mesmo reconhecendo *de facto* o novo Gabinete português, manteve sempre fortes desconfianças sobre a atitude de Sidónio Pais e as suas reais intenções quanto à guerra<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Veja-se, por mero exemplo, um trabalho recente de Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos: Portugal na Grande Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa: Editorial Notícias, 2003, p. 93 que transcreve do semanário *A Greve*, de 20 de Janeiro de 1918, a notícia de terem estado envolvidos no golpe sidonista 2000 operários e entre eles um dirigente sindicalista: Aurélio Quintanilha.

<sup>24</sup> Armando Malheiro da Silva, *op. cit.* p. 416.

<sup>25</sup> Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. Vol. 2 História de um caso político*, p. 38.

<sup>26</sup> Cf. Jean Derou, *Les Relations Franco-Portugaises a l'époque de la première République Parlementaire libéral (5 Octobre 1910 – 28 Mai 1926)*, Paris: Publications de la Sorbonne, 1986,

Depois da estabilização mínima da nova situação, isto é, em seguida à queda do Governo democrático, à prisão de Afonso Costa, à expulsão do Presidente da República e à fuga de muitos políticos e militares com responsabilidades no anterior Executivo, vieram imediatamente á superfície todos os apoios de Sidónio Pais. De pronto destacaram-se o coronel Alves Roçadas e Soares Branco<sup>27</sup>, sendo que o primeiro havia sido, em consequência dos seus feitos militares, distinguido pela Monarquia e o segundo tinha sido ministro da mesma Monarquia<sup>28</sup>. Destacou-se, também, a juventude irrequieta dos cadetes da Escola de Guerra, sem conceitos políticos ainda claramente definidos, mas disposta a todos os sacrifícios sem saber exactamente porquê, a qual deu a Sidónio Pais o apoio neutral que lhe convinha para camuflar outros mais comprometedores: Machado Santos — sem dúvida republicano, mas desejoso de assumir um protagonismo que lhe foi sempre negado pelos políticos tradicionais<sup>29</sup> —, capitão Alberto Pais — irmão de Sidónio e conspirador no 13 de Dezembro —, Augusto Machado — filho de Machado Santos —, João Bento Borges e Franklin Lamas — ambos revolucionários —, os antidemocráticos Manuel Pedro Abreu, Manuel Inácio Ferraz, Lourenço Flores, Mário Mesquita e Carlos de Oliveira<sup>30</sup>. Logo nos dias seguintes à vitória, ainda no acampamento do Parque Eduardo VII, os sindicalistas de Lisboa, contra uma certa neutralidade expectante, exigiram a libertação de presos encarcerados na penitenciária por delitos de natureza social à qual Sidónio cedeu; esperava conter ou pôr do seu lado aquela força que, face às carências de toda a ordem, mais se agigantava perante o Poder<sup>31</sup>. Mas são as medidas adoptadas logo nos primeiros dias de governação da junta revolucionária que lhe vão marcar a origem.

---

p. 164 [«(...) on avait à l'esprit les conditions de la prise du pouvoir, conditions caractérisées par l'appui des forces hostiles à la guerre (...)].

<sup>27</sup> Sobre os militares e civis envolvidos no acto revolucionário e as suas tendências políticas pode consultar-se o ensaio memorialista e fortemente tendencioso de Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa: Portugália, 1941, p. 158-164.

<sup>28</sup> Mencionado por Jean Derou, *op. cit.* p. 161 ao transcrever a informação do ministro francês em Lisboa.

<sup>29</sup> Não será despidiendo ter em conta que ele tinha delineado um projecto de Constituição Política presidencialista e um parlamento com uma das câmaras de natureza corporativa; cf. Machado Santos, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa: Liberty, 1916.

<sup>30</sup> Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-17)*, p. 101-102.

<sup>31</sup> Sobre esta aliança espúria veja-se Maria Alice Samara, *op. cit.* p. 93-114.

A 9 de Dezembro decreta-se a amnistia de todos os implicados no movimento revolucionário de 13 do mesmo mês, mas de 1916; a 10, extingue-se a Divisão Naval de Defesa e Instrução — unidade encarregue da defesa do porto de Lisboa, como retaliação pela luta feroz que os marinheiros tinham oferecido aos golpistas; a 11, foi determinada a reintegração de todos os funcionários civis afastados em consequência das suas ligações ao Governo ditatorial de Pimenta de Castro; a 10 de Janeiro de 1918, a polícia encerrou todos os centros republicanos, mesmo aqueles onde funcionavam escolas primárias; a 25, é demitido o ministro de Portugal em Londres e é-lhe fixada residência; a 29, é extinto o Corpo de Marinheiros da Armada; a 14 de Fevereiro, o Partido Centrista manifesta-se como total apoiante de Sidónio Pais; a 23, pelo Decreto n.º 3856, ficam revogadas e modificadas várias disposições da Lei da Separação das Igrejas do Estado; a 2 de Março, Sidónio Pais assiste a uma missa na Sé de Lisboa, manifestando publicamente a boa vontade no saneamento dos diferendos com a Santa Sé. A medida fundamental adoptada pelo Governo Provisório da República — a laicização do Estado e a desarticulação do poder da Igreja Católica em Portugal — foi derribada por Sidónio Pais, abrindo as portas ao retorno das velhas tradições onde imperava a credence obscurantista<sup>32</sup>. O novo detentor da governação dava provas de não ter compreendido a estratégia de mudança que o plano republicano albergava desde antes do derrube da Monarquia. A aliança com os católicos era, agora, visível. Faltava o entendimento público com os monárquicos, mas esse não se faria, porque pressupunha a mudança do regime.

### 1.3. As suspeitas: germanófilo ou anglófilo?

Como se poderá, nos dias que correm, dar resposta à questão da tendência política de Sidónio ser para a germanofilia ou para a anglofilia? Será mesmo uma pergunta que se deva colocar?

---

<sup>32</sup> Vd. da nossa autoria «Portugal na Grande Guerra — Uma mudança estratégica?» in *Revista de História das Ideias: República*, vol. 27, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, p. 330-332.

Julgamos que, num estudo da natureza do nosso, é importante deixar clara essa linha de conduta do homem que, durante um ano, foi responsável pela governação de Portugal e pela superior condução da política de guerra; importante, pois, explica os acontecimentos tal como ocorreram. Para o conseguirmos teremos de encontrar apoio nas declarações da época feitas por quem tinha autoridade para se pronunciar, nos estudos de quem, com cautela e a imparcialidade possível, pode emitir opinião e, acima de tudo, na interpretação e compreensão dos actos históricos de Sidónio Pais, olhando-os com objectividade. Vão ser estes os caminhos que percorreremos nas páginas seguintes.

António José de Almeida, logo na sequência da partida para o exílio de Bernardino Machado, Presidente da República deposto por Sidónio Pais<sup>33</sup>, foi claro quando traçou, no jornal que dirigia, a linha de actuação no estrangeiro daquela personagem<sup>34</sup>. E não falhou. De facto, Bernardino Machado, Presidente da República constitucionalmente eleito, passou a desenvolver, em França e junto dos diferentes Governos aliados, uma fortíssima campanha de descrédito do novo Governo. Fez, também, chegar a Portugal algumas proclamações que, procurando explicar a situação, se destinavam a corroer a possível confiança que houvesse no Dezembrismo — designação pela qual foi conhecido o regime proclamado no último mês do ano de 1917.

Dada a sua idade, Bernardino Machado tinha uma muito longa carreira política e uma extraordinária experiência de movimentação nesse domínio,

---

<sup>33</sup> Deve ter-se em especial atenção a diferença de atitudes entre o golpe militar de 14 de Maio de 1915, que afastou Pimenta de Castro da chefia do Governo e, por arrastamento e conivência institucional, levou a que Manuel de Arriaga apresentasse ao Congresso da República a sua resignação de Presidente da República e o golpe de Sidónio Pais que impôs o afastamento e exílio do Chefe de Estado. Esta acção só tinha tido paralelo, anteriormente, em 5 de Outubro de 1910 quando se deu a mudança revolucionária de regime político em Portugal e repetiu-se em 28 de Maio de 1926 e em 25 de Abril de 1974. Quer dizer, nos três momentos em que houve semelhança — 5 de Outubro, 28 de Maio e 25 de Abril — verificaram-se rupturas de regime, se entendermos que a passagem da democracia para a ditadura e desta para aquela corresponde a uma alteração de regime político dentro da situação republicana. Então, por mera comparação, podemos desde já deduzir que Sidónio Pais pretendeu uma mudança de regime com ruptura constitucional; ele não se limitou a um golpe militar para fazer cair um Governo como tantas vezes tinha acontecido na História de Portugal; foi mais longe.

<sup>34</sup> Vd. Armado Malheiro da Silva, *História de uma vida*, p. 430.

mas isso não faz dele um impostor nem um analista pouco honesto. O seu conhecimento dos meandros da política nacional e a capacidade para encontrar soluções engenhosas foram, muitas vezes, utilizados pelos seus detractores para lhe diminuir o valor<sup>35</sup>, contudo, os seus testemunhos ficaram para a posteridade e são a prova de uma personalidade política dinâmica e bem determinada.

Em Fevereiro de 1918, o Presidente da República deposto e mandado para o exílio escrevia numa proclamação ao País: «Cometeu-se em Portugal um crime abominável. (...). Assaltou-se o poder, despedaçando-se a Constituição da República, que era o código fundamental dos direitos da democracia portuguesa. (...). Estávamos em guerra, e todos tínhamos de unir-nos como um só homem e como um só cidadão, em nome da salvação pública». Logo à frente dá o remédio para as desavenças políticas que houvessem: «(...) deviam, mais que nunca, ser debatidas constitucionalmente, com a maior serenidade, e todas podiam ser constitucionalmente satisfeitas (...)». E, acusador, afirma: «Quem, pois, diante do inimigo estrangeiro, franqueado assim inteiramente o terreno das competições legais, se lançaria na insurreição armada, rasgando e calcando aos pés a Constituição, que não é um farrapo desprezível de papel, e ferindo parricidamente a própria vida da nação, como o faria um traidor ao serviço do inimigo estrangeiro?». Bernardino Machado acusava assim de traição a condução do golpe militar. E, conhecendo a oportunidade que ele, enquanto ainda Presidente da República, havia dado ao chefe revoltoso de fazer cair o Governo de Afonso Costa e permitir a constituição de um outro mais conforme à vontade que parecia esboçar-se, outra designação não podia dar a Sidónio Pais.

Na proclamação da qual temos transcrito alguns trechos Bernardino Machado passa a inventariar as perseguições que demonstram a postura da ditadura, de Sidónio e dos seus seguidores: «Os maiores propagandistas da República e da nossa intervenção militar ao lado dos povos livres estão

---

<sup>35</sup> Uma obra que nos mostra, em síntese bem feita, a postura de Bernardino Machado deve-se a António Ramos de Almeida, *O Pensamento Activo de Bernardino Machado*, Porto: Brasília Editora, 1974, devendo consultar-se, em particular a conclusão — «A Lição de Bernardino Machado», p. 221-237 — onde o autor deixa clara a pequenez dos críticos do político face à grandeza do seu pensamento e postura.



exilados ou presos ou em sequestro político, e todas as liberdades lhes foram arrancadas, até a de se defenderem das calúnias com que os pretendem difamar. E, a aplaudir e a encarniçar as perseguições, a chusma de quantos conspiram raivosamente contra a República desde os seus inícios, e quantos, desde que nos decidimos a tomar o nosso posto no concerto das nações aliadas, como nos ditava o dever e o *interesse nacional* [sublinhado da nossa autoria], conspiram contra a guerra insolentemente ou dissimuladamente (...). É toda a reacção interna, consecretária e cúmplice da reacção externa. A ditadura personifica-as»<sup>36</sup>.

O que nos relata Bernardino Machado são mentiras? São artifícios ou malabarismos políticos? São falsas as conclusões que extrai? Não. Relata-nos verdades insofismáveis e conclui como só pode concluir quem deseja ver a verdade pelo único prisma possível.

O assalto ao Poder faz, por si só, de Sidónio Pais um germanófilo? Não o afirmamos, contudo, dá oportunidade a quem o é de influenciar a condução dos negócios públicos de modo a que se entendam como penderes para o lado da Alemanha quando era imprescindível uma afirmação inequívoca do mais firme pendor aliadófilo.

Cerca de um mês depois desta proclamação, em 10 de Março de 1918, Bernardino Machado escrevia, de novo, para os Portugueses e, agora, põe o problema em toda a sua singeleza: «Os acontecimentos que se produziram em Lisboa, no decurso do mês de Dezembro de 1917, suscitam duas ordens de questões:

A questão interna — a República

A questão externa — a Guerra.

Acerca de ambas, a má fé duns, a ignorância doutros e a fraqueza de muitos, tem estabelecido uma tal confusão de princípios e tem consentido tão erróneas interpretações, que julgo urgente apelar para a inteligência pública e para os sentimentos de honra que sempre enobreceram a nação portuguesa, a fim de tornar bem patente a seus olhos a situação em que ela se encontra».

---

<sup>36</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1923, p. 54-58.

Era, uma vez mais, o velho político e, acima de tudo, o mestre, quem apelava à lógica e à razão para se conseguir ver claro no meio da *poeira* levantada pelo sidonismo. E, do alto do seu saber político — perante o qual o de Sidónio Pais ficava muito aquém — afirma categórico: «As revoluções que promovem um deslocamento de poderes fundamentais, como é o da chefatura do Estado, só podem ser consideradas como actos legítimos, quando têm por objectivo substituir um regime por outro mais progressivo, ou defender os princípios e direitos que este instituiu. Assim, foi legítima a revolução de 5 de Outubro, que fez cair a realeza e implantou a República; assim, foi legítima a revolução de 14 de Maio, lavada a cabo com o propósito de restabelecer os princípios da Constituição». Nesta passagem o deposto Chefe de Estado evidencia a doutrina que ainda na actualidade é aceite por qualquer politólogo e, por conseguinte, a conclusão a que chega é profundamente verdadeira: «Ao dar-se a sedição militar de Dezembro de 1917 (...). Foi simplesmente um atentado à soberania nacional, e como tal, foi um golpe de mão, foi uma cilada, foi um crime.

Sancioná-lo sob a invocação dum falso direito revolucionário, é destruir o princípio da organização do Estado nas suas bases, é encorajar a insurreição sistemática contra o poder constituído, é tornar legítimos todos os empreendimentos de aventureiros audaciosos, na realidade é lançar a sociedade na dissolução e abrir a porta a todas as anarquias».

Bernardino Machado não podia ser mais clarividente. O golpe de Sidónio Pais foi, realmente, o assalto militar ao Poder de todos quantos por meios legítimos não o conseguiam por serem minorias revoltadas. E, mais ainda, foi o começo de uma experiência que se tornou comum em Portugal e justificou a pseudo legitimidade do golpe ditatorial de 28 de Maio de 1926. A prova clara da ilegitimidade de Sidónio Pais surgiu pouco tempo depois de Dezembro, quando se deu o divórcio entre os golpistas e o proletariado; quando os assaltos e as revoltas populares vieram provar que não era a mudança de governo quem podia resolver uma situação que não tinha solução no plano interno, porque a sua origem era de natureza externa.

Implacavelmente, Bernardino Machado, mais à frente lavra a sentença da qual os mais puros republicanos, na sua ânsia de trazerem o país para a modernidade europeia, tanto fugiam: «A situação actual, no seu conjunto,

faz descer Portugal à condição de um desses Estados de civilização precária, nos quais a ambição dos homens se substitui a todo o respeito pelas leis e toma o poder de assalto (...), compromete o prestígio nacional na ocasião em que ele cá fora se levantava a grande altura, procura anular esforços generosos, ameaça reduzir a pó a mais bela tentativa de ressurreição moral que ainda foi empreendida por portugueses no decurso da sua longa história».

Nestas palavras está plasmada a essência da Estratégia Nacional que se vinha traçando e construindo desde 5 de Outubro de 1910 e à qual a beligerância havia dado oportunidade de levar mais longe. Realmente, o sidonismo era a identificação de Portugal com o seu lado mais tradicional, mas nem por isso o mais digno e honroso; era a identificação de Portugal com o clericalismo obscurantista e o monarquismo trauliteiro. As prisões encheram-se com adeptos de uma liberdade que se reconhecia nos valores que eram já aceites na Europa de então.

Bernardino Machado passa, depois, na proclamação que vimos citando, ao segundo ponto — ou questão, como ele próprio lhe chamou: a Guerra.

«A sedição militar de Dezembro fez-se contra a guerra». Disto não tem a menor dúvida e vai prová-lo, seguindo nós, através das suas palavras, a linha de raciocínio que o norteou. Depois de invocar «as solidariedades com que conta» o sidonismo, «as afirmações não mascaradas dos elementos germanófilos e não intervencionistas» que o apoiam, as perseguições contra os adeptos da beligerância, declara: «Em vão os poderes usurpadores saídos deste movimento protestam perante as nações aliadas os seus sentimentos de fidelidade à causa a que Portugal associou os seus destinos. Estes protestos, sem sinceridade, são-lhes impostos pelo império de factos consumados que eles não podem contrariar de frente, (...). Toda a sua acção, porém, — a rescisão dos contratos para fornecimento de material de guerra, a redução dos efectivos combatentes, a quase extinção da defesa dos nossos portos e das nossas costas, a supressão de serviços de aviação, a suspensão total das remessas de novos contingentes para a frente portuguesa — clama o seu propósito de fazer passar para um segundo plano das preocupações nacionais a questão da participação de Portugal na guerra». Como se vê o antigo Chefe de Estado deixou enumeradas as

acções que, com maior ou menor peso, passaram a limitar a presença plena de Portugal no teatro de guerra europeu. E para que ficasse clara quanto a postura dos novos senhores do Poder estava situada ao arripio da política beligerante, fez questão de dizer que «A entrada de Portugal na guerra europeia, ao contrário do que afirmam os que tenazmente e por múltiplas e malévolas razões a têm combatido até aqui, não foi a obra de um partido. (...). Os primeiros indicadores do caminho que Portugal tinha a seguir, foram a opinião com as suas manifestações públicas, e a imprensa, exceptuados os órgãos monárquicos<sup>37</sup>, com as suas instigações a que a nação tomasse posição nesse conflito de predomínios». Logo de seguida esclarece, para que não ficasse a impressão de que só a opinião pública havia dominado: «Assim, dos três agrupamentos organizados em que se divide a política portuguesa<sup>38</sup>, dois solidarizaram-se absolutamente com o pensamento da intervenção, e o terceiro, isto é, o partido unionista, apesar da imprecisão dos seus objectivos políticos, por diferentes vezes lhe ofereceu o seu apoio. (...). Por outro lado, (...), Portugal não entrou na guerra como um Estado secundário, arrastado, mau grado seu, na órbita de uma grande nação, mas como uma nacionalidade ativa e independente, que deliberadamente associa a outra os seus destinos num lance crítico da história de ambas<sup>39</sup>. Este último esclarecimento é fundamental para se perceber a subtil diferença que se estabeleceu antes e depois da tomada do Poder por Sidónio Pais. É a passagem a uma postura de *Estado secundário* — para usar a terminologia de Bernardino Machado — que Sidónio permite e facilita, como mais à frente acabaremos por ver. É nesta *nuance* que se pode colocar a *germanofilia* do ditador, porque se associa e solidariza com o não intervencionismo das correntes políticas que lhe deram

---

<sup>37</sup> É curiosa esta forma de colocar o problema da legitimidade da beligerância, pois Bernardino Machado, antes de se estribar na tomada de posição dos partidos políticos, nomeadamente na do Democrático, justifica a política adoptada na manifestação expressa da opinião pública da altura. E, a este respeito, será conveniente ter em consideração que, na época, 75% da população era analfabeta, que as comunicações entre as grandes cidades e a província eram difíceis e que a verdadeira *opinião pública* esclarecida se formava, especialmente, nas grandes cidades portuguesas.

<sup>38</sup> Partido Democrático (em boa verdade, com a designação oficial de Partido Republicano Português), Partido Republicano Evolucionista e Partido da União Republicana.

<sup>39</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, p. 76-87.

apoio para a tomada do Poder. E o não intervencionismo era a posição que a Grã-Bretanha pretendia para Portugal, embora, ao abrigo da aliança, lhe solicitasse todas as facilidades que, no estatuto internacional, estavam classificadas como próprias de um Estado beligerante e, por conseguinte, intervencionista. Situação ambígua que deixámos esclarecida em trabalho anterior<sup>40</sup> e que não satisfazia, à luz do entendimento da época, os interesses nacionais portugueses. Estes salvaguardar-se-iam se a diplomacia de Portugal tivesse livre assento na conferência da paz como Estado soberano e independente.

Ainda em Março de 1918 Bernardino Machado tornou a escrever uma nova proclamação para ser divulgada em português e em francês. Intitulou-a de maneira sugestiva: «O perigo alemão em Portugal». Dela nos vamos ocupar para podermos extrair alguma conclusão sobre o verdadeiro sentir político de Sidónio Pais.

«(...) fomos surpreendidos por uma ditadura inclassificável dentro da nossa política interna, (...).

Proclamando-se republicana, anuncia que vai fazer uma República nova, e carece de antigos monárquicos, muitos deles conspiradores — amnistiados, mas não arrependidos, nem desenganados — para cujo lealismo apela, sem deixar de lho impor pela ameaça, como se eles não quisessem saber do seu rei, nem dos seus chefes, (...).

(...).

Ditadura republicana..., que insolente escárnio!»

Bernardino Machado, com invulgar precisão, em poucas palavras, pôs a claro a contradição do regime sidonista e avisou com clarividência: «(...) esta usurpação, autocrática e militarista, incompatível com o regime de opinião, que a repele, serve-se de uns contra outros para os atraiçoar a todos.

(...). Tudo me faz rezear que o desvairamento demagógico dos agitadores e indisciplinados que nos assaltaram, esteja sendo um instrumento nas mãos da Alemanha. Foi dentro dos obuses dos seus soldados que os nossos

---

<sup>40</sup> Referimo-nos ao já muito citado *O Fim da Ambiguidade*.

receberam a notícia da revolta<sup>41</sup>. E, durante ela, segundo consta, a telegrafia sem fios comunicava a Rotunda, por Barcelona, com Berlim<sup>42</sup>.

A ditadura que aí se estadeia, tem todos os visos de alemã: virulenta, agressiva e mistificadora<sup>43</sup>. E tudo a torna suspeita».

Em seguida, uma vez mais, chama a tenção para a sucessão de medidas que tendem a alterar o rumo da política de guerra traçada e adoptada pelo Governo bruscamente derrubado. Acusa com precisão: «A sua senha é ferina precisamente contra todos os nossos principais responsáveis da guerra, como dizem pejorativamente os germanófilos entre nós. (...). O Congresso da República (...), foi dissolvido; e o seu presidente, o general Correia Barreto, está preso. Os dois chefes políticos que dirigiram, como presidentes do ministério, a sua [a política de guerra], execução, um, o Dr. António José de Almeida, é vigiado e posto em sequestro político, e o outro, o Dr. Afonso Costa, acha-se encerrado numa fortaleza de Elvas, incomunicável, como refém. E tanto este chefe de governo, ministro das finanças, como o Dr. Augusto Soares, ministro dos negócios estrangeiros, que acabavam de conseguir na Conferência inter-aliada de Paris preciosos apoios para a nossa situação económica durante a guerra, foram detidos logo à sua chegada ao país».

Bernardino Machado continua a enumerar as prisões e decisões arbitrárias contra os fautores da política de guerra praticada em Portugal: Norton de Matos, ministro da Guerra, exilado e dado como desertor, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, ministro da Marinha, foi preso, João Chagas, ministro de Portugal em Paris, demitiu-se e estava proibido de voltar à Pátria, Teixeira

---

<sup>41</sup> Realmente, foi difundida, na frente do CEP, por diversos meios, propaganda desmoralizadora feita pelos Alemães, anunciando o golpe de Sidónio Pais. Tratava-se, evidentemente, de conseguir a baixa de vontade de combater, afectando o moral das tropas. Era uma forma de guerra psicológica que explorava ao máximo todas as vertentes possíveis do entendimento do golpe sidonista.

<sup>42</sup> Parece-nos exagero que assim tenha acontecido, mas que terão havido ligações a agentes alemães já não nos causa estranheza, sabendo, como sabemos, que havia regulares entendimentos entre monárquicos portugueses e cidadãos alemães.

<sup>43</sup> Há aqui, em nossa opinião, uma evidente finalidade propagandística, pois, de um modo geral, todas as ditaduras são, no plano interno, virulentas, agressivas e mistificadoras. Contudo, o comportamento de Sidónio Pais aponta para uma nova forma de obter apoios populares através dos ainda pouco vulgares *banhos de multidão*. Isso não faz dele um germanófilo.

Gomes, ministro em Londres, demitido e preso, o general Abel Hipólito, comandante da artilharia do CEP, demitido, o coronel Roberto Baptista, chefe do estado-maior do CEP, demitido, tal como Matias de Castro e Vitorino Godinho, Álvaro de Castro, governador de Moçambique, demitido e processado, o capitão-de-mar-e-guerra Leote do Rego, demitido, dado como desertor e exilado, o coronel Pereira Bastos — um dos mais destacados organizadores do Exército — director da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, demitido e preso, o coronel Ortigão Peres, adido militar em Paris, demitido, tal como o major Frederico Simas, adido militar em Londres, bem como o tenente-coronel Pereira dos Santos, adido militar em Madrid, o professor da Escola Naval, Alfredo Gaspar, foi demitido — era comissário para a aquisição de munições junto dos EUA — demitido foi, também, o delegado no comité económico permanente, em Paris. O saneamento foi absoluto. Nada nem ninguém escapava à fúria ditatorial.

O antigo Chefe de Estado, depois desta enumeração dolorosa, tenta, na proclamação ao país e ao mundo, caracterizar Sidónio Pais e afirma peremptório: «E quem aparece à frente da nova República? O homem que era o nosso representante em Berlim, quando a Alemanha nos declarou a guerra. Viera de lá, sem compreender ainda a razão por que entráramos nela, e dir-se-ia, ao ouvi-lo, que éramos nós os culpados. A paixão partidária contra o governo que servia, afogava-lhe a paixão patriótica que devia ter contra o inimigo. E ele, que recebera em rosto a injúria do vilão repto teutónico, não se lembrou sequer de que era militar, para o levantar com denodado brio, indo imediatamente estrear a sua farda na vanguarda dos nossos *fronts*, entre os nossos valorosos combatentes. (...). Tanto não compreendia a dignificadora tragédia da nossa intervenção na guerra, que lhe opunha a trama ignóbil da mais descaroadada guerra intestina. E agora, (...), percorre as províncias a banquetear-se e a foliar com reaccionários, possesso de fúria contra a democracia e os democratas, (...). Chama ele a isso, de braço dado com a pobre figura neurasténica da nossa frivolidade feminina, ávida de emoções romanescas, a conquista da mulher para a República Portuguesa».

É, talvez, cruel o retrato que Bernardino Machado traça de Sidónio Pais, mas é verdadeiro. Sidónio nunca compreendeu a intervenção portuguesa

na guerra, conspirou contra a situação que a sustentava e demagogicamente tentou conquistar os Portugueses com banhos de multidão e desenvolver o seu charme junto das mulheres cujo convívio explorava para gáudio da sua vaidade masculina<sup>44</sup>.

Para caracterizar o movimento militar conduzido pelo antigo ministro em Berlim, Bernardino Machado, mais à frente, na proclamação, declara: «De resto, a insurreição de Dezembro de 1917 não foi senão a reprodução da insurreição de Dezembro de 1916, os seus dois chefes estão hoje reunidos no poder, e a de 1916 foi capitulada expressamente de germanófila pelo ministro de Portugal então em Madrid e agora em Londres»<sup>45</sup>. Olhadas as coisas deste modo, somos obrigados a concluir do mesmo jeito que concluiu o antigo Chefe de Estado: julgados pelos factos e não pelas palavras, os dirigentes do golpe militar, não sendo declaradamente germanófilos e adeptos da não beligerância, comportam-se como germanófilos — se os entendermos como oponentes dos aliadófilos.

Em 1 de Setembro desse ano de 1918, voltou Bernardino Machado a dirigir-se aos Portugueses, escrevendo uma nova proclamação que tentou chegasse ao país; nesse documento procurou, outra vez, definir o perfil político de Sidónio Pais em face das responsabilidades nacionais e internacionais de Portugal. Afirma a dado passo: «E tudo o usurpador [Sidónio] de agora atraiçoa: a Constituição republicana que votou; a sua farda de combatente que, diante do inimigo, trocou pela do insurrecto; o seu partido; os próprios lemas que charlatanescamente apregoa um dia, e logo no dia seguinte esfarrapa com o mais deslavado impudor, com a maior inconsciência, (...). Nada para ele há sagrado»<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> São bem conhecidas as suas ligações romanescas que inclusive deram origem ao nascimento de uma filha fora do matrimónio. Ele não as escondia o que pressupõe uma exagerada dose de exibicionismo másculo que, mesmo para a época, era excessivo, tratando-se de um chefe de família e de um professor da Universidade. Julgamos que não se deve, todavia, dissociar esta faceta da personalidade de Sidónio Pais da sua paixão pelos jogos de azar — que praticava em Coimbra — e do Cálculo de Probabilidades, que conhecia e ensinava. Dento destes parâmetros muitas explicações, não documentáveis, se poderão encontrar. Sobre a vida amorosa e o seu gosto pelos jogos de azar ver Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, p. 84, 107-112 e 350-351.

<sup>45</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, p. 87-105.

<sup>46</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, p. 154.



Mais à frente, Bernardino Machado põe a claro a política de cedência de Sidónio Pais perante a Grã-Bretanha, através de chamar a atenção para um aparente absurdo e para uma outra armadilha montada por Londres, na tentativa de subordinar, de novo, a soberania portuguesa: «Ao passo que não hesitava em arcar com uma conflagração na Irlanda para recrutar 50 000 homens, a Inglaterra, desde a revolta de Dezembro, vai para 9 meses, desinteressou-se dos nossos 55 000 soldados, bravos como os que mais o são e que ainda agora o têm galhardamente comprovado. Porquê?

Desgraçadamente, para nosso maior desaire, os governos aliados deixaram de fazer connosco a política de clareza pela qual os seus povos propugnam com tão admirável valor, e não se explicam. Dir-se-ia que, duvidosos e desconfiantes de nós nos entregaram ao critério e arbítrio inglês. E não é nada de estranhar que quem reconheceu como actualmente normal, entre nós, o governo de uma demagogia militarista, julgue a nação, neste lance, anormalizada para tudo e sobretudo para a sua intervenção na guerra»<sup>47</sup>.

Perante este depoimento de Bernardino Machado quase nos ocorre dizer que Sidónio Pais, ao aceitar todo o jogo político britânico, podia ser, realmente, classificado como um anglófilo. Contudo, sendo-o não se poderia, em simultâneo, apelidá-lo de germanófilo tal a contradição que se iria gerar.

Melhor será que procuremos outros depoimentos que nos permitam situar com imparcialidade a controversa figura de Sidónio Pais.

Leote do Rego, oficial da Armada, altamente envolvido na preparação do movimento militar de 14 de Maio de 1915, considerado, talvez, um dos esteios da nova situação que conduziu à definição da ambiguidade política que se vivia, desde 1914, face à guerra que consumia a Europa e o mundo, conhecedor, portanto, dos fundamentos mais seguros da beligerância nacional,

---

<sup>47</sup> Idem, *op. cit.* p. 160-161. É de toda a conveniência ter em conta que a Estratégia Nacional — tal como já várias vezes referimos — englobou as ameaças, ainda que meramente latentes, que uma subordinação exagerada à Grã-Bretanha representava. E para que se não julgue que se trata de uma mera dedução nossa, transcrevemos, de João Chagas, a seguinte passagem: «Embora isto pareça paradoxal, o inimigo de Portugal nesta guerra é a Inglaterra. À política inglesa não convém que Portugal tenha individualidade, hoje, como a não teve no tempo de Napoleão. É preciso combater este velho propósito, afirmando mau grado seu a nossa individualidade. A nossa participação na guerra não tem outro objectivo que não seja este: sobreviver ao lado dos ingleses. Mas isto não se pode dizer nos jornais...» (*Diário de João Chagas: 1915 1916 1917*, p. 2776-2777).

escreveu a Bernardino Machado, logo a 24 de Dezembro, uma breve mensagem natalícia, na qual dá, metaforicamente, a sua opinião inequívoca sobre a política sidonista — e só se tinham passado poucos dias sobre o golpe vitorioso: «Pobre pátria portuguesa! Chegados ao topo da íngreme ladeira, quando já se olhava para nós com respeito e simpatia, o caminho volta agora a ser para trás, porque tudo se dispõe, ao contrário do que se diz e se promete, ou, pelo menos, para reduzir ao mínimo o nosso esforço.

Do corpo de exército passar-se-á talvez para a simples divisão, e assim a valente mocidade continuará a bater-se no Rossio, rua do Ouro e, quando muito, na Rotunda.

Parece que já está iminente o reconhecimento. A política internacional é assim»<sup>48</sup>.

Que melhor síntese se poderia desejar, amplamente premonitória? Num ápice, Leote do Rego percebeu que o reconhecimento britânico — aquele que mais havia sido difícil de conseguir após o 5 de Outubro de 1910 — ia ser dado de imediato e tal comportamento pautaria o de todos os restantes Estados, pelo menos europeus. E porquê a disparidade entre 1910 e 1917?

Na nossa opinião, por dois motivos muito simples.

Em 1910, o Governo britânico não estava infiltrado no seio dos republicanos e não tinha nenhum agente seu bem colocado para esclarecer os fins do movimento militar e da revolução subsequente, por isso se deixou ficar neutral perante o desejo de fazer cair a casa reinante<sup>49</sup>. No entanto, quando viu definir-se a política do Governo Provisório, onde imperava uma vontade de corte com a tradição, percebeu que a arrogância e soberania internas iriam ter, mais tarde ou mais cedo, correspondência na postura externa e, daí, protelar, como forma de aviso, o reconhecimento *de jure* do novo regime. Era um *novo* Portugal que despontava pela mão dos republicanos; um Portugal pequeno, mas que queria disputar o direito de ser respeitado no plano externo como todos os Estados que são verdadeiramente soberanos.

---

<sup>48</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, p. 40-41.

<sup>49</sup> Veja-se, a tal propósito, José Relvas, *Memórias Políticas*, vol.1, Lisboa: Terra Livre, 1977, p. 221-222.

Em 1917, a presença de um excepcional agente britânico — o general Nathaniel Walter Barnardiston — à frente da missão militar poderia ser uma repetição de Beresford cerca de cem anos antes, tornando-se na eminência parda de Londres em Lisboa. Era necessário que a situação política interna se invertesse, abandonando a postura de soberana altivez externa, dando lugar a um Governo facilmente manobrável, dócil e subalterno. O pseudo germanófilo Sidónio Pais, figura apagada, vaidosa, mas ambiciosa e suficientemente ousado para jogar num só lance todo o seu futuro, era ideal para congregar todos as forças que estavam contra a República, contra a guerra, contra a crise de subsistências, contra o aumento do custo de vida.

O sidonismo serviu os interesses da Grã-Bretanha, desprezando os nacionais. Isso viu Leote do Rego e viu mais: só apoucando a participação na frente de batalha se subordinava Portugal.

João Chagas, do seu posto privilegiado em França, embora com a desvantagem de receber as notícias com atraso, mas a oportunidade de ser procurado por muitos que àquele país chegavam idos de Portugal, foi um observador atento que vale a pena auscultar para perceber como era compreendida a atitude política de Sidónio Pais.

Numa das primeiras impressões o antigo ministro de Portugal em Paris — pois havia pedido a demissão logo após a queda do Governo Afonso Costa, de quem não gostava especialmente, mas por quem nutria uma profunda admiração graças aos esforços feitos em Londres para levar as tropas portuguesas ao teatro de operações francês<sup>50</sup> — escreve, em 13 de Março de 1918, somente: «Aquilo em Portugal tornou-se abertamente monárquico e alemão. Quem dali chega informa que se prepara uma nova revolução e que toda a gente conspira»<sup>51</sup>. É pouco, mas ajuda-nos a aclarar a visão sobre um outro país diferente daquele que os jornais de então nos mostram: conspirava-se contra Sidónio e o clima era o da existência da predominância de monárquicos na condução da política nacional que, por serem germanófilos, pareciam impor a Alemanha aos Portugueses.

---

<sup>50</sup> João Chagas, *Diário de João Chagas 1915 1916 1917*, p. 278.

<sup>51</sup> Idem, *Diário de João Chagas 1918*, p. 26.

A 23 de Maio as informações são mais copiosas embora sempre pouco claras: «O Giovetti chegou. Trouxe notícias de Lisboa. Confusas. No entanto, num ponto as suas afirmações são precisas: não serão enviadas mais tropas para a frente de batalha. Segundo o Galhardo [o antigo chefe da Repartição de Informações], com quem falou em Madrid, este programa tem a simpatia de todas as famílias que não querem mandar os filhos para a guerra. Por outro lado, e segundo as suas observações, a situação é apoiada por tudo quanto Portugal conta de reaccionários e germanófilos». E, um pouco mais à frente, dá-nos uma informação preciosíssima, porque confirma as nossas suspeitas, clarificando um aspecto que os historiadores que mais se têm debruçado sobre o sidonismo, fazendo dele apologia mais ou menos atenuada, não vislumbram ou não querem vislumbrar: «Em Lisboa falou [o dito Giovetti, em casa de quem estava alojado], entre outras pessoas, com Chatani, agente francês junto da Legação de França, o qual lhe manifestou a sua mágoa por *ver Portugal completamente nas mãos da Inglaterra* [sublinhado nosso], ao que ele chama *la main-mise anglaise*. Giovetti vocifera contra o general Bernardinston [sic], que não tem cessado de dar o seu apoio à situação Sidónio». Acrescenta, depois, para deixar clara a exposição, mais o seguinte: «Esteve com o Teixeira Gomes, a quem foi absolutamente proibido sair de Portugal e voltar a Londres. Nem mesmo este caso teve o poder de impressionar desfavoravelmente o governo inglês. A Inglaterra, hoje, como no tempo da Regência [de D. João que veio a ser o vi] está sendo a inimiga da liberdade em Portugal. Só lhe falta fazer enforcar outra vez Gomes Freire de Andrade. Entretanto a polícia do Sidónio não dorme, como dormiu a polícia da República». Menciona, de seguida a prisão de Álvaro de Castro, do general Correia Barreto, antigo presidente da câmara do Senado da República, do visconde da Ribeira Brava e de mais cinco oficiais do Campo Entrincheirado de Lisboa. Esclarece, em seguida, um aspecto curioso: «Giovetti diz que se trama [no sentido de conspirar] em toda a parte, sobretudo nas províncias, para acabar com aquilo, e se está nas vésperas de uma guerra civil»<sup>52</sup>. Este pormenor de na província se

---

<sup>52</sup> Idem, *Diário de João Chagas 1918*, p. 132-133.

conspirar contra Sidónio Pais vem dar uma nova coloração ao cenário político nacional, porque chama a atenção para uma outra realidade diferente da que era comum: as províncias serem conservadoras por mais tradicionalistas. Em Junho, no dia 19, deixa confirmada esta tendência de na província se conspirar contra Sidónio, mas esclarece um pouco melhor o que se pode compreender por província: é a cidade do Porto. Com efeito, um tal Manuel Gustavo disse: «Há ódios terríveis. Os republicanos do Porto dizem que são precisos cinco dias para “ajuste de contas”. (...). Confirma [o Manuel Gustavo] que a sedição de Lisboa se fez contra a guerra e aos gritos de abaixo a guerra! Ouvi-os ele esses gritos, no dia 5 de Dezembro, partindo dentre a população que assaltou a casa do Norton de Matos, de quem ele é vizinho. Conta o que foi o assalto a casa do Norton. Escangalharam tudo, levaram tudo, até talheres. Umhas damas da vizinhança levaram almofadas da sala de visitas»<sup>53</sup>.

O quadro está traçado e mais uma vez se comprova que a verdadeira postura política de Sidónio não pode ser uniformemente atestada. Os factos sobre ele — e só sobre o seu comportamento político — são controversos; tanto apontam para uma tendência germanófila que lhe poderá ter chegado por mero contágio de vivência na Prússia, como se orientam para uma declarada subalternidade perante a Grã-Bretanha. Contudo, de uma coisa parece não se poder duvidar: o golpe fez-se, de facto, contra a participação de Portugal na guerra, pondo em causa os objectivos nacionais bem definidos e bem defendidos pelos anteriores Governos; quem rodeava e apoiava Sidónio Pais era gente que estava contra a guerra e, alguns, talvez, a favor da Alemanha. Este último aspecto é confirmado por uma afirmação do *Diário* de João Chagas, datada de 20 de Junho de 1918: «Os jornais que apoiam o Sidónio e os órgãos monárquicos renovam a discussão das razões porque Portugal entrou na guerra e as condições em que o fez. Segundo o novo jornal *A Situação*, a Inglaterra recusou o concurso que lhe oferecemos e só o aceitou em virtude de pressões da França. “Isto é gravíssimo” brada o *Dia*. “Esclareça-se tudo!” clama a *Capital*. (...). A afirmação de que Portugal entrou na guerra por pressão da França, essa visa-me especialmente a mim.

---

<sup>53</sup> Idem, *Diário de João Chagas 1918*, p. 150-151.

O que essa cambada mais uma vez pretende insinuar é que fui eu que levei Portugal à guerra<sup>54</sup>, (...)»<sup>55</sup>.

Também testemunha de grande parte dos acontecimentos de Dezembro de 1918 foi Jaime Cortesão. Aquele que viria a ser o historiador dos Descobrimentos já, como antes relatámos, se havia insurgido contra Afonso Costa pela forma como estava a ser conduzida a propaganda e a política de guerra. Não era, por conseguinte, um adepto da guerra sem olhar a meios e a consequências. Não era ele nem os deputados do Partido Democrático que se encontravam em França em serviço no CEP. Essa foi a razão pela qual combinaram vir a Lisboa, no final do ano de 1917, para exporem as suas razões ao Governo e, nomeadamente, ao ministro da Guerra e a Afonso Costa. Demos-lhe a palavra, por ser mais fiel do que um resumo que fizéssemos.

Fui o último ou um dos últimos a seguir. Quando cheguei a Portugal, a 10 do mês [de Dezembro], a tragédia consumara-se. Volvidos três ou quatro dias, o indispensável para descansar, apresentei-me no Quartel-General da Divisão de Coimbra, pedindo guia para regressar imediatamente a França.

Iam comunicar para Lisboa a minha estada e eu receberia ordens a seguir. Em Lisboa, esqueceram-se, burocraticamente, de responder ao telegrama. Tive que insistir e reinsistir no Quartel-General pelo pedido da resposta, que afinal sempre veio, mandando-me regressar imediatamente a França. Todavia mandaram-me seguir para Lisboa a fim de regular certas formalidades de itinerário e passaporte.

Chegado aí, reconheci o melhor espírito que vencera a revolução e agora se mostrava às escâncaras. Vencera a mancomunação das forças mais antagónicas, que se mascaravam inabilmente para esconder os desejos e pensamentos inconfessáveis que havia. O partido democrático cometera erros? É certo. Não eram todavia tantos que contrabalançassem os inconvenientes gravíssimos de uma revolução naquela altura, fosse ela a mais

---

<sup>54</sup> Pessoalmente, e tal como deixámos insinuado no nosso trabalho *O Fim da Ambiguidade*, (p. 131-135) parece-nos que o papel de João Chagas não deve ter sido tão inocente quanto ele nos pretende fazer crer neste ano de 1918.

<sup>55</sup> Idem, *Diário de João Chagas 1918*, p. 153.

bem intencionada, uma única razão de carácter político, tomando esta palavra no sentido mais restrito poderia atenuar o criminoso movimento: era a convicção em que estavam o seu primeiro chefe e por certo muitos que o ajudaram ou favoreceram de que a Alemanha vencia.

Para a maior parte desses a convicção representava uma profissão de fé; que o era em dois sentidos, — pela declaração de uma fé política idealmente representada nos processos da Alemanha e pelo desejo e confiança na sua vitória.

De qualquer dos modos, os defensores da nova situação dividem-se em dois grupos, pecando ambos por um excesso, ainda que de natureza diferente. Uns, por excesso de fé na vitória da sua causa política, inevitavelmente perdida, tanto é contrária ao sentido mais profundo da civilização humana; outros, os republicanos, por falta de fé na causa, que julgam comprometida com o poderio da Alemanha»<sup>56</sup>.

É indubitável, para nós, hoje, à distância de noventa anos, que Sidónio Pais se apoiou e deu apoio a todos quantos alinhavam ideologicamente com a Alemanha e a sua vitória na guerra. Os diversos testemunhos coevos não poderiam ter combinado entre si a posição a adoptar. No plano interno, com fortes reflexos no externo, Portugal fez uma viragem política de cento e oitenta graus. Todavia, se a nós não nos oferece dúvida o que acabamos de afirmar, resta-nos a incerteza, ainda, de quem era e o que pensava — através do que os outros adivinhavam dele — o novo líder da situação política nacional. E sobre Sidónio, o que disse Jaime Cortesão?

«Muito antes da minha partida para França, eu sabia pelo Dr. Augusto Soares, naquela altura ministro dos Estrangeiros, que o nosso ex-ministro na Alemanha trazia a convicção de que o grande império não podia ser vencido.

*O amor ou o receio da Alemanha* [sublinhado nosso], ambos *servidos pelo ódio político e aproveitando-se do medo à guerra, que se explorou com promessas torpes* [sublinhado nosso], eis o que é essencial neste movimento. O resto são palavras para esconder a verdade»<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa: Portugália Editora, 1969, p. 116-117.

<sup>57</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.* p. 117-118.

Mais claro do que isto não poderia ser o, então, deputado democrático, crítico do seu Partido, médico militar em França e, mais tarde, historiador. Sidónio Pais se não era germanófilo — e julgamos que não fosse — tinha a certeza da vitória da Alemanha e temia as consequências futuras para Portugal. Terá sido esse motivo que o levou a, ao arrepio da vontade de Brito Camacho, continuar com a conspiração que o transportou ao Poder. Submeter-se à vontade da Grã-Bretanha foi uma jogada política daquelas que fazem quem detém o poder de decisão e quer garantir o jogo independentemente do resultado final. A reviravolta militar que se começou a delinear na proximidade do Verão de 1918 tê-lo-á feito aperceber-se da verdade e conduziu a modificar, ligeiramente, a sua postura perante a guerra, dando, ao novo comandante do CEP, instruções que faziam acreditar na renovação do esforço militar nacional. O armistício apanhou-o de surpresa no plano interno, porque a forte corrente monárquica era já suficiente para o contestar. A viagem ao Porto — na tarde em que foi assassinado — seria uma tentativa de controlar uma situação que lhe escapava, era a luta contra a concretização de uma guerra civil entre monárquicos e republicanos. Guerra civil à qual ele, crente na vitória da Alemanha e receoso dos resultados, abriu a porta um ano antes. Sidónio Pais — voltamos a afirmá-lo — não era germanófilo mas, como jogador de *bridge*, deixou-se cegar pela má compreensão das *falas* do adversário e da *mão* que julgava possuir.

Embora, sendo um clássico para quem estuda a participação de Portugal na Grande Guerra, ou talvez por isso, não poderemos deixar de buscar a opinião prudente e, por conseguinte, escassamente exuberante do general Ferreira Martins. Diz-nos ele muito pouco sobre o golpe militar, mas deixa transparecer o suficiente para se perceber a forma como encarou a nova mudança em Portugal e como foi sentida em França, no CEP.

(...) em 8 de Dezembro, a revolução chefiada por Sidónio Pais depunha o Governo Afonso Costa e instituí a ditadura presidida por aquele chefe, que *acarretou para o CEP um novo período de vida torturante* [sublinhado nosso].

(...).

A substituição desses homens [Bernardino Machado e Norton de Matos] de Governo por outros que tinham à sua frente quem ainda há pouco



deixara o seu posto diplomático em Berlim e agora se elevava, por uma revolução, ao mais alto cargo da República, com poderes ditatoriais absolutos, não podia deixar de impressionar desagradavelmente os nossos Aliados que viam nessa mudança brusca de Governo o propósito de modificar profundamente a política da Nação perante a Guerra.

(...).

As mesmas dúvidas pairaram nas esferas governamentais, como se verifica numa das mais notáveis obras publicadas depois da Guerra pelo General Mordacq, o ilustre Chefe de Gabinete Militar de Clémenceau, quando presidente do Governo Francês.

Referindo-se à notícia da revolução de Portugal, chegada em 9 de Dezembro ao conhecimento deste Governo, o General Mordacq diz textualmente o seguinte:

“Esta notícia lançou uma certa inquietação sobre os Aliados, porque a crise dos efectivos acentuava-se e os Portugueses tinham prometido enviar para França pelo menos, duas Divisões. Este auxílio não era para desprezar na situação em que se estava. Receava-se, pois, que o novo partido no poder não mantivesse os compromissos dos Governos precedentes. M. Clémenceau encarregou-me de inquirir junto dos Negócios Estrangeiros e junto do adido militar português (que eu conhecia particularmente) da situação exacta em Lisboa. Pude, felizmente, tranquilizá-lo depressa: segundo informações seguras, que acabavam de chegar, o partido republicano moderado, assumia o poder e tinha declarado que manteria escrupulosamente todas as promessas dos seus predecessores”<sup>58</sup>.

Fora mais fácil tranquilizar o Presidente do Governo Francês do que os camaradas Aliados, junto dos quais, no *front*, os oficiais portugueses se empenhavam em desfazer as suas manifestas suspeitas, *mais por intuição e por confiarem no carácter liberal e republicano* [sublinhado nosso] de Sidónio Pais do que, por motivos fundamentados em elementos de origem oficial, que nenhuns tinham<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Citado pelo general Ferreira Martins de *Le Ministère Clémenceau*, Tome 1, p. 103.

<sup>59</sup> General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, vol. 1, Lisboa: Editorial Ática, p. 162-164.

Ferreira Martins, como se vê, deixa no ar duas primeiras impressões: que Sidónio Pais — fruto da sua última colocação diplomática — causou a sensação de ter havido uma reviravolta na política portuguesa, mas que, pelas informações colhidas e pelo que dele se julgava saber, essa reviravolta não teria sentido. Há, por conseguinte, uma insinuação de germanofilismo contrabalançada por uma outra de republicanismo. Cautelas de quem escrevia na década de 30 do século passado — no início do Estado Novo — e não pretendia dar para a História uma imagem demasiado marcada. Contudo, com o sentido diplomático que lhe pressentimos no texto já transcrito, de seguida enumerou todas as medidas que, logo no imediato, tiveram efeitos perniciosos no CEP. A elas voltaremos mais à frente quando de tal assunto nos ocuparmos.

O tenente-coronel Ferreira do Amaral deixou, também, o seu testemunho sobre Sidónio Pais e o sidonismo. Todavia, é necessário dizer que este oficial achou que a presença portuguesa na Flandres constituiu, por si só, uma *mentira*, pois não foi o que podia ter sido em termos de efectivos, dado que o *medo* imperava na sociedade nacional. Afirmou, de uma forma muito curiosa, a tomada de posição de Sidónio Pais no dia 5 de Dezembro de 1917.

Era lente da Faculdade de Matemática, em que era capelo, e no entanto houve uma equação a duas incógnitas que não soube resolver, porque no seu espírito flutuou sempre uma dúvida.

Que valor atribuir a X para achar o valor de Y?

Venceria a Alemanha ou venceriam os Aliados?

Eis o X!

Reforçaria o CEP ou mandá-lo-ia recolher todo a Portugal?

Eis o Y!

Porque não pôde dar um valor definitivo a X, deixou Y indeterminado e eu vi bem o erro dessa insuficiência de um capelo em matemática. Foi a única vez, naturalmente, que na sua vida não soube resolver um problema de álgebra, elementar na forma, mas muito difícil na essência.

Além disso, quando marchou para o Parque Eduardo VII levava atrás de si um valor dado a Y que era a retirada das tropas de França.

Não se atreveu a aceitar esse valor dado a Y, porque receava enganar-se no valor que adviria para X.

Daí ter ficado a resolução da equação indeterminada.

Esse erro ficará exarado para a História; à tradição apenas chegará a sua recusa em pactuar com a mentira da Flandres.

Sidónio Pais levava para o reduto do Parque Eduardo VII e atrás de si o *medo*, lá acalentou o *medo* e de lá saiu o verdadeiro *medo* da guerra na Flandres!<sup>60</sup>.

Como se depreende, Sidónio Pais, para Ferreira do Amaral, não era um germanófilo, mas deu cobertura a todos quantos tiveram medo de se envolver no esforço da guerra; terá sido um político que, de uma forma violenta, derrubou Afonso Costa — de quem ele também não gostava; terá sido um político para quem só duas incógnitas se colocavam na equação simplista imaginada. Ora, na verdade, nem Ferreira do Amaral quis olhar a complexidade de toda a situação, nem, estamos convencidos, Sidónio Pais, na sua imensa vaidade, terá querido ver para além da revolta pessoal em que se consumia na luta contra o Partido Democrático. Imediatista, apoiando-se onde e em quem calhava, provavelmente convencido da vitória da Alemanha, colocou, de novo, Portugal na clara dependência de Londres, deixando estiar, em França, o que lá estava de tropa portuguesa.

Um militar e escritor de prestígio — Raul Brandão<sup>61</sup> — deixou-nos duas páginas sobre Sidónio as quais não podemos deixar de levar em conta nesta busca que fazemos de opiniões sobre o homem que tomou de assalto o Poder nos primeiros dias de Dezembro de 1917. Vejamo-las.

Seja o que for, diga-se o que se disser, foi o sentimento germanófilo que lá o [a Sidónio Pais] colocou com entusiasmo, e o sentimento monárquico, conservador e germanófilo, que lá o manteve. O 33 [o Batalhão de Infantaria] acompanhou-o à Rotunda para não ir para a guerra. Com toda a

---

<sup>60</sup> Ferreira do Amaral, *A Mentira da Flandres e... o Medo!*, Lisboa: Editores J. Rodrigues & C.<sup>a</sup> 1922, p. 364-365.

<sup>61</sup> Foi major de infantaria.

facilidade, os oficiais que vinham de licença e não queriam voltar ao *front* ficavam em Portugal. Não digo que ele não estivesse ao lado da Inglaterra — não podia deixar de estar — mas só com ele foi possível desenvolver o espírito, a atmosfera e a má vontade, enfim, dos que protestavam contra a guerra. Com ele faltou também a estabilidade ao corpo expedicionário — que se sentiu abandonado. Por último, as forças de primeira linha nem sequer eram rendidas. Desapareceu a mola persistente e oculta, que teima e consegue... Faltou o entusiasmo. Faltou o homem. Afirma Cunha e Costa que Sidónio quis mandar tropas para o *front* e os ingleses não quiseram. Pudera! Era já então a «organização» que eles tinham visto. Havia soldados que se metiam num buraco com as armas, para não marcharem para as trincheiras. A desmoralização chegara ao auge<sup>62</sup>. Organiza-se o bando, comandado por um alferes miliciano, conhecido pelo *Mão Fatal*, que chegou a fazer fogo sobre os oficiais. Que demonstra isto? Falta de continuidade de esforço — falta de espírito militar. Os ingleses fuzilavam soldados e oficiais por dá cá aquela palha. Os nossos, quando tiveram de fuzilar um homem (provavelmente inocente) adoeceram... O juiz morreu de apoplexia — o que só o honra. A impressão geral era de abandono. Foi assim que se tornou possível o desastre.

O 5 de Dezembro foi um erro, um dos maiores erros da política contemporânea. Se se persistisse mantendo na ordem os defectistas; se o Exército, que se batia, não tivesse logo o mesmo pensamento que Clémenceau (uma revolução, nesta altura, só pode ser feita a favor dos alemães); se nas almas, outro fantasma não se levantasse, derrancando-as, o desastre de 9 de Abril e o que se seguiu, que foi pior, talvez se evitasse...

(...). Os homens, na situação do Presidente, não são o que eles querem — e Sidónio foi a bandeira dos monárquicos, dos germanófilos e dos defectistas<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> É fundamental perceber que esta passagem de Raul Brandão está, temporalmente, situada no período posterior a Dezembro de 1917 e a tentativa de reactivar o CEP, já sob o comando do general García Rosado, no começo do Verão de 1918, quando a debandada de oficiais tinha sido quase geral.

<sup>63</sup> Raul Brandão, *Vale de Josafat Memórias*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, s. d. [1983], p. 72-73.

Este militar e escritor, contemporâneo de Sidónio Pais, quase o coloca na posição de germanófilo quando lhe associa a vontade de todos os que o rodeavam e lhe retira a vontade própria que é vorazmente engolida pela função presidencial. Para Raul Brandão parece serem os actos o que efectivamente conta e não a intenção; se assim for, Sidónio Pais seria germanófilo. Importante do testemunho de Raul Brandão é retermos duas ideias: Sidónio fez o jogo político dos Ingleses e deixou que o apoiassem as correntes mais contrárias aos verdadeiros interesses de Portugal.

Outro militar e escritor de prestígio, que escreveu sobre Sidónio Pais, foi Augusto Casimiro<sup>64</sup> o qual, em 1919 — antes, por conseguinte, de fazer parte da comissão de elaboração do chamado *Livro Branco*, estando, por isso inocente da acusação que Sequeira Gonçalves<sup>65</sup> lhe faz de, sendo conhecedor da documentação oficial considerar o ditador um germanófilo — publicou a obra intitulada *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*<sup>66</sup>. Uma grande parte dos capítulos são a reprodução de artigos para periódicos escritos em resposta a Cunha e Costa, jornalista que não fugia a polémicas e apoiava Sidónio Pais. Augusto Casimiro, embora acusando o ditador de ter deixado soçobrar o CEP equilibra a sua posição entre aceitar que o Presidente praticou uma política aparentemente germanófila e uma política de clara subserviência à Grã-Bretanha<sup>67</sup>, a qual enredava nos meios políticos da capital através da acção do general Barnardiston. Aliás, o autor demonstra que todas as propostas feitas pelo Governo inglês a Sidónio Pais tinham como finalidade apoucar o papel do Exército Português, em França, reduzindo-o à situação de tropas com estatuto igual à das colónias britânicas.

---

<sup>64</sup> Veja-se o nosso trabalho intitulado *Augusto Casimiro: Militar cidadão e escritor*, Lisboa: Separata das Actas do IX Colóquio «Os Militares na Sociedade Portuguesa», 199, 43 p.

<sup>65</sup> José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 2 vols. (2.º anexos), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989.

<sup>66</sup> Augusto Casimiro, *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*, Porto: Livraria Chardron, 1919.

<sup>67</sup> Cf. p. 36-38, 75 e 82-83.

Para ilustrar melhor o pensamento de Augusto Casimiro deixamos breves passagens do que escreveu. Diz ele, que, com o acordo de 21 de Janeiro de 1918 admitiu-se «a absoluta ingerência das autoridades britânicas na vida das forças portuguesas em França (...)»<sup>68</sup>. E, depois, afirma: «O Sr. Cunha e Costa não entende como a data de 6 de Janeiro em que a convenção foi proposta, a um mês da revolta, era oportuníssima? Ora calemo-nos sobre tanta miséria»<sup>69</sup>. Mais à frente, para provar a subordinação à vontade da Inglaterra, relata: «Eu quero fixar aqui, para completo libelo (...) as palavras dum telegrama de 27 de Agosto [1918], assinado pelo sr. coronel Amílcar Mota, em que este, ignorando as graves dificuldades ainda mal vencidas à data para interesse e salvação da nossa honra, pelo general sr. Rosado, lhe recomenda, repetindo em telegrama enviado à Legação de Londres:

Tudo o que for ajustado tem de ser desejado e expressamente declarado útil pelo Governo inglês não em transigência ou aquiescência a desejos ou oferecimentos nossos...»<sup>70</sup>.

Mais para diante, corroborando uma opinião que vamos expressar à frente, diz: «Em Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março o governo de Sidónio Pais, coerente ou não com o germanofilismo e não intervencionismo dos seus bandos revolucionários, — não tentou enviar os reforços necessários à conservação da força eficiente necessária ao CEP.

Manda o *Índia* que devia transportar 4500 homens, levar cebolas a Inglaterra»<sup>71</sup>.

Depois, numa tentativa de mostrar como a propaganda alemã actuou e como estava bem informada do que se passava em Portugal, afirma: «O *boche* que nos pôs, nas trincheiras, ao facto do movimento dezanbrista, nos gritou das suas linhas que a nossa guerra ia acabar com ele, nos disse terem desmobilizado já (era em Dezembro e princípio de Janeiro) todas as tropas de Portugal e indo nós regressar a Lisboa ou a 1.<sup>a</sup> divisão ser substituída, — o *boche*, que anunciava as revoluções portuguesas telegrafando de

---

<sup>68</sup> Augusto Casimiro, *op. cit.* p. 103-104.

<sup>69</sup> Idem, *op. cit.* p. 104.

<sup>70</sup> Idem, *op. cit.* p. 107-108.

<sup>71</sup> Idem, *op. cit.* p. 190-191.

Espanha para Berlim — o *boche* invencível, o *boche* admirado, o *boche*, enfim, atacou em 9 de Abril»<sup>72</sup>.

Augusto Casimiro viveu em França o dezembrismo e sofreu nas fileiras do CEP os efeitos e as conseqüências da política que se adoptou. Naturalmente, sentiu com outro vigor as medidas que foram sendo tomadas e, como combatente e intervencionista, por ter compreendido a necessidade da ida à guerra, fez um julgamento de Sidónio que não podia ser igual ao de quem estava em Portugal. Contudo, ao contrário de ser implacável e severo no seu juízo, Casimiro, testemunha contemporânea, coloca Sidónio Pais na posição de aparente germanófilo, mas, definitivo, dá-lhe o epíteto de fiel servidor da Grã-Bretanha.

Embora de valor bem menor é a opinião do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, comandante do CEP, que, antes da batalha do Lys e logo que tomou conhecimento da alteração orgânica da colaboração militar portuguesa em França, se deslocou a Lisboa para conferenciar com Sidónio Pais. Está ainda inédito um *Diário* manuscrito de Abreu e Silva, relativo ao tempo em que comandou o CEP. Compulsámo-lo e colhemos as impressões do velho militar<sup>73</sup>.

Referente ao dia 2 de Fevereiro de 1918, a dado passo, diz o seguinte: «Logo à minha chegada mandei prevenir o João Tamagnini de que lhe precisava falar. Ele veio a minha casa onde lhe contei tudo com respeito ao motivo da minha vinda a Lisboa, e pedi-lhe para dizer ao ministro da guerra para me marcar lugar e hora para uma conferência sobre o mesmo assunto. (...)».

No dia 3 deixa registado o seu encontro com Sidónio Pais nos seguintes moldes: «Às 6 h da tarde fui ao Hotel Avenida onde o Presidente<sup>74</sup> me tinha

<sup>72</sup> Idem, *op. cit.* p. 191.

<sup>73</sup> Em abono da verdade, deve dizer-se que, na nossa opinião, Abreu e Silva, homem tendencialmente dado à desconfiança, provavelmente pouco convicto das razões republicanas, por vezes, conflituoso, exigente e intransigente para com os subordinados que não temia — contra os outros intrigava, quando se sentia seguro —, mas submisso perante quem o comandava, não tinha grandes rasgos de inteligência nem capacidade para se confrontar com as instâncias políticas (ver, da nossa autoria, *Portugal na Grande Guerra: O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, s. d.).

<sup>74</sup> Repare-se no pormenor de, em cerca de 24 horas, no *Diário*, Sidónio Pais ter deixado de ser o ministro da Guerra para passar a ser designado por Presidente. Esta minudência dá-nos

marcado a entrevista. Nada se pode fazer sobre a continuação do Corpo português na frente; ficará só uma Divisão. Esta decisão foi tomada em virtude de indicação do Governo inglês, dizendo que não temos reservas para aguentar com um ataque dos alemães, mantendo um Corpo na frente<sup>75</sup>. Em vista pois de isto estar assim resolvido, disse ao Presidente que a minha situação ficava muito inferior à actual, e que então me substituísse<sup>76</sup>. Objectou que não lhe parecia que assim fosse, pois ia voltar-se a uma situação que já tivemos quando estava só a 1.<sup>a</sup> Divisão na frente. Não estou, por ora, de acordo com esta opinião, por não me parecer bem a mesma coisa. Esteve com efeito só uma divisão na frente incorporada num Corpo inglês, mas então esperava-se que entrasse a 2.<sup>a</sup> Divisão que se estava organizando e terminando a instrução, como na realidade entrou, assumindo eu o comando do sector no dia 5 de Novembro do ano passado, isto é, há 3 meses. A conversa foi demorada; eram horas de jantar e pedi nova entrevista para tratar de outros assuntos indispensáveis. Falámos do Baptista<sup>77</sup> que foi condiscípulo do Presidente na E. do Exército, onde era tido como homem pouco inteligente ou **ainda menos**. Referiu-se a um célebre duelo, etc<sup>78</sup>.

---

indicação de como o ambiente que se vivia em Lisboa e a possível bajulação que imperava nos órgãos da imprensa sidonista e nos meios próximos de Sidónio se impunha de imediato.

<sup>75</sup> Note-se, por ser muito importante, que nem Sidónio Pais nem, nem depois, o general Abreu e Silva se lembraram de recordar que bastava mobilizar mais uma Divisão para se ter o efectivo de um Corpo de Exército em tudo semelhante aos dos Britânicos. Este deixar cair de braços, alimentando um desalento afinal desejado, mostra à saciedade que a vontade de combater pelos objectivos políticos definidos pelo Partido Democrático e apoiados pelo Evolucionista era nula. De facto, o golpe tinha-se feito, como diz Ferreira do Amaral, contra a guerra, mas determinado pelo medo dela.

<sup>76</sup> Fica claro que o general Abreu e Silva não se deslocou a Lisboa por causa, verdadeiramente, do CEP e da manutenção de um Corpo de Exército na frente, impondo aos aliados a independência e soberanias portuguesas; ele deslocou-se a Lisboa porque a sua posição pessoal ficava diminuída pela alteração orgânica. Essa é a verdade que ele não esconde no *Diário*.

<sup>77</sup> Trata-se de Roberto Baptista que foi sempre o chefe do Estado-Maior quer da *Divisão de Instrução* quer do CEP a quem se deve, de facto, toda a organização daquela força militar e que, para além de ser um indefectível adepto da beligerância nacional, era simpatizante de Afonso Costa e do ideário Democrático.

<sup>78</sup> Os desentendimentos entre o general Abreu e Silva e o seu chefe de estado-maior vinham do tempo da chegada a França, em nossa opinião, porque aquele era incapaz de perceber e desenvolver uma postura de soberana igualdade perante os Comandos ingleses, postura que era defendida e aconselhada por Roberto Baptista e por todos os oficiais mais responsáveis que o assessoravam.



Também se falou do Abel Hipólito com o qual o Presidente está furo, e disse que o exonerara porque não fazia nada e apenas passeava para Paris e Londres.

Eu não conhecia o Presidente e ficou-me a impressão de ser um homem muito inteligente e muito enérgico. Mais não posso dizer e esperarei nova conversa para ampliar o meu juízo; mas bastam aquelas duas qualidades para termos a esperar muito da sua acção»<sup>79</sup>.

Independentemente dos comentários que nos merecem estas passagens do *Diário* do general Abreu e Silva, os quais iremos fazendo em notas de rodapé, convém reter o que sobre Sidónio Pais ele vai deixando escrito.

No dia 5 do mesmo mês de Fevereiro, voltou a dizer que aguardava «uma segunda entrevista com o Presidente para *resolver a minha situação*» [sublinhado nosso]. No dia seguinte foi visitado, em casa, pelo general Barnardiston que o vinha convidar para um jantar com o ministro plenipotenciário britânico. Ficou aprazado o dia 9 para que tal ocorresse. No dia 7, a dado passo, escreve: «À noite 2.<sup>a</sup> conferência com o Sinel de Cordes, novo chefe do E. M. [do CEP], onde já tratámos de expulsar do q.<sup>el</sup> g.<sup>al</sup> do CEP a malandragem que por lá está e que com grandes (...?)<sup>80</sup> na minha presença, pediam ao mesmo tempo a minha saída<sup>81</sup>.

O Gomes da Costa presidiu à inauguração de um novo partido político da direcção do Dr. Egas Moniz<sup>82</sup>. Ele é homem dos diabos. Procura todos os meios para se pôr em evidência e armar à popularidade. Creio porém que não atinge o que imagina. Ambicioso e vaidoso, perde com estas qualidades (?)<sup>83</sup> algumas que tem dignas de apreço. Sem querer fazer juízos temerários não tenho ainda a certeza da lealdade dele para comigo; e

<sup>79</sup> AHM – FP/51/2/857/4 (121-123).

<sup>80</sup> Palavra que não conseguimos decifrar.

<sup>81</sup> Nesta passagem, deve ter-se em conta o clima de intriga e perseguição existente no país, do qual Abreu e Silva se aproveitou de imediato para sanear aqueles oficiais do seu Estado-Maior que menos confiança lhe ofereciam e de cujo comportamento tinha havido denúncia, por parte dos novos senhores do Poder, com base nas cartas particulares que alguns haviam escrito a Afonso Costa, comunicando os comportamentos mais comprometedores do general em relação ao papel que lhe cabia como máximo representante militar junto do comando britânico.

<sup>82</sup> Assim se compreende que Gomes da Costa tenha sido um sidonista por oportunidade.

<sup>83</sup> Palavra de duvidosa leitura.

desconfiei que ele, por um lado diferente do E. maior e para outros fins, alguma coisa maquinou. O tempo tudo esclarecerá!»<sup>84</sup>.

No dia 8 começa o seu apontamento diário por dizer: «Aguardo a entrevista com o Presidente para me ir embora. Já me tenho demorado mais do que contava.

Arranjou-se uma solução para o CEP continuar na frente de batalha sob o meu Comando. Mantém-se a disposição das unidades como eles querem, mas satisfazendo a umas certas condições<sup>85</sup>. Resta saber se o Presidente e o Com.<sup>do</sup> inglês a aprovam. Não sei de onde partiu a ideia da redução da frente. Amanhã vou jantar com o ministro inglês; é provável que lá esteja o Bernardiston [*sic*] e por ele procurarei sabê-lo. Ele é macacão, talvez não diga nada<sup>86</sup>. Experimentarei».

O general Abreu e Silva volta a iniciar o *Diário* no dia 9 de Fevereiro com uma referência a Sidónio Pais: «Ainda não sei quando o Presidente me receberá. Diz-me o chefe do Gabinete que ele tenciona convidar-me a jantar. Esta amabilidade fará demorar a minha partida.

Jantei ontem [*sic*] com o ministro inglês, lá estava o g.<sup>al</sup> Bernardiston [*sic*] que sobre a redução da frente do Corpo português, me disse ser assunto tratado desde Setembro pelo ministro inglês Lord Derby com o Norton de Matos. Entretanto, e depois desta data entrou a 2.<sup>a</sup> Divisão na frente, portanto não creio que a redução fosse por indicação do Comando inglês, aliás não terá (?)<sup>87</sup> assim sucedido. Estou a ver que o Bernardiston [*sic*], quando o antigo governo caiu, veio (?)<sup>88</sup> repetir a nota da Lord Derby por seu motu próprio, e que o actual ministro da guerra, ponderando a dificuldade em transportes para enviar reforços, aceitou a indicação, ignorando o que se havia passado»<sup>89</sup>.

---

<sup>84</sup> Percebe-se o nível de desconfiança de Abreu e Silva em relação a tudo e a todos.

<sup>85</sup> Foi, por conseguinte, em Lisboa, nas conversas que manteve com Sinel de Cordes que Abreu e Silva, para satisfazer a sua ambição de comando de um Corpo de Exército, combinou a disposição das duas Divisões em profundidade, reduzindo a frente, mas reforçando a retaguarda com a outra Divisão.

<sup>86</sup> Curiosa esta observação quanto à personalidade do general Barnardiston.

<sup>87</sup> Palavra de duvidosa leitura.

<sup>88</sup> Palavra de duvidosa leitura.

<sup>89</sup> Neste particular aspecto o general Tamagnini de Abreu e Silva acertou na sua dedução. Efectivamente a primeira vez que a proposta foi apresentada ela levou Norton de Matos a

Finalmente, no dia 13 o general Tamagnini de Abreu e Silva lançou no seu *Diário* o seguinte: «Convidado pelo presidente da República jantei no palácio de Belém; eram convivas os ministros das Colónias, Comércio, Trabalho, Instrução, o Secretário da Presidência e ajudantes. Depois do jantar havia Conselho de ministros, mas antes de estes reunir tive ensejo de trocar algumas palavras com o Presidente que me satisfizeram, pois entre várias deliberações disse-me ir eu revestido de toda a força para a continuação do desempenho da minha missão.

Depois tive demorada conferência no Ministério da Guerra com o actual chefe do E. M. Sinel de Cordes e com o chefe de gabinete do ministro em que assentámos mandar recolher a Portugal os autores das cartas em que ficaram definitivamente resolvidos outros assuntos»<sup>90</sup>. Acabam aqui as transcrições do *Diário*.

Como se pode ver, pouco se depreende da impressão que Sidónio Pais deixou no comandante do CEP. No entanto, ficámos a saber um pouco mais sobre a personalidade daquele oficial general e das intrigas que, de imediato, os senhores da nova situação permitiram que se tecessem ao mais alto nível das forças militares portuguesas em França.

Em jeito de conclusão da análise que fizemos, neste deambular pela opinião de personagens com relevo nacional, tendo em vista determinar a tendência de Sidónio Pais face às forças que se digladiavam nas trincheiras, na Europa, podemos, agora, com alguma precisão afirmar que o antigo ministro em Berlim não era declaradamente germanófilo; teria, naturalmente, sofrido fortes influências comportamentais resultantes da sua longa permanência na capital germânica; viveria na incerteza, em 1917, da vitória alemã<sup>91</sup>. Declaradamente, não era um anglófilo, mas terá aceite ceder

---

Londres para resolver, de uma vez por todas, a situação, ficando assente que com duas Divisões se formaria o Corpo de Exército, aguardando-se para mais tarde o avanço da terceira Divisão. Com o golpe de Sidónio Pais, Barnardiston, sem perda de tempo, avançou com a proposta inicial que, como não podia deixar de ser, foi aceite de imediato, em virtude de ir ao encontro dos desejos mais profundos dos opositores à participação na guerra.

<sup>90</sup> AHM – FP/51/2/857/5 (8).

<sup>91</sup> Ter-se-á de ter em conta que não dominava a língua alemã falada, mas era capaz de ler os jornais, facto que o tornava vulnerável à propaganda de guerra.

perante as exigências britânicas para desfazer a impressão de germanofilia do golpe militar que conduziu ao derrube do Governo legal e legítimo. Vaidoso e jogador, inteligente e enérgico, habituado a arrostar com as más vontades que os seus actos, por vezes pouco conservadores<sup>92</sup>, geravam, terá arriscado associar-se aos adversários mais evidentes do regime republicano — que, no geral eram adeptos da vitória da Alemanha e com os seus agentes conspiravam — para impor ao país um regime ditatorial, com alteração da Constituição Política. Impulsivo, rodeou-se, na falta de uma elite política, de todos os oportunistas que o momento criou. Não tendo medido, com precisão, os efeitos do golpe militar no plano externo, deixou vogar os negócios estrangeiros ao sabor das conveniências de momento, permitindo, no plano interno, todas as arbitrariedades que o ódio popular desenvolvera contra os adeptos da intervenção militar na Europa. Por força das alianças mais privilegiadas que estabeleceu para a preparação do golpe militar, deixou que os monárquicos, desejosos do regresso ao anterior regime, desenvolvessem, durante o ano de 1918, uma conspiração — que nunca se extinguiu —, provavelmente continuando com os apoios germânicos com sede em Espanha, destinada a criar o clima propício à restauração e ao seu próprio derrube. Enredado numa teia que não conseguia dominar, Sidónio Pais provocou a derrocada organizativa do CEP, como mais à frente teremos oportunidade de verificar.

Para completar a nossa própria interpretação das consequências da tomada do Poder por Sidónio Pais será agora conveniente perceber o que dele disseram os mais recentes estudiosos do seu Governo. Vamos juntá-los em dois grupos, porque, na verdade, ainda subsistem duas opiniões sobre a figura e o Governo ditatorial de Sidónio: de um lado, estarão os que não vêem nele mácula germanófila e, do outro aqueles que, de alguma maneira, a vislumbram. Devemos acrescentar que esta clivagem resulta ou da incapacidade de compreender as razões da beligerância, de lhe passarem à margem, ou de dela ainda discordarem.

---

<sup>92</sup> Convirá não esquecer que, mantendo intacto o casamento, foi pai de uma filha — perfilhando-a — de uma ligação com uma senhora casada, e manteve uma longa, pública e duradoura ligação com a francesa Céline Chatry, para além de outras ocasionais aventuras amorosas (Armando Malheiro Dias, *História de uma vida*, p. 107-112 e 350-351).

Armando Malheiro da Silva, o mais actual e completo biógrafo de Sidónio Pais, é contrário à tese da sua germanofilia, não chegando a defendê-lo como alidófilo. Contudo, minimiza a germanofilia de todos os que o apoiaram, tanto na conquista do Poder, como depois. Marginaliza o apoio dos monárquicos — verdadeiros conspiradores contra a República quase desde a primeira hora da sua proclamação — e enfatiza o apoio dos unionistas que, como se sabe, rapidamente, se demarcaram de Sidónio Pais. Este historiador quase dá a entender que o ditador se terá aproximado das posições britânicas, esquecendo que essa aproximação resultou de uma clara inversão da orientação política nacional — desejada por Lisboa e imposta por Londres — e da impossibilidade de adoptar outra qualquer postura no plano internacional<sup>93</sup>.

Na mesma linha que afasta de Sidónio Pais a suspeita de germanofilia vai a obra de Filipe Ribeiro Meneses<sup>94</sup>, na qual define os traços personalistas do ditador e afirma que os discursos de Sidónio quanto ao empenhamento na guerra mal se distinguem dos feitos pelos democráticos, não fora o tratamento dispensado ao CEP durante o ano de 1918<sup>95</sup>. Além do mais, realça, também, os esforços feitos junto dos aliados para manter a imagem de empenhamento na guerra.

Miguel Nunes Ramalho é peremptório ao concluir que «(...) Sidónio adoptou, desde o início [da guerra], uma posição intransigente de neutralidade<sup>96</sup>, pela qual lutou até ao último instante. Não encontramos qualquer argumento consistente que justifique esta atitude como sendo germanofilista<sup>97</sup>. Note-se quanto de pouco consistente tem esta argumentação se tivermos em conta que Portugal era já beligerante e não podia voltar a um estatuto

---

<sup>93</sup> Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. Vol. 2. História de Um caso político*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 12-17, 36-48, 52-56.

<sup>94</sup> Filipe Ribeiro Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra (1916-18)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

<sup>95</sup> Idem, *op. cit.* p. 229.

<sup>96</sup> A interrogação que se pode deixar em aberto é a de saber se compete a um representante diplomático ter, em assuntos de Estado, posição pessoal ou adoptar a que o Governo do seu país lhe determina.

<sup>97</sup> Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912 – 1917)*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Cosmos, 2001, p. 115.

de neutralidade sem que passasse por um qualquer entendimento separado com os Alemães.

484

José António Sequeira Gonçalves, também, aponta numa direcção de não culpabilizar de Sidónio Pais de ser contra a guerra ou contra o CEP, justificando-se com base em documentos e na atitude dos oficiais do estado-maior do Corpo de Exército que contrariaram as disposições dimanadas de Lisboa e retardaram a sua execução tanto quanto lhes foi possível<sup>98</sup>. Este autor tem a particularidade de fazer uma análise seguindo o pé da letra dos textos que abundantemente apresenta em anexo, mas não estudando as razões da beligerância nacional.

Na posição mais crítica da tomada do Poder por Sidónio Pais está um pequeno conjunto de historiadores que se justifica pela compreensão dos motivos de carácter interno e externo que levaram Portugal a sair da posição de neutralidade ambígua que a Grã-Bretanha lhe solicitara logo nos primeiros dias do conflito, em Agosto de 1914.

Oliveira Marques, com cautela e finura, deixa insinuadas algumas ideias que nós mesmos já procurámos explorar neste trabalho. Assim, quando diz que «A revolta fez-se e triunfou, aparentemente contra a guerra (...)» e financiaram-na, «ao que parece, alguns grandes proprietários e membros da alta burguesia, tendo o apoio, directo ou indirecto, de grande parte do Partido Unionista (...)»<sup>99</sup> está a deixar pairar a possibilidade de, efectivamente, o grande motor que animou Sidónio Pais ter sido o receio da vitória alemã, por simpatia com a causa germânica e, também, de o financiamento da revolta ter partido de outras fontes que não as mais conhecidas e divulgadas. São suspeitas que nós não conseguimos provar, mas que levámos mais longe, através da exploração do arquivo do Serviço de Informações do Ministério da Guerra, tal como em devido tempo referimos. Abre-se, deste modo, a porta que dá acesso, não à germanofilia de Sidónio Pais, mas às tendências germanófilas dos seus apoiantes já que,

---

<sup>98</sup> José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 2 vols. (2.º anexos), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, p. 29.

<sup>99</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.º vol. 4.ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1977, p. 273.

como diz Oliveira Marques, «(...) Sidónio teve de se apoiar mais na Extrema-Direita (monárquicos, clericais, alta burguesia) cuja colaboração o fazia afastar da opinião pública republicana», facto que conduziu à «(...) influência de pacifistas e de germanófilos, ao nível ministerial, [à] colaboração de soldados e oficiais que se recusavam a ir combater (...)», tendo, tudo isto feito «(...) diminuir o esforço de guerra (...)» e sabotado «(...) o moral das tropas. (...). Insultavam-se e caluniavam-se os principais defensores da intervenção portuguesa no conflito, (...)»<sup>100</sup>. Não julgamos abusivo concluir que este historiador terá visto o sidonismo como uma emanação germanófila do Poder em Portugal.

Hipólito de la Torre Gómez, há já vários anos, depois de ter estudado com profundidade a República Portuguesa, em especial até ao período do começo do pós-guerra, dedicando à beligerância nacional um só livro, afirma sem qualquer tipo de reboço: «A revolução sidonista incidiu, deteriorando-os, sobre os objectivos externos da política dos democráticos num duplo sentido: interno e internacional.

(...). Foi um movimento essencialmente negativo, que aglutinou monárquicos e republicanos conservadores contra o inimigo comum»<sup>101</sup>. Um pouco mais à frente, diz: «(...) os esforços das armas portuguesas na frente de batalha, para prestigiar o país, ver-se-iam seriamente comprometidos pelo descrédito em que o lançavam as lutas internas da retaguarda.

No plano internacional, o sidonismo viu-se desde o princípio identificado e arrastado (certamente mais do que quisera) pela avalanche anti-intervencionista e germanófila e praticou uma política claramente anglófila. Não existe, ainda que pareça, nenhuma contradição. (...). O próprio presidente, ministro em Berlim até à ruptura com a Alemanha, dificilmente podia dissimular a sua inclinação germânica, por cuja derrota tão-pouco se atrevia a apostar»<sup>102</sup>. Ainda mais à frente, e para que não restem dúvidas, concretiza muito bem a sua ideia sintética: «O Corpo Expedicionário Português

<sup>100</sup> Idem, *op. cit.* p. 275.

<sup>101</sup> Hipólito de la Torre Gómez, *Na encruzilhada da Grande Guerra: Portugal – Espanha: 1913-1919*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 200.

<sup>102</sup> Idem, *op. cit.* p. 200-201.

(CEP) em França perdeu a autonomia que lhe conseguira a tenacidade do ministro da Guerra, Norton de Matos,<sup>103</sup>.

O que estes historiadores viram e compreenderam, estamos convictos, também outros poderiam ter compreendido se os seus estudos se tivessem orientado para a análise concomitante das razões do desejo de beligerância à luz dos interesses da época, relacionando-os com a atitude diplomática portuguesa face à Inglaterra, com os esforços desta para afastar Portugal dos campos de batalha e, acima de tudo, com o desempenho do CEP em França e com o fluxo de reforços militares quase exclusivamente dependente dos navios de transporte de tropas britânicos e dos navios de escolta ingleses. Conhecendo os antecedentes e os desejos do regime republicano nacional, em 1910, e a forma como se confrontaram os impulsos políticos de mudança para a modernidade e os de continuação do tradicionalismo obscurantista herdados da Monarquia, percebe-se o quadro dentro do qual se desenrolou a política de oposição e a necessidade de os defensores da tradição se socorrerem dos golpes militares para conseguirem superar politicamente aqueles que desejavam e praticavam cortes e fissuras para catapultarem Portugal para uma posição que, embora carecida de meios materiais, lhe competia no concerto das nações europeias, em especial entre as que aspiravam a possuir territórios coloniais. Sidónio plasmou em si, num momento crítico e de grande fragilidade do tecido social português, usando de um motivo que a todos desagrada em todos os tempos — a guerra —, a irracionalidade e o tradicionalismo de um povo iletrado, habituado a amarrar-se ao coche real para arrastar euforicamente o monarca absoluto, tal como o tinha feito, menos de cem anos antes, com D. Miguel. Foi por causa da percepção deste quadro desenhado ao arrepio dos mais profundos anseios da República que Brito Camacho — conservador, mas não retrógrado — se desvinculou, e mais ao seu Partido, do golpe sidonista e de tudo o que se lhe seguiu.

Sidónio Pais cegou e não soube escutar os rumores que se levantavam no descontentamento resultantes de uma guerra que era, mesmo no Portugal distante do teatro de operações, uma guerra total. Confundi a vertente da

---

<sup>103</sup> Idem, *op. cit.* p. 201.



política interna que impunha o avanço para a modernidade com as consequências dos desequilíbrios de toda a ordem provocados pelo conflito militar. A sua vaidade pessoal, o convencimento de que tinha uma missão a cumprir — e teve-a, só que não foi a do herói que desejou ser, mas a do elemento que deitou por terra a afirmação de soberania altaneira de um Estado há muito agrilhado, pelas suas incapacidades, a um aliado poderoso, rico e ambicioso — obstruíram-lhe a compreensão dos objectivos mais altos e mais subtis da República. Da República que, afinal, no tempo e na sua essência, ele nunca chegou a compreender.

Depois deste regresso à vida interna de Portugal, em 1917, convirá que voltemos aos campos de batalha da Flandres francesa e tentemos perceber o impacto da tomada do Poder por Sidónio Pais sobre aquela *embaixada* e aqueles *embaixadores* que procuravam manter na frente de batalha, do modo mais possível, a soberania e a independência nacionais.

## 2. O impacto no CEP

Seria faltar à verdade histórica afirmar que toda a derrocada do CEP começou exactamente com a tomada do Poder por Sidónio Pais. Realmente, como já deixámos dito antes, a presença militar de Portugal em França resultou de um amplo trabalho diplomático contra a Grã-Bretanha a qual, até aos últimos momentos, tudo fez para evitar que o seu velho aliado pudesse entrar em combate no teatro de guerra mais importante e mais significativo. Na impossibilidade de levar por diante os seus intentos — já que a França via com bons olhos todos os apoios que lhe chegavam — procurou minimizar a colaboração nacional apoucando-a. Já estava aprovada a criação do Corpo de Exército, depois de Norton de Matos ter ido a Londres conferenciar com o ministro da Guerra inglês, e eis que este, em 8 de Setembro de 1917, lhe manda uma carta, com carácter pessoal, mas confidencial, onde, afirma: «A aproximação do Inverno e a perspectiva da guerra de trincheiras está causando a Sir Douglas Haig considerável ansiedade com respeito ao severo abalo que produzirá na saúde das suas tropas que não estão acostumadas a um Inverno do Norte. (...). Sir Douglas

Haig está por isso desejoso de fazer uma combinação que eu espero V. Exa. considerará satisfatória, e que ele submeterá no interesse dos nossos valerosos aliados, e com o fim de evitar esforço e perdas excessivas para as tropas portuguesas. Ele propõe que o CEP de futuro, forneça uma Divisão combatente de 3 ou 4 Brigadas e tropas divisionárias, que seja junta, como uma unidade a um Corpo britânico e que para fins tácticos estaria sob o comando do comandante desse Corpo britânico, como no presente<sup>104</sup>. O restante das forças seria constituído como reserva sob treino e distribuído por uma definitiva área de treino; as Brigadas de Infantaria e as tropas divisionárias seriam revezadas periodicamente pelas de reserva. Ao Tamagnini seria destinado um Quartel-General na área de treino acima referida e actuaria como Inspector-Geral de todas as tropas portuguesas em França<sup>105</sup>.

Antes de prosseguirmos é de toda a conveniência tentar perceber o motivo desta tão inesperada proposta que só um qualquer analista inexperiente pode acreditar nos argumentos expostos.

Temos de admitir que Sir Douglas Haig estava bem informado sobre como se processava o recrutamento, a mobilização, a organização e o embarque das tropas em Portugal destinadas a França. Para isso tinha em Lisboa o general Nathaniel Barnardiston. Depois, ele sabia, também, qual o moral das tropas ao embarcar e, mais tarde, em França. Não lhe era desconhecida a má vontade da oficialidade. As informações tanto lhe chegavam de Lisboa como dos campos de treino, bem como dos primeiros contactos, em combate, dos Portugueses com os Alemães, em França. Assim sendo, o comandante-chefe britânico já havia firmado todo um perfil sobre o valor dos Portugueses, em especial, o dos oficiais que comandavam os soldados. A acrescentar a este facto, ele tinha conhecimento do perfil do general Abreu e Silva e da sua tendência subordinada, tosca e pouco habilidosa para ser o máximo representante de um Estado que queria fazer-se representar

---

<sup>104</sup> Devemos recordar-nos do sistema de estágio que as tropas portuguesas foram fazendo até tomarem conta de um sector de Divisão, esperando que a 2.<sup>a</sup> estivesse completa e treinada. Foi exactamente neste momento que Douglas Haig faz a sua proposta com vista a impedir avançar-se para a formação do Corpo Português.

<sup>105</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa, 1995, p. 197.

com grande dignidade na frente de combate. A tudo isto, ou por causa de tudo isto, o seu estado-maior terá ponderado seriamente a entrega de um sector de Corpo de Exército — unidade já com grande autonomia táctica e, até, estratégica no campo de batalha — ao general Tamagnini de Abreu e Silva. Só assim se justifica a proposta que *Lord* Derby se atreveu a fazer a Norton de Matos, o qual, por oposição a tudo o que antes dissemos, terá deixado em Londres grandes certezas quanto ao valor, moral e combatividade dos oficiais portugueses. Mas a proposta não se confina ao que deixámos transcrito; ela vai mais além e é nesse ponto que se percebe, com toda a clareza, o que antes concluímos. Vejamos: «Recordando a história gloriosa dos nossos dois exércitos durante a guerra da Península quando os oficiais britânicos serviram sob a bandeira portuguesa<sup>106</sup> para grande vantagem de ambas as nações, eu desejo sugerir a V. Exa. que dever-se-ia tender para aquela uniformidade de treino e de comando, que é tão essencial quando dois exércitos estão tão intimamente ligados em face do inimigo, como os nossos, se o mesmo princípio fosse outra vez adoptado. Eu por isso proponho para que V. Exa. considere que uma proporção de oficiais britânicos seria ligada a cada batalhão português e às correspondentes formações de outras armas; o actual número e patentes seriam decididos depois.

Não queira V. Exa. julgar que eu pretenda dizer que estes oficiais assumiriam o comando das unidades ou formações acima referidas. Mas eu considero que lhes devia ser dada autoridade executiva com o fim de inspeccionar e vigiar o treino fora da linha, de forma que eles estivessem em condições de poder exercer a sua autoridade em combate caso as circunstâncias o exigissem<sup>107</sup>. A bofetada estava dada, com toda a força e em plena face. Era, como lhe chamou o general Ferreira Martins, a desnacionalização do CEP<sup>108</sup>. Era a redução das tropas portuguesas à condição de tropas dos domínios coloniais britânicos! Era a subalternização e o atestado

---

<sup>106</sup> Note-se a forma artilosa como é colocada a questão da chamada Guerra Peninsular e do comando das tropas portuguesas por oficiais britânicos.

<sup>107</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 197.

<sup>108</sup> General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 1.º vol. Lisboa: Editorial Ática, 1934, p. 161.

de incompetência que já tinha sido aceite cem anos antes pela mesma Monarquia que havia continuado a deixar que o Exército se mantivesse mal treinado, mal equipado e quase inútil para serviço de campanha. A República tinha conseguido alguns *milagres*, mas não conseguira, em cerca de seis anos, transformar o que a Monarquia havia alimentado em centenas.

Norton de Matos respondeu, no dia 1 de Outubro, da seguinte forma: «Depois de ter considerado cuidadosamente as duas propostas da vossa carta de 8 de Setembro, julgo do meu dever dizer-vos, com a rude franqueza de soldado, que me é absolutamente impossível concordar com elas e que elas muito me penalizam»<sup>109</sup>.

No essencial, em três linhas estava dada a resposta ao ministro britânico. O resto é a marcação de uma posição inabalável face aos acordos e combinações a que se havia chegado durante a permanência de Norton de Matos em Londres.

À cínica preocupação do general-comandante do Exército Britânico, respondeu Norton de Matos da forma frontal e altaneira que os militares entendem e admiram: «Muito me penhoram os cuidados e atenções que Sir Douglas Haig está tendo pela saúde dos soldados portugueses. Sei quanto é dura no Inverno a vida nas trincheiras; mas estou certo que os soldados de Portugal que neste momento estão sofrendo em África a terríveis agruras de um clima mortífero, que na sua longa história experimentaram os maiores transe no mar e na terra, que na retirada da Rússia foram apresentados como exemplo aos aguerridos soldados de um grande exército, não deixarão de dar no Inverno que está caminhando para nós, as provas daquela resistência e daquela perseverança que tanto caracterizam a raça portuguesa»<sup>110</sup>.

O ministro da Guerra português posicionou-se à altura da Estratégia Nacional que definira a beligerância como meta a ser atingida. E isso aconteceu, porque havia compreendido as superiores razões do Estado, porque acreditava na vitória dos Aliados e sabia que, beligerante ou não, se abateriam sempre sobre os Portugueses as consequências de uma guerra para a qual não tinham contribuído.

---

<sup>109</sup> Idem, *op. cit.* p. 202-203.

<sup>110</sup> Idem, *op. cit.* p. 203.

Quando Sidónio Pais, pelas razões que já deixámos mais do que afloradas, tomou o Poder pela força das armas, contando com o apoio de todos quantos, por ignorância ou cegueira política, contestavam o Governo Afonso Costa ou mesmo o regime republicano, foi, quase de imediato, abordado pelo chefe da missão militar britânica ainda no acampamento da Rotunda estava este a preparar já a *armadilha* onde o antigo ministro em Berlim havia de cair.

O general Barnardiston quis deixar para a posteridade a justificação da sua atitude oportunista, mas, escrevendo o que possa ter escrito<sup>111</sup>, os factos falam por si, tal como certos documentos. Na realidade, a pressa de Barnardiston em dar o seu aval à nova situação política não poderia ser resultado de uma atitude isolada de um simples adido militar, por muito poder que ele tivesse; esta atitude tinha, pela certa, a cobertura de Londres. Não, talvez, a do *Foreign Office*, dadas as cautelas que sempre rodearam a diplomacia britânica, mas, por certo, a do *War Office* ou, e também, a do Quartel-General das Forças Armadas britânicas, quiçá o aval de *Sir Douglas Haig*. O testemunho que nos deixou da sua visita ao acampamento da Rotunda é inequívoco quanto à fidelidade de Sidónio Pais à causa dos Aliados e aos compromissos assumidos, mas deixa cair a ideia de que o chefe revolucionário não se terá empenhado no que respeita aos envios de tropas para França, estando mais preocupado em saber qual a forma de recepção que o Governo de Londres daria à nova situação. Barnardiston não se comprometeu<sup>112</sup>. Por outro lado, no mesmo relatório, o general britânico afirma que, entre os oficiais e praças, havia manifestações que iam no sentido de se travar o reforço do contingente português em França<sup>113</sup>. Ele detectou, com grande clareza, as contradições que já estava bem definidas no golpe e entre quem o tinha apoiado.

Sabemos que Barnardiston havia trazido, em 1916, instruções muito claras quanto à sua missão em Lisboa: convencer o Governo a limitar-se a mandar preparar uma força militar para combater em Moçambique, fornecer

---

<sup>111</sup> Veja-se Armando Malheiro da Silva, *História de um caso político*, p. 10-12.

<sup>112</sup> Armando Malheiro da Silva, *op. cit.* p. 11.

<sup>113</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 12.

mão-de-obra militarizada para servir na área de comunicações em França e trabalhadores para as fábricas de munições na Grã-Bretanha, ao mesmo tempo que devia esclarecer da impossibilidade de fornecer qualquer tipo de armamento ou munições<sup>114</sup>.

Entretanto, a França havia, também em 1916, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, mandado uma delegação militar a Lisboa para, em conjunto com a britânica, fazer a avaliação do contributo que o Exército português poderia trazer aos Aliados. Chefiava a missão francesa o tenente-coronel Jugal Paris que teve oportunidade de conhecer com precisão as instruções de Barnardiston e delas dar conhecimento ao Governo francês. Assim, a surda e silenciosa rivalidade franco-britânica passou, também, por Portugal. Com efeito, na capital francesa percebeu-se perfeitamente que a Grã-Bretanha pretendia, ao impedir a colaboração militar portuguesa na frente europeia, manter a tutela sobre o Governo português e, em especial, sobre as colónias africanas, possível moeda de troca com a Alemanha em negociações de paz futuras. Mas a França estava exausta e não podia dispensar o contributo de cerca de 60 000 homens que Portugal se propunha mobilizar. Ainda que fossem de qualidade duvidosa os serviços militares portugueses — que o tenente-coronel Paris não achou, depois de ter assistido à parada de Montalvo, após as manobras de Tancos — o general Joffre estava disposto a usá-los num sector tranquilo para libertar tropas mais treinadas. Norton de Matos, em sessões de trabalho com os chefes das missões militares, foi muito claro na sua postura: Portugal tinha já preparada uma Divisão, ia preparar outra, sendo que poderia armar uma terceira para seguirem para o teatro de guerra europeu, interessando-lhe saber a que Exército se ia agregar o CEP: ao francês ou ao britânico.

Barnardiston, nas conversações que manteve com o tenente-coronel Jugal Paris, subestimou sempre o valor das forças portuguesas, de acordo com as instruções que trazia de Londres, mas o chefe da missão militar francesa, pelo contrário, foi capaz de perceber que aquelas tropas alguma

---

<sup>114</sup> José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 2.º vol. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, anexo IX.

utilidade tinham para o seu país. Foi, deste modo, que a discussão do concurso português na guerra subiu de nível, levando o Governo francês a pressionar o de Londres no sentido de definir a situação, tanto mais que estava interessado em aproveitar o esforço lusitano. Só assim se desbloqueou o travão britânico, mas sempre com largas reticências que a França percebia e que Lisboa também compreendeu<sup>115</sup> — daí, muito provavelmente, a pronta criação do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) que se destinou a colaborar, mesmo sem estar dotado de material apropriado, com o Exército francês; curiosamente, depois da tomada do Poder por Sidónio Pais foi por ele determinado o fim de tal colaboração, indo o CAPI receber instrução em Inglaterra.

Foi este general Barnardiston, que trazia instruções para reduzir ao máximo a colaboração militar portuguesa na frente de batalha, conhecedor, desde o início, de todo o processo nacional de entrada no conflito bélico, que se manteve em Lisboa até ao final da guerra, quem de pronto visitou Sidónio Pais, quando ele ainda não estava instalado em Belém. Este homem tinha uma visão distanciada, cínica e superior dos Portugueses e da sua vida política; conhecia-lhes as características, as virtudes e os defeitos. Provavelmente, admirava a tenacidade de Norton de Matos e a astúcia política de Afonso Costa, mas, acima de tudo era um súbdito britânico e defendia os interesses da Grã-Bretanha.

Utilizando a oportunidade única da brusca subida ao Poder de Sidónio Pais e da necessidade que este tinha de conseguir a simpatia do Governo inglês — mal sabendo que estava a ser um instrumento favorável à política mais secreta, mas mais querida da Grã-Bretanha — Nathaniel Barnardiston, que tinha consciência de que as forças determinantes do golpe militar haviam sido as da anti-beligerância, sugeriu a Sidónio Pais, antes de 29 de Dezembro de 1917, a primitiva proposta de Lord Derby que Norton de Matos com grande pundonor havia rejeitado. Aproveitou-se da fragilidade do novo líder da situação e do seu total desconhecimento das negociações anteriores. Mesmo a sugestão de as tropas portuguesas poderem ser

---

<sup>115</sup> Veja-se sobre esta temática Jean Derou, *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, Paris: Publications de la Sorbone, 1986, p. 107-114.

comandadas por oficiais britânicos foi posta e Sidónio Pais terá parcialmente concordado com ela, dentro de certos limites muito restritos, achando Barnardiston que esta deveria ser uma matéria a tratar com cautela. O chefe da missão militar recordou ao Estado-Maior Britânico a necessidade da proposta definitiva ter de ser colocada com grande cuidado de forma a permitir que não parecesse uma vitória dos anti-beligerantes, de modo a salvaguardar o Governo de Sidónio. Por outro lado, deste relatório ficamos, também, a saber que o general Gomes da Costa, até então comandante da 1.ª Divisão do CEP, tinha alguma influência sobre Sidónio Pais e se queixava dos serviços do CEP em comparação com os do XI Corpo de Exército Britânico no qual a sua unidade tinha estado incorporada até o general Tamagnini de Abreu e Silva assumir por completo o comando do sector de Corpo de Exército Português<sup>116</sup>. Por outras palavras, Barnardiston possuía aliados entre os próprios oficiais mais responsáveis do CEP — isto também explica a decisão de Sidónio Pais mandar regressar a Lisboa alguns dos oficiais do estado-maior do Corpo de Exército.

Posteriormente, a 5 de Janeiro de 1918, o ministro plenipotenciário britânico, em Lisboa, fazia saber junto do Governo nacional, a situação periclitante que as forças do Exército português corriam em Moçambique, na sequência das sucessivas derrotas que pequenas forças militares alemãs infligiam às guarnições dos postos do Norte daquela colónia, apossando-se do armamento e munições neles existentes<sup>117</sup>. Logo no dia seguinte o mesmo agente diplomático, em nota urgente, prevendo um grande desastre e inúmeras perdas de vidas humanas, sugeria que as tropas portuguesas da África Oriental ficassem sob o comando do general van der Venter, aquém competiria a condução geral das operações de guerra, mantendo os Portugueses a autoridade e independência de comando sobre as tropas nacionais. Para além disso, davam-se garantias de respeito pela soberania

---

<sup>116</sup> Veja-se José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 2.º vol. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, anexo XL, p. 187.

<sup>117</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa, 1995, p. 220-221.



portuguesa nos territórios daquela colónia<sup>118</sup>. Por estranho e curioso que pareça, também com data de 6 de Janeiro, existe uma carta dirigida ao ministro da Guerra, Sidónio Pais, enviada pelo general Barnardiston que, recordando as vitórias de Roliça, Vimeiro e Buçaco alcançadas pelas tropas portuguesas sob o comando de um general inglês — Wellesley — no seu próprio território, o aconselha a ponderar com cautela a decisão que deve tomar quando estão à vista prováveis ocorrências desastrosas para o Exército de Portugal em Moçambique. Recorda-lhe que, também ele é cioso do prestígio português, estando convicto que o Governo britânico dava plenas garantias de respeito e protecção da soberania nacional portuguesa<sup>119</sup>.

O cerco a Sidónio Pais estava lançado, a partir dos acontecimentos em Moçambique, isto é, a partir da incapacidade das tropas nacionais se oporem com eficácia ao avanço alemão na África Oriental. Não era importante que fosse ou não verdadeira a situação; importante, para Londres, era que o novo senhor do Poder em Lisboa se sentisse pressionado pelo desconhecimento do andamento das diferentes operações militares e tomasse uma decisão rápida em matéria tão melindrosa. E foi isso que aconteceu, logo no dia 7 de Janeiro de 1918: Sidónio Pais, através do ministro das Colónias, mandou um telegrama para o Governador-Geral de Moçambique em que textualmente dizia: «Primeiro — Os assuntos referentes ao movimento de tropas e depósitos em Porto Amélia e ao uso e aluguer de embarcações indígenas ficarão sob a superintendência completa do general comandante das forças inglesas»<sup>120</sup>. O passo mais importante e fundamental para o prosseguimento da política de redução da importância portuguesa na frente de combate europeia tinha sido dado e dado de forma voluntária pelo Governo de Lisboa; daqui para a frente era somente uma questão de tempo e de mera paciência.

Também a 6 de Janeiro, Barnardiston fez despachar um longo telegrama para o ministro da Guerra, Sidónio Pais, transcrevendo um outro do *War Office* no qual se diz que «as forças portuguesas actualmente em França

---

<sup>118</sup> Idem, *op. cit.* p. 221-222.

<sup>119</sup> Idem, *op. cit.* p. 222.

<sup>120</sup> Idem, *op. cit.* p. 225.

fossem organizadas em duas divisões das quais uma faria parte integrante de um Corpo de Exército inglês, sendo tratada como uma formação britânica no que diz respeito a comando do Corpo de Exército e manutenção, e a outra estaria fora da linha de combate e serviria como centro de instrução dos reforços bem como para restabelecimento e instrução do pessoal retirado da linha para descanso. (...). A Divisão de Instrução estaria debaixo do comando do General Comandante das Forças Portuguesas, que seria também o comandante de todas as forças, sujeito às prescrições já especificadas para o caso da Divisão agrupada no Corpo britânico e a quem seriam incumbidas todas as questões importantes de disciplina. A fim de assegurar uma melhor cooperação possível e acção uniforme entre as tropas portuguesas e britânicas poderá ser adjunto a cada batalhão ou outra qualquer unidade um oficial britânico escolhido, cuja graduação não seria superior a capitão. Este oficial estaria debaixo das ordens do comandante da unidade portuguesa. Com respeito ao sistema usual da distribuição de comunicados à imprensa, pelo comando das forças portuguesas, continuaria da mesma forma»<sup>121</sup>.

Estava ditado o fim do Corpo de Exército Português, dando-lhe, contudo, uma aparência de suavidade através de se abrir a excepção havendo lugar ao comunicado à imprensa — facto que dava bem nota de um profundo conhecimento da importância que se atribuía ao reconhecimento público do esforço militar nacional e, ao mesmo tempo, procurava ir ao encontro de uma certa vaidade, evitando a redução da importância aparente de Portugal como Aliado.

No dia 11, Barnardiston volta, de novo a escrever ao ministro da Guerra, esclarecendo que o comando da Divisão integrada no Corpo de Exército britânico seria sempre exercido por um general português, tal como acontecia com o comandante da Divisão de Instrução<sup>122</sup>. Este esclarecimento supõe que tenham havido contactos verbais e que Sidónio Pais levantou qualquer objecção ao que tinha sido proposto. A recordação da última vez em que britânicos e portugueses tinham colaborado em operações militares,

---

<sup>121</sup> Idem, *op. cit.* p. 223.

<sup>122</sup> Idem, *op. cit.* p. 227-228.

pelo que de desprestigiante tinha sido para os generais, ainda estava bem viva na lembrança lusitana e não se desejava que fosse repetida.

A 16 de Janeiro, o ministro britânico em Lisboa, escreveu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, solicitando-lhe que o informasse oficialmente da concordância com as propostas feitas pelo *War Office* e transmitidas ao ministro da Guerra pelo general Barnardiston, pois o Governo britânico tinha tido conhecimento dessa concordância por intermédio daquele seu ministério e não pelo *Foreign Office*<sup>123</sup>. Quer dizer, antes de 16 de Janeiro já Sidónio Pais, em nome de Portugal, se havia comprometido com Barnardiston quanto à proposta por este apresentada. Assim, percebe-se que o general inglês andava mais bem informado e mais próximo das decisões do ditador do que o ministro plenipotenciário, ou seja, a interferência do *War Office* na política portuguesa era maior do que a do *Foreign Office*.

A 21 de Janeiro de 1918, o ministro da Guerra, Sidónio Pais, escreveu a Barnardiston o seguinte: «(...) tenho a honra de informar que o Governo da República Portuguesa aprovou as propostas apresentadas pelo Governo de Sua Majestade Britânica e constantes dos supracitados ofícios. Nesta data são expedidas ordens para o General comandante do CEP a fim de se dar cumprimento às propostas agora aprovadas pelo Governo da República Portuguesa»<sup>124</sup>. Para a posteridade ficou que foi em 21 de Janeiro de 1918 que o Corpo de Exército Português deixou de existir, mas, como provámos, alguns dias antes ele já tinha sido extinto, por vontade de Sidónio Pais e dos governantes que, como ele, tinham tomado de assalto o Poder. Toda a política de guerra arduamente architectada pelo Governo Afonso Costa, desde o final de 1915 e continuada até aos primeiros dias de Dezembro de 1917, foi deitada por terra, voltando Portugal à situação de mero protectorado da Inglaterra, sem glória, sem honra, sem dignidade internacional.

Tentando extrair conclusões parciais, podemos dizer que a desconfiança quanto ao valor operacional das tropas portuguesas esteve, aparentemente, no centro da decisão britânica. Mas trata-se de uma aparência, porque, tal

---

<sup>123</sup> Idem, *op. cit.* p. 230.

<sup>124</sup> Idem, *op. cit.* p. 234.

como vimos, desde o início as instruções eram muito claras quanto ao auxílio e colaboração a aceitar de Portugal. Era evidente que convinha reduzir a importância da República e isso mesmo sabiam-no os governantes em Lisboa, já em Agosto de 1914. Torna-se claro que Sidónio Pais foi o *acontecimento* conveniente ao Governo inglês e que o general Barnardiston, com grande sagacidade e verdadeiro sentido da mais elementar tática militar, soube explorar o sucesso<sup>125</sup> impondo no momento próprio, com ou sem indicações de Londres, as condições que já em tempos lhe tinham sido comunicadas e ele sabia ir em no sentido conveniente da política externa britânica. Ao mesmo tempo, por mero acaso ou por uma alteração momentânea da situação militar em Moçambique, Londres reforça a posição de Barnardiston, pressionando no sentido de colocar as tropas portuguesas naquela colónia sob o superior comando de um general britânico. A imediata cedência de Sidónio Pais foi o indicador de que se seguiria a cedência sem qualquer oposição quanto à redução da colaboração militar em França. Era necessário asfixiar o CEP, levando-o à situação que as instruções iniciais de Nathaniel Barnardiston previam: não passar de uma força de trabalho na retaguarda das forças combatentes britânicas, mesmo que isso fosse motivo de desagrado para os Franceses.

O golpe contra a tenacidade dos políticos apoiantes da beligerância — golpe que Sidónio Pais proporcionou que se concretizasse e chegasse às últimas consequências, como veremos — já vinha a ser preparado desde Setembro (quando Lord Derby apresenta a primeira proposta a Norton de Matos) e foi desencadeado, segundo Sequeira Gonçalves — que não partilha do entendimento da situação tal como nós a expomos —, quando, em Outubro, o Governo inglês deu ordem para retirar o último navio transporte de tropas que ficou ao serviço de Portugal, depois do grande esforço para colocar duas Divisões em França<sup>126</sup>. Dessa maneira nunca seria possível fazer deslocar para a frente os reforços necessários à reposição das

---

<sup>125</sup> Manobra que se executa quando se consegue a debandada do adversário e que consiste em persegui-lo não o deixando reorganizar as forças para lançar um contra-ataque.

<sup>126</sup> José António Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 1.º vol. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, p. 22.

baixas sofridas em combate e mais ainda a 3.<sup>a</sup> Divisão que faltava para se ter um Corpo de Exército em toda a sua força. Assim, terá sido, teoricamente, em Outubro que ocorreu a viragem das condições de comando no CEP, mas, contudo, na verdade, elas só começaram a fazer-se sentir durante o mês de Dezembro o que, na prática, coincide com a tomada de Poder por Sidónio Pais.

Convirá, agora, termos oportunidade de ver como se reflectiu, no CEP, a mudança de situação política em Portugal, levando em conta as alterações que acabámos de expor.

## 2.1. Os acontecimentos na frente de batalha

Ainda hoje há historiadores que explicam o desinteresse a que o Governo britânico votou o CEP, no final do ano de 1917, com base na entrada no conflito do imenso contingente de tropas dos Estados Unidos da América (EUA) e do Canadá<sup>127</sup>. Partem de uma posição de bondade das intenções inglesas, da qual não partilhamos por força de juntarmos todos os elementos que contribuíram para a tomada de posição de Londres. Tais historiadores adoptam para análise somente partes de um conjunto.

Como antes tivemos oportunidade de mostrar — quer neste trabalho quer noutro<sup>128</sup> — o Governo de Londres, desde Agosto de 1914, tudo fez para evitar que Portugal tivesse protagonismo autónomo durante o conflito e, curiosamente, os termos da declaração de guerra da Alemanha<sup>129</sup> deixaram bem vincada a dependência que determinava a vida internacional portuguesa. Lisboa, na altura, não podia identificar quanto a beligerância acabada de alcançar defendia mais os Portugueses da ameaça inglesa do

<sup>127</sup> António José Telo, «Sidónio Pais e a Guerra» in *Portugal e a Grande Guerra* (Coord. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003], p. 398.

<sup>128</sup> Referimo-nos a *O Fim da Ambiguidade*, já por nós bastante citado, onde, sem grande margem para dúvidas, fica claro que o Governo português quis alcançar a beligerância para garantir a libertação da tutela britânica.

<sup>129</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo 1, Lisboa, 1995, p. 348-350.

que da alemã. Contra toda a vontade expressa pela Grã-Bretanha, o Governo do Partido Democrático, percebendo os verdadeiros interesses nacionais, conseguiu ultrapassar todos os obstáculos e chegar à colocação de um Corpo de Exército na frente francesa. Hoje, conhecedores das instruções que o general Barnardiston trazia para a capital portuguesa, podemos, de facto, compreender o esforço diplomático e militar que foi feito para conseguir o desiderato pretendido. Anteriormente vimos como, num ápice, Sidónio Pais, no calor da vitória do golpe militar que lançou contra a ordem instituída, deitou por terra toda a política de afirmação nacional tão arduamente levantada. Esta acção teve efeitos imediatos junto do CEP. Vamos descrevê-los, em síntese.

A análise do impacto do golpe militar de Sidónio Pais no CEP tem de ser feita segundo, pelo menos, três vertentes distintas: por um lado, a que afectou a orgânica do Corpo de Exército como um todo, por outro a que envolve os oficiais quer dos diferentes estados-maiores quer das unidades, por fim, a que se reflectiu sobre as praças. São realidades diferentes e como tal devem ser compreendidas.

O melhor testemunho de todas estas perspectivas é-nos dado, nos dias de hoje, pelo general Ferreira Martins, por, na altura, ter vivido os acontecimentos no desempenho do cargo de subchefe do estado-maior do CEP e ter escrito sobre o tema cerca de quinze anos mais tarde<sup>130</sup>. Podemos utilizar o *Relatório* do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, mas, para além de este oficial ter tido uma visão muito parcial, porque pouco distanciada dos seus próprios sentimentos, ela só vai até ao começo do Verão de 1918, deixando por dizer muitas coisas que se passaram de Dezembro de 1917 a Julho de 1918<sup>131</sup>.

O efeito do golpe sidonista sobre os oficiais portugueses começa por surgir como reacção ao sentimento mostrado pelos oficiais franceses e

---

<sup>130</sup> General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol. Lisboa: Editorial Ática, 1934, p. 162-208.

<sup>131</sup> Não nos socorremos, como alguns autores fazem, de um suposto *Relatório* do general García Rosado, publicado na *Revista Militar* (1919, vol. 71, p. 408), porque, em boa verdade, se trata de um relato apócrifo que parece ser assinado pelo referido oficial general, mas cujo nome surge, simplesmente, referindo-se à proclamação que o documento transcreve.

ingleses. Na verdade, logo a seguir a 8 de Dezembro, instalou-se entre os oficiais aliados a mais completa desconfiança sobre a lealdade dos Portugueses, em vista das notícias que chegavam a França e se publicavam nos jornais<sup>132</sup>. Sidónio Pais começou por ser, imediatamente, visto como um potencial simpatizante da Alemanha, porque, para franceses e ingleses, não era compreensível um golpe militar em Lisboa. Foram os oficiais do estado-maior do CEP quem procurou desfazer essa impressão junto dos seus camaradas britânicos. Se conseguiram os seus intentos logo no imediato já foi muito mais difícil fazer compreender aos Franceses a lealdade de Sidónio.

As desconfianças britânicas, em França, agravaram-se com a ordem, dada a 22 de Janeiro de 1918, de regresso a Lisboa do chefe do estado-maior do CEP e do comandante geral da artilharia, respectivamente, coronel Roberto Baptista e general Abel Hipólito<sup>133</sup>. Contra eles havia a má vontade do general Abreu e Silva, mas não foi ela a determinante da acção de Sidónio; contra eles pesou o facto de serem fiéis adeptos da intervenção de Portugal na guerra. O desentendimento de Abreu e Silva com Roberto Baptista — oficial a quem, realmente, se ficou a dever o chamado *milagre de Tancos*, já que, para tal, lhe valeu o sentido de organização e articulação de esforços e, depois, toda a estruturação do Corpo de Exército, em França — resultou da forma como o coronel entendia que devia ser o relacionamento do general com os comandos britânicos: mais arrogante, mais impositivo e menos subordinadamente disciplinado, pois que ele representava, na Flandres, a vontade de Portugal como nação livre e soberana. Abreu e Silva, sempre pronto a acatar a disciplina e a autoridade de quem detinha o poder, via, na posição de Roberto Baptista, uma animosidade anti-britânica que não passava da marcação de uma postura concordante com as motivações da beligerância nacional.

A notícia do regresso de Roberto Baptista terá, provavelmente, tido dois efeitos junto dos oficiais ingleses: por um lado, sentirem que o caminho estava livre para dar largas ao seu autoritarismo, e, por outro, terão percebido

---

<sup>132</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 164-165.

<sup>133</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 181.

que Lisboa poderia vir a adoptar um comportamento muito mais subordinado do que até então.

Para substituir o general Abel Hipólito no comando da artilharia foi nomeado o tenente-coronel Bernardo Faria mais moderno que os coronéis Chagas Parreira e Sá Cardoso — este viria, mais tarde, a ser preso por ordem de Sidónio Pais. Por ser irregular, nunca foi publicada no CEP a nomeação de Bernardo Faria, independentemente de ter sido perguntado a Lisboa qual a solução a adoptar e do Ministério da Guerra não ter dado qualquer resposta<sup>134</sup>. Dada a anomalia, esta situação gerou um clima de tensão e quase indisciplina entre a oficialidade. A grande ponderação do tenente-coronel Bernardo Faria conseguiu ultrapassar os escolhos que lhe foram levantados por decisões, eivadas de ódio político, tomadas em Lisboa.

A oficialidade que, por altura do golpe militar se encontrava em Portugal no gozo de licença de campanha, viu facilitada a possibilidade de não regressar a França ou de o fazer muito mais tarde. Esse foi o factor que mais desmoralizou os outros oficiais que estavam na frente de combate e, para além de tudo, os soldados impossibilitados de ter uma licença que lhes havia sido prometida. A par da permissividade antes referida começaram a chegar ao CEP ordens para vários oficiais, de várias graduações, regressarem a Portugal para serem empregues noutras funções militares ou civis<sup>135</sup>. E o desaforo foi de tal monta que o comandante do CEP, por regra tão disciplinado, acabou por não autorizar os embarques de todos quantos eram requisitados por Lisboa<sup>136</sup>. Se assim não tivesse procedido, poucos seriam os oficiais que continuariam no comando das tropas. Eram tantas as carências de subalternos que o general Tamagnini determinou que se fizesse uma Escola de Milicianos onde se formaram cinquenta alferes! E mais não foram assim graduados, porque faltavam homens com habilitações escolares mínimas que tal o permitissem.

Entre Dezembro de 1917 e Março de 1918 o sidonismo deixou que o Corpo Expedicionário se exaurisse de graduados.

---

<sup>134</sup> Idem, *op. cit.* p. 182-183.

<sup>135</sup> Idem, *op. cit.* p. 166-167.

<sup>136</sup> Idem, *op. cit.* p. 167.



Quando, em 9 de Abril de 1918, se deu a batalha de La Lys e a 2.<sup>a</sup> Divisão foi apanhada pela imensa avalanche de tropas frescas e agressivas alemãs, o general Gomes da Costa tinha menos 413 oficiais do que os efectivos de mobilização previstos, sendo que em infantaria faltavam 42%<sup>137</sup>.

Os números falam do que foi a sangria autorizada pelo sidonismo.

Como não podia deixar de ser, as praças ressentiam-se do abandono a que estavam votadas. O Batalhão que deveria ter embarcado em Dezembro de 1917 foi aquele que apoiou mais activamente o golpe sidonista e acabou por não seguir para França. Era um pequeno reforço que se perdeu e, ao perder-se, contribuiu para os soldados, na frente de combate, sentirem que estavam, realmente, entregues à sua sorte.

Convirá recordar que o mês de Março foi aquele em que o Alto Comando alemão determinou que sobre a frente do sector português se procedessem a reconhecimentos e acções de desgaste de molde a quebrar o ímpeto combativo da tropa da primeira linha. Foi nesse mês que o moral dos soldados portugueses caiu a pique. Tornaram-se frequentes os casos de auto-mutilação para fugir da frente de combate e garantir a evacuação para a retaguarda e, até, para Portugal<sup>138</sup>. As tentativas de deserção ocorreram em elevado número só que os pobres soldados acabavam por ser apanhados e voltavam, de novo, para o tormento da frente.

Para se compreender toda esta fraca motivação é necessário ter em conta que a grande maioria da tropa portuguesa, em Março, estava nas primeiras linhas havia, pelo menos, quatro meses consecutivos. Faltava a 3.<sup>a</sup> Divisão para poder fazer rotação entre posições francamente recuadas e as mais avançadas.

As licenças de campanha constituíram um problema logo de início. Diz-nos o general Abreu e Silva: «Analisando o que se praticava nos Exércitos aliados, resolvi conceder ao pessoal do CEP, depois de cinco meses de permanência em França, licenças de campanha durante 15 dias e de três em três meses. Nunca pensei que, em vista da grande despesa da viagem,

---

<sup>137</sup> General Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*, Porto: Renascença Portuguesa, 1920, p. 43-44.

<sup>138</sup> Da nossa autoria, veja-se, *Guerra e Marginalidade: O comportamento das tropas portuguesas em França: 1917-1918*, Lisboa: Prefácio, 2003, p. 91 e AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1212.

*todos* quisessem ir gozá-la a Portugal, (...). Conhecendo como os nossos soldados, durante as viagens em caminho-de-ferro, se portam em geral, (...), não julguei inconveniente consentir na sua ida por terra a Portugal, a não ser àqueles por quem qualquer oficial se responsabilizasse, quanto ao comportamento, declarando mais que tinham traje civil e dinheiro para a passagem e alimentação durante o trajecto. Pedi, então ao Senhor Ministro da Guerra autorização para aproveitar o retorno dos transportes portugueses e mandar algumas praças de licença. (...). Todos os que foram com licença, pelos transportes, nenhum regressou a França»<sup>139</sup>.

Segundo a opinião do mesmo general, houve, mais tarde, dois oficiais do CEP, antigos deputados, que conseguiram que o Ministro da Guerra — ainda Norton de Matos — alterasse o tempo de licença, passando-o de 15 para 20 dias e permitisse às praças o transporte por caminho-de-ferro. Esta última regalia foi, pouco tempo depois, cortada por ordem do mesmo Ministro, como consequência do comportamento dos soldados nos comboios em Espanha.

Ainda em Novembro de 1917 a licença foi aumentada para um máximo de 30 dias, como resultado de se acrescentar aos anteriores 20 mais 5 dias por cada mês de permanência em França para além dos 4 iniciais.

Impossibilitados os soldados de utilizarem o caminho-de-ferro para se deslocarem a Portugal e não havendo disponibilidade de transporte nos dois navios portugueses que continuavam a fazer as ligações marítimas, o descontentamento começou a instalar-se entre as praças, que tinham oportunidade de gozar licença, mas, na prática, não o podiam fazer.

Em Dezembro de 1917, já depois do golpe sidonista, foi, pelo ministro da Guerra, autorizada a deslocação por via-férrea a todas as praças do Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro. Depois esta concessão tornou-se extensível a todos os militares. Instalou-se o caos no CEP.

A 21 de Janeiro de 1918, o Gabinete do ministro — que era Sidónio Pais — determinou que o regime de licenças passava a ser, em linhas gerais, o seguinte: 1) primeira licença: 120 dias após a chegada a França; 2) as

---

<sup>139</sup> General Tamagnini de Abreu e Silva, *Relatório*, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1294. Sobre todo o problema das licenças deve consultar-se, no *Relatório*, as páginas 32 a 42.

licenças seguintes seriam de 90 em 90 dias; 3) o tempo de licença seria: a) 30 dias para os oficiais e praças das unidades de infantaria, de morteiros e sapadores-mineiros; b) 25 dias para os oficiais e praças dos quartéis-generais do Corpo, das Divisões, das Brigadas, das unidades e formações divisionárias ou do Corpo; c) 15 dias para os oficiais e praças pertencentes a outras tropas mobilizadas; 4) por cada mês a mais de serviço, mais 5 dias de licença; 5) o tempo máximo total de licença não podia ultrapassar 45 dias; 6) para além dos dias de licença já mencionados, eram concedidos mais 8 para as viagens de e para França<sup>140</sup>.

Dadas as circunstâncias já antes referidas, este novo sistema de licenças era demagógico, operacionalmente perigoso (na travessia de Espanha havia bastantes espíões alemães que interrogavam os militares portugueses sobre pormenores da frente) e, na prática, apontava ao fim do CEP.

Em 20 de Março de 1918, o Decreto n.º 3959<sup>141</sup>, também chamado Decreto do *roulement*, punha em execução normas impraticáveis se não houvesse um constante reforço dos efectivos<sup>142</sup>. Alguns meses depois, em Julho, gerou-se a completa confusão e anarquia, pois o ministro autorizava que não se contassem como licença os dias de espera, que viessem a ocorrer na fronteira, como consequência de demoras aduaneiras<sup>143</sup>.

Pode dizer-se que o sistema de licenças, tal como foi sendo alterado, acabou tornando-se num dos piores instrumentos de abaixamento do moral das tropas. A solução que, a dada altura, o general Abreu e Silva tentou implementar deveria ter sido aquela que, logo de início, se impunha: criação de uma zona de repouso e recuperação junto à costa atlântica para todos os militares. Em desespero de causa o comandante do CEP deu ordens no sentido de serem canceladas todas as licenças a não ser para aqueles militares cujas vidas perigassem se não fossem a Portugal recuperar e tratar-se. Cabia às Juntas de Saúde reconhecerem essa situação limite. Pois, a partir dessa data, todos passaram a estar em perigo de vida!

<sup>140</sup> General Tamagnini de Abreu e Silva, *op. cit.*

<sup>141</sup> *Ordem do Exército*, 1.ª série, n.º 4.

<sup>142</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 178.

<sup>143</sup> Também no Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI) foram sentidos os efeitos, ainda que de maneira mais reduzida, do Decreto do *roulement* (General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 179).

Contribuiu, também, para a baixa do moral dos soldados a propaganda que foi feita pelos Alemães, logo a seguir ao golpe de Sidónio Pais. Realmente, as notícias espalharam-se mais rápidas a partir das trincheiras germânicas do que através dos canais de comunicação aliados. Os aeroplanos alemães tiveram um papel significativo na distribuição de panfletos<sup>144</sup> sobre as primeiras linhas e sobre a retaguarda, em particular, a *Linha das Aldeias*. Foi mesmo à frente, na trincheira A e na B, que a notícia do golpe se propalou por acção do inimigo, o qual estava bem ao corrente dos acontecimentos. Foi por esta via, ainda antes de sentirem os efeitos reais do golpe sidonista, que a tropa portuguesa ficou de sobreaviso quanto ao abandono que se ia seguir.

Muitas vezes, os soldados alemães chegavam á fala com os portugueses e não perdiam a oportunidade de os tentar convencer a desertar, sugerindo-lhes o abandono em que estavam votados pelo Governo de Lisboa. A acção da espionagem e propaganda também se fazia sentir nas linhas por infiltração de agentes disfarçados ou de militares britânicos ou mesmo de cidadãos franceses<sup>145</sup>. Como resultado da ausência de oficiais, da falta de reforços e de licenças de campanha, tornou-se vulgar, entre os soldados, a pergunta: — Mas a Alemanha só declarou guerra ao CEP ou, também, a Portugal?

Como se pode ver, em resumo e conclusão, os efeitos do golpe militar de Sidónio Pais sobre os efectivos do CEP foram de vária natureza e repercutiram-se no tempo até quase à data do armistício com outros danos que oportunamente teremos ensejo de abordar. Por enquanto, basta-nos ter a percepção do *descolamento* que se fez sentir na fraca estrutura disciplinar e no periclitante moral dos militares provocado pela alteração do Governo em Portugal, no dia 8 de Dezembro de 1917.

---

<sup>144</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cxs. 85, 518 e 1505 que referem várias acções de propaganda germânica.

<sup>145</sup> Veja-se o nosso trabalho «Portugal na Grande Guerra: Espionagem no Corpo Expedicionário Português» in *Portugal na Grande Guerra: «Guerristas» e «Antiguerristas»* (org. João Medina), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p. 45-70 e Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas trincheiras: Um quotidiano de guerra*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002, p. 275-280.

De seguida, para se compreender ainda melhor a vastidão das consequências do sidonismo no CEP, vamos debruçar-nos sobre as alterações orgânicas e como elas foram vividas em França pelos combatentes.

## 2.2. Os efeitos sobre a organização

Tal como já vimos, o novo acordo sobre a organização e emprego das tropas portuguesas em França foi feito, em Lisboa, sem o prévio conhecimento do comando do CEP e sem ter havido o cuidado de uma simples consulta para auscultar o sentimento do general Abreu e Silva, facto que levou este a deslocar-se a Portugal no intuito — julgam os historiadores — de minimizar o desarranjo do Corpo de Exército. Tivemos oportunidade de perceber que o general comandante do CEP estava francamente mais preocupado com a sua posição pessoal na estrutura das forças aliadas do que com a existência, em si mesma, do Corpo de Exército. É um pormenor que estabelece toda a diferença entre bater-se, junto de Sidónio Pais, por uma organização que dignificava Portugal ou uma estrutura que trazia dividendo ao orgulho e vaidade pessoal para quem a comandava. Quando a Tamagnini de Abreu e Silva o Presidente da República deu garantias de não lhe ser alterado o estatuto pessoal o comandante do CEP imediatamente acatou a nova organização, tentando, provavelmente, atenuar os efeitos do acordo de Janeiro, através de um entendimento com o chefe do estado-maior já nomeado, coronel Sinel de Cordes.

Esta postura é bem diferente da que assumem, em França, o general comandante interino do CEP e o seu chefe interino do estado-maior. Na verdade, o general Simas Machado e o, então, tenente-coronel Luís Augusto Ferreira Martins bateram-se, tanto quanto lhes era possível, junto do comando do I Exército britânico, no qual estava integrado o Corpo de Exército português, para evitar pôr em execução o novo acordo firmado em Janeiro e que este escalão militar inglês, no dia 8 de Fevereiro, já pretendia ver aplicado<sup>146</sup>.

---

<sup>146</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 190.

Convirá recordar que, para além da privação de mais uma Divisão, faltavam ao Corpo de Exército também a artilharia pesada, a esquadrilha de aviação, o parque de munições e algumas formações telegráficas<sup>147</sup>. Estas carências deviam-se essencialmente aos Ingleses por dois motivos: porque haviam cessado com os transportes de tropas e porque não tinham cedido o material necessário aos Portugueses, nomeadamente os aeroplanos<sup>148</sup>. Isto reduzia em muito a capacidade táctica do Corpo de Exército. Dadas as boas relações que foram sendo firmadas desde Novembro de 1917 — mês em que foi entregue um sector ao CEP — com os comandos ingleses, estes, em Janeiro de 1918, puseram sob as ordens portuguesas duas brigadas de artilharia pesada, um esquadrão de aviação e duas Companhias de telegrafistas<sup>149</sup>. Estavam só a faltar os transportes marítimos para trazer para França os reforços precisos para colmatar as baixas e a 3.<sup>a</sup> Divisão.

Como se vê, mesmo depois do golpe de Sidónio Pais, ainda foi possível manter relações amistosas com os comandos superiores britânicos. Contudo, temos de admitir, por causa das pressões recebidas de Londres, nos primeiros dias de Fevereiro, a situação tendeu para a mudança. O general Simas Machado, em face da exigência repentina, solicitou uma audiência ao general Horne, comandante do 1 Exército, para, em conjunto, estudarem uma solução que, indo ao encontro das determinações de Londres e de Lisboa, fosse, também, favorável aos interesses dos Portugueses, em França, e, até, dos Britânicos de quem dependiam estrategicamente. Esta audiência teve de ser adiada devido ao agravamento da situação militar no *front*: eram os Alemães que preparavam a nova ofensiva e que estudavam a frente para determinar onde poderiam lançar o ataque nos primeiros dias da Primavera. No entanto, a desconfiança já estava instalada e declarada entre os comandos britânicos e portugueses. Estes últimos esperavam o desfecho pior e menos dignificante para a causa que os levara à guerra.

---

<sup>147</sup> Idem, *op. cit.* p. 188.

<sup>148</sup> O Exército Português tinha formado uma Escola de Aviação e já brevetava os seus pilotos, tendo, por conseguinte, capacidade para guarnecer o material que lhe fosse cedido. Inclusive, uma vez que não houve entrega de aeroplanos ao CEP os pilotos portugueses ofereceram-se para combater na Aviação francesa. Foi aos comandos de uma aeronave gaulesa e ao serviço da França que Óscar Monteiro Torres morreu em combate contra um piloto alemão.

<sup>149</sup> Idem, *ibidem*.

O general Ferreira Martins, com uma muito mais clara visão e melhor compreensão da conjuntura do que a do general Abreu e Silva, deixou para a História o testemunho, diplomaticamente exposto, da dificuldade de relacionamento dos comandos portugueses e britânicos. Assim, se, por um lado, exalta o louvor que o general Douglas Haig escreveu a propósito do comportamento dos soldados de Portugal<sup>150</sup>, por outro, deixa transparecer as queixas que a oficialidade fez junto do general Mordacq, ajudante de Clémanceau quando este, com Bernardino Machado, visitou a frente portuguesa<sup>151</sup>.

O mês de Fevereiro decorreu sem que se voltasse a falar de alteração do dispositivo e o estado-maior do CEP deixou que tudo se mantivesse na mesma, ao mesmo tempo que insistia com Lisboa no sentido de fazer regressar os oficiais que continuavam de licença e se fizessem chegar a França mais reforços.

No dia 1 de Março de 1918 apresentou-se no CEP o novo chefe do estado-maior, coronel Sinel de Cordes o qual, como já relatámos, manteve conversações com o general Abreu e Silva e, por outro lado, estava perfeitamente ao corrente do acordo que Sidónio Pais tinha estabelecido com o general Barnardiston; sabia também da má vontade que a oficialidade mais responsável tinha contra a mudança orgânica. Assim, sem contrariar, procurou resolver o que estava determinado. Logo no dia 3 de Março, em conferência com o general Anderson, chefe do estado-maior do I Exército, apresentou uma contra-proposta que foi aceite, depois de analisada superiormente: assentou-se no número de oficiais de ligação ingleses junto das unidades portuguesas e que a nova organização entraria em vigor no dia

---

<sup>150</sup> Sir Douglas Haig, *Dépêches de Sir Douglas Haig: Décembre 1915 – Avril 1919*, Paris: Henri Charles-Lavauzelle, 1920, p. 207.

<sup>151</sup> Com efeito, tal como já vimos antes, o relacionamento entre os Aliados não era tão linear e correcto como se poderia esperar, já que os Ingleses jogavam muito com os seus interesses particulares mesmo que para isso tivesse de haver prejuízo para os Franceses. Foi assim que Mordacq identificou que os Britânicos diziam que os soldados portugueses estavam pouco interessados na guerra, podendo até dispensar o seu auxílio. Contudo, os Portugueses queixaram-se-lhe de dificuldades de entendimento com os comandos ingleses e que estes lhes não facultavam o material de guerra de que tanto careciam, tanto mais que estavam a prever a possibilidade de sofrerem um forte ataque no começo da Primavera (General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 196).

27 de Março<sup>152</sup>. Não nos diz o general Ferreira Martins qual era o processo de conseguir uma disposição tática que satisfazia às ordens de Lisboa e aos interesses de Londres ao mesmo tempo que dava contento aos anseios do estado-maior do CEP. Somente Vasco de Carvalho, na sua obra, faz referência a um presumível plano de acordo com o que se encontrava estipulado<sup>153</sup>, mas que, no entanto, não corresponde à manutenção do Corpo de Exército e, muito menos, à versão de um Corpo de Exército com uma Divisão na frente e outra imediatamente à retaguarda<sup>154</sup>, tal como foi proposto pelo comandante do CEP, na sequência da nota n. ° 1414/42-G, de 27 de Fevereiro de 1918, do chefe do estado-maior do I Exército.

Do início do mês de Março até dia 27 alterou-se o quadro de operações em todo o sector britânico, tendo tido início a ofensiva alemã a sul de Arras facto determinante para que o dispositivo entre Armantière e Béthune ficasse como estava, a pedido do comando inglês. Entretanto, na frente portuguesa a actividade aumentava a olhos vistos. O sector que, normalmente, era tranquilo, limitando-se a rotinas desgastantes, mas capazes de gerar um clima suportável, independentemente do número de mortos, feridos e prisioneiros comum a situações de guerra, entrou em grande actividade. Os bombardeamentos faziam-se com constância, as patrulhas alemãs, como já anteriormente tivemos oportunidade de ver, aumentaram a sua actividade, os voos de bombardeamento e de reconhecimento eram diários. Tudo se alterou e impossibilitou um repouso mínimo para os soldados.

Deve ter-se em conta que, pelo menos, desde Novembro as tropas portuguesas não haviam tido nenhuma pausa para se retemperarem e que a rotação usual entre as primeiras linhas e a retaguarda, em absoluto descanso, rondava, nos exércitos aliados sujeitos a muito ou pouco desgaste,

---

<sup>152</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 197-198.

<sup>153</sup> Major Vasco de Carvalho, *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha do Lys (9 de Abril de 1918)*, Lisboa: Lusitânia Editora, 1924, p. 39-40.

<sup>154</sup> Veja-se Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914 – 1918*, 2.º vol. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, Anexo XLIX, p. 202, que transcreve uma proposta do general Tamagnini, na qual defende a continuidade do Corpo de Exército, embora com uma Divisão na frente e outra em reforço, imediatamente à retaguarda.



entre um a dois meses. Além do mais, tanto oficiais — que rareavam, como já referimos — como praças não tinham ainda a experiência de sofrerem um forte ataque em toda a sua grandeza. Este facto é muito importante, pois os veteranos de outros combates sabiam que, depois da preparação da artilharia, o número de baixas não era excessivamente elevado, permitindo, ainda, manter uma forte resistência da infantaria no terreno, quando se iniciava o avanço das tropas adversárias; tudo dependia da disciplina individual e colectiva. Assim, para fazer frente a uma rotura das linhas inimigas era necessária conjugação de vários factores: tropas experientes em grandes combates; tropas repousadas e com o moral elevado; tropas disciplinadas e bem enquadradas por oficiais e sargentos. Nenhuma destas condições estava reunida pelo CEP, no final do mês de Março de 1918. A única coisa com a qual os comandos podiam contar era com a bravura individual e o espírito de sacrifício do soldado português quando bem comandado.

A 6 de Abril de 1918, por iniciativa britânica e, talvez, por haver consciência entre os comandos do I Exército de que era necessário dar repouso a uma parte dos efectivos do CEP, foi determinada, como já antes pormenorizámos, a alteração do dispositivo do Corpo de Exército, ficando na frente a 1.ª Divisão e recuando a 2.ª, contudo, em vez de se encurtar a frente, dado que se lhe retiravam efectivos, manteve-se a sua dimensão<sup>155</sup>, obrigando a que uma Brigada da 1.ª Divisão ficasse integrada na 2.ª, reforçando-a<sup>156</sup>. Calhou a sorte de ser destacada para reforço da Divisão à 2.ª Brigada que deveria ir ocupar o sector de Neuve Chapelle o mais tardar a 5 de Abril. Foi dentro desta grande unidade que se deu, como já referimos noutro local, na noite de 4 para 5 de Abril, a revolta de um Batalhão, levando

---

<sup>155</sup> Esta manobra, tal como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, foi profundamente estranha e dá-nos a medida de como o estado-maior do I Exército estava longe da ideia de se poder desenvolver um ataque alemão na frente ocupada pelos Portugueses — em contra-partida, no estado-maior do Corpo de Exército português tinha-se a quase certeza absoluta do contrário, dados os indícios recolhidos durante o final do mês de Março — porque, em vez de encurtar a frente, até então ocupada por duas Divisões que mantinham em primeiras linhas duas Brigadas cada uma, optou por reduzir de quatro para três sectores a mesma frente, atribuindo a cada um uma única Brigada e colocando uma quarta em reserva de toda a frente.

<sup>156</sup> Veja-se, da nossa autoria, *Guerra & Marginalidade*, p. 31-32.

a que fosse mandada substituir esta Brigada pela 3.<sup>a</sup>, também ela pertencente à 1.<sup>a</sup> Divisão.

512

Este facto terá chamado a atenção do comando do I Exército e tê-lo-á decidido a modificar em absoluto o dispositivo de defesa de todo o sector português, mandando recuar a 2.<sup>a</sup> Divisão e substituindo-a por uma outra britânica. A ordem foi dada ao fim da tarde de dia 8 de Abril, impondo a retirada até às 18 horas do dia 9<sup>157</sup>. Uma ordem que chegou tarde, pois, como já descrevemos em pormenor, às 4 horas e 15 minutos desse dia iniciaram os Alemães a ofensiva. Entre ordens e contra-ordens a 2.<sup>a</sup> Divisão, enfraquecida e não tendo ainda feito o reconhecimento das novas posições e, mais ainda, preparando-se para as abandonar, sem experiência de grandes batalhas, desenquadrada nos escalões mais baixos e comandada nos escalões intermédios por oficiais cuja graduação não era adequada aos cargos — Batalhões comandados por capitães, Companhias comandadas por alferes e pelotões comandados por sargentos — a derrocada era inevitável. De certo modo, para salvaguarda dos brios militares dos súbditos de Sua Majestade — se no lugar da 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa estivesse uma inglesa o resultado seria o mesmo — os Portugueses estavam no lugar certo e na hora apropriada para poderem servir de bode expiatório dos comandos britânicos.

Chegados a este ponto da narrativa convirá voltar cronologicamente atrás para tentar perceber se o Governo Sidónio Pais manteve a mesma linha de actuação quanto ao CEP depois do acordo de Janeiro de 1918 até aos meados de Abril.

Pela consulta da documentação existente, tem de se concluir que Sidónio Pais, para além de ter tomado o Poder a partir de ideias preconcebidas quanto à participação de Portugal na guerra — ideias que não estavam suficientemente enraizadas no conhecimento dos dossiês e, mais do que tudo, iam ao arrepio da estratégia anterior — deixou-se apanhar, na ignorância dos factos, pela proposta rápida e incisiva do general Barnardiston, a qual, como já vimos, ia no sentido de minorizar, tanto quanto ainda fosse possível, a participação de Portugal no conflito. O tempo, a entrada no

---

<sup>157</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 199-200.

conhecimento da situação concreta, as insistências vindas do CEP, a noção de quanto tinha sido instrumento de todos os oportunismos políticos e, acima de tudo, muito provavelmente, a percepção da irreversibilidade da situação política perante a guerra na Europa, tê-lo-ão levado, embora tarde, a tentar reverter a posição tão irresponsavelmente assumida. É deste modo que, de uma forma, na aparência, incoerente, mas já própria do homem arrependido do passo dado sem a cautela devida, Sidónio Pais, a 30 de Março de 1918, escreve textualmente para o ministro em Londres o seguinte telegrama: «Rogo a V. Exa. o favor de *insistir vivamente* [sublinhado nosso] pelo nosso pedido que formulámos de transportes para as nossas tropas fazendo ver necessidade de reforçar *o mais urgentemente possível o nosso Corpo Expedicionário* [sublinhado nosso], o qual nas últimas semanas foi particularmente experimentado e *cujo desejo de cooperação pela causa comum é nesta ocasião maior do que nunca* [sublinhado nosso]»<sup>158</sup>. Este «maior do que nunca» terá feito sorrir os diplomatas britânicos, se o ministro Augusto de Vasconcelos o transmitiu na íntegra no *Foreign Office*!

A resposta do ministro plenipotenciário em Londres demorou sete dias, mas foi taxativa: «Consegue-se obter um serviço regular de transportes hospitalares entre Brest e Lisboa», dizia, mostrando que a evacuação da representação nacional nos campos de batalha até era possível, contudo «É completamente impossível obter um navio para o transporte de tropas, (...)» por estarem ao serviço dos Estados Unidos e do Canadá<sup>159</sup>.

Sidónio Pais, a 10 de Abril — por certo desconhecendo o descalabro militar da véspera —, plenamente desesperado, escreve a Augusto de Vasconcelos: «(...) mas as necessidades militares impõem-nos o dever de insistir». A diferença entre *este* Sidónio Pais e o de Janeiro é abismal! A leviandade deu lugar ao peso da responsabilidade histórica que percebe que lhe está a sobrecarregar os ombros. Este homem desesperado, no mesmo telegrama para Londres, admite até, como se vai ver, que no *Foreign Office* reine a confusão que deveria ser o prato forte em Lisboa: «Porventura

---

<sup>158</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa, 1995, p. 252-253.

<sup>159</sup> *Idem*, *op. cit.* p. 253.

o Governo inglês ignora que a sua proposta, a que assentimos, a de empregar uma das divisões do Corpo Expedicionário na primeira linha e a outra à retaguarda para treino e reforço não foi ainda efectivada, porque o comando inglês em França tem julgado necessário conservar por enquanto todas as forças na primeira linha. O Corpo Expedicionário sujeito assim a depressão e enfraquecimento pelo serviço ininterrupto e à não substituição das baixas, carece urgentemente de reforços. Rogo a V. Exa. insistir neste ponto capital<sup>160</sup>. É patético o desespero de Sidónio Pais. É a prova de como passou a sentir a gravidade de todas as insensatas acções que havia permitido e continuava a permitir. A situação cavalgou-o e ultrapassou-o. Em Londres o ministro desejava servir Sidónio o melhor que lhe fosse possível e, assim, não hesita e a 12 de Abril, já depois da ruptura da frente em La Lys, escreve, em telegrama que classifica de confidencialíssimo: «Suponho que, por algumas palavras ouvidas no *Foreign Office*, que nos poderão ser pedidos entre dez mil e quinze mil homens de reforço. Peço a V. Exa. que me habilite a responder imediatamente<sup>161</sup>. Era a esperança que renascia no descautelado ditador. Não tardou em responder e, no dia seguinte, escrevia para Londres: «O Governo da República satisfará o pedido que lhe for feito para reforçar com dez ou quinze mil homens as tropas portuguesas em França, tanto mais que depois do último combate esse reforço tornou-se inadiável». Estavam distantes os dias de Dezembro, no Parque Eduardo VII, em que a euforia de não seguir nem mais um homem para a guerra se apossara dos revoltosos... Agora já podiam seguir 15 000! E continuava a missiva: «A necessidade de transportes é agora impreterível e nela deve V. Exa. insistir por todos os meios». Repare-se no argumento que se segue bem esclarecedor do sentimento de desagrado e desencanto que se manifestava contra os Ingleses: «Tendo nós cedido aos Aliados tão grande número dos antigos navios alemães não se compreenderia aqui, nem teria possível justificação, que nos faltassem agora os meios de acudirmos ao nosso Corpo Expedicionário». O julgamento de uma certa opinião pública e da própria História tornaram-se preocupação de Sidónio Pais.

---

<sup>160</sup> Idem, *op. cit.* p. 253-254.

<sup>161</sup> Idem, *op. cit.* p. 254.

Para terminar o telegrama, seguem-se as palavras mais angustiadas e angustiantes de um responsável político, como se já não houvesse mais nenhuma tábua de salvação: «Entrego ao patriotismo de V. Exa. esta importantíssima diligência e logo que V. Exa. tenha obtido garantia da satisfação do pedido rogo para dizer quando poderemos contar com a vinda dos transportes»<sup>162</sup>.

Augusto de Vasconcelos, no desempenho da ingrata missão que lhe estava a ser cometida, responde no dia 15 de Abril, mostrando que a par de todos os esforços vê fecharem-se-lhe as portas a que bate, tanto no *Foreign Office* como no Ministério da Navegação. Os Estado Unidos absorviam toda a tonelagem disponível e a que resta serve para transportar diariamente, da sua ilha, trinta mil homens para o continente europeu. O ministro em Londres quis salvaguardar-se, desiludindo Sidónio Pais. A primeira cedência, a de Janeiro, abriu a porta a todas as que lhe eram impostas de seguida. Os Ingleses já não podiam mostrar mais do que um cerimonioso respeito por um Governo que se lhe tinha vergado com tanta facilidade.

Sidónio Pais, em Lisboa, desenvolvia junto do ministro britânico, iguais tentativas<sup>163</sup> e, julgando que de alguma coisa poderia valer, invocava o nome do general que o havia levado a aceitar as condições britânicas — Nathaniel Barnardiston — para reforçar as necessidades das tropas portuguesas em França. Triste aliança com o adversário!

A 19 de Abril, Augusto de Vasconcelos, dá a estocada final nas esperanças do, provavelmente, arrependido Sidónio: «A questão dos transportes de reforço do CEP está prejudicada pelas decisões do Comandante em Chefe dos Exércitos, aqui comunicadas. Dado que as nossas unidades do CEP sofreram grossas perdas, necessitam de descanso que não poderá ser inferior a dois meses». Era o ruir dos sonhos dos beligerantes e das esperanças do ditador. O CEP estava condenado a desaparecer da frente de batalha e com ele Portugal. O contingente português passaria a ser uma tropa em «descanso». Continuava o nosso ministro: «A sua reorganização e remessa

---

<sup>162</sup> Idem, *op. cit.* p. 255-256.

<sup>163</sup> Idem, *op. cit.* p. 257.

de reforços tem de ser combinada entre o Estado-Maior do General Tamagnini e os Estados-Maiores dos Generais Haig e Foch. Neste momento as nossas unidades não recebem os nossos reforços já porque viriam embarçar a questão dos transportes, porque a situação da zona de guerra já é difícil, devido às precauções sanitárias. Em todo o caso o assunto tem de ser tratado entre os técnicos militares quando sejam requisitados os transportes pelo Estado-Maior e se conseguir a sua concessão. Tal diz respeito a transportes de carga, pelo que não desanimo de conseguir algumas das coisas pedidas»<sup>164</sup>. O assunto dos reforços dos transportes estaria arrumado por mais uns meses. O CEP enquanto representação militar de um Estado livre, soberano e independente a bater-se contra os Alemães já não existia; a partir da data deste telegrama era, para o *Foreign Office*, um assunto arrumado no plano diplomático, ficando de pé um vago entendimento entre militares quando se julgasse oportuno e nunca antes de dois meses, ou seja, nunca antes de Junho ou Julho. Esta talvez tenha sido a razão da substituição do general Abreu e Silva em 29 de Junho de 1918. Um novo comando tinha de ser aprontado para, com o que fosse possível do que restava do CEP, refazer a desfeita representação nacional na frente de batalha.

Arrumado o aspecto diplomático e o estertor militar do que sobrara do já desfalcado Corpo de Exército, convirá, agora, voltarmo-nos para as manobras de uma figura que, quanto a nós, influenciou o sidonismo na sua política de guerra muito mais do que se pode imaginar.

### 3. A eminência cinzenta

Nathaniel Walter Barnardiston nasceu em 1858 e assentou praça em 1878, quando tinha 20 anos, em Infantaria. Serviu no Regimento do Middlesex entre 1882 e 1886, tendo sido promovido ao posto de capitão no ano de 1885. Em 1888, obteve o seu diploma de graduação pelo *Staff College*. Foi, de 1889 a 1892, ajudante-de-campo do Governador da Bermuda. Aí fez, por certo, o seu estágio de proximidade ao Poder. Em 1896 atingiu o posto de

---

<sup>164</sup> Idem, *op. cit.* p. 257-258.

major. Ocupou o cargo de chefe do estado-maior da Divisão do Serviço de *Intelligence* do Ministério da Guerra (*War Office*) nos anos de 1898 e 1899. Entre este último ano e 1901 passou a desempenhar a função de adjunto do chefe dos serviços de Informações do mesmo Ministério. Para além da anterior proximidade às teias da governação tinha, por certo, ganho uma nova visão da intriga do comando e das relações que conduzem à tomada de decisão. Entre 1901 e 1902 voltou ao seu Regimento do Middlesex para combater na guerra anglo-boer. Regressou de África para, mais uma vez, se embrenhar num cargo ligado aos Serviços de Informações: adido militar em Bruxelas e em Haia entre os anos de 1902 e 1904. Não foi um cargo de acaso. Por esta altura já se desconfiava da corrida aos armamentos levada a efeito por Berlim e temia-se a guerra na Europa; a Bélgica e a Holanda eram regiões muito sensíveis para a movimentação das forças germânicas e, por isso, era necessário ter por lá um oficial que fosse capaz de compreender e interpretar com correcção todos os sinais e movimentos. Barnardiston estava a ascender no domínio do Serviço informativo. Promovido a tenente-coronel em 1904 continuou no desempenho das suas anteriores funções só que, agora, estendendo-as, também, às cortes escandinavas. Por lá ficou até 1906. Neste último ano é mandado apresentar no Royal Military College, em Sandhurst, para assumir o cargo de subchefe do respectivo estado-maior. Lá se manteve até 1910. Entretanto, em 1907, foi promovido a coronel e passou a chefe do mesmo estado-maior e director da instrução militar onde ficou até 1914. Nesse ano, já na sequência da Grande Guerra, comandou as tropas britânicas que ocuparam Tsingtao, no Norte da China. Ainda em 1914 foi promovido a major-general e passou a comandar a 39.º Divisão Britânica entre os anos de 1915 e 1916. Foi neste último que lhe atribuíram as funções de chefe da missão militar britânica em Lisboa, onde ficou até 1919. Veio a falecer nesse mesmo ano. Deixou publicados dois livros: *Handbook of the Belgian Army*, Londres: War Office Intelligence Department, Stationary Office, 1899 e *Handbook of the French Army*, Londres: War Office Intelligence Department, Stationary Office, 1901.

Como se vê por esta simples nota biográfica do general Barnardiston ele, aos 58 anos de idade, ao chegar a Lisboa, era um oficial com claras noções do papel de adido militar e experiência na área das informações

militares. Além do mais, tinha estado em missões idênticas em Bruxelas, Haia e na Escandinávia, facto que deve ter pesado na sua nomeação para Lisboa. Muito provavelmente tinha uma excelente rede de conhecimentos no *War Office* a qual lhe possibilitava a percepção atempada dos comportamentos mais desejáveis à defesa dos interesses britânicos ao mesmo tempo que o punha em contacto com os mais elevados graus da hierarquia castrense inglesa.

De seguida, vamos tentar perceber, com base na documentação a que tivemos acesso, qual foi o papel que Barnardiston terá desempenhado na política portuguesa entre 1916 e 1918, mas, mais em particular, no ano que mediou entre a tomada do Poder por Sidónio Pais e o seu assassinato em Dezembro de 1918. Trata-se de uma abordagem até hoje inédita, porque nunca se lhe atribuiu papel significativo no consulado sidonista.

Como já antes fizemos referência, Barnardiston trazia, em 1916, instruções bem precisas do Governo inglês no sentido de minimizar a importância do apoio português, dando-o como nulo ou reduzindo-o a uma mera função auxiliar. Foram os Franceses quem se opôs a que tal política fosse continuada<sup>165</sup>.

Os seus contactos com Norton de Matos devem tê-lo esclarecido quanto à superior força de vontade do ministro da Guerra português. Acima de tudo, julgamos, percebeu a determinação do Governo Afonso Costa não deixar passar a oportunidade de fazer avançar tropas para a frente de batalha europeia, tal como tinha acontecido no final do ano de 1914 com o Governo Azevedo Coutinho. Nessa época, a pouca ou nenhuma vontade de largos sectores políticos internos conseguiu, apoiada na figura de Manuel de Arriaga, Presidente da República e, também ele, um adepto da não intervenção, deixar seguir para França o material de guerra e ficarem no país as tropas que o poderiam ter guarnecido. A definição de objectivos nacionais aquando da revolução de 14 de Maio de 1915 — a qual foi muito além da mera deposição do Governo Pimenta de Castro — veio permitir a consonância entre o Presidente da República, o Parlamento e o Governo,

---

<sup>165</sup> Veja-se Jean Derou, *Les Relations Franco-Portugaises (1910 – 1926)*, Paris: Publications de la Sorbone, 1986, p. 107-114.



alinhando todos no sentido do intervencionismo, já que no Congresso da República era maioritária a facção partidária da beligerância. Esta conjuntura política só podia ser desfeita por um golpe militar que *desalinhasse* estes três elementos, colocando, pelo menos, a Presidência da República e o Governo sintonizados com um novo modelo no qual prevalecesse a vontade de reduzir o mais possível o papel militar de Portugal na frente de guerra europeia. Foi, como vimos anteriormente, este o objectivo de Sidónio Pais que agarrou em ambas as mãos a Presidência da República e a do Governo. Ele havia percebido que só desconjuntando a articulação anterior e substituindo-a por uma outra nova e oposta conseguiria atenuar a política de guerra já levada à prática por Afonso Costa. Este novo enquadramento político representava, afinal, a força das minorias com ou sem assento no Parlamento e, por isso, era preciso fechá-lo, tornando-o inoperativo e incapaz de criticar os novos senhores do Poder. Esta era a conjuntura interna que mais agradava à Inglaterra — que havia claramente percebido ser a intervenção militar portuguesa menos uma razão contra os Alemães do que contra os Ingleses. Ser o Exército, ou parte dele, a desencadear o golpe e a alcandorar-se às cadeiras do Poder dava à Inglaterra a possibilidade de não envolver um agente diplomático na conspiração ou no seu resultado final, mas usar um militar seu para, através dele, estabelecer as pontes de entendimento que lhe eram necessárias para satisfazer os seus interesses políticos. O major-general Nathaniel Barnardiston era o elemento chave para garantir a consecução dos objectivos nacionais britânicos em solo português. Conhecia os meandros da política e tinha bom relacionamento com oficiais envolvidos nas dissensões partidárias; de Gomes da Costa a Abreu e Silva, passando por outros, monárquicos ou republicanos, a todos tinha facilidade de acesso.

Independentemente de haver historiadores que têm sobre a personalidade de Bernardino Machado sérias reservas — que, provavelmente, reflectem posicionamentos de contemporâneos seus e traduzem simples antipatias não fundamentadas — a verdade é que ele atreveu-se a, sobre Sidónio Pais e o dezembrismo, escrever as mais ousadas afirmações e, pelas entidades a quem endereçava as suas mensagens, não deveriam ser levianamente feitas. É pois a Bernardino Machado que vamos buscar uma

afirmação dirigida, em carta, a Clémenceau, em Maio de 1918, sobre Barnardiston. Diz ele que este oficial acompanhava o ditador português desde a sua *nascença*, tal como se fosse o seu padrinho<sup>166</sup>. Quer dizer, o deposto Presidente da República teria de ter mais informações do que aquelas que deixou expressas para assim concluir sobre o relacionamento de Barnardiston e Sidónio. E, na verdade, é bem estranha, como já oportunamente fizemos referência, a apressada visita do general inglês ao quartel do Parque Eduardo VII logo após a vitória do antigo ministro em Berlim! Que relacionamento anterior existiria para justificar tal atitude?

Não o sabemos — nem, talvez, o venhamos a saber — contudo, só duas alternativas se nos afiguram como lógicas: ou existia um conhecimento do que Sidónio Pais ia intentar ou Barnardiston jogou uma cartada de antecipação que colocou em posição pouco cómoda a diplomacia britânica. Atitude que, declaradamente, desagradou ao Governo de Paris. E Londres não estava em situação de, por uma causa menor, entrar por um caminho de desconfiança com o Governo de França. Nem Barnardiston arriscaria, por muito ousado e experiente que fosse no domínio das Informações, dar um passo que não tivesse a cobertura de altas e significativas figuras do mundo político ou militar inglês. O anexo XLVIII apresentado por Sequeira Gonçalves<sup>167</sup> dá-nos uma possibilidade de compreender o nível de informações que Nathaniel Barnardiston transmitia à área militar a que tinha acesso, em Londres, nomeadamente, ao *War Office*. Elas chegavam ao ponto de indicar o estado de espírito em que se encontrava o general Gomes da Costa ou o comandante do CEP. Nada lhe escapava e nada escapava, por conseguinte, ao Ministério da Guerra britânico.

Quando, no mês de Março de 1918, como já vimos, Sidónio Pais procurou recuperar a situação revertendo-a para um maior empenhamento na frente europeia, uma pequena e insignificante epidemia de tifo exantemático em Portugal foi razão suficiente para Barnardiston invocar a não conveniência de embarque de tropas para França, levando a que não só

---

<sup>166</sup> Bernardino Machado, *No Exílio*, p. 116.

<sup>167</sup> Sequeira Gonçalves, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914-1918*, 2.º vol. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989, p. 200-201.

não seguissem reforços como também ficassem retidos no seu regresso à frente de combate todos os militares que estavam no país em gozo de licença de campanha<sup>168</sup>. E o mais estranho de tudo foi que, em França, o comando do CEP enviou todas as diligências para encontrar soluções, indo ao ponto de criar um lazareto no porto de Brest, onde os militares ficariam em absoluto isolamento até se ter certezas de não haver possibilidade de contágio. Pois, tudo o comando militar britânico recusou. E a recusa começava nas informações que partiam de Lisboa, da missão chefiada por Barnardiston.

Papel importante teve-o também na questão dos transportes marítimos. Era-lhe fácil perceber o nível de desorganização que existia no Ministério da Guerra e identificar as provas de mau aproveitamento que foi feito dos transportes que levaram a maioria dos militares do CEP para França. Nada lhe terá escapado e de tudo informou o *War Office* e, de maneira ardilosa tentou, em 18 de Abril de 1918, convencer Sidónio Pais de que a forma mais útil, de momento, de participar na guerra era, em vez de enviar reforços, treinar os militares em Portugal no modo moderno de fazer a guerra de forma a que, mal chegasse o momento de os poder transportar para França eles estivessem em condições de entrar imediatamente em combate<sup>169</sup>. Era um argumento para manter entretidos os comandos nacionais, afastando-os da realidade da guerra ao mesmo tempo que invocava as razões que eram queridas aos Portugueses: a participação na futura Conferência da Paz e o sangue derramado e o sacrifício já feito na frente de combate.

Nathaniel Barnardiston conheceu bem os Portugueses, as suas capacidades e incapacidades, as suas limitações e injejas e foi um excelente informador da Inglaterra, levando o Governo britânico a saber tirar todo o proveito das fragilidades nacionais. Bernardino Machado, exilado em França, percebeu perfeitamente a frieza e o sentimento de superioridade deste oficial britânico quando, em carta que escreveu ao Primeiro-Ministro inglês, Lloyd George, lhe denunciou a arrogância nos seguintes termos: «Imediatamente após a revolta de Dezembro, no campo ainda tingido e quente dos últimos combates

---

<sup>168</sup> General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 167-169.

<sup>169</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1178 n.º 3.

vimos com verdadeira estupefacção aparecer o visitante [Barnardiston] ao lado do Chefe dos insurrectos, o Chefe da Missão Militar inglesa. A intimidade entre eles aumenta e o próprio Chefe da Missão Militar inglesa, o nosso hóspede, vosso delegado, que rodeámos de todas as atenções, faz-se acompanhar solenemente por outros membros da Missão à pretensa aclamação presidencial do Chefe da revolta tornado chefe da ditadura, surge em grande estilo, ostentando, sobre o uniforme de general, as insígnias da grã-cruz que acabava de receber da munificência ditatorial e julga-se no direito de, no final da cerimónia, na qual nem sequer podia participar oficialmente, erguer três vezes o seu boné, como sinal de protecção, sobre a cabeça do ditador. Dir-se-ia que era o padrinho deste regime. Devo dizer-vos com a autoridade que me vem do exercício das mais altas magistraturas governamentais, que nenhum representante legítimo da soberania nacional, em Portugal, consentiria em semelhante atitude»<sup>170</sup>.

Bernardino Machado jamais poderia denunciar uma invenção junto do primeiro-ministro inglês. O facto foi, de certeza verdadeiro. O que o justificou? O mero entusiasmo do momento? Uma cumplicidade que vinha de trás? Um agradecimento que tinha de ser publicamente manifestado? São perguntas que vão ficar à espera do seu historiador, mas representam outras tantas dúvidas que nos atormentam e que só a sua explicação poderá, provavelmente, aclarar a ditadura de Sidónio Pais. Como certo, temos que Barnardiston foi uma influência em grande parte da governação do ditador; uma influência condicionante dos primeiros movimentos políticos de Sidónio Pais. O rodar dos tempos e a tomada de consciência da complexidade da questão governativa terão — aceitamo-lo sem grandes reticências — levado Sidónio a tentar arrear caminho perante a mão pesada de Londres, mas já era tarde. Nessa tentativa pode inserir-se a nomeação do general Tomás García Rosado para substituir Abreu e Silva no comando do CEP. Era um monárquico e terá Sidónio Pais julgado que, ao dar-lhe a responsabilidade do que restava do CEP, lhe entregava uma missão de conciliação com os

---

<sup>170</sup> Tradução livre do autor feita a partir do opúsculo escrito por Bernardino Machado intitulado *A Monsieur Lloyd George, Premier Ministre d'Angleterre*, 2 de Junho 1918, p. 4, também transcrito em *No Exílio*, p. 125-126.

Ingleses. Tornando aceitáveis novos projectos para um muito reduzido número de homens, sem quebrar nem impor nada ao Governo britânico, tentava-se, em Lisboa, salvar a pouca dignidade de que se revestira o golpe sidonista. O general Garcia Rosado mostrou-se, afinal, bem mais digno e patriota do que dele se esperava e deu uma verdadeira lição de portugalismo a todos, apoiando-se na vontade de alguns grandes oficiais que ficaram até ao fim na Flandres, mantendo de pé um objectivo nacional que se impôs desde a primeira hora de guerra.

Estamos, agora, em condições de tirar uma conclusão geral de todo este capítulo e, de uma forma sintética, poderemos dizer que a incompreensão do novo fenómeno social associado ao conflito e que foi, depois, identificado como *guerra total*, conduziu, em Portugal, ao golpe ditatorial de Sidónio Pais. Golpe sem história contada ou conhecida, que colheu apoios também obscuros e que levou a que se acreditasse ser o seu chefe germanófilo, embora tenhamos demonstrado que, se nutria qualquer simpatia pela Alemanha, fez clara e descaradamente o jogo que a Grã-Bretanha lhe impôs e, nesta imposição, foi figura fundamental o chefe da Missão Militar inglesa, general Barnardiston. A cedência perante a vontade da Grã-Bretanha teve o seu mais significativo impacto no moral das tropas, na debandada geral de todos os graduados que puderam libertar-se do serviço de campanha e na organização do CEP, que saiu diminuído como representação militar nacional na frente de combate. O começo da batalha de La Lys incidiu, logo no primeiro dia, sobre a 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa que sofreu o maior impacto do assalto germânico o qual se transformou no golpe de misericórdia do CEP. Foi o ruir de um sonho de soberania e grandeza arquitectado pelo Governo derrubado por Sidónio Pais. Se os Alemães tiveram papel importantíssimo nessa derrocada, Barnardiston terá tido grande importância, limitando e impossibilitando a reconstrução possível do Corpo Expedicionário. O desejo do Governo inglês, apresentado no Verão de 1917 a Norton de Matos, concretizou-se, afinal, através da derrocada do Governo português, em Dezembro, e do quase desaparecimento do CEP, em Abril de 1918. Um novo calvário ia ter início desse mês em diante. Será dele que nos ocuparemos no capítulo seguinte, estudando, por um lado, o comportamento do Governo de Sidónio Pais e, por outro, o das tropas ainda empenhadas em França na campanha que continuava.

(Página deixada propositadamente em branco)

## VII

### CEP: A ÚLTIMA REORGANIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

Acabámos de ver como Sidónio Pais alcançou o Poder em Portugal e os reflexos que a sua atitude política teve sobre a condução dos negócios da guerra, por um lado, e, como, por outro, se reflectiram nas tropas que lutavam em França.

É verdade que a historiografia nacional ao tratar do CEP — e nós mesmos já o fizemos — por comodidade descritiva, costuma balizar o empenhamento militar português em dois períodos diferentes: antes e depois da batalha de La Lys. Como já dissemos, aqui e agora, julgamos que a distinção tem de ser feita, tomando como linha separadora o golpe conduzido por Sidónio Pais, em Dezembro de 1917. Contudo, pelo impacto militar que teve sobre toda a estrutura do CEP, a batalha iniciada no dia 9 de Abril de 1918 pode e deve ser usada como uma subdivisão da história do desempenho militar dos Portugueses, em França, dentro do consulado sidonista. O período que se inicia, então, ainda se pode compartimentar em dois outros: o que vai de 9 de Abril até à nomeação do general Tomás Garcia Rosado para comandante do que restava do CEP e o do comando deste oficial até ao repatriamento das tropas, depois do armistício. É destes dois tempos, na perspectiva militar e na da diplomacia castrense — tanto quanto anda enleada na política de guerra — que nos vamos ocupar nas páginas que se seguem. Procuraremos perceber o reflexo do abandono da Estratégia Nacional traçada pelos intervencionistas, em 1916 e 1917, sobre o CEP e, sempre que possível, sobre a política geral portuguesa.

## 1. O CEP depois de 9 de Abril de 1918

No dia 13 de Abril, as duas restantes Brigadas que não integraram a 2.<sup>a</sup> Divisão — a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> — foram dadas, pelo comando do CEP, em reforço da 14.<sup>a</sup> e 16.<sup>a</sup> Divisões britânicas para estabelecer a linha defensiva entre Lillers e Steenberg; a 26 do mesmo mês o 4.<sup>o</sup> Grupo de Baterias de Artilharia foi destacado para Mazingarb-Vermelles<sup>1</sup>. Esta última unidade foi excepção, porque, a 22, cessou por completo a utilização das forças portuguesas como um todo coeso, organizado e subordinado a um comando centralizado. Foram mandadas concentrar em Ambleteuse para se sujeitarem a nova inspecção médica e posteriormente serem utilizadas como melhor fosse entendido.

Com efeito, já no mês de Junho, o comando do 1.<sup>o</sup> Exército britânico, decidindo unilateralmente, e sem consulta ao general-comandante português, optou por dispersar as tropas portuguesas numa tentativa de melhor as poder enquadrar subtraindo-as ao superior comando nacional. A dispersão não foi maior, diga-se em abono da verdade, graças à intervenção do comandante do CEP.

No final do mês de Abril havia-se firmado, com base em um juízo injusto e mesquinho, o descrédito sobre os Portugueses nos meios militares britânicos. Na verdade, sem nunca o dizerem publicamente, os nossos mais velhos aliados, culpavam a desfalcada 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa de ter permitido o avanço alemão. Ora, o certo é que era de todo impossível oferecer maior resistência nas circunstâncias em que se encontravam as tropas nacionais, nem mesmo se se tivesse conseguido o total sacrifício das forças empenhadas, como horas antes o comandante britânico havia preconizado. Além do mais, a falência de todo o sistema defensivo não se deu exactamente na frente do sector da 2.<sup>a</sup> Divisão, mas antes nos flancos, onde se estabelecia a ligação com as unidades britânicas o que, afinal, quer dizer que estas também não resistiram — porque era impossível — ao peso do

---

<sup>1</sup> Do autor, «O CEP depois de La Lys. Que fazer com estes restos?» in *Portugal e a Grande Guerra 1914 – 1918*, (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, 2003, p. 447.



choque germânico. A assunção do desaire militar, por parte dos Ingleses, era mais fácil se se deixasse no ar a ideia de a culpa ter sido da Divisão portuguesa. Foi isso que passou a transparecer através das medidas adoptadas pelo Alto Comando britânico. E a injustiça continua a fazer carreira na historiografia britânica recente. Com efeito, numa obra de divulgação, da autoria de um historiador britânico, professor na Royal Military Academy Sandhurst, afirma-se: «On the first day [9 de Abril], the Germans decimated a Portuguese division that was serving with the British; and if it had been for the stoicism of the divisions on its flanks and the rapid move by other troops to plug the gap that had been created, far more damage could have been done»<sup>2</sup>. Isto continua a ser a repetição do que os primeiros historiadores ingleses quiseram que fosse dado a conhecer ao mundo. Aliás, a afirmação não resiste à mais elementar crítica de táctica militar, pois que as duas *estóicas* Divisões britânicas dos flancos foram imediatamente esmagadas pelas sucessivas ondas de tropas germânicas que penetraram na bolsa criada pelo colapso da 2.<sup>a</sup> Divisão Portuguesa, tanto mais que o avanço no primeiro dia foi, segundo os historiadores britânicos, de 5,6 km, só se detendo a 25 de Abril, depois de terem aberto uma brecha com uma frente de cerca de 50 km e uma profundidade máxima de cerca de 20km<sup>3</sup>. Ora, a 2.<sup>a</sup> Divisão ocupava uma frente de cerca de 12 km dos 50 que os Alemães levaram de vencida. Assim se demonstra que a atribuição de culpas aos Portugueses foi um artifício para justificar uma quebra de segurança na frente ocidental. Qualquer que fosse a nacionalidade da Divisão que suportou o primeiro embate germânico o resultado seria igual ou semelhante ao que ocorreu com a unidade comandada pelo general Gomes da Costa. A política britânica da época influenciou e continua a influenciar os historiadores ingleses.

Na sequência do início da batalha de La Lys, os oficiais ingleses, não dando aos oficiais do CEP o devido valor como condutores de homens capazes de levarem os seus soldados a comportarem-se como eles entendiam

---

<sup>2</sup> Lloyd Clark, *World War 1: An Illustrated History*, 2.<sup>a</sup> ed. Londres: Bounty Books, ISBN 0753708701, p. 200-201.

<sup>3</sup> Vd. Douglas Haig, *Dépêches de Sir Douglas Haig: Décembre 1915 – Avril 1919*, 2.<sup>o</sup> vol, Paris, 1920, carta n.º 7.

que se deviam bater, optaram por afastar as unidades portuguesas das linhas de combate, atribuindo-lhes missões subalternas. Em vez da espingarda passaram a usar a pá e a picareta para repararem as estradas, os abrigos e as trincheiras onde os soldados do Reino Unido combatiam. Assim, os Britânicos, tendo feito pagar aos Portugueses o alto preço de ter enfrentado a fúria do começo de uma batalha, tinham, agora, os seus seculares aliados na situação que, desde sempre, lhes haviam reservado: meros auxiliares sem valor militar. O esforço de Norton de Matos e de Afonso Costa, ao definirem uma Estratégia Nacional para Portugal, caíra por terra não só porque o Governo inglês há muito vinha preparando a armadilha, mas porque, no interior do país, Sidónio Pais, incapaz de ter identificado essa estratégia de dignificação, se subordinou prontamente aos desejos dos Ingleses impostos pelo ardid e manha de um general britânico que conhecia bem a índole dos opositores do estatuto de beligerante.

Na nova situação não ficaram fora de perigo os nossos militares, porque as suas instalações permanentes eram poucos quilómetros atrás das primeiras linhas, em bivaques ou acampamentos, na maioria das vezes em tendas de lona. Passaram a ser alvo dos bombardeamentos da artilharia pesada alemã e dos seus aeroplanos. Naturalmente, nestas circunstâncias, as baixas caíram para números quase insignificantes.

Para se atingir todo o alcance do que foram os tempos imediatamente a seguir a 9 de Abril nada melhor que dar a palavra a quem os viveu.

A 2.<sup>a</sup> Divisão, dizimada, era dissolvida em 30 de Junho. Encurralados em Ambleteuse, os seus restos, de mistura com as formações do Corpo, fermentavam numa pútrida mistura de intriga e inveja (...).

É que, após a retirada das tropas portuguesas das 1.<sup>as</sup> linhas e o estabelecimento do Quartel-General do CEP na retaguarda, parecia haver findado o nosso papel activo na Grande Guerra. Uma grande desesperança invadira mesmo aqueles que tinham fé. Vencidos! E nunca esta palavra teve tão amargo travo como na boca dos que, acreditando no futuro da Pátria e na indomável energia da Raça, viam queimadas pelas desilusões as asas do seu sonho.

Extravasou em onda de lama de recriminações toda a peçonha dos defectistas. E era ouvi-los, na criminosa alegria com que assistiam ao desmoronar do nosso esforço:

— Nós bem lho dizíamos... Agora é que isto liquidou de vez e não renasce — que os tempos não são os mesmos. Enfim, já se pode respirar em Portugal — e não tarda que lá estejamos todos...

Até os próprios estrangeiros disso chegaram a convencer-se, tantas vezes o ouviram repetir, e a oficiais ingleses era frequente ouvir em conversa com os nossos:

— Para vocês — guerra, *finished!*

Nas tabernas da região repetiam-se, envenenadas pela discussão das responsabilidades da retirada, as rixas entre soldados portugueses e ingleses: ao apodo *pork and beans*, respondiam os nossos com facadas e cacetadas que bastas vezes expediram para hospitais e cemitérios muitos ingleses e australianos.<sup>4</sup>

Demos, agora, a palavra a quem, estando longe da frente, em França, acompanhava interessado os acontecimentos e deles só vinha a saber por relatos feitos por testemunhas presenciais.

Este Álvaro Poppe é dos raros portugueses que ainda nos prendem à nossa terra. Que gentil criatura! Vem desolado, desiludido, convencido de que falhou, de que falhámos! Aquilo por lá, entre a tropa portuguesa, está em vias de liquidação. A indisciplina é geral. Os soldados não respeitam os oficiais, estes não acatam as ordens que lhes dão e o que querem é ir-se embora. O Tamagnini, sem força, sem prestígio, absolutamente incapaz. O general caiu completamente no conceito da tropa. De Portugal, isto está assente, não vem mais ninguém. (...). Os ingleses tratam-nos o pior possível. Um desastre. (...). Quisemos construir um edifício numa terra que supúnhamos sólida. Era lama, lama!<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Costa Dias, *Flandres. Notas e impressões*, Lisboa, 1920, p. 265-266.

<sup>5</sup> João Chagas, *op. cit.*, vol. III, p. 169.

Poderíamos ficar por estes testemunhos. Contudo, levantava suspeição visto os autores serem claros adeptos da beligerância de Portugal. Escolhemos o discurso de um oficial que se proclamava simplesmente soldado — no sentido mais amplo e nobre do termo, enquanto servidor da Pátria — e que, por isso mesmo, fez questão de distribuir desaforos políticos a torto e a direito, sem uma ponderada apreciação dos superiores interesses de Portugal. Passemos-lhe a palavra.

Em fins de Abril de 1918, os restos de um ano de campanha e os destroços humanos e desorganizados da batalha do Lys, foram concentrados em Ambleteuse.

A atmosfera moral que aí se respirava era horrorosa.

A esperança de se acabar de uma vez com aquele exílio pelas terras nevoentas do norte da França tornava aquela massa humana ansiosa por uma solução qualquer.

Os mais fracos ou mais abatidos procuravam fugir dali, fosse como fosse.

Os mais turbulentos reagiam de maneira patente contra os mais elementares preceitos da disciplina.

Quem percorresse os acampamentos das tropas portuguesas tinha a sensação de que aquilo tudo acabaria por estalar, com grande estrondo e ainda maior descalabro, para o nosso prestígio de exército organizado.

Via-se ali o quanto esse exército não passava de uma guerrilha desterrada!<sup>6</sup>

Se não fossem já suficientes os testemunhos ousaríamos ficar pelos transcritos, mas o retrato compor-se-á melhor se acrescentarmos um último, imparcial e cauteloso.

O repouso de Ambleteuse<sup>7</sup> passado à beira mar a ver os navios e os dirigíveis aliados durante o dia e a ouvir os aviões inimigos durante a

---

<sup>6</sup> Ferreira do Amaral, *A Mentira da Flandres e o Medo*, Lisboa, 1922, p. 395.

<sup>7</sup> Como se vê, esta localidade é sempre referida no período que se seguiu imediatamente à batalha de 9 de Abril, porque foi ali que se concentraram os efectivos do CEP, então desfeito e arrasado. Estava-se no final de Abril. Nos meses de Maio e Junho seriam reorganizadas as

noite, convencera-os [aos soldados] de que iam ser todos repatriados a começar pelos mais enfraquecidos. Julgado isso justo ou merecido foi nomeada uma junta médica para os inspeccionar. *Presenciei alanceado o desbarato do 9 de Abril, mas confesso que o que mais me pungiu foi o desbarato de Ambleuse!...*

O espírito dos soldados que ficaram, (...), vendo-se cada vez mais abandonado a um holocausto certo, pergunta: — A Alemanha declarou guerra a Portugal ou só especialmente aos Batalhões do CEP?<sup>8</sup>.

Os soldados, como se pode concluir das transcrições feitas, andavam desanimados, porque viam os oficiais e sargentos — os que podiam — gozar licenças em Portugal e não regressarem e, até mesmo, algumas praças, as mais afortunadas, terem igual destino<sup>9</sup>. A presença militar em França nunca tivera grande sentido, no seu pensar simples e comodamente ignorante, mas agora menor era a razão para ali continuarem. Estas foram as causas que conduziram à desmoralização, cada vez mais acentuada, dos nossos *serranos*<sup>10</sup>. Contudo, não só andavam sem brio os soldados; os oficiais arrastavam-se na penosa tarefa de serem capatazes de obras castrenses. Isso gerava sentimentos vários que, na maioria das vezes, desembocavam em

---

unidades nacionais e proceder-se-ia à sua distribuição pela retaguarda britânica em trabalhos de construção, próprios de tropas com a especialidade de sapadores.

<sup>8</sup> David Magno, *Livro da Guerra*, Porto, 1921, p. 217.

<sup>9</sup> Para se perceber, sem qualquer barreira, não só o que foi a derrocada do CEP como também o modo de olhar, em Portugal, o esforço de guerra pedido e o desinteresse manifestado, transcrevemos, de novo, João Chagas: «Mas a abominável mentira não tem limites! Sempre que uma voz mais alta pergunta por que motivo se abandonam os soldados portugueses que estão em França e por que motivo não são eles substituídos, ou reforçados, a imprensa oficiosa responde que a Inglaterra não pode actualmente dispor de transportes para esse efeito, mas que se está tratando disso. Pois a Inglaterra que não pode dispor de transportes para levar os nossos soldados a França, dispõe de transportes para os recambiar para Portugal. No dia 25 último [Agosto de 1918], chegou a Lisboa — leio no *Diário de Notícias* de 26 — “o antigo transporte de guerra russo *Kursk*, hoje ao serviço da marinha inglesa (...), trazendo a bordo mil trezentos e setenta e nove soldados, cabos e sargentos e dez oficiais, na sua maioria enfermos” (...), mas a *Manhã* do mesmo dia corrigia: “Chegou ontem ao Tejo mais um grande transporte inglês (mais um!) trazendo mil trezentos e setenta e nove militares regressados da França, a maior parte em licença. Entre os repatriados vieram sete oficiais mais ou menos doentes e cento e catorze praças enfermas”. E acrescenta que os repatriados vinham quase todos “de excelente aspecto e boa saúde.” (...)» (*Diário*, vol. III, p. 240-241).

<sup>10</sup> Designação que se tornou comum no CEP para referir os soldados de Portugal.

comentários pouco simpáticos sobre os Ingleses. Atribuía-se-lhes culpas nem sempre reais, mas convenientes para acalmar a perda de auto-estima sentida pelos graduados de baixa e média patente.

Nas condições descritas a fronteira entre a disciplina e a indisciplina era quase inexistente. Os homens cumpriam o mínimo de um serviço que não entendiam a razão por que lhes cabia em sorte e, acima de tudo, não compreendiam a ausência de reforços ou a sua substituição, visto terem já, então, mais de um ano de serviço de campanha.

Foi este o quadro que o general Tomás Garcia Rosado teve de enfrentar ao assumir o comando do CEP. Geri-lo era uma tarefa hercúlea tal o número de obstáculos existentes. O estado-maior do CEP quase não tinha qualquer acção táctica e disciplinar sobre o que restava da força enviada, em 1917, para França; a sua actividade estava confinada à burocracia orgânica e administrativa. Impunha-se uma alteração profunda, mas já muito difícil de conseguir.

Em rigor, nem todas as tropas portuguesas tiveram um destino tão pouco honroso como este que acabámos de descrever. Com efeito, o comando britânico carecido de pessoal de artilharia utilizou, na frente de combate, depois de 9 de Abril de 1918, durante mais de cinco meses o Corpo de Artilharia Pesada, o 3.º — durante um mês — e o 4.º Grupo de Baterias de Artilharia — durante quatro meses — e, durante cerca de seis meses, o 2.º, 3.ª e 6.º Grupo de Metralhadoras Pesadas. Foi este o pessoal que esteve empenhado em combate desde que chegou a França até que o comando inglês o dispensou. Os restantes — e eram a maioria, perfazendo, já na fase final da guerra, à volta de 25 000 homens — foram encaminhados para trabalhos de sapadores: abrir trincheiras para os Britânicos combaterem, rasgarem e repararem estradas por onde passavam os Ingleses, construir pontes ou consertarem-nas para, por elas transitarem todos os que iam defender as causas de uma liberdade que julgavam justa.

A breve conclusão a extrair do que dissemos é que a verdadeira desconfiança que os Ingleses nutriam quanto às capacidades dos Portugueses como combatentes se manifestou depois da batalha de La Lys e que esse acontecimento de grande amplitude estratégica serviu para atribuir ao que restou do CEP um papel secundário que, ao mesmo tempo, fosse identificável

com um quase possível desastre militar. Assim, os objectivos da beligerância portuguesa saíam diminuídos aquando da paz.

## 2. O general Garcia Rosado

Por certo não terá escapado à análise de Sidónio Pais a razão da deslocação a Lisboa do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva na sequência da alteração orgânica do CEP: a sua grande vontade de continuar a ser, em França, o comandante máximo das forças portuguesas naquela frente de combate. Isso mesmo lhe garantiu aquando da entrevista que teve com o general. Por essa altura, ou mais tarde, terá confirmado as suas suspeitas quando percebeu a rivalidade entre Gomes da Costa e Abreu e Silva. A própria campanha que alguns oficiais conotados com o Partido Democrático terão feito da suposta incompetência de Abreu e Silva poderá ter ajudado a fundamentar o perfil do comandante do CEP perante Sidónio Pais.

Abreu e Silva um oficial cioso do seu poder e, contraditoriamente, aparentando uma modéstia e uma disciplinada subordinação era, em nossa opinião, um militar vaidoso e despótico. A execução do acordo luso-britânico de Janeiro de 1918 terá criado no antigo comandante do Corpo de Exército Português um significativo mal-estar o qual se manifestou, por certo, nas sucessivas tomadas de posição contra as decisões da Secretaria da Guerra, especialmente quando tocavam na falta de soldados e de oficiais no CEP. Sidónio Pais sabia que tinha de, substituindo o velho general, o compensar de alguma forma, por isso, começou por sugerir uma «mais alta comissão» de serviço, acabando por lhe dar o comando da 5.<sup>a</sup> Divisão territorial com sede em Coimbra. Mas tinha de ser escolhido para substituir Tamagnini de Abreu e Silva um outro general que, sendo aceite pela sua competência técnica, fosse de confiança política — e, para isso, nada melhor do que um monárquico — ao mesmo tempo que suficientemente subordinado para aceitar a nova política de guerra e, ainda, capaz de tentar repor uma aparente paridade de soberania perante a Inglaterra. A escolha era difícil e recaiu sobre Tomás Garcia Rosado, então, Chefe do Estado-Maior do Exército.

## 2.1. O homem e o militar

534

Quem era Tomás Garcia Rosado<sup>11</sup>?

Dada a importância que vai ter na última fase da vida do CEP, dado o esquecimento histórico a que tem sido votado, dada a necessidade de se estabelecer um contra-ponto entre Abreu e Silva e o general que o substituiu, não podemos deixar de esboçar uma resenha um pouco mais longa do que a aparente lógica sugere da biografia deste oficial. Cabe, em nossa opinião, fazer-se agora a justiça que é devida ao último general verdadeiramente operacional que comandou o CEP.

Nascido a 4 de Março de 1864, na freguesia de S. Salvador, em Beja, era filho de José Francisco Rosado, à data, tenente graduado de infantaria e de D. Angélica do Carmo Garcia Rosado. No ano lectivo de 1875/76 ingressou no Real Colégio Militar onde concluiu o curso com notas brilhantes. Assentou praça, em 29 de Julho de 1879 no Regimento de Infantaria 2, sendo 1.º sargento graduado em aspirante do Regimento de Infantaria 7. A 8 de Novembro de 1882 foi promovido a alferes-aluno «para a arma de Artilharia», estando colocado no Regimento de Artilharia 2, segundo a «Folha de Matrícula» existente no seu processo individual, guardada no Arquivo Histórico Militar<sup>12</sup>, ainda que na *Lista de Antiguidades dos Oficiais do Exército*, reportada ao ano de 1925, conste a sua promoção no dia 1 de Janeiro de 1886. Em 20 de Outubro de 1883 matriculou-se na Escola do Exército, no Curso Preparatório para a arma de Artilharia e no do Corpo de Estado-Maior. Em 13 de Janeiro de 1886, foi promovido ao posto de alferes para o Regimento de Caçadores 2, tendo, em 25 de Janeiro de 1888 alcançado o posto de tenente para o Corpo de Estado-Maior.

O primeiro cargo com alguma relevância que ocupou, após a sua formação académica militar, foi o de adjunto da 2.ª Secção da Secretaria do Corpo de Estado-Maior, para o qual havia sido nomeado no dia 28 de Janeiro de 1889. Logo a 4 de Fevereiro contraiu matrimónio com D. Maria Adelaide

---

<sup>11</sup> Todos os elementos aqui referidos são extraídos da nossa obra *General Tomás Garcia Rosado: O outro comandante do CEP: França 1918 – 1919*, Lisboa: Prefácio, 2006.

<sup>12</sup> AHM, P.º 229, Cx. 1486.



Costa<sup>13</sup>. Dias depois, a 13 de Fevereiro, — ia completar 25 anos em Março — foi promovido a capitão. A vida continuou rotineira no Corpo de Estado-Maior. No mês de Maio de 1893, no primeiro número do primeiro volume da *Revista do Exército e da Armada*, publicou (p. 7-34) um excelente ensaio subordinado ao título «A Cavalaria no Serviço de Exploração e Segurança». Estudando-se hoje o trabalho de Garcia Rosado percebe-se quão boa era a sua preparação como oficial de Estado-Maior, pois evidencia um claro entendimento do uso da Cavalaria na sua época. O ensaio publicado resulta da comparação dos escritos de três teóricos militares estrangeiros, seus contemporâneos, descobrindo-lhes as incoerências e pontos fracos, propondo alternativas ousadas e consistentes. Nestas páginas descortina-se já a sensatez do autor para, além de estudar, aconselhar e propor soluções correctas no domínio específico do emprego da Cavalaria, facto demonstrativo da cultura militar do futuro comandante do CEP.

Ainda nesse ano, no mesmo órgão oficial, deu à estampa um outro ensaio que intitulou «O Curso de Guerra» (p. 338-348). Trata-se de uma análise do curso de Estado-Maior em diversos países e de como servia para a melhor condução dos conflitos bélicos. Esclarece o papel do oficial de Estado-Maior e a sua relação com o respectivo Serviço, fornecendo, também, uma perspectiva de como poderá ser este; define o seu critério sobre o relacionamento entre o Comando e o Estado-Maior e, opina sobre quem deve alcançar o posto de general, para além de sugerir os moldes de condução da reforma do Serviço de Estado-Maior no nosso país. Neste ensaio, ainda que curto, Garcia Rosado mostra já a ampla visão e a audácia das suas ideias sobre as alterações a adoptar para se conseguir um desempenho militar eficiente.

A 18 de Outubro de 1894 é mandado apresentar no Ministério da Marinha e Ultramar para fazer parte do Corpo Expedicionário à Índia (CEI). Embarcou a 21 daquele mês já no desempenho das funções de chefe do estado-maior das forças expedicionárias, cujo comando havia sido entregue ao infante

---

<sup>13</sup> Jovem Senhora que, no dizer da sua neta Maria Emília, era muito bonita e requestada, não lhe faltando, ao que parece, muitos pretendentes. Tomás António terá tomado a peito conseguir para si a mão de tão encantadora criatura.

D. Afonso, com o posto de tenente-coronel, irmão do rei D. Carlos. A força marchou para Goa como resultado da chamada *Revolta dos Ranês*<sup>14</sup>.

Os tempos na Índia não foram fáceis, como resultado da adoção de medidas pouco populares pelo Governador-Geral, tendo o infante D. Afonso, a 19 de Março de 1896, de tomar conta do Governo, com o cargo de Vice-Rei, o qual exerceu até 27 de Maio.

Deve sublinhar-se que Garcia Rosado, por força da função que desempenhava, despachava directamente com o infante, facto que deve nele ter exercido forte influência para desenvolver grande consideração pelo regime monárquico, ao ponto de se ter mantido sempre seu adepto sem, no entanto, deixar de servir com correcção e disciplina a República quando esta foi proclamada em Portugal. Por outro lado, a convivência com D. Afonso terá sido motivo para, mais tarde, receber claras provas de confiança da família real.

Na sequência de o infante D. Afonso ter assumido o cargo de Vice-Rei, a 28 de Março foi Garcia Rosado nomeado chefe do Estado-Maior do Governo-Geral da Índia do qual é exonerado a 21 de Maio por ter recebido ordem de embarque para Portugal. No *Boletim Oficial*, n.º 56, datado de 21 Maio, publica-se a Portaria n.º 447, que, para além de tornar pública a exoneração do cargo que vinha desempenhando, refere o louvor que o Vice-Rei lhe concede «pelo inexecedível zelo, inteligência e boa vontade com que se houve no desempenho daquela importante comissão de serviço [chefe do Estado-Maior do Governo-Geral]»<sup>15</sup>.

Como se depreende da nomeação anterior, o infante D. Afonso deveria ter uma excelente opinião sobre a competência e a ponderação de Garcia Rosado para o fazer transitar da chefia do estado-maior do Corpo Expedicionário para a do Governo-Geral. E nesta altura o futuro comandante do CEP tinha ainda somente 32 anos<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Para um entendimento mais completo desta grave alteração da ordem no Estado Português da Índia, veja-se Prof. J. G. Santa Rita, «Domínio Português no Oriente» in *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VII, p. 549-551.

<sup>15</sup> AHM 2/5/16/247.

<sup>16</sup> O próprio infante era um ano mais novo que Garcia Rosado.

De tal modo deve ter sido levada em boa conta a actuação de Garcia Rosado nos territórios da Índia Portuguesa que foi destacado para fazer parte de uma comissão de estudo das alterações do fardamento, armamento e equipamento das tropas expedicionárias, bem como das providências mais adequadas às tropas ultramarinas e incorporação das forças expedicionárias nas tropas coloniais. Ao mesmo tempo fazia parte da comissão de aperfeiçoamento do Corpo de Estado-Maior. Tudo isto aconteceu entre o ano de 1896 e 1897. Com cerca de 33 anos de idade Tomás Garcia Rosado era já um oficial conceituado a quem se reconheciam bons serviços. Por Decreto de 30 de Dezembro de 1896 foi-lhe concedida a honra de ser nomeado oficial às ordens do Rei D. Carlos<sup>17</sup>.

Em 5 de Novembro de 1897, embarcou para a cidade da Beira, na costa oriental de África, ao serviço da Companhia de Moçambique. Ainda não havia desembarcado no território e já estava nomeado, em 15 de Novembro, para o cargo de Chefe do Gabinete Militar do Governo do território da Manica e Sofala. Pousou pé em terra no dia 11 de Dezembro desse mesmo ano. Embora estivesse ao serviço da Companhia de Moçambique, em Lisboa não se esqueciam da sua competência e, por isso, em 7 de Maio de 1898, foi-lhe determinada uma missão que o obrigou a retomar as suas funções militares dependentes do Ministério da Marinha e Ultramar: Comissário Real para a delimitação da fronteira do Barué. Regressou à anterior situação somente em 7 de Janeiro do ano seguinte e foi-lhe atribuído, na Companhia de Moçambique, o cargo de Secretário-Geral do Governo de Manica e Sofala.

Em 4 de Outubro de 1899, é promovido ao posto de major. A 4 de Dezembro, depois de uma permanência de cerca de dois anos em África, regressou a Lisboa, tendo, em Janeiro de 1900, assumido a chefia da Repartição de Justiça da 3.<sup>a</sup> Divisão Militar.

Pouco tempo se manteve na função que lhe havia sido destinada em Portugal, pois que a 12 de Junho de 1901 recebeu ordem para se apresentar no Ministério da Marinha e Ultramar para seguir de novo rumo a

---

<sup>17</sup> Não sabemos se foi por essa data que o monarca lhe ofereceu uma sua fotografia autografada e que pudemos apreciar, em moldura original, em casa da sua neta, Sr.<sup>a</sup> D. Maria Emília, já referida.

Moçambique, agora com a missão de governar o distrito de Lourenço Marques, onde desembarcou em 24 de Julho. Contudo, mais uma vez, o mérito pessoal é-lhe reconhecido e foi, a 11 de Setembro de 1904, nomeado definitivamente Governador-Geral da província de Moçambique. Desempenhou-se desta árdua função, «com zelo, inteligência e dedicação», até 9 de Novembro de 1904<sup>18</sup>. Voltou a Portugal em 17 de Janeiro de 1905 e desembarcou em Lisboa exactamente um mês depois.

No ano de 1906 ficou colocado no Serviço de Estado-Maior e a 20 de Setembro foi promovido ao posto de tenente-coronel. Em 11 de Outubro, uma vez mais, a sua experiência ultramarina é-lhe reconhecida ao ser escalado para a função de delegado técnico do ministro plenipotenciário representante de Portugal na Conferência Internacional de Bruxelas para revisão do regime de bebidas alcoólicas em África. Regressou deste encargo técnico-diplomático a 17 de Novembro. Entretanto, foi louvado, em Ordem do Exército, «pelo zelo e inteligência revelados na confecção dos trabalhos da Comissão, nomeada por Portaria de 14 de Dezembro de 1906, para definir o lugar em que devem ser inscritos os alferes regressados do ultramar, da qual era presidente»<sup>19</sup>.

A 27 de Março de 1908, outra vez a sua experiência ultramarina é utilizada quando foi nomeado chefe da delegação portuguesa na Conferência de Pretória — Convénio Luso-Britânico —, tendo regressado a Portugal em 14 de Abril de 1909, desembarcando, a 5 de Maio, em Lisboa. Esteve, contudo, retido no Ministério da Marinha e Ultramar até 6 de Junho de 1910.

Interessante ficar transcrita é a informação dada pelo ministro da Marinha e Ultramar, vice-almirante Augusto de Castilho<sup>20</sup>, sobre o fundamento da escolha de Garcia Rosado para o desempenho da missão anterior. Interessante, porque estabelece a ponte para a compreensão do comportamento futuro do comandante indigitado do CEP nas, também difíceis, negociações que em, em 1918, na capital inglesa, vai ter, como mais à frente se verá:

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Cf. General Luís Ferreira Martins, *Revista Militar*, n.º 9, Setembro de 1937, p. 619-620.

Este oficial foi por mim escolhido para ir ao Transval representando a Província de Moçambique, discutir e celebrar entre as duas colónias um convénio que tivesse duração fixa e que substituísse o *modus vivendi* de 1901, de carácter meramente provisório e que existia havia sete anos. As condições gerais da África do Sul tinham variado muito, falava-se em uma aproximação política das várias colónias britânicas; e era necessário, indispensável mesmo, que os interesses da nossa Província não ficassem esquecidos ou prejudicados.

O tenente-coronel Rosado, que até então não conhecia pessoalmente mas de quem tinha as melhores informações, correspondeu plenamente à minha expectativa e houve-se sempre em todas as fases dessas protraídas negociações que se prolongaram cerca de um ano e que nem sempre foram suaves, com grande inteligência e bom senso, notável patriotismo, infatigável zelo e inexcedível dignidade. Fico fazendo deste brilhante oficial o mais elevado conceito.

Colocado, de novo, no Serviço de Estado-Maior, veio a integrar a Comissão de aperfeiçoamento do mesmo Serviço. No entanto, por Decreto de 23 de Abril deste ano, foi-lhe concedida a honra de ocupar o cargo de ajudante de campo do jovem Rei D. Manuel II. Era o reconhecimento de todos os trabalhos desenvolvidos com grande competência<sup>21</sup>.

A proclamação da República, em Outubro de 1910, parece não ter afectado o percurso regular da carreira de Garcia Rosado. Também é certo que não escondeu a sua simpatia pelo regime monárquico, embora aceitasse a mudança política ocorrida.

No ano de 1911 passou a desempenhar o cargo de chefe da 4.<sup>a</sup> Repartição da 1.<sup>a</sup> Direcção do Estado-Maior do Exército e, em 19 de Julho, atingiu o posto de coronel, tendo ocupado a chefia do Estado-Maior da 3.<sup>a</sup> Divisão do Exército.

---

<sup>21</sup> À semelhança do que acontecera com D. Carlos, também D. Manuel II ofereceu a Garcia Rosado uma fotografia dedicada e autografada a qual pudemos ver, na moldura original, em casa da sua neta Sr.<sup>a</sup> D. Maria Emília.

Em 1913, comandou o Regimento de Infantaria 5, sediado em Lisboa, desde 14 de Maio até 8 de Agosto de 1914. Deve, a este propósito, realçar-se o facto de nos anos conturbados que se seguiram à proclamação da República serem frequentes as tentativas contra-revolucionárias levadas a cabo pelos monárquicos inconformados. Garcia Rosado era, sabia-o toda a gente, um monárquico por convicção que, todavia, aceitara jurar fidelidade à Pátria, ao Governo republicano e às novas instituições. Nem por um minuto passou pela cabeça de alguém enlamear-lhe a honra, arrastando-o para qualquer *complot* quando detinha a possibilidade de apoiar uma revolta monárquica com a força da unidade que comandava. É essa a diferença que fica para a História entre os homens cujo peso da palavra e da disciplina é inquestionável; estes não requerem sindicâncias para provar a sua lealdade... São naturalmente leais! De seguida foi-lhe atribuída a direcção da E.C.O. (Escola Central de Oficiais) enquanto era, também, instrutor do 3.º grau no mesmo estabelecimento. Como consequência do desempenho do cargo anterior recebeu um louvor, em Ordem do Exército (2.ª Série) onde se lhe destaca o «muito mérito, saber profissional, zelo e interesse (...), evidenciando, mais uma vez, as suas notáveis qualidades de comando e direcção superior»<sup>22</sup>. Convém recordar que a Escola Central de Oficiais era um novo estabelecimento de ensino e treino de graduados do Exército, recentemente criado pela República que confiou a primeira direcção a Garcia Rosado. Ser instrutor do 3.º grau correspondia a ter como alunos coronéis, missão difícil para quem possuía a mesma graduação. O louvor foi merecido pela correcção do desempenho, provando a competência sem exageros disciplinares nem recuo ou hesitações relativamente às convicções políticas mantidas. Garcia Rosado sabia, melhor que muitos seus contemporâneos, separar a postura individual e privada da profissional e devotada ao serviço da Pátria, mandasse quem mandasse.

Deixou de comandar o Regimento de Infantaria 5, ficando com a Direcção da E.C.O., no ano de 1915. É então que ascende à função de subchefe do Estado-Maior do Exército. Por Decreto de 18 de Março de 1916 é exonerado

---

<sup>22</sup> Proc.º Indv.

do cargo anterior para assumir interinamente o de Quartel-Mestre General do Exército.

Já no final do ano de 1917, depois da vitória do golpe militar conduzido por Sidónio Pais, a 19 de Dezembro, foi promovido a general e empossado no cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército. Atingira, o topo da carreira, pois que ministro da Guerra — a quem teria de submeter-se hierarquicamente — era um lugar político e não militar.

Desta nota biográfica — um pouco mais longa do que talvez fosse de desejar — ressaltam aspectos que temos de notoriamente identificar. Com efeito, Garcia Rosado tinha uma diversificada experiência de campanha nos territórios do ultramar, experiência governativa de territórios coloniais e experiência de trabalho diplomático, tudo isto a par de vastos conhecimentos de estudos de estado-maior. Este tipo de percurso era bem diferente do de um oficial que se limitara a comandar unidades militares de cavalaria. Pressente-se nele a habilidade para se conduzir em meios tipicamente militares ou em ambientes onde o sentido da negociação era fundamental. Teria de haver uma nítida diferença entre o modo de compreender a presença do CEP em França do general Abreu e Silva da do general Garcia Rosado. Para este último, certamente, o Objectivo Nacional definido pelos beligerantes nos anos de 1916 e 1917 não passava só pela disciplina e boa apresentação das tropas, nem só pelo cumprimento restrito das ordens tácticas dimanadas dos comandos britânicos, nem pelas intrigas geradas pela muita ou pouca vontade de estar na frente de combate, nem mesmo pela falta de efectivos. Para ele, certamente, o Objectivo Nacional passava, em primeiro lugar, pela efectiva representação militar de Portugal nas trincheiras de França; tudo o mais decorreria disso mesmo. A intriga que se gerou à volta de Abreu e Silva enquanto comandou o CEP seria difícil de surgir com Garcia Rosado no comando, exactamente por este ter sobre aquele uma larga experiência de estado-maior, de negociação e de superação de dificuldades organizativas. A intriga, de que tão amargamente se queixou Abreu e Silva nos escritos inéditos que constituem o seu espólio, deve-se, essencialmente, ao seu comportamento e à falta de argúcia de Norton de Matos para a escolha do general que deveria comandar o CEP.

Passemos, agora, a tentar perceber o que foi o comando do general Garcia Rosado e todos os encargos de que teve de se desvencilhar para conseguir prestigiar, da forma possível, o nome do Exército Português, em França.

## 2.2. A actividade em Inglaterra

Por Decreto de 10 de Julho de 1918, tornou-se público passar a ser Garcia Rosado o novo comandante do CEP.

Antes de prosseguirmos na análise dos antecedentes que estiveram na origem da nomeação do novo comandante, terá interesse transcrever as palavras do general Ferreira Martins — que tão de perto com ele veio a trabalhar em França e o conheceu com detalhes que hoje são difíceis de reconstruir — deixadas escritas no elogio fúnebre publicado na *Revista Militar*, em Setembro de 1937 (p. 622):

Garcia Rosado nunca foi um «intervencionista», quer dizer, nunca enfileirou ao lado daqueles seus compatriotas que, desde a eclosão da guerra, entenderam que Portugal deveria, além de enviar para África as suas tropas, em defesa das grandes colónias cobiçadas e ameaçadas, intervir também militarmente ao lado dos aliados nas frentes de batalha da Europa, onde devia decidir-se a sangrenta luta mundial. Mas desde que essa nossa cooperação militar foi decidida entre os Governos portugueses e britânico, o general antepôs às suas opiniões pessoais o seu devotado patriotismo (assim tivessem procedido todos os Portugueses!...) e, dentro da sua esfera de acção, pôs incondicionalmente o seu esforço ao serviço da beligerância ostensiva, de Portugal na Europa, que, na opinião do Governo da República, era a atitude que mais convinha aos próprios interesses do País. Mal pensava ele o papel preponderante que o Destino lhe reservava nessa cooperação militar!

Repare-se na subtilidade daquele que foi subchefe do estado-maior do CEP e que conheceu, quase na intimidade, o comandante com quem serviu:



Ferreira Martins não dá Garcia Rosado como um intervencionista, mas identifica temporalmente a data da aceitação do novo estatuto nacional: «desde que a nossa cooperação militar foi decidida entre os Governos portugueses e britânico», ou seja, muitos meses antes de Sidónio Pais ter dado o golpe que o alcançou à Presidência da República.

A nomeação do general Garcia Rosado para o comando do CEP foi, como já fizemos referência, uma forma de afastar Abreu e Silva, que mostrava excessivamente o seu desagrado pela orientação seguida em Lisboa. Contudo, como também já afirmámos, depois de Março de 1918, era preciso chegar a um entendimento com os Ingleses e Sidónio Pais terá esperado do recém-promovido general uma passividade que, em última análise, não existia. Terá, provavelmente, apoiado essa sua convicção no facto de ser publicamente conhecida a simpatia de Garcia Rosado pelo regime monárquico a quem o novo Presidente da República pretendia não desagradar visto estar exilado em Londres o ex-Rei D. Manuel II. Não terá levado em boa conta, no entanto, por um lado, o sentido de dever do novo comandante do CEP, nem, por outro, a alta noção de patriotismo do antigo monarca que aconselhava o empenhamento português na guerra como forma provável de evitar dissabores futuros a Portugal<sup>23</sup>.

Nos meses de Junho e Julho de 1918 o Governo português manifestava o desejo de proceder à substituição das forças militares que estavam em França por um contingente repousado, permitindo o regresso dos combatentes exaustos por mais de um ano de serviço de campanha. Não se tratava de reforçar o C.E.P., mas sim render os efectivos. O ministro plenipotenciário em exercício, Augusto de Vasconcelos — que substituíra Teixeira-Gomes —, dá a conhecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros uma *terrível* condição imposta pelo *War Office*: os novos expedicionários teriam de chegar a França já com toda a instrução de combate efectuada de forma a poderem entrar em operações imediatamente; o Comando britânico não queria estar a alimentar militares que não oferecessem imediatas possibilidades de se tornarem úteis.

---

<sup>23</sup> Sobre a posição do deposedo Rei D. Manuel II pode consultar-se, com vantagem, o nosso livro *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, p. 151-155.

Um tal condicionalismo era impossível de satisfazer na sequência da instabilidade que a mudança revolucionária de Governo havia provocado desde Dezembro de 1917. A prova deste facto estava na imagem de indisciplina colhida quer pelo Governo quer pelo Estado-Maior, em Londres, ao verificarem que os oficiais portugueses, idos de licença de campanha a Portugal, não regressavam aos seus postos em França<sup>24</sup>. De Lisboa, o Governo dava garantias a Augusto de Vasconcelos não só de mandar avançar oficiais para França como também de ter os soldados devidamente instruídos e prontos para embarque, desde que a Grã-Bretanha assegurasse o transporte marítimo. O ministro, na capital inglesa, transmitia as disposições peremptórias do *Foreign Office*: haveria todos os meses transportes para 4 a 5 mil homens, mas as tropas tinham de estar prontas para embarque ainda antes dos navios arribarem a Lisboa, porque, ao menor atraso, o Governo britânico desobrigava-se da combinação. Todas as dificuldades pareciam aplanadas. Contudo, a 15 de Julho de 1918, o ministro britânico em Lisboa faz saber, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que Mr. Balfour «em vista da dificuldade de chegar, por correspondência, a uma solução da questão do emprego das tropas portuguesas em França, [pretende que] se realize uma conferência para decidir este complexo assunto», sugerindo a nomeação de um delegado português para entendimento com um representante do Marechal de Campo *Sir Douglas Haig*<sup>25</sup>. Era claramente notória a influência, em Londres, de dois conjuntos de informações: os de Lisboa, com origem no general Barnardiston, chefe da Missão Militar Britânica, de quem nos ocupámos no capítulo anterior, e os de França, com origem em alguns comandos de Corpos de Exército com quem os Portugueses haviam colaborado e onde não tinham, provavelmente, deixado tão boa impressão quanto era esperado pelos Ingleses.

É neste contexto que o general Garcia Rosado em vez de seguir directamente para França é mandado para Londres. Assim, embarcou logo nesse mesmo dia 15 de Julho rumo a Paris onde chegou a 18. Faz-se acompanhar dos ajudantes de campo — capitães de Cavalaria Primo Sotto Maior e António de Carvalho Viegas — e os coronéis Sinel de Cordes — chefe

---

<sup>24</sup> General Luís Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol., p. 65-82.

<sup>25</sup> Idem, *op. cit.*, p. 67-68.

do Estado-Maior do CEP — e Ivens Ferraz — até então chefe da missão de ligação com o 1.º Exército Britânico. Na capital francesa esperavam-nos o subchefe do Estado-Maior do CEP, tenente-coronel Luís Ferreira Martins. Ia ser com esta equipa de excelentes oficiais que Garcia Rosado, na capital inglesa teria de mostrar toda a sua capacidade diplomática ao serviço do Exército e da manutenção da dignidade nacional nos campos de batalha.

Em Paris restava-lhe, de momento, cumprir as formalidades da praxe, apresentando cumprimentos às entidades oficiais. Foi o que aconteceu<sup>26</sup>. Destas visitas convirá destacar a que, no dia 27, fez ao general Foch, Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados. Deixou escritas para a posteridade, aquele brilhante oficial francês, as palavras que transcrevemos<sup>27</sup>, as quais nos ajudam a confirmar o perfil do, já então, comandante do CEP.

A 26 de Julho recebi uma visita particularmente interessante: a do General Rosado que vinha tomar o comando das forças portuguesas, em França. Insistiu ele, muito particularmente, sobre a grande impressão que tinha causado em Portugal a participação das tropas desta Nação na recente revista do 14 de Julho e insistiu por tal forma que eu vi bem que ele estava ao corrente das «hesitações» que se tinham produzido a esse respeito. Aproveitei o ensejo para levar directamente a conversa para o ataque alemão do mês de Abril na região de St. Venant. O General Rosado confirmou-me todas as informações que até então me tinham sido dadas. Fê-lo mesmo entrando numa quantidade de pormenores, de ordem material e psicológica, que eu ignorava completamente e felicitei-me novamente por ter defendido perante o Presidente, os nossos aliados portugueses. Tornei a ver depois o General Rosado. Pude apreciá-lo ainda mais e compreender que um belo soldado como ele, e ao mesmo tempo um perfeito homem honrado (*doublé d'un parfait bonnête homme*), nunca teria defendido uma tal causa se ele próprio não estivesse profundamente convencido<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Vd. Documento n.º 732 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 281.

<sup>27</sup> General Mordacq, *Le ministère Clemenceau*, tomo II, Paris: Plon, 1930, p. 143-144.

<sup>28</sup> Este texto consta em General Luís Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 68.

Que abismal diferença entre esta apreciação genérica e a que João Chagas<sup>29</sup>, cerca de um ano e meio antes, fez do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva<sup>30</sup>!

Convirá determo-nos um pouco fazendo a análise do que nos legou aquele que, em Agosto de 1918, foi elevado a Marechal de França.

Em primeiro lugar, Foch enganou-se na data da visita, o que não é relevante para o efeito; depois, deixa-nos a certeza de como Garcia Rosado estava ao corrente, ou desconfiava, das dúvidas que tinham havido no seio do Governo francês quanto à participação de uma unidade da infantaria portuguesa nas comemorações de 14 de Julho, em Paris, facto pelo qual o marechal se tinha batido; do anterior, sobressai o à-vontade com que o general português se expressava em francês — o que faz jus ao prémio recebido nos seus tempos de aluno do Colégio Militar —, porque só o bom domínio de uma língua estrangeira pode gerar subentendidos em um falante desse mesmo idioma; por fim, pela soma de pormenores fornecidos a Foch sobre a batalha de La Lys, adquire-se a certeza de que Garcia Rosado, em Lisboa, tinha acompanhado com cautela e atenção todo o conjunto de informações que lhe haviam chegado ao Estado-Maior do Exército e se apercebera completamente da situação que iria encontrar em França. Confirma-se que este era o general mais apto para comandar o CEP. Assim alcançasse êxito na sua deslocação a Londres. Para já, soubera desenvolver a acção diplomática que convinha e era inerente ao comandante do Corpo Expedicionário Português em terras estrangeiras.

A 28 de Julho deixou Garcia Rosado a capital francesa para se dirigir ao ponto de embarque para Londres. Para lá seguiu no outro dia<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> *Diário*, vol. II, p. 326-328.

<sup>30</sup> Em abono da verdade, João Chagas, embora não conhecendo Garcia Rosado, faz-lhe algumas referências no *Diário*. Diz assim: «Este general Garcia Rosado tem sido cozinhado à *tous les sauces* na imprensa francesa pelos agentes de publicidade que a República de Sidónio mantém actualmente cá fora. Procura-se deste modo dar a impressão de um Portugal beligerante e de uma actividade militar que não existe. Nunca a imprensa serviu de instrumento a tão odiosa mentira!» (vol. III, p. 232). Não se enganava o antigo ministro de Portugal em Paris quanto à publicidade de Sidónio Pais, mas errava redondamente quanto à posição de Garcia Rosado, como se verá.

<sup>31</sup> Vd. documento n.º 751 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 293.

Quais eram as instruções que o comandante do CEP levava do Governo de Sidónio Pais? Poderia negociar com os Comandos britânicos a certeza de que o CEP receberia um reforço de 3000 homens mensalmente ou um de 12 000, de uma só vez, com a condição de o Governo de Londres fornecer os transportes necessários. O embarque proceder-se-ia no mês imediato à assinatura do acordo. Sobre o emprego das tropas nacionais não havia recebido instruções concretas ou definitivas do Governo de Lisboa.

Depois dos cumprimentos a algumas entidades militares, incluindo o general *Lord* Milner com quem, alguns anos antes, tivera oportunidade de negociar na sua missão em Pretória, conferenciou a título informal com o general Lynden-Bell, *Director of Staff Duties*, com o intuito de preparar a reunião do dia seguinte (31 de Julho) com o delegado do Marechal *Sir* Douglas Haig. Neste encontro exploratório foi apresentada ao comandante do CEP uma *agenda* da prevista reunião. Este documento era, em quase tudo, contrário ao que já havia sido conversado e acordado entre Lisboa e Londres<sup>32</sup>. Mas a afronta mais inesperada consistia na entrega do comando das tropas portuguesas a oficiais britânicos, pois, do Alto Comando, em França, tinha chegado a informação de não merecerem os oficiais portugueses a confiança dos seus camaradas ingleses. Garcia Rosado recusou liminarmente discutir tal proposta, baseando toda a argumentação no facto de não ter poderes do seu Governo para a aceitar. Ainda afirmou mais: se a proposta viesse a ser feita no dia seguinte, não a discutiria, informaria Lisboa da situação e, nessa informação, daria um parecer pessoal completamente desfavorável à possibilidade de se prosseguir qualquer negociação naquela base<sup>33</sup>.

A conferência foi adiada, mas o general *Lord* Milner propôs-lhe uma entrevista à qual assistiu, também, o general Wilson. De novo se voltou ao assunto da véspera e, uma vez mais, o general Garcia Rosado argumentou contra, repetindo razões e apresentando outras novas. De tal forma foi

---

<sup>32</sup> Vd. documento n.º 753 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 294-295.

<sup>33</sup> Sobre a reorganização do CEP pode consultar-se, no AHM, o processo 1.ª Div. 35.ª Sec., Cx. 1294 onde se encontra a documentação que fundamenta o relato que fazemos de seguida.

convincente que *Lord Milner* se viu obrigado a colocar toda a questão em moldes diferentes. Assim, «o que se pretendia era que as forças portuguesas pudessem em breve estar em condições de ser empregadas utilmente, depois de instruídas por oficiais britânicos, desde que tais condições estivessem satisfeitas, inteiramente sob o comando de oficiais portugueses»<sup>34</sup>. A mudança de atitude não foi, contudo, gratuita. Realmente, *Lord Milner* não se esquivou, depois, a fazer apreciações pouco elogiosas à acção dos Portugueses na batalha de La Lys. Também esta insinuação Garcia Rosado não deixou passar em branco, refutando a injustiça, baseando-se em factos concretos que soube apresentar. E foi mais longe; insistiu na necessidade de cedência de transportes para repatriar as tropas estafadas do serviço nas trincheiras.

Ultrapassada a exigência britânica, sugeriu-se que o novo comandante do CEP apresentasse uma contra-proposta a qual foi entregue no *War Office* no dia 2 de Agosto<sup>35</sup>.

De tudo foi sendo posto ao corrente o Governo de Sidónio Pais quer pelo ministro Augusto de Vasconcelos quer pelo general Garcia Rosado. Todavia, como já se viu no capítulo anterior, Sidónio Pais dava largo crédito ao general Barnardiston<sup>36</sup> e respondeu-se para Londres que o comandante

---

<sup>34</sup> General Luís Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 70. Deve acrescentar-se que, muito provavelmente, Ferreira Martins terá assistido às entrevistas que relata, dadas as funções de subchefe do Estado-Maior do CEP, até então desempenhadas e, muito especialmente, porque era ele o único oficial do CEM que, naquela altura, acompanhara todo o processo da criação do Corpo Expedicionário desde o primeiro momento. Ele, melhor que ninguém, poderia fornecer a Garcia Rosado pormenores insuspeitos.

<sup>35</sup> Vd. documento n.º 754 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 296.

<sup>36</sup> Tal como já tivemos oportunidade de referir, ainda estão por encontrar completamente as razões justificativas da influência que o general britânico tinha junto das autoridades nacionais, em especial no período sidonista, mas, curiosamente, João Chagas, com uma perspicácia que a prática política aguçara, escreveu no seu *Diário* a seguinte passagem bastante esclarecedora quanto ao papel daquele oficial inglês: «O general Barnardiston ofereceu um almoço ao subsecretário da Guerra, coronel Amílcar Mota, aquele que há dias na Câmara fez o processo dos “responsáveis da guerra”. Pergunto a mim mesmo se isto é *franca cumplicidade* [sublinhado nosso], ou simplesmente estupidez. Os ingleses não passam por ser inteligentes.» (vol. III, p. 213). Acrescente-se que este almoço deve ter sido oferecido no começo de Agosto de 1918, porque a anotação de João Chagas é datada de 12 daquele mês. Os dados disponíveis conduzem-nos, mais uma vez, à conclusão de que Barnardiston esteve por trás de algumas das mais importantes decisões sobre o empenhamento militar em França durante o consulado de Sidónio Pais.

do CEP, uma vez que tinha tomado a iniciativa de apresentar propostas, não deveria comprometer o Governo sem que este se pronunciasse<sup>37</sup>.

De balde, tanto o ministro como o general tentaram explicar que não tinha havido qualquer tomada de iniciativa<sup>38</sup>, resultando a contra-proposta de uma atitude inaceitável quer por um militar quer por um Governo que tivesse em alta conta a sua dignidade<sup>39</sup>. Lisboa não quis escutar a voz da sensatez e da razão. Foi desta forma que o Governo, de modo abrupto, determinou ao Estado-Maior do Exército a travagem de todas as acções de mobilização e concentração de tropas para seguirem para França<sup>40</sup>. Entretanto,

---

<sup>37</sup> Vd. documento n.º 756 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 297. Aliás, não resistimos à tentação de transcrever o texto do ministro dos Negócios Estrangeiros, Egas Moniz: «(...)», com a orientação do Governo português, *que tem sido a de esperar as propostas do Governo inglês* [sublinhado nosso] para quando estejam de acordo com o nosso pensamento e interesses, e concordar com elas como até aqui se tem sempre feito. Visto o General Rosado ter tomado a iniciativa da proposta, peço a V. Exa. para recomendar que a não torne definitiva sem o Governo português ser informado do seu texto. (...)».

<sup>38</sup> Vd. documento n. 757 em *op. cit.* p. 297-298 o qual refere: «O General Rosado não tomou a iniciativa em relação a proposta alguma. O Governo britânico é que nos apresentou uma proposta contendo disposições de tal modo contrárias às instruções que ele e eu recebemos, que entendemos não as poderíamos aceitar em caso algum. Perante a afirmação do General Rosado e perante a minha atitude, que devo dizer que foi acolhida com simpatia no *Foreign Office*, o Governo inglês resolveu pedir ao General Rosado que apresentasse uma contraproposta, que se mantém dentro dos limites das convenções anteriormente aprovadas pelo Governo, e estabelece que todos os oficiais que venham de Portugal vão frequentar uma escola em Inglaterra, de modo a entre eles ser escolhido um instrutor para ulterior criação de uma escola portuguesa. O General Rosado, tendo visitado o Grupo de Artilharia pesada em instrução, ficou impressionado com o resultado obtido e pensa propor, como último meio de conciliação, que os contingentes que venham de Portugal passem primeiro pelo campo de instrução em Inglaterra durante um mês; na questão do transporte de tropas, tenho a promessa que conto fazer efectivar, mas todas as decisões relativas a transporte dependerão muito da resposta que nós dermos às propostas inglesas sobre o assunto. Se nós aceitarmos a proposta inglesa e desistirmos das insustentáveis reclamações que temos inabilmente feito, obteremos todas as facilidades para os nossos transportes e para a repatriação de tropas. Se não fizermos caso das propostas que constam do meu ofício n.º 58, Série B, se as rejeitarmos, teremos todas as dificuldades porque o Ministério da Navegação é autónomo e soberano em todos esses assuntos, curvando-se perante ele até o Estado-Maior. (...)».

<sup>39</sup> Vd. documento n.º 756 em *op. cit.* p. 297.

<sup>40</sup> O general Ferreira Martins, quando escreveu a obra abundantemente mencionada, a qual constitui o melhor repositório de informação útil sobre este compasso de espera em resultado das negociações político-militares em Londres, com grande cautela, que o tempo justificava — vivia-se o começo da ditadura institucionalmente definida pelo Estado Novo e ainda só haviam decorrido 17 anos sobre os acontecimentos relatados —, deixa no ar a ponta de um véu a que várias vezes nos temos referido em outros escritos: qual o papel político do *War Office* na queda do Governo Afonso Costa, em Dezembro de 1917 — Governo claramente incómodo

em Londres aguardava-se que o *War Office* apresentasse uma nova proposta de emprego das tropas portuguesas; disso foi dado conhecimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e logo de Lisboa seguiram instruções bem claras<sup>41</sup> em telegrama do secretário de estado dos Negócios Estrangeiros que, por ter especial importância, transcrevemos na íntegra: «Em referência ao telegrama de V. Ex.<sup>a</sup> n.º 209 rogo a V. Ex.<sup>a</sup> e ao General Rosado para não recusar de pronto a nova proposta que aguardam do *War Office* sem consulta feita ao Governo da República. Afirmada como está a nossa maneira de ver, é forçoso reconhecer que as propostas vindas do *War Office*, se hão-de basear em razões que se lhe afigurem ponderosas. Por mais inaceitáveis que sejam, é necessário afastar a suposição de não haver propósito menos leal ou deprimente para nós. A ideia de interferência de oficiais britânicos com certa acção executiva em campanha aparece por parte do Governo inglês já em Setembro de 1917<sup>42</sup>, invocando o precedente de oficiais ingleses terem servido no exército português na guerra peninsular, isto na própria ocasião em que o Governo democrático pretendia aumentar a nossa participação a todo o custo<sup>43</sup>. É fácil perceber o mesmo pensamento na correspondência relativa à proposta de Janeiro de 1918 para organização de duas divisões, uma de combate e a outra de treino. O Comando inglês não pode querer deprimir-nos no campo de batalha quando por todas as outras formas o Rei de Inglaterra, como agora aconteceu na frente de batalha, e o seu Governo enaltecem publicamente a nossa situação. Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> ter sempre presente que o nosso objectivo é prestar, na medida e formas possíveis, todo o auxílio que a nossa aliada pedir mas não solicitar ou pretender impor cooperação que nos traga maiores sacrifícios»<sup>44</sup>.

---

no plano militar e político para Londres — e a ascensão de Sidónio Pais às cadeiras do Poder, impondo uma ditadura favorável às exigências militares de Londres e não de todo desagradável a alguns sectores do *Foreign Office*? Veja-se, do general Ferreira Martins *op. cit.*, p. 71.

<sup>41</sup> Vd. documento n.º 763 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 303.

<sup>42</sup> Veja-se o que sobre este assunto escrevemos no capítulo anterior.

<sup>43</sup> Donde se infere que, nesta altura, se pretendia reduzir a nossa participação a todo o custo.

<sup>44</sup> Nesta frase final, está condensada toda a política de submissão herdada de antes do ultimato e continuada pelos sectores mais conservadores da 1.<sup>a</sup> República.



Era o objectivo exactamente oposto ao prosseguido pelo Governo Afonso Costa, em 1916, quando havíamos conseguido a beligerância<sup>45</sup>. Augusto de Vasconcelos, em consonância com Garcia Rosado, expôs ao Governo os perigos de todos os tipos apresentados por uma transigência que, até, seria mal aceite pelo Executivo britânico. Aliás, quer o ministro plenipotenciário quer o comandante do CEP eram de opinião que as exigências pouco abonatórias para Portugal partiam do Alto Comando britânico em França, desconhecendo, claro, a influência do general Barnardiston sobre *Sir Douglas Haig*.

A 19 de Agosto foi comunicado para Lisboa, tanto pela via diplomática<sup>46</sup> como pela militar, a cedência do Governo inglês às razões defendidas por Garcia Rosado; em traços largos, Londres tinha aceite voltar à postura adoptada em Janeiro de 1918, quando havia tido conversações com Sidónio Pais através do general Barnardiston. Em suma, Portugal continuaria a ter o total comando das suas forças, empenhando uma Divisão na frente, integrada num Corpo de Exército britânico. Era, agora, necessário que o Governo português concordasse. Para reforçar a vitória diplomática e obrigar o Ministério dos Negócios Estrangeiros a uma resposta, Augusto de Vasconcelos, a 23 de Agosto, terminava um telegrama para Lisboa com as seguintes palavras: «Recebi do *Foreign Office* muitas felicitações pelo êxito nossas difíceis negociações, devendo dizer que sempre ali me prestaram mais decidido apoio»<sup>47</sup>. Convém, no entanto deixar transcrito o telegrama de 19 de Agosto, de Augusto de Vasconcelos, ministro em Londres, que é bem esclarecedor da tensão e do renhido combate que ele e o general Garcia Rosado tiveram de travar na capital inglesa para fazer prevalecer pontos de vista de um grande patriotismo que em Lisboa, se calhar, não foi devidamente apreciado:

---

<sup>45</sup> Vd. do autor, *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, em especial as conclusões explicativas e sintéticas da estratégia desenvolvida, p. 304-312.

<sup>46</sup> Vd. documentos n.ºs 765 e 766 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 305-306.

<sup>47</sup> Luís Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 73.

Escuso de assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que no cumprimento do dever dos funcionários e da lealdade para com o Governo respeitarei as instruções enviadas e a mesma lealdade me obriga porém a expor a V. Ex.<sup>a</sup> o inconveniente que julgo gravíssimo de quaisquer transigências na admissão de oficiais britânicos, com funções de comando, no nosso exército. Creio que será indispensável publicar diplomas especiais permitindo a intervenção de oficiais estrangeiros no comando de tropas portuguesas; sei que o Corpo Expedicionário receberá tal notícia com o mais profundo desagrado, sendo inevitável haver conflitos violentos<sup>48</sup> que terão como resultado político transformar o nosso auxílio à Inglaterra numa fonte permanente de dificuldades de mais complicada solução. Será de extrema delicadeza dada as diferenças das nossas leis e dos costumes que regulam as relações entre oficiais britânicos e portugueses e de uns e outros com as praças, sendo provavelmente necessário modificar o código de justiça militar e os regulamentos disciplinares não só para inserir nestes, castigos e propostas do Governo inglês, mas também definir as competências dos oficiais ingleses em relação às tropas e da competência no comando do CEP em relação a estes oficiais, sobretudo em caso de reclamação<sup>49</sup>. Além disso julgo que semelhante transigência só nos poderá ser politicamente desvantajosa. O *Foreign Office* está absolutamente ao nosso lado o que posso garantir a V. Ex.<sup>a</sup>. No *War Office* tenho as melhores razões para crer que o Ministro da Guerra, com quem ainda ontem conversei largamente num jantar, nos é também favorável supondo também que não nos é hostil o General Wilson, chefe do Estado-Maior. Contra nós está apenas uma personagem do alto comando em França que falta [ *julgamos tratar-se de uma «gralha», devendo substituir-se por fala*] em nome do Comandante em Chefe. Creio que se nos mantivermos firmes na nossa posição, tão solidamente estabelecida, conseguiremos vencer as negociações e disso tenho favorável informação

---

<sup>48</sup> Aqui, certamente, esta afirmação assenta em dados fornecidos ou pelo coronel Ivens Ferraz, oficial de ligação ao Exército britânico, em França, desde o início da instalação do CEP ou pelo tenente-coronel Luís Ferreira Martins, subchefe do Estado-Maior do CEP.

<sup>49</sup> Nota-se uma mais do que evidente influência dos oficiais portugueses, então presentes em Londres, recordando aspectos que não deveriam ser do conhecimento vulgar do ministro plenipotenciário.

particular. A menor franqueza [ *julgamos que deve ler-se fraqueza*] que se verifique em Lisboa ou em Londres, produzirá porém o fracasso irremediável. Segunda ou terça-feira eu e o General Rosado devemos ter uma conferência com Lord Milner e o General Wilson, que deve ser da maior importância para a solução e darei conta imediata a V. Ex.<sup>a</sup>. Na pior das hipóteses, se o Governo inglês adoptasse o projecto do alto comando em força, o que nunca fez, o General Rosado retiraria para França e tentaria obter directamente do General Haig aquilo que aqui não se poderá obter<sup>50</sup>. Posso garantir absolutamente a V. Ex.<sup>a</sup> que o Governo inglês não vê com hostilidade a nossa atitude que julga digna e correcta. Para o que não quer dizer que não se procurem arredar, sobretudo por intermédio do General Barnardiston<sup>51</sup>, as dificuldades que lhe cria as divergências entre as propostas do alto comando e as que nós lhe opomos da aceitação da proposta inglesa, o que traria ao nosso Governo incalculáveis dificuldades de política interna pela exploração que em torno dela se faria, apoiado na oposição que o CEP lhe moveria. E por isso, cumprindo estritamente as ordens de V. Ex.<sup>a</sup>, a quem submeterei imediatamente qualquer nova proposta que aqui nos seja feita, respeitosamente emito a minha opinião que devemos manter com a maior firmeza a atitude que assumimos. Essa atitude não comporta qualquer agravo ao Governo inglês e ao Exército inglês, nem aumentará por qualquer forma os nossos sacrifícios, ponto essencial que nunca se deve perder de vista. O General Rosado a quem li este telegrama, concorda com tudo que nele vai afirmado.

Por estranho que pareça, a 25, o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu, hesitando na aceitação das condições tão dificilmente alcançadas por Garcia Rosado e Augusto de Vasconcelos. Era a política portuguesa no seu pior! Duvidava-se da necessidade de manter o esforço de guerra na

---

<sup>50</sup> Uma vez mais se destaca a coragem, a frieza e a capacidade diplomática do general Garcia Rosado que não temia enfrentar as dificuldades no local onde elas se lhe apresentavam, não se vergando a uma subserviência inadequada ao seu posto e à sua função.

<sup>51</sup> De novo surge esta personagem militar como elemento influente junto do alto comando, facto que é sempre de enfatizar pelo papel que poderá ter tido nos acontecimentos de política interna portuguesa.

Flandres, contrapondo que o país estava a auxiliar, por um lado, a Grã-Bretanha, em África, fornecendo-lhe tropas indígenas e carregadores, e, por outro, a França, conseguindo recrutar milhares de trabalhadores para suprirem a falta de mão-de-obra masculina dizimada pela guerra<sup>52</sup>. Na sequência, tanto o ministro português em Londres como o indigitado comandante do CEP, fizeram chegar aos respectivos ministérios mensagens solicitando a definitiva definição do Governo de Lisboa, recordando os inconvenientes do incumprimento da missão militar em que Portugal se havia empenhado. Garcia Rosado ia mais além: recordava que naquela data já só restavam em França 26 800 homens, número muito distante do Corpo de Exército de um ano antes. Em face da situação, pedia urgência na resposta.

A 23 de Agosto, uma vez que já só podia ser em França resolvido todo o problema que o levava a Londres, deixou a capital britânica rumo ao teatro de operações. Na véspera Garcia Rosado havia sido convidado pelo rei de Inglaterra para o palácio de Windsor onde teve uma longa conversa com o monarca. Este fez algumas críticas — as que eram frequentes em Londres naquela altura — quanto ao comportamento dos soldados e dos oficiais portugueses na frente de combate. O novo comandante do CEP procurou desfazer essa má impressão no que foi auxiliado por *Lord* Milner e pelo Chefe do Estado-Maior, general Wilson. Depois o rei apresentou-o à rainha e ficou convidado para jantar. Não lhe poderia ter sido concedida maior honra, ainda antes de provar o seu valor como condutor de homens na nova forma de fazer a guerra. De tudo deu conta ao ministro plenipotenciário português, Augusto de Vasconcelos<sup>53</sup>.

O general partiu para França ainda sem uma decisão do Governo de Lisboa e assumiu o comando do CEP no dia 24 de Agosto de 1918<sup>54</sup>. E porque não tomou o Governo qualquer decisão? Pelo simples facto de continuar a insistir que só seriam de aceitar as imposições britânicas e os

---

<sup>52</sup> Vd. documento n.º 775 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 311-312.

<sup>53</sup> Vd. documento n.º 773 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 310.

<sup>54</sup> Vd. documento n.º 772 em *op. cit.* p. 310.

pedidos ingleses; Portugal teria de ser um agente passivo, porque *activo* já o era em África, cedendo carregadores para o Exército britânico, já o era cedendo trabalhadores para França e para Inglaterra. Era esta a política de guerra de Sidónio Pais<sup>55</sup>!

A tal atitude inqualificável em termos de objectivos e interesses nacionais respondia Augusto de Vasconcelos, ministro em Londres, dando lições de política a quem dela não fazia a mínima ideia. Disse o representante português para Lisboa: «Em todas estas negociações tem que se distinguir entre a opinião do Governo inglês e a do Estado-Maior britânico. O Governo inglês, por motivo de ordem moral e política, deseja a nossa colaboração na guerra, embora não nos force a fazê-la. O Estado-Maior, como essa colaboração não é muito valiosa, preferia dispensá-la. Pelo que tenho estudado e pela opinião concedida e com a maior imparcialidade, adquiri a certeza de que a retirada das nossas tropas, se tivesse que ser realizada por qualquer motivo de ordem interna ou externa, seria uma verdadeira catástrofe para a nossa situação em Inglaterra. Além de deixarmos o nosso exército na mais desgraçada posição perante os seus camaradas de todo o mundo, porquanto a retirada se atribuiria à incapacidade dos oficiais. O Governo inglês, *quaisquer que sejam outros serviços que lhe prestemos, nunca nos perdoaria termos deixado de cumprir até ao fim, o que é aqui considerado como um dever de honra* [sublinhado nosso]. Foi por isso que a nossa atitude em toda esta questão foi muito bem acolhida no *Foreign Office*, contrariando apenas o elemento do Alto Comando, sob a influência do General Haig, o qual nem sequer soube ocultar o seu despeito». E mais à frente, para que não restem dúvidas e fique historicamente bem claro o papel pernicioso do chefe da Missão Militar britânica, afirma: «Preciso prevenir que o General Barnardiston representa aí a corrente do Alto Comando, está nas mais íntimas relações com o General Haig, e não exprimirá portanto muitas vezes a opinião do Governo inglês, que é diversa»<sup>56</sup>.

Será necessário mais clareza do que esta para se perceber que o Governo Sidónio Pais e, quiçá, o golpe militar que conduziu em Lisboa tinha a simpatia do Alto Comando militar britânico e não possuía a simpatia directa

---

<sup>55</sup> Vd. documento n.º 775 em *op. cit.* p. 311-312.

<sup>56</sup> Vd. documento n.º 776 em *op. cit.* p. 313-314.

do Governo inglês? Será preciso mais para se perceber que as divergências políticas internas da Inglaterra extravasaram para Portugal e que Sidónio Pais foi um joguete nas mãos do Alto Comando militar britânico e que a verdadeira derrocada do CEP se ficou a dever essencialmente à má vontade do general Haig do que ao ataque germânico no dia 9 de Abril de 1918? Foram estes aspectos que escaparam sempre aos historiadores do sidonismo; foi este desentendimento entre britânicos e a posição servil do Governo Sidónio Pais face a um major-general chefe de uma simples Missão Militar inglesa que, até hoje, tem vivido na neblina e, até, na sombra que encobre a verdade histórica.

Porque quem, afinal, movimentava todos os cordelinhos dos desentendimentos entre militares Portugueses e Britânicos era o general Haig, em Londres, Garcia Rosado nada mais poderia resolver do que tudo o que já conseguira, por isso marchou para França a fim de chegar ao entendimento possível com o comandante-chefe dos Exércitos Britânicos. Lisboa só em 31 de Agosto de 1918 confirmava o acordo a que o comandante do CEP chegara em Londres e, mesmo assim, não deixava de colocar uma subtil ressalva que se transcreve: «(...) o Governo da República, inspirado sempre no propósito que anima a Nação portuguesa de prestar lealmente a sua colaboração *pela forma que os seus aliados entendam necessária e útil*, [sublinhado nosso], aceita, *em princípio*, [sublinhado nosso] aquelas propostas para a reorganização do Corpo Expedicionário Português. O Governo da República aguarda informação do General Garcia Rosado sobre os pormenores que ajustar com o Field Marshal Sir Douglas Haig *cujo conbecimento se afigura elemento essencial da execução daquele plano* [sublinhado nosso]»<sup>57</sup>.

### 3. O general Garcia Rosado em França

Na consciência adquirida da empresa herdada — um conjunto de unidades militares desmoralizadas, à beira da indisciplina, afastadas da sua acção fundamental, prontas a não cumprirem o mínimo empenhamento que,

---

<sup>57</sup> Vd. documento n.º 784 em *op. cit.* p. 319-320.

directamente, envolvesse risco de vida — o general Garcia Rosado mandou publicar na Ordem de Serviço do CEP, do dia 25 de Agosto, o seguinte artigo: «Tendo-se ontem apresentado e assumido hoje o Comando do CEP, S. Ex.<sup>a</sup> o General Garcia Rosado entende do seu dever notar, de maneira muito expressa, aos oficiais e praças que todos os seus actos são postos em confronto com os dos oficiais e praças dos Exércitos Aliados, esperando, portanto, que todos se empenhem cuidadosamente, pela sua conduta em quaisquer circunstâncias, em honrar o nome português»<sup>58</sup>.

Tratava-se do primeiro pilar de uma postura que tinha de ser alterada e da qual o novo comandante dava sinais de não querer abdicar. Se o fizesse, baldados tinham sido todos os seus esforços em Londres. E os frutos começaram a surgir, em Setembro desse ano de 1918, sob a forma de propostas do marechal *Sir* Douglas Haig. Preconizava o Alto Comando britânico a criação imediata de uma Divisão para entrar logo em linhas, integrada num Corpo de Exército inglês, ficando-lhe entregue a defesa de um sector. Entretanto, com os reforços idos de Portugal, formar-se-ia outra Divisão que renderia a anterior, permitindo-lhe um repouso conveniente. Mas faltava a aprovação do Ministério da Guerra. Mais ainda, era necessário que regressassem de Portugal vinte e dois oficiais instrutores que para lá tinham ido e não haviam voltado; faziam falta para possibilitar a preparação das tropas que chegassem de Lisboa. Este pedido foi feito a 26 de Setembro e, de todos, só se apresentou na Flandres um único oficial e, para maior espanto, depois de assinado o armistício, a 19 de Novembro<sup>59</sup>.

O Governo de Sidónio Pais deu resposta ao *Foreign Office*, quanto à concordância com o que se havia conseguido em Londres entre o general Garcia Rosado e o *War Office*, somente no dia 28 de Setembro<sup>60</sup>, ou seja, mais de um mês depois de tudo ter sido concertado pelas autoridades militares apoiadas nos bons ofícios de Augusto de Vasconcelos. Eram as delongas que tanto incomodavam a ponderada mas eficiente fleuma inglesa.

---

<sup>58</sup> Luís Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 74.

<sup>59</sup> *Idem*, *op. cit.*, p. 76.

<sup>60</sup> Vd. documento n.º 789 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 323-324.

Eram, contudo, delongas que pretendiam inverter a situação, dando a sensação de que a culpa de não haver uma imediata substituição dos efectivos militares em França resultava da falta de vontade inglesa em ceder os meios de transporte para as tropas marcharem ao seu destino. E sabemos que isso era uma forma de fazer parecer uma coisa que, de facto não era, pois, fácil se tornava proclamar nas chancelarias a vontade de enviar para França milhares de homens quando se sabia ser impossível, nessa altura, a Grã-Bretanha dispor de meios de transporte. Artimanhas de uma diplomacia desacreditada.

Aliás, a própria nomeação de Garcia Rosado para as funções de comandante do CEP e o embuste que lhe estava subjacente, é assim contada por João Chagas:

Encontrei ontem [15 de Novembro de 1918] na rua Laffayette, o major V. G. [julgamos que se trata de Vitorino Godinho, que foi chefe do estado-maior da 2.<sup>a</sup> Divisão, em 9 de Abril de 1918, e Pai do Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho]. Tem os dois cunhados presos em Lisboa e ele mesmo está impedido de ali ir, porque democrático. (...). Então refere este facto que me confrange: Quando o general Garcia Rosado foi a Londres tratar da reorganização do Corpo Expedicionário, as autoridades militares declararam-lhe estar prontas a trazer para França novos soldados portugueses, com a condição porém, de que o comando, até o comando dos batalhões, fosse confiado a oficiais ingleses. — Quem lhe disse isso, inquiri eu. — Foi o general Garcia Rosado! respondeu-me. E como lhe perguntasse se alguma vez tinha estado no propósito de Sidónio Pais reorganizar o Corpo Expedicionário, replicou-me que Sidónio impingira esse *conto do vigário* ao general Garcia Rosado. Segundo ele, V. G., aquilo em Portugal é insustentável e acrescenta molemente: — Não sei mesmo se a esta hora já terá acabado!<sup>61</sup>

Embora cronologicamente fora de ordem, podemos ver que o novo comandante do CEP foi *apanhado* não para resolver uma situação de forma

---

<sup>61</sup> *Diário*, vol. IV, p. 372-373.



lógica e correcta, mas, pelo contrário, segundo um processo que, afinal, ia ao arrepio da sua maneira de ser e de proceder. Mas a situação, como de seguida veremos, era, em França, complexa.

Como já antes largamente referimos, mesmo depois de Garcia Rosado ter assumido o comando do CEP, os oficiais que obtinham a necessária licença para se ausentarem da Flandres, para repousarem em Portugal, continuavam a conseguir retardar o seu regresso à frente. Isso desesperava tanto os soldados, seus subordinados, como até o comandante do CEP, que não se eximiu a increpar o Estado-Maior do Exército pela pouca ou nenhuma atenção que dava à falta que eles faziam para enquadrar a tropa dependente da sua superior responsabilidade.

Em Portugal, nos meses de Agosto e Setembro, houve, como já dissemos antes, uma epidemia de tifo e esse constituiu o elemento mais conveniente para se retardar o embarque de reforços para a frente de batalha — a coincidência foi total entre Portugueses e Ingleses: uns, porque tinham encontrado um excelente motivo para retardar o que desejavam não se concretizasse; outros, porque temendo as consequências de uma doença infecto-contagiosa, impunham regras de quarentena favoráveis ao desejo retardatário<sup>62</sup>. A sorte não estava a bafejar, nesse momento, a acção de comando do general Garcia Rosado.

Para, de forma digna, honrar os acordos militares, tão dificilmente conseguidos em Londres, alguma coisa havia de ser feita; alguma resolução teria de ser *inventada*.

Face às delongas do Ministério da Guerra e do Governo em geral, na mente de Garcia Rosado começou a delinear-se o único plano possível: contar com as desfalcadas tropas ainda presentes na Flandres e com elas organizar a Divisão a que se havia comprometido. Julgamos que este terá sido o conselho do seu estado-maior, em especial do de Ferreira Martins, que conhecia todo o processo desde o início.

---

<sup>62</sup> E uma vez mais, o general Luís Ferreira Martins, com a cautela que a situação impunha, mas com o rigor determinado pelo amor à verdade, realçou na obra que vimos citando, o papel ainda pouco esclarecido do general Barnardiston, o qual exagerava o perigo de contágio através de informações «de manifesta influência no espírito do Marechal Sir Douglas Haig» (p. 78).

Tratava-se de uma atitude de desespero e declaradamente arriscada devido ao abaixamento moral das tropas, à falta de treino no serviço de trincheiras — como resultado de uma já grande ausência de contacto directo com o inimigo (tinham passado cinco meses desde a batalha de La Lys) — e à quase completa desmotivação dos oficiais ainda presentes<sup>63</sup>. Contudo, um pequeno episódio havia ocorrido e um bom condutor de homens sabe sempre detectar os elementos favoráveis à execução dos seus planos e, por outro lado, tirar partido das mais ínfimas manifestações de boa vontade que o rodeiam.

Para podermos compreender em toda a amplitude como esse *pequeno nada* foi bem explorado por Garcia Rosado o melhor é dar a palavra a quem o conheceu de perto e com ele privou. Vai ser longa a transcrição, viva, calorosa, própria de alguém que pretendia manter-se equidistante dos envolvimento políticos para ser somente militar, alguém cuja avaliação dos grandes acontecimentos peca por deformações ditadas pela análise de quem esgrime incapaz de relacionar o florete com o braço de quem o empunha. Referimo-nos ao major Ferreira do Amaral<sup>64</sup>. Deixemo-lo falar.

O general Garcia Rosado, que é um temperamento calmo, frio, de gestos e palavras medidas, começava a *respirar* um pouco melhor por ver que ia desaparecendo a perspectiva anterior, de desânimo e de revolta.

Esse nosso general teve em França várias missões, e uma delas foi receber todo o ar *viciado* do CEP durante um ano de campanha. Outra

---

<sup>63</sup> No dizer do, então, major Ferreira do Amaral, Garcia Rosado «caiu em cima das tropas portuguesas na Flandres como quem tropeça num cadáver abatido pelo desespero e deixado ao abandono.» (*op. cit.*, p. 419).

<sup>64</sup> O tenente-coronel Ferreira do Amaral foi figura venerada pela Polícia de Segurança Pública em consequência da sua acção moralizadora e disciplinadora naquela corporação enquanto a comandou. Para esse cargo foi nomeado, ainda durante a vigência da 1.<sup>a</sup> República, em 1923, pelo general Sá Cardoso, ministro do Interior, e por lá ficou após o 28 de Maio de 1926. Durante um funeral, já vivendo o país a Ditadura, Ferreira do Amaral encontrou pela primeira vez Sá Cardoso, depois da queda da Democracia, e foi falar-lhe, dizendo: — Meu general, ouvi dizer que V. Exa. não estendia a mão àqueles que servem a Situação, mas apesar disso resolvi vir cumprimentá-lo — inalterável, Sá Cardoso respondeu — Está V. Exa. enganado, estendo a mão a todos os que servem a Situação, só não a estendo aos que vindo da época anterior se passaram para a Situação. (Sá Cardoso, *Memórias duma época e apontamentos políticos*, Lisboa, ed. aut., 1973, p. 59). Eram desta têmpera os «velhos» republicanos e o inconsequente Ferreira do Amaral.

missão foi sofrer os efeitos de uma atmosfera, *ainda mais viciada*, que havia em Portugal.

A impassibilidade aparente é uma das suas grandes armas.

A acção serena e medida é outra sua grande arma.

São, pois, suas características a ponderação, a acção continua, a persistência que não afrouxa, mas que não se excede; não adopta, por sistema, a acção espectacular; não vai à última das violências sem percorrer toda a gama dos meios repressivos; e, no entanto, apesar de todos estes predicados, ao ver-se entalado entre as terríveis exigências do Alto Comando Militar em Inglaterra e a política dezembrista e o estado moral dos restos do CEP, este homem de aparência exterior fria, onde só brilham, de vez em quando, por detrás dos óculos, duas pupilas de olhar penetrante, esta criatura, que vai buscar a um temperamento inteligentemente educado o maior apoio para o seu valor profissional, que é aceite como o melhor no nosso meio militar, essa outra vítima da Guerra Europeia, uma hora, pelo menos trepidou e perdeu a confiança em si!

Foi em Vimereux, uma manhã, no seu boletó<sup>65</sup>, onde me ordenara que me apresentasse.

Foi aí que eu vi que estava diante de um espírito que, embora não tivesse perdido a esperança, estava naquele momento esmagado pelo infortúnio, que lhe ia levantando barreiras sucessivas, à medida que ele ia destruindo as que precisava remover, para salvar a honra de Portugal, conduzida de uma maneira tão desastrada até aos pântanos da Flandres.

Este homem frio, sereno e de aspecto impassível, perdeu as suas aparências de automatismo mental para se mostrar como *era por dentro*!

Afinal, *por dentro* era como são todos os Portugueses!

No decorrer de uma troca de impressões, que durou uma hora e que versou apenas sobre matéria de serviço, o general Garcia Rosado deita abaixo a máscara e, em gesto sacudido e arrebatado, diz quase gritando, e interrompendo-me abruptamente quando eu dizia:

---

<sup>65</sup> Alojamento de um militar em casa de um particular.

— Porque V. Exa., meu general, veio a França... (em mau momento, ia eu dizer).

— Eu vim à França... para ficar enterrado em lama até às orelhas!...  
Garanto a exactidão desta frase.

Acrescentou depois que se convencera de que a última fase da sua carreira militar era uma série de vexames sem fim.

(...).

Palpiti o abismo terrível que esse homem brioso tinha diante de si.

Ele contemplava-o com um certo sangue-frio aparente e forçado, mas naquele minuto quase o viu pôr a mão nos olhos e deixar-se cair nele.

Calei-me.

Alguns segundos depois, via outra vez o mesmo homem frio, o mesmo general para quem a correcção no trato e no aprumo militar eram o habitual aspecto exterior.

Depois das horas terríveis que devia ter passado o general Gomes da Costa na batalha do Lys, foi de todos os nossos generais o general Garcia Rosado aquele que mais sofreu durante dias, semanas e até meses seguidos.

(...).

Estou convencido de que o general Garcia Rosado foi quem, pela sua competência especial e pela sua mentalidade, também especial, salvou a situação, que era fatalmente desastrosa, com outro temperamento e outro espírito menos preparado para todas as situações, que dia a dia iam apresentando a atitude dos Ingleses, o desespero dos Portugueses e o silêncio cobarde do «Dezembrismo».

Tem-se falado e escrito pouco sobre esse período das nossas tropas em França.

A provável e futura dependência em que eu estou do general Garcia Rosado inibe-me de ser mais extenso sobre essa nossa figura militar, pois parecia lisonja, e eu tenho por esse português uma consideração muito especial, para, sequer, parecer que desço a manejar a lisonja vulgar e amável de um subordinado para com um superior, aliás correctíssimo no trato.»<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 419-422.

Sem perdermos de vista o *pequeno nada* atrás referido, mas, também, preocupados com o desejo de traçar o perfil e captar a acção desenvolvida, do novo comandante do CEP, arriscamos mais uma transcrição que ajuda aos nossos objectivos.

O general Garcia Rosado, (...), recentemente chegado, com boas intenções, procurava valorizar o que restava do corpo expedicionário.

Aproximou-se dos elementos que haviam feito propaganda da nossa intervenção — dos que tinham juntado às palavras os actos — e nesse intuito, chamava a conferenciar com ele, além do capitão Augusto Casimiro, o major Ferreira do Amaral, prestigioso comandante do 15<sup>67</sup>, bem como o major Helder Ribeiro que, num belo gesto, deixara voluntariamente os serviços do estado-maior e o conforto dos quartéis-generais para ir comandar o Batalhão de Infantaria 23 — dentro em pouco uma unidade modelar e de elevado moral, graças à sua cabeça e dum grupo de briosos oficiais.

Apesar do êxodo provocado em Maio e Junho pelas juntas de inspecção, as nossas tropas contavam ainda algumas dezenas de milhares de homens e começavam a ser de novo consideradas como uma força apreciável com a qual os Aliados podiam contar.

A nossa artilharia, com um moral admirável, continuava sempre nas linhas cooperando com as tropas inglesas — dando-se o mesmo com algumas unidades de engenharia.<sup>68</sup>

Como garantido, temos que o general Garcia Rosado era um homem ponderado, calmo, provavelmente, mesmo até frio e cauteloso nos seus cálculos, afável, educado, capaz de perceber o valor dos seus colaboradores e de aproveitar o melhor que deles podia retirar, sendo supostamente um dos mais competentes generais portugueses daquela época. Sabemos, também, que tinha plena consciência do atoleiro — abundantemente descrito pelos autores que transcrevemos — onde o Governo de Sidónio Pais o havia colocado e do método que tinha de utilizar para inverter a situação.

---

<sup>67</sup> Entenda-se do Batalhão de Infantaria 15.

<sup>68</sup> Costa Dias, *op. cit.*, p. 268-269.

Contudo, é provável que, nos primeiros tempos, andasse a tentar encontrar o pretexto — o tal *pequeno nada* — para conseguir a dinamização que se impunha.

É curioso verificar como, sendo concordantes os testemunhos coevos em linhas gerais quanto ao estado moral das tropas e ao perfil e comportamento do novo comandante do CEP há, todavia, uma divergência no que respeita ao modo como escolheu a oportunidade para fazer passar à acção as tropas. Vejamo-la. Conta-nos David Magno<sup>69</sup>:

É nesta altura então que começa a constar que o valente e destemido major Ferreira do Amaral, prestigiosa figura colonial e de provas também já dadas no CEP, vendo o general Garcia Rosado amargurado, se prontifica a levar o seu 15 [trata-se, naturalmente, do Batalhão de Infantaria 15] para a frente, como ponto de partida de todos os mais Batalhões, se lhe deixassem angariar e animar os elementos que lhe faltavam.

O general Rosado convoca, então, os chefes das unidades, para ver se alguma coisa se obtém neste sentido. O comando britânico aceitará o último esforço dos nossos esforços, se ele se apresentar ainda a tempo. Uns mostram esperanças, outros desalentos.

Poderia ter sido assim, contudo, não foi. Ou, pelo menos, não foi em parte, porque, talvez, Garcia Rosado, tendo convocado os comandantes mais responsáveis, terá deles ouvido opiniões contraditórias, ditadas pelo desalento que os oficiais sabiam reinar entre os soldados. Há, no entanto, um outro relato que se aproxima muito mais da verdade dos acontecimentos. Vamos transcrevê-lo para que se possa perceber como é difícil e intrincada a teia que envolve as ocorrências. Nem sempre — melhor, quase nunca — a primeira opinião que se colhe é a mais próxima da realidade. Vejamos.

Foi então [reporta-se o autor a meados de Setembro de 1918] que apareceu o livro *Nas Trincheiras da Flandres*, de Augusto Casimiro<sup>70</sup> [capitão

<sup>69</sup> *Op. cit.*, p. 228-229.

<sup>70</sup> Sobre a vida e a obra deste oficial, opositor ao Estado Novo, antigo director da *Seara Nova* pode consultar-se a nossa separata das *Actas do IX Colóquio*, de História Militar, levado

de infantaria, poeta e escritor já, então, com algum nome *feito*, cunhado de Jaime Cortesão, o qual foi capitão médico miliciano, publicista, mais tarde historiador de renome, ligado ao partido *Democrático* e adepto da participação de Portugal na guerra desde o seu começo e de quem já transcrevemos vários testemunhos]. Bela figura de patriota e de iluminado, a sua personalidade marcou, com simpático relevo, na última parte da nossa acção militar na Guerra Europeia.

O seu livro, sentido, repassado de comunicativa paixão, fez vibrar todos os que estavam absolutamente pervertidos, e tornou-se como que um breviário e ao mesmo tempo um lábaro, senha de reunião dos patriotas. Divulgado, popularizado, teve desde logo o condão de fazer passar de moda o defectismo: ninguém mais ousou afirmá-lo em público: tornou-se uma coisa geralmente condenada que só alguns degenerados persistiam em professar em secretos conciliábulos.<sup>71</sup>

Felizmente, Augusto Casimiro deixou contado o que efectivamente ocorreu.

Em Setembro de 1918, na localidade de Béthune, o autor de *Nas Trincheiras da Flandres* — que em 1917, baptizara, numa atitude quase poética, mas reveladora de como *vivia* a presença na guerra, baptizara, dizíamos, a 3.<sup>a</sup> Companhia, a sua, do Batalhão de Infantaria 23 com a sintomática designação de *Quixote Company*<sup>72</sup> — encontrou o major Ferreira do Amaral, o qual lhe disse:

«— Chegou a hora da derrocada. Vai-nos cair tudo sobre a cabeça! E não é justo que fiquemos nós sob as ruínas, nós que não provocámos a catástrofe... Gomes da Costa retirou a tempo<sup>73</sup>. Eu fiz o que pude... Acabei...».<sup>74</sup>

---

a cabo, em Lisboa, pela Comissão Portuguesa de História Militar, no ano de 1999, intitulada *Augusto Casimiro: militar, cidadão e escritor*, 44 p.

<sup>71</sup> Costa Dias, *op. cit.*, 268.

<sup>72</sup> Mário Afonso de Carvalho, *O Bom Humor no CEP*, p. 103.

<sup>73</sup> O general Gomes da Costa, nesta data, já havia regressado a Portugal e deixara o comando da Divisão inexistente. Provavelmente, terá sentido a nomeação do general García Rosado para comandante do CEP como uma prova de pouca confiança de Sidónio Pais nas suas qualidades diplomáticas — que efectivamente não possuía — e, até, militares — seria melindroso colocar no comando das forças portuguesas o general que comandara a unidade que, segundo a opinião britânica, havia cedido à pressão germânica.

<sup>74</sup> Augusto Casimiro, *Calvários da Flandres (1918)*, p. 126.

Na sequência desta troca de ideias e desalentos, ficaram ambos a imaginar, quase sonhar, a possibilidade de formar, novamente, unidades portuguesas de combate. Augusto Casimiro, consciente do ambiente de desânimo geral e da impossibilidade de pôr outra vez em pé de guerra uma Divisão, alvitrou a criação de Batalhões de Assalto.<sup>75</sup> Na sequência deste encontro e da análise da situação feita, Augusto Casimiro decidiu-se a mandar ao general Garcia Rosado um exemplar do seu mais recente livro — que, como antes vimos, tanto impacto havia tido junto dos oficiais do CEP — com a seguinte dedicatória: «Ao meu General numa hora de igual esperança e de novo esforço»<sup>76</sup>. Na volta, recebeu uma carta do comandante do CEP não só agradecendo a oferta como também dando a perceber que estaria interessado nas suas ideias e nos seus esforços. Passou a ser recebido por Garcia Rosado e, depois de várias entrevistas, concluiu-se que se poderiam formar três Batalhões capazes de seguir para a frente de batalha em boas condições morais e físicas<sup>77</sup>. Era o que restava do Corpo de Exército português.

O tal *pequeno nada*, anteriormente realçado, foi o livro e a dedicatória de Augusto Casimiro. Constituíram o ponto de consolidação ou, se preferirmos, o instante de cristalização de vontades e ânimos. Nesse momento, surgem Ferreira do Amaral e Augusto Casimiro a desempenhar papel relevante, congregando esforços para, na base do voluntariado entre oficiais, se formarem as unidades previstas. Ao primeiro, caberia, como do antecedente, o comando do Batalhão de Infantaria 15; o segundo, remeteu-se à modéstia do seu posto e à sua *Quixote Company*, sugerindo que, para comandar o Batalhão de Infantaria 23, onde ela se integrava, fosse convocado o major Helder Ribeiro<sup>78</sup>, figura de grande prestígio enquanto militar e político *Democrático*, antigo deputado parlamentar que desistiu desta fun-

---

<sup>75</sup> Idem, *op. cit.*, p. 127-128.

<sup>76</sup> Idem, *op. cit.*, p. 128.

<sup>77</sup> Idem, *op. cit.*, p. 129-130.

<sup>78</sup> «Então, porque o Batalhão estava sem comandante, lembrei-me um nome: Helder Ribeiro. Não o consultei ainda. Conosco o sabia, da nossa esperança e do nosso plano. Quantos o conheciam e valiam algo, aplaudiram. Foram quase todos. Os melhores, os que nunca hesitam» (Idem, *op. cit.*, p. 140).



ção para integrar o CEP, adepto, desde a primeira hora, da beligerância portuguesa.

No final de Agosto de 1918, Garcia Rosado contava poder organizar ainda, com os restos do CEP, uma Divisão; um mês depois conseguia apenas dois Batalhões, eventualmente três. Não era, exactamente, uma questão de falta de homens — restavam-lhe cerca de 25 000 —, mas do baixo moral a que estavam reduzidos.

Tentando um juízo conclusivo poderemos dizer, em síntese, que o Governo Sidónio Pais depois do acordo de Janeiro de 1918 feito com o *War Office* e confirmado com o *Foreign Office*, manifestou desejo, em Março, de reequilibrar a política de guerra, fazendo-a retroceder, dentro do possível a uma situação que possibilitasse manter na frente de combate uma representação mínima de soldados portugueses, mas, logo depois de 9 de Abril, começou a recuar, deixando aos Ingleses a tomada de todas as iniciativas. A surda rebeldia do general Abreu e Silva — associada à sua vaidade pessoal — levaram a que fosse substituído pelo general Garcia Rosado a quem o Governo, na prática, entregou as negociações com a Grã-Bretanha, salvaguardando que não houvesse exigências portuguesas, mas, antes pelo contrário, sucessivas cedências. Depois do acordo de Londres, conseguido com grande habilidade e sentido patriótico por Garcia Rosado, o Governo de Lisboa entregou a continuação das negociações ao novo comandante do CEP, partindo de uma certeza: a Inglaterra não ia colocar navios à disposição de Portugal para renovar os efectivos em França. Assim sendo, o general pouca margem de manobra ia ter para contrariar a vontade do Alto Comando britânico. Com ilusões, ao princípio, rapidamente Garcia Rosado percebeu que, de toda a tropa que estava em França, pouco poderia fazer — e disso os Ingleses tinham plena consciência. Restava justificar o seu comando e, para tanto, aproveitou-se dos oficiais mais voluntariosos e mais conscientes da finalidade de Portugal ter ido para a guerra.

Veremos, de seguida, as dificuldades que o novo comandante do Corpo Expedicionário teve de ultrapassar para, mesmo com pouco, alcançar alguma capacidade de intervenção.

#### 4. As revoltas militares em França

568

Comparar hoje — ano de 2008 — uma força militar portuguesa de 25 000 homens com uma, de igual número, no ano de 1918 é quase inimaginável à maioria dos leitores comuns.

Começemos pela alfabetização. No início do século XX, tinha-se computado em 75% da população portuguesa o índice dos que não sabiam ler; mesmo que ele fosse maior entre as mulheres, o certo é que mais de 50% dos indivíduos do sexo masculino não era letrado. Só este facto colocava os pobres soldados portugueses, os *serranos*, numa situação de quase profundo desconhecimento do mundo envolvente. Nada compreendiam, porque nada sabiam. A informação fundamentava-se no *diz-se diz-se*, no boato, nas inverdades circulantes. As notícias — quando as havia — eram apreendidas segundo a versão do elemento que as veiculava; a opinião formava-se, depois, cheia de deturpações e mal-entendidos. As opções pessoais faziam-se na base da confiança estabelecida entre iguais e todos os outros que apresentavam condições de superioridade, fosse ela económica, cultural, social, religiosa ou hierárquica. Os homens confiavam no que lhes era dito e no que lhes parecia. Quanto mais o *parecer* se confundisse com o *ser*, mais probabilidades existiam de adesão ou rejeição. Por isso, a *honra* e a *palavra* eram bastante valorizadas. Havia, então, na sociedade portuguesa maior ignorância, mas, também, maior integridade de valores.

Se a alfabetização, ou o seu contrário, estava nos fundamentos das atitudes comportamentais primárias, o isolamento geográfico complementava a maneira de ser e de se actuar da grande massa dos portugueses oriundos das áreas rurais e interiores. Os homens precisavam de cumprir o serviço militar para conhecerem a capital do distrito; a vila era, geralmente, o centro urbano mais distante da aldeia ou do lugar onde alguém se deslocava em ocasiões de importância elevada.

Este modelo, embora esquemático, ajuda a definir a ausência de capacidade para perceber o mundo exterior. Guerra, França, Aliados, Alemanha, democracia, ditadura, pátria, eram conceitos e, conseqüentemente, valores abstractos e sem sentido para os pobres *serranos* que só acreditavam no «seu» sargento, alferes ou capitão, porque eram homens de *palavra*,

conhecedores do mundo, sabedores. Se a cadeia de confiança se quebrava o sentido do cumprimento de obrigações incompreendidas esboroava-se, dando lugar à total dúvida, passando a prevalecer, unicamente, o desejo de sobrevivência para regressar ao *status quo* da aldeia, dos trabalhos da lavoura e da confiança nos grandes senhores da terra, nos vizinhos, na família e, acima de tudo, no sacerdote da Igreja tradicional. Por isto, travava-se uma boa rixa; por isto, valia a pena correr riscos; por nada mais.

Ora, como já vimos anteriormente, depois de 9 de Abril de 1918, instalara-se entre a tropa a desconfiança quer nas razões da estada em França quer mesmo nos chefes militares. Desconfiança que resultava de terem visto partir os seus oficiais, os seus sargentos, os homens em quem acreditavam. Partir e não voltar. O frágil elo que mantinha de pé a estrutura da disciplina estava ameaçado, também, porque os oficiais e os sargentos que ficaram constantemente bramavam contra a sua sorte, contra o Governo que os abandonara. Estes soldados sentiam-se órfãos e, mais do que isso, entregues a quem deles não sabia ou não queria cuidar. As ordens deixaram de estar assentes no pilar do respeito que resulta da confiança para serem suportadas somente pela força do poder. Daqui à revolta era um passo, se houvesse a ameaça de se perder o escasso conforto que a distância das primeiras linhas proporcionava.

Mal constou que os oficiais se preparavam para fazer, de novo, avançar a soldadesca para a linha de fogo gerou-se entre a tropa uma situação de ansiedade que desembocou rapidamente em sucessivos actos de insubordinação colectiva<sup>79</sup>.

A primeira unidade a revoltar-se foi o Batalhão de Infantaria 12, no dia 11 de Setembro de 1918. Andavam já no ar notícias do regresso às linhas de combate. Na mesma unidade, dias depois, a 24, os actos de revolta ganharam uma amplitude um pouco maior, mas ainda não configurando atitudes de gravidade incontrolável; contudo, cinco dias depois, a insubordinação ultrapassa os limites do razoável. Todos os desacatos à ordem militar foram

---

<sup>79</sup> Para abarcar em toda a plenitude este período da vida do CEP, pode consultar-se a nossa obra *Guerra & Marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França. 1917-1918*, Lisboa, Prefácio, 2003, p. 39-75.

reprimidos com prisão dos responsáveis e seus acompanhantes no Depósito Disciplinar.

A 6 de Outubro há uma grande revolta no Batalhão de Infantaria 23 — um dos que se contava para avançar imediatamente para a frente de combate. De novo foram dadas ordens de prisão. Mas a unidade ainda tinha focos de indisciplina e a 8, outra vez, mais uma pequena manifestação que foi resolvida através de simples admoestação dos insurrectos (desejosos estavam eles de ser incorporados no Depósito Disciplinar... assim, livrar-se-iam de marchar para a frente, julgavam).

No Batalhão de Infantaria 11/17 (resultante da fusão de dois), no dia 11 de Outubro, eclodiu uma incipiente manifestação de revolta, em simultâneo com uma outra de fracas dimensões no Batalhão de Infantaria 24, mas a mais grave aconteceu seis dias depois, no Batalhão de Infantaria 11/17, porque os homens, fugindo da formatura do pequeno-almoço, foram, armados de metralhadoras, colocar-se em posições defensivas dispostos a resistir. O comando da Divisão teve de passar a um patamar de repressão mais elevado e mandou que oficiais e sargentos do Batalhão de Infantaria 23, já então bastante disciplinado, fossem submeter os revoltosos a tiro de metralhadora. Houve um elevado número de baixas, entre mortos e feridos. Ocorreram, também, neste período de um mês, revoltas nos Batalhões de Infantaria 8 e 29, integrantes da 4.<sup>a</sup> Brigada, designada *Brigada do Minho*, e no 35<sup>80</sup>.

Relatadas assim as revoltas nos diferentes Batalhões fica-nos a sensação de terem sido escaramuças sem importância. Ora, a verdade é que não foram. Trataram-se de grandes movimentações de massas que se recusavam à obediência aos seus oficiais e que lhes replicavam agressivamente que não estavam para marchar de novo para o *açougue*. Eram gritos de alma que não podem ter lugar numa tropa; a morte é a maior certeza do combatente, contudo, tem de possuir a capacidade anímica para saber ultrapassar o medo e acreditar que não é ele quem vai morrer, mas o seu

---

<sup>80</sup> Consulte-se a nossa obra *Guerra & Marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França. 1917 – 1918*, Lisboa, Prefácio, 2003, p. 39-75. Ali fazemos um estudo muito aprofundado das razões das diversas revoltas que relatamos, procurando encontrar as justificações de carácter sociológico que as podem explicar.

adversário. Uma tal capacidade vem da disciplina e esta da confiança que se tem em quem lhe assegura a estrutura: os graduados. O oficial sente-se seguro quando sabe que pode confiar nos seus soldados, porque lutarão até ao limite e os soldados sentem-se seguros, porque sabem que o seu oficial não os vai conduzir a uma morte certa, abandonando-os à sua sorte.

O CEP, ou o que restava dele, fruto da retirada para Portugal dos oficiais e sargentos e fruto, também, do novo emprego que lhe tinha sido atribuído pelo Alto Comando britânico era, operacionalmente, um lodaçal onde se perdiam todas as esperanças, as quais só poderiam nascer depois de um refazer de laços destruídos<sup>81</sup>. Criminosamente destruídos.

Só para se compreender o *pântano* onde havia mergulhado o general Garcia Rosado basta dizer que, pelo menos, sete Batalhões, com maior ou menor gravidade, mostraram tendências de falta de controlo disciplinar. Como seria possível, em poucos dias, fazer marchar para as primeiras linhas uma Divisão de Infantaria?

Repor a confiança, base única para conseguir a disciplina entre os combatentes, tornou-se o objectivo principal; secundariamente, havia que desfazer a má impressão que tais acontecimentos tinham, por certo, provocado no Alto Comando das forças britânicas. Contudo, essa impressão foi-se estabelecendo ao mesmo tempo que Garcia Rosado negociava o novo empenhamento português, por isso, os efeitos perniciosos acabaram por ser atenuados pela própria actividade diplomática do comandante do CEP. Foi como que um jogo de soma zero, do qual, afinal, não saiu perdendo o Exército português graças à perspicácia do novel general. Valerá a pena seguir a sequência dos acontecimentos para se aquilatar de como as insubordinações não pesaram, em excesso, nas decisões dos comandos envolvidos.

Quando, entre 25 de Agosto e 20 de Setembro, o general Garcia Rosado, em consonância com os pareceres de *Sir Douglas Haig*, tomou a decisão

---

<sup>81</sup> Isabel Pestana Marques, na obra *Os Portugueses nas trincheiras: Um quotidiano de guerra*, no anexo LXXXIII, da sua autoria, identificou, depois de 9 de Abril de 1918 ao Armistício, catorze revoltas entre meras escaramuças e grandes insubordinações, p. 225-240.

de reorganizar a 1.<sup>a</sup> Divisão, atribuiu o comando dessa unidade ao general Bernardo de Faria. Estabeleceu-se-lhe a dependência tática, por integração no contingente britânico; passaria a ficar sujeita ao comando do 5.<sup>o</sup> Exército, à frente do qual estava o general Birdwood. Foi a 20 de Setembro que este oficial general pressionou o comando do CEP no sentido de dar urgência à reorganização em curso, estabelecendo a estrutura a que devia obedecer. De imediato Garcia Rosado mandou que o seu estado-maior procedesse aos convenientes ajustes para, com a rapidez possível, satisfazer tão honroso pedido do comandante britânico.

Como já anteriormente vimos, nove dias antes tinha estalado a primeira insubordinação colectiva em um Batalhão português e, quatro dias depois, repetiu-se, de forma mais grave, na mesma unidade. Os planos do Estado-Maior começavam a sofrer reveses. Mesmo assim, e tendo em atenção que as revoltas se prolongaram até 17 de Outubro, momento em que, pelos meios empregues para lhes pôr cobro<sup>82</sup>, cessaram por completo, no dia 2 desse mesmo mês, o Quartel-General do Corpo passou a ocupar as antigas instalações na povoação de Roquette, deixando, definitivamente, de estar sujeito ao Comando das Linhas de Comunicações para passar à dependência de uma grande unidade de combate, nas linhas da frente. Continuava a ser uma vitória diplomática a juntar a todas as outras que a ponderação e persistência de Garcia Rosado já haviam tornado possíveis. Este general não temia entregar-se aos bons conselhos do seu estado-maior, nem julgava estar prisioneiro desse seu órgão de apoio. Pelo contrário, Garcia Rosado, ele mesmo um oficial com formação de estado-maior, sabia quão importante era o trabalho de equipa para o comandante poder alcançar resultados apreciáveis<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Na verdade, no pensar simples do soldado português, se tinha que morrer, mais valia que fosse em campanha do que em resultado de se revoltar contra as ordens dos seus superiores hierárquicos em quem tinha de passar a ter novamente confiança.

<sup>83</sup> Não era esta, como já vimos, a postura do general Abreu e Silva que sempre se considerou «prisioneiro» do excelente chefe do estado-maior, o coronel Roberto Baptista. A propósito da exoneração deste oficial das funções, determinada por Sidónio Pais, escreve João Chagas no *Diário*, vol. III, p. 267-268: «O coronel Roberto Baptista não devia com efeito ser pessoa grata junto dos ingleses. É um patriota como diz Barbosa de Magalhães e como tal interessou-se apaixonadamente pela intervenção de Portugal na guerra. Logo que assumiu a direcção do Estado-Maior das forças portuguesas que então tínhamos em França e verificou

No meio do mês de Outubro, uma coisa estava certa na mente dos mais altos responsáveis do CEP: era impossível, em face da fraqueza moral das tropas, organizar a 1.<sup>a</sup> Divisão para a dar como pronta para entrar em combate. Este foi o verdadeiro efeito das insubordinações colectivas e também individuais<sup>84</sup>. Garcia Rosado, uma vez mais, com grande ponderação, sentido das realidades e clara noção da importância de estar o Exército Português entre as forças que começavam a perseguir os Alemães já descrentes de uma vitória, propôs ao Comando britânico, de quem agora dependia, que, enquanto não chegassem os reforços prometidos pelo Governo de Lisboa, na impossibilidade de participar com uma Divisão, fosse aceite a contribuição de nove Batalhões, constituindo três Brigadas<sup>85</sup>. Estas actuariam onde o Comando inglês melhor entendesse.

Era a última tábua onde, quais náufragos em meio de temerosa tempestade, se podiam agarrar todos aqueles que na Flandres ainda desejavam erguer alto o estandarte de Portugal. Um Portugal, velha nação europeia, orgulhoso de estar a contribuir para a definição de uma nova política de paz no continente *de todas as guerras*<sup>86</sup>. Garcia Rosado percebeu-o com a

---

o papel subalterno que os ingleses lhes queriam atribuir, correu a Lisboa a reclamar que elas fossem elevadas à categoria de um corpo de exército, para assim constituírem uma unidade independente. Isto se fez, porque no Ministério da Guerra estava outro patriota — Norton de Matos. Roberto Baptista voltou para França extremamente satisfeito com este resultado. Mais tarde, foi ele que me permitiu fazer publicar os primeiros comunicados de guerra do Corpo Expedicionário. As suas relações com os ingleses não foram boas. Os ingleses queriam mandar no Corpo Expedicionário como em sua casa. Frequentes vezes ele teve de os chamar à razão. (...) Os ingleses nunca viram com bons olhos os patriotas portugueses que não se dobravam à sua política de domínio em Portugal».

<sup>84</sup> O general Luís Ferreira Martins, sem entrar em pormenores — hoje difíceis de encontrar no vasto acervo documental do CEP — dá-nos indicação de terem ocorrido em número suficiente de tal forma que constituíram empecilho aos planos do estado-maior do CEP (*op. cit.*, p. 79).

<sup>85</sup> Os Batalhões passaram a ter a numeração de I a IX e cada Brigada era constituída por três, cada Batalhão reunia homens de vários outros, entretanto extintos. Ficou assim organizada a infantaria portuguesa: I Batalhão (em grande maioria com militares do B. I. 22); II Batalhão (reunia os homens do 21 e 28); III Batalhão (juntava a tropa dos Batalhões 34, 1, 2, 8 e 29); IV Batalhão (a grande maioria do B. I. 23); V Batalhão (reunia os soldados dos Batalhões 35 e 24); VI Batalhão (juntava gente dos Batalhões 24, 11 e 17); VII Batalhão (a maioria do pessoal provinha do B. I. 14); VIII Batalhão (agregava militares dos Batalhões 9 e 5); por fim o IX Batalhão (reunia gente dos Batalhões 15 e 13) (cf. David Magno, *op. cit.*, p. 234).

<sup>86</sup> É bom não esquecer que a Grande Guerra se fez, e prolongou-se, na esperança de com ela pôr fim a todos os conflitos europeus. Foi talvez, *lato senso* e com alguma macabra ironia, a primeira «operação de paz» de grande envergadura.

mesma clareza daqueles que haviam, em 1914, 1915 e 1916, pugnado pela beligerância nacional. O Governo de Londres aceitou a proposta do comandante do CEP, depois de ter ouvido o parecer de *Sir* Douglas Haig.

À maneira de conclusão intermédia, podemos dizer que as revoltas militares vieram pôr a claro a fragilidade da estrutura sobrance do CEP. Os milhares de homens que restavam haviam-se acomodado o melhor possível à execução de tarefas que, oferecendo alguma perigosidade, estavam longe dos riscos das primeiras linhas. E disto teve culpa o Alto Comando Britânico que quase exigiu que os Portugueses se afastassem da frente de combate; disto teve culpa o Governo de Lisboa que não só aceitou a decisão inglesa mas, também, a facilitou, permitindo o regresso a Portugal de todos os graduados que quisessem e pudessem fazê-lo.

Garcia Rosado ao tentar inverter a situação de desânimo e indisciplina teve de se confrontar com uma turba de homens dispostos a serem presos, mas a oporem-se ao regresso às primeiras linhas. Só a repressão brutal, com o risco de morte igual ao que existia na frente de combate, pôs ordem naquela tropa em ruptura disciplinar. E foi assim que, em vez de uma Divisão, conseguiu oferecer a Douglas Haig o contributo de três Brigadas de Infantaria; nove Batalhões, ao todo!

## 5. A última arrancada

Depois de imposta a disciplina no CEP houve como que uma tomada de consciência colectiva entre os oficiais e acorreram em número suficiente os alferes, tenentes e capitães, oferecendo-se voluntários para suprirem as faltas nas unidades que se preparavam para marchar para a frente. Não foram só os de Infantaria que o fizeram; havia-os de Cavalaria, de Engenharia, Veterinários e até do Serviço de Administração Militar. Todos alinharam como infantes e, com a dinâmica própria das grandes decisões, arrastaram os soldados ignorantes, transmitindo-lhes a necessidade de, mais uma vez, se superarem, dando tudo em nome de uma causa que eles desconheciam, conhecendo-lhe só os mais nefastos efeitos.



Em primeiro lugar, ficou pronto para ocupar o seu lugar nas unidades combatentes, o Batalhão de Infantaria 15; logo de seguida o de Infantaria 23; poucos dias depois, os Batalhões de Infantaria 9 e 22.

O *Foreign Office*, em 14 de Outubro insistia junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros para saber quando estariam prontos os tão desejados reforços do CEP. O Governo respondeu, em 29, que «Portugal estava preparado»<sup>87</sup>, faltando, no entanto, os transportes para colocar em França as unidades já prontas. A verdade, qual sol, escondia-se por trás de uma peneira esburacada! Os dois navios portugueses, que durante os meses de 1917, haviam servido de transportes de tropas — o *Gil Eanes* e o *Pedro Nunes* — estavam inactivos por decisão do Governo; poderiam ter servido para levar a França um pouco mais de Portugal se não florescessem a apatia, o desinteresse e a cobardia acoitados num jogo de palavras contra o partido democrático e Afonso Costa que tão denodadamente se tinham batido pela beligerância que honrava. Até D. Manuel II, exilado em Londres, bem conhecedor dos perigos que uma neutralidade mal definida poderia trazer para Portugal, aconselhava aos monárquicos a beligerância conseguida pelos republicanos defensores da intervenção nos campos de batalha, em França<sup>88</sup>! Nada justificava já — nem tifo, nem qualquer outra epidemia — o desprezo a que estavam votados os pobres soldados da Flandres. Simplesmente a apatia e incompetência na condução da política internacional. A demagogia de um ditador que se misturava com as massas populares, aplaudindo-o sem o claro conhecimento dos perigos perfilados no horizonte da política internacional, faziam dele um quase *Messias* ou um outro *D. Sebastião*.

O Batalhão de Infantaria 14, ainda utilizado pelos britânicos em trabalho de sapadores estava, a 16 de Outubro, em Bac St. Maur, sendo, na altura, a unidade nacional mais avançada em relação ao dispositivo germânico. Entretanto, alguns dias antes, a Alemanha encetara conversações diplomáticas

---

<sup>87</sup> Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 80 e documentos n.ºs 792 e 795 em *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918): As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e em África*, tomo II, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995, p. 326 e 328-329.

<sup>88</sup> Veja-se, da nossa autoria, *O Fim da Ambiguidade. Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, p. 151-152, 208-209, 278-279.

no sentido de se avançar para um armistício. A capacidade de resistência das suas tropas estava quase aniquilada. Era necessário explorar ao máximo o sucesso. Deste modo o Batalhão de Infantaria 14 recebeu ordem para proceder à reparação da estrada de La Chapelle de Armentières com ligação a Lille. São, por mero acaso, no dia 17 de Outubro, os soldados daquela unidade os primeiros a entrar na cidade que durante quatro longos anos tinha estado dominada pelos Alemães e agora fora por eles bruscamente abandonada<sup>89</sup>. A notícia correu célere. Era pequena a glória, uma vez conseguida sem combate e sem armas na mão... pás e picaretas era o que os nossos transportavam! Era preciso passar rapidamente à acção e inverter um destino pouco digno. Sempre dando apoio ao avanço britânico o B. I. 14, depois de ultrapassar Lille, estanciou em Sailly-les-Lannoy, bem próximo da fronteira belga, sujeitando-se à acção da artilharia germânica, instalada no monte de St. Aubert, a qual protegia a retirada alemã, tentando entrepor o Escalda como limite ao avanço aliado.

Na esperança de levantar o moral das tropas portuguesas, Garcia Rosado mandou que se transcrevesse na ordem de serviço n.º 291, de 25 de Outubro, do CEP o louvor que o general Bernardo de Faria havia dado, em ordem da 1.ª Divisão, ao Regimento de Infantaria 14<sup>90</sup>. Cada vez mais se tornava imperioso fazer avançar para a frente unidades capazes de participar efectivamente na perseguição empreendida pelos britânicos. Iam-se viver os últimos dias de guerra.

O Batalhão de Infantaria 23, do comando de Helder Ribeiro, de acordo com as novas disposições, conseguidas por Garcia Rosado, nos primeiros dias de Novembro de 1918, integrou-se na 148.ª Brigada britânica, comandada pelo general Kennedy. A 7 a 3.ª Companhia — a do capitão Augusto

---

<sup>89</sup> David Magno, *op. cit.*, p. 236-237.

<sup>90</sup> «Que tendo chegado ao conhecimento do General Comandante que Infantaria 14, a quem, pelo Corpo de Engenharia Inglesa n.º 459 foi pedido para cooperar nos trabalhos de reparação da estrada de Armentières-Lille, durante a noite de 17 do corrente, se desempenhou de forma a merecer, num documento, elogios da parte do general comandante da 59.ª Divisão; e sendo certo que o nome português tanto se honra combatendo com as armas na mão como executando trabalhos necessários ao avanço, em que também se morre gloriosamente; o mesmo general, Comandante da Divisão louva este Batalhão e em especial o seu comandante, tenente-coronel João de Almeida Leitão» (David Magno, *op. cit.*, p. 242.

Casimiro — entra em território belga, integrada no 21.º Batalhão de Londres, em apoio da primeira linha britânica sobre o rio Escalda. A 4.ª Companhia — comandada pelo capitão Barros Basto — ocupou Froyennes. No dia seguinte os Alemães haviam retirado e a 148.ª Brigada iniciou a perseguição. Ao Batalhão de Infantaria 23 é ordenado que fique em serviço de pioneiros. O major Helder Ribeiro, a quem, em 1916, era ainda deputado no parlamento, pouco antes de embarcar voluntariamente para França, havia falecido a esposa, cheio de brios patrióticos pede para ser recebido pelo general Kennedy e solicita-lhe que interceda junto do comando da Divisão, da qual a Brigada depende, no sentido de conseguir que aos Portugueses seja dada a honra de continuarem em perseguição do inimigo comum. Foi total e completa a concordância britânica e, a 9 de Novembro, atravessa o Escalda mantendo-se na primeira linha de combate. No dia 11, às 11 horas calavam-se as armas na sequência do armistício assinado em Rethondes. Assim ganhou as insígnias da Ordem Militar da Torre e Espada o estandarte do Batalhão de Infantaria 23.

Entretanto o Batalhão de Infantaria 15 foi mandado, por determinação do Comando inglês, ficar adstrito a uma Brigada britânica que entrava em repouso em Ascq, a 5 Km. para além de Lille.

O Batalhão de Infantaria 35 (o v da nova reorganização) recebeu a Ordem n.º 291 da 47.ª Divisão (de Londres), datada de 1 de Novembro<sup>91</sup> e, curiosamente assinada pelo, então, tenente-coronel do Estado-Maior B. L. Mont Goumery<sup>92</sup>, determinando a sua integração, a partir de dia 2, naquela Divisão e adindo à 142.ª Brigada. Deste Batalhão algumas Companhias entraram na Bélgica em perseguição das tropas alemãs que já debandavam na tentativa de encontrarem redutos naturais onde pudessem sustentar o embate dos Aliados.

De todas estas movimentações das tropas portuguesas não se deu publicidade, no momento, em França. Nem se poderia dar, porque o Corpo

---

<sup>91</sup> Cf. David Magno, *op. cit.*, p. 250.

<sup>92</sup> Tratar-se-á de Bernard Law Montgomery — o vencedor de Rommel em El-Almmein e marechal do Exército britânico — que, por um erro de leitura, David Magno grafou Mont Goumery? Teremos, um dia, de descobrir a referida Ordem entre os milhões de documentos do acervo do CEP, guardados no AHM.

de Exército, com direito a comunicado na imprensa, há muito havia desaparecido. As notícias surgiram, tempos depois, nos jornais de Lisboa, nomeadamente em *O Século*, que João Chagas transcreve:

“Paris, 1. (Atrasado) — Na frente de batalha louva-se o espírito de iniciativa e de organização do general Garcia Rosado, graças ao qual o exército português se bate de novo pelo ideal comum. Todas as baterias de artilharia pesada, tanto as que estiveram nos campos de instrução de Inglaterra, como as incorporadas no exército francês, estão nas linhas de combate. Vi na nossa base soldados que partiam para a luta animados de um grande entusiasmo, alguns ainda convalescentes de ferimentos adquiridos no combate de Armentières. Um deles disse-me: “Na batalha de 9 de Abril fomos obrigados a ceder terreno, esmagados pela superioridade numérica do adversário; mas não ficámos vencidos. Voltámos a pegar em armas cheios de confiança, e cumprimos o nosso dever até ao fim”. — S.”

Assim, os portugueses estão na frente de batalha, batem-se e cobrem-se de glória e em França ninguém o sabe e para que Portugal o fique sabendo é preciso que o Almada Negreiros [o jornalista e não o pintor], correspondente do *Século* e empregado da Legação de Paris, lho comunique nos seus telegramas. O general Garcia Rosado, esse, não diz uma palavra<sup>93</sup>, nem o Ministério da Guerra de Portugal, nem o Governo Português. (...). Assim Portugal está fazendo sacrifícios absolutamente vão, sem recompensa e sem glória e esta situação cruel e indigna é aceite por um Governo Português<sup>94</sup>.

O antigo ministro plenipotenciário em Paris, habituado às lides diplomáticas e à forma como na época se defendia internacionalmente a imagem de um Povo — e Portugal bem precisava de o fazer — espantava-se, com razão, com a incapacidade, dir-se-ia, com o amadorismo, do Governo de Sidónio Pais, durante o qual se cultivou, ao máximo, a intolerância e a demagogia.

---

<sup>93</sup> Injusto julgamento de João Chagas, visto o general estar subordinado às disposições militares em vigor e que Portugal tinha aceitado.

<sup>94</sup> *Diário*, vol. IV, p. 369-370.

À hora de se calarem as armas, no dia 11 de Novembro de 1918, graças ao empenhamento diplomático e militar do general Garcia Rosado e às boas vontades de muitos oficiais que sempre haviam compreendido a importância de Portugal emparceirar com os beligerantes ao lado da Grã-Bretanha, quatro Batalhões de Infantaria — o 14, o 23, o 15 e o 35 —, três dos quais em funções de combate efectivo — 23, 15 e 35 — orgulhosamente garantiam o lugar à diplomacia nacional na mesa das conversações de paz. Era pequena a força, porque equivalia, afinal, ao desleixo e desinteresse de um Governo que não cuidava, realmente, de assegurar os direitos soberanos e independentes de Portugal na Europa e no mundo.

## 6. Depois do Armistício

O morticínio cessou no dia 11 de Novembro de 1918, depois de terem passado mais de quatro anos sobre o seu início. Foi o primeiro maior flagelo bélico que se abateu sobre a humanidade em tão pouco tempo. Mas o facto de, momentaneamente, se terem calado as bocas de fogo nada garantia que a carnificina não recomeçasse. No horizonte risonho de todos os atingidos pelo conflito continuou a pairar a nuvem do retorno ao passado. Os avisos nesse sentido vinham de todos os Comandos Aliados: não se podia desmobilizar, em especial a vontade.

Este foi mais um capítulo difícil na vida do general Garcia Rosado: todos os soldados portugueses esperavam, então, regressar de imediato ao seio das suas famílias e assim não podia ser. O comandante do CEP, no dia do armistício, determinou que fosse criado o Quartel-General da 2.<sup>a</sup> Divisão, dando o comando ao general graduado Alves Roçadas, para, em Ambleteuse, assumir a responsabilidade da disciplina, administração e instrução das forças que, por falta de transporte ali haviam ficado retidas.

Dias após, ficou concertado entre os Altos Comandos Aliados, que se poderia avançar para a desmobilização em proporção das forças presentes no teatro de operações. Isso implicava que, embora pequeno, se mantivesse em França um contingente militar português. Assim o entendeu o comandante do CEP, no entanto, de forma diversa o quiseram interpretar

os comandos e Governo britânicos. Iniciaram-se logo as pressões para que todo o Corpo de Expedicionário nacional regressasse a Lisboa. Disso se encarregava o incansável general Barnardiston e o ministro plenipotenciário britânico em Lisboa<sup>95</sup>.

Garcia Rosado, experiente nestas questões de compromissos militares e na diplomacia castrense percebeu o quanto a aceitação de tão «generosa» oferta tinha de perigoso para o prestígio português e futura condução das negociações de paz, visto saber que nos momentos cruciais o que, efectivamente, conta são os factos comprováveis. Ia-se festejar a vitória com desfiles militares e todas as nações beligerantes far-se-iam representar por intermédio dos seus contingentes; faltar a uma parada dessa natureza era assumir publicamente um papel insignificante no conflito.

Corria já o mês de Janeiro quando o general comandante do CEP, em consonância com o seu estado-maior, estabeleceu o contingente que deveria ficar em França: para constituir uma Brigada, quatro Batalhões de Infantaria, a saber: 22, 23, 35 e 9; o 4.º Grupo de Baterias de Artilharia, formado por duas Baterias de peças e uma de obuses; a 3.ª Companhia de Sapadores Mineiros; a 4.ª Companhia do Batalhão de Pioneiros; a 2.ª Companhia de Metralhadoras Pesadas e mais pessoal necessário para dar apoio logístico a este efectivo. Mas não ficaram por aqui as dificuldades. Com efeito, insistia-se na retirada das forças portuguesas, tentando negociar o «contingente de representação». Era preciso que os Portugueses desfilassem na Parada da Vitória, em Paris, e nesse sentido Garcia Rosado, em Março de 1919, solicitou junto do general Ker, para que fosse intérprete deste desejo perante o Alto Comando britânico. *Sir* Douglas Haig foi sensível à justa pretensão do comandante português e determinou que contingentes nacionais tomassem parte nos desfiles militares de Paris, Londres e Bruxelas. Garcia Rosado havia ganho mais uma partida neste «jogo» de pequenos-grandes interesses que se desenrola todos os dias nos gabinetes dos chefes militares quando se repartem e discutem as benesses e as honras internacionais.

Entretanto, no começo de Dezembro de 1918, em Lisboa, tinha ocorrido um acontecimento grave para o desenrolar da política interna e externa de

---

<sup>95</sup> Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 115-117.

Portugal: Sidónio Pais havia sido assassinado, a tiro de pistola, à entrada da estação dos caminhos-de-ferro do Rossio. Os tempos que se seguiram, se já eram de agitação, pioraram. Procurou-se que a substituição se fizesse ainda dentro da linha de pensamento e actuação do falecido, por isso assumiu a Presidência da República o almirante Canto e Castro<sup>96</sup> e do Ministério o, então, ainda jovem oficial João Tamagnini de Sousa Barbosa, sidonista convicto. Entre 27 de Janeiro e 30 de Março de 1919 outro Governo de cariz moderado formou-se, incluindo ainda representantes da corrente sidonista, mas chefiado pelo velho republicano José Relvas<sup>97</sup>. Dessa data em diante começaram as sucessivas alternâncias de Presidentes do Ministério. A República entrava em colapso político. Mas se ao panorama nacional, não bastassem os desentendimentos entre republicanos, este foi mais agravado pela revolta monárquica do Norte, com aclamação da Monarquia no Porto, no dia 19 de Janeiro de 1919. A aventura, conduzida pelo imparável conspirador monárquico e antigo oficial do Exército Henrique Paiva Couceiro, durou até 13 de Fevereiro, data em que as tropas republicanas submeteram a guarnição militar do Porto e, de novo, repuseram a ordem. Todos estes acontecimentos teriam, necessariamente, de se repercutir nas tropas, em França.

Em Janeiro, o general Garcia Rosado havia-se deslocado a Lisboa, tendo ficado a substituí-lo interinamente o general Alves Roçadas. Sinel de Cordes, o coronel chefe do estado-maior do CEP, tinha sido chamado a Portugal para assumir a pasta de ministro da Guerra do novo Governo; não chegou a sair de Paris, tendo regressado ao desempenho das suas anteriores funções no dia 18. A 15 de Fevereiro chegou ao posto de comando das tropas expedicionárias o general Garcia Rosado, assumindo as funções no outro dia.

O resto desse mês e do seguinte foram passados a tomar medidas sobre o repatriamento das forças militares portuguesas e do modo de mandar

---

<sup>96</sup> É curioso notar que, na primeira volta das votações, durante a reunião do Congresso da República — constituído em colégio eleitoral —, tenha surgido um boletim de voto com o nome de Garcia Rosado.

<sup>97</sup> Para melhor compreender os pormenores, consulte-se A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.º vol., 1977, p. 273-275. Teremos de acrescentar, em abono da verdade, que, nos últimos meses do consulado de Sidónio Pais, os monárquicos conspiravam, em especial no Norte do país, com o maior desplante e à-vontade. Tinham em vista a restauração do regime.

todo o material aproveitável para Portugal. Era, agora, um trabalho de organização, método e cautela onde devia imperar a ponderação e o cuidado de modo a não sobrecarregar os transportes com inutilidades nem deixar abandonado o que poderia ser útil. Seguiam-se as instruções do novo ministro da Guerra, António Maria Baptista, antigo comandante da 6.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria do CEP.

No dia 14 de Abril de 1919, foram recebidos no Quartel-General do general Garcia Rosado dois telegramas do Ministério da Guerra: um, chamava-o a Lisboa para conferenciar sobre assuntos relacionados com aquela unidade; no outro, determinava-se que o general se fizesse acompanhar do chefe do estado-maior, coronel Sinel de Cordes. Suspeitou-se do que se estaria a tramar na capital. A confirmação chegou no dia 18, quando o Adido Militar em Paris informava que Garcia Rosado ia ser substituído, no comando do CEP, pelo general Alves Roçadas — já então na capital francesa de regresso a Lisboa, por ter deixado de organicamente existir a 2.<sup>a</sup> Divisão por ele comandada; a 23, por telegrama, o Ministério da Guerra, confirmava que, por despacho do ministro, datado de 16, havia passado a comandar o CEP, em extinção, o já referido oficial<sup>98</sup>.

Qual o motivo para esta repentina decisão? Eis a pergunta que hoje poderia ser colocada com pertinência.

Ainda não topámos com documentação que sirva de suporte ao nosso raciocínio, por isso, o que vamos expor terá de ser tomado como mera hipótese de trabalho.

Depois da Monarquia do Norte e da guerra civil que envolveu a população portuguesa durante cerca de dois meses, os ânimos estavam claramente exaltados contra os monárquicos e todos aqueles que eram tidos como seus simpatizantes. Os saneamentos começaram a ser executados, tendo em vista afastar dos lugares de grande responsabilidade todos quanto apresentassem no seu perfil a mácula monárquica — era uma medida que se impunha para acalmar a opinião pública republicana, mas era, também, um processo de garantir que se extirpavam as conspirações contra o novo regime, já que os adeptos do anterior não desarmavam na tentativa de o restaurar — ou

---

<sup>98</sup> Ferreira Martins, *op. cit.*, p. 125-126.



que tivessem sido, ou tidos, como simpatizantes de Sidónio Pais — agora, também por dois motivos: ou pelo que ele representava de ditatorial na República ou pelo avanço que ele havia permitido às hostes monárquicas.

Pertencia ao domínio público o conhecimento de que tanto Garcia Rosado como Sinel de Cordes eram monárquicos, embora servidores da República e haviam sido nomeados para os cargos que desempenhavam por Sidónio Pais. Tornava-se inevitável o seu afastamento dos lugares assumidos durante o consulado do falecido Presidente. Porquê? Pela simples razão de coincidirem nestes dois aspectos. Prevaleceu o critério político ao da competência<sup>99</sup>. Juízos que, afinal, se repetem decorridos quase cem anos sobre o que acabamos de relatar!

Disciplinadamente Garcia Rosado acatou as ordens recebidas<sup>100</sup>. Não sabemos, nem nunca iremos saber, o quanto lhe terá custado o cumprimento da sua condição de militar correcto e cumpridor.

Chegados a este ponto, resta-nos tirar conclusões sobre a fase que relatámos da vida do CEP.

Depois de 9 de Abril de 1918, consequência do desgaste do início da batalha de La Lys e dos meses passados nas trincheiras sem qualquer tipo de repouso, o CEP estava exausto, dizimado e, o que dele restava, foi, por vontade do Alto Comando britânico, disperso para executar trabalhos de engenharia, mais propriamente, de sapadores. Pouco restou como tropa operacional. Tinham-se os Portugueses na posição que, em 1916, ainda na vigência do Governo de União Sagrada, os comandos superiores do Exército inglês queriam que eles estivessem. Porque não se acreditava no valor do soldado português? Julgamos que não. Porque não se acreditava no valor

---

<sup>99</sup> Sabemos que não foi estranha à destituição de Garcia Rosado e Sinel de Cordes o parecer opinativo de Afonso Costa, então já à frente da Presidência da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz. Havia sido uma das vítimas da senha sidonista e do rancor monárquico e católico!

<sup>100</sup> Aproveitamos para aqui chamar a atenção para um lapso existente no excelente trabalho que constituem os volumes de *Índices da Revista Militar* — trabalho que merecia maior divulgação entre os historiadores portugueses e estrangeiros. No volume III, refere-se ser o general Garcia Rosado o autor de um artigo intitulado «Resumo histórico dos serviços prestados pelo CEP em França» quando, na verdade, estas páginas foram extraídas do *Relatório do Estado-Maior*. O lapso resulta de, no final do artigo, se fazer a transcrição da proclamação de 1 de Dezembro de 1918, essa sim, da autoria do comandante do CEP.

dos oficiais portugueses como condutores de homens naquela guerra e porque era de toda a conveniência diplomática não dar grande relevo à contribuição militar de Portugal.

Como já antes tivemos oportunidade de ver, Sidónio Pais, por ignorância dos dossiês ou por convicção na vitória alemã, rapidamente acedeu às insistências do Alto Comando britânico. Quando quis retroceder, dentro dos limites do possível, era tarde e pouco ou nada havia já para conseguir extrair da Inglaterra. Nestas circunstâncias, só restava deixar estiolar o CEP, retirando de lá os homens que fossem necessários em Portugal, ao mesmo tempo que, tendo a certeza da não cedência da Grã-Bretanha, se ia diplomaticamente insistindo com a necessidade de transportes para reforçar, completar ou substituir os efectivos em França. Para tratar desta difícil situação — que parecia que era, mas não era, que parecia que se desejava, mas não desejava, enfim, que não passava de uma falsidade — nomeou-se o recente Chefe do Estado-Maior do Exército, general Tomás Garcia Rosado, talvez, julgando-o, por ser monárquico, um fraco defensor do intervencionismo nacional na guerra. Puro engano, pois Garcia Rosado, acima de tudo, era um patriota e um militar com brios. Não cedeu nas duras negociações que teve em Londres, ao mais alto nível do Estado-Maior Britânico. Não cedeu e percebeu, por certo, a teia de intrigas e de más vontades que se montava da Missão Militar inglesa, em Lisboa, para o estado-maior de Douglas Haig, em França, e dali para o Estado-Maior Britânico, em Londres. Com superior habilidade conseguiu que na capital inglesa acabassem por remeter a solução de toda a intriga para França, uma vez que era lá que ela tinha maior acolhimento. Só por perceber e conseguir isto, Garcia Rosado demonstrou o seu alto gabarito de militar e diplomata.

Já instalado em França, em contacto com a dura realidade de um CEP desorganizado, desmoralizado, incapaz de se refazer com a facilidade esperada, o novo comandante, enquanto negociava ao mais alto nível local, ia tentando reorganizar uma Divisão. Tarefa impossível que as sucessivas revoltas colectivas vieram demonstrar só ser exequível se se usasse de um elevadíssimo grau de repressão. A ele não fugiu Garcia Rosado. Não sendo possível organizar uma Divisão foi proposta a organização de três Brigadas a três Batalhões. Era o que restava.

O armistício veio interromper esta reorganização, tendo sido possível que alguns Batalhões tomassem parte nas últimas operações ofensivas contra os Alemães.

Como se vê, através do desinteresse de Lisboa e do empenhamento do novo comandante do CEP, houve um desfasamento não só entre a concepção de política de guerra que se definia em França e a que se praticava em Portugal; na frente de batalha não se conseguiu continuar a honrar com dignidade a política intervencionista, porque só na aparência era aceite e praticada pelo Governo Sidónio Pais. Esta é grande conclusão que os factos por nós expostos vêm demonstrar até à saciedade.

Para darmos por concluído o nosso trabalho falta-nos acrescentar mais alguns informações ao empenhamento das tropas em França, levado a cabo ainda durante o Governo Afonso Costa — e isso ajuda-nos a perspectivar a grandeza do esforço feito — e analisar as estatísticas mais significativas. Disso nos ocuparemos no capítulo seguinte.

(Página deixada propositadamente em branco)

## VIII

### O BALANÇO EM NÚMEROS

Ao pretendermos estabelecer um paralelismo entre as condições militares na frente de combate em França, onde o CEP se instalou, e as condições sociais, económicas e, especialmente, políticas em Portugal, quisemos que fossem perceptíveis uma série de elementos que, embora não parecendo estar entre si relacionados, eram, na verdade, interdependentes. Há, contudo, outras interdependências mais subtis — as quais tentaremos neste capítulo final deixar evidentes — que se relacionam com as anteriores e que passam por valores numéricos resultantes das estatísticas feitas já depois da guerra ter acabado. De todos os números que vamos apresentar alguns há cuja relação é quase impossível estabelecer, mas são imprescindíveis para se conseguir abarcar todo o esforço que representou a beligerância nacional. Nesse sentido, de forma muito ténue, seremos capazes de encontrar o fio condutor que justifica os relacionamentos pretendidos.

Vamos tratar a informação que achámos mais conveniente trazer até este trabalho segundo dois grandes grupos: a análise numérica da disciplina dos militares — ou, se se preferir, do comportamento disciplinar — e a estatística geral do CEP.

#### 1. A análise da disciplina

As Forças Armadas, ao longo dos séculos, conforme se foram tornando um grupo mais organizado e com objectivos mais precisos foram, também,

adoptando códigos de comportamento que lhes permitiam cumprir com maior precisão e rigor os fins a que se destinavam. No entanto, o tempo e a experiência ditaram a necessidade de separar com perfeita clareza dois domínios que não deviam confundir-se: o comportamento cívico e ético e o comportamento criminal. Campos distintos, mas por razões de simplificação, sempre foram incluídos, na linguagem vulgar, em Portugal, na designação vasta de disciplina.

### 1.1. As faltas disciplinares e os crimes

Há um conjunto de normas que caracterizam os militares e que os obrigam, dentro e fora do tempo de serviço, a procedimentos distintivos dos que têm enquanto meros cidadãos. Tratam-se de normas éticas e deontológicas cujo incumprimento só afecta o regular funcionamento da instituição castrense não advindo, desse facto, para a sociedade em geral qualquer inconveniente. Em Portugal essas normas estão e estiveram compiladas no Regulamento de Disciplina Militar (também designado no passado por Regulamento Disciplinar Militar) e surgem agrupadas sob a epígrafe de «deveres militares». Seria fastidioso enumerar todos os preceitos compilados no Regulamento de Disciplina Militar, mas, para que se possa fazer uma ideia, referem-se alguns ao acaso: dizer a verdade, não faltar à palavra, cumprir prontamente as ordens e os deveres militares, empenhar toda a vontade e saber nos actos de serviço, cumprimentar regulamentarmente os superiores hierárquicos e corresponder ao cumprimentos dos subordinados, não desviar da sua função os bens e o material militar, não dormir no posto de sentinela, manter a sobriedade não se embriagando, não participar em jogos de azar, não abandonar o seu posto, manter o asseio e a compostura no fardamento, não usar de linguagem pouco apropriada, não usar de familiaridade no trato com os seus subordinados nem inadequada para com os seus superiores, impor a disciplina, zelar pelo bem-estar dos seus subordinados, participar aos seus superiores hierárquicos qualquer falta de que tenha conhecimento, apresentar-se pronta e pontualmente no local que lhe for superiormente determinado.

Há actos que quando cometidos por militares, em serviço ou fora dele, afectam profundamente o regular funcionamento da instituição e, ou até, a sociedade civil em geral. Neste caso estamos perante crimes de natureza militar que, entre nós são descritos no Código de Justiça Militar e por ele puníveis. Também não os vamos tipificar todos, mas basta que enunciemos alguns para que se possa perceber a diferença. Assim, temos crimes militares: a traição — que apresenta várias formas de poder ser efectivada —, a espionagem, a revelação de segredos do Estado e aliciação, o atentado ao direito das gentes — que pode ir desde o prolongamento das operações militares já depois de declarada a paz até aos maus tratos de prisioneiros —, a insubordinação, a coligação, a revolta e a sedição militares, o abuso de autoridade, a cobardia e os crimes contra os deveres militares — que vão desde a rendição perante o inimigo sem lhe opor a resistência que os meios lhe permitirem, até ao abandono do posto perante o inimigo sem que para tal tenha tido autorização.

As punições mais vulgarmente aplicáveis aos militares são de natureza disciplinar, quer dizer, de natureza ética ou deontológica, porque correspondem a falhas de sociabilização castrense. Os seus efeitos, embora reflectindo-se na vida civil através da chamada *Caderneta Militar*, não rotulavam o cidadão como um criminoso, mas tão só como um desajustado à disciplina e ao comportamento próprio dos meios castrenses. O mesmo já não acontece com as penas impostas por crime militar. Neste caso o cidadão vê o seu registo criminal alterado de forma a indiciá-lo como um indivíduo socialmente desajustado.

As penas previstas no Regulamento de Disciplina Militar eram: repreensão simples ou agravada, detenção, prisão disciplinar e prisão correcional.

As penas previstas no Código de Justiça Militar eram: condenação à morte com ou sem exautoração, prisão maior celular, presídio militar, incorporação em depósito disciplinar, reclusão militar e degredo.

## 1.2. As épocas mais propícias às faltas e aos crimes militares

Não nos foi possível ao longo dos nossos estudos determinar uma relação directa entre certas faltas disciplinares ou crimes militares e a época

do ano ou a evolução tática da guerra, todavia, não constituindo regra, há algumas tendências que poderemos evidenciar<sup>1</sup>.

A tentativa de não cumprimento do regulamento de censura da correspondência foi maior nos primeiros dois ou três meses após a chegada a França e imediatamente após a batalha de La Lys. Compreende-se que assim seja, pois, na fase inicial, havia, por certo, a ânsia de dar a conhecer onde se estava, o que se fazia e como se vivia e, depois de 9 de Abril de 1918, passou a fazer sentir-se o desejo de descansar a família sobre a sorte que lhe coubera ou, noutros casos, o desejo de dar a conhecer a pouca sorte que amigos e vizinhos tinham tido ao serem apanhados no turbilhão da batalha. Naturalmente, este inconformismo com a impossibilidade de relatar o que se pretendia poderá, também, ter estado ligado à mudança política operada em Dezembro de 1917 e, muito especialmente, com o facto de, a partir de Janeiro de 1918, serem muitos os graduados que iam de licença a Portugal e já não voltavam; quem ficava por terras de França queria saber o que se passava e, acima de tudo, queria queixar-se do desamparo a que ficara votado.

As ausências sem licença ou tentativas de deserção centraram-se mais no mês de Março de 1918<sup>2</sup> ou, pontualmente, quando aumentava a actividade bélica inimiga. Na realidade, a pressão psicológica da guerra de trincheiras levava mais facilmente à fuga, à tentativa de deserção, porque os homens estavam confinados a um espaço reduzido sobre o qual se centrava toda a flagelação do fogo inimigo durante todo o tempo. Só já um grande desprezo pela vida — difícil de conseguir — ou uma grande certeza na imunidade, que a sorte ia dando, conseguia conferir ao combatente a capacidade para resistir e para se manter no seu posto<sup>3</sup>. Era esta espécie

---

<sup>1</sup> Consultámos e extraímos apontamentos das seguintes caixas do AHM (1.ª Div. 35.ª Sec.): 12, 28, 29, 30, 437, 492, 646, 728, 776, 1028, 1029, 1030, 1212, 1266, 1349, 1416, 1418.

<sup>2</sup> Note-se que foi neste mês que se deu a falência disciplinar do V Exército Britânico, conforme refere John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987, p. 209.

<sup>3</sup> Veja-se o exemplo dado por Major Mário Afonso de Carvalho, *O Bom Humor no CEP: França: 1917-1918*, 2.ª ed. Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1945, p. 106-107, que descreve a resposta dada por um soldado de serviço ao periscópio de trincheira após o rebentamento de uma granada: «Eu cá nan dê por nada, mê Capitão! Tamem elas são tantas que um home já as bota ao desprezo!...».



de protecção que fazia a diferença entre tropas veteranas e não veteranas. Os comandos britânicos tinham mais confiança no valor dos seus soldados exactamente porque as unidades que os integravam haviam já passado por várias batalhas e tinham dado aos sobreviventes uma espécie de certeza de que só morre quem tem de morrer; certeza essa que iam passando de boca em boca para influenciar os reforços recebidos e pouco ou nada habituados ao flagelo da guerra. Ora, com as unidades portuguesas, nenhuma, até 9 de Abril de 1918, tinha atravessado um período de grande intensidade de combate. O mês de Março foi aquele que estabeleceu a separação entre uma razoável tranquilidade — a possível nesta campanha — e a tremenda fricção do começo da batalha de La Lys.

Os furtos nas casas abandonadas das aldeias próximas das trincheiras foram mais frequentes no Inverno de 1917. Compreendiam-se como resultado do grande frio a que os soldados portugueses não estavam habituados. Nas casas abandonadas pelos seus ocupantes sempre podiam encontrar alguma roupa interior para reforçarem a que lhes competia pelo regulamento. Muitas vezes, procuravam botas, porque as que levavam de Portugal não tinham qualidade para suportar a chuva e a lama. Também se apossavam de utensílios de cozinha para, nas trincheiras, poderem preparar alguma comida suplementar<sup>4</sup>.

As tentativas de auto-mutilação deram-se em maior número por altura das grandes flagelações da frente portuguesa (Março de 1918). Foram diversos os casos com que topámos nas buscas que levámos a cabo nos arquivos do CEP<sup>5</sup>. Contudo, não conseguimos quantificá-los com rigor, pois a maior parte surgem como acidentes com armas de fogo

Todos os restantes casos de irregularidades disciplinares ou criminais aconteceram um pouco por todo o tempo e em todas as circunstâncias. Também não foi possível estabelecer uma regra mais ou menos uniforme para as penas aplicadas.

Se se tratavam de faltas disciplinares a disparidade de critério era total, porque há casos de militares punidos com penas exageradamente elevadas

---

<sup>4</sup> Sobre este tipo de furtos veja-se, da nossa autoria, *Guerra & Marginalidade*, p. 77-98.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*.

e exageradamente baixas para a mesma situação. Na análise dos crimes militares já se pode encontrar uma tendência para gerar uniformidade, embora a amplitude das penas para faltas iguais ou semelhantes seja ainda bastante grande. Em suma, não é possível estabelecer quadros de correlação comportamental disciplinar dentro do CEP, donde, temos de nos ficar pela análise de conjuntos de situações para podermos extrair raras hipóteses conclusivas.

### 1.3. As faltas disciplinares mais comuns

Dadas as características das faltas disciplinares, as punições eram (tal como continuam a ser) da competência dos diferentes escalões de comando dos militares. Este facto implicou num exagerado número de punições dentro de um contingente militar com a dimensão do CEP. Essa é a razão pela qual nunca se tentou fazer um apuramento estatístico das punições disciplinares aplicadas em França durante a permanência do Corpo de Exército nacional naquele país.

Para que fosse possível um estudo tão rigoroso quanto desejável recolhemos duas amostragens das punições aplicadas nos anos de 1917 e 1918; uma, ao nível do comando do CEP<sup>6</sup> e a outra, ao nível do comando da 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria<sup>7</sup>. Da primeira pesquisa obtivemos 503 casos e da segunda 215. Foi com base nessas amostras que podemos concluir sobre o tipo de faltas mais comuns e as penas que lhes eram aplicadas.

Das infracções que subiam ao nível do comando do CEP para decisão ou agravamento de pena está em primeiro lugar, a uma distância enorme das restantes, o não cumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência ou situações com ele correlacionadas. Realmente, ao longo de quase toda a campanha houve sempre uma tendência para fazer chegar a Portugal notícias sobre a situação do contingente. Eram informações que se podiam dividir em dois tipos genéricos: sobre a localização onde se

---

<sup>6</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx's 28, 29 e 30.

<sup>7</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1370/8.

encontrava o remetente e sobre o moral das tropas. Qualquer das duas constituía matéria passível de censura, porque, quando divulgadas, eram excelentes indicações para o inimigo. Ora, a maior tentação dos soldados, e até dos graduados, era darem notícias do seu estado de saúde, do conforto ou desconforto que tinham, da forma como se alimentavam e da localidade onde se encontravam. Uma via para fazer chegar as informações a Portugal era a utilização do correio civil, outra era a de, escondidamente, escrever o que estava proibido; para isso usavam os mais invulgares processos que os graduados tinham como obrigação descobrir. Estas infracções foram punidas com um máximo de 30 dias de prisão correccional ou um mínimo de repreensão.

Logo a seguir, como faltas mais comuns, vinham o não cumprimento de ordens agravadas com o facto de retorquir ou do infractor estar embriagado. Este tipo de falta era, e é, comum no meio militar e tem tendência a aumentar quanto mais aumenta a tensão e o esforço físico exigido aos combatentes. Claro que o consumo de álcool estava associado a uma tradição nacional, exacerbada pelo clima frio e pelo perigo vivido na frente de batalha. As infracções descritas foram punidas com um máximo de 50 dias de prisão correccional.

Depois, segue-se na escala das punições, a uma distância já considerável das anteriores, a «ausência temporária do serviço sem licença».

Sob esta designação genérica podem configurar-se duas situações distintas: a efectiva ausência por negligência — que representa um valor ínfimo do conjunto — e o disfarçado ou não consumado desejo de desertar. Realmente a deserção só é assim considerada, em campanha, depois de decorridas 48 horas de ausência sem licença. Ora, como a captura dos potenciais desertores acontecia antes do limite legal, a acusação não podia ser a de crime, mas de falta disciplinar, contudo a intenção era dolosa. Muitas vezes, a ausência sem licença fazia-se acompanhar da perda de material de guerra ou de partes do fardamento factos que agravavam a pena. A punição máxima foi de 20 dias de prisão correccional.

Quase ao mesmo nível da anterior falta disciplinar vem a ausência de cuidado na condução de veículos fossem hipomóveis ou automóveis. Este descuido caracterizava-se pelo excesso de velocidade. Com efeito, as viaturas

puxadas por muares deviam andar a passo, não sendo permitido a passagem ao trote. Também os automóveis tinham de circular a baixa velocidade, o que nem sempre acontecia. Tratava-se de uma preocupação para segurança pessoal, mas, também, para evitar acidentes que inutilizassem veículos caros e difíceis de adquirir. A pena máxima aplicada foi de 30 dias de prisão correcional, sendo 15 dias a mais comum.

Logo a seguir e com pouca diferença de casos punidos vem um conjunto de situações indisciplinadas que poderemos classificar sob uma epígrafe genérica, porque se correlacionam: falta ou abandono da instrução, ausência de zelo, mau exemplo e não cumprimento de ordens. A falta à instrução poderia ser a do instruendo ou a do instrutor; no caso deste último, uma tal atitude associava quase sempre a falta de zelo e o mau exemplo; no caso do primeiro, poderia associar incumprimento de ordens. Os casos mais graves foram punidos com 60 dias de prisão correcional e os de menor gravidade com 5 dias de prisão disciplinar<sup>8</sup>.

No resto, as faltas disciplinares baixam para valores percentuais que não são significativos nem justificam um estudo pormenorizado.

Se analisarmos as faltas disciplinares dos registos da 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria o panorama sofre uma alteração significativa. Isso deve-se ao facto de, por um lado, se ter baixado de escalão hierárquico e, por outro, do tipo de funções desempenhadas pelo pessoal dependente dos respectivos comandos ser diferente. Realmente, as tropas situadas na área geográfica do comando do CEP e dele dependentes eram as dos serviços de apoio, manutenção e reforço, enquanto que as da Brigada de Infantaria estavam empenhadas directamente no combate. Acresce que na Ordem de Serviço (O.S.) do comando do Corpo também apareciam as punições que subiam à consideração disciplinar daquele escalão para serem agravadas (caso, por exemplo, de algumas ausências temporárias sem licença ou de faltas ao cumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência.

Das punições que surgem percentualmente mais significativas nos registos da 4.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria vem em primeiro lugar a falta à instrução.

---

<sup>8</sup> Para uma análise mais completa, veja-se o Anexo n.º 3.

Pode parecer estranho que seja esta a falha disciplinar mais em evidência, contudo, há que conhecer o quotidiano da tropa em França para perceber que quando os Batalhões retiravam das primeiras linhas não passavam a uma total inactividade. Efectivamente, as tropas tinham períodos diários de instrução para se manterem operacionais e fisicamente aptas a regressar ao árduo serviço das trincheiras. Era a esta instrução que muitos militares queriam fugir. E faziam-no por estarem extenuados, fartos de cumprir horários e obrigações diversas; na retaguarda achavam justo um maior tempo de repouso para retemperarem as forças. Esqueciam que, dias depois, voltariam às trincheiras e era necessário manter o adestramento físico e, acima de tudo, moral para poderem enfrentar um novo período de privações.

As punições estavam compreendidas entre 15 dias de detenção e simples guardas extras (serviço de sentinela para além daquele a que já estava obrigado).

A uma distância percentual muito grande vem um conjunto de incumprimentos disciplinares que podemos juntar na epígrafe «falta a formatura, falta à formatura de revista e falta ao respeito a superior».

Trata-se de uma outra infracção comum na vida militar, porque todas as actividades de serviço são antecedidas de uma formatura a partir da qual os diferentes grupos marcham aos destinos que lhes são indicados. A falta à formatura pode ser específica, como é o caso da que se destina a permitir passar revista às tropas e nessa circunstância torna-se mais grave, porque pressupõe a intenção de esconder falhas que iriam ser detectadas (faltas de artigos de fardamento ou de equipamento, falta de higiene ou de limpeza, etc.). Por vezes a falta a uma formatura é acompanhada de falta de respeito ao superior que identifica o faltoso, traduzida por respostas inconvenientes ou imponderadas. Nesta última circunstância a falta já assume alguma gravidade. Deve, a este último propósito, deixar-se aqui um apontamento sobre uma profunda alteração do comportamento e da mentalidade do soldado português de há 90 anos. Realmente, a boçalidade dos homens que vinham das aldeias, habituados a formas de respeito muito variáveis e duvidosas — as únicas autoridades que reconheciam eram o padre, o regedor, os próprios pais e pouco mais — tornava-os, poderíamos dizer,

por natureza, incapazes de suportarem uma disciplina imposta e, muito menos, uma autoridade não reconhecida. Assim, os graduados tinham de saber *conquistar* ascendentes junto dos seus soldados — homens corajosos, mas completamente brancos e brutos. Na maioria dos casos esses ascendentes eram resultantes da mostra de uma coragem e de uma audácia que os impressionava. Então, os praças viam no «seu» sargento ou no «seu» alferes alguém que não lhes ficava atrás na falta de amor à vida e, nesses casos, tais soldados tornavam-se de uma fidelidade, quase poderíamos dizer, animal. Curiosamente, era o distanciamento dos outros graduados — capitães, majores e por aí adiante — que funcionava na relação com eles; teciam-se lendas à volta da coragem e da bravura desses que já só se mostravam de quando em vez e em momentos menos rotineiros. Acontecia, contudo, que os capitães, comandantes de Companhias, tinham de rondar as primeiras linhas, a fim de verificarem a efectiva montagem do sistema de segurança e essa proximidade levava, por vezes, a deixar que os soldados mostrassem uma familiaridade que, de todo, não podia ser levada à conta de falta de respeito, mas, pelo contrário, à muita consideração e estima, pois, atabalhoadamente se lhes dirigiam, chamando-os por «*meu capitãozinho*» tais como crianças que tratam o pai por paizinho. Esta ingenuidade, esta pureza de sentimentos, os anos e a evolução das mentalidades, quase fez desaparecer e foi já muito atenuada que se mostrou nas campanhas de África, nos anos de 60 e 70 do século xx.

As punições que foram aplicadas às faltas antes tipificadas estiveram compreendidas entre 10 dias de prisão disciplinar e 8 dias de detenção.

Caindo para valores percentuais de quase metade dos anteriores vem a falta ao cumprimento de ordens e de respeito. Trata-se de uma situação disciplinar genérica que pode ser agravada com a falta de respeito para com os superiores hierárquicos.

Aplicaram-se de 10 dias de prisão disciplinar a alguns dias de detenção.

As restantes faltas não assumem valores tão significativos que justifiquem uma análise pormenorizada<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Para mais pormenores, consulte-se o anexo n.º 4.

#### 1.4. As faltas disciplinares dos oficiais

Consequência da época — começo da década de 20 do século xx — as estatísticas do CEP só se preocuparam com as faltas e as punições dos oficiais, deixando sem tratamento as dos sargentos e praças que, felizmente, conseguimos hoje apurar por mera aproximação.

De acordo com o serviço de estatística<sup>10</sup>, foram 165 os oficiais punidos desde Janeiro de 1917 até 31 de Dezembro de 1918 no CEP.

Convirá verificar que não temos aqui qualquer indicador de separação temporal entre o ano de 1917 e 1918 — facto que nos ajudaria a explicar comportamentos e consequências de comportamentos — e, também, será interessante ressaltar que parece existir uma certa proporcionalidade entre a graduação e a quantidade de oficiais punidos. Na verdade o maior número de oficiais mobilizados situa-se nos alferes e são, também, estes os mais punidos<sup>11</sup>.

A prisão disciplinar foi o tipo de punição mais corriqueiro, pois situa-se na escala intermédia entre a menos grave e a mais gravosa. Mas, também, são os alferes aqueles oficiais que conseguem abranger o leque completo de todos os tipos de punição — desde a mera repreensão ao presídio militar. Olhemos, agora, para o tipo de faltas cometidas.

As mais significativas foram as de incúria (20 alferes) logo seguidas de não cumprimento do Regulamento da Censura de Correspondência (1 major, 3 tenentes e 10 alferes). As ausências ilegítimas também atingiram 2 tenentes e 9 alferes, tal como igual número destes oficiais não conseguiu justificar a sua falta ao serviço. Por cobardia foram punidos 2 capitães, 1 tenente e 1 alferes; por desobediência, 4 capitães, 3 tenentes e 8 alferes; por ofensas a superiores, 1 major e 4 alferes; por desrespeito, 1 major, 2 capitães, 3 tenentes e 6 alferes.

Repare-se que não havendo nenhum capitão castigado com presídio militar isto quer dizer que os casos de cobardia foram punidos com prisão correcional, sentença, em nosso entender, assaz insignificante para crime

---

<sup>10</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx 1401.

<sup>11</sup> Para uma análise mais cuidada, veja-se o anexo n.º 5.

tão gravoso na vida de um oficial. Assim, é por demais evidente que, ou não estão contempladas nestas estatísticas todas as punições disciplinares e judiciais aplicadas aos oficiais do CEP, ou estes foram só os casos que subiram a tribunal, ou, ainda, que o nível disciplinar era muito baixo nas nossas forças. Na verdade, 165 oficiais punidos num conjunto de 3366 embarcados para França representa uma baixíssima percentagem de actividade correctora (menos de 5%) o que contrasta com as percentagens a que, anteriormente, chegámos na análise das punições de sargentos e praças. Tal conclusão levanta um conjunto de dúvidas aparentemente pertinente nos dias de hoje: seriam os oficiais portugueses suficientemente disciplinados? Teria razão o Alto Comando britânico ao desconfiar da competência e capacidade da oficialidade nacional? Seria proporcional e idêntico o nível de exigência disciplinar pedido aos sargentos e praças e o que se requeria dos oficiais?

Estas dúvidas, ainda que com as devidas ressalvas consequência de temperamento que o caracterizava, têm eco no *Relatório do Comando*, no *Diário* e na obra *Os meus três comandos* da autoria do general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva. Efectivamente, como disse nos dá amplo conhecimento Isabel Pestana Marques, aquele que foi o primeiro comandante do CEP, deixou bem patente todo o seu desencanto relativamente ao comportamento dos oficiais portugueses, à sua falta de brio e de garbo, muito especialmente se comparados com os seus camaradas britânicos. Ora, se tivermos de aceitar como boas — todas ou algumas — as razões de Abreu e Silva temos, também, de hoje — mais do que na época — reconhecer que o defeito da existência de um corpo de oficiais cheios de vícios comportamentais, disciplinares e deontológicos se deve não ao desejo de beligerância do Governo Afonso Costa e menos ainda ao recente regime político proclamado em Portugal, mas a todo o processo de formação de oficiais herdado da Monarquia e consolidado por uma quase constante falta de treino e exercício da sua autoridade e capacidade de liderança. A Monarquia constitucional — tal como a absolutista — ao atribuir pouca importância à função militar, ao pagar-lhe quase miseravelmente, ao descuidar a aquisição de armamento moderno, ao não fazer grandes manobras militares com frequência, contribuiu para um relaxamento continuado dos vícios da



ociosidade castrense só cortados, de quando em vez, por uma ou outra expedição colonial de pequena envergadura<sup>12</sup>. A República, através das as normas legislativas que, como vimos oportunamente, fez aprovar logo durante o Governo Provisório, tentou refazer e recompor um Exército deformado por muitos anos de descuidos e desatinos, contudo, uma reforma desta amplitude não se consegue em pouco mais de cinco anos!

### 1.5. Os crimes mais comuns

Os serviços de estatística do CEP, que funcionaram até ao começo da década de 30 da anterior centúria, são omissos quanto à totalidade de processos entrados nas secretarias dos tribunais e à tipologia dos crimes que foram sujeitos a julgamento, ou, no mínimo, que deram origem a processos disciplinares para a eles serem presentes. Assim, fomos, dentro do razoável, estudar os casos que envolveram militares de graduação mais baixa. Baseámos a nossa análise numa amostra de 39 registos de processos entrados no tribunal da Base e 448 registos de processos findos no tribunal a funcionar junto do Comando do CEP<sup>13</sup>.

Nos processos entrados no tribunal da Base verificámos que só 2 respeitam a 2.<sup>os</sup> sargentos, 1 a 1.<sup>o</sup> cabo e outro a 2.<sup>o</sup> cabo; tudo o mais envolve soldados (corneteiros, clarins, artífices, que eram formas de designar, então algumas das praças em serviço com equiparação a soldado). Acusados do crime de insubordinação ou insubordinação agravada com agressão ou desobediência entraram 10 processos; de deserção ou deserção agravada com extravio de artigos militares ou, ainda falta a embarque e tentativa de deserção há 15 processos. Todos os restantes não são significativos por não passarem de casos isolados.

---

<sup>12</sup> Sobre a situação material do Exército, pese embora o seu pequeno sentido crítico, veja-se Carlos Selvagem, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

<sup>13</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1349.

Relativamente aos processos analisados e tratados no tribunal que trabalhou junto do comando do CEP<sup>14</sup>, que podem constituir uma boa amostra da situação naquela grande unidade do Exército, verifica-se que a insubordinação e a deserção foram os crimes mais comuns, seguidos imediatamente, embora a uma distância significativa, do furto, da revolta e da falta de cumprimento dos deveres militares (tipificação muito ampla que pode abranger vários delitos militares). Curiosamente o homicídio, voluntário ou involuntário, atinge, também, valores com significado, tal como o atropelamento e a cobardia. A propósito de homicídio, convirá recordar a grande facilidade que havia entre os Portugueses daquela época para a vulgar rixa acabar em cenas de grande agressão, passando pelo uso de facas ou navalhas. Especialmente depois de 9 de Abril de 1918, quando as tropas portuguesas estavam estacionadas em áreas mais ocupadas por tropas britânicas, foram usuais as brigas entre militares das duas nacionalidades e fizeram-se notar os casos de agressão com arma branca que acabavam com Britânicos hospitalizados.

Voltando à amostra em análise, temos que a distribuição de crimes envolve 1 major, 2 capitães, 3 tenentes, 1 alferes, um 1.º sargento, trinta 2.ºs sargentos, outros tantos 1.ºs cabos, três 2.ºs cabos, 361 soldados ou equiparados e 16 pessoas incertas.

Com estas poucas linhas fica mais clara a situação criminal no CEP, facto que, até ao ano de 2003, se manteve perdido na poeira dos arquivos<sup>15</sup>.

## 2. Estatísticas portuguesas

Olhando-se os números, cuidadosamente recolhidos, da história do CEP é possível tirar conclusões com grande acerto e fiabilidade, podendo-se, até, ir mais longe do que com muitas páginas cheias de descrições de feitos.

---

<sup>14</sup> Para mais pormenores, veja-se o anexo n.º 6.

<sup>15</sup> Com efeito, foi naquele ano que publicámos os valores que aqui apresentamos em *Portugal e a Grande Guerra* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, 2003, p. 366-370.

Teremos, julgamos, de começar pela tabela mais elementar: a dos efectivos do Corpo Expedicionário Português. Dela extraímos os indicadores fundamentais: quantos foram os homens idos para França destinados a combater e quantos os iam apoiar<sup>16</sup>.

O CEP era essencialmente uma grande unidade de infantaria que integrava militares de várias outras armas e serviços de modo a ganhar autonomia táctica. É assim que associados aos 35 631 infantas vêm os 9 622 artilheiros que davam ao Corpo de Exército poder de fogo de campanha garantindo-lhe resistência imediata nos ataques sofridos e protecção nas ofensivas que desencadeasse.

Os 4099 homens de engenharia e os 2203 de cavalaria não sendo imediatamente utilizados em apoio também não o eram, por sim mesmos, de combate. Realmente, à engenharia, para além de estarem atribuídas funções de construção de obras militares — indo desde o traçado de estradas e trincheiras até abrigos fortificados — competia-lhe, também, a destruição das fortificações inimigas e, por isso, não eram poucas as vezes que acompanhavam a infantaria nos *raids* até às trincheiras alemãs para procederem ao desmantelamento de incómodos fortins de betão que serviam de abrigo às mortíferas metralhadoras; cabia-lhe também a tarefa de abrir minas ou túneis que permitissem o acesso às trincheiras germânicas para, usando de cargas explosivas, as danificarem. A função destes militares, sendo menos visível que a dos infantas e artilheiros era-lhes, contudo, essencial.

Já as tropas de cavalaria, em consequência do tipo de guerra que se estava a fazer — perfeitamente estática —, não tinham a utilidade tradicional (reconhecimento, guardas de flanco, ruptura de frentes por força do movimento e exploração do sucesso por perseguição do adversário), daí que tenham abandonado os equídeos e os tenham substituído pelas bicicletas, transformando-se em unidades de ciclistas destinadas ao serviço de estafetas e, em casos raros, à progressão rápida no terreno à custa de poder de fogo ligeiro.

---

<sup>16</sup> Para um entendimento mais completo, veja-se o anexo n.º 7.

Os 1927 homens do Serviço de Saúde, para além de incluírem os médicos, incorporava os enfermeiros e maqueiros — militares não combatentes — mas essenciais à vida e sobrevivência das tropas.

Igualmente não empenhados no combate, mas sujeitos às suas consequências directas estavam os 1407 militares do Serviço de Administração Militar a quem competia não só a gestão financeira do CEP como também todo o serviço de intendência de campanha, que ia da simples confecção das refeições até à distribuição e restauro de fardamento e calçado, para além da guarda e manutenção dos depósitos respectivos; era um serviço essencial ao mínimo bem-estar de todas as tropas.

Ao único oficial da Armada incorporado no CEP competia a função de coordenar os embarques e desembarques das tropas nacionais no porto de Brest.

Entre os 114 oficiais equiparados estavam diversos tipos de indivíduos com várias funções e que iam desde funcionários dos Correios Telégrafos e Telefones até notários, passando por capelães militares. E, a propósito, convirá recordar que o serviço postal foi, como já vimos anteriormente, um dos que esteve melhor montado e serviu com eficiência.

Os 43 oficiais do Serviço de Estado-Maior eram fundamentais a toda a estrutura orgânica dos diferentes comandos, desde o nível do Corpo até ao de cada Brigada, passando, naturalmente, pelas duas Divisões. Eram eles quem estudava e organizava cada tomada de decisão de âmbito orgânico, informativo, logístico, tático e, até, estratégico se fosse caso para tanto. Constituíam a espinha dorsal do CEP.

Os 82 membros da Cruz Vermelha resultaram do facto de, quando Portugal se tornou beligerante, haver plena consciência da necessidade de mobilizar elevado número de médicos e enfermeiros, tal como já vimos anteriormente, e saber-se serem precisos muitos hospitais para prestar todo o apoio possível aos feridos de guerra. Esse foi o motivo que levou a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) a manter a oferta de um hospital com 300 camas para auxiliar os esforços do CEP. Determinou-se que tal unidade funcionasse em Ambleteuse, tendo a CVP recebido donativos nacionais e auxílios americanos e ingleses.

Não foi só a falta de homens para servir nos hospitais como enfermeiros que impôs que às mulheres fosse confiado essa função; também, a sua condição feminina, mais propícia na época a saber confortar os militares que sofriam, esteve na origem da aceitação das *damas-enfermeiras* em todos os Exércitos. Portugal não foi excepção. Realmente, muitos dos feridos portugueses que passaram por hospitais britânicos e tiveram oportunidade de contactar com as enfermeiras ali em serviço, exaltaram não só a eficiência bem como os cuidados desse pessoal.

A CVP começou por ter 54 enfermeiras com equiparação a Alferes e 26 praças a servir no seu hospital em França, junto do CEP. Não se limitando a França, em Lisboa, a CVP fundou uma Escola de Enfermagem onde foram ministrados cursos a jovens senhoras que, depois, prestavam o seu auxílio aos doentes militares internados no Hospital Temporário, que funcionou na Vila de S. António na Junqueira, onde chegaram a estar 1594 hospitalizados.

Em Julho de 1918 doze enfermeiras da CVP desligaram-se do serviço daquela instituição e solicitaram ao comando do CEP a passagem à dependência directa da estrutura militar. Foi assim que, pela primeira vez na história do Exército Português, se incorporaram mulheres nas fileiras, tendo-se formado o 1.º Grupo Auxiliar de Damas Enfermeiras (GADE 1). Foram colocadas no Hospital de Sangue n.º 8, na altura, funcionando em Herbelles.

Ao extinguir-se o Hospital da CVP as enfermeiras que ainda restavam foram incorporadas nas fileiras militares e formaram o GADE 2 utilizado no Hospital da Base n.º 1, tendo substituído as enfermeiras britânicas que haviam, até então, colaborado com o pessoal de Saúde naquele estabelecimento.

O papel das enfermeiras portuguesas junto das tropas do CEP foi altamente meritório já que serviu, muitas vezes, de lenitivo para a dor física e saudade da terra e da família distantes. De tal forma foi meritório o seu trabalho que a edilidade de Lisboa, não querendo que caísse no esquecimento, deu o nome de rua das Enfermeiras da Grande Guerra a uma das artérias da cidade, na proximidade de um bairro dedicado a personalidades republicanas com grande significado nacional.

Finalmente, os 36 oficiais de Secretariado Militar representavam um apoio na retaguarda para todos os serviços de carácter administrativo e justiça.

Foram 55 165 os homens e mulheres mobilizados e colocados em França, no CEP, para formarem o Corpo de Exército Português e todos os serviços de apoio a ele necessários. Pode dizer-se, como à frente veremos, que a totalidade embarcou para o seu destino entre Janeiro e Setembro de 1917. Depois dessa data foram muito escassos os reforços chegados a França idos de Portugal. Contava-se com a possibilidade, como também já foi por nós antes referido, de fazer embarcar todos os meses, depois de Setembro, até 4000 militares para completar a tropa na frente, criando a hipótese de se organizar a 3.<sup>a</sup> Divisão e manter sempre os efectivos orgânicos. Foi neste ponto que a Grã-Bretanha começou a solapar o esforço nacional, cortando os transportes marítimos que havia prometido. O Corpo de Exército ainda não tinha assumido a sua posição nas trincheiras e já os Ingleses sabiam que pouca duração ia ter como grande unidade. Os Portugueses mantiveram a esperança, até Dezembro, isto é, até ao golpe sidonista, de que Londres reconsiderasse na decisão e voltasse a colocar à ordem do Exército nacional navios com capacidade de transporte para se cumprirem os compromissos que eram do conhecimento britânico.

Foi este CEP com 55 165 militares que iniciou o seu calvário na Primavera de 1917. Continuemos a ver os números para nos esclarecermos.

Passemos à análise das estatísticas sobre as mortes.

Foi 16 o número total de oficiais mortos no CEP durante o ano de 1917. Parece quase inverosímil<sup>17</sup>. Realmente, 16 em 3376 oficiais mobilizados constitui uma percentagem ínfima e, bem menor ela é se se considerarem só os 7 falecidos em combate. Olhada nesta perspectiva, a campanha estava a ser um simples *passeio* militar. E, como adiante veremos, não saímos fora desta ideia se tomarmos em consideração os sargentos e praças falecidos no mesmo período. De facto, pensando nos milhões de mortos que ocorreram durante este tremendo conflito militar, os valores portugueses são necessariamente baixos.

---

<sup>17</sup> Para maior pormenor, veja-se o anexo n.º 8.

No mesmo ano de 1917 morreram, entre sargentos e praças, no CEP 592<sup>18</sup>. Voltemos a comparar 55 165 com aquele número e vemos que o total de mortos representa 1% dos efectivos, se não quisermos levar só em consideração os mortos em consequência de combate. Isto quer dizer que, realmente, o Alto Comando britânico havia escolhido para o CEP um sector muito tranquilo na frente. Até aqui, isto é, até Dezembro de 1917, parecia haver coerência na decisão inglesa: não permitir o aumento dos efectivos militares, mantendo os existentes numa situação de quase *não guerra*. Tudo se altera, no entanto, com o golpe de Sidónio Pais e é importante não esquecer que este ocorreu exactamente um mês depois do general Abreu e Silva ter tomado posse do comando do sector de Corpo de Exército (5 de Novembro de 1917). É a partir de Dezembro que começa a sangrar-se o CEP, não por baixas em combate, mas por saída de oficiais e sargentos que vão de licença a Portugal e não regressam aos seus postos na frente com a clara conivência do novo Governo e a indiferença do Alto Comando britânico. Estes foram os *inimigos* mais mortíferos do CEP até 9 de Abril de 1918, quando o Corpo de Exército era já pouco menos que um *farrapo* de uma grande unidade militar.

Vejamos se a nossa análise está certa, através da consulta dos números relativos às mortes de 1918 até dia 8 de Abril<sup>19</sup>.

O total de mortos, de Janeiro a 8 de Abril, foi de 430 entre oficiais, sargentos e praças. Todavia, em combate, nos meses de Janeiro e Fevereiro só pereceram 101 homens, entre os quais não está nenhum oficial. Tal facto remete-nos para uma situação semelhante à dos meses anteriores, no entanto, no mês de Março e primeiros dias de Abril morrem por acção do inimigo 254 homens. Assim, podemos dizer que os dois primeiros meses do ano são, do ponto de vista das mortes em geral e das que ocorrem em consequência da usura do combate, semelhantes aos meses anteriores, ou seja, o sector português na frente continua a ser *tranquilo*. Mas o que por lá se sucedia como resultado da acção conjugada do Governo de Lisboa e da indiferença do comando superior britânico não passava despercebido

---

<sup>18</sup> Podem verificar-se as causas, mais em pormenor, vendo o anexo n.º 9.

<sup>19</sup> Para melhor compreensão, veja-se o anexo n.º 10.

ao Alto Comando alemão e, em consequência desse conhecimento houve, pela certa, a intenção de explorar esta fragilidade na frente aliada e por ali lançar um grande ataque que visasse a ruptura das linhas de modo a chegar ao mar. Contudo, para tal era preciso gerar a confusão no comando britânico e, assim, fazer parecer que o ataque na frente do rio Lys era um mero entretenimento para evitar chamar a atenção sobre um outro, de maior envergadura, que se lançasse sobre qualquer ponto da frente. O mês de Março é o tempo das decisões do Estado-Maior germânico e o de martelar o CEP, convencendo os Ingleses de que não era por ali que se faria uma grande ofensiva. E o certo é que os comandos mais responsáveis, ao contrário da opinião portuguesa, acreditaram até aos últimos instantes, que se tratava de uma negaça alemã sem mais consequências do que as do mero desgaste dos Portugueses e nisso até nem viam os Ingleses grande inconveniente, porque era uma acção com duas vantagens: por um lado, contribuía para o objectivo inicial britânico: fazer desaparecer da frente a cooperação militar portuguesa; e, por outro, enquanto se desgastavam os Portugueses não se desgastava um Corpo de Exército britânico. Pode parecer excessivamente cínico o raciocínio, mas não é mais do que a frieza demonstrada pelo Alto Comando britânico quando, após a ruptura da frente, em 9 de Abril de 1918, fez transferir para os Portugueses a responsabilidade de um acontecimento que ele, afinal, acabou patrocinando. Compreende-se assim o crescimento em flecha do número de mortes em combate durante o mês de Março — repare-se que as que têm outras origens se mantêm entre valores semelhantes aos de todos os meses anteriores, pois, não foi além de 36 militares.

Só em Março morreram metade dos sargentos e praças falecidos durante todo o ano de 1917 e quase tantos oficiais como os mortos nesse mesmo período anterior.

Março é o segundo ponto de viragem na vida conjunta do CEP e da política nacional portuguesa e não é por acaso que foi durante este mês que Sidónio Pais tentou, junto do Governo inglês, inverter a situação de plena concordância com todas as exigências que Londres havia estabelecido em Janeiro, quando estar na guerra, em França, era, ainda, um *passeio* militar, como antes lhe chamámos. A guerra tornou-se *verdadeira* para os



Portugueses no mês de Março de 1918; para todos os Portugueses: para os que estavam na frente de combate e para os que já tinham largamente contribuído para o descalabro do CEP. Tudo o que se fizesse desta data para a frente era tentar somente remediar uma grande derrocada que os Ingleses haviam iniciado em Setembro ao acabarem com os transportes de tropas para França.

Na falta de dados exactos sobre as mortes de oficiais no primeiro dia da batalha de La Lys<sup>20</sup> fica-nos a possibilidade de analisar o resto do ano de 1918 desde 9 de Abril até ao fim<sup>21</sup>.

Foi sobre o mês de Abril que recaiu o maior número de mortos, 29, o que deve corresponder às perdas durante o primeiro dia da batalha e as sequelas posteriores. Nos meses seguintes, os números baixam para valores mínimos, estando de acordo com a falta de emprego operacional das tropas do CEP ou, pelo menos, um emprego afastado, de novo, das áreas geográficas de grandes desgastes e usura. Curiosamente, por motivos de doença os óbitos quase quintuplicam em relação a 1917 o que pode querer dizer que a oficialidade restante do CEP estava francamente molestada com o ambiente de campanha.

Quanto a sargentos e praças<sup>22</sup> a conclusão parece acompanhar muito de perto a que tirámos para os oficiais.

Com efeito, é no mês de Abril de 1918 que se verifica o mais elevado número de óbitos em combate, 360, caindo, de seguida, para valores que andam próximos da *tranquilidade* possível em tempo de guerra. Contudo, têm de se associar a estas mortes as resultantes de intoxicação com gases letais, as de desastre, de doença e de causas desconhecidas, pois todas elas aumentaram em relação ao termo de comparação — 1917 — e, em nossa opinião, esse aumento deveu-se a várias causas: por um lado, a prováveis sequelas de 9 de Abril de 1918, por outro, a um muito maior cansaço e

---

<sup>20</sup> Segundo uma relação existente no AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401, terão falecido 29 oficiais, desaparecido 2 e morrido 1 no dia 1 de Maio de 1918 em consequência de ferimento feito no dia 9 de Abril de 1918. Deste total 19 eram alferes, dos quais 4 milicianos; 8 eram tenentes, dos quais 1 era miliciano; e 5 capitães.

<sup>21</sup> Consulte-se o anexo n.º 11, para maiores pormenores.

<sup>22</sup> Para mais pormenores, veja-se o anexo n.º 12.

uma clara redução das resistências físicas, também, por andarem mais expostos à acção do adversário na execução de serviços para os quais não beneficiavam de abrigos de combate. Esta última razão, a ser verdadeira, está intimamente ligada ao novo emprego das tropas de infantaria em trabalhos de sapadores.

Dando por acabada esta breve análise das estatísticas do obituário do CEP, olhemos para um pormenor que ressalta do estudo desse mesmo obituário somente pelo interesse de perceber o culto do Soldado Desconhecido e do que ele, realmente representa em termos numéricos para Portugal, em relação à participação na Grande Guerra nos campos de batalha da Flandres.

Dos militares desaparecidos em França — 234 — somente 199 são efectivamente desconhecidos, isto é, perdeu-se deles o paradeiro e o rasto; 190 eram soldados ou cabos, 6 sargentos e 3 eram oficiais. Temos de reconhecer que, percentualmente, — tomando como base os 55 165 militares que serviram no CEP — o número é exíguo o que, mais uma vez, vem pôr em destaque o que temos repetido: o *preço*, em vidas, pago por uma participação no conflito que nos deveria ter alcandorado bem mais alto do que, afinal, foi conseguido não representou, mesmo para a época — ou, talvez, especialmente para a época — um *valor* excessivo; devido, por certo, à forma como o Alto Comando britânico entendeu o empenhamento nacional português na guerra. A espoliação do património colonial português teria sido bem pior!

Passando à análise das baixas por ferimentos ocorridas no CEP, convirá esclarecer que se tratam de ferimentos incapacitantes, isto é, levaram os homens que os sofreram a terem de deixar de prestar serviço de campanha; os ferimentos ligeiros, mesmo que resultantes de combate, não foram considerados<sup>23</sup>.

Tal como acontece com os mortos, também nestes números se percebem as flutuações do empenhamento em campanha, porque existe uma proporcionalidade — que não foi por nós explorada — entre as mortes e os ferimentos em cada um dos meses de permanência em França.

---

<sup>23</sup> Para um estudo mais amplo, veja-se o anexo n.º 13.

No ano de 1917, os ferimentos em combate são mais elevados nos meses de Junho e Julho que correspondem àqueles em que houve os primeiros contactos com o inimigo e a respectiva adaptação. Por outro lado, mesmo do ponto de vista tático, se explica essa diferença: os Alemães ter-se-ão apercebido da alteração das tropas que ocupavam as primeiras linhas e, como é usual, quiseram experimentá-las para as identificar e compreenderem o seu nível de combatividade. Actuações destas são comuns em todas as guerras e campanhas.

Se atentarmos nos números do ano de 1918<sup>24</sup> imediatamente nos apercebemos que, para além de terem mais do que duplicado em relação a 1917, o maior número de baixas verifica-se nos meses de maior massacre: Março e Abril, sendo curioso e significativo que os primeiros são mais numerosos do que os segundos independentemente de ter sido a 9 de Abril que se deu o começo do grande confronto. Isto quer dizer uma de duas coisas: ou o início da batalha não foi tão mortífero nem causador de ferimentos como se poderia julgar — hipótese que não aceitamos facilmente — ou, realmente, as baixas por ferimento no dia 9 de Abril não conseguiram dar entrada nos Postos de Socorros e Ambulâncias por falta de condições de transporte. De Maio de 1918 em diante, como resultado do tipo de empenhamento das tropas do CEP, as baixas por ferimento caíram à vertical. Confirma-se, portanto, a tese dos dois tempos distintos na vida do CEP. Tempos que aparentemente têm como limite o início da batalha de La Lys, mas realmente se balizam por um episódio anterior: o golpe sidonista e o abandono deste grande contingente militar ao seu próprio destino.

Reflectindo, também, sobre todos os militares que foram presentes a juntas de saúde e foram considerados incapazes de serviço<sup>25</sup>, temos que, no total, foram 7280 os homens que, de alguma maneira, ficaram marcados pela presença do CEP em França, já que, de todo o serviço ficaram incapazes 5738, ou seja, mais de 10% dos efectivos mobilizados e colocados na zona de combate. É, também, significativa a quantidade de oficiais dados como incapazes de todo o serviço — mais de 10% da totalidade mobilizada

---

<sup>24</sup> Uma vez mais, aconselha-se a consulta do anexo n.º 13.

<sup>25</sup> Para mais pormenores, veja-se o anexo n.º 14.

— acontecendo o mesmo na classe de sargentos e na de praças, quer dizer, por desgaste em campanha ou por uma má selecção dos militares convocados para França, as baixas são significativas se comparadas com os números de mortes e de ferimentos. Por outro lado, as mortes e ferimentos por simples desastre ou doença não nos indiciam a percentagem de incapazes de todo o serviço. Assim, teremos de atribuir estes números, em grande parte, à usura provocada pelo início da batalha de La Lys e, depois, a uma muito má selecção das forças que se destinaram a combater em França. Ora, este último motivo só encontra justificação plausível no facto de se ter propositadamente evitado as juntas médicas em Portugal para não comprometer a mobilização dado o nível de corrupção a que estava sujeito todo o país com o tradicional sistema de *empenhos*, pedidos ou, em linguagem mais vulgar, *cunbas*. Para que o serviço de mobilização funcionasse sem atritos era necessário evitar o desencadear da catadupa de pedidos que mandaria para França somente os mais desgraçados de todos os soldados, sargentos e muito poucos oficiais. Assim, terão embarcado quase todos a eito e foi, já em França, que se seleccionaram os que, de facto, não poderiam servir. Mesmo deste modo, o general Tamagnini, no seu *Relatório*, faz referência ao excesso de gente dada como incapaz para todo o serviço ou somente para o serviço de campanha<sup>26</sup>. A prova de quanto afirmamos foi-nos fornecida — e a ela já nos referimos — aquando da tomada do Poder político por Sidónio Pais: fez recolher a Lisboa elevado número de oficiais para desempenho de missões menores e permitiu a fuga descarada de França a todos quantos pudessem gozar licença em Portugal; passou a funcionar, então, o tradicional *empenho*.

Atentemos, agora, numa questão que gerou polémica em quase todos os exércitos que combateram na Grande Guerra e, daí em diante, em quase todas as guerras: o problema do emprego de oficiais milicianos em número muito excessivo na comparação com os do quadro permanente.

---

<sup>26</sup> Sobre as sucessivas posições de Abreu e Silva face ao problema do aumento de doentes no CEP pode consultar-se o apanhado em Isabel Pestana Marques, *Memórias do General (...)*, p. 108-112, ainda que a autora se deixe envolver na perspectiva, por vezes, exagerada do comandante do CEP.

No anexo n.º 15 pode ver-se que na totalidade, o número de oficiais milicianos é um pouco superior à metade do número de oficiais do quadro permanente empenhados na campanha, contudo, verifica-se que ao nível do posto de alferes ele se torna superior ao dos provenientes de oficiais profissionais. Nem outra coisa poderia deixar de ser, tendo em conta que nenhum Exército consegue ter efectivos permanentes que satisfaçam por completo as exigências de mobilização.

Para a superioridade numérica de alferes milicianos sobre a de alferes do quadro permanente terão contribuído vários factores que citaremos de seguida. Em primeiro lugar, o quadro de médicos é sempre inferior às necessidades de mobilização, tal como o de engenheiros, por se tratarem de especialidades de difícil e demorada formação académica que não compen-sam manter para além dos números estritamente necessários. Em segundo lugar, o número de alferes de infantaria, em princípio, tem de ficar aquém das necessidades de mobilização — e, no caso vertente, não nos podemos esquecer que se estava, também, a alimentar o teatro de guerra moçambicano. Mas o que agravou a situação, como já vimos anteriormente, foi a falta de reforços idos de Portugal para França o que levou a ter de se fazer localmente a preparação, na Escola de Oficiais Milicianos, de sargentos com estudos mínimos, transformando-os em alferes e isso foi resultado do golpe de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917. Também neste sector se fez sentir a dupla vertente de condução da política de guerra antes e depois daquela data.

Para finalizar o estudo e análise dos números e estatísticas do CEP debruçarmo-nos sobre a permanência das grandes unidades do Corpo Expedicionário nas primeiras linhas<sup>27</sup>, empenhadas em serviço de campanha. Isso ajudar-nos á a perceber o menos tempo de empenhamento da 2.<sup>a</sup> Divisão — 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Brigada — em combate e como o Alto Comando inglês, com base nesse facto — do qual ele foi, em primeiro lugar, responsável através da aceitação dos cortes de navios de transporte de tropas de Lisboa para França — veio a propor o abandono da organização em Corpo de

---

<sup>27</sup> Veja-se o anexo n.º 16 para consultar os pormenores.

Exército para passar a ser no de uma Divisão na frente e outra na retaguarda, em treino.

Note-se o empenhamento da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Brigadas, todas elas com mais de cinco meses de campanha em primeira linha. Isto quer dizer que, desde a altura da entrada nas trincheiras da 1.<sup>a</sup> Brigada até à assumpção do sector de Corpo de Exército, no começo de Novembro de 1917, quem efectivamente suportou o esforço de guerra foi a 1.<sup>a</sup> Divisão e mais a 4.<sup>a</sup> Brigada — esta, mesmo assim, francamente beneficiada em relação às outras três; as restantes — 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> — estiveram em primeiras linhas somente pouco mais de 3 meses. De Abril — data dos primeiros estágios nas trincheiras — a Novembro de 1917 deu tempo para o Ingleses procurarem uma nova forma de, empregando as forças portuguesas, reduzirem-lhes a visibilidade que, efectivamente, nunca desejaram para os seus velhos aliados.

O mesmo tipo de análise se pode fazer relativamente ao empenho da artilharia portuguesa na frente de combate<sup>28</sup>.

Ao atentarmos nos números que as estatísticas nos oferecem verificamos que, afinal, os Ingleses utilizaram os serviços dos artilheiros portugueses muito para além do começo da batalha de La Lys. Com efeito, vemos que há Grupos de Baterias de Artilharia (GBA) praticamente incapazes de operar depois de 9 de Abril, mas que houve, pelo menos, o 4.º GBA<sup>29</sup> e o Corpo de Artilharia Pesada que, integrados em unidades britânicas, continuaram a sua actividade de campanha por mais 4 a 5 meses. Isto evidencia que o importante para os Ingleses era o problema do enquadramento da tropa portuguesa: eles não confiavam, realmente, nos oficiais do Exército de Portugal. Assim se justifica esta utilização da artilharia e a constante pressão para reduzir, antes de 9 de Abril de 1918, a presença militar a uma

<sup>28</sup> Consulte-se o anexo n.º 17.

<sup>29</sup> Sobre a actividade desta unidade veja-se Abel Joaquim Travassos Valdez, *O 4.º GBA na Grande Guerra*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, especialmente a partir da p. 62. É curiosa a forma como o autor, nessa mesma página, se refere ao dia 9 de Abril de 1918: «O 9 de Abril abriu-nos os olhos com respeito a sectores calmos, pois que, até esse dia, os Portugueses nunca supuseram que a guerra pudesse existir sem o inevitável *estaminet*, a caminha com lençóis [*refere-se, naturalmente a oficiais; nota da nossa autoria*] e as *demoiselles*!». Isto confirma as nossas conclusões sobre a relativa tranquilidade da frente portuguesa até ao começo de Março de 1918.

Divisão na frente de combate, pois seria uma unidade subordinada ao comando de um Corpo de Exército britânico e sem grande representatividade internacional<sup>30</sup>.

A desconfiança britânica sobre a competência dos oficiais portugueses levou-os, provavelmente, a não acreditarem em todos os indícios de preparação de uma grande ofensiva nas vésperas da batalha de La Lys. E foram muitos esses indícios que o estado-maior do Corpo de Exército nacional comunicou para o escalão que lhe estava acima<sup>31</sup>!

Na mesma linha da artilharia se pode ver o tempo de permanência em combate das forças constitutivas dos Grupos e do Batalhão de Metralhadoras Pesadas<sup>32</sup>.

Estas unidades nunca perderam a sua orgânica de combate, contudo, depois de 9 de Abril de 1918, ao contrário da artilharia, passaram a acompanhar as unidades de infantaria nos seus trabalhos de simples sapadores. Repare-se que no final do mês de Abril de 1918 houve três Grupos de Metralhadoras que foram desactivados, restando outros três para darem origem a um Batalhão de Metralhadoras Pesadas que se formou no começo de Novembro, quando se esperava poder ainda participar com unidades organizadas nas últimas etapas da guerra. Os 2.º, 3.º e 6.º Grupos de Metralhadoras, depois de 9 de Abril de 1918, só esporadicamente entraram em acções de apoio, tal como se depreende da leitura de uma pequena monografia sobre um deles<sup>33</sup>. Fundamentalmente, eram unidades de confiança do comando do CEP para repressão das revoltas que foram ocorrendo nos diferentes Batalhões de Infantaria, facto que veio a acontecer, como relatámos, pelo menos, uma vez. Contudo, esta mudança de emprego — de tropa de

---

<sup>30</sup> Marginalmente, podemos, também, concluir sobre a importância que têm, hoje em dia, as manobras militares internacionais, pois servem para uniformizar critérios e actuações, evitando problemas como os que estamos a relatar. Infelizmente, nem sempre os Governos nacionais compreendem este tipo de necessidade.

<sup>31</sup> Veja-se, do major Vitorino Godinho, *Relatório Circunstanciado da Batalha de La Lys*, AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 144 n.º 180.

<sup>32</sup> Consulte-se o anexo n.º 18, para observar pormenores.

<sup>33</sup> Veja-se Mário Dias Trigo, *A Acção do 2.º Grupo de Metralhadoras (3.º Grupo de Metralhadoras do Corpo Expedicionário Português) na Grande Guerra (1917-1918)*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, p. 51-58.

combate em tropa auxiliar em trabalhos de engenharia — não invalidou que continuassem a sofrer baixas por acção do inimigo, visto que, estando próximos da frente, ou eram alvo dos ataques dos aeroplanos alemães ou da sua artilharia pesada. Chegaram a ter baixas em número significativo durante esse período em que serviram como sapadores.

Finalmente, passemos às Companhias de Sapadores-mineiros e Grupos de Pioneiros.

Também estas unidades, por razões bem compreensíveis, não sofreram alteração na sua orgânica, porque eram especialistas nos trabalhos que todos, agora, iam passar a fazer depois da batalha de La Lys. A grande diferença foi que antes de 9 de Abril de 1918 o seu emprego estava sujeito às ordens do comando do Corpo de Exército português e serviam, com o seu esforço, o esforço defensivo dos seus compatriotas e, depois daquela data, passaram a depender das ordens britânicas e a servir, com os seus trabalhos, as forças britânicas<sup>34</sup>. Cumpriu-se a vontade dos Ingleses ao reduzir as tropas de Portugal a meros auxiliares.

Dado que uma parte da totalidade das Companhias de Sapadores-mineiros e dos Grupos de Pioneiros esteve sujeita à usura do começo da batalha de La Lys, verificou-se que muitos sofreram a acção dos gases empregues pelos Alemães na madrugada de 9 de Abril e, por isso, tinham os pulmões fortemente afectados. O número de baixas à enfermaria e hospitais foi muito elevado nesta tropa<sup>35</sup>, demonstrando, desta maneira que as doenças e baixas em campanha não resultam nem afectam somente as tropas que combatem de armas na mão.

Do conjunto de números que tivemos a possibilidade de compilar e referir reforçam-se duas opiniões: no CEP começou a delinear-se a situação de colapso ainda antes de os Portugueses assumirem a defesa e comando de um sector de Corpo de Exército, em consequência do corte abrupto e definitivo dos transportes marítimos determinado pelo Governo britânico sob influência do seu Alto Comando; o descalabro verifica-se na sequência

---

<sup>34</sup> Sobre os trabalhos da 1.ª Companhia de Sapadores-mineiros pode consultar-se o Diário de Campanha que nos esclarece com muita quantidade de pormenores, nomeadamente sobre os serviços que prestaram aos Ingleses (AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cxs. 562, 565, 574 e 611).

<sup>35</sup> Consultem-se os Diários de Campanha contidos nas caixas referidas na nota anterior.



da tomada do Poder por Sidónio Pais e a aceitação imponderada das condições ditadas pelo Governo inglês sob influência do general Barnardiston e dos seus entendimentos com o *War Office*; a concretização deste descalabro ocorre com o início da batalha de La Lys que os Alemães centraram sobre a desfalcada e cansada 2.<sup>a</sup> Divisão Portuguesa a qual, sozinha — e no cumprimento dos acordos estabelecidos entre Sidónio Pais e o Governo de Londres — defendia o sector antes atribuído ao Corpo de Exército. Complementarmente, os números ajudam-nos a confirmar que a utilização dos restos do CEP tiveram a utilidade que o *War Office* lhes havia determinado ainda durante o ano de 1917, na vigência do Governo Afonso Costa, o que quer dizer, que, afinal, a última vontade a prevalecer foi a do Gabinete inglês e não a do Governo de Portugal.

Para concluirmos o presente capítulo resta-nos fornecer mais alguns dados que complementam toda a informação anterior.

Tendo, antes, feito referência aos mortos do CEP e à baixa percentagem que representaram, mesmo para a época e, especialmente, para o tipo de guerra que se estava a viver, achámos por bem, socorrendo-nos ainda das estatísticas do CEP<sup>36</sup>, identificar a quantidade de sargentos e praças que, até 29 de Abril de 1920, faleceram e que mais se distinguiram no CEP. Foram 18 ao todo; dos quais 6 eram sargentos, 7 eram cabos e os restantes 5 eram soldados. Da totalidade, 10 morreram a 9 de Abril de 1918.

Não é possível — mesmo com cerca de quarenta anos de experiência de vida castrense e quatro anos em serviço de campanha — ordenar por grau de importância os louvores com que cada um destes homens foi distinguido, contudo, não resistimos a transcrever dois que nos parecem traduzir com grande realismo a abnegação de todos estes militares: 1.º cabo Gendizalves<sup>37</sup> Dinis «Louvado por no combate de 9 de Abril de 1918 ter prestado altos serviços na observação, estando sempre ao parapeito [da trincheira] a pesar [*sic*] de ser constantemente batido por fogo de metralhadoras inimigas, conservando-se em constante vigilância, mostrando muita coragem e dedicação pelo serviço»; 1.º cabo Vicente Lopes «Louvado

<sup>36</sup> AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401 – Livro de Registos.

<sup>37</sup> É assim que está grafado no Livro de Registos do Serviço de Estatística do CEP.

pela maneira valorosa como soube morrer agarrado à sua metralhadora, quando, com o fogo dela, continha o avanço inimigo na batalha de La Lys de 9 de Abril de 1918». A parcimónia de palavras deixa antever o que foi o sacrifício destes militares que, durante a batalha, estava praticamente entregues à sua sorte, sem protecção mais nenhuma do que aquela que os companheiros lhe podiam dar.

Uma estatística curiosa é a que nos dá os valores dos oficiais e praças — e uma vez mais recordamos que os sargentos, nesta época eram considerados praças de pré — regressados de França por via marítima ao longo do período que vai de Março de 1917 a Julho de 1920. Vamos só tomar em atenção os números relativos aos anos de 1917 e 1918.

Entre Março e Dezembro de 1917 voltaram a Portugal 47 oficiais e 1759 praças; contudo, o facto mais curioso e demonstrativo dos efeitos do golpe de Sidónio Pais no CEP foi que no mês de Dezembro, a 19, embarcaram 30 oficiais. Olhando para os números de 1918 vemos que seguiram para Portugal 153 oficiais, sendo que o maior número foi no mês de Dezembro com 35, e 12 381 praças. Foi a debandada geral do CEP! Com menos catorze mil homens e sem receber reforços, sem oficiais, o general Garcia Rosado dificilmente poderia regenerar duas Divisões e com muita dificuldade poderia organizar uma. O que chama a atenção é que as maiores levas de homens acontecem em Agosto, Setembro e Outubro e são utilizados navios britânicos para esse efeito os quais poderiam, se houvesse real vontade para isso, levar para França os reforços necessários.

O CEP foi, de facto, abandonado à sua sorte pelo Governo chefiado por Sidónio Pais coadjuvado pelo Governo britânico. Ambos concorreram para o total desmantelamento de uma política de dignificação nacional, arduamente traçada pelos intervencionistas, nos anos de 1916 e 1917. Falaram mais alto, como quase sempre, em Portugal, a subserviência, o comodismo, o individualismo e o oportunismo!

## CONCLUSÃO

A intervenção de Portugal na Grande Guerra, nomeadamente na frente de operações europeia, em França, tendo sido uma opção estratégica — que ganhou todos os contornos de um objectivo nacional e definiu uma Estratégia Nacional — não foi, no quadro da política interna e externa, pacífica e, mais do que isso, depois de ter sido adoptada continuou a ser contestada e posta em causa.

É certo que poderia, na época, parecer mais conveniente à política interna uma neutralidade — mesmo que ambígua — protegida pela Grã-Bretanha em vez de uma beligerância. Contudo, essa impressão correspondia a uma política internacional de risco — pois deixava a Londres toda a liberdade de dispor dos territórios coloniais portugueses — e à continuação da atitude internacional adoptada pela deposta Monarquia. Em termos práticos, tudo passava por empenhar uma grande unidade militar no conflito, em França, ou reservar o esforço de guerra para a defesa dos territórios ultramarinos que estavam mais sujeitos à acção militar germânica. Eram opções distintas, porque, uma ia no caminho da ruptura com a tradição, envolvendo Portugal nos conflitos europeus, e outra, ia no sentido de manter o país dissociado das grandes deliberações e dos centros decisores e somente ligado à preservação das colónias, continuando, por assim dizer, a política de ocupação efectiva definida na conferência de Berlim, em 1885. Em qualquer dos casos, havia sempre, também, que tomar em linha de conta a orientação e o desejo da Grã-Bretanha, pois, para além de Londres ser, nesse tempo, quem pautava o comportamento internacional, dado o estatuto de grande potência da Inglaterra, Portugal dependia fortemente, em todos os aspectos, da protecção britânica. Optar por uma

política intervencionista era tentar uma paridade de soberanias no plano internacional, obrigando ao reconhecimento por todos os Estados de uma alteração de conduta de Lisboa depois da proclamação da República. O intervencionismo e a beligerância eram formas de ultrapassar traumas colectivos deixados pelo Ultimato de 1890.

As clivagens internas entre republicanos resultavam das sensibilidades quanto à visão que se tinha da aliança anglo-lusa: para uns, ela era uma grilheta da soberania; para outros, o amparo indispensável para Portugal poder vogar no mar encapelado dos interesses em choque de uma Europa desentendida. A esta dicotomia política têm de se juntar as oposições monárquicas e religiosas geradas pela mudança de regime em 1910. Mais por conveniência do que por convicção, os monárquicos — ou pelo menos uma grande parte deles — definiram-se como germanófilos enquanto os católicos, fizeram causa comum com aqueles, para se oporem à facção beligerante e radical republicana por causa da intolerância anticlerical.

Em face deste quadro de opiniões diversas era difícil encontrar um sentido de unanimidade que permitisse desenvolver uma política unidireccional. Acresce que essa dificuldade se agravou com os efeitos da guerra sobre a população civil, aumentando o custo de vida e facilitando as operações económicas ilícitas.

Quando o Estado português mandou marchar para França, no começo do ano de 1917, um grande contingente militar, o CEP, ao abrigo da aliança inglesa para colaborar com as tropas britânicas *atribuiu-lhe* uma função mais vasta do que a castrense: deu-lhe, sem o explicitar, um estatuto *diplomático*. Aquela força militar era, também, nas trincheiras, uma representação da vontade de um Povo, assim o desejavam os intervencionistas.

Porque há muitos anos estudamos a intervenção militar portuguesa na Grande Guerra percebemos que a grande maioria dos historiadores nacionais sempre tomou a nossa beligerância como um facto isolado de um contexto e de uma conjuntura específicos. Nós, neste trabalho, pelo contrário, procurámos olhar e explicar a participação militar na guerra através não do conhecimento posterior dos factos — visão que julgamos quase anacrónica — mas sim à luz daquilo que na época se sabia. Quer dizer, colocámo-nos sempre como *actores* não intervenientes, mas omnipresentes,

de modo a perceber e explicar os mecanismos que foram determinantes no desenrolar de toda a acção histórica. Quisemos *sentir* como sentiram aqueles que viveram os factos, mas não como *espectadores* onniscientes e omnipresentes de todo o processo histórico. Assim, a nossa explicação resulta da análise dos elementos justificativos do que aconteceu e não do que deveria ou poderia ter acontecido. Quisemos, também, olhar e estudar, tanto quanto possível, a intervenção militar interligando-a com as ocorrências políticas e sociais que foram acontecendo em Portugal antes e durante a campanha em França. Assim, quando iniciámos este trabalho marcámos a nós mesmos um objectivo: demonstrar que a participação militar portuguesa na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, em França, sofreu um conjunto de vicissitudes cuja origem se situou dentro e fora do âmbito castrense nacional, gerando dois «tempos», dois «modos» e, até, dois «tipos de comando» diferentes no Corpo Expedicionário Português durante o período que medeia de Janeiro de 1917 a Novembro de 1918. Quer dizer, não nos interessou estudar a vida do CEP desligada do desenrolar da vida política nacional; um estudo exclusivamente limitado ao quotidiano do Corpo Expedicionário na frente de batalha dar-nos-ia uma visão distorcida da verdade. Seria um simples relato de meras ocorrências desgarradas do seu contexto mais profundo. O que se passou em França, na frente de combate, e o que ocorreu em Portugal não se deve dissociar, porque as influências, como dissemos, se interpenetraram — naturalmente que o *todo* teve maior repercussão sobre a *parte* do que a inversa, ou seja, os acontecimentos em Portugal reflectiram-se com maior incidência no CEP do que os deste no país. O Corpo Expedicionário foi uma continuação de Portugal em França; estudá-lo somente como um fenómeno de natureza castrense era desenraizá-lo de um contexto muito mais vasto no qual ele, de facto, viveu. Essa foi a razão pela qual optámos por seccionar o nosso estudo em dois períodos distintos: o empenhamento militar até à tomada do Poder por Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, e o ano de 1918.

Para a prossecução do nosso objectivo seguimos três grandes vectores de análise e interpretação, a saber: *a*) o empenhamento militar das tropas portuguesas na frente de combate, em França, antes e depois da ascensão de Sidónio Pais ao Poder político; *b*) o relacionamento da situação política

interna, em Portugal, com o empenhamento militar português no ano de 1917 e no de 1918, em França; c) o estabelecimento, se possível, da correlação entre a emergência do sidonismo e as vicissitudes militares ocorridas no CEP.

Para além da utilização dos nossos ficheiros, construídos ao longo dos anos como fruto do estudo da documentação do CEP, debruçámo-nos sobre as mais recentes obras que se escreveram acerca da participação de Portugal na guerra e que tentaram estabelecer correlações mais ou menos aprofundadas com o sidonismo, buscando encontrar respostas para satisfazer ao nosso objectivo. Verificámos que, por não se terem compreendido as motivações mais profundas e subtis do intervencionismo nacional, nunca se foi capaz de relacionar, segundo um princípio de causa-efeito, o sidonismo com os acontecimentos militares ocorridos em França.

Em oito capítulos que tem este estudo fomos extraindo conclusões parcelares que nos ajudaram a ter uma visão de conjunto. Dessas conclusões, em síntese, nos ocuparemos de seguida para podermos, por fim, extrair a mais sintética de todas e que comprovará, afinal, o nosso objectivo.

No primeiro capítulo, apoiados em estudos anteriores da nossa autoria, chegámos à conclusão de que a dependência em que Portugal vivia da Grã-Bretanha, desde os tempos da Monarquia, para os mais radicais republicanos — que coincidiam com os defensores do intervencionismo em França — só deixaria de ser internacionalmente humilhante quando o país fosse capaz de se afirmar soberano, participando ao lado da Inglaterra em operações militares na Europa a pedido do Governo de Londres; os mesmos defensores do intervencionismo viam na beligerância a possibilidade de esta trazer vantagens económicas — tal como no imediato trouxe — para o país, ajudando a reduzir a crise de subsistências que assolava o território a qual gerava instabilidades sociais de vários tipos.

No segundo capítulo, passámos a descrever as alterações orgânicas sofridas pelo Exército português desde a reforma de 1911 até que foi declarada guerra pela Alemanha a Portugal. Essa incursão — que não negligenciou um recuo bastante largo para se perceber, afinal, este descurar dos políticos sobre as necessidades castrenses que ainda hoje existem no nosso país — possibilitou-nos compreender a má preparação do Exército

herdado da Monarquia. Ao mesmo tempo, permitiu-nos abarcar num só relance todas as medidas que foram sendo adoptadas pelos Governos desde que a beligerância se tornou exequível como meta ou objectivo nacional. Em simultâneo, compreendemos, também, o esforço militar que a simples neutralidade impunha em relação aos territórios africanos confinantes com as colónias alemãs. Pudemos concluir que, em 1916 e, especialmente, em 1917, África já tinha absorvido o pessoal mais moderno e melhor treinado existente nas fileiras do Exército.

Ao passarmos ao terceiro capítulo propusemo-nos fazer um estudo da sociedade portuguesa, ou, pelo menos, de vários sectores dela, para percebermos a possibilidade de conjugar a Estratégia Nacional concebida por Afonso Costa com o esforço pedido ao Exército de mandar para França um Corpo Expedicionário. Esse estudo esteve temporalmente compreendido entre Março de 1916 e Dezembro de 1917. Dedicámos particular atenção à acção desagregadora e conspirativa dos monárquicos, por ser o grupo que mais desestabilizou a ordem interna republicana e pudemos concluir que essa conspiração nunca abrandou, tendo-se acentuado no ano de 1917, agravando-se com o passar dos meses. Concluímos, também, que havia disseminada por todo o território, estendendo-se aos Açores, uma ampla conspiração monárquica, estando concentrados na Galiza e em Madrid os esforços conspiratórios, os quais passavam por antigos oficiais do Exército exilados e por agentes alemães que se dispunham a financiar movimentos revolucionários ou desestabilizadores em Portugal. Do nosso estudo ainda concluímos que a Espanha, pela sua forte ligação à Alemanha, pretendia beneficiar política e territorialmente com a instabilidade interna portuguesa e que, a partir, sensivelmente da segunda metade do ano, a conspiração monárquica passou a aceitar aliar-se com outras formas de oposição política em Portugal. Porque analisámos vários segmentos da sociedade portuguesa foi-nos possível concluir que a insatisfação política e social poderá ter corroído alguns dos suportes habituais da República e, nomeadamente, do Partido Democrático. Da análise documental do acervo do Serviço de Informações do Ministério da Guerra, concluímos que os monárquicos, inicialmente, estavam divididos entre os adeptos de D. Manuel e de D. Miguel e passaram a fazer causa comum durante o ano de 1917,

faltando a todos quantos conspiravam contra a República visão de conjunto das consequências da sua atitude obstinadamente anti-republicana.

Ainda no terceiro capítulo, dedicámo-nos ao estudo, inédito, do que chamámos «perigo alemão», ou seja, à actividade conspirativa desenvolvida entre portugueses e alemães com vantagens mediatas para estes últimos. Chegámos a várias conclusões. Vejamo-las, em síntese.

Se é verdade que a *guerrilha* monárquica, desde 1910 — mais particularmente, 1911 — representou um extraordinário desgaste tanto das estruturas políticas, administrativas e militares da República, não é menos certo que os Alemães com residência em Espanha se lhes associaram e se tornaram, também, um perigo constante contra Portugal. Numa primeira fase, pelo simples auxílio que deram aos monárquicos, em especial, miguelistas e, numa segunda, depois da eclosão da guerra na Europa, pela condução directa ou indirecta de acções de espionagem e sabotagem em Portugal. Esta constitui, como dissemos, uma vertente pouco explorada quando se trata da beligerância portuguesa na Grande Guerra — até pelo secretismo que a envolvia na altura e pela pouca investigação documental posterior — mas que terá sido altamente condicionante da entrada de Portugal no conflito, pois a ameaça era constante e a neutralidade ambígua não punha a República a recato de acções conduzidas do exterior, atentatórias da sua sobrevivência e, até, da manutenção da independência e soberania nacionais. Houve espionagem e sabotagens que serviram os intuítos germânicos durante todo o tempo que mediou da proclamação da República até ao final da guerra. Na verdade, só o armistício pôs fim a uma colaboração espúria entre monárquicos e Alemães.

Ainda neste capítulo procurámos situar o papel dos anarquistas e dos sindicalistas no processo anterior e posterior à declaração de guerra da Alemanha, contudo, foi-nos difícil estabelecer uma clara distinção. Todavia, concluímos que tanto uns quanto outros estavam declaradamente contra a intervenção de Portugal no conflito.

Quisemos perceber a importância que teve entre a burguesia nacional a difusão do panfleto que deu pelo nome de *Rol de Desonra* e, por esse motivo estudámos em pormenor o processo. Chegámos à conclusão de que através da análise dos dossiês criados no Serviço de Informações do Ministério



da Guerra, o referido panfleto para além de ter sido um meio de propaganda anti-beligerante e antigovernamental fortíssimo para a época pelas implicações desmoralizadoras ao nível militar e desagregadoras ao nível civil, veio demonstrar a existência de uma poderosa e bem financiada rede conspirativa montada transversalmente no tecido social da oposição, indo desde monárquicos a germanófilos e, possivelmente, a agentes estrangeiros, passando por operários, sindicalistas e anarquistas. Pela dimensão demonstrada — que não se pode confinar aos poucos portugueses, então, expulsos do país — geraram-se em nós fortes dúvidas quanto à possível ligação da revolução desencadeada por Sidónio Pais, nos primeiros dias de Dezembro de 1917, a toda a organização conspirativa que surge como evidente ao procurarmos entrar no âmago do *Rol de Desonra* através da documentação do Serviço de Informações. O antigo ministro plenipotenciário em Berlim terá beneficiado — directa ou indirectamente — de toda a situação conspirativa que se vinha montando desde o começo do Verão de 1917 ao contrário da ideia simplista, que ainda corre, de uma revolução preparada à volta do jornal dos unionistas de Brito Camacho. Sidónio Pais foi, em nossa opinião, a face visível e legal de uma conspiração militar e civil, republicana e monárquica, proletária e burguesa, nacional e estrangeira contra a beligerância nacional e contra o Governo Afonso Costa.

Ainda procurando compreender a conjuntura nacional que envolveu a marcha das forças militares para França e a sua estadia na frente de batalha no ano de 1917 tivemos a cautela de estudar as reacções populares à beligerância e concluímos que as greves em Portugal tiveram duas origens simultâneas: por um lado, a real premência do aumento do custo de vida como resultado da desagregação dos circuitos comerciais internacionais e nacionais e, por outro, como fruto do incentivo dos sindicatos operários que exploraram a primeira das causas referidas. Acessoriamente, pode concluir-se, também, que, com grandes hipóteses de ser verdade, por trás dos sindicatos e dos sindicalistas terão estado outras organizações políticas nacionais e estrangeiras ao serviço de interesses bem mais obscuros do que os da fome e da carência financeira; sobre os assaltos ocorridos um pouco por todo o país, mas com especial incidência nas cidades de Lisboa e Porto, pode dizer-se que partiram das camadas sociais mais carecidas e deixaram

em toda a população um sentimento de repulsa política pelo Governo e pela guerra.

624

Continuando, no terceiro capítulo, dedicámos algum espaço à análise do estado de espírito dos oficiais, dos sargentos e das praças do Exército face à guerra e à necessidade de seguirem e estarem na frente de batalha, em França. Concluimos o seguinte: uma grande maioria dos oficiais foi para a guerra a contragosto, desconhecendo as motivações profundas da intervenção, o mesmo ocorrendo em relação aos sargentos; as praças, absolutamente ignorantes das razões da beligerância começaram mesmo em Portugal a mostrar o seu desagrado até em participar nas manobras de Tancos. Quanto às deserções em Portugal foram poucas, se comparados todos os efectivos mobilizados para a Europa, para Angola e Moçambique. Por outro lado, da análise das deserções, conclui-se que as áreas geográficas a Norte do país se apresentavam mais propensas para facilitar a fuga à obrigação militar, o que corresponde a uma série de circunstâncias, a saber: maior tradicionalismo, menor proletarização agrícola, maior hábito de emigração, maior industrialização. Tudo factores que contribuíam para levar os jovens a fugirem ou para Espanha ou tentarem a emigração ilegal para as Américas.

Do conjunto do terceiro capítulo extraímos uma conclusão mais genérica e que se sintetiza da seguinte forma: por falta de uma adequada propaganda política, pela existência de um muito baixo índice cultural, uma feroz oposição política, uma constante actividade conspirativa contra o novo regime, um divórcio entre os objectivos políticos e os anseios da população urbana e rural, a persecução de uma Estratégia Nacional de prestígio e prestigiante ao lado das nações Aliadas, levada a cabo nos campos de batalha da Europa, integrando Portugal no seio das potências vencedoras e empenhadas com a modernidade e o futuro, no qual houvesse lugar para os pequenos Estados, estava fortemente comprometida. Assim, a retaguarda das forças militares, que iam representar o país nas trincheiras onde se combatia, encontrava-se em processo de falência e, dada a conjuntura interna, seria difícil que suportasse os rudes golpes económicos que uma dependência crónica do estrangeiro lhe impunha. No final do ano de 1917 uma qualquer solução política parecia ter de ser encontrada desde que,

mesmo como simples mito, propusesse a modificação do contexto amplamente explicado.

No quarto capítulo fizemos a transição do meio civil, que antes analisáramos, para o meio militar e passámos a estudá-lo no desenvolvimento que foi tendo nos anos de 1916 e 1917, confinando a nossa observação a tudo o que concerne à participação na guerra na Europa e à preparação da força expedicionária que se pretendia enviar para França.

Começámos por tratar da evolução da *Divisão Auxiliar*, pensada ainda em 1914, aquando do pedido feito pelos Franceses, e demos por concluída a nossa observação quando tratámos do Corpo Expedicionário Português (CEP), já no ano de 1916. Vimos o que se fez quanto a mobilização de forças militares para formar a *Divisão Auxiliar* e como se passou, depois, para a *Divisão de Instrução*. Identificámos as mudanças que foram tornando possível avançar para a formação de uma grande unidade militar; passámos a dedicar-nos ao estudo da instrução das tropas, nomeadamente, à criação do campo de manobras em Tancos. Adquiridos os conhecimentos anteriores, dedicámo-nos ao estudo dos instrumentos onde se plasmou a cooperação entre Portugueses e Ingleses, bem como as negociações militares efectuadas para se chegar a um acordo com o Estado-Maior britânico.

Voltámos a tratar da mobilização, agora só do CEP e, ao mesmo tempo, da sua organização, bem como das alterações que sofreu para se adaptar à colaboração articulada com as unidades britânicas das quais ficaria dependente. Dedicámos, também, a nossa atenção aos equipamentos de que estava dotado o Corpo Expedicionário.

Estudámos o transporte do CEP e respectiva instrução das tropas já instaladas em França, mas antes de entrarem em combate. Depois, dedicámos algumas páginas à análise das primeiras acções das forças portuguesas frente ao inimigo, no sector que lhe foi atribuído pelo Alto Comando britânico, para podermos perceber o verdadeiro empenhamento nacional na frente de combate.

No final do capítulo chegámos a uma conclusão geral, em função da análise do que havíamos exposto: foi a vontade política do Governo Afonso Costa e a tenacidade do seu ministro da Guerra, Norton de Matos, que conseguiram pôr de pé a força militar que veio a ter a designação de Corpo

Expedicionário Português. Mas foi, também, o empenhamento do Estado-Maior do Exército que possibilitou a mobilização, organização e treino das tropas antes de embarcarmos. Claro que não podemos deixar de referir os muitos obstáculos que se levantaram fruto de uma grande ausência de desejo de entrar na guerra comum a elevado número de oficiais que se acabaram conluindo com Machado Santos na tentativa revolucionária de 13 de Dezembro de 1916, a qual representou um rude golpe na estrutura organizativa e, acima de tudo, moral do CEP. Depois da chegada a França, o estado-maior do Corpo Expedicionário teve uma acção decisiva na reorganização do contingente de forma a dar-lhe coerência na articulação com as unidades britânicas com quem ia cooperar. Uma verdade incontornável e insofismável ressaltou do nosso estudo: dentro do possível, com os efectivos colocados na Flandres, o CEP conseguiu, até ao final do ano de 1917, cumprir com dignidade a missão militar e diplomática para a qual havia sido criado. Contudo, a falta de compreensão interna nas razões da beligerância e a indiferença sobre o futuro na hora da paz conduziram a que, depois de o grosso da força expedicionária estar em França, dentro do próprio Estado-Maior do Exército se fossem cultivando acções tendentes a abandonar o CEP à sua sorte. Delineavam-se já os contornos da falência da retaguarda, em Portugal, que iriam ditar o malogro das tropas nacionais empenhadas no teatro de guerra na frente ocidental. A par desta situação ainda pouco evidente, deve ressaltar-se a decisão do Governo britânico de retirar do serviço de Portugal todos os navios de transporte de tropas, ficando o Exército dependente da pequena capacidade do *Gil Eanes* e do *Pedro Nunes*. Em suma, de Março de 1916 ao final de 1917 concluiu-se o primeiro ciclo de vivência do CEP, aquele que cumpriu o objectivo nacional de beligerância e de afirmação internacional do país entre os Aliados; Janeiro do ano seguinte anunciava as alterações definidoras do segundo ciclo.

No quinto capítulo demos continuidade à análise feita no anterior, focando-nos em certos aspectos do quotidiano do CEP, desde a forma como se vivia nas primeiras linhas, em apoio e em reserva, até às visitas e cerimónias que ocorreram, passando pela alimentação e higiene, pelo apoio sanitário e respectiva organização, pela doença, doentes e feridos, pelos hospitais e pela correspondência e censura postal. Depois, fizemos uma

incursão sobre os combates de infantaria que se verificaram nos primeiros meses de 1918. Em seguida, identificámos e descrevemos os antecedentes da batalha de La Lys, procurando dar uma panorâmica geral da situação e do moral das tropas. De imediato, passámos ao estudo da última reorganização antes da batalha e análise dos efectivos disponíveis para o combate, não nos esquecendo de abordar a primeira situação de grande revolta militar no CEP.

Depois de termos feito uma ronda por todas as envolventes do CEP que podem explicar a sua existência nos primeiros dias de Abril de 1918, dedicámo-nos ao estudo da batalha de La Lys e a como se desenrolou aquele fatídico dia 9. Do que dissemos fomos extraindo conclusões parcelares para chegarmos a uma mais geral. Já de seguida daremos aqui conta das primeiras.

A propósito da permanência na frente de combate ficou-nos a ideia de que a vida nas trincheiras e nas posições ligeiramente mais recuadas, no sector português, não era significativamente diferente do que se passava nos sectores britânicos ou franceses, na mesma época. A única e mais notável discrepância resultava do facto de nos outros sectores haver uma rotação das tropas entre a retaguarda distante das linhas — capaz de oferecer um verdadeiro repouso — e a frente de combate. Assim, os soldados portugueses não descansavam verdadeiramente.

De um rápido estudo do quotidiano dos soldados portugueses pudemos concluir que foram confrontados, logo desde os primeiros dias da sua presença em França, com um tipo de alimentação que ia ao arrepio dos seus maus hábitos alimentares e, por isso, o estado-maior do CEP, para remediar a situação teve de tomar medidas locais, indo ao encontro dos desejos dos militares. De qualquer modo, os nossos soldados andavam mal alimentados para os seus tradicionais gostos. A par disso, no CEP, foram adoptados critérios de higiene muito próximos dos que se impunham às forças militares britânicas o que representou uma forma de progresso, especialmente junto da classe médica que era responsável pela verificação desse sector da vida das tropas nas trincheiras.

Do ponto de vista sanitário podemos dizer que o Serviço de Saúde funcionava desde as primeiras linhas até à retaguarda, junto ao Atlântico, e,

dentro do possível para a época e condições de campanha, oferecia uma boa cobertura. Por outro lado, neste capítulo, percebemos que, no CEP, foi mais devastadora, em termos de baixas — e, por conseguinte, incapacidade para o combate — a doença do que a morte ou os ferimentos. Podemos concluir, também, que houve um bastante notável aumento do número de doentes nos meses que se seguiram a Abril de 1918, facto que nos conduz a pensar que os homens tinham já atingido a exaustão física quando lhes foi pedido que fizessem o esforço supremo de enfrentar o inimigo numa ruptura da frente de combate, em 9 de Abril.

Pela primeira vez na história militar portuguesa foi montado um serviço militar postal para servir a uma grande unidade e, do estudo do seu funcionamento, concluímos que se tratou de um sistema altamente satisfatório o qual deu resposta aos muitos anseios dos milhares de homens que estavam em França.

A propósito da censura postal verificámos que funcionou com alguma severidade, por um lado, dado o clima geral de descontentamento que pairava em todos quantos tinham sido chamados ao cumprimento da obrigação militar e, por outro, por causa da sempre constante tentativa de fazer chegar a Portugal notícias pouco tranquilizantes.

As visitas oficiais efectuadas ao CEP — a de Norton de Matos e a de Bernardino Machado — vieram confirmar, por um lado, o empenho do ministro da Guerra na missão militar do CEP e, por outro, a importância nacional que o Presidente da República dava ao Corpo Expedicionário Português, numa clara demonstração do empenhamento estratégico da política do país.

Quando estudámos e analisámos os combates de infantaria ocorridos durante os três primeiros meses de 1918 pudemos concluir que o CEP adoptou a defensiva como posicionamento tático, durante a sua permanência nas trincheiras da Flandres, de Julho de 1917 a Abril de 1918, já que, à partida, se não podiam contar com grandes reforços idos de Portugal de forma a arquitectarem-se operações ofensivas de maior envergadura, ao mesmo tempo que, em crescendo, as forças alemãs foram desenvolvendo o posicionamento ofensivo que levou ao colapso final do Corpo de Exército português.

O estudo dos antecedentes da batalha de La Lys conduz-nos a Março de 1918 e, às acções desenvolvidas pelas tropas alemãs e portuguesas. Desse trabalho pudemos concluir que este foi o mês que representou o desgaste final no já estafado e desfalcado CEP. Nada nos leva a garantir que se não tivesse havido o assalto ao Poder por Sidónio Pais a situação tivesse sido diferente ou alterada para melhor e maior repouso das tropas, pois o que ressalta de todo o relato que fizemos, e o que está para além dele, é que Portugal não dispunha nem de vontade para fazer substituir na frente de batalha os homens que para lá tinha enviado, nem possuía meios navais em quantidade que o permitisse fazer e, assim, sobressai e sobreleva a todas as restantes, a atitude do Governo da Grã-Bretanha que, com razões justificadas ou sem elas, deixou cair o CEP, não colocando á disposição do Exército Português os transportes de tropas que fossem a mola impulsional para a renovação dos efectivos na frente de combate, mesmo com todas as resistências internas e com todas as dificuldades organizativas e políticas. Portugal não quis e a Grã-Bretanha ajudou a que não quisesse.

Neste capítulo vimos como, inopinadamente, o Alto Comando britânico tomou a decisão de fazer cumprir o novo acordo de emprego das forças portuguesas que havia sido alcançado em Lisboa, em Janeiro de 1918. Foi na sequência desta atitude unilateral que na frente de combate ficou só a 2.<sup>a</sup> Divisão reforçada por uma Brigada de Infantaria. Esta medida pôs a claro que aquela unidade, em consequência do seu estado físico e moral, não tinha hipóteses de resistir a mais do que um *raid* de grandes proporções. Esta situação só se tornou evidente para o comando britânico entre a noite de 7 e 8 de Abril, de tal modo que nesta última data foi dada ordem de rendição da 2.<sup>a</sup> Divisão. O movimento deveria ter início no dia 9, contudo, era tarde. Foi, talvez, a associação de um sentido exagerado da necessidade de manter a representação militar nacional nas primeiras linhas de combate, para cumprir o inicial objectivo e, depois, o desleixo do Governo Sidónio Pais que conduziram à ruína o CEP enquanto unidade operacional do Exército Português.

Sobre a batalha de La Lys e do estudo que dela fizemos podemos dizer, em jeito de conclusão, que o comportamento das tropas portuguesas achou-se ao nível de quaisquer outras que tivessem estado no seu lugar dada a

precariedade dos abrigos e trincheiras do sector nacional — todas as supostas fortificações se destruíam ao mínimo impacto da mais inocente granada de morteiro; ter-se-á gerado entre os soldados um forte sentimento de impotência fruto do muito cansaço a que estavam sujeitos havia mais de um mês e isso, na ausência de oficiais experimentados, levou-os a abandonarem o terreno perigoso. Estas são as justificações imediatas, contudo, há as que vêm de trás e que encontram a sua origem na posição britânica de impor a Portugal um reduzido papel no conflito e de o novo senhor do Poder — Sidónio Pais — ter cedido com grande facilidade às exigências de Londres, as quais, já na fase final do Governo Afonso Costa, mostravam um forte desejo de subordinar Lisboa. A Berlim nada desta trama escapava e a conspiração contra a afirmação soberana que os adeptos da intervenção haviam gizado com clareza no final de 1915 e início do ano de 1916 tanto passou por Madrid — pelo seu silêncio conivente — como por Londres — pelo seu desejo arrogante de manter o velho aliado em posição de profunda dependência — como por Berlim onde se jogava por conseguir uma península Ibérica com fortes simpatias germânicas e a desmoralização das tropas portuguesas na frente de combate.

Como conclusão geral do capítulo podemos dizer que o ciclo da decadência do CEP e de Portugal como potência beligerante se iniciou em Dezembro de 1917, confirmou-se diplomaticamente em Janeiro de 1918 e tornou-se evidente em Abril do mesmo ano; tudo isto a despeito dos esforços que os governantes nacionais fizeram antes do golpe de Sidónio Pais e com a evidente conivência do Alto Comando britânico em França, depois daquele acontecimento.

No sexto capítulo recuámos a Dezembro de 1917 e procurámos compreender o significado político, no plano da Estratégia Nacional, da tomada do Poder por Sidónio Pais, sem, todavia, cuidarmos de estudar a preparação do golpe, da qual, aliás, se sabe muito pouco.

Começámos por explicar a conjuntura interna e externa imediata de modo a compreenderem-se as mudanças ocorridas tão bruscamente entre 5 e 8 de Dezembro de 1918. Em simultâneo, enquadrámos o início do consulado de Sidónio Pais na Europa daquele tempo, para conseguir a percepção globalizante do movimento que esteve na origem da sua



governança. Depois, colocámos a questão que ainda hoje divide os historiadores de saber se seria Sidónio Pais um germanófilo ou, pelo contrário, um joguete nas mãos dos Ingleses.

Em seguida, analisámos o verdadeiro impacto que teve a subida de Sidónio Pais à condução dos destinos da nação. Para tanto, entretecemos as linhas que se fiavam em Lisboa, Londres e em França junto do Alto Comando britânico, passando do plano político para o plano militar e vice-versa, reflectindo-se sobre a organização do CEP.

Para finalizar, dedicámos um espaço especial para estudar uma figura militar pouco explorada pela nossa historiografia e que, quanto a nós, teve um papel importante nas grandes decisões de Sidónio Pais quanto à guerra: o major-general Nathaniel Barnardiston, chefe da missão militar britânica em Lisboa.

Ao longo do capítulo fomos tirando conclusões parciais.

Foi-nos fácil concluir que, de um modo geral, quer entre os Aliados quer na Alemanha, a instabilidade governativa imperou em função dos efeitos totalizadores da guerra, facto que justifica, de certo modo, o aparecimento de Sidónio Pais como elemento pseudo-salvador de uma situação que não tinha remédio interno. Quanto às tendências políticas do novo senhor do Poder em Portugal concluimos, com alguma precisão, que o antigo ministro em Berlim não era declaradamente germanófilo; teria, naturalmente, sofrido fortes influências comportamentais resultantes da sua longa permanência na capital germânica; viveria na incerteza, em 1917, da vitória alemã. Declaradamente, não era um anglófilo, mas terá aceite ceder perante as exigências britânicas para desfazer a impressão de germanofilia do golpe militar que conduziu ao derrube do Governo legal e legítimo. Sendo vaidoso e jogador, inteligente e enérgico e estando habituado a arrostar com as más vontades que os seus actos, por vezes pouco conservadores, geravam, terá arriscado associar-se aos adversários mais evidentes do regime republicano — que, no geral, eram adeptos da vitória da Alemanha e com os seus agentes conspiravam — para impor ao país um regime ditatorial, com alteração da Constituição Política. Impulsivo, rodeou-se, na falta de uma elite política, de todos os oportunistas que o momento criou. Não tendo medido, com precisão, os efeitos do golpe militar no plano externo,

possibilitou que os negócios estrangeiros vogassem ao sabor das conveniências de momento, permitindo, no plano interno, todas as arbitrariedades que o ódio popular desenvolvera contra os adeptos da intervenção militar na Europa. Por força das alianças mais privilegiadas que estabeleceu para a preparação do golpe militar, deixou que os monárquicos, desejosos do regresso ao anterior regime, alargassem, durante o ano de 1918, uma conspiração — que nunca se extinguiu —, provavelmente continuando com os apoios germânicos com sede em Espanha, destinada a criar o clima propício à restauração e ao seu próprio derrube. Enredado numa teia que não conseguia dominar, Sidónio Pais provocou a derrocada organizativa do CEP.

Sobre o efeito no CEP da tomada do Poder por Sidónio Pais concluímos que a desconfiança quanto ao valor operacional das tropas portuguesas esteve, aparentemente, no centro da decisão britânica de apoucar o empenhamento de Portugal na guerra. Mas trata-se de uma aparência, porque, tal como tivemos oportunidade de ver, desde sempre as instruções inglesas, pelo menos, na perspectiva militar eram muito claras quanto ao auxílio e colaboração a aceitar de Portugal. Era evidente que convinha reduzir a importância da República e isso mesmo sabiam-no os governantes em Lisboa já em Agosto de 1914. Torna-se claro que Sidónio Pais foi o *acontecimento* conveniente ao Governo inglês e que o general Barnardiston, com grande sagacidade e verdadeiro sentido da mais elementar tática militar, soube explorar o sucesso impondo no momento próprio, com ou sem indicações de Londres, as condições que já em tempos lhe tinham sido comunicadas e ele sabia ir em no sentido conveniente da política externa britânica. Ao mesmo tempo, por mero acaso ou por uma alteração momentânea da situação militar em Moçambique, Londres reforça a posição de Barnardiston, pressionando no sentido de colocar as tropas portuguesas naquela colónia sob o superior comando de um general britânico. A imediata cedência de Sidónio Pais foi o indicador de que se seguiria a cedência sem qualquer oposição quanto à redução da colaboração militar em França. Era necessário asfixiar o CEP, levando-o à situação que as instruções iniciais de Nathaniel Barnardiston previam: não passar de uma força de trabalho na retaguarda das forças combatentes britânicas, mesmo que isso fosse motivo de desagrado para os Franceses. Importante foi para os Ingleses tornar impossível

a deslocação para a frente dos reforços necessários à reposição das baixas sofridas em combate e mais ainda a 3.<sup>a</sup> Divisão que faltava para Portugal ter um Corpo de Exército em toda a sua força. Assim, terá sido, teoricamente, em Outubro que ocorreu a viragem das condições de comando no CEP, mas, contudo, na verdade, elas só se começaram a fazer sentir-se durante o mês de Dezembro o que, na prática, coincide com a tomada do Poder por Sidónio Pais.

A conclusão geral de todo o sexto capítulo, de uma forma sintética, vai no sentido de podermos dizer que a incompreensão do novo fenómeno social associado ao conflito e que foi, depois, identificado como *guerra total*, conduziu, em Portugal, ao golpe ditatorial de Sidónio Pais. Golpe sem história contada ou conhecida, que colheu apoios também obscuros e que levou a que se acreditasse ser o seu chefe germanófilo, embora tenhamos demonstrado que, se nutria qualquer simpatia pela Alemanha, fez clara e descaradamente o jogo que a Grã-Bretanha lhe impôs e, nesta imposição, foi figura fundamental o chefe da missão militar inglesa, general Barnardiston. A cedência perante a vontade da Grã-Bretanha teve o seu mais significativo impacto no moral das tropas, na debandada geral de todos os graduados que puderam libertar-se do serviço de campanha e na organização do CEP, que saiu diminuído como representação militar nacional na frente de combate. O começo da batalha de La Lys incidiu, logo no primeiro dia, sobre a 2.<sup>a</sup> Divisão portuguesa que sofreu o maior impacto do assalto germânico o qual se transformou no golpe de misericórdia do CEP. Foi o ruir de um sonho de soberania e grandeza arquitectado pelo Governo derrubado por Sidónio Pais. Se os Alemães tiveram papel importantíssimo nessa destruição, Barnardiston terá tido grande importância, limitando e impossibilitando a reconstrução possível do Corpo Expedicionário. O desejo do Governo inglês, apresentado no Verão de 1917 a Norton de Matos, concretizou-se, afinal, através da derrocada do Governo português, em Dezembro, e do quase desaparecimento do CEP, em Abril de 1918.

No sétimo capítulo analisámos o CEP durante o tempo que mediou entre o dia 9 de Abril de 1918, princípio da batalha de La Lys, e o armistício. Aquela data foi usada por nós como uma subdivisão da história do desempenho militar dos Portugueses, em França, dentro da época sidonista.

Subdividimos o período em dois outros: o que vai de 9 de Abril até à nomeação do general Tomás Garcia Rosado para comandante do que restava do CEP e o do comando deste oficial até ao repatriamento das tropas depois do armistício. Procurámos perceber o reflexo do abandono da Estratégia Nacional traçada pelos intervencionistas, em 1916 e 1917, sobre o CEP e, sempre que possível, sobre a política geral portuguesa.

Começámos por uma visão dos efeitos devastadores do confronto de 9 de Abril; passámos, de seguida, ao estudo pormenorizado da personalidade do novo comandante do CEP nomeado por Sidónio Pais para enquadrar o renovado tipo de comando e as remoçadas esperanças que se tiveram sobre a utilização das forças portuguesas em França. Depois, estudámos a actividade deste oficial general em Londres, quando, antes de assumir o comando das tropas, mas na qualidade de indigitado comandante e antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português, foi negociar o emprego do CEP na frente de batalha. Posteriormente, estudámos, com cautela, o comando do general Garcia Rosado já em França e como ele, com vários apoios, conseguiu, de uns fiapos de tropa desorganizados, desmotivados e desmoralizados, arrancar com umas poucas unidades para que Portugal, como nação aliada, ainda pudesse estar presente na perseguição final dos Alemães. Analisámos o comportamento disciplinar dos Batalhões do CEP e o estertor que se viveu quando se pretendia conduzir os homens ao cumprimento do derradeiro esforço de patriotismo. Em seguida, relatámos os feitos levados a cabo pelas unidades empenhadas na campanha. Finalmente descrevemos com brevidade os trabalhos de repatriamento do CEP posteriores ao armistício. De tudo fomos tirando conclusões que, em síntese, iremos reproduzir.

A utilização que o Alto Comando britânico deu ao desmantelado CEP, após 9 de Abril de 1918, levou-nos a concluir que a verdadeira desconfiança que os Ingleses nutriam quanto às capacidades dos Portugueses como combatentes se manifestou depois da batalha de La Lys e que esse acontecimento de grande amplitude estratégica serviu para atribuir ao que restou do Corpo Expedicionário um papel secundário que, ao mesmo tempo, fosse identificável com um quase possível desastre militar. Assim, os objectivos da beligerância portuguesa saíam diminuídos aquando da paz.

Sobre a actuação do general Garcia Rosado em Londres e, depois, em França, quando tentou refazer o Corpo Expedicionário pode concluir-se que o Governo Sidónio Pais depois do acordo de Janeiro de 1918 feito com o *War Office* e confirmado com o *Foreign Office*, manifestou desejo, em Março, de reequilibrar a política de guerra, fazendo-a retroceder, dentro do possível a uma situação que permitisse manter na frente de combate uma representação mínima de soldados portugueses, mas, logo depois de 9 de Abril, começou a recuar, deixando aos Ingleses a tomada de todas as iniciativas. A rebeldia do general Abreu e Silva — associada à sua vaidade pessoal — levaram a que fosse substituído pelo general Garcia Rosado a quem o Governo, na prática, entregou as negociações com a Grã-Bretanha, salvaguardando que não houvesse exigências portuguesas, mas, antes pelo contrário, sucessivas cedências. Depois do acordo de Londres, conseguido com grande habilidade e sentido patriótico por Garcia Rosado, o Governo de Lisboa entregou a continuação das negociações ao novo comandante do CEP, partindo de uma certeza: a Inglaterra não ia colocar navios à disposição de Portugal para renovar os efectivos em França. Assim sendo, o general pouca margem de manobra ia ter para contrariar a vontade do Alto Comando britânico. Com ilusões, ao princípio, rapidamente Garcia Rosado percebeu que de toda a tropa que estava em França pouco poderia fazer — e disso os Ingleses tinham plena consciência. Restava justificar o seu comando e, para tanto, aproveitou-se dos oficiais mais voluntariosos e mais conscientes da finalidade de Portugal ter ido para a guerra.

Ainda como conclusão sobre o que estudámos quanto às insubordinações colectivas podemos dizer que vieram pôr a claro a fragilidade da estrutura sobranceira do CEP. Os milhares de homens que restavam haviam-se acomodado o melhor possível à execução de tarefas que, oferecendo alguma perigosidade, estavam longe dos riscos das primeiras linhas. E disto teve culpa o Alto Comando britânico que quase exigiu que os Portugueses se afastassem da frente de combate; disto teve culpa o Governo de Lisboa que não só aceitou a decisão inglesa mas, também, a facilitou, permitindo o regresso a Portugal de todos os graduados que quisessem e pudessem fazê-lo.

Garcia Rosado ao tentar inverter a situação de desânimo e indisciplina teve de se confrontar com uma turba de homens dispostos a serem presos, mas a oporem-se ao regresso às primeiras linhas. Só a repressão brutal, com o risco de morte igual ao que existia na frente de combate, pôs ordem naquela tropa em ruptura disciplinar.

De tudo o que estudámos e deixámos relatado no sétimo capítulo pode concluir-se que, através do desinteresse de Lisboa e do empenhamento do novo comandante do CEP, houve um desfasamento não só entre a concepção de política de guerra que se definia em França e a que se praticava em Portugal; na frente de batalha não se conseguiu continuar a honrar com dignidade a política intervencionista, porque só na aparência era aceite e praticada pelo Governo Sidónio Pais. Esta é grande conclusão que os factos por nós expostos vêm demonstrar até à saciedade.

No oitavo capítulo deixámos os números e as estatísticas sobre a actualização do CEP. Constituiu uma tentativa de mostrar de forma mais evidente o que foi a participação de Portugal na Grande Guerra. Tentámos estabelecer, quando possível, a relação entre as estatísticas e a situação geral do país.

As estatísticas e as considerações desenvolvidas ao longo do capítulo permitem-nos extrair pelo menos duas conclusões: primeira, no CEP começou a delinear-se a situação de colapso ainda antes de os Portugueses assumirem a defesa e comando de um sector de Corpo de Exército, em consequência de corte abrupto e definitivo dos transportes marítimos determinado pelo Governo britânico sob influência do seu Alto Comando; o descalabro verifica-se na sequência da tomada do Poder por Sidónio Pais e a aceitação imponderada das condições ditadas pelo Governo inglês sob influência do general Barnardiston e dos seus entendimentos com o *War Office*; a concretização deste descalabro ocorre com o início da batalha de La Lys que os Alemães centraram sobre a desfalcada e cansada 2.<sup>a</sup> Divisão Portuguesa que, sozinha — e no cumprimento dos acordos estabelecidos entre Sidónio Pais e o Governo de Londres — defendia o sector antes atribuído ao Corpo de Exército; segunda, os números ajudam-nos a confirmar que a utilização dos restos do CEP tiveram a utilidade que o *War Office* lhes havia determinado ainda durante o ano de 1917, na vigência do Governo

Afonso Costa, o que quer dizer, que, afinal, a última vontade a prevalecer foi a do Gabinete inglês e não a do Governo de Portugal.

Chegados a este ponto podemos, com grande soma de certezas, afirmar que a vida do Corpo Expedicionário Português teve os seus destinos intimamente ligados aos da política interna e externa nacional, acabando por viver dois tempos distintos: um, antes da ascensão ao Poder de Sidónio Pais e outro depois. O consulado sidonista não foi responsável imediato pela falência dos objectivos políticos atribuídos ao CEP, porque disso se encarregou a Grã-Bretanha ao cortar os transportes marítimos de militares, ainda no final do Verão de 1917, mas a tomada do Poder por Sidónio Pais, a despeito da mudança de comando daquela grande unidade e de instruções diplomáticas para continuar a política intervencionista, gerou condições concretas que impossibilitaram o prosseguimento da política internacional de afirmação de soberania através de um significativo contributo militar na frente de batalha em França. Complementarmente, tornaram-se evidentes dois aspectos que convém realçar: o primeiro, a incapacidade que o Governo intervencionista teve de mobilizar a opinião pública nacional para a importância de tornar o país beligerante — já por causa do elevado índice de analfabetismo, já por causa das alterações económicas provocadas pelo conflito militar — a par da impossibilidade de conter a conspiração monárquica contra o regime republicano; o segundo, o papel do chefe da missão militar britânica em Lisboa, major-general Nathaniel Barnardiston, como elemento introduzido pelo Governo de Londres e pelo Alto Comando, para condicionar a actuação das tropas portuguesas em França e diminuir o papel político de Portugal entre os Aliados.

Ao estudarmos a participação de Portugal na Grande Guerra, temos consciência de ter deixadas entreabertas muitas oportunidades de investigação futura, mas julgamos que, acima de tudo, teremos demonstrado a existência, no começo do século XX, de duas grandes e significativas correntes de pensamento em Portugal: uma, progressista, desejosa de romper com tradições e vícios velhos e, outra, tradicionalista, ancilosada, desejosa de manter Portugal no marasmo herdado de séculos, acoitando-se na Península e nos territórios ultramarinos sem vontade de olhar a Europa que evoluía ao ritmo das novas técnicas e das novas ideias.

(Página deixada propositadamente em branco)



## BIBLIOGRAFIA

Optámos por só mencionar na presente bibliografia os documentos ou os títulos e autores aos quais, de alguma maneira, fizemos referência no texto.

### a) Fontes documentais não impressas:

Fizemos, ao longo de vários anos, o levantamento completo das primeiras 779 caixas, de um total de 1500, do espólio documental do CEP existente no Arquivo Histórico Militar (AHM), recolhendo informaticamente os dados em formato de ficheiro Access que, oportunamente, oferecemos àquele organismo. Todavia, neste trabalho, é referida documentação existente nas seguintes caixas:

- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 12
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 28
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 29
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 30
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 74
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 76
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 142
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 143
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 145
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 148
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 357
- 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 359

1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 437  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 440  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 492  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 496  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 535  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 539  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 562  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 565  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 574  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 611  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 642  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 646  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 654  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 728  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 776  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 828  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 853  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 875  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1028  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1029  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1030  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1212  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1248  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1266  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1271  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1272  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1278  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1279  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1280  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1294  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1298  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1304  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1349  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1401  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1416  
1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1418

### Relatórios relativos à batalha de La Lys:

- ARAÚJO, Major Guilherme Correia de — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301, n.º 12).
- CARNEIRO, Capitão Jerónimo Pinto Montenegro — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301).
- CORRÊA, Tenente José Viana — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 143 n.º 76).
- COSTA, General Gomes da — *Relatório Sumário da Batalha de La Lys*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144).
- CUNHA, Capitão Santos e — *Relatório*, (AHM, 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 148).
- DIAS, Capitão Jerónimo Caetano David — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 142 n.º 45).
- DUQUE, Major José Augusto — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301, n.º 14).
- FREITAS, Major Nepomuceno de — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 16).
- GODINHO, Major Vitorino — *Relatório Circunstanciado da Batalha de La Lys*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 180).
- GODINHO, Major Vitorino — *Relatório Preliminar da Batalha, Sector de Fauquissart* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 144 n.º 148).
- GRAÇA, Alferes Adelino — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301).
- LEMS, Tenente-coronel Sande de — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 11).
- MARTINS, Coronel Docleciano Augusto — *Relatório da Batalha*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 10).
- PERES, Major — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 143 n.º 75-A).
- PISSARRA, Tenente-coronel — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1301 n.º 13).
- ROMA, Capitão Bento — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1272).
- SEABRA, Alferes Carlos de Almeida Beltrão de — *Relatório do Oficial Granadeiro do BI n.º 1* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 142 n.º 5).
- SILVA, Coronel João Reis e, — *Relatório* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 145 n.º 222).
- SILVA, General Fernando Tamagnini de Abreu e — *Relatório*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 1294).
- VALE, Major Mário Constantino Oom do — *Relatório*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 142 n.º 25).
- VIEGAS, Capitão José da Cruz — *Relatório*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 142 n.º 7-A).

### Outros Relatórios:

- Arquivo Histórico Militar — *Organização e Regulamento do Serviço Postal de Campanha*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 437).
- Arquivo Histórico Militar — *Relatório do Chefe da Repartição de Informações do CEP*, (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 148 n.º 431).
- Arquivo Histórico Militar — *Relatório do Serviço Postal de Campanha* (AHM 1.<sup>a</sup> Div. 35.<sup>a</sup> Sec. Cx. 437).
- SILVA, General Fernando Tamagnini de Abreu e — *Diário* (documento manuscrito e inédito (AHM – FP/51/2/857/4 (121-123)).

## b) Fontes documentais impressas:

- ALMADA, José de — *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa: Edições do Estado-Maior do Exército, 1946.
- COSTA, Afonso — *Discurso proferido pelo notável estadista por ocasião da sua jornada em Santarém, no dia 3 de Novembro de 1912*, Aveiro: Typ. Silva, 1912.
- HAIG, Douglas — *Dépêches de Sir Douglas Haig: Décembre 1915 – Avril 1919*, 2.º vol. Paris: Henri Charles-Lavauzelle, 1920
- HAIG, Douglas — *Dépêches de Sir Douglas Haig: Décembre 1915 – Avril 1919*, 1.º vol. Paris: Henri Charles-Lavauzelle, 1920.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa: Discursos Parlamentares 1914-1926*, Amadora: Livraria Bertrand, 1977.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa: Discursos Parlamentares 1911-1914*, Amadora: Bertrand, 1976.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *O Segundo Governo de Afonso Costa, (1915-1916). Actas dos Conselhos de Ministros*, Mem Martins: Publicações Europa-América 1974.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *O Terceiro Governo Afonso Costa, 1917: Actas dos conselhos de ministros*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- MIRA, Ana (org.) — *Actas das sessões secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*. Lisboa: Assembleia da República, 2002. ISBN 972-36-0607-0.
- Portugal — Corpo Expedicionário Português — *I Organização (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919
- Portugal — Corpo Expedicionário Português — *II Funcionamento dos Diversos Serviços (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919.
- Portugal — Corpo Expedicionário Português — *III Serviço Interno nas Unidades e Formações (Disposições publicadas em O. S. até 31 de Outubro de 1918)*, França, 1919.
- Portugal — Ministério da Guerra — *Ordem do Exército* — 1.ª série.
- Portugal — *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Tomo I. As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.
- Portugal — *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Tomo II, As negociações diplomáticas e a acção militar na Europa e África*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.
- Portugal — *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 Pelo ministro dos Negócios Estrangeiros — Portugal no conflito europeu — 1.ª parte — Negociações até à declaração de guerra*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.
- TEIXEIRA-GOMES, Manuel — *Correspondência. Cartas para políticos e diplomatas*, 2 vols., Lisboa: Portugália Editora, 1960.

## c) Publicações periódicas:

*A Época.*

*A Luta.*

*Boletim da Previdência Social*, 1917, 1921, 1922 1925.

*Diário de Notícias*.

*Diário do Governo*.

*Germinal*.

*O Mundo*.

*O Primeiro de Janeiro*.

*O Século*.

*República*.

*Revista Militar*.

#### d) Bibliografia geral:

AFONSO, Aniceto e GOMES Carlos Matos (coord.) — *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003].

AFONSO, Aniceto e GUERREIRO, Marília — A Revolta de Tomar (13 de Dezembro de 1916). *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. LI, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1981.

ALEGRO, José Luciano Sollari — *Para a história da monarquia do norte*, Amadora: Bertrand, [1988].

ALMEIDA, António Ramos de — *O Pensamento Activo de Bernardino Machado*, Porto: Brasília Editora, 1974.

AMARAL, Ferreira do — *A Batalha do Lys. A batalha de Armantières ou o 9 de Abril*, Lisboa: tipografia do Comércio, 1923.

AMARAL, Ferreira do — *A Mentira da Flandres e... O Medo!*. Lisboa: J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1922.

BARRADAS, António — *Le Service de santé portugais pendant la guerre*, Paris: Masson et Cie Éditeurs, 1920.

BARROS, Júlia Leitão de — *Afonso Costa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira — *As Ordenanças e as Milícias em Portugal. Subsídios para o seu estudo, Volume I*, s. l.: Guarda-Mor, s. d.

BRAGA, Teófilo — *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. I, Porto: Livraria Chardron, 1912.

BRANDÃO, Fernando de Castro — *A 1 República Portuguesa — Uma cronologia*, Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

BRANDÃO, Raul — *Vale de Josafat: Memórias*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, s. d. [1983].

CABRAL, António — *Cartas d'El-Rei D. Manuel II*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1938.

CABRAL, António Joaquim Magalhães Teixeira — *Em Plena República: As minbas memórias políticas*, Lisboa: Imp. Lucas, 1932.

CABRAL, Manuel Villaverde — *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

CARQUEJA, Bento — *O Futuro de Portugal. Questões Económico-Sociais*, Lisboa: José Bastos, 1900.

CARRILHO, Maria — *Forças Armadas e mudança política em Portugal no séc. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

- CARVALHO, Major Mário Afonso de — *O Bom Humor no CEP. Fraça 1917-1918*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1945.
- CARVALHO, Major Vasco de — *A 2.<sup>a</sup> Divisão Portuguesa na Batalha do Lys (9 de Abril de 1918)*, Lisboa: Lusitânia Editora, 1924.
- CARVALHO, Rómulo de — *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres (1918)*, Porto: Renascença Portuguesa, 1920.
- CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, Porto: Renascença Portuguesa, 1919.
- CASIMIRO, Augusto — *Naulila: 1914*, Lisboa: Seara Nova, 1922.
- CASIMIRO, Augusto — *Sidónio Pais (Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra)*, Porto: Livraria Chardron, 1919.
- CASTRO, Armando de — Tensões e modificações económico-sociais (1890-1910). *História de Portugal* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 6, Lisboa: Publicações Alfa, 1983.
- CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 1.<sup>o</sup> vol., Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1991.
- CHAGAS, João — *Diário de João Chagas 1915 1916 1917*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.
- CHAGAS, João — *Diário de João Chagas 1918*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.
- CIDADE, Hernâni — Portugal na Guerra Mundial. 1914-1918. In *História de Portugal* (org. Damião Peres), vol. VII. Porto: Portucalense Editora, 1954.
- CLARK, Lloyd — *World War I: An Illustrated History*, 2.<sup>a</sup> ed. Londres: Bounty Books, ISBN 0753708701.
- COIMBRA, Artur Ferreira — *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica, (1910-1919)* [Texto policopiado] Tese mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea, Braga, Universidade do Minho, 2000.
- CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Portugália Editora, 1969.
- COSTA, General Gomes da — *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra — A Batalha do Lys — 9 de Abril de 1918*, Porto: Renascença Portuguesa, 1920.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva — *A Democracia Nacional*, Coimbra: Ed. do Autor, 1917.
- DEROU, Jean — *Les Relations Franco-Portugaises a l'époque de la première République Parlementaire libéral (5 Octobre 1910 – 28 Mai 1926)*, Paris: Publications de la Sorbonne, 1986.
- DIAS, Costa — *Flandres — Notas e Impressões*, Lisboa: Imprensa Libano da Silva, 1920.
- DUARTE, Teófilo — *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa: Portugália, 1941.
- FERREIRA, David — Formiga Branca. In *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 3.<sup>o</sup> vol. Porto: Figueirinhas, 1985.
- FERREIRA, David — *História Política da Primeira República Portuguesa. II volume (1915-1917)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.
- FERREIRA, José Medeiros — *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial: 1914-1918*, Lisboa: Edições 70, 1992.
- FONSECA, Carlos da — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. I – Cronologia*, s. l.: Publicações Europa-América, s. d.

- FRAGA, Luís M. Alves de — O CEP depois de La Lys. Que fazer com estes restos? In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, 2003.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Para uma perspectiva sociológica da evolução do sistema de educação militar em Portugal entre 1790 e 1958. In *Boletim* n.º 4, Sintra, Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, Setembro, 1990, p. 115-138.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Portugal e os conflitos bélicos do século XIX: Problemática de uma neutralidade. In, *III Colóquio e Dia da História Militar. Actas. Portugal e a Europa — Séc. XVIII a XX*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar: 1992, p. 219-231.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Portugal na Grande Guerra — Uma mudança estratégica? In *Revista de História das Ideias: República*, vol. 27, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Portugal na Grande Guerra: Espionagem no Corpo Expedicionário Português. In *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas»* (apres. João Medina), Lisboa: Centro de História do Universidade de Lisboa, 1986.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Portugal na Grande Guerra. In *História Contemporânea de Portugal*, (dir. João Medina) tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, Editores, 1985.
- FRAGA, Luís M. Alves de — Preparação das tropas. In *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*, (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, 2003.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *A Dama de Ouros*, Lisboa: Prefácio, 2005.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Augusto Casimiro: Militar cidadão e escritor*, Lisboa: Separata das Actas do IX Colóquio «Os Militares na Sociedade Portuguesa», 1999.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *General Tomás Garcia Rosado: O outro comandante do CEP: França 1918 – 1919*, Lisboa: Prefácio, 2006.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Guerra e Marginalidade: O comportamento das tropas portuguesas em França: 1917-1918*, Lisboa: Prefácio, 2003.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *O Fim da Ambiguidade: os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional de 1914-1916*, Lisboa: Universitária Editora, 2001. ISBN 972-700-309-5.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Os Primeiros Contactos Portugueses com os Povos da África Austral, Oriental e do Brasil: Comparação de Culturas*, Lisboa: Separata das Actas do V Colóquio «Do Infante e Tordesilhas», Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Portugal e a Primeira Grande Guerra [Texto policopiado]: Os Objectivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional: 1914-1916*. Lisboa: [s.n.]. Tese de mestrado em Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa, 1990.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Portugal na Grande Guerra. As Deserções e os Furtos*, Lisboa: Revista Militar, 1985.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Portugal na Grande Guerra. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, s. d.
- FRAGA, Luís M. Alves de — *Portugal na Grande Guerra: Razões económicas de beligerância*, Lisboa: Revista Militar, 1985.
- FREIRIA, Fernando — Os Principais Exércitos em 1911. In *Revista Militar*, n.º 6, Junho, 1911, p. 534-535.
- GARNEL, Maria Rita Lino — *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- GOMES, Carlos — *Portugal Comercial - 1ª Parte - Antes da Guerra*, Coimbra: França Amado, 1919.

- GONÇALVES, José António Sequeira — *Sidónio Pais e a participação portuguesa na Guerra de 1914-1918*, 2 vols. (2.º anexos), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de História, Lisboa: 1989.
- GRANJO, António — *A Grande Aventura (Cenas da Guerra)*, Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, s. d.
- HART, B. M. Linddell — *As Grandes Guerras da História*, S. Paulo: IBRASA, 1967.
- HOMEM, Amadeu Carvalho — *Da Monarquia à República*, Braga: Palimage Editores, 2001.
- KEEGAN, John — *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987.
- LAVRADIO, D. José Luís de Almeida — *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, Lisboa: Ática, 1947.
- LICHOWSKY, Príncipe de — *A minha missão em Londres: 1912-1914*, Londres: Casselland C.º, 1918.
- LOUÇÃ, António — 1916: *A Aurora* denuncia o significado da guerra. In *História*, Lisboa, n.º 18, Abril, 1980.
- LUDENDORFF, General — *La Guerre Total*, Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1936.
- MACHADO, Bernardino — *No Exílio*, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1923.
- MAGALHÃES, José Calvet de — *Breve História Diplomática de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.
- MAGNO, Capitão David — *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, 1.º vol. Porto: Companhia Portuguesa, 1921.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *A 1.ª República Portuguesa — Alguns aspectos estruturais*, 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Afonso Costa*, Lisboa: Arcádia, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Editorial Delta, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 2.º vol., 4.ª ed., Lisboa: Palas Editores, 1977.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa: Assembleia da República, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — *Portugal — Da Monarquia para a República*, Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, Isabel Pestana — *Memórias do General 1915-1919 “Os meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*, Viseu: Fundação Mariana Seixas, 2004.
- MARQUES, Isabel Pestana — *Os Portugueses nas Trincheiras: Um quotidiano de Guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002.
- MARTINS, General Ferreira — *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.
- MARTINS, General Ferreira — *Portugal na Grande Guerra*, 1.º vol. Lisboa: Ática, 1934.
- MARTINS, General Ferreira — *Portugal na Grande Guerra*, 2.º vol. Lisboa: Ática, 1935.
- MARTINS, General Luís Ferreira — General Tomás Garcia Rosado. In *Revista Militar*, n.º 9, Setembro, 1937.



- MARTINS, Rocha — *A monarquia do Norte*, [s.l.: s.n.], 1922 (Lisboa: Of. Gráficas do ABC).
- MARTINS, Rocha — *Memórias Sobre Sidónio Pais*, Lisboa: Sociedade Editorial ABC Lt.ª, 1921.
- MATOS Norton de, — *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. 3, tomo v, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.
- MEDINA, João (apres.) — *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas»*, Lisboa: Centro de História do Universidade de Lisboa, 1986.
- MEDINA, João (dir.) — *História Contemporânea de Portugal*, tomo II, Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1985.
- MELLO, Maria Teresa de Souza Botelho e — *Memórias da Condessa de Mangualde: incursões monárquicas, 1910-1920*, Lisboa: Quetzal, 2002 ISBN 972-564-479-4.
- MENESES, Filipe Ribeiro de — *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em guerra (1916-1918)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- MIRANDA, Sacuntala de — *Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa: Teorema, s. d. (1991), ISBN 972-695-137-2.
- MORAIS, Jorge — *Com permissão de Sua Majestade. Família Real inglesa e Maçonaria na instauração da República em Portugal*, Lisboa: Occidentalis, 2005.
- MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, Porto: Renascença Portuguesa, 1921.
- MORDACQ, General — *Le ministère Clemenceau*, tomo II, Paris: Plon, 1930.
- OLAVO, Américo — *Na Grande Guerra*, Lisboa: Guimarães & C.ª, 1919.
- OLIVEIRA, A. N. Ramires de (coord.) — *História do Exército Português (1910-1945)*, vol. IV, Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1995.
- PEREIRA, Ana Paula de Brito — *As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa*. In *Análise Social*, Lisboa, vol. XIX (77-78-79), 1983.
- PERES, Damião — *História de Portugal. Suplemento*, Porto: Portucalense Editora, 1954.
- PERES, Damião (dir.) — *História de Portugal*, Vol. VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935.
- PINTASSILGO, Joaquim — *República e formação de cidadãos: A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN, 972-772-038-2.
- PINTO, Paulo Mendes — *António Xavier Correia Barreto. Biografia de um Presidente do Senado*, Lisboa: Assembleia da República, 2002, ISBN 972-36-0603-8.
- RAMALHO, Miguel Nunes — *Sidónio Pais. Diplomata e Conspirador (1912 – 1917)*, Lisboa: Edições Cosmos, 2001
- RAMOS, Rui — *História de Portugal* (dir. José Mattoso), 6.º vol. *A Segunda Fundação*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, ISBN 972-42-0971-7.
- REAL, Miguel — *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*, Matosinhos: QuidNovi, 2006.
- REBELLO, Luiz Francisco — *História do Teatro de Revista em Portugal*, 2.º vol. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- RELVAS, José — *Memórias Políticas*, 1.º vol., Lisboa: Terra Livre, 1977.
- RITA, Prof. J. G. Santa — *Domínio Português no Oriente*. In *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935.
- ROCHA, Francisco Canais e LABAREDDAS, Maria Rosalina — *Da UON à CGT*. In *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa: Amigos do Livro, 1985.

- RODRIGUES, António Simões (coord.) — *História de Portugal em Datas*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, ISBN 972-42-1004-9.
- SÁ, Victor de — *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical: 1836 – 1986*, Lisboa: Editorial Caminho, 1991, ISBN 972-21-054-8.
- SALAZAR, António de Oliveira — Alguns Aspectos da Crise das Subsistências. In *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.ºs 34, 35 e 36, Coimbra, 1918.
- SAMARA, Maria Alice — *Portugal e a Grande Guerra no ano de Sidónio Pais. Verdes e Vermelhos*, Lisboa: editorial Notícias, 2002.
- SANTOS Maria Manuela Lima e RIBEIRO, Olga Maria Vasco — *A Aurora e o Antiguerrismo*. In *Portugal na Grande Guerra «Guerristas» e «Antiguerristas»* (apres. João Medina), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Machado — *A ordem pública e o 14 de Maio*, Lisboa: Lamas & Franklin, 1916.
- SANTOS, Miguel António Dias — *A contra-revolução monárquica: do sidonismo à Monarquia do Norte* [Texto policopiado] Tese mestrado em História Contemporânea, Universidade de Coimbra, 1998.
- SANTOS, Miguel Dias — *Os monárquicos e a República Nova* Coimbra: Quarteto, 2003 ISBN 972-8717-87-3.
- SELVAGEM, Carlos — *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia da Dinastia de Bragança*, 2.ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, ISBN 972-27-0442-7.
- SERRÃO, Joel — *Da “Regeneração” à República*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, ISBN 972-24-0765-1.
- SERRÃO, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.
- SILVA, Armando Malheiro da — *Sidonio e o Sidonismo, Vol. 2 História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da — *Sidonio e Sidonismo. Vol. 1 – História de uma vida*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- SILVA, Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira — *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano*, [Texto policopiado] Tese de mestrado em História Contemporânea (séc. XX), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2001.
- SOUSA, Manuel Joaquim de — *O Sindicalismo em Portugal*, 5.ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- TEIXEIRA-GOMES, Manuel — *Londres Maravilhosa e outras páginas dispersas*, Lisboa: Portugália Editora, 1942.
- TELES, Basílio — *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: Esboço de história política*, 2.ª ed., Lisboa: Portugália Editora, 1968.
- TELES, Basílio — *Na Flandres (o episódio militar de 9 de Abril)*, Porto: Eduardo Tavares Martins, Suc.ªs, 1918.
- TELO, António José — A Grã-Bretanha e a beligerância portuguesa. In *Portugal e a Grande Guerra* (coord. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, 2003, ISBN 972-9335-07-9.
- TELO, António José — Sidónio Pais e a Guerra. In *Portugal e a Grande Guerra* (Coord. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), Lisboa: Diário de Notícias, s. d. [2003].
- TELO, António José — *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º vol., Lisboa: A Regra do Jogo, 1980

- TELO, António José — *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- TELO, António José e ÁLVARES, Mário — *Armamento do Exército Português. Vol. 1 – Armamento Ligeiro*, Lisboa: Prefácio, 2004, ISBN 972-8816-43-X.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Conspiração contra Portugal: 1910-1912*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la e MARQUES, A. H. de Oliveira — *Contra Revolução. Documentos para a História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1985.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Na encruzilhada da Grande Guerra: Portugal – Espanha: 1913-1919*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- TRIGO, Mário Dias — *A Acção do 2.º Grupo de Metralhadoras (3.º Grupo de Metralhadoras do Corpo Expedicionário Português) na Grande Guerra (1917 – 1918)*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.
- VALDEZ, Abel Joaquim Travassos — *O 4.º G. B. A. na Grande Guerra*, Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.
- VALENTE, Vasco Pulido — “A Revolta dos Abastecimentos”: Maio de 1917. In *Tentar Perceber*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- VALENTE, Vasco Pulido — *Tentar Perceber*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- VALÉRIO, Nuno — O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947 — Uma primeira aproximação. In *Revista de História Económica e Social*, n. 11, Jan.-Jun., 1983.
- VENTURA, António — *Portugal na Grande Guerra «Guerristas» e «Antiguerristas»* (apres. João Medina), Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- VIEIRA, Alexandre — *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa: Seara Nova, 1970.
- VINCENTE-SMITH, John — *As Relações Políticas Luso-Britânicas*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- WHEELER, Douglas L. — *História Política de Portugal 1910 – 1926*, Mem Martins: Europa-América, s. d. [1985].

(Página deixada propositadamente em branco)

## ANEXOS

(Página deixada propositadamente em branco)

## ANEXO N.º 1

Quadro comparativo do material de guerra existente em 1917  
e necessário para constituir uma ou quatro Divisões para marcharem para França  
AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177

Artigos	Existências	Para 1 Divisão	Para 4 Divisões	Faltas
Peças 7,5 T R	62	45	180	118
Peças 9 cm M K	53			
Peças 7,5 T A	8			
Peças 7cm M T R	26	10	40	14
Carros muníc. Inf.	84	220	880	796
Obuses	–	5	20	20
Esping. 6,5 m/904	61 708	12 414	49 656	–
Carabina 6,5 m/896	5810	3150	12 600	6790
Pistola 7,65	3673	9750	39 000	35 327
Cartuchos c/gran c/bala 7,5 T R	13 340	36 500	146 000	132 660
Idem c/gran explosivas 7,5 T R	3853	10 000	40 000	36 147
Idem c/gran c/bala 7cm MTR	9960	7000	28 000	18 040
Idem c/gran explosiva 7cm MTR	340	1000	4000	3660
Granadas c/balas p/obuses	142	1625	6500	5358
Idem explos. P/obuses	23	1500	6000	5977
Cartuchos p/obuses	–	20 000	80 000	80 000
Granadas de mão	–	20 000	80 000	80 000
Cartuchos c/bala 6,5 m/904	23 342 394	9 250 000	37 000 000	13 657 706
Idem p/metralhadoras	2 773 572	1 000 000	4 000 000	1 226 428
Idem c/bala 6,5 m/896	2 518 674	375 000	1 500 000	-

## ANEXO N.º 2

Quadro comparativo dos efectivos em oficiais necessários  
para constituir uma ou quatro Divisões para marcharem para França  
AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177

Arma, Serviço ou Especialidade	Quantidade p/1 Divisão	Quantidade p/4 Divisões
Generais	1	4
Estado-Maior	5	20
Engenharia	23	92
Artilharia (Campanha)	102	408
Cavalaria	34	136
Infantaria	266	1.064
Médicos	82	328
Veterinários	24	96
Farmacêuticos	5	20
Administração Militar	74	296
Secretariado	4	16
Qualquer Arma (preferência c/curso de E-M.)	4	16
Guarda Republicana	3	12
Quadro Auxiliar do Serviço de Saúde	3	12
Quadro Auxiliar de Administração Militar	7	28
<b>Total para 1 Divisão</b>	<b>637</b>	
<b>Total para 4 Divisões</b>		<b>2548</b>



## ANEXO N.º 3

Síntese da tipologia das faltas disciplinares publicadas em O. S. do CEP  
(Amostra: 503 casos; desprezaram-se casos individuais não tipificáveis nos itens seguintes)

Tipologia das faltas	N.º de faltosos	% da amostra
Não cumprimento de ordens, retorquindo ou não, com embriaguez ou não, com falta de zelo ou não	53	10,5
Excesso de velocidade ou pouco cuidado na condução de qualquer tipo de viatura	20	4,0
Ausência temporária do serviço, sem licença, mal ataviado ou não, com tentativa de deserção ou não	21	4,2
Falta ou abandono da instrução, ausência de zelo, mau exemplo e falta de cumprimento de ordens	19	3,8
Envolvimento em desordem com outro militar, com ferimentos e embriagado ou não	13	2,6
Falta de respeito ou de correcção no tratamento com superior hierárquico ou camaradas	16	3,2
Furto ou tentativa de furto a civis	5	1,0
Não cumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência ou utilização do correio civil	70	14,0
Pouco zelo no serviço	4	0,8
Fuga da formatura	7	1,4
Não cumprimento do Regulamento de Continências e Honras Militares	7	1,4
Apoio do movimento revolucionário de 13 e 14 de Dezembro de 1916	6	1,2
Prática de jogos de azar	6	1,2
Aquisição propositada de doença venérea	1	0,2
Encobrimento da prática de crime por civil	2	0,4
Falsas declarações sob palavra de honra	11	2,2
Ausência temporária do posto	2	0,4
Prática de caça num bosque	7	1,4
Transporte de um civil num automóvel militar	9	1,8
Prática de sodomia	3	0,6

## ANEXO N.º 4

Síntese da tipologia das faltas disciplinares da 4.ª Brigada de Infantaria  
(Amostra: 215 casos; desprezaram-se situações individuais que não cabiam nos itens seguintes)

656

Tipologia da falta	N.º de faltosos	% da amostra
Dormir no posto de sentinela	1	0,5
Ausência sem licença	10	4,7
Falta à instrução	94	43,7
Falta ao cumprimento de ordens e de respeito	23	10,7
Falta de zelo	1	0,5
Falta ao serviço, à higiene e à verdade	10	4,7
Falta ao respeito a superior	3	1,4
Falta de correcção e aprumo militares	10	4,7
Falta a formatura, falta à formatura de revista e respeito a superior	41	19,1
Incumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência	1	0,5
Agressões entre militares	3	1,4
Falta à verdade	1	0,5
Falsificação de documentos	2	0,9
Desumanidade	1	0,5

## ANEXO N.º 5

Quadro das punições dos oficiais do CEP  
(Janeiro de 1917 a Dezembro de 1918)

Gradação	Repreensão	Multa	Pris. Discipl.	Pris. Correc.	Presídio mil.	Total
T Coronel			1			1
Major	1		4			5
Capitão	3		16	8		27
Tenente	4	1	17	8		30
Alferes	22	7	49	23	1	102
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>87</b>	<b>39</b>	<b>1</b>	<b>165</b>

## ANEXO N.º 6

Quadro de análise dos processos finalizados no Tribunal a funcionar junto do comando do CEP  
(Amostra 448 casos)

657

Tipo de crime	N.º de casos
Atropelamento, com ou sem morte	13
Cobardia	13
Contra o dever militar	27
Deserção, com ou sem outras agravantes	82
Extravio de artigos militares	21
Furto	42
Homicídio involuntário	15
Homicídio voluntário	8
Insubordinação, com ou sem outras agravantes	127
Mutilação voluntária	2
Ofensas corporais a superior hierárquico ou não	15
Ofensas verbais a superiores	3
Revolta	31
Traição	1
Traição contra o direito das gentes	1

## ANEXO N.º 7

Relação de Pessoal do CEP

Armas e Serviços	Oficiais	Sargentos	Cabos	Soldados	Enfermeiras	Enfermeiros	Total
Infantaria	1502	1698	2961	29 470			35 631
Artilharia	628	639	1132	7223			9622
Engenharia	210	271	664	2954			4099
Cavalaria	125	222	227	1629			2203
Serviço de Saúde	475	163	311	978			1927
Serviço de Adm. Militar	240	58	103	1006			1407
Armada	1						1
Equiparados	114						114
Corpo do E. M.	43						43
Cruz Vermelha	2				54	26	82
Secretariado	36						36
<b>Soma</b>	<b>3376</b>	<b>3051</b>	<b>5398</b>	<b>43 260</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>55 165</b>

## ANEXO N.º 8

## Oficiais mortos no CEP em 1917

658

Meses	Combate	Desastre	Doença	Total
Janeiro		1		1
Fevereiro				
Março				
Abril			1	1
Maió	1			1
Junho	1			1
Julho	1	1		2
Agosto	1		1	2
Setembro	1	2	1	4
Outubro	1	1		2
Novembro	1			1
Dezembro		1		1
<b>Soma</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>16</b>

## ANEXO N.º 9

## Sargentos e praças mortos no CEP em 1917

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Causa desconhecida	Total
Janeiro						
Fevereiro				2		2
Março				6		6
Abril	2		1	1		4
Maió	8		2	5		15
Junho	72	9	5	4		90
Julho	71		13	10		94
Agosto	74		7	15		96
Setembro	66		10	7		83
Outubro	53		2	10		65
Novembro	56		3	12	1	72
Dezembro	44		10	11		65
<b>Soma</b>	<b>446</b>	<b>9</b>	<b>53</b>	<b>83</b>	<b>1</b>	<b>592</b>

## ANEXO N.º 10

Oficiais, sargentos e praças mortos no CEP de 1 de Janeiro a 8 de Abril de 1918

Meses	Combate		Gases		Desastre		Doença		Totais	
	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças		
Janeiro		35		31		5		17		88
Fevereiro		35			1	2		20	1	57
Março	5	230		4		6		25	5	265
Abril (até 8)		15						5		20
<b>Soma</b>	<b>5</b>	<b>315</b>		<b>35</b>	<b>1</b>	<b>13</b>		<b>67</b>	<b>6</b>	<b>430</b>

659

## ANEXO N.º 11

Oficiais mortos no CEP de 9 de Abril até 31 de Dezembro de 1918

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Totais
Abril (desde 9)	29				29
Maió	1				1
Junho				2	2
Julho				1	1
Agosto					
Setembro			1	1	2
Outubro	1	2		4	7
Novembro				4	4
Dezembro				2	2
<b>Soma</b>	<b>31</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>48</b>

## ANEXO N. 12

Sargentos e praças mortos no CEP de 9 de Abril a 31 de Dezembro de 1918

660

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Causas desconhecidas	Total
Abril (desde 9)	360	2	3	25	4	394
Maio	25	1	6	33		65
Junho	14	12	1	26	2	55
Julho	12	4	2	34	3	55
Agosto	45	1	5	23	8	82
Setembro	20	3	6	18	5	52
Outubro	23		10	45	12	90
Novembro	5	1	4	53	11	74
Dezembro	1		2	27	2	32
Ignora-se	1				6	7
<b>Soma</b>	<b>506</b>	<b>24</b>	<b>39</b>	<b>284</b>	<b>53</b>	<b>906</b>

## ANEXO N.º 13

Baixas por ferimentos no CEP até 30 de Novembro de 1918

Anos 1917	Meses	Tipo de ferimento			Totais
		Combate	Gases	Desastre	
	Abril	5			5
	Maio	17	14	4	35
	Junho	278	56	31	365
	Julho	213	110	39	362
	Agosto	133	230	3	366
	Setembro	150	39	72	261
	Outubro	169	15	62	246
	Novembro	169	7	30	206
	Dezembro	127	8	56	191
	<b>Subtotal</b>	<b>1261</b>	<b>479</b>	<b>297</b>	<b>2037</b>
<b>1918</b>	<b>Meses</b>				
	Janeiro	136	304	21	461
	Fevereiro	89	44	41	174
	Março	633	741	27	1401
	Abril	510	264	20	794
	Maio	122	6	6	134
	Junho	12	14		26
	Julho	38	25	2	65
	Agosto	76	9	1	86
	Setembro	25	57	5	87
	Outubro	17	3	24	44
	Novembro	11	28	6	45
	<b>Total</b>	<b>2930</b>	<b>1974</b>	<b>450</b>	<b>5354</b>

## ANEXO N.º 14

Oficiais, sargentos e praças julgados incapazes de serviço

Decisão das Juntas de Saúde	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Incapazes de todo o serviço	384	362	4992	5738
Incapazes de serviço activo	29	50	325	404
Incapazes de serviço no CEP	26	9	84	119
Para recuperação como mutilado			11	11
Apurados para serviços auxiliares		66	942	1008
<b>Soma</b>	<b>439</b>	<b>487</b>	<b>6354</b>	<b>7280</b>

661

## ANEXO N.º 15

Relação entre oficiais do Quadro Permanente e Milicianos no CEP

Tipo de Quadro	Postos							Total
	Gen.	Cor.	Tcor.	Maj.	Cap.	Ten.	Alf.	
Permanente	5	27	45	108	499	462	992	2138
Miliciano				3	25	95	1015	1138
<b>Soma</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>45</b>	<b>111</b>	<b>524</b>	<b>557</b>	<b>2007</b>	<b>3276</b>

ANEXO N.º 16

Permanência média das Brigadas de Infantaria do CEP em 1.ª linha

662

Unidade	Sectores						Total <sup>(1)</sup>
	Ferme du Bois	Neuve Chapelle	Fauquissart	Chapigny	Fleurbaix	Reserva	
1.ª Brig.	5m 4d	1m 20d				1m 18d	6m 24d
2.ª Brig.	2m 3d	5m 8d				1m 3d	7m 11d
3.ª Brig.		2m 23d	4m 14d			1m 6d	7m 7d
4.ª Brig.	3m 3d		2m 3d			1m 4d	5m 6d
5.ª Brig.	4d			2m 13d	9d	26d	2m 26d
6.ª Brig.		4d	2m 10d	26d		1m 1d	3m 10d

<sup>(1)</sup> Este total refere-se à permanência em 1.ª linha.

ANEXO N.º 17

Permanência média das unidades de Artilharia do CEP em 1.ª linha

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril até ao Armistício	Total
1.º GBA	9m		9m
2.º GBA	9m		9m
3.º GBA	9m 15d	1m	10m 15d
4.ª GBA	8m 15d	4m	12m 15d
5.º GBA	3m 15d		3m 15d
6.º GBA	3m		3m
CAP (a)		5m 12d	5m 12d

<sup>(a)</sup> Corpo de Artilharia Pesada, distinto do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI)



## ANEXO N.º 18

Permanência dos Grupos e do Batalhão de Metralhadoras em 1.<sup>as</sup> linhas em França

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril ao Armistício	Total	Observações
1.º GM	9m 8d		9m 8d	Suprimido em 29/4/18
2.º GM	9m 2d	6m 1d	15m 3d	Passou ao BMP
3.ºGM	4m 2d	5m 18d	9m 20d	Passou ao BMP
4.º GM	4m 2d		4m 2d	Suprimido em 29/4/18
5.º GM	7m 28d		7m 28d	Suprimido em 29/4/18
6.º GM	1m 7d	6m 1d	7m 8d	Passou ao BMP
Bat. Met. Pesadas		11d	11d	Organizado em 1/11/18

663

## ANEXO N.º 19

Permanência das Companhias de Sapadores-Mineiros e Grupos de Pioneiros em 1.<sup>as</sup> linhas em França

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril ao Armistício	Total	Observações
1. <sup>a</sup> CSM	9m 12d	7m 1d	16m 13d	
2. <sup>a</sup> CSM	9m 14d	7m 1d	16m 15d	
3. <sup>a</sup> CSM	7m 24d	7m 4d	14m 28d	
4. <sup>a</sup> CSM	8m 15d	6m 10d	14m 25d	Extinta em 25/10/18
1.º GCP	9m 19d	7m 4d	16m 23d	
2.º GCP	6m 6d	7m 4d	13m 10d	

Colecção

República

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2010

